

Câmara Municipal de Sintra

TEMA 11 – Património Natural Arquitetónico e Arqueológico

Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra

Gabinete do Plano Diretor Municipal e Departamento de Cultura, Juventude e I

Outubro de 2014

FICHA TÉCNICA

GPDM – GABINETE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SINTRA

Álvaro Terezo, Geólogo

Emília Santos, Eng.^a do Território

Isabel Henriques, Socióloga

Manuel Espada, Urbanista

Rui Colaço, Eng. do Território

Sónia Barreira, Geógrafa

Tiago Trigueiros, Arq. Urbanista

DCD – DEPARTAMENTO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO – DIVISÃO DE CULTURA –

Núcleo de Património Histórico e Roteiros: Doutora Maria Teresa Caetano, Dr. Jorge de Matos, Dr.^a Basilissa Calhau, Dr.^a Helena Tomaz e Dr. João Rocha

DCD - DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO – DIVISÃO DE CULTURA – MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SÃO MIGUEL DE ODRINHAS

Dr.^a Teresa Simões

DPPE – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Dr.^a Carmen Chiolas

INDICE GERAL

CAPÍTULO 1	4
PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO	4
1. Introdução	4
2. Contextualização Teórica.....	6
3. Enquadramento Legislativo.....	10
4. Objectivos	14
5. Praxis e Metodologia	15
6. Núcleos Urbanos Históricos.....	16
7. Considerações finais.....	18
CAPÍTULO 2	28
PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE SINTRA.....	28
CAPÍTULO 3	76
SÍNTESE E ANÁLISE SWOT	76
3.1. Síntese.....	76
3.2. Análise SWOT	79
Bibliografia.....	84
ANEXOS	102
Património Arquitetónico	102
ANEXOS	494
Património Arqueológico Terrestre.....	494

Património Arqueológico subaquático	494
---	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Património Arqueológico do Concelho de Sintra disponível na base SIG da Autarquia em Julho DE 2014.	28
---	----

Figura 2– Utensílios paleolíticos recolhidos na Jazida da Assafora	29
--	----

Figura 3 – Concheiro de Magoito (cerca de 9000 AC), aspecto da escavação realizada na década de 1980.	29
--	----

Figura 4 – Sítio Arqueológico do Alto da Vigia – Santuário dedicado ao Sol à Lua e ao Ocean.o aspecto dos trabalhos arqueológicos actuais.	30
---	----

Figura 5 - Villa romana de Santo André de Almoçageme, perspectiva dos trabalhos de campo.	31
--	----

Figura 6 - Ponte Romana da Catribana.....	31
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 –Património Arqueológico Terrestre do Concelho de Sintra	33
---	----

Quadro 2 –Património Arqueológico Subaquático do Concelho de Sintra	72
---	----

CAPÍTULO 1

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

Maria Teresa Caetano, PhD

«[...] porque la nada es patente puede la ciencia hacer delante mismo objeto de investigación. Y solamente si la ciência existe en virtude de la metafísica, puede aquella renovar incessantemente su esencial cometido, que no consiste en coleccionar y ordenar conocimientos, sino en abrir, renovadamente, ante nuestros ojos, el âmbito entero de la verdad sobre la naturaleza e sobre la historia».

Martin HEIDEGGER, *¿Qué es Metafísica?* (tradução de Xavier Zubiri), in / Escuela de Filosofia Universidad ARCIS, p. 10.

1. INTRODUÇÃO

O Património Cultural – tal como o património (móvel e imóvel) é uma *invenção histórica* – é uma *invenção social*. Trata-se, para James CLIFORD (2000), de um “corpo vivo”, articulado e em incessante mutação. É uma construção moderna que, sobretudo, no que tange à Antropologia, difere do modo de se ver, de se estar e de sentir, porque a “recriação cultural” levou à interrogação de diversos autores sobre a sua própria intervenção neste contexto: a *invenção de tradições* (HODSBAWM e RANGER, 1992), a *invenção do passado* (LOWENTHAL, 1985), as *comunidades imaginadas*, em suma, a *invenção da cultura* (WAGNER, 1992).

Contudo, se acrescermos a estes múltiplos sentidos a *autopoiese*, entendida enquanto *produção* cultural integrada no próprio meio ambiente, estar-se-á, pois, face a uma interação entre o património edificado e a sua envolvente, modelo herdado da cultura romana, já atestado no *De Architectura* de Vitruvius e, mais tarde, devidamente sistematizado no tratado *De Re Aedificatoria*, de Leon Battista Alberti (1486), autor, igualmente, da célebre *Villa Rotonda*, onde – segundo palavras atribuídas ao Arquitecto e Historiador da Arte Nikolaus Pevsner –, “pela primeira vez na arquitectura ocidental a paisagem e arquitectura foram concebidas como pertencendo uma à outra. Aqui pela primeira vez os principais eixos das casas se prolongam para dentro da natureza, ou, alternativamente, o espectador contempla a casa como o coroamento da vista paisagística”.

Sobre o conceito de paisagem, também, Anne Cauquelin escreveu mais recentemente:

«A noção de paisagem e a sua realidade apreendida são de facto uma invenção – um objecto cultural sedimentado, tendo a sua função própria, a de garantir permanentemente os quadros da percepção do tempo e do espaço. Ela foi pensada e construída como um equivalente da natureza; assim, graças à paisagem, teríamos um olhar verdadeiro sobre as propriedades da natureza» (CAUQUELIN, 2008).

O Património reporta-se, de facto, às raízes da nossa (*pré*-)existência, qual metáfora que nos envia para a Natureza, porém, uma *Natureza não natural*, porquanto, como a concebemos hoje é, ela própria, fruto de uma “construção histórica”, cujo termo deriva do latim e remete-nos para a ideia de “bem familiar”, herança essa tal como a definição inglesa: *heritage*.

O *topos* sintrense foi o “*ager romano*” e “*terra moirisca*” na Idade Média, foi palaciana no *quattrocento* e o *locus amœnos* renascentista, mas foi o sonho romântico que lhe modelou o fâcies único entre a paisagem construída e as arquiteturas extravagantes, foi terra dos revivalismos cenográficos e, no dealbar do século XX, foi o paradigma da “casa portuguesa”, do ecletismo e de uma burguesia balnear. Foi, pois, a construção singular, na Vila e na Serra de Sintra, de uma arquitectura enredada na paisagem que, no dia 6 de Dezembro de 1995, se inscreveu na Lista do Património Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural, cabendo por isso ao Município de Sintra também a responsabilidade de zelar não só pela área classificada, mas ainda pela respectiva Zona Especial de Protecção (ZEP fixada pelo Aviso n.º 15169/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 30 de Julho), bem como de todo o Património arquitectónico e arqueológico, dos espaços urbanos históricos e da arte pública existente no vasto território do Concelho.

Esta tarefa fundamental encontra-se expressa no Despacho n.º 44-P/2013 do Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta, ao considerar, como um dos objectivos estratégicos para a Autarquia, «**Promover Sintra mundialmente**, recuperando e preservando o património natural, edificado, histórico e cultural, apostando num turismo único [...]». Tendo ainda presente o teor deste Despacho poder-se-á extrapolar a sua leitura para a eventual criação e a redireccionação de fluxos turísticos no contexto do projecto internacional *Herity*, reconhecido pela própria UNESCO, recuperando, por exemplo, os “itinerários” e as “ideologias” subjacentes ao *Grand Tour* romântico.

Esta oferta de qualidade só será possível se assentar em sólida investigação histórico-artística, patrimonial, paisagística e arqueológica que forneça elementos válidos no campo do Turismo cultural de elevada categoria, de molde a evitar *The Tourist Gaze* (de John URRY, 1990) – ou seja, o “turista pasmado” contemporâneo –, fruto da globalização (diluição de fronteiras, de espaços, de temas e o recurso sistemático à *internet*), que encontramos hoje comumente na “fruição maciça” do Património, quer falemos de parques naturais, de centros históricos ou de monumentos arquitectónicos, de sítios arqueológicos, de arte pública ou, tão simplesmente, do gozo da paisagem construída e/ou natural.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A propósito da origem do étimo “monumento” e da sua perpetuação/transformação na *memória colectiva*, Jacques le Goff escreveu:

«A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...]» (LE GOFF, 2003, p. 525-526, vide, também a propósito, CHOAY, 2011).

Por conseguinte, tal como foi concebido e reinterpretado, o *monumentum* da Antiguidade, foi o *moimento* medieval, foram as *antigualhas* do Renascimento, e foi o *monumento* idolatrado oitocentista fruto do primeiro Romantismo – cujos antecedentes imediatos se reportam ao racionalismo iluminista – que, em Portugal, encontrou a sua expressão através da pena de Alexandre Herculano. Por outro lado, a ideologia da identidade funcionou através de *versões identitárias*, muitas delas, resultantes da assunção de critérios associados aos nacionalismos liberais que foram ao encontro da noção de *autenticidade*.

O Romantismo, por sua vez, derivou no Positivismo no dealbar do século XX e foi então que o individualizado monumento histórico se transmudou em património, que, em *lato sensu*, carregou uma polissemia que lhe permitiu “recriar simbolicamente” a comunidade. Por outro lado, a História, o meio ambiente e o génio criativo, ao ultrapassarem a própria dimensão da sociedade, adquiriram uma força legitimadora de uma acção cristalizadora que garantiu a perpetuação dos critérios fundamentais hoje vinculados ao *estatuto de património* e à consequente seriação de um repertório cada vez mais vasto, designadamente com Augusto Comte e Camilo Boito, cuja discussão criada em torno desses mesmos cânones, conduziu à consolidação do postulado Positivista e foi, nesse contexto, que, nos finais do século XIX, o Património arquitectónico cedeu também espaço a um outro conceito de monumento (BARREIROS, 2000, p. 284), contudo, ainda sem outras contextualizações.

Na verdade, ainda que, na sua génese, tenha predominado um olhar “monumentalista”, o Património esteve dissociado dos valores políticos, primeiro ao romantismo liberal e, mais tarde, surgiu intrinsecamente ligado aos nacionalismos totalitários do século XX que o caracterizaram, também, como um dos ideários subjacentes a estes movimentos, tal como o foi, exemplarmente em Portugal, a “recriação” de modelos patrimoniais bem patentes, aliás, nos restauros estilísticos levados a cabo pela antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Noutra perspectiva, o conceito de Património contemporâneo adveio também da necessidade de objectivar os itens passíveis de se tornarem *património*, sucedendo-se a sua *cristalização* e a sua operacionalidade como símbolos das comunidades que poderão agir para além delas, transmutando-se em símbolos civilizacionais

legitimadores das *identidades* através da preservação dos vestígios do Passado. Nesta perspectiva, há ainda a considerar os critérios de autenticidade que, entretanto, ganharam uma dimensão não material e enveredaram por contextos sociais, quando, a esta concepção se aduziu o valor *cultural*, englobando, também, os acervos da tradição oral e documental e as paisagens construídas ou “inventadas”.

Atendendo ao facto inquestionável de que o Património resulta de um processo sempre em construção, um *dossier* aberto, ao qual se somam páginas e páginas e, por vezes, se perdem algumas de papel já amarelado e quebradiço; ou seja, o somatório de valores imediatos ou peculiares que herdámos e que constituem o receptáculo da nossa *memória colectiva*, que, sem qualquer dúvida, nos compete legar às gerações vindouras, conceitos estes que são eminentemente ocidentais, nascidos e desenvolvidos no “Velho Continente” e exportados para a América, enquanto prolongamento do nosso braço civilizacional.

Logo, estamos perante uma visão eurocêntrica e que se distancia de outras culturas, de outros modos de estar, de se sentir a vida e das suas realizações materiais ou culturais. Contudo, é esta a nossa condição e, em nome dos nossos antepassados, devemos preservá-la para além dos limites do palpável. Neste sentido, e ainda atendendo ao facto de que o Património é um processo (*sempre*) em construção, a sociedade contemporânea terá que zelar pelo Património do nosso tempo, pois poder-se-á correr o risco de elidir a nossa própria pegada cultural, porquanto o Património Cultural usufrui igualmente da intuição crítica do nosso *modus uiuendi* e das nossas próprias materializações físicas ou visuais, seja no campo do Património, da Arquitetura, da Arqueologia, da Paisagem natural e construída, da Fotografia, do Cinema, da Pintura e da Escultura e de muitas outras manifestações artísticas ou estéticas, dos centros históricos, do Património intangível ou imaterial e do “espírito do lugar”, ou seja, o *locus amœnus (trans-)pessoal*.

Por isso e, porque hoje o Património é também um produto de consumo, compete portanto, aos seus especialistas, aos curadores dos museus, aos Estados e aos institutos públicos, a fundações ou a pessoas particulares a sua administração/preservação em geral e que, no contexto actual, cabem-lhes, por conseguinte, encontrar as melhores soluções para que a Humanidade possa continuar a usufruí-lo como *seu*, tal como se define na introdução à *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural*, do ICOMOS:

«El concepto de Patrimonio es amplio e incluye sus entornos tanto naturales como culturales. Abarca los paisajes, los sitios históricos, los emplazamientos y entornos construidos, así como la biodiversidad, los grupos de objetos diversos, las tradiciones pasadas y presentes, y los conocimientos y experiencias vitales. Registra y espresa largos procesos de evolución histórica, constituyendo la esencia de muy diversas identidades nacionales, regionales, locales, indígenas y es parte integrante de la vida moderna. Es un punto de referencia dinámico y un instrumento positivo de crecimiento e intercambio. La memoria colectiva y el peculiar Patrimonio cultural de cada comunidad o localidad es insustituible y una importante base para el desarrollo no solo actual sino futuro.

En estos tempos de creciente globalización, la protección, conservación, interpretación de la diversidad cultural y del patrimonio cultural de cualquier sitio o región es un importante desafío para cualquier Pueblo de cualquier lugar. Sin embargo, lo normal es que cada comunidad en concreto o grupo implicado en la conservación se responsabilice de la gestión de este patrimonio, teniendo en cuenta las normas internacionalmente reconocidas y aplicadas de forma adecuada».

Temos, por outro lado, consciência que, para um documento de efectiva gestão territorial, como o Plano Director Municipal, outras acepções patrimoniais, sobretudo as alusivas ao património intangível e ao imaterial sejam – pela sua própria “liquefacção” – de abordagem despicienda. Nesta perspectiva, e atendendo às competências atribuídas, deverá, pois, o Património construído, o arqueológico, o urbano e a arte pública ser devidamente elencado, de molde a garantir-lhe uma correta inserção no Plano Director Municipal, dotando assim este instrumento de gestão territorial de uma ferramenta fundamental para a preservação do nosso Património.

Pela *Inconstância da Fortuna*¹, o Património tem sido, no devir histórico, visionado de diferentes modos. Também por isso, ao longo do tempo, conheceu o temor reverencial pela sua imponência, pela sua relevância histórica ou identitária. São estas razões que determinaram o facto de o património – arquitectónico, urbanístico, artístico, paisagista e arqueológico – ter vindo a constituir-se numa inestimável riqueza intrínseca e, no nosso tempo, é também um motor de desenvolvimento sócio-cultural e económico de extrema importância, mas, se por outro lado este motor não funcionar convenientemente, isto é, sem regras que garantam a sua sustentabilidade, pode tornar-se num factor de desequilíbrio que impeça a própria preservação do Património. Na verdade, sucessivas gerações conservaram-no, de molde a que hoje se possa contemplar, apesar das mossas que o tempo e os homens lhe causaram e dos remendos que lhe impuseram. Por isso, será igualmente necessário lançar um novo olhar sobre o Património, um olhar crítico, mas sobretudo um olhar protector, um olhar preventivo e interventor, ainda que sem a dimensão panfletária do *combate* de CHOAY (2011, p. 11).

Estas razões, mais do que justificativas para que o Património se assuma, também, como uma ferramenta primordial e actuante na gestão territorial, não só ao nível da macro-escala global, mas sobretudo ao nível da micro-escala municipal, aqui deve sê-lo com a inequívoca vantagem do escrutínio espacial abranger detalhes reveladores de idiosincrasias locais invisíveis – e inclusivamente despiciendas noutros patamares de observação –, porém fundamentais para a preservação da História e da Identidade local.

*

Património é, na verdade e antes de mais, um substantivo, com ou sem adjectivação, que resulta de uma leitura *militante* do legado dos nossos antepassados, e, se o acto criativo é eminentemente cultural, a perenidade do

¹ Título da obra escrita e dedicada por Poggio Bracciolini (1380-1459) ao Papa Nicolau V, acerca das ruínas de Roma.

objecto criado transforma-o em *património* de fruição cultural. Esta consciencialização totalizante entre património histórico e arqueológico, património artístico, património cultural e património natural só foi possível porque os movimentos globalizantes consistem também no:

«[...] novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo» (LÉVY, 2003, p. 17).

Atendendo ainda às redes sociais, da televisão, à publicidade, entre outras ferramentas de divulgação massiva que fomentaram o surgimento de novos modelos, processos identitários e/ou políticos. Estes, ao interferir nas dimensões nacionais, regionais e territoriais, conduziram inevitavelmente à conservação do *status quo*, abrindo o caminho da sobrevalorização patrimonial que, segundo JEUDY (1990), levou à *loucura do património* na sua máxima amplitude.

Por outro lado, não há dúvidas de que a garantia da sobrevivência do(s) Património(s) se prende com a utilização que lhe(s) é outorgada. Neste contexto, o Património, em termos económicos, é uma indústria de “valor acrescentado” e, por isso, deverá ser promovido e conservado no seu bom estado, a fim de potenciar o desenvolvimento presente, assim como a sua transmissão às gerações futuras (YÚDICE, 2002, p. 13). Neste sentido, pode-se considerar o Turismo cultural/patrimonial/natural como uma “unidade operativa” ao serviço da comunidade e dos objectivos políticos na promoção do bem estar das populações, ou seja, o *município turístico* figura já presente na legislação espanhola, cujos parâmetros assentam na implementação de medidas eficazes para a recuperação e requalificação do Património, da sua envolvente, da paisagem, do meio ambiente (SILVA, 2005, p. 68) e, ainda, no nosso caso específico, um litoral único pela sua beleza, magnificência e por se encontrar relativamente preservado – tendo inclusivamente vencido o prémio *Quality Coast Basic Award* (Berlim, 2014) –, ou, por outras palavras, produzem “externalidades positivas”.

Com o intuito de colmatar a degradação patrimonial inerente, é determinante a intervenção da Câmara Municipal de Sintra, não só como agente regulador da salvaguarda do património inventariado e classificado com interesse municipal, mas também interventor, inclusivamente, no que concerne aos bens classificados como de interesse público e de interesse nacional, obviamente em estreita relação com a Direcção-Geral do Património Cultural e, especialmente, com a sociedade pública Parques de Sintra – Monte da Lua, enquanto entidade gestora da Paisagem Cultural de Sintra.

Em suma, a nossa geração tem que assumir uma atitude inequivocamente *lutadora*, em prol da perenidade da nossa *Herança Cultural*, sem esquecer que o acto de preservar, de restaurar ou de demolir constitui, também ele, um acto cultural indissociável dos nossos próprios tempos e contextos vivenciais, até porque:

«A ideia de defesa e de salvaguarda do património cultural radica na convicção, cada vez mais alargada e generalizada, de que as manifestações do passado histórico é um dos mais relevantes factores de continuidade na construção da memória colectiva dos povos, concorrendo para a definição e a fixação da identidade social e cultural das Nações [...]. Da neblina dos tempos, nos campos da memória emergem os testemunhos materiais [...] resíduos de construções [...] pontuando de sinais o percurso histórico da cultura, nas suas manifestações arquitectónicas, arqueológicas [...]» (FERREIRA, 1992, p. 9)

3. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

Depois da extemporânea classificação do Mosteiro da Batalha, em 1840, e depois várias tentativas, porém inconsequentes, para a criação de uma tutela nacional sobre o Património, foi apenas com o *Plano Orgânico* e o *Regulamento* de 1894, que se constituiu a primeira legislação portuguesa sobre monumentos nacionais², que esteve na génese do documento emitido pela Associação dos Arqueólogos, em 1897. Este relatório, da autoria de Etelvino de Brito – na esteira do pioneirismo de Possidónio da Silva –, foi fundamental para a criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais e seus correspondentes regionais, na dependência do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Competia-lhe, mais uma vez, inventariar e classificar os monumentos nacionais, estudar e aprovar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauro. Todavia, foi somente em 1910, através do Decreto de 6 de Junho (publicado no *Diário do Governo*, de 23 do mesmo mês), que finalmente se publicou uma vasta lista de construções histórico-artísticas classificadas como monumentos nacionais.

Depois da revolução de 5 de Outubro de 1910, logo a 19 de Novembro daquele ano, foi aprovada nova legislação que estabeleceu as bases para a protecção do Património, visando alterações de fundo. O Decreto reformador foi publicado a 26 de Maio de 1911, pelo governo provisório, e contemplava serviços artísticos, arqueológicos e o ensino das artes plásticas. A nova lei do Património trazia algumas novidades, procurando descentralizar as competências dividindo o País em três circunscrições (Lisboa, Porto e Coimbra), onde funcionavam os respectivos conselhos de arte e arqueologia (que, a partir de 1913, passaram a ser tuteladas pelo Ministério da Instrução Pública), cujas obrigações estavam bem definidas: a classificação de monumentos nas áreas da sua competência; a vigilância do seu estado de conservação; e a apresentação de propostas e de pareceres para a sua recuperação.

A integração de artistas, historiadores e de críticos da arte assinalou algumas mudanças nos critérios da classificação, preservação e conservação patrimoniais, designadamente – e para além da consolidação do postulado positivista – a consideração de valores estéticos, históricos e arqueológicos, efetivando-se, assim,

² A legislação nacional foi implementada numa altura em que a Dinamarca (1861), a França (1889), a Austro-Hungria (1891), a Itália e a Roménia (1892) tinham já publicado as suas próprias leis de defesa e salvaguarda o Património.

uma leitura de conjunto (ainda hoje fundamental); introduziu-se o comparativismo histórico-legislativo; alargou-se o objecto de normalização a outros bens de interesse cultural, potenciando a polissemia contida no conceito de Património cultural; generalizou-se também a consciência da dignidade em defender e reconstruir o Património como expressão da cultura portuguesa.

Embora o Decreto de 26 de Maio de 1911 fosse considerado um “marco histórico” na administração, a Lei de 7 de Março de 1932, promulgada por Óscar Fragoso Carmona e Oliveira Salazar, esvaziou-a de conteúdo, pois os tempos eram outros. A ditadura militar e o Estado Novo construíram uma filosofia e ideologia sobre o restauro patrimonial, em absoluto, distintas do pensamento positivista que norteou a I República. Nesse sentido, a *Constituição* de 1933, através do seu artigo 52.º, reflectia, também, um carácter proteccionista do Estado face aos elementos que tinham interesse artístico, histórico e natural, pois, reconheceu o dever oficial de proteger os bens culturais e proibiu a sua alienação a favor de estrangeiros. Em matéria de disciplina jurídico-constitucional, a consideração da protecção do Património natural de forma igual à prevista para os monumentos históricos e artísticos, mostra por parte da aludida *Constituição*, o alargamento do conceito de Património e consequentemente dos objectos, sítios ou imóveis merecedores de protecção legal.

Nesse mesmo ano, foi criado o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), órgão que se destinava fundamentalmente a promover a ideologia do regime e a uniformizar o conhecimento da realidade nacional, desenvolvendo uma actividade cultural cuja tônica dominante era o nacionalismo e o historicismo, contribuindo para a atribuição de uma importância extrema aos grandes monumentos patrimoniais da Nação. Nesta perspectiva, o “culto do monumento histórico” em Portugal foi quase levado à sacralização e fez das construções medievais edifícios carregados de valor histórico, de certa forma intocáveis, apesar da legislação aplicável para a sua protecção e salvaguarda, mesmo com a introdução de diferentes metodologias, estava ainda muito arreigada aos cânones oitocentistas, sobretudo românticos, já de certa forma, abastardados pelo devir do próprio tempo que viam o Património como um objecto estático (FORJAZ, 2005, 12, p. 284).

Entretanto, em 1929, e no quadro de uma das suas apostas culturais e ideológicas do Estado Novo surgiu, com alguma naturalidade, uma nova instituição: a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que tinha como missão encarregar-se, com particular cuidado, de preservar e proteger o Património arquitectónico nacional, porquanto; os monumentos tinham que representar uma mensagem simbólica de determinados momentos da nossa gloriosa História: o Gótico e o “Manuelino”, ou seja, subliminarmente, a alvorada e o esplendor máximo do Portugal ultramarino. Todavia, a implementação prática desta teoria obrigou ao sacrifício de imensuráveis elementos de outras épocas, tidos como atentados à unidade do conjunto.

Por conseguinte, de forma meramente empírica, os restauros então realizados sobrepunham os valores simbólicos aos artísticos, pois, vontade de fabricar uma identidade nacional levou à “construção de novos monumentos”. Eram, tal como preconizara o romântico Voillet-Le-Duc, *imagens* de “como deveriam ter sido”³, ou, na acepção de Riegl, apelando à remoção de tudo o que encobria os edifícios no seu estado original, a cal que escondia as pedras e as siglas, os altares, azulejos e outras adjunções que obliterassem o valor histórico do monumento e a capacidade que ele tem de patentear determinada época.

*

Actualmente, pode ler-se no artigo 9.º da *Constituição da República Portuguesa* que, entre as tarefas fundamentais do Estado Português contempla-se também a imperiosa necessidade de:

«[...] proteger e valorizar o Património cultural do povo português, defender a Natureza e o Ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território».

E no artigo 78.º:

«[...] promover a salvaguarda e a valorização do Património cultural, tornando-se elemento vivificador da identidade cultural comum [e] articular a política cultural e as demais políticas sectoriais [garantindo] o direito, por parte de todos, à fruição e à criação cultural, bem como o dever, por parte de todos, de preservar, defender e valorizar o Património cultural».

³ Tudo isto em dissonância com os princípios gerais da *Carta de Atenas* (1931), redigida no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, ao considerar «[...] o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época». Ainda que – e atendendo ao contexto sócio-cultural político e económico em que foi produzido o documento –, o restauro estilístico era ainda predominante, pois: «[...] os elementos resistentes devem ser dissimulados, salvo impossibilidade total, a fim de não alterar o aspecto e o carácter do edifício a restaurar». O pastiche apenas começou a ser relegado para um plano secundário na *Carta de Veneza* (1964) sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios, porquanto o «[...] o restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitectónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (contemporaneidade)». Finalmente, a *Carta de Cracóvia* (2000), apontando já o rumo do novo século, preconiza o abandono do restauro estilístico e considera que a «[...] reconstrução de partes muito limitadas, com um significado arquitectónico pode ser excepcionalmente aceite na condição de se fundamentar em documentação precisa e irrefutável. Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitectura actual».

A primeira Lei integralmente devotada ao Património (Lei n.º 13/85, de 6 de Junho) apesar das inovações introduzidas, como a possibilidade de se classificarem bens como de valor concelhio, pecou por tardia, mas pecou, sobretudo, pela sua não regulamentação. Por conseguinte, a inexistência de uma lei de desenvolvimento coartou a possibilidade dos municípios classificarem o património de mais-valia local que continuou a ser uma prerrogativa da administração central.

As Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, actualmente em vigor, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e a respectiva legislação de desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro), objectivam a necessidade de cada Município constituir o seu próprio inventário, sendo que, no n.º 1 do artigo 19.º da Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural consagra a necessidade de se elaborarem inventários, definidos como o levantamento sistemático e actualização dos conteúdos informativos, através de levantamentos fotográficos, cartográficos, memorialísticos, bibliográficos e/ou documentais e mapeamento em ambiente SIG. A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece, entre os demais, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º refere que compete às câmaras municipais a «[...] assegurarem incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico [...]».

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, actualmente em vigor, definiu, pela primeira vez, critérios genéricos como fundamento para a apreciação e validação do Património Cultural, contemplando, ainda, a concepção arquitectónica, urbanística, paisagista e, para além destes, o facto de se considerar a «[...] concepção arquitectónica, urbanística e paisagística», ou seja, os *centros históricos* com instrumentos operativos para a sua protecção e valorização, como consta, aliás, na alínea f) no artigo 17.º da aludida Lei. Foi, contudo, com a publicação da inevitável regulamentação que muniu, de forma desenvolvida, em relação às classificações promovidas pelos municípios a dotação, não de uma zona de protecção ou zona especial de protecção, mas a implementação de planos de pormenor de salvaguarda, configurados como unidades de planeamento efectivo, autónomo e legalmente fundamentado (vide Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, artigo 63.º e ss).

Nesse sentido – e sem olvidar outras variáveis –, o Município sintrense dispõe já de um *Regulamento de Inventariação e de Classificação de Património Histórico-Artístico e Cultural como de Interesse Municipal* (aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 23 de Novembro de 2011), cujo objectivo se traduziu no implemento de um instrumento regulador e (*proto*-)protecionista da inventariação e classificação de património como de interesse municipal.

Atendendo ainda aos sentidos polissémicos que integram, hoje, a definição de Património deveria esta hierarquia de importâncias ser repensada tendo em atenção à premência dos valores do século XXI que são, manifestamente, distintos dos que se constituíram no evo novecentista. Dever-se-ia, pois, na esteira de Maria

Helena Barreiros (cf, v.g., «Do IPPC ao IPPAR», in *História do Património*, 2000), reformular esses princípios, alargando os níveis com a adição de novos critérios, designadamente, através de enunciações intermédias. Perante este facto parece-nos, todavia, que se deveria produzir uma nova lei de bases do património cultural que abordasse de forma sistemática as “novas” necessidades de protecção patrimonial na sua pluridisciplinaridade. Ou, nas palavras de Sérgio Lira:

«(...) não nos parece que exija demonstração, que o conceito de 'Património' tem vindo a sofrer alterações significativas com o tempo. O que ontem não era nada de valorável, é hoje objecto de estudo científico; o que ontem era tido como insignificante e corriqueiro, é hoje preservado com custos excepcionais. Esta constatação aparentemente tão simples levanta uma questão grave: aquilo que consideramos 'Património' é, em cada momento, potencialmente diferente. Então, o que é o 'Património'?

A resposta passa necessariamente pelo conceito de 'Construído', agora não no sentido físico de edificado, de pedra sobre pedra, mas no sentido mental de concebido, arquitectado intelectualmente, razoado teoricamente e justificado cientificamente. O 'Património', seja qual for a concepção que dele tenhamos, passa necessariamente, mais que pela vox populi, pela construção teórica que dele fazemos» (LIRA, 1999).

4. OBJECTIVOS

Por conseguinte, para além, como é óbvio, constar o património classificado, realce-se que a inserção do património arquitectónico, do património arqueológico, da arte pública e dos núcleos urbanos com interesse patrimonial e histórico inventariados, constitui uma mais-valia à qual não podemos ficar indiferentes, porquanto se trata de uma valoração desse mesmo património, da sua protecção e enquadramento.

Tudo isto, atendendo, também, que a figura da classificação deve ser aplicada com parcimónia e não de forma generalizada como garante dos patrimónios com interesse para o Município, mas sem reunir as características totalizantes que impendem sobre a responsabilidade *subjectiva* do acto de “classificar”. Deste modo, ao contemplar-se o património arquitectónico, o património arqueológico, a arte pública e os núcleos urbanos com interesse patrimonial no Plano Director Municipal reduz-se, inequivocamente, a necessidade da “classificação compulsiva” como garantia de preservação, não ficando, por conseguinte, a Câmara Municipal de Sintra onerada com as respectivas isenções de IMI e de IMT.

Refira-se, ainda a propósito e a título de exemplo, que as pequenas ermidas góticas e renascentistas que se preservam ainda nos *agri* sintrenses, cuja classificação está, em função da actual *Lei de Bases do Património Cultural*, em termos legais interdita aos municípios (cf. n.º 5 do art.º 94.º), apesar do registo vernacular assumir uma mais-valia para a memoração histórico-patrimonial do Concelho. Neste sentido, a inclusão e a atualização

dos inventários de património no Plano Director Municipal assumem-se como fundamentais para a salvaguarda da nossa própria *memória colectiva*.

Por outro lado, a inserção dos catálogos/inventários do património classificado e inventariado e respectivo mapeamento no âmbito da revisão do Plano Director Municipal contribuirá, decerto, para a preservação da nossa *memória colectiva* e patrimonial sob diversos aspectos. Primeiro, como garantia da sua salvaguarda; segundo, ao permitir a leitura de conjunto da sua distribuição no território o que consentirá um melhor entendimento diacrónico da dispersão/aglomeração da ocupação do território (comparativamente com os elementos a carrear para o processo pelos demais grupos de trabalho): terceiro, constituirá uma base de trabalho para uma verdadeira e aturada investigação sobre a história e património de Sintra, sob uma multiplicidade de perspectivas, até agora impossível de concretizar.

5. PRAXIS E METODOLOGIA

A *Lei de Bases do Património Cultural* consigna – para além da classificação – a inventariação como um dos modelos de protecção do Património em geral, englobando também entre outros, o arquitectónico, o artístico e os aglomerados urbanos, designadamente como se encontra expresso no Artigo 19.º, n.º 1 da aludida Lei:

«Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação».

E no n.º 1 do Artigo 61.º acrescenta:

«Os bens inventariados gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência».

Atendendo às características operativas do Plano Director Municipal, pareceu-nos mais funcional apresentar “bilhetes de identidade” do Património arquitectónico e arte pública. Neste sentido, as memórias existentes foram reduzidas à sua expressão mínima, deixando apenas a informação necessária para a identificação dos bens inventariados e tipo de classificação se existente, mantendo-se, todavia, a correlação com os respectivos números de inventário caso haja, eventualmente, a necessidade de aprofundar a informação num ou noutro caso específico. As fichas assim gizadas obedecem a um modelo único adaptável a diferentes circunstâncias, criando-se, deste modo, uma uniformidade que facilitará a consulta e a interpretação da informação concisa plasmada nas aludidas fichas de inventário.

No que respeita à arte pública constatámos a inexistência de um inventário, pelo que foi imprescindível efectuar o levantamento de várias dezenas de esculturas, inventário que – temos consciência – de estar incompleto, pois não abrange a totalidade das obras existentes no território do Município sintrense. Para a sua integração

referenciada no Plano Director Municipal, procedemos à descrição das obras e apresentamos uma pequena biografia dos autores para melhor contextualizar a obra. Em termos de fichagem adoptámos, pelas razões expostas, o arquétipo já usado para o Património arquitectónico que se revelou, aliás, adaptável com ligeiras alterações, porém não conflituantes com a génese do modelo, tendo em consideração fim em vista.

Para além das fichas existentes – e relembremos, uma vez mais, que o inventário é um processo sempre em construção – contemplámos Património identificado, mas ainda não inventariado, procedendo-se *a posteriori* ao preenchimento completo da sua identificação tipológica, memorialística, bibliográfica e/ou documental, cronológica e iconográfica, visando a concordância com outros bens que integram já, na sua plenitude, o IHAs, no âmbito da Divisão de Cultura.

No que respeita à delimitação “teórica” dos núcleos urbanos, procurou-se encontrar uma unidade compacta, quer em termos do desenvolvimento da morfologia urbana, quer em termos de valorações patrimoniais com interesse em preservar, o espaço histórico, ou seja, por outras palavras o local onde se perpetuam as memórias identitárias das comunidades.

6. NÚCLEOS URBANOS HISTÓRICOS

O Património é hoje um enorme caldeirão onde fervilham conceitos e acepções teóricas e práticas, mais ou menos consistentes, que vão encorpendo o nosso espírito crítico. Objectivar o Património constitui, sem dúvida, uma árdua tarefa dada a multiplicidade de critérios e de variáveis presentes. No entanto, torna-se, pois, imprescindível definir, qual *limes*, as fronteiras daquilo a que se convencionou designar “Património” e, neste contexto, não se poderá olvidar também o conceito de “centro histórico” e mormente a *artificialidade* dos limites impostos, quer com base na qualidade e harmonia do edificado, quer pela morfologia urbana que, apesar dos prospectos em parte adulterados, conservou a morfologia fossilizada de génese islâmica/medieval.

É precisamente neste ponto que reside o cerne da problemática questão do restauro, a sua ambiguidade, o seu equívoco, a sua utopia e a oscilação dos seus autores e críticos entre a pretensão de conservar os monumentos, as paisagens e os denominados “centros históricos” que a história foi alterando, guardando o respeito pelas obras de todas as épocas (vide as cartas *de Atenas*, 1931, de *Veneza*, 1964, e de *Cracóvia*, 2000).

Por conseguinte, em Portugal, a legislação com incidência sobre a salvaguarda dos centros históricos tem uma história muito recente, inclusivamente o Estado Novo promoveu a recuperação urbana, mas esta traduziu-se numa política de obras públicas assente no conceito de embelezamento (vide o caso de Óbidos). Foi, apenas, em 1944 que surgiu a imposição de se elaborarem planos de urbanização em todas as sedes de concelho – ainda que só em 1970 tenha sido regulamentada a política de solos –, tendo, como resultado dessa

determinação, a execução do Plano de Urbanização de Sintra, em 1949, pelo arquitecto-urbanista Étienne de Gröer, também autor, por exemplo, dos planos da Costa do Sol e de Lisboa (GOMES, 2011).

Todavia, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, também, formulou critérios genéricos como fundamento para a apreciação e validação dos centros históricos como instrumentos operativos para a sua protecção e valorização, como consta, aliás, no artigo 17.º da aludida Lei. E no n.º 2 do Artigo 44.º dispõe-se o seguinte:

«[...] o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promoverão, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos e industriais integrados na paisagem».

Dever-se-á, todavia, ter em consideração que o turismo, para além do seu valor acrescentado não deixa de se um factor exógeno que conflitua, também, com o equilíbrio pré-existente, designadamente, os impactos negativos decorrentes da massificação, como, entre outros, a perda de significado e estandardização dos bens culturais e a cristalização dos espaços urbanos em cenários, de autenticidade duvidosa, o consumo excessivo de recursos e o aumento do tráfego.

Por tudo isto, este fenómeno universal tem vindo a deixar marcas profundas no Património – sobretudo no Património tido como multinacional –, que se tem desgastado rapidamente, não só pela pressão humana (fruto do “turista predador”), mas também naquele que se localiza em grandes centros urbanos, através dos elevados níveis de poluição. Estes factores, aos quais se poderão aduzir outros de menor relevância, têm provocado danos, por vezes, irreparáveis.

*

Na área do Município de Sintra contemplámos, pois, atendendo à qualidade e unidade da arquitectura presente já *cristalizada*, os seguintes núcleos urbanos com interesse histórico: Sintra, Queluz, Belas, Agualva, Rio de Mouro Velho, Colares, Ulgueira, Penedo e Azenhas do Mar. Considerou-se também nesta seriação a aldeia de Almoçageme, quer pela importância dos largos principal e subsidiário, a sua morfologia urbana compacta que envolve o espaço cívico e que revela uma origem islâmica/medieval. Para a delimitação dos contornos óptimos, sempre que possível, pelo recurso a edifícios, muros, estradas e caminhos, vedações naturais e noutros casos, o curso de linhas de água ou curvas de nível.

Para além dos casos enunciados, existe uma outra *situação excepcional* a considerar, porquanto não se enquadra no contexto de centro histórico, é o *espaço vazio*, ou seja trata-se do largo de São João das Lampas aqui inscrito como “Medida de Forma complementar”. De facto, os largos constituem centralidades sócio-culturais, religiosas e económicas, são os centros cívicos das povoações, infelizmente, no caso vertente

encontra-se já muito descaracterizada nos prospectos vernaculares e apresenta-se como um aglomerado urbano disperso.

Os largos ou praças extravasam, pois, o seu próprio mimetismo espacial, apesar da envolvente que os enforma e contribui, inequivocamente, para o seu sentido enquanto polos agregadores das comunidades, também no sentido de serem:

«Os espaços das praças são espaços de atracção. Olhar através do espaço de uma praça é caminhar nela, percorrê-la, olhar através do tempo, porque a praça dá conteúdo ao tempo» (ANDRÉ, 2010, p. 2).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui aportados, convém referir, em primeiro lugar e pela sua pertinência, a questão do artigo 15.º, n.º 7 da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) ao considerar que: «Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional». Esta interpretação da classificação de carácter automático, ao ter posto em causa os direitos dos administrados, foi sempre repudiada pela Câmara Municipal de Sintra, ainda que o órgão da administração central competente tenha, ao abrigo do citado artigo, interpretado daquela forma, com as inerentes consequências. Esta interpretação da aplicação cega da classificação automática como Monumento Nacional dos bens que integram as áreas classificadas como Património Mundial pela UNESCO, contraria, além do mais, os princípios gerais, designadamente, da prossecução do interesse público e da efectiva protecção dos direitos e interesses dos cidadãos.

Sucede, porém, que a legislação de desenvolvimento (Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro) flexibilizou a aplicação automática do artigo 15.º n.º 7 da Lei de 107/2001, de 8 de setembro. De facto, o alargamento dos horizontes legislativos ao determinar a abertura oficiosa e casuística atendendo ao próprio valor intrínseco do bem passível de classificar como de Interesse Nacional, pois, como concluiu Nuno Sá Gomes:

«Efectivamente, cada prédio incluído no conjunto, não classificado de per si, não terá valor patrimonial, pois a classificação dirige-se ao conjunto e não a cada prédio [...]. Obviamente que os prédios incluídos num conjunto classificado, podem ter valor patrimonial de per si, individualmente, sendo classificados como monumentos nacionais ou regionais, imóveis de interesse público e valor municipal ou concelhio, e, neste caso, eles próprios gozam de isenção [...] mas não já o conjunto em que estão integrados [...]» (GOMES, 2006, p. 601).

Seja como for, em matéria do Património arquitectónico com valor histórico e artístico (isolado ou na situação de aglomerado ou arte pública), e para além da paisagem natural, cujos modelos se encontram de forma eficaz as questões geomorfológicas, rurais e silvestres – ou, no nosso caso específico, também, cultural –, contemplando

a flora e a fauna como parte integrante desses modelos, como uma mais-valia crucial para a protecção da Natureza idiossincrática (e relembramos aqui que uma larga faixa de Norte para Sul, ao longo do litoral e do interior imediato percorre a área do Município de Sintra está “salvaguardada” através do Parque Natural de Sintra) ou, particularmente, da resultante da modelação humana.

Esta “envolvente ambiental”, mas sobretudo a paisagística, encontra-se, pois, omissa na presente revisão do Plano Director de Sintra, designadamente no que concerne aos jardins e parques botânicos memoráveis. Aqui aportados verificamos, também, que o Tema 11 não contempla a Paisagem Cultural de Sintra como uma unidade operativa, área fundamental no que concerne à gestão do território, à qual dever-se-á aduzir a respectiva Zona Especial de Protecção.

No que concerne ao Património há ainda a considerar as cartas e convenções da UNESCO e do ICOMOS ratificadas pelo Estado português e avaliar a sua aplicabilidade no que concerne, sobretudo à gestão activa do património universal, dos centros históricos, do restauro e da reconstrução patrimonial e paisagística. A este propósito, não devemos ainda esquecer a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 20 de Outubro de 2000) e vertida em lei pelo Estado português através do Decreto-Lei n.º 4/2005, de 14 de Fevereiro, onde se afirma, no seu artigo 5.º que «[...] a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa um comportamento fundamental do património cultural e natural europeu [...]» e, mais recentemente, a publicação da Portaria n.º 124/2014, de 24 de Junho, que regulamenta a Lei n.º 53, de 5 de Setembro, que estabelece os critérios para o Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público (RNAIP), obviamente numa perspectiva diacrónica ou, até mesmo, na sua dimensão histórica.

Finalmente, referimos que o Património material, enquanto “volume” implantado ou soterrado no terreno consiste, quanto, a nós um instrumento de gestão territorial, independentemente dos considerandos que deles se possa retirar através do seu estudo, no âmbito das Humanidades e das Ciências Sociais. De facto a gestão efectiva do Património e das inerentes servidões administrativas, no que concerne ao classificado, deveria integrar-se na unidade orgânica com competências no planeamento e gestão do espaço do Município de Sintra, designadamente, e para além do património inventariado/classificado, o Património deve assumir-se como elemento incontornável no que respeita, também, à implementação de quaisquer ferramentas de gestão territorial, garantindo, assim, a sua perenidade.

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO
NA ÁREA DO CONCELHO DE SINTRA

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO COMO DE INTERESSE MUNICIPAL

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Classificação
Conjunto formado pela casa dos Lafetás	União Freg. Sintra	Quinta do Cosme	Entre Galamares e Casal da Nora junto EN 247	IIM Imóvel de Interesse Municipal; (ant.vc) Decreto nº 8/83, de 24.1.1983
Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém	Rio de Mouro	Rio de Mouro	Largo 1º de Dezembro	IIM Imóvel de Interesse Municipal (ant. v.c.); Decreto nº 2/96, de 6.3.1996
Quinta de Valmarinha e sua casa	Colares	Almoçageme	Fangóia	IIM Imóvel de Interesse Municipal (antigo VC); Decreto nº 67/97, de 31.12.1997
Fontes barrocas da Vila de Sintra (Fonte da Pipa)	União Freg. Sintra	Sintra	Largo da Fonte da Pipa	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005
Fontes barrocas da Vila de Sintra (Fonte da Sabuga)	União Freg. Sintra	Sintra	Av. Duque de Saldanha	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005
Fontes barroco-revivalistas da (Fonte de Mata-Alva)	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal, de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005
Fontes barroco-revivalistas (Penha-Verde ou D'El-Rei)	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal, de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005
Fontes barroco-revivalistas (Fonte dos Ladrões)	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal, de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Classificação
Fontes barroco-revivalistas* (Fonte de Seteais)	União Freg Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal, de 10.12.2004, e deliberação da Assembleia Municipal de 14.1.2005
Fonte de São Pedro	União Freg. Sintra	São Pedro de Penaferim	Largo D. Fernando II	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal. de 25.1.2006, e deliberação da Assembleia Municipal de 24.2.2006
Quinta da Fidalga	União Freg. Agualva e Mira-Sintra	Agualva	Largo da República	IIM Imóvel Interesse Municipal; despachos do Vereador da Cultura e do Presidente de 6.7.2006 e de 10.7.2006 , respetivamente.
Quinta da Bela Vista	União Freg. Cacém e S. Marcos	Cacém	Rua Ribeiro de Carvalho, 2/24	IIM Imóvel Interesse Municipal; deliberação da Câmara Municipal de 9.8.2006 e deliberação da Assembleia Municipal de 12.10.2006
Monumento da Grande Guerra	União Freg. Sintra	Sintra	"Correnteza"	IIM Imóvel Interesse Municipal; despachos de 1.10.2009 e 6.10.2009 – edital n.º 508/2009, de 6.10.2009
Escola Domingos José de Moraes	União Freg. Sintra	Estefânia	Largo do Moraes	IIM Imóvel Interesse Municipal; despacho 12.5.2010- edital n.º 92/2010 de 12.5.2010. deliberação da Câmara Municipal de 8.9.2010 e deliberação da Assembleia Municipal de 23.9.2010
Edifício dos Paços do Concelho	União Freg. Sintra	Sintra	Largo Vergílio Hora	MIM Monumento de Interesse Municipal (despacho de 17/10/2011, editais n.ºs 446/2011 de 28/11 e n.º 80/2012 de 15/3 e declaração de retificação n.º 583/2012 de 3/5)
Colónia de Férias da C.P., composto por diversos edifícios entre os quais, a casa do guarda, os dormitórios, o refeitório, a área de lazer e uma torre (depósito de água)	Colares	Praia das Mações	Av. do Atlântico	MIM Monumento de Interesse Municipal; despacho de 28.08.2013, edital n.º 173/2013 de 28.08

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Classificação
Linha de elétrico de Sintra, na totalidade do seu percurso atualmente subsistente, incluindo as respetivas estruturas de apoio e composições, nomeadamente, o terminal da Ribeira antiga, composto por garagem e oficina, esta constituída pela mina e represa, pelo edifício de apoio no Banzão,	União Freg Sintra e Freg. Colares	Sintra-Praia das Maças	União das Freg. de Sintra e Freg. de Colares	CIM Em vias de classificação, fase de audiência prévia edital 196/2013 de 5 de setembro

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO COMO INTERESSE PÚBLICO

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Igreja da Misericórdia	Colares	Colares	Largo da Misericórdia e Rua 16 de Infantaria	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 2/96, de 6.3.96	
Igreja de Santo António ou de Nossa Senhora das Mercês	Colares	Penedo	Lugar do Penedo	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 44075, de 5.12.1961	
Igreja de São Lázaro	União Freg. Sintra	Sintra	São Pedro de Penaferrim	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 22617, de 2.6.193/2012	Zona Especial de Protecção D.G.II Série, nº 37, de 15.2.1951
Ermida de São Mamede	União Freg. Sintra	Janas	Estrada Janas-Fontanelas	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 44075, de 5.12.1961	Audiência Prévia - projeto de decisão DGPC relativo à fixação da zona especial de proteção (ZEP) da capela de S. Mamede de Janas
Capela de São Sebastião	União Freg. S. João das Lampas e Terrugem	Terrugem	Junto à estrada Sintra-Ericeira	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 37366, de 5.4.1949	
Chalé da Condessa de Edla	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Parque da Pena	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 45/93, de 30.11.93	

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Convento dos Capuchos	Colares	Serra de Sintra	Serra de Sintra	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 37077, de 29.9.1948	
Forte da Roca ou Forte do Espinhaço	Colares	Cabo da Roca	Alto das Entradas a SE do Cabo da Roca	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 129/77, de 29.9.1977; Decreto nº 28/82, de 26.2.1982	
Igreja Matriz de São João Degolado e respectivo adro	União Freg. S. João das Lampas e Terrugem	Terrugem	Terrugem	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 44075, de 5.12.1961; e Despacho do Ministro da Cultura de 21.6.2004, que determinou o alargamento da classificação de forma a incluir o adro	
Igreja Matriz de São Pedro de Almargem do Bispo	União Freg. Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	Almargem do Bispo	Adro da Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 43073, de 14.7.1960	Aguarda a inclusão, pela DGPC, do adro na respectiva classificação
Palacete Pombal ou Condes de Almeida Araújo	União Freg. Belas e Queluz	Queluz	Largo do Palácio Nac. de Queluz	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 45/93, de 30.11.1993	
Palácio de Monserrate	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 95/78, de 12.9.1978	
Palácio de Seteais	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 36383, de 28.6.1947	
Palácio e Quinta do Ramalhão	União Freg. Sintra	Ranholas	E.N. 249 km. 17	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 2/96, de 6.3.1996	
Pórtico da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Misericórdia	União Freg. Belas e Queluz	Belas	Adro da Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto nº 8252, de 10.7.1922	Aguarda, pela DGPC, a ampliação da classificação ao templo e a inclusão do adro

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Pórtico, Igreja Matriz de São João Baptista e respectivo adro	União Freg. São João das Lampas e Terrugem	São João das Lampas	Adro da Igreja	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 8252, de 10.7.1922; e Despacho do Ministro da Cultura, de 21.6.2004, que determinou o alargamento da classificação à respetiva igreja e adro	
Quinta de São Sebastião	União Freg. Sintra	Sintra	Rua Guilherme Gomes Fernandes	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 67/97, de 31.12.1997	
Quinta do Marquês	União Freg. Belas e Queluz	Belas	Rossio de Belas	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 32973, de 18.8.1943	
Quinta do Relógio	União Freg Sintra	Sintra	Alameda de Almeida Garrett	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 67/97, de 31.12.1997	
Quinta dos Ribafrias	União Freg. Sintra	Cabriz	Estrada Lourel-Cabriz	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 32973, de 18.8.1943	
Santuário da Peninha	Colares	Peninha	Serra de Sintra	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 129/77, de 29.9.1977	
Convento de Sant'Ana da Ordem do Carmo	Colares	Eugaria	Acesso pela estrada Eugaria-Gigarós seguida pelo caminho do Carmo	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 5/2002, de 19.2.2002	
Fonte da Cabrela ou Fonte Velha	União Freg. S. João das Lampas e Terrugem	Cabrela	Rua da Fonte Velha	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 5/2002, de 19.2.2002	
Quinta da Regaleira	União Freg Sintra	Sintra	Estrada Sintra-Colares Rua Barbosa do Bocage, 5	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 5/2002, de 19.2.2002	

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Quinta do Bonjardim	União Freg Belas e Queluz	Venda Seca	Acesso pela EN. 250	IIP Imóvel de Interesse Público; Decreto n.º 5/2002, de 19.2.2002	
Quinta do Molha Pão	União Freg Belas e Queluz	Belas	Estrada da Carregueira	MIP Monumento de Interesse Público; Portaria 740-DE/2012	
Casa dos Ciprestes incluindo a cerca	União Freg Sintra	Sintra	Rua do Roseiral, 3 e 5	IIP Imóvel de Interesse Público; Portaria n.º 722/2005, de 29.6.2005	
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Colares	Ulgueira	Adro da Igreja	MIP Monumento de Interesse Público; Portaria n.º 740-FJ/2012 de 31 de Dezembro	
Igreja Matriz de Nossa Senhora Purificação e respetivo adro	União Freg Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	Montelavar	Adro da Igreja	MIP Projeto de decisão da classificação como Monumento de Interesse Público; Anúncio 3175/2012 DR2ª Série n.º 32 14 de Fevereiro	
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, incluindo o adro	Colares	Colares	Largo Dr. Carlos França	MIP Monumento de Interesse Público; Portaria n.º 168/2013 de 5 de Abril	

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO CLASSIFICADO COMO INTERESSE NACIONAL

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Antigo Repuxo	União Freg. Sintra	Sintra	Jardim da Preta, Paço da Vila de Sintra	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	
Castelo dos Mouros/Antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Cume da Serra de Sintra	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	Zona Especial de Protecção – Port. N.º 670/92. D.R. II Série, n.º 150, de 30.6.1999
Igreja da Penha Longa	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Quinta da Penha Longa	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Igreja de Santa Maria	União Freg. Sintra	Sintra	Arrabalde	MN Monumento Nacional; Decreto nº 8218, de 29.6.1922	Zona Especial de Protecção – Port. nº 670/92, D.R. II Série, nº 150, de 30.6.1999
Palácio Nacional da Pena	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Nossa Senhora da Pena	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	
Palácio Nacional de Queluz	União Freg. Belas e Queluz	Queluz	Queluz	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	ZEP Zona Especial de Protecção D.G. II Série, nº 200, de 24.8.1968
Palácio Nacional de Sintra	União Freg. Sintra	Sintra	Terreiro Rainha D. Almeida	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910	
Pelourinho	Colares	Colares	Largo do Pelourinho	MN Monumento Nacional; Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910 e Decreto-Lei nº 23122, de 11.10.1933	
Quinta da Penha Verde	União Freg. Sintra	Serra de Sintra	Estrada Barbosa du Bocage	MN Monumento Nacional; Decreto nº 39175, de 17.4.1953	
Aqueduto das Águas Livres (troços fora do concelho de Lisboa)	União Freg. Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, Casal de Cambra, União Freg. Belas e Queluz, União Freg. Agualva e Mira- Sintra	Belas <i>et alii</i>	Belas <i>et alii</i>	MN Monumento Nacional; Decreto nº 5/2002, de 19.2.2002	

ARQUITECTURA E PAISAGEM CLASSIFICADA COMO PATRIMÓNIO MUNDIAL PELA UNESCO

Designação	Freguesia	Lugar	Local	Tipo de classificação	Zona proteção
Paisagem Cultural de Sintra	União Freg. Sintra; Freg. Colares	Sintra <i>et alii</i>	Vila de Sintra, Serra e seus monumentos integrados na área definida	Classificada como Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, na 19ª Sessão do Comité do Património Mundial UNESCO, reunida em Berlim, no dia 6 de dezembro de 1995	ZEP fixada pelo Aviso n.º 15169/2010, de 30 de julho

CAPÍTULO 2

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DE SINTRA

O Concelho de Sintra possui mais de 270 estações arqueológicas registadas e disseminadas por todo o Município, testemunhando pois uma intensa e contínua ocupação humana de todo este território ao longo de milhares de anos.

Figura 1 – Património Arqueológico do Concelho de Sintra disponível na base SIG da Autarquia em Julho DE 2014.



Figura 2– Utensílios paleolíticos recolhidos na Jazida da Assafora .

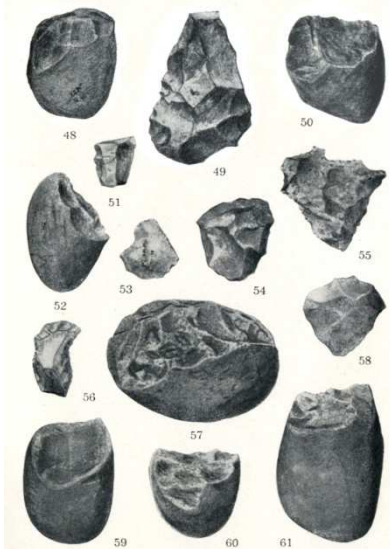


Figura 3 – Concheiro de Magoito (cerca de 9000 AC), aspecto da escavação realizada na década de 1980.



Os mais antigos vestígios desta densa ocupação remontam ao Paleolítico Inferior (há cerca de 700.000 anos) e estendem-se pelas primeiras fases deste mesmo período, Epipaleolítico e Mesolítico, possuindo uma extrema relevância durante a pré-história recente – Neolítico e Calcolítico –, documentando a Proto-história (Idades do Bronze e Ferro) local, elucidando abundantemente a importância da ocupação de época romana dos campos afectos à cidade de *Olisipo* (actual Lisboa) e continuando pela Antiguidade tardia, pelo período de Ocupação Islâmica, a Idade Média e a Época Moderna; a que se somam sítios contemporâneos integrados no domínio da Arqueologia Industrial.

Esta extrema quantidade de vestígios prende-se certamente com as muito favoráveis condições naturais do território que hoje corresponde ao Município de Sintra. Na realidade Sintra localiza-se na designada península de

Lisboa, a norte do amplo estuário do Tejo, numa área caracterizada pela diversidade geomorfológica, amenidade do clima, fertilidade dos solos e ampla orla costeira – com a presença de pequenas entradas de mar, hoje assoreadas, que correspondiam a pequenos portos.

Para além das condições naturais que atraíram para este território grupos humanos desde as mais remotas épocas, a área de Sintra constitui um espaço amplamente pesquisado não apenas já na fase antiquarista do Renascimento mas, também, desde os alvares da arqueologia científica (meados do séc. XIX), tendo sido durante décadas um local privilegiado de pesquisa para investigadores e cientistas oriundos das principais instituições nacionais – Museu Nacional de Arqueologia, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sociedade de Geografia, Serviços Geológicos de Portugal – que a Sintra dedicaram continuados e intensos estudos.

Figura 4 – Sítio Arqueológico do Alto da Vigia – Santuário dedicado ao Sol à Lua e ao Ocean.o aspecto dos trabalhos arqueológicos actuais.



Recorde-se, a propósito, que a mais antiga descoberta arqueológica consciente ocorrida em Portugal teve precisamente lugar em Sintra, em inícios 1505, quando foram descobertos junto à foz da Ribeira de Colares, junto à arribas sobranceira à Praia das Mações, vestígios pertencentes a um santuário romano dedicado ao Sol e à Lua, achado que atraiu a corte do Rei D. Manuel, e cuja notícia de percorreu o mundo erudito – a Europa – de então.

O conhecimento que possuímos hoje do riquíssimo património arqueológico sintrense resulta, pois, da acumulação de dados obtidos ao longo de uma pesquisa já centenária, que se desenvolveu com maior significado durante o séculos XIX e XX, com natural continuidade nos dias de hoje.

Como consequência desses trabalhos constituíram-se entretanto amplas colecções arqueológicas provenientes de Sintra depositados em museus centrais (Museu Nacional de Arqueologia, Museu do Instituto Geológico e Mineiro) as quais, ainda hoje, constituem referências para o Património Arqueológico Nacional; para além, evidentemente, dos múltiplos e mais abundantes conjuntos conservados no próprio Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Figura 5 - Villa romana de Santo André de Almoçageme, perspectiva dos trabalhos de campo.



Figura 6 - Ponte Romana da Catribana.



A esta riqueza patrimonial corresponde um número significativo de monumentos e sítios arqueológicos sintrenses classificados em diferentes categorias (Monumento Nacional; Imóvel de Interesse Público, Sítio de Interesse Público, Sítio de Interesse Municipal) que hoje se dispersam por todo o município sintrense. De entre estes salientam-se os monumentos megalíticos do IV e III milénio a.C.– antas, *tholoi* e grutas artificiais – e ruínas romanas (séc. I – V d.C.) de *villae*, estruturas viárias, arquitectura pública, pedreiras e monumentos funerários deste mesmo horizonte cronológico; constituindo um reflexo directo das épocas melhor documentadas na área de Sintra.

O presente relatório-diagnóstico inclui assim a listagem do património arqueológico terrestre – e subaquático, como veremos mais adiante – actualmente conhecido, em Sintra, cruzando (a) os dados bibliográficos publicados; (b) a base de dados “Endovélico” relativa ao património arqueológico nacional; (c) as colecções integradas nos vários de museus; e (d) o próprio conhecimento de terreno que hoje dispomos. L

Este documento integra, então, dois quadros-síntese relativos ao Património Arqueológico Terrestre – Quadro 1 – e ao Património Arqueológico Subaquático – Quadro 2 –, isto para além das fichas descritivas dos sítios arqueológicos em análise

Integram-se também neste inventário Áreas de Sensibilidade Arqueológica Moderada (ASA) e Áreas de Sensibilidade Arqueológica Muito Elevada (ASAE) inerentes aos centros históricos de Sintra e Colares, núcleos de povoamento urbano com origem medieval – e no caso da Vila de Sintra, claramente anterior –, estruturantes para o conhecimento do território de sintrense e cuja demarcação foi possível cruzando significativas e eloquentes fontes históricas escritas, iconográficas e arqueológicas. Demarcaram-se assim três áreas de Sensibilidade Arqueológica Muito Elevada: (a) ASAE da Vila Velha de Sintra, (b) ASAE do Arrabalde/São Miguel de Sintra e (c) ASAE do Centro Histórico de Colares; as duas primeiras envolvidas pela Área de Sensibilidade Arqueológica – ASA – de Sintra-Arrabalde e a última envolvida pela Área de Sensibilidade Arqueológica – ASA – de Colares.

Ressalvamos, no entanto, o facto dos elementos agora apresentados virem sempre a completar-se com novos trabalhos arqueológicos, designadamente de prospecção superficial sistemática de áreas só parcelarmente reconhecidas.

Refiramos, por outro lado, o caso específico dos múltiplos achados epigráficos romanos isolados que se conhecem no vasto território de Sintra, maioritariamente em contexto de reutilização, e que não significam necessariamente que os locais de achado correspondam a sítios arqueológicos concretos. Assim, sempre que não existam outras evidências histórico-arqueológicas coevas nas áreas de tais achados – e que deste modo

lhes forneçam a necessária contextualização –, este tipo de peças não foi considerada para inventariação directa dos sítios. Tal opção encontra fundamento no facto de estar atestado o deslocamento de muitas delas ao longo dos séculos – e por vezes para distâncias significativas – por motivos utilitários.

Não foram igualmente demarcados na base geográfica achados isolados de proveniência vaga e cuja tipologia não permite confirmar a existência de jazidas nos locais específicos da sua recolha. Este é o caso dos machados de pedra polida, também designados “pedras de raio” que, como sabemos, eram popular e tradicionalmente recolhidos e guardados nas casas para protecção das trovoadas.

Mencionemos, ainda, a não referenciação geográfica de achados notáveis mas com locais de achamento difusos, como o conjunto de moedas romanas do século IV e oriundo de uma quinta – não identificada – de São Pedro de Sintra (cf. Vasconcelos, 1920, 237), bem como o notável grupo de lucernas, também atribuíveis à época romana, referidas como sendo genericamente provenientes da Serra de Sintra (cf. Ferreira e Tavares, 1954, 23-30).

Quanto ao Património arqueológico subaquático, campo de pesquisa com características muito particulares em termos metodológicos e científicos, as informações aqui apresentadas foram inteiramente coligidas a partir da base de dados da Direcção Geral do Património Cultural – “Endovélico”. Trata-se de um conjunto de vinte e nove ocorrências dispersas ao longo da costa sintrense, sobretudo concentradas na zona do Cabo da Roca (com dois terços dos achados), mas também existentes nas praias da Samarra, Praia das Maças, Magoito, Azenhas do Mar e Aguda. Em termos de Arqueologia subaquática nenhuma das jazidas ou achados se encontra georreferenciada na cartografia que agora apresentamos, em virtude de tais localizações não se encontrarem ainda disponíveis na mencionada base da Direcção Geral de Cultura.

A síntese que ora se apresenta encontra-se elaborada no sentido de cumprir o estipulado na Lei de 107/2001 de 8 de Setembro, que *Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural*, sobretudo atendendo ao disposto no Título VII, Capítulo II – Do Património Arqueológico, artigos 74.º-79.º.

Quadro 1 – Património Arqueológico Terrestre do Concelho de Sintra

Número SIG CMS	Código Nacional de Sítio	Designação	Tipo de Sítio	Protecção	Localização Administrativa
1	18945	Jazidas Paleolíticas da Assafora	Vestígios de Superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem	São João das Lampas e Terrugem

				Cultural de Sintra	
2	1467	Estação Arqueológica do Mato Tapado	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
3	19471	Estação arqueológica do Cabeço dos Sete Moios	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
4	174	Fojo dos Morcegos	Gruta	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
5	3268	Estação arqueológica das Ermidas	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
6	3729	Povoado calcolítico da Pedranta	Povoado	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
7	-	Arriba da Samarra - Estação Proto-histórica	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
8	3773	Sepultura Pré-histórica da Samarra	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
9	6078	Estação arqueológica da Cortesia	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
10	-	Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Consolação	Necrópole / Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem

11	19474	Casal de Pianos	Necrópole / Povoado / Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
12	19476	Jazidas neolíticas da Catribana	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
13 13B		Azenha na Catribana	Azenha	Classificado Imóvel de Interesse Público dec. n.º 26-A/92, DR 126 de 1 de Junho	São João das Lampas e Terrugem
14 14B	1131 1521	Calçada e Ponte Romanas na Catribana	Via e Ponte	Classificado Imóvel de Interesse Público dec. n.º 26-A/92, DR 126 de 1 de Junho	São João das Lampas e Terrugem
15	1460	Castelo da Catribana	Povoado	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
16	-	Necrópole Romana do Castelo da Catribana	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
17		Lapiás do Arco da Segueiteira	Vestígios soterrados	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
18	6063	Sítio Rupestre da Laje Erguida ou das Pedras Negras	Sítio rupestre	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
19	19466	Jazidas Paleolíticas do Magoito	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem

20	-	Necrópole medieval e tardo-medieval da Igreja Paroquial de São João das Lampas	Necrópole	Inventariado abrangido pela classificação como Imóvel de Interesse Público do Pórtico da Igreja Matriz de São João das Lampas –Dec. n.º 8 252, DG, I Série, n.º 138, de 10-07-1922 Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
21	12042	Estação Arqueológica da Barota	Estação de ar livre	Inventariado	Massamá e Monte Abraão
22	-	Estação arqueológica das Pedras Negras	Mancha de ocupação	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
23	-	Estação arqueológica de Amoreira	Via e Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
24	-	Estação arqueológica das Pedras de Ouro	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
25		Sítio Pré-histórico de Covas de Ferro	Mancha de ocupação	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
26 26A	688	Conjunto Megalítico da Barreira/ Menires da Barreira, no Monte da Barreira	Cromeleque	Classificado Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 45/93, DR 280 de 30 de Novembro Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
27	-	Estação	<i>Habitat</i>	Inventariado	São João das

		arqueológica do Funchal/ Marco Geodésico		Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Lampas e Terrugem
28 28A	659	Ruínas de São Miguel de Odrinhas	Villa e Necrópole	Classificado Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 42 692, DG 276 de 30 Novembro 1959 Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
29	-	Estação Arqueológica de Faião	Habitat, Necrópole, Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
30	-	Estação Arqueológica de Rebanque	Habitat	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
31	-	Estação Arqueológica de Fonte Figueira	Habitat	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
32	-	Estação arqueológica de Lafões	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
33	-	Estação arqueológica dos Barruncheiros	Povoado	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
34	-	Sepultura do Rei Mouro	Necrópole	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
35	-	Jazidas Paleolíticas da Praia das Maças	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
36	10297	Estação Epipaleolítica da Praia do Magoito	Concheiro	Inventariado Abrangido pela Zona de	São João das Lampas e Terrugem

				Transição da Paisagem Cultural de Sintra	
37	19467	Estação proto-histórica da Praia do Magoito	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
38	19469	Necrópole do Pinhal dos Cochos	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
39	19470	Necrópole Romana dos Espadanais	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
40	65	Jazidas paleolíticas da Praia da Aguda	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
41 41A	227	Ermida de São Mamede de Janas e necrópole	Necrópole	Classificado Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 44075, de 5 de Dezembro de 1961; Constituição de ZEP - Portaria n.º 401/2014, DR, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
42	19464	Povoado Pré-histórico de São Mamede de Janas	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
43	19468	Jazida de sílex de Gouveia	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
44	19463	Ruínas da Ermida da Senhora do Ó,	Ermida	Inventariado	São João das Lampas e

		Pernigem		Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Terrugem
45	-	Villa Romana da Pernigem	Villa	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
46	91	Anta das Pedras da Granja/ Meirames, Várzea de Sintra	Anta	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
47	-	Necrópole medieval da Igreja de São Sebastião da Terrugem	Necrópole	Inventariado Abrangido por classificação da Igreja de São Sebastião - Dec. n.º 37 366, DG 70 de 05 Abril 1949 Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
48	-	Necrópole da Igreja Matriz de São João Degolado da Terrugem	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Classificação da Igreja de São João Degolado, Paroquial da Terrugem e respectivo adro - Portaria n.º 143/2014, DR, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro	São João das Lampas e Terrugem
49	3060	Povoado do Alto do Montijo	Povoado	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
50 50A	1851	Fonte de Armês ou Fonte dos Mouros, Armês	Fonte	Classificado Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 29/90, DR 163 de 17 de Julho	São João das Lampas e Terrugem
51	-	Estação arqueológica de Limites de Abremum	Habitat	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

52	-	Igreja Matriz de Montelavar	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido por classificação como Monumento de Interesse Público - Portaria n.º 740-CU/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24 de Dezembro	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
53	-	Estação arqueológica do Outeiro, Montelavar	Vestígios diversos	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
54 54A	3245	Sítio Arqueológico da Granja dos Serrões, incluindo <i>villa</i> romana – com <i>pars rustica</i> –, respectiva necrópole de incineração e local do templo consagrado a Júpiter e necrópole alto-medieval	<i>Villa</i> , Templo, Necrópoles	Classificado Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
55	-	Povoado do Monte da Maceira	Povoado	Inventariado Abrangido pela classificação do Sítio Arqueológico da Granja dos Serrões - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
56	-	Lapiás da Granja dos Serrões	Vestígios diversos, Necrópole	Inventariado Abrangido por classificação do Sítio pelo Decreto-Lei n.º 393/91 de 11 de Outubro; Abrangido pela classificação do Sítio Arqueológico da Granja dos Serrões - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

57	-	Estação arqueológica da "Terra das Cenouras"	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
58	30119	Estação Arqueológica do Casal do Silvério	Necrópole, <i>Villa</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
59	18356	Jazida Paleolítica da Várzea do Almargem	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
60	-	Necrópole de São Pedro de Almargem do Bispo	Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação da Igreja de Almargem do Bispo - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 43 073, DG, I Série, n.º 162, de 14-07-1960	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
61 61A	1835	Sítio Arqueológico de Olelas, incluindo o povoado e grutas com ocupação Pré-histórica	Povoado, Grutas	Classificado Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 208/2013, DR, 2.ª série, n.º 71, de 11 de Abril	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
62 62A	146	Monumento Pré-histórico da Praia das Maças	<i>Tholos</i>	Classificado Monumento Nacional – Dec. n.º 735/74, DG 297 de 21 Dezembro; dispõe de Zona Especial de Protecção – Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 21 de Janeiro. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Colares
63	19458	Sítio Arqueológico do Alto da Vigia: Santuário consagrado ao Sol e à Lua e ao Culto Imperial	Santuário, Templo, Necrópole, <i>Ribat</i>	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares

64; 64A		Fonte tardo-medieval da Cabrela	Fontanário	Classificado Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 5/2002, DR, I Série B, n.º42 de 19 de Fevereiro	São João das Lampas e Terrugem
65	-	Jazidas Paleolíticas da Praia da Adraga	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
66	19456	Estação Pré-histórica da Adraga	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
67	19457	Estação arqueológica das Vinhas da Funcheira	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
68 68A	3249	<i>Villa Romana de Santo André de Almoçageme, incluindo pars urbana e pars rustica</i>	<i>Villa</i>	Classificado Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31 de Dezembro; Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
69	19460	Aldeia medieval do Covão	Núcleo de povoamento	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º	União das Freguesias de Sintra

				15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	
70	19459	Necrópole Romana do Pinhal da Nazaré	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Colares
71	-	Castelo de Colares	Núcleo de povoamento	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
72	3478	Necrópole da Igreja Matriz de Colares.	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Classificação como Monumento de Interesse Público Portaria n.º 168/2013, DR, 2. ^a série, n.º 67, de 5 de Abril; Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
73	6557	Estação arqueológica da Quinta da Areia	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Colares
74	2959	Estação Arqueológica do Lugar do Marcador	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Colares
75	6304	Estação arqueológica de Moinhos da Torre, Janas	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra

76	-	Ruínas do antigo Convento gótico do Carmo / Casal da Torre, Janas	Convento	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
77	6247	Estação arqueológica de Castanhais	Grutas e Povoado	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
78	19450	Sítio Arqueológico da Rua das Padarias, n.º 14 Sintra	Núcleo de povoamento	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
79	19444	Gruta natural da Estefânea	Gruta	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
80 80A	657	Necrópole Pré-histórica do Vale de São Martinho	<i>Tholoi</i>	Classificado Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 35 817, DG 187 de 20 Agosto de 1946 Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
81	4174	Estação arqueológica de Santo Amaro	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
82	3255	<i>Villa Romana de Abóbadas</i>	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra

83	3281	Estação arqueológica de São Romão	Necrópole, Ermida	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
84	2683	Povoado Pré-histórico do Penedo da Cortegaça	Povoado	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
85	22639	Minas e estação arqueológica do Suímo	Minas	Inventariado	Queluz e Belas
86; 86A	-	Forte do Espinhaço do Cabo da Roca	Forte	Classificado Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977 e Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 Setembro Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
87 87A	12525	Megálito/ Anta de Adrenunes	Monumento megalítico	Classificado Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23 de Junho. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho.	Colares
88	19441	Sítio proto-histórico da Peninha	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela classificação do Santuário da Peninha como Imóvel de Interesse Público. Decreto 129/77 de 29 de Setembro Integra a ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º	Colares

				15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	
89	19455	Necrópole medieval de Nossa Senhora de Milides, Colares	Igreja, Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
90	19452	Monumento Megalítico da Bela Vista	Monumento megalítico	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
91	-	Estação Pré-histórica dos Capuchos	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
92 92A	3385	<i>Tholos</i> do Monge	<i>Tholos</i>	Em vias de classificação Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
93	4436	Povoado Calcolítico da Penha Verde	Povoado	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2. ^a	União das Freguesias de Sintra

				série, n.º 147, de 30 de Julho	
94	19447	Parque da Pena	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
95; 95A	19448	Castelo dos Mouros, incluindo os vestígios arqueológicos do período muçulmano e medieval português	Castelo, Povoado, Necrópole	Classificado Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
96	19446	Depósitos da Idade do Bronze do Monte do Sereno	Depósitos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
97	19443	Santuário Pré-histórico do "Penedo dos Ovos"	Santuário	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de	União das Freguesias de Sintra

				Julho	
98	32082	Estação Arqueológica dos Currais do Chão	<i>Villa</i>	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
99	-	Gruta do Carrascal	Gruta	Inventariado	Rio de Mouro
100	-	Necrópole da Igreja de N ^a Senhora de Belém de Rio de Mouro	Necrópole	Inventariado	Rio de Mouro
101 101A	4295	Anta de Aqualva	Monumento megalítico	Classificado Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910	Aqualva e Mira-Sintra
102	-	Estação arqueológica das Pedraceiras	<i>Habitat</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
103 103A	11301	Anta da Pedra dos Mouros, também designada Anta do Senhor da Serra	Monumento megalítico	Classificado Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910	Queluz e Belas
104 104A	3001	Anta da Estria	Monumento megalítico	Classificado Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910	Queluz e Belas
105 105 ^a	655	Anta de Monte Abraão	Monumento megalítico	Classificado Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910	Queluz e Belas
106 106A	3518	Monumento. Megalítico do Pego Longo/Mon. megalítico de D. Maria/Mon. da Serra das Camélias ou Camelas	Monumento megalítico	Classificado Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 29/90 de 17 de Julho	Queluz e Belas
107	-	Necrópole da Igreja Matriz de Belas	Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação Imóvel de	Queluz e Belas

				Interesse Público do Portal Manuelino da Igreja Matriz de Belas - Decreto n.º 8 252, DG, I Série, n.º 138, de 10-07-1922	
108 108A	658	Ruínas da Antiga Barragem Romana de onde partia um aqueduto para <i>Olisipo</i>	Barragem	Classificado Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 735/47 de 21 de Dezembro	Queluz e Belas
109	14828	Reserva Arqueológica de São Marcos	Povoado	Inventariado	Cacém e São Marcos
110	-	Estação Arqueológica de Massamá	<i>Habitat</i>	Inventariado	Massamá e Monte Abraão
111	14825	Estação Arqueológica do Cotão	<i>Habitat</i>	Inventariado	Cacém e São Marcos
112	-	Cadastro Antigo a Noroeste da Assafora	Cadastro	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
113	-	Via Romana litoral de Mafra - Lisboa, passando por Cortesia, Areias, Amoreira, Cabrela e Montelavar	Via	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
114	19472	Via Romana Assafora – Catribana	Via	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
115	-	Albergaria de Bolelas	Edifício	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
116	4110	Estação Arqueológica de Cornadelas	<i>Villa</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem

117	19475	Forno Medieval de Casal de Pianos	Forno	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
118	-	Estação arqueológica de Faião - Cerrado das Cebolas/Horta do Chafariz	Termas	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
119	-	Estação arqueológica de Faião - Olheiro/Cerrado da Porta	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
120	105	Estação Arqueológica de Faião -Terra Grande/Pedrões	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
121	-	Estação Arqueológica de Faião – Zaviais	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
122	-	Estação Arqueológica de Faião - Currais Velhos	Igreja visigótica	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
123	-	Estação Arqueológica de Faião – Eiras	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
124	-	Conjunto de Menires de Rebanque	Monumento megalítico	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	A verificar
125	-	Necrópole Romana do Almarjão	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
126	27469	Anços - Cabeço dos Casais	<i>Habitat</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero

					Pinheiro e Montelavar
127	-	Habitat dos Espadanais	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
128	-	Casal do Sequeiro	Casal agrícola	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
129	-	Casal das Bombacias	Casal agrícola	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
130	-	Estação Arqueológica da Granja do Marquês	Vestígios de superfície	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
131	-	Sepultura de Armês	Sepultura	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
132	-	Estação Arqueológica do Alto das Falimas	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
133	16175	Estação Arqueológica do Casal do Rebolo	<i>Villa</i> e necrópole	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
134	-	Estação Arqueológica das Sardinhas	<i>Habitat</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
135	-	Estação Arqueológica das Falimas	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
136	-	Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz - Via romana	Via	Inventariado	Algueirão – Mem Martins

137	-	Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz - <i>villa romana</i>	<i>Villa</i>	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
138	-	Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz – Casal	Casal	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
139	-	Cruzeiro de Sacotes	Monumento funerário romano	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
140	-	Estação Arqueológica das Labaceiras	<i>Habitat</i>	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
141	30437	Estação Arqueológica de A-dos-Rolhados	<i>Habitat</i>	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
142	-	Estação Arqueológica no sopé Oeste do cabeço das Sardinhas	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
143	16084	Estação Arqueológica de Vale de Almornos.	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
144	-	Muro limite da linha de água subsidiária da Ribeira de Carenque	Estruturas	Inventariado	Queluz e Belas
145	-	"Cabeço da mina" a Leste do vértice Suímo	Mina	Inventariado	Queluz e Belas
146	16260	Estação Arqueológica da Zibreira	Oficina de talhe	Inventariado	Queluz e Belas
147	-	Estação Arqueológica da Quinta do Sol Nascente	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
148	16521	Tapada do Inhaca, Parque da Pena	Necrópole e <i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela classificação da	União das Freguesias de Sintra

				Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	
149	-	Estrutura tipo "Qanat" da Rampa do Castelo	Estrutura hidráulica	<p>Inventariado</p> <p>ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho;</p> <p>Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho</p>	União das Freguesias de Sintra
150	-	Sítio da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros	<i>Habitat</i>	<p>Inventariado</p> <p>ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho;</p> <p>Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho</p>	União das Freguesias de Sintra
151	35	Sítio Arqueológico de São Pedro de Canaferrim	<i>Habitat</i>	<p>Inventariado</p> <p>Abrangido pela classificação do Castelo dos Mouros como Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-</p>	União das Freguesias de Sintra

				1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	
152	19454	Ruínas da Antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferim e necrópole anexa	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação do Castelo dos Mouros como Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
153	19445	Igreja Paroquial e necrópole de São Miguel – extinta, Arrabalde – Sintra	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido pela ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho; abrangido pela classificação da	União das Freguesias de Sintra

				Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	
154	4037	Igreja de Santa Maria de Sintra e necrópole anexa	Igreja e Necrópole	<p>Inventariado</p> <p>Abrangido pela classificação da Igreja de Santa Maria como Monumento Nacional, Decreto n.º 8 218, DG, I Série, n.º 130, de 29-06-1922; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho</p>	União das Freguesias de Sintra
155	19674	<i>Tholos</i> da Aqualva	<i>Tholos</i>	Inventariado	Aqualva e Mira-Sintra
156		Encosta das Sacheiras	Necrópole Vestígios diversos	<p>Inventariado</p> <p>Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra</p>	São João das Lampas e Terrugem
157 157A	12074	Sítio Arqueológico de Colaride, incluindo vestígios de ar livre e gruta natural	Gruta, <i>Habitat</i> , Necrópole	<p>Classificado</p> <p>Imóvel de Interesse Público. Dispõe de ZEP e área <i>non aedificandi</i>, Portaria n.º 187/2013 de 9 de Abril</p>	Aqualva e Mira-Sintra
158	6735	Sítio Arqueológico de Colaride – Estação pré e proto-histórica	Vestígios de superfície, <i>Habitat</i>	Faz parte integrante da classificação do Sítio	Aqualva e Mira-Sintra

		de Rocanes		Arqueológico de Colaride, Imóvel de Interesse Público. Dispõe de ZEP e área <i>non aedificandi</i> , Portaria nº 187/2013 de 9 de Abril	
159	3528	Gruta de Colaride	Gruta	Faz parte integrante da classificação do Sítio Arqueológico de Colaride, Imóvel de Interesse Público. Dispõe de ZEP e área <i>non aedificandi</i> , Portaria nº 187/2013 de 9 de Abril	Aigualva e Mira-Sintra
160	16083	Palmeiros	Estrutura	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
161	1595	Ponte da Várzea de Baixo	Ponte	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
162	-	Sítio Romano de Janas	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
163		Albufeira da Barragem Romana de Belas	Barragem	Inventariado	Belas
164	-	Gruta da Moura	Gruta	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
165	19461	Aldeia Medieval da Mazanaria	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela Zona Especial de Protecção do Monumento Pré-histórico da Praia das Maças – Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 21 de Janeiro.	Colares

				Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	
166	-	Casal da Fervença	Casal	Inventariado Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
167	19449	Sítio Arqueológico do Parque das Merendas	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
168 168A	19451	Sítio Romano da "Vila Velha" de Sintra, Via e provável Necrópole Romana da Rua da Ferraria	Via e Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
169 169A	3246	Sítio Arqueológico de Santa Eufémia da Serra e Ermida	Povoado, Ermida	Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 5/2002 de 19 de Fevereiro. Integrado na zona inscrita e na ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
170	3243	Via Romana São Miguel de Odrinhas-Faião	Via	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
171	19477	Necrópole do Cerrado das Torres/Casal de	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de	São João das Lampas e Terrugem

		Pianos		Transição da Paisagem Cultural de Sintra	
172	19481	Vestígios Romanos do Pombal-Camalhão/Casal de Pianos	<i>Habitat e Necrópole</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
173	19479	Sítio Arqueológico da Parede Bem Feita/Casal de Pianos	<i>Habitat e Necrópole</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
174	19480	Estação Calcolítica de Outeiros/Casal de Pianos	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
175	10658	Igreja de São Saturnino	Igreja e Necrópole	Inventariado Incluído na classificação do Santuário da Peninha como Imóvel de Interesse Público. Decreto 129/77 de 29 de Setembro. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho.	Colares
176	-	Igreja de São Miguel de Odrinhas	Igreja	Inventariado Integra a classificação das ruínas de São Miguel de Odrinhas; Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 42 692, DG 276 de 30 Novembro 1959. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
177	30049	Serra das Camelas	<i>Habitat</i>	Inventariado	Queluz e Belas
178		Passo com Mesa de altar	Estrutura	Inventariado Abrangido pela	União das Freguesias de

				classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Sintra
179	19462	Jazida Romana do Mucifal	Depósito	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Colares
180	1780	Estação Arqueológica do Funchal/Fonte Velha	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
181	-	Casal de A-dos-Crivos	Casal	Inventariado	Algueirão e Mem Martins
182	-	Casal do Condado	Casal	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
183	-	Casal do Bretão	Casal	Inventariado	Queluz e Belas
184	-	Buracas de Armês	Arqueologia industrial	Classificado como Sítio de Interesse Municipal – Decl. Rectif. N.º584/2012, DR, 2.ª Série n.º 86 de 3 de Maio; Edital n.º 135/2012 da CM Sintra – DR, 2.ª Série, n.º 24 de 2 de Fevereiro. Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
185	4567	Estação Arqueológica de Armês	<i>Villa e Necrópole</i>	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
186	6577	Casal de A-dos-Rolhados	Vestígios diversos	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
187	-	Museu Arqueológico de São Miguel de	Vestígios diversos	Inventariado	São João das Lampas e

		Odrinhas		Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	Terrugem
188	33897	Fonte da Sabuga	Fonte	<p>Inventariado</p> <p>Abrangido por ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30 de Junho; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22 de Julho;</p> <p>Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho</p>	União das Freguesias de Sintra
189	-	Eventual Calçada Romana da Quinta da Estribeira	Via	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
190	18046	Lapiás das Lameiras	<i>Habitat</i>	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
191	16695	Estação Arqueológica de Vale de Lobos (Belas Clube de Campo)	Povoado	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
192	-	Estação Arqueológica de Faião – Pedregal	Vestígios vários	<p>Inventariado</p> <p>Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra</p>	São João das Lampas e Terrugem
193	-	Casal de Rocanes	Vestígios vários	Inventariado	Agualva e Mira-Sintra
194	27479	Estação Arqueológica de Alvarinhos- marco geodésico	<i>Habitat</i>	<p>Inventariado</p> <p>Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra</p>	São João das Lampas e Terrugem
195	-	Sítio Pré-histórico de Monte dos Mouros	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero

					Pinheiro e Montelavar
196		Lapiás de Negrais	Vestígios soterrados	Inventariado Abrangido pelo Sítio Classificado de Negrais - Decreto-Lei n.º 393/91 de 11 de Outubro	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
197	-	Cavidade Cársica do Baile da Bruxa	Gruta	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
198	689	Estação Neolítica do Funchal	Menir, vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
199	-	Estação Arqueológica das Baútas	<i>Habitat</i>	Inventariado	Queluz e Belas
200	3376	Estação Arqueológica da Rua Gil Vicente, n.º 14	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
201	19478	Necrópole Romana do Fetal – Casal de Pianos	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
202	6739	Forno dos Mouros	Silo	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
203	11457	Ermida de Santa Marta	Igreja	Inventariado	Casal de Cambra
204		Linhó – Estabelecimento Prisional	Achado Isolado	Inventariado Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra

205	-	Estação Arqueológica de Faião – Penedo Gordo	-	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
206	23248	Hotel Netto	Vestígios diversos	Inventariado Na ZP do Palácio Nacional de Sintra – Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910 Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
207	-	Antigas Abegoarias Municipais	Núcleo habitacional	Inventariado	União das Freguesias de Sintra
208	5847	Antigas Padarias de Sintra	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
209	-	Galerias de Saibro do Arneiro	Mina	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
210	-	Estação Arqueológica da Rua Gil Vicente, n.ºs 4-6 Tulhas Bar	Silos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de	União das Freguesias de Sintra

				Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	
211	6561	Arraçário	Achado isolado	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
212	-	Zona da Necrópole do Túmulo dos Dois Irmãos	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
213		Penedo do Lobo	Vestígios soterrados	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
214	-	Estação Arqueológica das Terras do Urmal	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela ZEP da <i>villa romana da Granja dos Serrões</i> - SIP - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
215	-	Pensão Bristol – mina de água	Mina	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
216	-	Cruzeiro da Cruz da Pedra	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª	União das Freguesias de Sintra

				série, n.º 147, de 30 de Julho	
217		Jardim da Vigia	Vestígios de superfície	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
218	-	Antigo Celeiro das Jugadas	Núcleo de povoamento	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
219	-	Estação Arqueológica do Casal da Feteira	<i>Habitat</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
220	-	“Paço” de Janas	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
221	11586	Estação Arqueológica do Casal da Quintã	Núcleo habitacional	Inventariado	Queluz e Belas
222	2144	Estação Arqueológica de Casal de Palmeiros	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
223	4623	Estação Arqueológica de Alveijar – Terra da ponte	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
224	14821	Estação Arqueológica do Casal de Vaz Meirinho	Vestígios de superfície	Inventariado	Rio de Mouro

225	14823	Estação Arqueológica da Serra das Ligeiras 1	Vestígios de superfície	Inventariado	Rio de Mouro
226	14824	Estação Arqueológica da Serra das Ligeiras 2	Vestígios de superfície	Inventariado	Rio de Mouro
227	30991	Estação Arqueológica de Valmor	Vestígios de superfície	Inventariado	Massamá e Monte Abraão
228	30050	Estação Arqueológica da Serra da Barreira	<i>Habitat</i>	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
229	30047	Cotão	Vestígios de superfície	Inventariado	Cacém e São Marcos
230	30117	Estação Arqueológica do Telhal	<i>Villa, Necrópole</i>	Inventariado	Algueirão e Mem Martins
231	1200	Antiga Via em Belas	Via	Inventariado	Queluz e Belas
232	33785	Casal do Brouco 5	<i>Habitat</i>	Inventariado	Queluz e Belas
233	33840	Casal do Brouco 2	Núcleo habitacional	Inventariado	Queluz e Belas
234	6573	Necrópole Medieval da Portela dos Almornos	Necrópole	Inventariado	Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
235	33784	Sítio Pré-histórico de Casal de Cambra	Vestígios de superfície	Inventariado	Casal de Cambra
236	33835	Penedos Pardos 2	Gruta	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
237	-	Antigo Marco de Propriedade do Casal do Suímo	Marco	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
238	-	Casal do Suímo Norte	Achado Isolado	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
239	-	Logradouro Fronteiro ao Adro da Igreja de	<i>Habitat</i>	Inventariado Abrangido pela	União das Freguesias de

		São Martinho de Sintra		classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Sintra
240	-	Mina de Água com Cúpula de Tijoleira, Vila de Sintra	Mina	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
241	-	Paço dos Ribafrias	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
242	17103	Paço Real de Sintra, incluindo silos, fornos e outros vestígios arqueológicos	Palácio, Silos, Fornos	Classificado Monumento Nacional Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010	União das Freguesias de Sintra
243	-	Portal Ogival frente ao n.º 2 das Escadinhas Félix Nunes	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra

244	-	Fonte Tardo-Medieval da Vila Velha	Fonte	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
245	-	Igreja da Misericórdia de Sintra – nave	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho. Abrangido pela ZP do Palácio Nacional de Sintra.	União das Freguesias de Sintra
246	-	Igreja de São Lázaro	Igreja	Inventariado Abrangido pela classificação como Imóvel de Interesse Público-Decreto n.º 22 617, DG, I Série, n.º 122, de 2-06-1933. Dispõe de ZEP - Portaria publicada no DG, II Série, n.º 37, de 15-02-1951. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010	União das Freguesias de Sintra
247	-	Igreja de São Martinho de Sintra e Necrópole Medieval	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra

248	-	Igreja de São Pedro de Sintra e Necrópole anexa	Igreja e Necrópole	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
249	-	Antigo Alpendre do Mercado, Vila de Sintra	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
250	-	Paredão Antigo com cunhal no Beco do Briamante, Sintra	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
251	-	Antigo Sítio de São Sebastião, Sintra	Ermida	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
252	-	Cemitério oitocentista de Sintra	Necrópole	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
253	-	Convento da Trindade e respectiva cerca	Convento	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de	União das Freguesias de Sintra

				Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	
254	-	Criptas e Galerias Medievais, Vila de Sintra	Cripta	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
255	-	Criptas Fronteiras ao Edifício de Turismo	Cripta	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
256	-	Torre Medieval da Vila Velha	Torre	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
257	-	Vestígios da Casa Pós-Medieval – Museu Ferreira de Castro	Núcleo habitacional	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
258	-	Sítio de São João das Covas	Vestígios diversos, Necrópole	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar

259	-	Ponte do Casal do Zambujal	Ponte	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
260	-	Alinhamentos pétreos de Alconchel	Estrutura	Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010	Colares
261	-	Encosta SW do Outeiro dos Mós	Vestígios de superfície	Abrangido pela ZEP do Monumento Pré-histórico da Praia das Maças – Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 2014-01-21 que engloba uma zona <i>non aedificandi</i>	Colares
262	16958	Cacém – Escola n.º 1	Vestígios de superfície	Inventariado	Cacém e São Marcos
263	4876	Casal de Santo Amaro, necrópole romana	Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
264	33885	Colaride 2	Povoado	Inventariado	Cacém e São Marcos
265	32775	Colaride 3	<i>Habitat</i>	Inventariado	Cacém e São Marcos
266	5865	Ermida do Espírito Santo	Igreja	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	São João das Lampas e Terrugem
267	6186	Quinta da Lameira, Madre de Deus	Altar romano, Necrópole	Inventariado Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra	União das Freguesias de Sintra
268	14826	Cotão – caminho antigo	Via	Inventariado	Cacém e São Marcos
269	977	Folha das Barradas	Gruta artificial	Inventariado	União das Freguesias de Sintra

270	16079	Granja do Marquês	Vestígios de superfície	Inventariado	Algueirão – Mem Martins
271	32043	Monte Velho de Rocanes	Vestígios de superfície	Inventariado	Agualva – Mira Sintra
272	16081	Morelena	Povoado	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
273	11618	Olival do Santíssimo	Vestígios de superfície	Inventariado	Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar
274	6598	Ponte antiga em Albarraque	Ponte	Inventariado	Rio de Mouro

275	Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada [ASAE] Vila Velha de Sintra	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
276	Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada [ASAE] Arrabalde /São Miguel de Sintra	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	União das Freguesias de Sintra
277	Área de Sensibilidade Arqueológica [ASA] Vila de Sintra - Arrabalde	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial / Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra; Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho.	União das Freguesias de Sintra
278	Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada [ASAE] do Centro histórico de Colares	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho	Colares
279	Área de Sensibilidade Arqueológica [ASA] de Colares	Vestígios diversos	Inventariado Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º	Colares

			147, de 30 de Julho	
--	--	--	---------------------	--

Quadro 2 – Património Arqueológico Subaquático do Concelho de Sintra

Número SIG CMS	Código Nacional de Sítio	Designação	Tipo de Sítio	Protecção	Localização Administrativa
Sa.1	29849	Naufração do navio “Cornishman” em 1886 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.2	29848	Naufração da escuna “Eleonor France” em 1871 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.3	29853	Naufração do vapor “Fernando” em 1890 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.4	29854	Naufração do navio “Florence Richards” em 1890 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.5	29856	Naufração do navio “Loire” em 1890 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.6	29851	Naufração do vapor “Lunefield” em 1871 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.7	29855	Naufração da embarcação “Minna Helen” em 1898 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.8	30797	Naufração da embarcação “Nossa Senhora da Conceição” em 1637 Rio das Maças	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.9	29204	Naufração do navio “Nossa Senhora do Carmo, São José e Almas” em 1786	Naufração	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem

		Praia da Samarra			
Sa.10	29252	Naufração do navio “Nuestra Señora de la Encarnación” em 1611	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.11	29850	Naufração da embarcação “Rydal” em 1883 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.12	22575	Naufração do navio “Santa Catarina de Ribamar” em 1636 Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.13	24327	Aguda 1	Canhão	Inventariado	União das Freguesias de Sintra
Sa.14	24111	Azenhas do Mar – Caldeira	Naufração	Inventariado	União das Freguesias de Sintra
Sa.15	24020	Azóia – Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.16	21929	Cabo da Roca 1	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.17	23459	Cabo da Roca 4	Canhão	Inventariado	Colares
Sa.18	25402	Cabo da Roca 5	Achado(s) isolado(s)	Inventariado	Colares
Sa.19	30130	Cabo da Roca 6	Canhão	Inventariado	Colares
Sa.20	24286	Mar do Cabo da Roca 1 – Ânfora	Achado(s) isolado(s)	Inventariado	Colares
Sa.21	32258	Naufração (1677) – Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.22	29846	Naufração (1761) – Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.23	29852	Naufração (1884) – Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.24	29245	Naufração (s. d.) – Cabo da Roca	Naufração	Inventariado	Colares
Sa.25	29857	Naufração (séc. XIX) – Magoito	Naufração	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
Sa.26	22201	Praia de Magoito 1	Naufração	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
Sa.27	22950	Rio das Maças	Casco	Inventariado	Colares

Sa.28	22200	Samarra 1	Naufrágio	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem
Sa.29	22952	Samarra 2	Âncoras	Inventariado	São João das Lampas e Terrugem

CAPÍTULO 3

SÍNTESE E ANÁLISE SWOT

3.1. SÍNTESE

A síntese do Tema constitui um resumo das questões mais pertinentes que podem ser retiradas deste documento. Não substitui a leitura integral ou parcial do relatório de diagnóstico, uma vez que constitui uma interpretação associada à importância que é dada a determinadas questões e à sua relação com outras, conforme selecionadas pela equipa técnica que o elaborou. Por fim, a síntese permite lançar pistas para a coerência da análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças).

1. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARTE PÚBLICA E NÚCLEOS URBANOS COM INTERESSE HISTÓRICO

A generosa área ocupada atualmente pelo Município de Sintra é pela sua localização geográfica, pelo seu microclima, pela proximidade da capital e, sobretudo, pelas vicissitudes da História foi-se constituindo um lugar único onde pontua um vasto Património de primeira água e de mais-valia internacional, bem como outros registos de distinta grandeza mas igualmente importantes, não só para Sintra, mas, também a nível nacional.

Por conseguinte, em Sintra contam-se já 10 monumentos classificados como de Interesse Nacional, 30 como de Interesse Público, 16 como de Interesse Municipal (e um outro em vias de classificação). Tudo isto, para além da inscrição na Lista da UNESCO da Paisagem Cultural de Sintra, vasta área da Serra de Sintra e do Património nela integrado.

Além do Património classificado existem algumas centenas de bens inventariados, cuja preservação se afigura igualmente importante para a memória coletiva e identitária. Neste sentido, a sua inclusão no Plano Diretor Municipal contribui, de modo inequívoco, para a identificação e/ou interpretação das idiossincrasias dos sintrenses. E o facto de constarem no Plano Diretor Municipal a perenidade sem o recurso sistemático à figura da classificação e da sequente perda de receitas por parte do Município. Por outro lado, essa proteção, permite uma melhor parcimónia na seleção do património inventariado que merece realmente a classificação, em qualquer dos três graus contemplados pela Lei de Bases do Património, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, desonerando-se, deste modo, a Autarquia da perda de receitas (IMI e IMT).

Face ao exposto, a arte pública assume-se, também, como um marco incontornável acerca das expressões artísticas presentes. Realce-se aqui que não existia qualquer inventário da arte pública existente no território do Município, pelo que o catálogo que

ora apresentamos, apesar de algumas dezenas de monumentos contabilizados encontra-se assaz incompleto, mas constitui já uma sólida base de trabalho.

Relativamente aos núcleos urbanos com interesse histórico, consideramos 9, nos quais se patenteia, de forma evidente, a harmonia entre o edificado e a malha urbana que os constituem. Considerámos, igualmente, o “centro histórico” de Almoçageme não tanto pela qualidade do edificado, já bastante adulterado, aliás, mas pelos núcleos, cuja morfologia urbana nos remete, de forma evidente, para a fossilização de uma génese islâmica/medieval que possibilita a realização de uma leitura diacrónica de relevante interesse histórico, em particular, se atendermos ao seu cariz planimétrico de tendência circular (CAETANO, 2000, p. 37-38).

Para além deste caso “excepcional” que, de certa forma extravasa os critérios adotados, ou seja, integrar apenas aqueles núcleos urbanos com manifesto interesse histórico-patrimonial, reduzindo-se assim o exacerbado número de “centros históricos” contemplados no Plano Diretor Municipal ora em revisão, pois, a descaracterização de prospetos e da sua unidade enquanto conjuntos foi devido a distintas conjunturas um fenómeno potenciado em larga escala.

Contemplámos, igualmente, um espaço dissonante que – por uma questão de metodologia – optámos por integrar nos núcleos urbanos com centros históricos. Trata-se, concretamente, do largo de São João das Lampas, o grande espaço vazio que alonga desde a Matriz até à pequena igreja, igualmente de origem medieval devotada ao Espírito Santo, que apesar de interrompido pela inserção da escola básica permite, ainda, uma leitura de conjunto abrangente. Será, portanto o único caso a integrar, de per si, as designadas Medidas de Forma Complementar.

Relativamente à metodologia adotada, optámos pela descrição sumária e ilustrada de cada bem inventariado/classificado, de modo a possibilitar a identificação imediata de qualquer um dos bens contemplados no Tema 11 e correspondentes à Divisão de Cultura (DCD). Associámos também as fichas ao número do nosso Inventário Histórico-Artístico (IHAs), criando-se, deste modo, uma correlação direta dos elementos carreados para o Plano Diretor Municipal com o IHAs, por forma a poder-se, em caso de necessidade, o acesso ao referido processo, onde consta informação de diversa índole, incluindo fichas mais desenvolvidas.

Optou-se por ordenar os bens considerados para integrarem o Plano Diretor Municipal por ordem alfabética de freguesias e em cada uma delas os elementos são apresentados de igual forma. Existem casos em que o número de inventário não foi ainda introduzido – e referimo-nos especialmente à arte pública –, mas que,

oportunamente, irá sendo atribuído na continuação do trabalho ora iniciado, uma vez que constitui a versão draft, o qual irá sendo aperfeiçoado, designadamente algumas fotografias e memórias, até à versão final. Sendo que não se pretende expandir este catálogo, com exceção do acrescento de um ou outro elemento de arte pública que venha a ser identificado. Pretendemos, igualmente, integrar um índice remissivo por forma a facilitar a consulta do dossier.

O Concelho de Sintra possui mais de 270 estações arqueológicas registadas e disseminadas por todo o Município, testemunhando pois uma intensa e contínua ocupação humana de todo este território ao longo de milhares de anos.

Os mais antigos vestígios desta densa ocupação remontam ao Paleolítico Inferior (há cerca de 700.000 anos) e estendem-se pelas primeiras fases deste mesmo período, Epipaleolítico e Mesolítico, possuindo uma extrema relevância durante a pré-história recente – Neolítico e Calcolítico –, documentando a Proto-história (Idades do Bronze e Ferro) local, elucidando abundantemente a importância da ocupação de época romana dos campos afetos à cidade de *Olisipo* (actual Lisboa) e continuando pela Antiguidade tardia, pelo período de Ocupação Islâmica, a Idade Média e a Época Moderna; a que se somam sítios contemporâneos integrados no domínio da Arqueologia Industrial.

2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

Esta extrema quantidade de vestígios prende-se certamente com as muito favoráveis condições naturais do território que hoje corresponde ao Município de Sintra. Na realidade Sintra localiza-se na designada península de Lisboa, a norte do amplo estuário do Tejo, numa área caracterizada pela diversidade geomorfológica, amenidade do clima, fertilidade dos solos e ampla orla costeira – com a presença de pequenas entradas de mar, hoje assoreadas, que correspondiam a pequenos portos.

Para além das condições naturais que atraíram para este território grupos humanos desde as mais remotas épocas, a área de Sintra constitui um espaço amplamente pesquisado não apenas já na fase antiquarista do Renascimento mas, também, desde os alvares da arqueologia científica (meados do séc. XIX), tendo sido durante décadas um local privilegiado de pesquisa para investigadores e cientistas oriundos das principais instituições nacionais – Museu Nacional de Arqueologia, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sociedade de Geografia,

Serviços Geológicos de Portugal – que a Sintra dedicaram continuados e intensos estudos.

Recorde-se, a propósito, que a mais antiga descoberta arqueológica consciente ocorrida em Portugal teve precisamente lugar em Sintra, em inícios 1505, quando foram descobertos junto à foz da Ribeira de Colares, junto à arriba sobranceira à Praia das Maçãs, vestígios pertencentes a um santuário romano dedicado ao Sol e à Lua, achado que atraiu a corte do Rei D. Manuel, e cuja notícia de percorreu o mundo erudito – a Europa – de então.

O conhecimento que possuímos hoje do riquíssimo património arqueológico sintrense resulta, pois, da acumulação de dados obtidos ao longo de uma pesquisa já centenária, que se desenvolveu com maior significado durante o séculos XIX e XX, com natural continuidade nos dias de hoje.

Como consequência desses trabalhos constituíram-se entretanto amplas coleções arqueológicas provenientes de Sintra depositados em museus centrais (Museu Nacional de Arqueologia, Museu do Instituto Geológico e Mineiro) as quais, ainda hoje, constituem referências para o Património Arqueológico Nacional; para além, evidentemente, dos múltiplos e mais abundantes conjuntos conservados no próprio Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

A esta riqueza patrimonial corresponde um número significativo de monumentos e sítios arqueológicos sintrenses classificados em diferentes categorias (Monumento Nacional; Imóvel de Interesse Público, Sítio de Interesse Público, Sítio de Interesse Municipal) que hoje se dispersam por todo o município sintrense. De entre estes salientam-se os monumentos megalíticos do IV e III milénio a.C.– antas, *tholoi* e grutas artificiais – e ruínas romanas (séc. I – V dC.) de *villae*, estruturas viárias, arquitectura pública, pedreiras e monumentos funerários deste mesmo horizonte cronológico; constituindo um reflexo directo das épocas melhor documentadas na área de Sintra

3.2. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT propõe a identificação simplificada dos principais pontos fortes (Strengths) e pontos fracos (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e as ameaças/risco (Threats). Tem sido aplicada ao

Ordenamento do Território para realçar as qualidades intrínsecas de um espaço, as suas vocações e mitigar ou controlar os inconvenientes ou ameaças existentes.

A análise SWOT é uma ferramenta, principalmente de carácter estratégico, de apoio a tomadas de decisão, que deve o seu nome (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) ao facto de se debruçar sobre a identificação de forças, fraquezas internas a um determinado meio (uma empresa ou, no presente caso, a área de intervenção de um Plano), bem como as oportunidades e ameaças da área envolvente a esse meio. O ambiente interno (Forças, Fraquezas) pode ser controlado, já que é o resultado de estratégias de atuação já definidas. Assim, ao percebermos um ponto forte na análise, devemos destacá-lo ainda mais; quando percebemos um ponto fraco, devemos agir de forma a controlá-lo ou, pelo menos, minimizar o seu efeito. Já no que diz respeito ao ambiente externo (Ameaças e Oportunidades), apesar de não podermos controlá-lo, podemos identificá-lo, procurando aproveitar as oportunidades da maneira mais eficiente, e evitar as ameaças enquanto possível.

As autoridades municipais e regionais foram as primeiras entidades públicas que, desde os anos de 80, têm utilizado a ferramenta da análise SWOT como enquadramento para reflexão sobre diversos cenários de desenvolvimento. Atualmente, é utilizada quer como componente de exercícios de planeamento, quer para a avaliação ex-ante de programas de desenvolvimento regional.

Os dois principais objetivos da análise SWOT são:⁴

- Salientar os fatores dominantes e determinantes, tanto internamente como externamente ao território, que poderão influenciar o sucesso do projeto;
- Produzir orientações estratégicas relevantes, aliando o projeto ao seu contexto específico.

A análise SWOT deste tema resulta do conhecimento e da análise do território e do seu contexto, e visa dar o melhor enquadramento possível ao estabelecimento de uma visão e uma estratégia que são abordados no Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT). Assim, o documento do MDT apresenta uma SWOT síntese de todos os temas que compõem o relatório de diagnóstico e procede à definição de uma visão e de uma estratégia, composta por eixos estratégicos e objetivos.

⁴ A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconómico, Manual Técnico II: Métodos e Técnicas de Avaliação.

	FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE INTERNO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número expressivo de Monumentos Classificados e com elevado interesse ▪ Classificação da Paisagem Cultural de Sintra (UNESCO) e existência de um Centro Histórico com grande valor patrimonial ▪ Inventário de Arte pública em elaboração ▪ Existência de centros históricos com relevância - qualidade do edificado e interesse histórico-patrimonial ▪ Significativo número de monumentos e sítios arqueológicos classificados dispersos pelo concelho (dispersão patrimonial como fator de equilíbrio e atratividade de vários locais) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de proteção do património inventariado ▪ O património cultural e histórico tem sido subaproveitado com perda de receita para a Autarquia ▪ Pouca divulgação do Património que se encontra disseminado pelo concelho
AMBIENTE EXTERNO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de atividades compatíveis com os recursos patrimoniais ▪ A riqueza patrimonial pode contribuir para a dinamização do setor turístico ▪ Concertação dos instrumentos de ordenamento como forma de proteger e potenciar o património ▪ Articulação de Sintra com outros concelhos para criação de rotas ligadas ao Património ▪ Jornadas europeias do património e / ou outras iniciativas que ajudem a divulgar e a preservar o património 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pressão turística com consequências na degradação do património ▪ Proximidade do concelho a rotas turísticas com grande procura, nomeadamente Lisboa e Cascais ▪ Constrangimentos financeiros para recuperar e salvaguardar o património histórico
	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Paula (2010) – «Construção da memória dos Vazios Úteis da Cidade. Conhecer para divulgar e divulgar para revelar», in *Seminário Espaços Urbanos – Vazios Úteis*. Lisboa: SEU.

BARREIROS, Maria Helena (2000) – «Do IPPC ao IPPAR», in *Revista História e Património*.

CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Mem Martins: Câmara Municipal de Sintra.

CAUQUELIN, Anne (2008) – *A invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70.

CHOAY, Françoise (2014) – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CLIFFORD, James (2000) – «The Art of Taking: an interview – dialogue», in *Etnográfica*, vol. IV, n.º 2, CEAS. Oeiras: Celta, 371-389.

FERREIRA, Carlos Antero (1992) – «Restauro dos Monumentos Históricos – Restaurar porquê? Restaurar quando e como?», in *Simpósio Europeu das Empresas de Restauro do Património Monumental (Hemiciclo do Conselho da Europa, Strasbourg, 19-20 de Junho de 1991)*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.

FORJAZ, Maria do Rozário Forjaz (2005) – «Horizontes e limites da classificação do Património Histórico-Cultural», in *Vária Escrita*, n.º 12. Mem Martins: Câmara Municipal de Sintra.

GOMES, Nuno Sá (2006) – «Incentivos fiscais na tributação do Património Cultural», in *Revista da Faculdade de Direito do Porto*. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

HEIDEGGER, Martin [sd]– *¿Qué es Metafísica?* (tradução de Xavier Zubiri), in www.philosophia/ Escuela de Filosofía Universidad ARCIS.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (1992) – *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

LE GOFF, Jacques (2003) – «Memória» in *História e Memória*. SP: Editora UNICAMP.

LÉVY, P. (2000) – *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34.

LIRA, Sérgio (1999) – «Pedras com História e Pedras com Memória: visitar o património construído», in *Actas do Congresso de História Regional e Local*, III vol. Maia.

LOWENTHAL, David (1985) – *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.

SILVA, Suzana Tavares da (2005) - «Para uma nova dinâmica do Património Cultural: o Património sustentável», in *Direito do Património Cultural e Ambiental (Actas do Colóquio Realizado em Monserrate a 7 de Junho de 2005)*. Lisboa: Câmara Municipal de Sintra.

URRY, John (1990) – *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Society*. Newbury: Sage.

WAGNER, Roy (1975) – *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press.

YÚDICE, George (2002) – *El Recurso de La Cultura. Usos de la Cultura en la Era Global*. Barcelona: Gedisa Editorial.

«Achados submarinos na zona do Cabo da Roca» (1967) - *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 1, p. 116.

ALFOLDY, G. (1969) - *Fasti Hispaniensis*. Wiesbaden.

ALMEIDA, F. de (1958) - «Escavações em Odrinhas». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 39, p. 11-25.

ALMEIDA, F. de (1958a) - «Inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 39, p. 27-36.

ALMEIDA, F. de (1962) - «A arte Visigótica em Portugal, a Basílica de Odrinhas». *O Arqueólogo Português*. S. 2, vol. 4, p. 113-118.

ALMEIDA, F. de (1962a) - «Notícias de mosaicos romanos em Odrinhas». *Revista de Guimarães*. Vol. 72, nº 1-2, p. 152-154.

ALMEIDA, F. de (1969) - «Sobre a barragem romana de Olisipo e seu aqueduto». *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 3, p. 179-189.

ALMEIDA, F. de (1970) - «Nota sobre a barragem romana de Lisboa». In *XI Congreso Nacional de Arqueología : actas (Mérida, 1968)*. Zaragoza. P. 693-695.

ALMEIDA, F. de (1971) - «Novas inscrições paleocristãs do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas». *Revista Portuguesa de História*. T. 13, p. 339-341.

ALMEIDA, M. [et al.] (1991) - *Carta Geológica de Portugal Folha 34 A – Sintra*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.

ALVES, T. M. (1997) - «Levantamento epigráfico da Igreja Matriz de Santa Maria de Sintra (séculos XV-XVII)». *Revista da Assembleia Distrital de Lisboa*. Nº 3, p. 89-108.

AMARO, C. (1992) - «Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra». *Arqueologia Medieval*. Vol. 1, p. 111-123.

ANACLETO, R. (1989) - «Dois fontanários do concelho de Sintra esculpidos pelo mestre canteiro José da Fonseca». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 90, p. 105-124.

- APIANUS, P. ; AMANTIUS, B. (1534) - *Inscriptiones Sacrosanctae Vetustatis*. Ingolstadt.
- APOLLINÁRIO, M (1895) - «Antiguidades do concelho de Cintra». *O Arqueólogo Português*. Vol. 2, p. 237-239.
- APOLLINÁRIO, M. (1896) - «Necrópole Neolítica do Valle de S. Martinho». *O Arqueólogo Português*. Vol. 2, p. 210-221.
- ARAÚJO, A. C. (2003) - «O Mesolítico Inicial da Estremadura». In GONÇALVES, V. S., ed.,
Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa
(*Trabalhos de Arqueologia*, 25). P. 101-114.
- ARMAS, D. d' (1507) - *Livro das Fortalezas*. [Edição fac-similada do MS 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 1990. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco].
- ARNAUD, J. M. (1986) - «Post-glacial adaptations in southern Portugal: a summary of the evidence». In *The Pleistocene Perspective: Innovation, Adaptation and Human Survival*. World Archaeological Congress. London. P. 1-15.
- ARNAUD, J. M. ; GAMITO, T. J. (1972) - «O povoado fortificado neo- e eneolítico da Serra das Baútas (Carenque, Belas)». *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 6, p. 119-161.
- AZEVEDO, C. ; FERRÃO, J. ; GUSMÃO, A., eds. (1963) - «Concelho de Sintra». In *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Lisboa. Vol. 2, p. 9-55.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1978) - *Sintra: A Vila Velha: ronda pelo passado*. Sintra.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1980) - «A Estefânea». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. II.
- AZEVEDO, J. A. da C (1982) - «Memórias Paroquiais referentes a Sintra e seu termo (1758)». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. IV, p. 137-187.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1982a) - «A Ermida da Senhora dos Desamparados». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. IV, p. 43-52.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1984) - «O Bairro de S. Pedro». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. V, p. 25-127.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1984a) - «A Capela de S. Lázaro e a Gafaria». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. V, p. 7-24.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1984b) - «O Convento da Trindade». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. V, p. 129-169.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1984c) - «As Fontes da Pipa e da Sabuga». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. V, p. 171-181.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1988) - «A Praia das Maças». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. VI, p. 99-182.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1988a) - «A Torre da Vila». In *Velharias de Sintra*. Sintra. Vol. VI, p. 223-244.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1998) - «Ainda o Túmulo dos Dois Irmãos». In *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*. Sintra. Vol. IV, p. 99-105.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1998a) - «A Volta do Duche». In *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*. Sintra. Vol. IV, p. 169-180.

- AZEVEDO, J. A. da C. (1998b) - «Cemitérios antigos». In *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*. Sintra. Vol. V, p. 193-245.
- AZEVEDO, J. A. da C. (1998c) - «A Ponte Romana de Albarraque». In *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*. Sintra. Vol. III, p. 204-206.
- AZEVEDO, P. de (1918) - «As pedras preciosas de Lisboa (Belas) na História». *O Arqueólogo Português*. Vol. 23, p. 158-202.
- BALIL, A. (1965) - «Los legados de la Lusitania». *Conimbriga*. Vol. 4, p. 43-57.
- BOAVENTURA, R. J. (2010) - «O Megalitismo da região de Lisboa: as Antas». In GONÇALVES, V. S. ; SOUSA, A. C., eds., *Transformação e Mudança no Centro Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º Milénio a.n.e.: Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. (CTA - Cascais Tempos Antigos, 2). Cascais. P. 349-355.
- BOLÉO, J. de O. (1941) - «Sintra : traços antropogeográficos». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 1, p. 11-16.
- BOLÉO, J. de O. (1941a) - «Sintra no século XII : breves subsidios para a sua história». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 4, p. 97-104.
- BOLÉO, J. de O. (1941b) - «Sintra no século XII : uma tomada da vila em 1107». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 5, p. 147-150.
- BORGES, M. O. (2012) - «A defesa costeira do litoral Sintra-Cascais durante o Garb al-Ándalus. I – Em torno do porto de Colares». *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. S. 4, vol. 2, p. 109-128.
- BRANDHERM, D. (2007) - «Algunas reflexiones sobre el Bronce Inicial en el noroeste peninsular : la cuestión del llamado horizonte "Montelavar"». *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Vol. 33, p. 69-90.
- BREUIL, H. (1959) - «Contribution à l'étude des terrasses quaternaires au Portugal» *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 17, fasc. 1-4, p. 9-12.
- BREUIL, H. ; VAULTIER, M. (1963-1964) - «Le Pebble culture des plages de Magoito». *Arquivo de Beja*. Vol. 20-21, p. 35-36.
- BREUIL, H. ; ZBYSZEWSKI, G. (1945) - «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire: les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 26, vol. 2.
- BREUIL, H. [et al.] (1942) - «Les plages anciennes portugaises entre les caps d'Espichel et Carvoeiro et leurs industries paléolithiques». *Anais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. T. 27, p. 161-167.
- BÚA CARBALLO, J. C. ; GUERRA, A. (2011) - «Algunas consideraciones acerca del epigrafe del árula de Madre de Deus, Sintra». (*II Colóquio Internacional de Epigrafia Culto e Sociedade: Divindades Indígenas e Interpretatio Romana*). *Sintria*. Vol. 3-4 (1995-2007), p. 79-96.
- BYRNE, I. N. S. (1993) - «A rede viária da Zona Oeste do Município Oisiponense (Mafra e Sintra)». *Al-madan*. S. 2, nº 2, p. 41-47.

- CACHÃO, M. [et al.] (2010) - «A mina de granadas do Monte do Suímo: de Plínio o Velho e Paul Choffat à atualidade». *E-Terra*. Vol. 18, nº 20, p. 1-4.
- CAETANO, M. T. (1992) - [Texto policopiado]. *Estudo dos mosaicos da villa romana de São Miguel de Odrinhas: freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra*. [Trabalho de mestrado em História da Arte (1º ano) - História da Arte da Antiguidade Clássica, apresentado ao Departamento de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa].
- CAETANO, M. T. (1992a) - «Villa romana de Santo André de Almoçageme: primeira notícia sumária acerca dos mosaicos da villa romana de Santo André de Almoçageme (Sintra): o pavimento descoberto em 1905». In *Actas do Seminário 'O Espaço Rural na Lusitânia – Tomar e o seu Território'*. Tomar. P. 93-102.
- CAETANO, M. T. (1997) - [texto policopiado] *Musivária Olisiponense: estudo dos mosaicos romanos de Olisipo e da "Zona W" do Ager*. [Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
- CAETANO, M. T. (2000) - «A ermida de São Romão de Lourel e a proposta de Norte Júnior». *Vária Escrita*. Nº 7, p. 329-350.
- CAETANO, M. T. (2005) - «Mosaicos da Finisterra Ocidental: a Villa de Santo André de Almoçageme». In *Mosaicos de Conimbriga : X Colóquio Internacional da Associação Internacional para o Estudo do Mosaico Antigo : Conimbriga, 29 de Outubro - 3 de Novembro 2005*. P. 873-887.
- CAETANO, M. T. (2008) - «Mosaicos da villa romana de São Miguel de Odrinhas : contributos para uma nova leitura». *Revista de História da Arte*. Nº 6, p. 42-59.
- CAPEANS, R. (1933) - [Manuscrito]. *Relatório da preparadora Rosa Carvalhais y Capeans: Maio de 1933*.
- CAPEANS, R. (1935) - «Uma novidade no onomástico greco-latino». *Ethnos*. Vol. 1, p. 271-274.
- CAPEANS, (1940) – «Antiquilhas Lusitano-romanas». In *Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940 – Memórias e Comunicações apresentadas ao I Congresso da Pré e da Proto-História de Portugal*. Lisboa. p. 547-562.
- CAPEANS, R. (1956) - «Lápides do Fação (Sintra)». *O Arqueólogo Português*. S. 2, vol. 3, p. 129-133.
- Capela de S. Lázaro : monumento nacional : S. Pedro de Sintra : monument historique : national monument : nationaldenkmal* (1970). Sintra.
- CARDIM RIBEIRO, J. (1974-1977) - «Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona oeste do município olisiponense». *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 7-9, p. 277-329.
- CARDIM RIBEIRO, J. (1983) - «Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 89, t. 1, p. 331-369.
- CARDIM RIBEIRO, J. (1987) - «Vestígios arqueológicos pré-medievais na área urbana da Vila de Sintra». *Jornal de Sintra*. Nºs 2721 a 2725 (de 20/2 a 20/3).
- CARDIM RIBEIRO, J. (1987a) - «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. IVLIVS MAELO CAVDICVS». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 151-476.

- CARDIM RIBEIRO, J. (1993) - «A villa romana de São Miguel de Odrinhas, Sintra: novos dados e interpretações». [texto policopiado]. In *Livro Guia do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto 1993*. P. 110-111.
- CARDIM RIBEIRO, J. (1994) - «*Felicitas Iulia Olisipo*: algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea». *Al-madam*. S. 2, nº 3, p. 75-95.
- CARDIM RIBEIRO, J., ed. (1996) - *Sintra Património da Humanidade*. Sintra.
- CARDIM RIBEIRO, J. (2002) - «SOLI AETERNO LUNAE: o santuário». In *Religiões da Lusitânia: LOQUUNTUR SAXA*. Lisboa. P. 235-239.
- CARDIM RIBEIRO, J. (2007) - «SOLI AETERNO LVNAE: cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: um caso complexo de sincretismo?». (*II Colóquio Internacional de Epigrafia Culto e Sociedade: Divindades Indígenas e Interpretatio Romana*). *Sintria*. Vol. 3-4 (1995-2007), p. 595-624.
- CARDIM RIBEIRO, J. (2010) - *O Foral Afonsino de Sintra: alguns contributos para a sua renovada interpretação e respectivo enquadramento histórico*. [Comunicação inédita apresentada no IV Colóquio Palácio Nacional de Sintra – dez séculos dez temas. Outubro de 2010].
- CARDOSO, C. L. (1980) - «D. Francisco Manuel de Melo, 'A Visita das Fontes' e a Ermida de São Mamede de Janas». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 86, t. 1, p. 45-64.
- CARDOSO, C. L. (1987) - «D. Francisco Manuel de Melo, "A Visita das Fontes" e a Ermida de São Mamede de Janas». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 1029-1065.
- CARDOSO, J. L. (1995) - «Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra)». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Nº 5, p. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1995a) - «
Cascais. P. 85-117.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) - «O Povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra)». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Nº 7, p. 169-187.
- CARDOSO, J. L. ; CARREIRA, J. R. ; FERREIRA, O. da V. (1993) - «Cerâmicas ungladas do povoado calcolítico da Penha Verde». *Al-madan*. S. 2, nº 2, p. 35-38.
- CARDOSO, J. L. ; FERREIRA, O. da V. (1990) - «Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra)». *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Nº 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. ; FERREIRA, O. da V. (1992) - «A ocupação epipaleolítica da Penha Verde (Sintra)». *Setúbal arqueológica*. Vol. 9-10, p. 7-16.
- CARDOSO, M. (1941) - «Monumentos nacionais: seu arrolamento, classificação e protecção, especialmente na parte que se refere à arqueologia». *Revista de Guimarães*. Vol. 51, nº 1-2, p. 116-137 e nº 3-4, p. 420.
- CARDOSO, M. (1956) - *Catálogo das inscrições lapidárias do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*. Sintra.
- CARDOSO, M. (1958) - «Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas (Sintra)». *Revista de Guimarães*. Vol. 68, nº 3-4, p. 355-376.

- CARDOSO, M. (1961) - «Novas inscrições lusitano romanas do Museu de São Miguel de Odrinhas (Sintra)». *Revista de Guimarães*. Vol. 71, nº 3-4, p. 265-286.
- CARNEIRO, A. (1991) - «Contribuições para o estudo do calcolítico e do Bronze inicial na região de Sintra». In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1990)*. Lisboa. P. 227-236.
- CARVALHO, S. L. (1986) - «Um relógio da torre medieval (Sintra – 1468)». *História*. Nº 97, p. 32-37.
- CASTELO-BRANCO, F. (1959) - «Vestígios do culto de Diana em Portugal». *Revista de Guimarães*. Vol. 69, nº 1-2, p. 5-18.
- CASTELO-BRANCO, F. (1961) - «Duas décadas de arqueologia sintrense». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 2, nº 55-56, p. 63-99.
- CASTELO-BRANCO, F. (1975) - «D. Francisco Manuel de Melo e as festividades de São Mamede em Janas (Colares)». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 81, p. 85-98.
- CASTELO-BRANCO, F. (1978) - *O Denominado Túmulo dos Dois Irmãos: o Lendário e o Histórico*. Sintra.
- CASTELO-BRANCO, J. B. C. de F. (1849) - «Duas inscrições romanas do termo de Cintra». *Actas das Sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Nº 6, p. 293-295.
- CASTRO, L. de A. ; FERREIRA, O. da V. (1967) - «Acerca das peças circulares de pedra, com furação central bicónica, encontradas no Eneolítico de Portugal». *Revista de Guimarães*. Vol. 77, p. 103-108.
- CELTIBERO LUSITANO (1991) - *Notas arqueológicas : II Livro - Dezembro de 1973*. In *Arqueologia*. P. 59-71.
- CHAVES, L. (1938) - «O pelourinho de Sintra». In *Os Pelourinhos : Elementos para o seu Catálogo Geral*. Lisboa. (Estudos nacionais ; 2). P. 49-57.
- CHOFFAT, P. (1914) - «Rapports de geologie economique: les recherches d'hydrocarbures dans l'Estremadure portugaise: les mines des grenats du Suímo». *Comunicações da Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. X, p. 159-198.
- COELHO, A. B. (1989) - *Portugal na Espanha Árabe*. 2.^a ed. Lisboa. Vol.1.
- COELHO, C. (2000) - «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): uma interpretação comparada». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 3, nº 1, p. 207-225.
- COELHO, C. (2002) - «Estudo preliminar da pedreira romana e outros vestígios identificados no sítio arqueológico de Colaride». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5, nº 2, p. 277-323.
- COELHO, C. (2005) - «O sítio arqueológico de São Marcos (Sintra): criação de uma reserva arqueológica». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 8, nº 2, p. 335-362.
- COELHO, C. (2006-2007) - «Ruínas Arqueológicas de São Miguel de Odrinhas: a propósito da campanha de 1997». *Arqueologia e História*. Vol. 58-59, p. 119-142.
- COELHO, C. (2008) - «Colaride: a roman quarry at the *Municipium Olisiponensis*». In NOGALES, T. ; BELTRÁN, J., eds., *Marmora Hispana: Explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana. (Hispania Antigua. Série Arqueológica; 2)*. Sevilla. P. 525-543.

- COELHO, C. ; GONÇALVES, J. L. (2003) - «A Ermida do Espírito Santo (Sintra): intervenção arqueológica realizada em 2001». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, nº 2, p. 521-544.
- COELHO, P. M. L. (1929) - «A correspondência de Possidónio da Silva». *Arqueologia e História*. Vol. 7, p. 5-57.
- COFFYN, A. (1983) - «La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal». *O Arqueólogo Português*. S. 4, vol. 1, p. 169-196.
- CORDEIRO DE SOUSA, J. M. (1959) - *Inscrições Lapidares Portuguesas do Concelho de Sintra*. Sintra.
- CORREIA, V. (1913) - «Antiguidades de Armez : concelho de Cintra». *O Arqueólogo Português*. Vol. 18, p. 169-174.
- CORREIA, V. (1914) - «No Concelho de Sintra: escavações e excursões». *O Arqueólogo Português*. Vol. 19, p. 200-216.
- CORREIA, V. (1917) - *Arte Preistórica*. Lisboa.
- CORTEZ, F. R. (1946-1947) - «Mosaicos romanos da Estremadura : I e II». *Boletim da Junta de Província da Estremadura*. S. 2, nº 13 (1946) e nº 14 (1947), p. 273-279 e 55-71.
- COSTA, F. (1976) - *O Foral de Sintra (1154): sua originalidade e sua expressão comunitária*. Sintra.
- COSTA, F. (1980) - *O Paço Real de Sintra: novos subsídios para a sua História*. Sintra.
- CUNHA, A. A. R. da, [et al.] (1907) - «O Tumulo dos Dois Irmãos». *Syntra*. Nº 1, p. 1-8.
- «Cruzeiros de Sintra» (1941) - *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 6, p. 175-184.
- DAVEAU, S.; PEREIRA, A. R.; ZBYSZEWSKI, G. (1982) - «Datation au C14 du site archéologique de la plage de Magoito (Portugal), scellé par une dune consolidée». *Clio*. Vol. 4, p. 133-136.
- DUARTE, L. M. (1995) - «Actividade Mineira em Portugal durante a Idade Média: tentativa de síntese». *História : Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. S. 2, vol. 12, p. 75-112.
- «Escavações no Faião» (1974-77) - *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 7-9, p. 407.
- ESTÁCIO DA VEIGA, S. P. M. (1879) - *Antiguidades de Mafra*. [Fac-simile com estudo introdutório de Vítor Gonçalves e Ana Catarina Sousa, Junho 1996]. Mafra.
- ÉTIENNE, R. (1974) - *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*. Paris.
- FARIA, A. M. de (1991-1992) - «Novos elementos para o estudo das moedas romanas carimbadas». *Numus*. S. 2, vol. 14-15, p. 7-18.
- FERNANDES, L.S. (2002) - «*Cornelius Bocchus, auctor Lusitanus* e notável de *Salacia*?». In *De Augusto a Adriano, Actas do Colóquio de Literatura Latina - Lisboa, 29 e 30 de Novembro de 2000*. (Supl. *Euphrosyne*). P. 155-171.
- FERREIRA, F. B. (1955) - «Notícia de três inscrições lusitano-romanas de Janas e de S. Miguel de Odrinhas. Lisboa». *Brotéria*. Vol. 61, nº 5, p. 414-424.

- FERREIRA, F. B. (1955) - «Nótula acerca de dois monólitos romanos de S. João das Lampas (Concelho de Sintra)». *Revista de Guimarães*. Vol. 65, nºs 3-4, p. 399-408.
- FERREIRA, F. B. (1958) - «Vária epigráfica: II – A inscrição de Casal das Vivas». *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. S. 3, nº 2, p. 141-153.
- FERREIRA, F. B. (1962) - «Nótula acerca da ermida de S. Mamede de Janas». *Revista de Guimarães*. Vol. 72, nºs 3-4, p. 337-364.
- FERREIRA, M. A. (1997) - «Vidros romanos de São Miguel de Odrinhas (Sintra)». *Conimbriga*. Vol. 36, p. 177-182.
- FERREIRA, O. da V. (1953) - «O monumento pré-histórico de Aqualva (Cacém)». *Zephyrus*. Vol. 4, p. 145-166.
- FERREIRA, O. da V. (1959) - «Inventário dos Monumentos Megalíticos dos Arredores de Lisboa». In *Actas do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 1, p. 215-230.
- FERREIRA, O. da V. (1966) - *La culture du vase campaniforme au Portugal*. (Memória [dos] Serviços Geológicos de Portugal. N.s. ; 12). Lisboa.
- FERREIRA, O. da V. (1971) - «Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal». *Arqueologia e História*. S. 9, vol. 3, p. 313-332.
- FERREIRA, O. da V.; FRANÇA, J. C. (1954) - «Ex-voto pré-romano inédito do Museu Regional de Sintra». *Revista de Guimarães*. Vol. 64, nºs 3-4, p. 290-297.
- FERREIRA, O. da V.; TAVARES, J. C. (1954) - «Objectos luso-romanos da Serra de Sintra». *Revista de Guimarães*. Vol. 64, nºs 1-2, p. 23-30.
- FERREIRA, M. A. (2003) - «Vidro Arqueológico da Região de Sintra». *Arqueologia Medieval*. Vol. 8, p. 279-291.
- FERREIRA, N. A. ; CARDOSO, O.; CUNHA, E. (2000) - «Paleobiologia de um núcleo populacional medieval de S. Pedro de Canaferrim (Sintra)». IN *Contributos das ciências e das tecnologias para a arqueologia da Península Ibérica*. ACTAS DO 3º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR (*Vila Real, 1999*). Porto. Vol. 9, p. 407-418.
- FIGUEIREDO, F. J. A. de (1947) - «O município romano de Lisboa e a Serra de Sintra». In *Lisboa e seu termo : estudos e documentos*. Lisboa. Vol. 1, p. 71-79.
- FLEURY, E. (1917) - «Notes sur l'érosion en Portugal. Le Lapiás des calcaires au Nord du Taje». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 12, p. 127-274.
- FONTES, J. (1916) - «Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes». *O Arqueólogo Português*. Vol. 21, p. 337-342.
- FONTES, J. (1955) - *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas*. Sintra. [Nova ed. em 1960].
- FONTES, J. ; ALMEIDA, F. de (1979) - *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas : catálogo*. 4ª ed. Sintra.
- FONTES, J.; FONTES, V. (1947) - «Estação eneolítica de Castanhais (Sintra)». *Arqueologia e História*. S. 8, vol. 3, p. 11-28.

- FRANÇA, J. C. (1949) - «Novas estações pré-históricas dos arredores de Lisboa». *Revista Municipal*. Lisboa. Nº 43, p. 53-56.
- FRANÇA, J. C. (1950) - «Inscrição romana de S. João das Lampas». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 12, fasc. 3-4, p. 348-350.
- FRANÇA, J. C. (1950a) - «O paleolítico de Lisboa e arredores». *O Instituto*. Vol. 114, p. 147-156.
- FRANÇA, J. C.; FERREIRA, O. da V. (1951) - «A estação Préhistórica do Alto do Montijo (Sintra)». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 13, fasc. 1-2, p. 34-45.
- FRANÇA, J. C.; FERREIRA, O. da V. (1958) - «Estação pré-histórica da Samarra». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 40, p. 61-84.
- FRANÇA, J. C. ; FERREIRA, O. da V. (1959) - «Algumas considerações sobre os chamados "ídolos almerienses" da península de Lisboa». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. 17, fasc. 1-4, p. 451-456.
- GARCIA, C. (1997) - «Ermida de São Saturnino : breve nota de uma escavação arqueológica na Serra de Sintra». *Arqueologia Medieval*. Vol. 5, p. 85-101.
- GARCIA QUINTELA, M. V. (2001) - *Mitos hispânicos. La Edad Antigua*. (El Pasado legendário). Madrid. P. 40-44.
- GOMES, J. J. F. (1970) - «Duas novas estações pré-históricas na região de Sintra». *Ethnos*. Vol. 7, p. 151-158.
- GOMES, J. J. F. (1971) - «Objectos manufacturados sobre osso do povoado pré-histórico do Penedo (Cortegaça-Sintra)». In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra. Vol. I, p. 193-198.
- GOMES, J. J. F. (1978) - «Louças ante-campaniformes do Museu Municipal Hipólito Cabaço – Alenquer». In *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. Vol. I, p. 113-124.
- GOMES, J. J. F. (1991) - «Sítios arqueológicos representados no Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer): I. Estações fora de Alenquer». In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa. P. 367-379.
- GONÇALVES, A. (2011) - *A necrópole romana do Casal do Rebolo (Almargem do Bispo, Sintra)*. [Texto policopiado]. 2 vol. Lisboa. [Tese de mestrado, Arqueologia, 2011, Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História]
- GONÇALVES, A.; COELHO, C. (2007) - «Intervenção Arqueológica no Casal do Rebolo (Sintra): da diversidade das estruturas à larga diacronia da ocupação». *Al-madan online: adenda electrónica*. Nº 15 - Dezembro 2007.
- GONÇALVES, F. (1941) - «Da antiguidade do Castelo dos Mouros». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nºs 1, 2 e 3, p. 3-10, 51-58 e 83-90.
- GONÇALVES, F. (1941a) - «O antigo pelourinho de Sintra». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 1, p. 17-26.
- GONÇALVES, F. (1941b) - «A Ermida de S. Sebastião da Terrugem». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 2, p. 39-42.
- GONÇALVES, F. (1941c) - «A Ermida de S. Romão do Lourel». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 4, p. 109-114.
- GONÇALVES, F. (1941d) - «Santa Eufémia da Serra». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 5, p. 137-146.
- GONÇALVES, F. (1941e) - «A Ermida de Nossa Senhora do Ó, na Pernigem». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 6, p. 171-174.

- GONÇALVES, J. A. L. (2004) - [texto policopiado] *Gravura Rupestre de Magoito (Rochas A e B): levantamento e reconstituição*. [Relatório inédito]
- GONÇALVES, J. L. M. (1979) - «O monumento pré-histórico da Praia das Maças: arquitectura e cerâmica pré-campaniforme». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 85, p. 125-135.
- GONÇALVES, J. L. M. (1979a) - «Os povoados neo e calcolíticos da Península de Lisboa». *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. S. 3, nº 85, p. 137-162.
- GONÇALVES, J. L. M. (1987) - «Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): notícia preliminar». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 29-58.
- GONÇALVES, J. L. M. (1992) - «Cerâmica calcolítica da Estremadura». In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1990). Lisboa. P. 215-219.
- GONÇALVES, J. L. M. (1992a) - «Olelas e Pragança: duas fortificações calcolíticas da Estremadura». *O Arqueólogo Português*. S. 4, vol. 8-10, p. 31-40.
- GONÇALVES, J. L. M. (1993) - «Ídolos de cornos de Olelas e Serra das Éguas». *Al-madan*. S. 2, vol. 2, p. 38-40.
- GONÇALVES, J. L. M. (1997) - «O povoado de Olelas: breve notícia sobre materiais e datações». *Setúbal Arqueológica*. Vol. 11-12, p. 221-223.
- GONÇALVES, L. J. R.. (2007) - *Escultura romana em Portugal : Uma arte do quotidiano*. (*Studia Lusitana*, II). 2 vols. Mérida.
- GONZÁLEZ MORALES, M.; ARNAUD, J. (1990) - «Recent research on the Mesolithic in the Iberian Peninsula: problems and perspectives». In VERMEERSCH, P., VAN PEER, P., eds. - *Contributions to the Mesolithic in Europe- Papers presented at the fourth international symposium The Mesolithic in Europe*. Leuven. P. 451-461.
- GORGES, J. G. (1979) – *Les villas hispano-romaines : inventaire et problématique archéologiques*. Paris.
- «Uma gruta em Colaride (Aigualva-Cacém)» (1968) - *O Arqueólogo Português*. S. 3, vol. 2, p. 191-192.
- GUERRA, A. (1995) - *Plínio-o-velho e a Lusitânia*. Lisboa.
- HÜBNER, E. (1869) - *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892 – *Supplementum* (=Corpus Inscriptionum Latinarum, II). Berlin (= CIL II).
- JORDÃO, F. A. (1748) - *Relação do Castello, e Serra de Cintra, e do que ha que ver raro em toda ella*. Lisboa.
- KULBERG, M.C. (1992) - *Geologia do Concelho de Sintra*. Lisboa.
- LAMBRINO, S. (1952) - «Les Inscriptions de São Miguel d'Odrinhas». *Bulletin d'Études Portugaises*. Vol. XVI, p. 134-176.
- LE ROUX, P. (2006) - «Les dévotions des gouverneurs de province dans la Péninsule Iberique au Haute-Empire romain». In *Pouvoir et Religion dans le Monde Romain*. Paris. P. 367-385.
- LEISNER, V. (1961) - «Vasos eneolíticos decorados no interior». *Revista de Guimarães*. Vol. 71, nº 3-4, p. 409-428.

- LEISNER, V. (1965) - *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Western*. (Madrider Forschungen). Berlin.
- LEISNER, V.; FERREIRA, O. da V. (1963) - «Primeiras datas de rádio-carbono 14 para a cultura megalítica portuguesa». *Revista de Guimarães*. Vol. 73, nº 3-4, p. 358-366.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V. (1969) - *Les Monuments Préhistoriques de Praia das Maças et de Casaínhos*. Lisboa. (Memória, 16).
- LEITÃO, M.; NORTH, T.; FERREIRA, O. da V. (1973) - «O povoado pré-histórico da Serra da Espargueira (Belas)». In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Vol. 1, p. 143-158.
- MACHADO, L. S. (1929) - «Sepultura pré-histórica da Praia das Maças». *O Arqueólogo Português*. Vol. 27 (1925-1926), p. 194.
- MACIEL, J. (1999) - *A Antiguidade tardia do Ager Olisiponense: o mausoléu de Odrinhas*. Porto.
- MACIEL, J. ; BARACHO, C. (1992) - «O monumento absidal de Odrinhas (Sintra)». In *III Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispànica, Maó, 1988*. Barcelona. P. 93-103.
- MAIA, M. (1980) - «Escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra)». *Clio*. Vol. 2, p. 158-159.
- MARQUES, G. (1971) - «Fojo dos Morcegos, Assafora (Sintra)». In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Coimbra. Vol. I, p. 143-149.
- MARQUES, G. (1987) - «Aspectos da Proto-história do Território Português: II - Povoado de Santa Eufémia (Sintra)». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 59-88.
- MARQUES, M. G. (1978) - *Moedas de D. Fernando*. Lisboa.
- MARQUES, M. G. (1984) - «The Relative Size of the Issues of the Portuguese Dinheiros». In MARQUES, M. G., *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area*. Santarém. P. 185-192
- MARQUES, T. ; FERREIRA C. J. (1987) - «Trabalhos de campo: Distrito de Lisboa: Sintra - Antas de Belas». *Informação Arqueológica*. Vol. 8, p. 52-53.
- MARTINS, A. S. ; MORGADINHO, S. M. (1989) - «O complexo megalítico da Barreira e do Funchal – Sintra». In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Viseu. P. 111-114.
- MATALOTO, R. (2006) - «Entre Ferradeira e Montelavar : um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis)». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9, nº 2, p. 83-108.
- MATIAS, A. ; CUNHA, E. ; CRUBÉZY, E. (1997) - *Étude Anthropologique des sujets de la Nécropole de Granja dos Serrões (Sintra, Portugal): mémoire de maîtrise en anthropologie biologique*. Laboratoire d'Anthropologie Biologique de Bordeaux.
- MELO, O. Á. P. de. [et al.] (1961) - «O monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares)». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 45, p. 237-248.
- MENA JÚNIOR, A. C. (1905) - «O Pelourinho de Cintra: Notícia Histórica». *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. S. 4, t. 10, [16 p.].

- MIGUÉNS, M. I. N. (1997) - *O tombo do hospital e gafaria do Santo Espírito de Sintra*. Cascais.
- MONTEIRO, M. (2003) - *A necrópole romana de Casal de Pianos (São João das Lampas, Sintra)*. [Texto policopiado]. [Tese de Mestrado, Pré-História e Arqueologia, 2003, Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras. Departamento de História].
- MONTEIRO, P. (2007) - «Canhões na Roca : análise preliminar de um conjunto submerso de peças de artilharia». *Al-madan*. Nº 15, p. 158-160.
- MORGADO, A. (s.d.) - *Breves apontamentos sobre as grutas do concelho de Sintra*. [Original dactilografado].
- MORGADO, A. (1973) - *Grutas de Sintra*. Sintra.
- NOGUEIRA, A. de M. (1933) - *Estação pré-histórica de Olelas (elementos para o seu estudo)*. Lisboa.
- NOGUEIRA, A. de M. ; ZBYSZEWSKI, G. (1943) - «Túmulo da época do bronze». , p. 95-97.
- OLLANDA, F. d' (1571) – [fac-simile] «Da fabrica que faleçe ha Çidade de Lysboa». In SEGURADO, J. (1970) - *Francisco d'Ollanda*. Lisboa. P. 67-168.
- PALOL, P. (1967) – *Arqueologia cristiana de la España romana : siglos IV-VI*. Madrid – Valladolid.
- PENALVA, C. (1978) - « , p. 521-546.
- PEREIRA, A. R. (1983) - «Enquadramento geomorfológico do sítio datado por C14 na Praia de Magoito (concelho de Sintra, Portugal)». In *IV Reunión del Grupo Español de Trabajo del Cuaternario*. Vigo. P. 551-563.
- PEREIRA, F. A. (1914) - «Por caminhos da Ericeira : notas arqueológicas e etnográficas». *O Arqueólogo Português*. Vol. 19, p. 324-362.
- PEREIRA, F. A. (1926) - «Antiqvitvs : XXVII - Uma ruína ao desamparo: a ermida de S. Romão nas cercanias de Sintra». *O Arqueólogo Português*. Vol. 27, p. 215-220.
- PEREIRA, F. A. (1935) - «Sobre a conveniência de desclassificar um pretenso Monumento Nacional na Serra de Sintra (o penhasco de Adrenunes)». *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*. N.S. 17, p. 52-65.
- PEREIRA, F. A. (1938) - «Antiqvitvs : XXIX - Sepulcros romanos inéditos no Casal de Santo Amaro (junto a Sintra)». *O Arqueólogo Português*. Vol. 30, p. 149-153.
- PEREIRA, F. A. (1941) - «Um S. Pedro gótico em Sintra : estátua problemática junto de Santa Maria de sintra». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 6, p. 167-169.
- PEREIRA, F. A. (1975) - *Sintra do pretérito*. Sintra.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. (1868) - *Descrição de alguns dólmenes ou antas de Portugal*. Lisboa.
- PESSANHA, J. (1924) - «Santa Maria de Sintra». *Athena*. Vol. 1, nº 2, p. 68-74.
- PESSANHA, J. (1941) - «Santa Maria do Arrabalde». *Arquivo do Concelho de Sintra*. Nº 1, p. 27-32.

- PISO, I. (2008) - «Le cursus honorum de São Miguel d'Odrinhas». *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*. Vol. 6, p. 155-168.
- PONTE, S. da (1987) - «Algumas fíbulas dos concelhos de Sintra, Cascais, Amadora e Alenquer». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 107-116.
- PONTE, S. da (1987a) - «Bronze Ibérico votivo de Sintra». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 89-93.
- QUINTELA, A. ; CARDOSO, J. L. ; MASCARENHAS, J. M. (1986) - *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo : contribuição para a sua inventariação e caracterização*. Lisboa.
- RAPOSO, L. (1989) - «Problemas actuais no estudo do Paleolítico Inferior e Médio Português». *Lusiada: revista de ciência e cultura. Série de história*. S. 1, nº 2, p. 5-28.
- RAPOSO, L.; CARREIRA, J. R. (1986) - «Acerca da existência de complexos industriais pré-acheulenses no território português». *O Arqueólogo Português*. S. 4, vol. 4, p. 7-90.
- REAL, M. L. (1987) - «Perspectivas sobre a flora românica da “Escola” lisbonense: a propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra, no Museu do Carmo». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 529-560.
- RIBEIRO, C. (1880) - *Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos*. Vol. II : *Monumentos megalíticos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa.
- ROCHE, J.; FERREIRA, O. V. (1975) - «La station de Penha Verde». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 59, p. 253-263
- RUIVO, J. da S. (1995) - *Circulação monetária na estremadura portuguesa até aos inícios do século III* [Texto policopiado]. Porto. [Tese de mestrado, Arqueologia, 1995, Univ. de Lisboa. Faculdade de Letras].
- SABROSA, A. ; CARVALHO, E. ; JULIÃO, T. (2003) - «Um forno Medieval no Palácio da Vila (Sintra)». *Al-madan*. S. 2, nº 12, p. 196-197.
- SALDANHA, A. N. (1988) - «A Capela de S. Pedro de Canaferrim em Sintra». *Aedificorum*. Lisboa. A. 1, p. 35-39.
- SALVADO, M. C. (2001) - «Os artefactos ósseos dos povoados da Espargueira, Serra das Éguas e da necrópole de Carenque, do Museu Nacional de Arqueologia». *O Arqueólogo Português*. S. 4, vol. 19, p. 29-56.
- SALVADO, M. C. (2003) - «O povoado da Espargueira das Éguas e a necrópole de Carenque : breves apontamentos sobre os artefactos ósseos provenientes destes sítios em depósito no Museu Nacional de Arqueologia». In *Actas do quarto Encontro de Arqueologia Urbana*. Amadora. P. 45-52.
- SANTOS, A. L. ; CUNHA, E. (1997) - «Some paleopathological aspects from the medieval necropolis of Granja dos Serrões (Portugal)». In *La enfermedad en los restos humanos arqueológicos: actualización conceptual y metodológica*. San Fernando - Cádiz. P. 335-339.
- SANTOS, R. dos (1953) - *L'art portugais : architecture, sculpture et peinture*. Paris.
- SÃO JOSÉ, Jerónimo de (1789-1794) - *História Chronologica e Esclarecida da Ordem da SS. Trindade*. Lisboa. T.I, p. 250-259.

SAVORY, H. N. (1968) - *Spain and Portugal : the Prehistory of the Iberian Peninsula*. London. (= ARNOUD, J. M., trad., *Espanha e Portugal*. Lisboa, 1969).

SEGURADO, J. (1970) - *Francisco d'Ollanda*. Lisboa.

SERRÃO, E. da C. (1979) - «Sobre a periodização do Neolítico e do Calcolítico no território português». In *Actas da I Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto. P. 147-182.

SERRÃO, E. da C. (1979a) - «O Complexo Arqueológico do lapiás de Negrais (Sintra) – I». *Arqueologia*. Porto. Nº 2, p. 30-36.

SERRÃO, E. da C. (1980) - «O Complexo Arqueológico do lapiás de Negrais (Sintra) – II». *Arqueologia*. Porto. Nº 3, p. 36-42.

SERRÃO, E. da C. (1981) - «O Complexo Arqueológico do lapiás de Negrais (Sintra) – III». *Arqueologia*. Porto. Nº 4, p. 105-115.

SERRÃO, E. da C. (1987) - «As jazidas arqueológicas de Catravana e o dólmen de "Pedra Erguida"». *Sintria*. Vol. 1-2 (1982-1983), p. 11-27.

SERRÃO, E. da C., ; VICENTE, E. P. (1956) - «Note préliminaire sur la station énéolithique de Negrais». In *Crónica del IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistoricas y Protohistoricas* (Madrid, 1954). Zaragoza. P. 601-611.

SERRÃO, E. da C. ; VICENTE, E. P. (1958) - «O Castro Eneolítico de Olelas: primeiras escavações». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 39, p. 87-125.

SERRÃO, E. da C. ; VICENTE, E. P. (1965) - «Note préliminaire sur la station énéolithique de Negrais». In *IV Congreso de Ciências Pré-históricas e Protohistóricas* (Madrid 1954). Saragoça. P. 601-611.

SERRÃO, E. da C. ; VICENTE, E. P. (1980) - «A Sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) – Negrais (Sintra)». *Arqueologia*. Porto. Nº 1, p. 28-35.

SERRÃO, V. (1980) - «Um ignorado templo pré-românico: a Capela de São Pedro do Castelo dos Mouros». *Jornal de Sintra*. (2382-2384, 18 de Abril – 2 de Maio).

SERRÃO, V. (1989) - *Sintra*. Lisboa.

SILVA, A. M. ; FERREIRA, M. T. (2007) - «Os ossos humanos "esquecidos" da Praia das Maças : análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas». *Conimbriga*. Vol. 46, p. 5-26.

SILVA, A. M. ; FERREIRA, M. T. ; CODINHA, S. (2006) - «Praia da Samarra : análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 9, nº 2, p. 157-169.

SILVA, C. M. (1999) - *A Capela de S. Lázaro e a Gafaria de Sintra*. Sintra.

SILVA, C. M. (2000) - «Um desconhecido prospecto da Fonte da Sabuga (1804)». In *Estudos Históricos sobre Sintra*. Sintra. P. 43-53.

SILVA, J. C. V. da (1996) - «Palácio Nacional de Sintra». In CARDIM RIBEIRO, J., ed., *Sintra Património da Humanidade*. Sintra. P. 45-49

SIMÕES, T. (1993) - «A Pré-história de Sintra». In MEDINA, J. (dir.); GONÇALVES, V. S. (coord.), *História de Portugal*. Lisboa. Vol.1, p. 224-230.

SIMÕES, T. (1996) - «O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim (Sintra)». In *Actes del I Congrès del Neolític a la Península Ibérica. Rubricatum*. Nº 1, vol. 1, p. 329-336.

SIMÕES, T. (1999) - *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim: contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa*. Lisboa (Trabalhos de Arqueologia, 12).

SIMÕES, T. (2003) - «A ocupação do Neolítico antigo de São Pedro de Canaferrim: novos dados em perspectiva». In GONÇALVES, V. S., ed., *Muitas Antas Pouca Gente? Actas do II Congresso Internacional sobre Megalitismo*. (Trabalhos de Arqueologia, 16). Lisboa. P. 115-134

SIMÕES, T.; SOUSA, A. C. (1999) - «As ocupações neolíticas em Lapiás: o caso de Negrais (Sintra)». In *Actes del II Congrès del Neolític a la Península Ibérica. Saguntum*. Nº extra, p. 513-520.

SOARES, A. M. M. (2003) - «A duna de Magoito revisitada». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, nº 1, p. 83-100.

SOARES, A. M. M. ; CABRAL, J. M. P. (1993) - «Cronologia Absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. (Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. II.). Vol. 33, fasc. 3-4, p. 217-235.

SOTTOMAYOR, M. P. de (1941) - «Cathalogo dos priores da Igreja de S. Miguel de Cintra em que se conthem algumas antiguidades da mesma V.^a consagrado ao archanjo S. Miguel Patrono da dita igreja». *Arquivo do concelho de Sintra*. Nºs 2, 3, 4 e 6 (1941), p. 59-64, 91-96, 121-128 e 185-192. [Texto incompleto, por interrupção de publicação da revista. O original, datado de 1675, encontra-se na Biblioteca Nacional].

SOUSA, A. C. (1998) - *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. (Trabalhos de Arqueologia, 11). Lisboa.

SOUSA, E. M. de (1990) - «Núcleo de gravuras rupestres proto-históricas descoberto a N. do Cabo da Roca: breve notícia». *Zephyrus*. Vol. 43, p. 363-369.

SOUSA, E. M. de (1992) - «Presença de “Terra sigillata” clara com decoração de relevos aplicados na villa de Santo André de Almoçageme (freg. de Colares, conc. de Sintra)». *Setúbal Arqueológica*. Vol. 9-10, p. 385-390.

SOUSA, E. M. de (1992a) - «Ruínas romanas de Santo André de Almoçageme: a incidência da “Terra sigillata” no contexto arqueológico de uma villa áulica dos *agri olisiponenses*: o caso do “Terreno A” das ruínas de Santo André de Almoçageme (freg. de Colares, conc. de Sintra)». In *Actas do Seminário: O Espaço Rural na Lusitânia – Tomar e o seu território*. Tomar. P. 85-91.

SOUSA, E. M. de (1992b) - «A Terra sigillata hispânica tardia da villa romana de Santo André de Almoçageme (Colares, Sintra)». *Artefactos*. Vol. 1, p. 16-21.

SOUSA, E. M. de (1996) - «Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra». *Conimbriga*. Vol. 35, p. 37-59.

- SOUSA, E. M. de (2000) - «Sepulturas romanas de inumação do lugar de Magoito (São João das Lampas, Sintra)». In *Homenagem a Mário Gomes Marques*. Sintra. P. 381-399.
- SOUSA, E. M. de (2001) - «Contributos para o estudo da cerâmica focense tardia ("Late Roman C Ware") no municipium olisiponense : sua representatividade no contexto peninsular». *Conimbriga*. Vol. 40, p. 199-224.
- SPINDLER, K. (1978) - «Eine Siedlung des Paredes-Typus von Vale de Lobos in Portugal». *Madridrer Mitteilungen*. Vol. 19, p. 11-22.
- VALENTE, A. (2002) - «Ocupação do Neolítico final em Belas: notícia preliminar». *Al-madan*. S. 2, nº 11, p. 249.
- VALENTE, A. (2006) - *Cerâmicas com bordos denteados do povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. [texto policopiado]. [Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].
- VARGAS, J. M., ed. (1998) - *Antas de Belas : um património a preservar*. Queluz.
- VASCONCELOS, J. L de (1902) - «A xorca de ouro de Cintra». *O Arqueólogo Português*. Vol. 7, p. 155-156.
- VASCONCELOS, J. L. de (1907) - «Miscelanea I - Noticias Varias: 7. Um cemitério?; 8. Aparecimento de ossadas na Praia das Maças; 9. As sepulturas na Praia das Maças». *O Arqueólogo Português*. Vol. 12, p. 100-101.
- VASCONCELOS, J. L de (1914) - «Inscrição romana de Sintra». *O Arqueólogo Português*. Vol. 19, p. 84.
- VASCONCELOS, J. L de (1917) - «Coisas velhas». *O Arqueólogo Português*. Vol. 22, p. 107-169.
- VASCONCELOS, J. L. de (1920) - «Aquisições do Museu Etnológico Português». *O Arqueólogo Português*. Vol. 24, p. 248.
- VASCONCELOS, J. L. de (1940) - «Lápide romana de S. Miguel de Odrinhas, concelho de Sintra». *Portucale*. Vol. 13, p. 3-5.
- VICENTE, E. P. ; ANDRADE, G. M. (1977) - «Os menires da Barreira e do Funchal (Sintra)». *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. S. 95, nº 1-6, p. 84-85.
- VICENTE, E. P. ; MARTINS, A. S. (1979) - «Menires de Portugal». *Ethnos*. Vol. 8, p. 107-138.
- VICENTE, E. P. ; SERRÃO, E. da C. (1951) - «O Castro Eneolítico de Olelas: Breve Notícia». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. T. 13, fasc. 1-2, p. 46-78.
- VICENTE, E. P. ; SERRÃO, E. da C. (1959) - «O castro eneolítico de Olelas: os monumentos nº 1 e nº 2». In *Actas e Memórias do Iº Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 1, p. 299-316.
- VITERBO, S. (1907) - *Cruzeiros de Portugal: contribuições para o catalogo descriptivo: XXXIX. Cruzeiros de Cintra e Subúrbios. Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. S. 2, p. 13-39.
- VITERBO, S. (1910) – *Cruzeiros de Portugal: contribuições para o catalogo descriptivo: LVIII. O Cruzeiro do Convento dos Capuchos em Cintra. Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. S. 3, p. 28-29.

ZBYSZEWSKI, G. (1943) - «La classification du paléolithique ancien et la chronologie du quaternaire de Portugal en 1942». *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Vol. 2, fasc. 2-3, p. 3-111.

ZBYSZEWSKI, G. (1958) - «Le Quaternaire du Portugal». *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Vol. 13, fasc. 1-2, p. 1-227.

ZBYSZEWSKI, G. (1974) - «L'âge de la Pierre taillée au Portugal». *Les Dossiers de l'Archéologie*. Nº 4, p. 19-30.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V. (1958) - «Estação Pré-histórica da Penha Verde (Sintra)». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 39, p. 37-60.

ZBYSZEWSKI, G. ; FERREIRA, O. da V. (1959) - «Segunda campanha de escavações na Penha Verde (Sintra)». In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Vol. 1, p. 37-60.

ZBYSZEWSKI, G. ; VIANA, A. ; FERREIRA, O. da V. (1957) - «Nota sobre a gruta da Ponte da Lage (Oeiras) e a tholos do Monge (Sintra)». In *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências. Coimbra 1956. 7ª secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Coimbra. T. 8, p. 189-191.

ZBYSZEWSKI, G. [et al.] (1977) - «Nouvelles découvertes de cromlechs et menhirs au Portugal». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. T. 61, p. 63-73.

ZBYSZEWSKI, G. [et al.] (1977a) - «Le monument de “Pedras da Granja” ou “Pedras Altas” dans la “Várzea de Sintra”». *Ciências da Terra*. Nº 3, p. 197-239.

Documentos

ABREU, J. A. (1850) – *Planta do Real Paço e da Villa de Sintra*. Comissão do Tombo dos Bens da Coroa.

Cartório da Misericórdia do Hospital do Santo Espírito e Gafaria de Sintra. Transcrição de MARQUES, J. M. S. (s.d.) [original dactilografado].

«*Inquirição sobre Bens e Direitos das Ordens e Mosteiros em Lisboa e seu Termo 1220*». In COSTA, F. (1980) – *O Paço Real de Sintra: novos subsídios para a sua História*. Sintra, p. 60-67.

SILVA, P. (s.d.) - «Sintra : desenhos de pedras encontradas junto da fonte da Sabuga». In *A correspondência de Possidónio da Silva*, T. XV, 8º, nº 3197 bis, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

ANEXOS

PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

AGUALVA E MIRA SINTRA

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

IHAs 024.18.4110.01



Localização: Aqualva

Freguesia: União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: Sousa, Ana Macedo e; Mascarenhas, Teresa, *Aqualva-Cacém e a sua História*, Edições Golfinho, Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, 2000; CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No que diz respeito à data da sua fundação, acreditamos tratar-se de uma estrutura da segunda metade do século XVI, pois é a partir deste período que temos documentos que a ela se referem. Em 1594, a capela estava a cargo da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação de Aqualva que se comprometeu a prestar auxílio aos pobres da região e a assegurar os serviços religiosos de que a comunidade necessitava. Em 1712 a capela encontrava-se arruinada o que levou a referida Irmandade a solicitar ao rei, D. João V, autorização para realizar uma feira no terreiro da capela que lhes permitisse obter lucros para restaurar e aumentar a capela. A autorização régia foi concedida no mesmo ano e o dinheiro recolhido utilizado na reedificação da estrutura que deve ter ficado pronta ainda na primeira metade do século XVIII. Da estrutura do século XVI nada terá subsistido.

Em 1905, um relâmpago danificou seriamente a estrutura que logo foi reconstruída, tendo a irmandade continuado, até 1910, a zelar pela sua manutenção. A implantação da República, em 5 de Outubro de 1910, levou ao desmembramento da irmandade e ao encerramento da capela. A partir de 1911 a capela ficou votada ao abandono. Contudo, a partir de 1930, o padre de Belas e um grupo de fiéis da freguesia iniciaram, mais uma vez, os trabalhos de conservação e restauro da capela.

Actualmente, a pequena capela, ainda tem um papel importante na vida da comunidade. Substituída, em 1995, pela nova igreja paroquial de Santa Maria de Aqualva, na antiga capela, ainda se celebra missa diariamente e, a sua estrutura mantém-se praticamente inalterada face à construção do século XVIII.

MOINHO DE MIRA SINTRA

IHAs 384.19.7170.01



Localização: Mira Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Eventualmente datado do século XVIII
Estilo(o) arquitectónico(o): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Encontra-se localizado numa grande quinta denominada Quinta dos Lóios, com uma situação geográfica sobranceira a Mira Sintra. É um belo e sólido exemplar dos moinhos da região saloia, com as suas espessas paredes com mais de um metro, os arcos de cantaria onde assentavam o piso superior e as mós, a porta e janelas voltadas a sul e mais duas janelas, uma voltada a nordeste e outra a sudeste.

Não existem registos da data da sua edificação mas sabe-se que é muito antigo. Um dos ex-libris da freguesia de Mira Sintra, este moinho esteve em ruínas durante muito tempo.

A sua recuperação iniciou-se em 2002 e terminou em Julho de 2004, altura em que foi inaugurado.

O trabalho de reconstrução arquitectónica obedeceu ao imóvel original, tendo sido feita uma reprodução exacta do sistema mecânico e de moagem. No âmbito da sua recuperação merece realce o trabalho realizado pelo artesão Miguel Luís Nobre.

QUINTA DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO OU QUINTA DA FIDALGA

IHAs 118.14.2150.01



Localização: Aqualva

Freguesia: União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como Imóvel de Interesse Municipal (despachos de 6.7.2006 e de 10.7.2006 – edital n.º 253/2006, de 11/7/2006; deliberação da Câmara Municipal de 11.10.2006 e da Assembleia Municipal de 12.10.2006).

Fundação: Século XVIII

Estilo(o) arquitectónico(o): Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: STOOB, Anne de, *Quintas e Palácios dos Arredores de Lisboa, Civilização*, Porto, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O palacete mandado edificar, em 1720, por José Ramos da Silva, provedor da casa da Moeda, está, hoje, perfeitamente enquadrado pelo largo do mercado. Impõe-se com a sua longa fachada “à portuguesa”, de onde sobressai, num dos extremos, a capela devotada a Nossa Senhora do Monte do Carmo com a sua possante sineira quadrangular. No alçado principal do templo, sublinhado por revestimento pétreo, destaca-se um painel de azulejos representando a Virgem que se apôs ao frontão triangular da empena.

Apesar da descaracterização interior do edifício, a capela contígua é de boa execução, com destaque para a abóbada de caixotões em pedra e o retábulo-mor barroco com figuras em alto-relevo.

ALGUEIRÃO – MEM MARTINS

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA NATIVIDADE

IHAs (a atribuir)



Localização: Mem Martins

Freguesia: Algueirão – Mem Martins

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernista

Autor(es): Arquitecto Félix Alves Pereira; construção sob a responsabilidade de José Máximo dos Reis

Fontes documentais e/ou bibliográficas: Pinto, Dulce, *Descobrir Algueirão Mem Martins*, 1998;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Esta Capela foi inaugurada em 3.9.1933. A sua edificação revestiu-se de primordial importância, considerando, que nos anos 30, aquela localidade não dispunha de nenhum espaço de culto nas proximidades, sendo o mais próximo a Igreja Matriz de S. Pedro de Penaferrim. Para o efeito foi formada a Comissão de Melhoramentos de Mem Martins, encabeçada por um bairrista nato – Artur Soares Ribeiro.

Para a construção da Capela foi adquirido um terreno desanexado do baldio então chamado “Rocio da Fonte”, à Câmara Municipal de Sintra, em hasta pública efectuada nos Paços do Concelho em 23 de Outubro de 1930. Posteriormente, os adquirentes, membros da Comissão, ofereceram a esta o terreno arrematado. As obras foram iniciadas com o lançamento da primeira pedra, cerimónia que teve lugar no dia 29 de Março de 1931. A sua construção decorreu ao ritmo do capital que a Comissão ia angariando, a qual teve também o apoio da Rainha D. Amélia que, do exílio em França, enviou o seu donativo destinado à compra da imagem de Nossa Senhora da Natividade, a Padroeira escolhida.

No dia da inauguração, entre outras personalidades locais, esteve presente o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sintra, Major Craveiro Lopes e Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

IHAs 045.08.4130.01



Localização: Mercês

Freguesia: Algueirão – Mem Martins

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como de Interesse Municipal –
Edital nº 87/2007, de 17 de Janeiro.

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Afflalo, Augusto Krusse, *Monografia por ... Rio de Mouro, Rinchoa, Mercês, Algueirão Mem Martins*, Laboratório Normal, s/l, 1969; Pinto, Dulce, *Descobrir Algueirão Mem Martins*, 1998;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Fundada em cerca de 1765, a Capela está inserida numa propriedade, a qual pertenceu a D. Nuno Luís do Carmo de Carvalho Daun e Lorena (1922-2012?), filho do 5º Conde da Figueira e descendente (5º neto) do 1º Marquês de Pombal, que faleceu sem descendentes.

O Marquês de Pombal tinha grande devoção pela Senhora das Mercês ou Nossa Senhora das Graças, tendo mandado fazer obras na Capela, onde existem belos azulejos do século XVIII. Datarão da mesma época os magníficos mosaicos florentinos que forram o altar, destacando-se, pela sua simbologia, as figurações do Sol e da Lua.

Esta Capela é possivelmente de origem Maneirista, mas muito adulterada por diversas campanhas de beneficiação.

CRUZEIRO DE SEISAL

IHAs (a atribuir)



Localização: Algueirão

Freguesia: Algueirão – Mem Martins

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: In:

alqueiraomemmartins.blogspot.com/.../alqueirao-cruzeiro-do-seisal.html (16.5.2014)

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Mandado edificar pela Condessa de Seisal (esposa do 2º Conde de Seisal), Maria Germana Castro Pereira, em memória do seu filho, Rodrigo Maurício Correia Henriques (22 de Março de 1887 – 3 de Setembro de 1906), que faleceu com 19 anos de idade no local, vítima de acidente de caça com arma de fogo.

Cruz latina trifoliada, que assenta numa pedra cúbica, inscrita nas faces e limitada num pequeno gradeamento de planta quadrangular.

Inserre-se na cantaria de profissional cemiterial.

ERMIDA DE SÃO ROMÃO

IHAs 023.02.4130.01



Localização: Lourel

Freguesia: Algueirão – Mem Martins

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XII

Estilo(s) arquitectónico(s): Românico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A fundação desta ermida remontará aos alvares da nacionalidade. Construída sobre e aproveitando materiais romanos ali subsistentes, cumpriu primorosamente a função evangélica, cristianizando um antigo local de fúnebre culto pagão.

No século XVI, a ermida foi alvo de uma importante reforma que inclui a construção de uma cobertura abobadada na capela-mor. A janela biselada rasgada no alçado sul da capela-mor corresponderá também a essa campanha de beneficiação.

Nas *Memórias Paroquiais*, de 6 de Abril de 1758, o prior António de Sousa Seixas, pároco da freguesia de São Pedro de Penaferrim, aludiu ao lugar e à ermida de São Romão.

Os vestígios de frescos «com aguadas de cor vermelha e amarela, em singelos apainelados» vistos, em 1921, por Félix Alves Pereira, acaso revelará uma intervenção oitocentista.

A ermida foi conduzida ao abandono, apesar da tentativa para se proceder à sua recuperação. Em 1956, deu-se início a uma subscrição pública e o arquitecto Norte Júnior traçou o projecto para o “novo” templo, no entanto, esta iniciativa, não se chegou a concretizar.

Hoje apenas subsistem as ruínas desta Capela.

IGREJA MATRIZ DE SÃO JOSÉ

IHAs 069.02.4110.01



Localização: Algueirão
Freguesia: Algueirão – Mem Martins
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XX
Estilo(s) arquitectónico(s): Pós-Modernista
Autor(es): Arquitecto Armando Fernandes Amorim;
empresa Alves Ribeiro
Fontes documentais e/ou bibliográficas: Pinto,
Dulce, *Descobrir Algueirão Mem Martins*, 1998;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Construída com o esforço dos habitantes da terra, esta igreja paroquial foi inaugurada em 15.8.1960.

Foi o Padre Alfredo Guilherme Ferreira que apadrinou o projecto do Arquitecto Armando Fernandes Amorim para a sua construção. A obra foi entregue à empresa Alves Ribeiro.

A primeira pedra foi colocada a 15 de Agosto de 1959, sendo a cerimónia presidida pelo arcebispo de Mitilene D. Manuel dos Santos Rocha, que viria a ser mais tarde Bispo de Beja. O padroado da paróquia foi confiado a São José, visto não existir no concelho nenhum a ele dedicado.

A Igreja foi construída num terreno cedido pela Câmara em troca de um outro de igual área, pertencente a um paroquiano - Artur Miranda. Contudo, este terreno nunca chegou a ser da Câmara, tendo sido doado à igreja, para ser vendido em talhões. Com a venda dos talhões do terreno, foi possível angariar uma quantia que permitiu não só o pagamento do terreno como também o início do sonho de um centro paroquial, sonho que ganhou forma apenas em 1996.

A Paróquia de São José de Algueirão-Mem Martins foi criada pelo Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

ALMARGEM DO BISPO, PERO PINHEIRO E MONTELAVAR

AQUEDUTO DA QUINTA DA GRANJA DO MARQUÊS

IHAs 072.03.6193.02



Localização: Granja / Morelena

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural.

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A primeira referência histórica conhecida referente à Quinta da Granja do Marquês aparece-nos na obra *Corografia Portuguesa* do Padre António Carvalho da Costa, datada de 1712.

As obras da quinta foram concluídas no ano de 1701 por Sebastião de Carvalho, o então proprietário. Após a sua morte, o primeiro herdeiro da quinta foi o prelado e fidalgo D. Paulo de Carvalho e Mendonça (1702/1770).

A quinta passa posteriormente para as mãos do seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Durante o tempo em que, tanto D. Paulo de Mendonça como o Marquês de Pombal tiveram a propriedade em seu poder, enriqueceram-na com várias estruturas, tanto residenciais como agrícolas e um aqueduto.

O aqueduto tem uma extensão de cerca de dois quilómetros e foi feito propositadamente para servir a quinta. 1 500 metros à superfície e cerca de 400 metros pelo subterrâneo, seguindo a direcção NE. /SO. A nascente que fornece água à estrutura hidráulica situa-se na localidade de Morelena. O troço que se encontra à superfície é constituído por um aqueduto suportado por arcos de volta perfeita que descarregam o seu peso em pilares de secção quadrangular.

CAPELA DA NOSSA SENHORA DA LUZ

IHAs (a atribuir)



Localização: Cortegaça
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Capela de Nossa Senhora da Luz situa-se na pequena aldeia de Cortegaça, perto de Pero Pinheiro. As suas origens mais remotas datam do século XVI e foi, inicialmente, dedicada a Nossa Senhora da Salvação. Conservam-se dessa época as janelas biseladas da capela-mor, enquanto que o retábulo de pedra é já do século XIX.

A actual capela é, essencialmente, do século XVIII, e resulta da reconstrução feita após o terramoto de 1755. Trata-se de uma construção singela e humilde, erigida à entrada da povoação ladeando a antiga estrada vinda de Sintra. Junto a um adro com dois toscos bancos de pedra, surge-nos uma fachada simples com um umbral pétreo enquadrando uma porta de madeira almofadada, encimada por uma janela de alvenaria envidraçada. Possui uma sineira com ventana em arco de volta perfeita e uma cruz no vértice da fachada. O telhado é de duas águas. A capela, de planta longitudinal, é composta por nave única e capela-mor. Possui, ainda um outro corpo adjacente, no lado da epístola, com telhado esconso e uma pequena porta de madeira almofadada, onde funciona a sacristia.

Cortegaça, terra de oliveiras, terá desejado Nossa Senhora da Luz como sua padroeira, pela antiga crença de na luz existir um Deus misericordioso e bom, de acordo com o pensamento de Jacob Boehme. A festa religiosa efectua-se de 6 a 9 de Setembro.

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ – QUINTA DA GRANJA DO MARQUÊS

IHAs 072.03.3130.01



Localização: Granja do Marquês
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Rural.
Protecção: Inventariado
Fundação: Séc. XVIII (Iacome da Costa de Loyreyro)
Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Porto, 1985, pp. 243-245;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A primeira referência histórica conhecida referente à Capela da Quinta da Granja do Marquês aparece-nos na obra *Corografia Portuguesa* do padre António Carvalho da Costa, datada de 1712, que sucintamente escreve o seguinte: «*A Quinta da Granja com huma Ermida de Nossa Senhora de Nazareth que fundou Iacome da Costa de Loyreyro e acabou no anno de 1701 Sebastião de Carvalho, senhor da dita quinta com o motivo de apparecer nella a imagem de Nossa senhora que alli se conserva obrando prodigiosos milagres*». A propriedade passou de imediato a ser designada pelo topónimo de Granja de Nossa Senhora da Nazaré.

As obras da quinta foram concluídas no ano de 1701 por Sebastião de Carvalho, o então proprietário. Após a sua morte o primeiro herdeiro da quinta foi o prelado e fidalgo D. Paulo de Carvalho e Mendonça (1702/1770), monsenhor da patriarchal de Lisboa, comissário geral de Bula da Cruzada, Secretário e Vedor da Fazenda da Casa e Estado da rainha D. Mariana Vitória e entre outros foi nomeado cardeal pelo papa Clemente XIV, pouco antes da sua morte nos inícios de 1770.

A quinta passa posteriormente para as mãos do seu irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782). Durante o tempo em que, tanto D. Paulo de Mendonça, como o Marquês de Pombal, tiveram a propriedade em seu poder, enriqueceram-na com várias estruturas, tanto residenciais como agrícolas.

A capela, já existente, de planta rectangular, foi também alvo de uma intervenção que a adaptou à realidade barroca. Os estuques que revestem o templo apresentam uma sobriedade pouco habitual no barroco. Ainda menos habitual e até mesmo raro é o tema representado no tecto da capela-mor – “*A Casa da Virgem*”.

A nave apresenta lambris de azulejos, azuis e brancos, de grande qualidade plástica, cuja temática são o Nascimento de Cristo e a Apresentação da Virgem.

No dia 9 de Setembro de 1862, o quinto marquês de Pombal aluga a Quinta ao estado português para ali ser instalada a Quinta Regional de Sintra. Uma espécie de escola agrícola que grande fama conseguiu ao longo dos anos em que se manteve em actividade. A capela, como estipulado no contracto, ficou aberta ao público, ainda que a partir de 1878 o campanário tenha sido utilizado como observatório meteorológico.

Em 1920 a Força Aérea Portuguesa transferiu para ali as suas instalações da Escola de Aeronáutica. Em 1925 a capela é dotada de uma imagem da Nossa Senhora do Ar, consagrada padroeira dos aviadores em 1960 pelo Papa João XXIII.

CHAFARIZ DO SABUGO

IHAs (a atribuir)



Localização: Sabugo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Tardo Barroco Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Fonte de Espaldar

Na espalda recortada do Chafariz do Sabugo sobressai, no sobreelevado centro, placa evocativa da fundação do fontanário: NO QUINTO ANNO / DO FELIX REYNADO / DAS MAGESTADES / FIDELISSIMAS / D. MARIA I.^A E D. PEDRO III / O SENADO DA CAMARA / DE CINTRA / SENDO PRESIDENTE O D.^{OR} / JOZE DINIZ DE OLIVEIR.^A / MANDOU FAZER / ESTA FONTE / EM BENEFICIO / DO PUBLICO / ANNO DE 1782.

O grande tanque de pedra grossa é alimentado por duas bicas que nascem de semi-esferas de pedra. Contíguo à fonte patenteia-se outro tanque, porém, de menores dimensões.

CRUZEIRO DE CORTEGAÇA

IHAs (a atribuir)



Localização: Cortegaça

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Cruzeiro de Cortegaça, situa-se no centro de uma estrada desta pequena aldeia, perto de Pero Pinheiro. Admite-se que o seu local primitivo poderá ter sido o adro da Capela de Nossa Senhora da Luz.

É uma peça de base maneirista com três degraus e plinto toscano de onde emerge a cruz, despojada de qualquer decoração. A sua datação é difícil, tudo apontando para o mesmo período da referida capela.

CRUZEIRO DE MORELENA

IHAs (a atribuir)

Localização: Largo Silvério António - Morelena - Sintra

Freguesia: União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: 1865

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: "As Ruas de Pero-Pinheiro", DSA Editores, Patrocínio de Junta de Freguesia de Pero-Pinheiro, Santo Amaro de Oeiras, s/d, p 12.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Cruzeiro erigido pelo povo de Morelena no «anno de 1865». É local de passagem das procissões em honra da Nossa Senhora da Conceição.

Trata-se de um cruzeiro pétreo de fuste e braços redondos com prolongamentos triangulares na parte superior do mesmo e respectivos braços, cujo plinto é arredondado, assente em base quadrangular.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DOS ENFERMOS

IHAs 104.03.4130.01



Localização: Camarões

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista, Barroco

Autor(es): Francisco de Holanda

Fontes documentais e/ou bibliográficas: A. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, Tomo III, pp. 75-80; José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No lado oposto do terreiro desenvolve-se um comprido, porém estreito, adro. No termo deste implanta-se a ermida de Nossa Senhora dos Enfermos, construção de meados do século XVI, cujo traçado se poderá atribuir a Francisco de Holanda. A este imóvel, edificado a partir de uma planta em cruz latina, seriam, em setecentos, acrescentados dois corpos laterais e um alpendre que vieram, de certo modo, perturbar a leitura da planta primitiva e alterar a volumetria do templo.

A frontaria do templo, por conseguinte, encontra-se “prolongada” pela inserção dos corpos laterais e, a partir destes, avançam as paredes de sustentação de um grande alpendre com cobertura em três águas que precede a entrada, apoiando-se, à frente, em duas pilastras simples de influência toscana. Sob o alpendre, e ao longo dos muros laterais, correm bancos de alvenaria forrados com azulejos de figurinhas avulsas e cercaduras de cariz vegetalista.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA SERRA

IHAs 134.03.4110.01



Localização: Sabugo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: A. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, Tomo III, pp. 75-80; José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Segundo o Pároco José Antunes, na respectiva Memória Paroquial de 5 de Abril de 1758, a Ermida de Nossa Senhora da Piedade da Serra fora então edificada com licença da Rainha, sendo administrada pelo padroado popular. Além de romagens, realizava-se um círio de Lisboa no dia comemorativo litúrgico de Santa Ana, bem como uma feira franca de três dias nas efemérides de Santiago, Santa Ana e no seguinte.

ERMIDA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

IHAs 135.03.4130.01



Localização: Almargem do Bispo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: A. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, Tomo III, pp. 75-80; José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Segundo o Pároco José Antunes, na respectiva Memória Paroquial de 5 de Abril de 1758, a Ermita do Divino Espírito Santo em Almargem do Bispo era administrada pela população local, recebendo procissões gerais provenientes da Igreja Matriz. Actualmente encontra-se desactivada.

ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO

IHAs 135.03.4130.01



Localização: Montelavar
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Urbano Destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: Medieval
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

De origem Medieval, foi profundamente remodelada no Séc. XIX, obra que inclui também um novo pórtico com frontão triangular e simbologia crística, no entanto, não existe ainda, qualquer *fortuna crítica* sobre este templo.

FONTE DA SEGUETEIRA

IHAs (a atribuir)



Localização: Maceira
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Fonte de Espaldar

Ao fundo de largo empedrado, abre-se um nicho em espesso muro, onde se resguarda copiosa nascente. Sobrepe-se à entrada, estrutura convexa de alvenaria onde permanece, pintada, a data de 1788.

No topo, uma cruz de pedra tendo inscrita, na base, a toponímia do fontanário: SEGUETEIRA.

Em baixo, sobre prateleira rochosa, o tanque permanece atravessado por grande pedra paralelepipedal que conduz a água para raso bebedouro de animais contíguo e, dali, através de tosca caleira, corre para o lavadouro.

FONTE POMBALINA

IHAs 125.03.6191.01



Localização: Morelena
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Pombalino
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Fonte de Mergulho

Recinto murado e rebaixado onde se implanta peculiar conjunto fontanário de mergulho, que a tradição popular atribui ao tempo do Marquês de Pombal. Este compõe-se de reservatório de secção quadrangular com cobertura piramidal, encimada por cruz de hastes trilobadas, emergindo num dos alçados rasa pia arredondada. Este espaço encontra-se protegido por série de frades de pedra que impedem o acesso dos animais à água, subsistindo, para eles, um bebedouro baixo, construído com espessos blocos pétreos boleados, cujo abastecimento se processa através de sistema de caleiras.

FONTE DE PERO PINHEIRO

IHAs 168.03.6191.01



Localização: Pero Pinheiro

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernista

Autor(es): Pardal Monteiro

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

«O progresso de Pero Pinheiro», *A Voz de Sintra*, 29 de Março de 1958).

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

«Acaba de ser constituída uma Comissão de Melhoramentos em Pero Pinheiro, da qual fazem parte os senhores Domingos Amaro, Manuel Augusto Parreiras, José Luís Mares Júnior, Agostinho Pardal, José Luís amaro, Domingos da Silva Pardal e Alvaro Luís, que, com a Junta de Freguesia de Montelavar, vai empreender a construção de chafarizes...» («O progresso de Pero Pinheiro», *A Voz de Sintra*, 29 de Março de 1958).

Consequentemente o desenho dos fontanários foi entregue ao arquitecto Pardal Monteiro. Assim, a fonte inaugurada, conforme inscrição gravada no espaldar, em 10-5-1958, ostenta prospecto simples, mas vigoroso no traço rectilíneo que a define e acentua nos rectos blocos de calcário que formam o espaldar, aconchegado por marmóreo tanque, sobrecomprido e despojado de ornamentação.

FONTE DO MARQUÊS

IHAs 046.03.6191.02



Localização: Montelavar

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Fonte coberta precedida de escadado limitado por frades, a Fonte do Marquês, datada de 1804, permanece inscrita em edifício de prospecto barroco com cobertura ornada de volutas e contrafortes igualmente voluteados, acedendo-se ao fontanário através de vão perfeito, tendo, à esquerda, grande poial para descanso das vasilhas. A restauração de 1970 acrescentou ao monumento o forro interior em garridos azulejos industriais, sob o qual emergem duas possantes bicas que vazam para tanque baixo.

GRANJA DE SANTA CRUZ (CASAL DA MATA)

IHAs 067.03.2150.01

Localização: Casal da Mata*Freguesia:* União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar*Enquadramento:* Rural*Protecção:* Inventariado*Fundação:* Século XVI*Estilo(s) arquitectónico(s):* Manuelino*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* Coelho, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI*, Caminho, 13 colecção universitária, s/d, s/l.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

Casal “fortificado”, parcialmente arruinado, com numerosos vestígios manuelinos.

Durante o século XVI, a Quintã de Meleças foi emprazada sem pensão a D. António, Conde de Linhares, por D. João de Noronha, Prior-Mor do Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho de Santa Cruz de Coimbra. Por contrato matrimonial de seu filho Francisco com Violante de Andrade, filha do Tesoureiro-Mor Conventual Fernão de Álvares, passou a quinta ao Casal e vinculada à esposa. Mais tarde, por vontade régia, o senhorio passou para a Universidade de Coimbra.

A cabeça do prazo ficava numas “casas grandes”, sitas na freguesia de São Pedro de Almargem, entre Meleças e o Sabugo. Esta propriedade tinha várias tipologias produtivas agro-pecuárias.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

IHAs 044.03.4110.01



Localização: Morelena
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Urbano destacado.
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVII
Estilo(s) arquitectónico(s): Estilo Chão
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta capela, denominada igualmente de Capela do Paço (por eventual presença aristocrática ancestral) é um templo de nave única, precedido de Arco Abatido e com portal simples encimado de frontão triangular renascentista, que forma galilé, datada do Séc. XVII.

Trata-se de uma construção secular. No seu pavimento foram encontradas, em 1960, as sepulturas de Manuel Gil de Sousa e Herdeiros, fidalgo cavaleiro do Rei (falecido em 2.7.1669) e de Marta Faria da Costa (falecida em 14.6.1693).

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO

IHAs 043.11.4110.01



Localização: Almargem do Bispo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano.

Protecção: Classificado, IIP – Imóvel de Interesse Público – (Decreto n.º 43073, DG 162 de 14.7.1960).

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista; Maneirista.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: A. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, Tomo III, pp. 75-89; José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A igreja de São Pedro de Almargem do Bispo terá sido edificada ainda na segunda metade do século XVI. As escassas fontes existentes não nos permitem acompanhar cronologicamente a sua evolução histórica e artística, porém é certo que sofreu pelo menos duas importantes campanhas de obras, nomeadamente nos séculos XVII e XVIII.

O templo apresenta uma volumetria longitudinal a que se adossam dois anexos a Norte e a Sul e uma torre sineira a Noroeste. O interior divide-se em três naves separadas por arcos, apresentando vestígios de pintura ornamental do século XVII. As paredes laterais da nave e da capela-mor são inteiramente forradas por painéis azulejares, de fábrica seiscentista. A cobertura é feita por tecto em masseira de caixotões decorados, onde se destacam grinaldas e elementos bíblicos muito provavelmente já executados na centúria setecentista.

O arco triunfal é simples e de volta perfeita. A capela-mor apresenta um retábulo de talha dourada sobre fundo branco de tipologia neoclássica. O tecto é forrado por uma abóbada de berço inteiramente revestida por azulejos de padrão.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 não provocou estragos de maior no templo. Ao longo das centúrias seguintes foram efectuados trabalhos de conservação, consolidação e restauro.

Segundo o Pároco José Antunes, na respectiva Memória Paroquial de 5 de Abril de 1758, a Igreja era propriedade, padroado e administração da comunidade local, que a construiu e reedificou.

IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO

IHAs 131.03.4110.01



Localização: Montelavar

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Rural

Protecção: MIP – Monumento de Interesse Público (Anúncio 3175/2012, DR 2ª Série nº 3214 de Fevereiro).

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Barroco.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: A. N. T. T., *Memórias Paroquiais*, Tomo XLII, p. 96, nº 204; José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Segundo o Pároco anónimo, na respectiva Memória Paroquial de Abril de 1758, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Montelavar é simplesmente referida.

MOINHO DOS BOMBEIROS

IHAs 344.03.7170.01



Localização: Montelavar
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo,
Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: urbano destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: -
Estilo(o) arquitectónico(o): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Moinho de vento de forma abaulada totalmente recuperado pelos Bombeiros Voluntários de Montelavar. A edificação possui três janelas no piso superior e uma no intermédio. Regularmente é posto a trabalhar não só para manutenção e conservação dos mecanismos mas também por motivos pedagógicos.

MOINHO DE SÃO JOÃO DA BATALHA

IHAs 294.03.7170.01



Localização: Mastrontas
Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: -
Estilo(o) arquitectónico(o): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: *Tempos da Vida Rural – Do Grão à Farinha e da Farinha ao Pão*, CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Localizado no triângulo Mastrontas – Covas – Negrais, é uma robusta construção de alvenaria de pedra e cal, ostentando imponente velame e *búzios*. A cobertura cónica — o *capelo* — constitui-se por armação de barrotes e ripas de madeira, revestida de lona com alcatrão, para proteger da chuva. O capelo sustenta, ainda, um mastro de madeira com quatro velas, envolto em imponente e robusta *entrosga*, de braços largos com dentes que se engatilham no *carreto* que, pela força do vento, faz rodar as mós. À semelhança da maior parte dos moinhos existentes no território sintrão, este moinho define-se em função do sistema de rotatividade do tejadilho. Ou seja, tal mecanismo, que se localiza no interior e manuseia por meio de um sarilho, permite orientar o velame segundo a direcção do vento.

De planta circular e forma abaulada, o edifício apresenta dois pisos interiores, acedendo-se ao nível superior por escadado de pedra. No rés-do-chão, costuma-se guardar as sacas de grão e as farinhas, para além de uma panóplia de utensílios fundamentais para o labor do moleiro. No escuro piso intermédio — o *soto*— situa-se o *urreiro*, onde se albergam as mós destinadas à moagem do milho. O último piso — o *sobrado* — é sustentado por vigas de madeira e iluminado por janelas. É aqui que permanece a engrenagem principal do engenho e as mós, mais finas, para o trigo.

Corre sobre a parede um ático de pedra bem afeiçoada — o *frechal* de pedra — no qual se cravam os arganéis de ferro, usados para fazer rodar o capelo. Mais abaixo, embutem-se na parede, três argolas — os *andorinhos* — que servem para travar o moinho.

CACÉM E SÃO MARCOS

ERMIDA DE SÃO MARCOS

IHAs 029.19.4130.01



Localização: São Marcos
Freguesia: União das Freguesias de Cacém e S. Marcos
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XV
Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Esta capela terá sido fundada ou restaurada em finais do século XV pela rainha D. Leonor que por casamento com D. João II - o Príncipe Perfeito - era a padroeira da vila de Sintra e suas respectivas freguesias.

A pequena ermida de São Marcos é composta por dois volumes paralelepípedicos articulados, correspondendo o maior à nave e o mais pequeno à abside.

A capela-mor apresenta uma abóbada de cruzaria, sustentada por mísulas de decoração vegetalista, nomeadamente folhas de acanto e romãs (símbolos de perenidade) tão frequentes na arquitectura manuelina. A pedra de fecho da abóbada está decorada com o símbolo da empresa da rainha D. Leonor, o camaroeiro. O altar-mor, de madeira policroma, recentemente executado, rasga-se ao centro onde se destaca a imagem de São Marcos.

De referir, ainda, a pia de água benta que se encontra à entrada da sacristia, lavrada em mármore negro de Mem Martins.

FONTE DE D. MARIA II

IHAs 164.19.6191.01



Localização: Cacém
Freguesia: União das Freguesias de Cacém e S. Marcos
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Construída em meados do século XIX, a Fonte de D. Maria, como é vulgarmente conhecida, consiste em estrutura de pedra finamente talhada. A fonte foi desmontada nos anos de 1970, tendo sido remontada, no local onde hoje se encontra, já na década passada.

O tanque de paredes bojudas e bordos sobressalientes, apresenta feição quadrangular com os cantos pronunciadamente côncavos. E, ao centro, ergue-se pilar do qual emergem duas compridas bicas metálicas por onde corre a água que alimenta o estanco. Na parte superior do pilar, uma série de filetes de meia-cana anunciam, já, o largo capitel de remate coroado de coruchéu. Este pilarete central ostenta ainda inscritas, em duas cartelas, as seguintes legendas: REINADO DA / S.^{RA} D. MARIA II. E: OBRAS PUBLICAS / 1849 / Sendo Ministro do Reino / O / Marchal do Exercito / Duque de Saldanha / e /Inspector Barão da Luz.

QUINTA DA BELA VISTA

IHAs 111.02.2150.01



Localização: Cacém

Freguesia: União das Freguesias de Cacém e S. Marcos

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificado como Imóvel de Interesse Municipal (deliberação Camarária de 9.8.2006 e da Assembleia Municipal de 12.10.2006)

Fundação: Séc. XX

Estilo(s) arquitectónico(s): "Casa Portuguesa"

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Quinta da Bela Vista é um dos poucos recantos que lembram o Cacém como zona de quintas aristocráticas e burguesas. Apesar do seu estado de conservação, o palacete ainda apresenta a beleza de outros tempos, tornando a Quinta num efectivo conjunto arquitectónico e rústico interessante de arquitectura estilisticamente representativa da transição dos séculos XIX-XX, encomendada a sua edificação habitacional pelo jornalista e político republicano Joaquim Ribeiro de Carvalho (1880-1942). Integrada a sua casa na paisagem envolvente, acompanha o declive acentuado da encosta.

Em 1923, o edifício fora já reformado pelo seu próprio proprietário edificador, dotando-o de um singular prospecto neo-vernacular mais elaborado. Em 1988, realiza-se uma permuta imobiliária entre a Câmara Municipal de Sintra e a família proprietária, cabendo a esta a casa e os anexos e àquela a parte rústica da propriedade, depois requalificada no Projecto de Revitalização da Ribeira das Jardas e transformada no Parque Urbano da Bela Vista.

A autarquia sintrense propõe, em 1995, a sua respectiva preservação como valor concelhio à Direcção Regional de Lisboa do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, despoletando o consequente despacho do regime jurídico-patrimonial transitório de classificação potencial. Finalmente, em 2005, a Câmara Municipal de Sintra classifica o conjunto urbano.

QUINTA DOS LÓIOS

IHAs (a atribuir)



Localização: Cacém
Freguesia: União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra
Enquadramento: urbano destacado
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVI?
Estilo(s) arquitectónico(s):
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: Sousa, Ana Macedo e; Mascarenhas, Teresa, *Aqualva-Cacém e a sua História*, Edições Golfinho, Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, 2000.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Quinta dos Lóios constitui a propriedade familiar remanescente sita em Aqualva e onde nascera D. Domingos Anes Jardo – Prior de Guimarães, 8º Bispo de Évora e 18º Bispo de Lisboa (desde a reconquista definitiva em 25 de Outubro de 1147), Conselheiro e Capelão-Mor do Rei D. Afonso III e Chanceler-Mor do Rei D. Dinis –, tendo sido fundador do hospital lisboeta de Santo Elói em 11 de Março de 1286, constituído em prol de merceeiros, estudantes e clérigos de vida comum. Falecendo em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1293, D. Domingos Anes Jardo lega todo o seu património (incluindo esta quinta) em testamento para rendimento subsistente da actividade assistencial daquele equipamento social.

Em 1442, por determinação do Regente Infante D. Pedro e licença do Papa Eugénio IV, o património deste hospital fora transformado em convento e integrado na jurisdição canónica conventual da Congregação dos Cónegos “Azuis” (quanto à cor do respectivo hábito monástico) ou Seculares de São João Evangelista, Ordem religiosa masculina portuguesa temporária, fundada em Lisboa em 1420 para a reforma eclesiástica nacional e sobretudo conhecida pela corruptela neologística do adjectivo masculino “Lóios” – daí a denominação memorial micro-toponímica desta propriedade rural sintrense –, sediada no seu Convento de São Bento de Xabregas.

Já no início do séc. XVI e segundo os livros de recebimentos dos foros, a Quinta compreendia diversos casais (Azambujal, Jarda, Cotão e São Marcos), uma herdade, duas courelas (na Eira Velha e em Aqualva), vinhas, um pomar e três azenhas – localizados desde a localidade de São Marcos e a Ribeira da Jarda. Excepto um núcleo explorado pela comunidade monástica, todo o restante património referido encontrava-se arrendado ou aforado e cuja maioria dos aforamentos era pago em géneros (sobretudo moios de trigo ou de cevada, pão meado, carneiros, cabritos, coelhos, galinhas, ovos, manteiga, queijadas) depois transportados para o convento lisboeta. Os foros e as rendas da quinta chegavam ao Convento de Santo Elói nas datas canónicas anuais, sobretudo do Natal e da Páscoa, mantendo-se a sua vitalidade económico-patrimonial ao longo dos sécs. XVII-XVIII, apesar da venda ocasional de algumas parcelas (como o Casal da Charneca em 1663).

Extintas as Ordens religiosas em Portugal em 1834, a Quinta dos Lóios fora posteriormente vendida em hasta pública em data e circunstâncias ainda não determinadas. Encontrando-se, contudo, sob a responsabilidade do caseiro Manuel Baptista em 1836, o Prior de Belas ainda não tinha cumprido a ordem escrita em 1838 do Patriarca de Lisboa para entregar os objectos cultuais e as alfaias litúrgicas da capela da propriedade. Posteriormente, a extensa Quinta dos Lóios pertencera ao Conde de Vila Real em 1856 e a Filipe José da Luz em 1884 – que alienara parcelas respectivas para permitir a implantação da via ferroviária entre Lisboa e Sintra

(com três passagens de nível, uma em cada extremo e uma ao centro – sitas nos actuais locais designados Casa da Oca, Quinta de Santana e Casal da Pedra.

Tendo o percurso ferroviário alterado o acesso tradicional da propriedade, contorna o vale profundo da Ribeira das Jardas e obrigou à deslocalização do portão de acesso c. 1954, quando era seu proprietário Manuel Antunes, que transformou profundamente o imóvel principal e preservou os seus jardins dispostos em socalcos (estando já desaparecidos umas azenhas, uma ponte e parte de um antigo aqueduto) – cultivando-se aí então e ainda hortaliças, vinhas, pomares e olivais.

CASAL DE CAMBRA

ERMIDA DE SANTA MARTA

IHAs 034.15.4130.01



Localização: Casal de Cambra

Freguesia: Casal de Cambra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Destaca-se, em Casal de Cambra, a Capela de Santa Marta, símbolo da devoção das suas populações, que foi erigida no início do século XVII.

Situada no perímetro urbano do bairro, esta ermida terá sido construída numa estreita ligação simbólica às águas salubres que existem na zona, vindo estas “águas santas” a ser designadas pelo nome da padroeira, Santa Marta.

No século XIX, a Ermida de Santa Marta foi utilizada como habitação, sendo destruída por um incêndio e permanecendo em ruínas até aos nossos dias. O edifício que hoje existe no local resulta de um processo de recuperação, levado a efeito pela Câmara Municipal, no final dos anos noventa do século XX, que embora respeitando a traça original, introduziu algumas inovações, designadamente, uma sacristia provida de campanário e um novo altar, compatível com as normas impostas pelo Concílio Vaticano II.

COLARES

AZENHA

IHAs 186.05.7180.01



Localização: Azenhas do Mar.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XVIII (?).

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: JUROMENHA, Visconde de (1838) – *Cintra Pinturesca*. Lisboa; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997) – «Memórias Paroquiais», in *Obras Completas de José Alfredo da Costa Azevedo*, V. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Acerca das antigas azenhas do mar, a mais antiga informação compilada reporta-se apenas a «(...) hum pizão no lugar da Assenhas do mar que moe com água do rio do Termo de Cintra» (*Memórias Paroquiais*, in Azevedo, 1998: 183). Tendo-se omitido a existência de outras azenhas, das quais o topónimo do lugar foi tomado, pois, no mesmo documento, datado de 1758, refere-se ainda que existia no pequeno povoado 17 fogos ou vizinhos e, um século depois, contavam-se já 22 fogos (cf. v.g., Juromenha, 1838).

Neste sentido, poder-se-á concluir que, então existiam mais pisões, cuja existência está ainda presente na memória colectiva, e poderá constituir uma das razões que justificativas do singular desenvolvimento da aldeia falésia acima.

Não existe, todavia fortuna crítica que nos permita aprofundar o tema, mas, muito provavelmente, a única azenha hoje existente poderá pelas suas desusadas dimensões, o engenho referido nas *Memórias Paroquiais*. Infelizmente, o edifício, ainda com a sua roda motriz, encontra-se descaracterizado, mas constitui um inequívoco símbolo histórico-cultural a perpetuar.

Subsiste, ainda em relativo estado de conservação a antiga represa e a caleira que desemboca junto da nora, por onde corria a água motriz que fazia trabalhar o engenho na moagem dos cereais.

ADEGA REGIONAL DE COLARES

IHAs 048.05.7120.01

*Localização:* Banzão.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* Urbano destacado.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* 1934.*Estilo(s) arquitectónico(s):* Vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* ANÓNIMO, *Roteiro de Colares*, Junta de Freguesia de Colares, Colares, s.d.; SANTOS, Raul Esteves dos, *O Vinho de Colares*, Adegas Regionais de Colares, Colares, 1938 (Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005, 2ª edição).**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A cooperativa agrícola desta denominação fora a primeira nacional fundada em 1931, numa das regiões demarcadas vitivinícolas mais antigas de Portugal, exercendo uma significativa função sócio-corporativa na agricultura sintrense, reunindo hoje mais de 50% da produção regional e mais de 90% dos produtores do concelho nas Freguesias de Colares, São João das Lampas e São Martinho.

O seu imponente edifício sede foi edificado na terceira década do século XX, já depois da génese jurídico-económica da Região Demarcada de Colares. Situa-se à beira da linha do eléctrico, constituindo por excelência uma zona de estágio e envelhecimento em madeira e onde a cooperativa desenvolve a sua actividade normal de laboração e apoio técnico associativo, além de constituir palco de provas de vinho sob agendamento prévio, visitas guiadas e eventos sociais.

O edifício apresenta uma estrutura longitudinal selectivamente fenestrada de cerca de 120 metros de comprimento e com um piso único de pé direito duplo, coberto a duas águas e albergando uma nave única (da zona de estágio e envelhecimento em madeira, recheada de grande quantidade de toneis), cuja fachada está coberta de azulejos brancos com legendas identificativas a azul. Sobre ambas as grandes portas centrais latitudinais encontram-se coroamentos de frontões triangulares e as extremidades longitudinais são terminadas por torreões de dois pisos e coberturas de duas águas.

ADEGA VIÚVA GOMES

IHAs (a atribuir)



Localização: Almoçageme

Freguesia: Colares

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: 1808

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

ANÓNIMO, *Roteiro de Colares*, Junta de Freguesia de Colares, Colares, s. d.; SANTOS, Raul Esteves dos, *O Vinho de Colares*, Adega Regional de Colares, Colares, 1938 (Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005, 2ª edição).

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Adega Viúva Gomes constitui um edifício construído em 1808, designando-se originalmente Viúva Gomes & Filhos, constituindo o principal fornecedor de vinho para consumo dos soldados combatentes na frente francesa de 1914-1918, tendo sido distinguida com o Grande Prémio da Exposição Mundial do Panamá Pacífico em 1915 e adquirida em 1989 pela sociedade Jacinto Lopes Baeta & Filhos.

Trata-se de um edifício de planta longitudinal com capacidade de armazenamento de 105000 litros de vinho, apresentando a sua fachada um prospecto chão e austero de um único piso selectivamente fenestrado e animado a meio por um corpo azulejado esverdeado de dois pisos fenestrados flanqueando uma sacada em cima e uma porta em baixo, sendo encimado de um original frontão escalonado em ondas.

CASA BRANCA

IHAs 143.05.1120.01



Localização: Azenhas do Mar.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: litoral.

Protecção: inventariada.

Fundação: séc. XX (1920).

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): Raul Lino.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

«Diz-se, vulgarmente de bom gosto a sujeição instintiva a certas leis indefiníveis pelas quais os artistas se regem para a criação de qualquer obra da sua especialidade... O bom gosto adquire-se por um estudo dedicado, isto é, pelo amor admirativo da Natureza, é antes o pressentimento das suas leis e a aplicação destas em novas criações» (Raul Lino, in *A Nossa Casa: apontamentos sobre o bom gosto na construção das casas simples*, Edição da Atlântica).

Conservador e revolucionário, ousado e tradicionalista, amado e odiado, mas acima de tudo um dos mais geniais arquitetos portugueses do século XX, Raul Lino (1879-1974), figura ímpar no panorama arquitectónico nacional, produziu vasta e eclética obra e foi autor da imagem da “Casa Portuguesa”. Mais “romântico” que qualquer outro arquiteto da época, Raul Lino projeta e constrói sempre respeitando e integrando o seu traço na natureza e na paisagem que rodeiam os seus modelos, ganhando-se deste modo a unicidade de uma obra que se caracteriza pela diversidade das formas e materiais empregues.

A pequena e despojada, Casa Branca das Azenhas do Mar foi construída em 1920. De acordo com o projeto do próprio arquiteto, a casa de férias implanta-se extraordinariamente no alto de uma escarpa.

Volumetricamente equilibrada, com descoincidentes janelas de forte cromatismo e grandes pedras nos alpendres e contrafortes que jogam harmonicamente entre a alva cobertura e as paredes. O agreste vegetal enquadra e indicia a edificação de grande pureza plástica e o fortíssimo carácter do arquiteto Raul Lino.

CASA MACEDO

IHAs 195.05.1120.01

*Localização:* Azenhas do Mar.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc. XX (1921).*Estilo(s) arquitectónico(s):* "casa portuguesa".*Autor(es):* Tertuliano Lacerda Marques.*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* *Arquitectura Portuguesa* (1921, ano XIV, n.º 7).**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

Projetada por Tertuliano Lacerda Marques e, edificada em 1921, como moradia de Júlio de Macedo, foi alvo, pelo seu mérito arquitectónico, de desenvolvido artigo dado à estampa na revista *Arquitectura Portuguesa* (1921, ano XIV, n.º 7).

De prospecto "tradicionalista", evidenciam-se ao longo das fachadas os claro-escuro, obtido dinâmica intrínseca do próprio edifício. Ainda no exterior, destaca-se a torre cilíndrica adossada, coroada por cobertura cónica, bem como o balcão coberto que a circunda ao nível do primeiro piso e os telhados desnivelados, evidenciando os diferentes corpos que constituem a casa. Lacerda Marques aproveitou da melhor forma o desnível do terreno e a cave integra-se, também, de forma harmoniosa, no edificado.

Acerca deste edifício não existe ainda a fortuna crítica que nos permita alongar na descrição, apesar de constar no *síte* da Câmara Municipal de Sintra, no projeto "O traço do arquiteto na paisagem sintrense", a informação disponibilizada é mínima e insuficiente para se poder construir, com o nível de segurança almejado, uma memória histórica e arquitectónica sobre este curioso exemplar edificado, cujo beirado ostenta, relevado, friso "neo-árabe", num revivalismo já soturno.

CASAL DAS TRÊS MARIAS

IHAs 272.05.1140.01



Localização: Azenhas do Mar.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XX.

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

VIEIRA, Alice (1997) – *Praias de Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho; *Revista de Portugal*, Série A – Língua Portuguesa, Editorial Império, Lisboa, 1943, vol. III.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Casal das Três Marias constitui uma pequena propriedade rústica situada à beira da estrada da Avenida Luís Augusto Colares, na Praia das Maças, Freguesia de Colares, e cujo projecto permanece de autoria desconhecida.

A propriedade encontra-se murada e integra um acesso público com arco telhado e azulejado monocromado azul identificante, bem como uma ampla vivenda de traça erudita da tipologia “casa portuguesa” num estado actual de abandono ruinoso extremamente degradado e dispende de dois pisos, fachada fenestrada, duas águas furtadas, entrada principal térrea em arco avançado sob sacada e entrada lateral superior com pequeno alpendre e escadaria de três lances.

Este imóvel encontra-se envolvido com alguma mitologia urbana contemporânea oral local de cunho parapsicológico, embora com génese epocal indefinida e conteúdo duvidoso (três raparigas chamadas Joana Maria, Ana Maria e Teresa Maria teriam aí desaparecido após estadias temporárias assombradas aquando da prática materna constante de rituais satânicos em Sintra), tendo ainda pertencido a (e talvez sido edificado pelo) capitalista António Augusto Carvalho Monteiro, no início do século XX, igualmente proprietário e edificador da Quinta da Regaleira em Sintra e da residência acastelada junto à Ermida de Nossa Senhora da Peninha na Serra.

CASAL DE VALMARINHA

IHAs 051.05.2150.01

*Localização:* Almoçageme*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* Imóvel de Valor Concelhio, Decreto n.º 67/97, de 31-12-1997.*Fundação:* séc. XVIII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

Apesar das primeiras referências documentais ao Casal de Valmarinha remontarem ao século XVI, a estrutura hoje subsistente e que revela sinais de ruína data já do século XVIII, e enquadra-se na chamada arquitetura pombalina.

Accede-se à quinta através de portão inscrito em panos de muro côncavos rematados por pétreas pilatastras encimadas por bolas assentes em bases piramidais. Ao fundo de uma alameda sombreada, surge uma casa de piso térreo, enquanto o edifício principal, de dois pisos de janelas de peito, sendo uma delas em *tromp l'oeil*, se dispõe contíguo à estrada, seguindo-se um tanque que, segundo parece, é abastecido pela água que corre através de um arco que ultrapassa a estrada e desemboca no muro de pedra que delimita o perímetro da quinta, no qual, mais abaixo, se reconhecem ainda abundantes vestígios de antiga estrutura hidráulica destinada à rega.

CASAL DO FORMIGA

IHAs 190.05.1140.01

*Localização:* Azenhas do Mar.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc. XVIII(?).*Estilo(s) arquitectónico(s):* vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

O Casal do Formiga é constituído por uma série de edificações características, não só da arquitetura vernácula, mas o conjunto edificado integra-se plenamente no contexto do casal saloio. De cronologia incerta, a sua fundação (ou reabilitação) parece remontar aos finais do século XVIII, como, aliás deixam entrever as estruturas subsistentes, ainda que existam outros edifícios que constituem, inequivocamente, acrescentos já novecentistas.

Atualmente parcialmente arruinado e sem fortuna crítica que permita sustentar uma memória etno-histórica, parece-nos, todavia, que este casal merece ser contemplado no Plano de Pormenor da Praia das Maçãs, não só pelo facto destas unidades habitacionais e produtivas terem vindo a sucumbir pela mudança dos tempos vivenciais, compete-nos, hoje, pelo menos tentar preservar esse legado que nos foi outorgado pelos nossos antecessores.

CASAL SALOIO

IHAs 174.05.1140.01

*Localização:* Azenhas do Mar.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc. XVIII(?).*Estilo(s) arquitectónico(s):* vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

Depois de muitos anos ao abandono encontra-se, finalmente, em reabilitação (ainda que o emprego de determinados materiais, particularmente no que concerne aos rebocos por não serem consistentes com a metodologia expressa na Carta de Cracóvia de 2000, apesar de tudo, trata-se de um processo “reversível”).

Este Casal consiste num excelente exemplar destas unidades produtivo-habitacionais, auto-subsistentes, e que outrora pontuavam os campos da nossa terra. Desprovido das funções primevas, mantém o prospecto irregular característico da arquitetura saloia, com a casa principal, ou torre, conservando íntegra a sua estrutura.

Sem que sobre ele se tenha exercitado qualquer fortuna crítica, parece-nos poder atribuir-lhe uma datação circunscrita ao século XVIII.

CAVES VISCONDE DE SALREU

IHAs (a atribuir)



Localização: Banzão.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: Urbano destacado.

Protecção: inventariado

Fundação: 1922

Estilo(s) arquitectónico(s): Estilo Chão e Eclético.

Autor(es): Arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O imponente edifício das Caves Visconde de Salreu foi edificado em 1920 por intenção do empresário e benemérito Domingos Joaquim da Silva (nobilitado pelo Rei D. Carlos em 1907) sobre projecto eclético do Arqº Manuel Joaquim Norte Júnior (1878-1965) e situado à beira da linha do eléctrico (contendo um original terminal interior de descarga de pipas), face ao progresso económico estimulante da viticultura colarense e constituindo por excelência uma zona de estágio e envelhecimento em madeira e onde a cooperativa desenvolve a sua actividade normal de laboração e apoio técnico associativo, além de constituir palco de provas de vinho sob agendamento prévio, visitas guiadas e eventos sociais desde Agosto de 2007.

O edifício apresenta uma estrutura longitudinal selectivamente fenestrada (em duas filas de conjuntos de três janelas – sendo a superior entremeada de um friso azulejar vegetalista azul e branco envolvido de uma cercadura amarela) e com um piso único de pé direito duplo, coberto a duas águas e albergando uma nave única (da zona de estágio e envelhecimento em madeira, recheada de grande quantidade de toneis), cuja fachada caiada branca está encimada de uma cornija amarela a toda a extensão.

Esta fachada encontra-se interrompida a meio por um corpo azulejado azul e branco assinado pela Fábrica de Cerâmica Constância e retratando alegorias alusivas vitivinícolas (com parras e figuras báquicas), onde se rasgam duas grandes portas em arco perfeito perfiladas em cima com uma cornija amarela e que enquadram inferiormente uma simulação frontal em relevo de um tonel em faixas verticais alaranjadas e castanhas entremeadas (suportando a legenda identificativa do edifício e a data respectiva)

Superiormente a este conjunto, surge uma simulação de frontão pseudo-arqueado e coberto de um beiral telhado e extremado de dois balaústres piramidais pétreos, cuja monotonia visual ritmada é interrompida (à maneira barroca) pela pedra de armas monocroma coroada do titular armigerado fundador envolvida em baixo por uma guirlanda vegetalista.

CHAFARIZ DE ALMOÇAGEME

IHAs 189.05.6192.01



Localização: Almoçageme.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XIX (c. 1886).

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: *Jornal de Cintra*, 16 de Maio de 1886; CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Imponente chafariz de pedra, erigido por volta de 1886, conforme se infere através de notícia publicada no *Jornal de Cintra*, em 30 de Maio daquele ano: «A Camara Municipal de Cintra no dia 2 de junho pelo meio dia dará de arrematação a quem pelo menor preço fizer o fornecimento de tubos de chumbo para encanamento do chafariz de Almoçageme para ser pago em tres annos aos semestres», tendo-se gasto com a obra patrocinada pelo vice-presidente da edilidade, José Gomes da Silva, proprietário e residente em Almoçageme, «alguns centos de mil réis» (*Jornal de Cintra*, 16 de Maio de 1886).

O chafariz, então construído, apresenta o tanque de secção quadrangular com os ângulos boleados e rebordo sobressaliente. Ao centro, ergue-se pilar encimado por vaso com testo e esfera. Sensivelmente a meio do pilar, uma faixa notável permanece ornada com florões, saindo, de dois opostos, torneiras de bronze que, já há alguns anos, foram substituídas por possantes bicas de jarro em pedra.

CHAFARIZ DE VILA CHÃ

IHAs 197.05.6190.01



Localização: Azenhas do Mar.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XIX (1894).

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): Paula Campos, Mário Reis (1928).

Fontes documentais e/ou bibliográficas: *Aurora de Sintra*, 19 de Novembro de 1893.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O antigo chafariz de Vila Chã foi erigido a mando da Câmara Municipal de Sintra e patrocínio de Luís Colares, tendo-se principiado a sua construção em 1893.

Constituiu importante melhoramento para a localidade, conforme vem noticiado no jornal *Aurora de Cintra*, de 19 de Novembro desse ano: «Attendendo que fica á beira da estrada; todos teem a lucrar com este util melhoramento, sendo mais um favor que os habitantes e visitantes de Azenhas do Mar ficam devendo ao sr. Collares, sempre franco e prestavel com os seus conterraneos».

Inaugurado em 1894, como se pode ler na lápide aposta num dos espaldares que constituem o actual conjunto fontanário, o chafariz de Vila de Chã foi integralmente remodelado, segundo projecto do architecto Paula Campos, em 1928. Assim, o actual fontanário parece ter conservado o antigo e robusto tanque de pedra, ao qual se sobrepôs uma bica de mármore envolta em cartela de ligação ao estanco.

O espaldar encontra-se revestido por azulejos amarelos, e uma cercadura de cariz vegetalista a azul, envolve a seguinte legenda pintada sobre fundo branco: 1928 / AZENHAS / DO / MAR.

Nos prolongamentos laterais do espaldar com volutas azuis, subsistem ainda dois poiais enquadrados por xadrez azulejar, também a amarelo e azul. Depois, rodeando o chafariz propriamente dito, surgem ainda duas outras espaldas, de menores dimensões, nas quais volutas azuis sustentam painéis cerâmicos similares aos já descritos, subsistindo, num deles, a legenda: C.M.C. / 1928 / RENOVAÇÃO / ARC. PROF. PAULA CAMPOS / PINTOR DE AZULEJOS MARIO REIS.

CHAFARIZ DOS FESTEIROS

IHAs 113.05.6192.01



Localização: Ulgueira.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano destacado.
Protecção: inventariado.
Fundação: séc. XVIII (1766)
Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo (adulterado, porém reversível).
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No espaldar de empena boleada do Chafariz da Ulgueira destaca-se, apenas, a possante bica que vaza no pétreo tanque e uma pequena lápide onde se lê: *I.M.I. / Este . XAF / R.^{IS} M.^{OU} FAZ / ER . IOZE N.^{ES} / COR.^A N.^A D. 1766 / HE FR.^O S. DA CONC.^{AM} DA Ulg.^{RA} P.^E N. M.^ª .*

Ou seja: «Jesus, Maria, José. Este xafariz mandou fazer José Nunes Correia na data de 1766. É Festeiro (da) Senhora da Conceição da Ulgueira. Padre Nosso e Avé Maria».

COLÓNIA DE FÉRIAS DA COMPANHIA DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

IHAs 268.05.6160.01

*Localização:* Praia das Maças.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* Florestal.*Protecção:* Classificado como Monumento de Interesse Municipal – Edital da CMS nº 173/2013, de 28.08.2013.*Fundação:* 1942-1946*Estilo(s) arquitectónico(s):* modernista.*Autor(es):* Cottinelli Telmo.*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* AZEVEDO; José Alfredo da Costa (1997) – «A Praia das Maças», in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo (Litoral e Planície Saloia)*.

Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Trata-se de um equipamento lúdico-desportivo e assistencial infantil da empresa transportadora Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, edificado em segunda instância em 1942-1943 na Avenida do Atlântico (próximo à Praia Grande do Rodízio), lugar de Banzão, Freguesia de Colares, e destinado a funcionar como Colónia de Férias estivais de dezenas de crianças e jovens filhos dos respectivos operários e funcionários.

Com a organização temporal de turnos, os jovens preenchiam as suas férias escolares com actividades revigorantes físicas de jardinagem, desporto, leitura, ginástica, trabalhos manuais, teatro, passeios de campo e praia, bem como repouso, tal inserindo-se nos pressupostos ideológicos político-sociais do regime corporativo do Estado Novo (aliando a modernidade e a tradição, a educação e a instrução ao recreio, graças ao ambiente salutar entre a ruralidade serrana e o litoral marítimo).

Este edifício insere-se na arquitectura nacional modernista, exprimindo ainda propagandisticamente o ecletismo artístico-culturalista preconizada pelo regime corporativo do Estado Novo (da ordenação autoritária enquanto disciplina social e do nacionalismo patriótico enquanto provincialidade familiar). Primeiramente e desde 1937, existia no local um conjunto de estruturas de madeira (dormitórios, refeitório, cozinha e enfermaria) e de alvenaria (residência do ecónomo, reservatório de água, fossa moura, retretes e lavatórios).

Contratado em 1942 para traçar este projecto, o arquitecto Cottinelli Telmo (autor da maioria dos projectos arquitectónicos para a empresa) aplicou o convencionalismo urbano da sua formação académica em pleno ecossistema natural ruralizante e articulando o compositivismo monumentalista. Sob o critério fundamental da distribuição espacial geral ou da urbanização parcial do conjunto, Cottinelli Telmo harmonizou uma composição de área livre ajardinada e micro-florestada com área construída.

Ao cabo de um ano decorrido de construção, foi inaugurado, em Julho de 1943, um conjunto de edifícios de alvenaria e pedra rústica com traça vernacular, tendo o principal uma fieira fenestrada na fachada, coberto de duas águas em telha lusa, acedendo a um grande jardim e a um bosque frondoso (composto de: refeitório, sala de jantar com recreio coberto e serviços de cozinha anexos, cave fresca para armazenamento de víveres, cais de descarga de transporte, antecâmara de recepção e despensa – encimado de uma esfera armilar pétreia e um catavento metálico com um peixe), com casa do guarda, pilar paralelepípedo de identificação de entrada em

pedra tosca – com escultura metálica artística de ave levantando voo em ferro forjado, alusiva ao dinamismo juvenil – depósito de água, rotunda com bancos de pedra e caminhos de ligação à edificação anterior.

Este projecto pretendeu conservar ao máximo o relevo natural do terreno e a vegetação arbórea local, sacrificando a disciplina de arrumação espacial à preservação do relevo e da paisagem local. A construção definitiva parcial em pedra de alguns equipamentos funcionais do equipamento (sobretudo cozinhas, anexos, refeitórios, lavagens e detritos, fogões e chaminés) objectiva-se numa necessidade de higiene e segurança da comunidade utente.

A propriedade cessou o seu funcionamento estival em 2004, sendo posta à venda em 2013 pela empresa.

COLÓNIA DE FÉRIAS DA COMPANHIA UNIÃO FABRIL

IHAs 129.05.6160.01



Localização: Pêgo – limites de Almoçageme

Freguesia: Colares.

Enquadramento: Urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: 1950.

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo “Casa Portuguesa”

Autor(es): António Lino.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: FONSECA, Beatriz, “Colónia de férias da Companhia União Fabril (1950-1974) – um modelo social, corporativista e ideológico do Estado Novo”, IN: *Vária Escrita – Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, nº 12, 2005, pp. 241-262;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Trata-se de um equipamento sócio-pedagógico, lúdico-desportivo e assistencial infantil da empresa industrial Companhia União Fabril de Alfredo da Silva, edificado em 1950 na Estrada do Rodízio e no sítio do Pego Longo (sobranceiro à Praia Grande do Rodízio), lugar de Almoçageme, Freguesia de Colares, e destinado a funcionar como Colónia de Férias estivais de centenas de crianças e jovens filhos dos respectivos operários e funcionários.

Com a organização temporal de turnos de 21 dias, os jovens preenchiam as suas férias escolares com actividades revigorantes físicas e morais de jardinagem, voleibol, catequese, leitura, cinema, ginástica, canto coral, labores, trabalhos manuais, dança, teatro, passeios de campo e praia, bem como repouso, tal inserindo-se nos pressupostos ideológicos político-sociais do regime corporativo do Estado Novo (aliando a modernidade e a tradição, a educação e a instrução ao recreio e ao desporto, graças ao ambiente salutar entre a ruralidade serrana e o litoral marítimo).

Este edifício insere-se na arquitectura nacional modernista da “Casa Portuguesa” do arquitecto Raúl Lino, exprimindo ainda propagandisticamente o ecletismo artístico-culturalista preconizado pelo regime corporativo do Estado Novo (da ordenação autoritária enquanto disciplina social e do nacionalismo patriótico enquanto provincialidade familiar).

Contratado em 1948 para traçar este projecto, o arquitecto António Lino (sobrinho do arquitecto Raúl Lino) aplicou o convencionalismo urbano da sua formação académica em pleno ecossistema natural, assim estilizando a “Casa Portuguesa” ruralizante e articulando o compositivismo monumentalista com a prática de desenho classicista. Sob o critério fundamental da distribuição espacial geral ou da urbanização parcial do conjunto, António Lino harmonizou uma composição de área livre ajardinada e micro-florestada com área construída.

Ao cabo de dois anos decorridos de construção, foi inaugurado, em 10 de Agosto de 1950 (e com a colaboração técnica do Eng.º Mário Pires Ventura), um conjunto construtivo periférico de alvenaria de 68218 m² com traça vernacular e organizado entre vias pavimentadas, curvadas e recortadas, acedendo a um grande jardim e a um bosque frondoso (composto de: residência do porteiro, garagem, zona de visitas e alpendre, bloco clínico e

logístico-administrativo, residência da Direcção, edifício de serviços gerais, campos de jogos, parques lúdicos e dormitórios).

A propriedade cessou o seu funcionamento estival após a revolução político-militar de 25 de Abril de 1974, sendo depois refuncionalizada para a realização de eventos lúdico-culturais periódicos e consequentemente redominado “Quinta do Mar”.

COLÓNIA DE FÉRIAS DA SHELL PORTUGUESA

IHAs (a atribuir)



Localização: Alto do Rodízio.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: rural.

Protecção: inventariado.

Fundação: 1956

Estilo(s) arquitectónico(s): modernista.

Autor(es): Fernando Silva

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Trata-se de um equipamento sócio-pedagógico, lúdico-desportivo e assistencial infantil da empresa industrial Shell Portuguesa Limitada, edificado em 1956 na Estrada do Rodízio (sobranceiro à Praia Grande), lugar de Almoçageme, Freguesia de Colares, e destinado a funcionar como Colónia de Férias estivais de centenas de crianças e jovens filhos e netos dos respectivos operários e funcionários.

Com a organização temporal de turnos, os jovens preenchiam as suas férias escolares com actividades revigorantes físicas e morais de voleibol, ginástica, teatro, passeios de campo e praia, bem como repouso, tal inserindo-se nos pressupostos ideológicos político-sociais do regime corporativo do Estado Novo (aliando a modernidade e a tradição, a educação e a instrução ao recreio e ao desporto, graças ao ambiente salutar entre a ruralidade serrana e o litoral marítimo).

Este edifício insere-se na arquitectura nacional modernista, preconizada pelo regime corporativo do Estado Novo (da ordenação autoritária enquanto disciplina social e do nacionalismo patriótico enquanto provincialidade familiar).

Contratado para traçar este projecto, o arquitecto Fernando Silva (1914-1983) aplicou o convencionalismo urbano da sua formação académica em pleno ecossistema natural, expresso num compositivismo monumentalista. Sob o critério fundamental da distribuição espacial geral ou da urbanização parcial do conjunto, Fernando Silva harmonizou uma composição de área livre ajardinada e micro-florestada com área construída.

Em 1956, foi inaugurado um edifício de alvenaria de dois pisos e cobertura de duas águas, com longa fachada fenestrada envidraçada, alçado traseiro fenestrado interrompido a meio, traça urbanizante e acedendo a um grande relvado (compondo-se de: camaratas de 2 a 6 beliches, balneários divididos por idade e género, refeitórios, salão de actividades com equipamentos lúdicos, campos desportivos, campo relvado e pinhal).

Em 2004, as instalações foram alienadas (entre outro património da Shell Portuguesa Limitada) e são actualmente exploradas com a mesma finalidade pela sociedade Roda Viva – Actividades de Lazer Limitada.

CONVENTO DE SANTA ANA DA ORDEM DO CARMO

IHAs 015.05.24170.01

*Localização:* Gigarós.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* florestal.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 5/2002, de 19-02-2002.*Fundação:* séc. XV.*Estilo(s) arquitectónico(s):* gótico; maneirista.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997) – «Convento do Carmo», in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, II. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A origem do Convento do Carmo, remonta a 1449, quando o sobrinho do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, Frei Constantino Pereira deu começo, no Casal da Torre à edificação do cenóbio, num terreno doado àquela Ordem por Mestre Henriques, físico do rei D. Duarte, mas pouco tempo depois do início das obras os monges, ao terem-se apercebido que aquele não era o local indicado para tal construção, abandonaram o inacabado convento e optaram por instalar-se numa outra propriedade que lhes foi concedida por Sebastião Vaz e de sua mulher Inês Esteves, por escritura de 16 de Julho de 1457, atestado pelo tabelião de Sintra Braz Anes. O novo terreno situava-se no termo da vila de Colares, num local chamado Boca da Mata, e foi exatamente aí que os monges Carmelitas Calçados da Ordem do Carmo construíram um novo convento Eleito, em 1508, Frei João de Santa Ana, deu um impulso significativo às obras em curso. Finalmente, em 1528, o bispo D. Frei Cristóvão Moniz consagrou a igreja conventual. Como aliás, podemos comprovar pela inscrição que consta na base de um cruzeiro no exterior do próprio.

Em 23 de Agosto de 1612, o bispo de Viseu, Leiria e Guarda, D. Dinis de Melo e Castro, obteve o padroado da capela-mor da igreja conventual com o objectivo de assegurar, para si e para os seus herdeiros, um lugar naquele espaço sagrado. Dois anos mais tarde, no dia 30 de Janeiro de 1614, foi a vez de António Rodrigues da Rocha e de sua mulher Leonor Coelho, se constituírem padroeiros da capela de Santa Ana, sendo mais tarde, sepultados na nave. Ainda no mesmo ano, a 7 de Maio, foi sepultada na capela de Santa Luzia, de quem era padroeira, Brites Vaz.

Na primeira metade do século XVII, a estrutura conventual assistiu a uma campanha de obras que reedificou, quase na totalidade, o edifício foi também alvo de obras de beneficiação, sobretudo na capela-mor e nos claustros.

D. Dinis de Melo e Castro foi o principal impulsionador da reforma pós-tridentina de que o Convento foi alvo na primeira metade do século XVII. Havia, pois, que adaptar a igreja a uma nova estética que acompanhasse os novos tempos e a ideologia contra-reformista. Devido às obras então realizadas, o estilo arquitectónico do edifício enquadrar-se-á entre o maneirismo e o estilo-chão. O exterior apresenta-se despojado de qualquer motivo decorativo. A planta do cenóbio dispõe-se em L, ainda que irregular. A igreja, adossada ao edifício conventual, apresenta nave única e capelas laterais profundas. A fachada principal apresenta-se delimitada por dois contrafortes laterais, recortados.

Despojado de qualquer motivo decorativo o portal axial é simples e encimado por três janelões, sendo o do meio maior e rematado com um nicho, com emolduramento entalhado, onde se expõe a imagem de Nossa Senhora do Carmo. A torre sineira apresenta ventanas rasgadas com arcos de volta perfeita e rematada por pináculos. O edifício conventual, a Sul, articula-se numa volumetria irregular, escalonada e articulada em torno de dois claustros.

Em 1834, e na sequência do decreto liberal que determinou a expulsão das ordens religiosas, a propriedade foi adquirida pelo conde do Lavradio e transformada em residência.

CONVENTO DE SANTA CRUZ DOS CAPUCHOS

IHAs 018.05.4170.01

*Localização:* Serra de Sintra.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* florestal.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 37077, de 29-09-1948.*Fundação:* séc. XVI (1560).*Estilo(s) arquitectónico(s):* maneirista.*Autor(es):* -; André Reinoso (1610)*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997) – «Convento dos Capuchos», in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, II. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

Este singular cenóbio, edificado por entre graníticas penedias e envolto por densa vegetação, foi mandado erigir por D. Álvaro de Castro, em 1560, no cumprimento de um voto de seu pai, o vice-rei da Índia D. João de Castro. Recuperando uma herança do período tardo-medieval, que conferiu à regra franciscana uma importante mística de rigor espiritual e uma vivência firmemente apoiada na pobreza e na mortificação, os freis capuchos levavam naquele fragoso cenóbio uma vida de despojamento e dedicação espiritual, uma espécie de desprendimento terreno que aquele lugar, mágico por natureza, potenciava.

Logo em 1564, e segundo inscrição que se encontra na igreja do convento, o papa Pio IV concedeu indulgências a quem rezasse pela paz dos príncipes cristãos, pela Santa Madre Igreja e pela alma de D. João de Castro. Entre 1578 e 1580 foi edificada a capela de Santo António e a cerca do convento, com o alto patrocínio do cardeal rei D. Henrique.

A extrema pobreza do convento de Sintra ficou bastante famosa. Felipe I de Espanha e II de Portugal, que visitou o convento em Outubro de 1581, orgulhava-se de ter no seu império o Escorial, pela sua riqueza e os Capuchos na Serra de Sintra, pela sua pobreza.

De facto, os rochedos condicionaram a planimetria do convento, assim, as paredes de tosca alvenaria das pequeninas e despojadas divisões ora preenchem os intervalos das fragas, ora se prolongam para além destas, mas sempre em harmonioso equilíbrio com o meio ambiente. Por isso, o interior da zona conventual é bastante invulgar. Os corredores, que dão acesso às várias dependências, são comunicantes entre si através de escadas. As celas dos frades, de reduzidíssima dimensão, dispõem-se ao longo de um corredor, em número de oito. O refeitório apresenta, ao centro, uma laje de dimensões consideráveis adaptada a mesa. Nas paredes encontram-se armários embutidos para além do necessário forno e chaminé. A biblioteca, a enfermaria, o laboratório, a sala de penitência, o tanque de água, a latrinas e urinol, o pátio interior, etc... São estas as principais estruturas que compõem o cenóbio. Os tectos, as portas e as portadas das janelas estão forradas de cortiça, de forma a combater a humidade e o frio que ali se fazem sentir praticamente todo o ano. Ao fundo do pátio interior, onde existe um pequeno fontanário octogonal, ergue-se, precedida de escadaria, um oratório alpendrado e, sob este mas já na frontaria do templo, destaca-se embora em mau estado de conservação a representação de São Francisco de Assis e de Santo António de Lisboa, frescos datados de cerca de 1610, da autoria de André Reinoso.

Na parte mais elevada da cerca do convento, permanece ainda a gruta ou a cova de frei Honório de Santa Maria, falecido em 1596, que ali viveu 30 anos, conforme se pode ler na inscrição sobreposta à referida cova. Os eremitas ali permaneceram durante mais alguns séculos sem grandes sobressaltos, até à extinção das ordens religiosas em 1834, tendo sido o Convento e sua cerca adquiridos, já em 1873, por Sir Francis Cook, 1.º visconde de Monserrate, e mais tarde, por volta de meados do século XX, o Estado adquiriu aquele cenóbio.

CRUZEIRO DO CABO DA ROCA

IHAs (a atribuir)



Localização: Cabo da Roca

Freguesia: Colares

Enquadramento: Litoral

Protecção: -

Fundação: Séc. XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O cruzeiro monumental do Cabo da Roca constitui uma construção rústica contemporânea, como elemento escultórico simbólico-celebrativo, assinalante do ponto geograficamente mais ocidental do continente europeu, a 38° 47' de latitude norte, 9° 30' longitude oeste e cerca de 140 metros de altitude média acima do mar.

Este monumento é constituído de uma base alteada, forrada de seixos marinhos e encimada de uma cruz latina pétrea esculpida. No sopé da base, encontra-se uma lápide marmórea implantada pela autarquia em 1979 e integrando uma pedra-de-arms municipais sintrenses (incompletas sem listel nem mote) em relevo, a identificação completa das coordenadas geográficas locais em letra epigráfica latina maiúscula e do singular estatuto espacial do local (expresso na citação textual parcial do verso alusivo do poema épico oitavo português *Os Lusíadas* 3:20 do poeta Luís Vaz de Camões).

Este cruzeiro encontra-se atualmente envolvido por um pavimento circulante alcatroado, estando situado junto a um miradouro amurado de pedra aparelhada junto à falésia.

ERMIDA DE SÃO LOURENÇO

IHAs 037.05.4130.01

*Localização:* Azenhas do Mar.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* inventariada.*Fundação:* séc. XVIII (?). Reformada no séc. XX.*Estilo(s) arquitectónico(s):* vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* AZEVEDO, José Alfredo da (1997) – «Ermita de São Lourenço», in *Obras completas de José Alfredo da Costa Azevedo*, II. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

Num artigo do *Jornal de Sintra*, não assinado e datado de 11 de Setembro de 1966, José Alfredo da Costa Azevedo dá-nos conta de um atentado contra a velha capela votiva a São Lourenço, nas Azenhas do Mar. Segundo o autor a pequena capela fora vandalizada e transformada numa casa abarracada em virtude de lhe terem suprimido a galilé.

Este ato, que descaracterizou a traça original do edifício, justificado pelos promotores da obra com a necessidade de ampliar o espaço interior.

Só mais tarde, em 1993, a Paróquia de Colares obteve um subsídio para o restauro e consolidação da capela. Nesta última intervenção foi reposta a generosa galilé com uma abertura considerável para o adro que se rasga a nascente devolvendo assim à estrutura um elemento que fazia parte da memória colectiva de muitos dos habitantes das Azenhas do Mar. Da primitiva construção ou da data da sua fundação não temos qualquer informação.

A atual estrutura é composta por vários volumes onde se destacam a galilé e a nave do templo. A galilé, de, apresenta características únicas relativamente àquelas que podemos encontrar no restante concelho. A grande entrada ocupa praticamente toda a largura do alpendre. Duas colunas, de secção cilíndrica e apoiadas em bases quadrangulares, suportam um arco de volta perfeita que se expande para as laterais terminando em forma rectangular, tal-qualmente uma serliana de traço e fundação vernácula. O telhado de duas águas detém forro de madeira que contrasta com os bancos de pedra corridos existentes de ambas as laterais da estrutura. A norte e a sul abrem-se duas janelas, ambas com uma coluna de fuste liso ao centro, inundando de luz o espaço interior da galilé.

ERMIDA DE SÃO SEBASTIÃO

IHAs 062.05.4130.01



Localização: Colares.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariada.

Fundação: séc. XVIII.

Estilo(s) arquitectónico(s): neoclássico.

Autor(es): Carvalho Negreiros.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (1998) – «Colares, o espaço e o tempo. A propósito da ermida de São Sebastião que há naquela vila», in *Vária Escrita*, 5. Sintra: Câmara Municipal de Sintra; Idem (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

As origens da Ermida de São Sebastião, localizada no termo de Colares, remontarão aos inícios do século XVI, mas dessa época apenas subiste uma pia de água benta manuelina.

O templo quinhentista terá sofrido grande ruína com o terramoto de 1 de Novembro de 1775 e o edifício atual construído no terceiro quartel do século XVIII resulta, muito provavelmente, do traço do arquiteto-mor do reino, Carvalho Negreiros.

A ermida revela grande qualidade plástica, sobretudo no jogo de volumes e texturas que enquadram a frontaria. O prospecto mais original do templo, todavia, reside na planta ovalada da capela-mor e na inacabada torre semi-circular que lhe está adossada, à qual se sobrepujou um singelo campanário.

O interior da ermida de São Sebastião, de uma só nave e com cobertura em abóbada de berço, revela acentuada verticalidade apenas perturbada por possante cornija que percorre a nave, prolongando-se pela capela-mor. Um bem lançado e robusto arco triunfal conduz à capela-mor, igualmente abobadada, onde se patenteia modesto altar.

ESCOLA PRIMÁRIA DAS AZENHAS

IHAs 224.04.2613.01



Localização: Azenhas do Mar.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariada.

Fundação: séc. XX (1928).

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.

Autor(es): José Pedro Martins; Mário Reis.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: SILVA, Carlos Manique (2002) – *Sintra, Escolas e Memória*. Sintra: Santa Casa da Misericórdia de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Criada por Alfredo de Magalhães, então Ministro da Instrução Pública, e pela acção conjunta de uma comissão de melhoramentos local, constituída, entre outros, por Alberto Totta, António Bernardino da Silva, João Alves de Freitas, João Bernardino da Silva, João Augusto Tavares e José Maria Tavares. A construção da escola iniciou-se em 7 de Agosto de 1927 e José Pedro Martins, da Repartição de Construções Escolares do Ministério da Instrução dirigiu os trabalhos técnicos.

Preocupações de ordem ideológica e estéticas estão na base da original harmonia que a escadaria que conduz à entrada, animada por um remate semicircular da fachada mais avançada com um conjunto de azulejos, conjugadas com passagens d'Os *Lusíadas* e que ilustram dois momentos da história de Portugal. Destaca-se ainda a barra de azulejos de Mário Reis que circunda todo o edifício, com "máximas" de Oliveira Martins, Eça de Queirós, António Feliciano de Castilho, Antero de Quental e João de Deus. A 24 de Junho do ano seguinte, o Presidente da República, General Carmona, inaugurou em grandiosos festejos esta escola.

ESCOLA PRIMÁRIA DE COLARES

IHAs 219.05.6130.01



Localização: Colares.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano.
Protecção: inventariada.
Fundação: séc. XX.
Estilo(s) arquitectónico(s): revivalista.
Autor(es): Adães Bermudes.
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A antiga escola primária de Colares foi edificada na alvorada novecentista, segundo projeto de Adães Bermudes e a sua configuração parece, de algum modo, conservar o fóssil planimétrico do paço do bispo Mello e Castro. O seu prospecto é modesto e o arquiteto optou pela aplicação de materiais cerâmicos nos vãos das janelas e portas, sobressaindo, no lado oposto ao torreão, elegante campanário.

Ainda em relação a esta escola, o jornal semanário *Correio de Cintra* publicou, na sua edição de 25 de Outubro de 1903, a seguinte notícia:

«Como se sabe o fallecido visconde de Monserrate offerecera em tempo o antigo palacio arruinado Albernaz para edificação de uma escola, o que nunca se realizou. O atual visconde continuando a obra generosa de seu fallecido pae não só confirmou a offerta, mas autorisou a demolição das paredes e ofereceu a pedra d'ellas extraida, o que representa um valioso donativo, impondo porem a condição de que a edificação seja simultanea com a demolição. O architecto sr. Bermudes deve vir brevemente a Cintra para tratar d'esta importante obra».

A escola ostenta, por isso, a seguinte lápide evocativa: O TERRENO / ONDE ESTÁ EDIFICADA ESTA ESCOLA / FOI GENEROSAMENTE OFFERECIDO / PELO / EX: VISCONDE DE MONSERRATE / NO ANNO DE 1903.

FAROL DO CABO DA ROCA

IHAs 121.05.6260.01

*Localização:* Cabo da Roca.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* litoral marítimo.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc XVIII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* *Pharoes, Marcas Marítimas, Estações Semaphóricas e Postos Meteorológicos em Portugal* (1872). Lisboa: Imprensa Nacional.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

Na segunda metade do século XVIII iniciou-se a instalação de faróis no litoral vizinho de Lisboa, auxiliando o tráfego marítimo costeiro e garantindo a segurança dos navios, nomeadamente na entrada da barra do Tejo. Foi, pois, nesse contexto que em 1772 se ergueu o farol do Cabo da Roca. Este possui diversos anexos térreos e uma torre quadrangular de 22 metros de altura e que se encontra integralmente revestida com azulejos brancos. Em 1843 foi integralmente reformado, apresentando hoje o prospecto dessa intervenção, designadamente o forro de alguns panos com azulejos castanhos e a inserção de platibandas.

FONTE DOS AMORES

IHAs 211.05.6191.01



Localização: Praia das Maçãs.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: Urbano.

Protecção: inventariada.

Fundação: séc. XX (1916).

Estilo(s) arquitectónico(s): revivalista.

Autor(es): José da Fonseca.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: AZEVEDO; José Alfredo da Costa (1997) – «A Praia das Maçãs», in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo (Litoral e Planície Saloia)*.

Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Projetada por Mestre José da Fonseca em 1916, a fonte dos Amores, na Praia das Maçãs, terá constituído uma espécie de ensaio geral que precedeu a concepção e construção da fonte Mourisca, seis anos depois.

Assim, este requintado fontanário mesmo que modesto nas suas proporções insere-se no contexto revivalista, de inspiração neo-árabe, ainda que sejam notórias outras influências, algumas delas perfeitamente anacrónicas em relação à época recriada.

O edifício que alberga o fontanário ostenta secção quadrangular e está encimado por merlões escadeados. O alçado principal, com cunhais de embrechados, é percorrido por série de vãos cegos forrados com cerâmicas neo-mudéjares. Sob os vãos rasga-se amplo arco denteado, cujo fecho ostenta possante pedra d'armas do município, sobrepondo-se singela placa moldurada com a seguinte inscrição: FONTE / DOS / AMORES

O interior patenteia lambril de azulejos neo-árabes, permanecendo as restantes paredes e abóbada revestidas com embrechados. Um assento corrido que surge no prolongamento da conversadeira exterior percorre todo o edifício e, ao centro da parede fundeira, uma torneira emerge do mascarão e vaza o líquido numa pia concheada, ao estilo do século XVIII.

FORTE DO ESPINHAÇO

IHAs 101.05.6191.01

*Localização:* Sudoeste do Cabo da Roca.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* litoral.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 28/82, de 29-09-1982.*Fundação:* séc. XVII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* arquitectura militar.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

O forte do Espinhaço foi, muito provavelmente, edificado nos finais do reinado de D. João IV, ou já na regência de D. Pedro II.

A primeira planta do fortim conhecida data de 1693, e a vistoria de 1751 considera-o, apesar de já se encontrar parcialmente arruinado, de significativa importância estratégica para a defesa da costa, pelo que deverá ter sido intervencionado, sendo que doze anos depois há notícia de se encontrar artilhado. Contudo, o forte foi, mercê das vicissitudes da história, perdendo valor no âmbito dos novos conceitos militares pelo que, em 1831, foi considerado sem valor e desativado.

Desta bateria, integrada no sistema defensivo da barra do Tejo, subsistem, hoje, apenas alguns troços da muralha e de parte abobadada do paiol.

Estes vestígios estruturais, no entanto, apresentam-se fundamentais para a apreensão global da complexa rede de fortificações que, durante séculos, garantiu a protecção e a defesa de Lisboa.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ULGUEIRA

IHAs 130.05.4110.01



Localização: Ulgueira.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano destacado.
Protecção: Imóvel de Interesse Público, Portaria n.º 740FJ/2012, de 31-12-12.
Fundação: séc. XVI.
Estilo(s) arquitectónico(s): maneirista; barroco.
Autor(es): Francisco de Holanda (?).
Fontes documentais e/ou bibliográficas: SERRÃO; Vitor (1987)
– Sintra. Lisboa: Editorial Presença.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Ulgueira, de fundação quinhentista, destaca-se, no exterior, um singular portal maneirista, datado de 1566. O pórtico constitui-se a partir de uma desenvolta “serliana”, cujo frontão recortado apresenta arrojada e erudita concepção, provavelmente da autoria de Francisco de Ollanda, assim como a pia-de-água-benta conservada no interior, representando uma pátera.

Este templo, de nave única coberta com abóbada de berço, revela uma significativa campanha setecentista, sobretudo ao nível da capela-mor, onde se evidencia o revestimento cerâmico das paredes, com azulejos figurativos, a azul e branco, e a pintura do tecto, datada já de finais do século XVIII, representando Nossa Senhora da Conceição.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA DE COLARES

IHAs 041.05.4110.01

*Localização:* Colares.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público, Decreto-Lei n.º 2/96, de 6 de Março.*Fundação:* séc. XVII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* maneirista (“estilo-chão”).*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra; LOPES, António Serôdio (2011) – *A Capela da Misericórdia de Colares. Uma Capela Palatina da Família Mello de Castro*. Lisboa: Pearlbooks.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

As obras de construção do templo da Misericórdia colarenses iniciaram-se nos finais do primeiro quartel do século XVII, como o atesta a inscrição patente na verga do portal: ESTA CAZA HE DA MIA PRINCIPIVSE. A DOVS D NOVEMBRO D. 1. 6. 2. 3.

Em 11 de Outubro de 1631, finalmente, o pároco de Colares obteve licença para proceder à bênção do templo e respectivo adro. O interior da Igreja, de uma só nave com cobertura em abóbada de berço, apresenta-se despojado, realçando-se, somente, o coro de madeira e o cadeiral da irmandade, em L.

Não possui arco triunfal e a área do altar define-se pelo alteamento do pavimento, permanecendo, ali, um valioso e erudito retábulo de talha maneirista, datado de 1581, que enquadra oito tábuas atribuídas ao pintor Cristóvão Vaz, o qual, talvez, tenha pertencido à Igreja da Misericórdia de Sintra.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

IHAs 133.05.4110.01



Localização: Eugaria.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano.
Protecção: inventariado.
Fundação: séc. XVIII.
Estilo(s) arquitectónico(s): pombalino
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Parcialmente escondida num gaveto da pinturesca aldeia de Eugaria, a igrejinha de Nossa Senhora do Rosário assume-se, no seu prospecto actual, como modesta obra tardo-setecentista, de cariz vernáculo e despojada de atavios, cujo pórtico axial se revela típico da arquitectura dita “pombalina”.

O mesmo espírito despretensioso prolonga-se pelo seu interior simples, onde alteado arco triunfal de alvenaria conduz há pouco profunda capela-mor, destacando-se ali apenas o trono da padroeira.

IGREJA DE SANTO ANTÓNIO DO PENEDO

IHAs 073.05.4110.01

*Localização:* Penedo*Freguesia:* Colares*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 44075, de 05-12-1961.*Fundação:* séc. XVII-séc. XVIII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* maneirista.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CABRAL, Maria Elisabeth Figueiredo e NUNES, Maria Luísa Abreu (1982-1983) – «Contributos para o estudo das festividades populares em louvor do Divino Espírito Santo no lugar do Penedo», in *Sintria*, I-II (t. 1). Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A igreja de Santo António que primitivamente invocou também Nossa Senhora das Mercês terá sido construída no século XVI, época de pleno florescimento da aldeia do Penedo.

Na esguia e sóbria frontaria destaca-se o portal encimado por um clássico frontão triangular, ao qual se sobrepõe um nicho onde se preserva uma imagem do santo padroeiro. No interior, de nave simples, destaca-se o revestimento integral das paredes com azulejos de tipo tapete policromos (cerca de 1628), enquadrando sete painéis figurativos que representam alguns passos da hagiografia do santo lisboeta. A abóbada de canhão que cobre a nave encontra-se ornada com caixotões relevados de estuque colorido. Um bem lançado arco triunfal conduz à capela-mor, cuja feição e decoração azulejar atuais remontam, muito provavelmente, a 1647, ano em que foi instituída por Francisco Nunes Dias: ESTA CAPELA HE DE FRAMSIS / CO NVNES DIAS E DE SVA MOLH / ER MARIA DOS ANIOS GONCALV / ES PERPETVA A qVAL CAPELA D / OTARÃO TRINTA ML RES DE FO / ROS NA FORMA qVE DECLAR / A A ESCRITVRA EN TRINTA DE I / ANEIRO DE 1647 ANNOS.

IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

IHAs 103.05.1110.01

*Localização:* Colares.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* Imóvel de Interesse Público (incluindo o adro),
Portaria n.º 168/2013.*Fundação:* séc. XVI.*Estilo(s) arquitectónico(s):* Maneirista (“estilo-chão”); Barroco;
“Pombalino”.*Autor(es):* Pedro Nunes Tinoco (1638); Manuel dos Santos e
João Antunes (séc. XVIII).*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CAETANO, Maria
Teresa (2000) – Colares. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

A Igreja Matriz de Colares foi construída na segunda metade do século XVI e consiste num bom exemplar maneirista de “arquitectura chã”.

Na frontaria abre-se um singelo portal, sobrepujado por um janelão pombalino e, ao nível do frontão, rasga-se um óculo. A torre com cúpula e pináculos, à esquerda, está revestida de pedra e permanecem ali quatro sinos, ostentando, dois deles, inscrições e as datas de 1649 e de 1784. O corpo deste grande templo permanece ritmado por possantes contrafortes de pilastras toscanas simples. No topo da ousia embebem-se dois medalhões tardo-renascentistas em baixo-relevo, representando São Pedro e São Paulo, decerto obra de um mestre local ou de uma oficina incipiente.

No interior, de uma só nave com cobertura em abóbada de berço, destaca-se, para além das capelas laterais pouco profundas preenchidas com talha dourada, o bem lançado arco triunfal projectado por Pedro Nunes Tinoco, em 1638. Enquadrar-se-á igualmente nesta campanha o revestimento das paredes com azulejos do “tipo de “tapete”, a amarelo e azul. Note-se que ali subsistem ainda uma pia baptismal com gomos incisos, datada de 1604; e a pia de água benta, junto à porta sul, de boa fábrica manuelina que terá pertencido de acordo com documentação coeva a anterior templo devotado a Santa Maria da Misericórdia.

Nos alvares de setecentos, D. Pedro II terá promovido o embelezamento da capela-mor, nomeadamente, o revestimento das paredes com magníficos painéis cerâmicos figurados, da autoria do mestre azulejador Manuel dos Santos, e a construção do grandioso retábulo de talha ao “estilo nacional”, com colunas salomónicas e envasamento de mosaicos florentinos, da autoria de João Antunes.

Bastante arruinada com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, foi alvo de intervenção, sobretudo ao nível da cobertura e da frontaria.

MAÇÃS CLUB

IHAs (a atribuir)



Localização: Praia das Maças

Freguesia: Colares

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: 1908

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernista

Autor(es): João Guilherme Faria da Costa

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O edifício do antigo Hotel Tapie, nome da sua proprietária, já existia desde 1908, onde funcionava também o restaurante “Sintra-Praia”, albergando hoje igualmente um restaurante e uma discoteca, denominado “Maças Club”.

Este hotel, situado junto à praia, funcionou até 1945 tendo sido destruído para aí construir o «Casino». As obras pararam por falta de verba e em 1953, recomeçaram os trabalhos que viriam a ser concluídos a 18 de Agosto de 1954, sendo o projecto do arquitecto João Guilherme Faria da Costa (1906-1971), primeiro arquitecto urbanista português com formação internacional.

Com a sua torre em semi-círculo voltada para o mar, este edifício remete-nos, inequivocamente, para um contexto marítimo, como um farol ou a ponte de um navio, pelo que esta expressão arquitectónica, ainda que destacando-se na paisagem, impõe-se como um marco de referência, revelando o cariz multifacetado do arquitecto.

MARCOS VIÁRIOS

IHAs 099.05.6183 01
099.05.6183.02



Localização: Almoçageme.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano.
Protecção: inventariado.
Fundação: séc. XVIII.
Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo.
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Encontram-se à entrada da aldeia de Almoçageme, em Santo André, dois marcos viários em forma paralelepipedal, abrindo-se, no topo, cartelas com as legengas, de resto são desprovidos de qualquer ornamentação e datáveis do século XVIII.

Um, no cruzamento da Estrada do Rodízio, que ostenta a inscrição: PA / O RODI / ZIO

Próximo deste, um outro, onde está inscrito: PA / ALMOSE / GEME

PAÇO DE D. DINIZ DE MELLO E CASTRO

IHAs 126.05.2110.01

*Localização:* Colares.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc. XVII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* maneirista.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CAETANO, Maria Teresa (2000) – Colares. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A construção do Palácio dos Melo e Castro (também conhecido por “Castelo Velho”), em Colares, ter-se-á, por ventura, iniciado em cerca de 1620, decerto sobre anciano edifício como o parece comprovar a existência de numerosos fragmentos de pedra com ornamentação quinhentista e mais anciana. O facto de se terem detectado alguns elementos pétreos manuelinos avulsos permitem supor que o edifício seiscentista se terá desenvolvido a partir de uma estrutura preexistente, nomeadamente segundo uma tradição historiográfica da Casa da Câmara, a qual, por sua vez, teria aproveitado a antiga alcazaba do hoje desaparecido castelo muçulmano.

Os restos deste palácio que terá ardido em meados do século XIX, foram demolidos nos inícios do século passado para ali se erguer a escola primária. Por conseguinte, da singular villa de sabor italianizante subsiste, apenas, uma arcaria de amplos vãos cegos e a casa da água, sustida por abóbada de canhão. A cobertura destes edifícios, de planta regular e contíguos, é única e forma um grande terraço lajeado, delimitado por murete com conversadeiras. A data de 1690 inscrita numa *cartouche* relevada sobre o arco abatido de acesso à casa da água, indicará, talvez, a época em que se revestiram as paredes exteriores, junto ao grande tanque, com frescos de cariz mitológico e influência italianizante, infelizmente quase desaparecidos.

PELOURINHO DE COLARES

IHAs 055.05.5110.01



Localização: Colares.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: Monumento Nacional, Decreto de 16 de Junho de 1910.

Fundação: séc. XVI (1516?).

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O pelourinho manuelino de Colares foi, provavelmente, erigido em 1516 aquando da outorga do foral por D. Manuel I.

Assenta sobre três degraus hexagonais e a sua base é, de igual modo, sextavada e forma-se a partir de três plataformas de raio cada vez mais curto. A coluna dividida em dois tambores separados, a meio, por um cordame triplo, apresenta o fuste torso ornado de rosetas.

O remate superior consiste num pequeno capitel tipo “pinha”, aliás, profusamente decorado de acordo com a gramática da época, ao qual se sobrepõe um pináculo com estrias helicoidais. Encontra-se desprovido de quaisquer armas e, atualmente, desapareceram já as ferrarias dos suplícios.

PISCINAS DA PRAIA DAS MAÇÃS

IHAs (a atribuir)



Localização: Praia das Maças.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: Urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: 1952.

Estilo(s) arquitectónico(s): modernista.

Autor(es): Diamantino Tojal.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: AZEVEDO; José Alfredo da Costa (1997) – «A Praia das Maças», in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo (Litoral e Planície Saloia)*.

Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este equipamento lúdico-turístico de acesso público fora edificado em 1952 pelo empreiteiro Alves Ribeiro e sob projecto do Arqtº Diamantino Tojal, para lazer banhar litoral oceânico junto à Praia das Maças, funcionando sazonalmente na época estival entre os meses de Junho e Setembro.

Compõe-se de duas piscinas de água salgada marinha ao ar livre (sendo uma delas infantil vigiada e a outra tendo escorregas e zonas de saltos), um chapinheiro, um bar, um restaurante, um campo de ténis e um parque de estacionamento.

O seu espaço hoteleiro desenvolve-se em meia lua, como que abraçando a *natacio* que se abre à própria praia, dando uma leitura de continuidade, revelando também pela sua integração paisagística, a qualidade do projeto esquiçado por Faria da Costa (o fundador do Serviço de Urbanismo da Câmara Municipal de Sintra) na década de 1950.

QUINTA DA ARRIAGA

IHAs 075.05.21500.01

*Localização:* Pé da Serra.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* Florestal.*Protecção:* Inventariado.*Fundação:* -*Estilo(s) arquitectónico(s):* barroco; vernáculo.*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* STOOP, Anne de (1999) – *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*. Lisboa: Livraria Civilização Editora.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

As origens da Quinta da Arriaga no Pé da Serra, limites de Almoçageme, não se encontram ainda determinadas. Sabe-se, no entanto, que no século XVIII se acrescentou um corpo perpendicular ao primitivo edifício, assim como se erigiu a majestosa escadaria em U voltada para os jardins. Já na segunda metade do século XIX, prolongou-se a zona residencial, aproveitando-se, para o efeito, a arcaria que sustinha a ala setecentista. Ainda no âmbito dessa campanha de obras deverá destacar-se, quer a ornamentação das cornijas com uma balaustrada de argila pintada, quer, no interior, o revestimento a estuque das salas.

Datará, muito provavelmente, da mesma época o embelezamento da capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França, localizada na continuidade do corpo principal e cuja entrada se encontra precedida por uma escadaria monumental.

QUINTA DA PALMA

IHAs 065.05.2150.01



Localização: Eugaria.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: Urbano destacado.
Protecção: inventariado.
Fundação: séc. XVIII.
Estilo(s) arquitectónico(s): barroco.
Autor(es): Frederico de Ludovice(?); Bartolomeu Antunes.
Fontes documentais e/ou bibliográficas: STOOD, Anne de (1999) – *Quintas e Palácios dos Arredores de Lisboa*. Lisboa: Livraria Civilização Editora.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

D. Jaime de Melo, 3.º Duque do Cadaval, cedeu uma das suas propriedades na Serra de Sintra a Frederico Ludovice, arquitecto do grandioso Palácio-Convento de Mafra.

Ludovice mandou então erigir na sua nova quinta dois pavilhões simétricos, os quais se encontram, aliás, perfeitamente adaptados à forte inclinação do terreno; constituindo, por isso, um belíssimo exemplo de arquitectura integrada no meio.

Refira-se, por outro lado, que a originalidade destas construções simples e de inspiração vernácula, reside no facto de os edifícios terem sido, mais tarde, unidos por um muro recurvado. Este muro enquadra um portal de animada decoração barroca e uma escadaria de degraus ondulantes em forma de balestra que disfarça o desnível e recorda, já, a “escola de Queluz”.

Nos graciosos jardins que se desdobram em socalcos e de onde se vislumbram dilatados panoramas, destaca-se o grande tanque circular, encimado por medalhão cerâmico com a seguinte legenda: JNTUS AQVE DULDES SIC PERME PALMA VIRESCI MDCCLXXXVIII

Encontram-se também dispersos pelo parque vários painéis de azulejos, a azul e branco, atribuíveis à oficina de Bartolomeu Antunes (cerca de 1740), que ali foram colocados por volta de meados do século passado.

QUINTA DE MILIDES

IHAs 078.05.2150.01
078.05.2412.02



Localização: Colares.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: Florestal.
Protecção: inventariado.
Fundação: séc. XII (?).
Estilo(s) arquitectónico(s): gótico; “manuelino”; renascentista; “pombalino”.
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A casa da Quinta de Milides, de origem medieval, sofreu avultadas obras no início de quinhentos.

Dessa época subsistem algumas estruturas, nomeadamente, as paredes e cunhais a nível do piso inferior, onde se vislumbra, entaipado, um grande janelão manuelino. O restante edifício é posterior, trata-se de uma construção incaracterística, sem grande qualidade arquitectónica ou estética. Ali destaca-se, apenas, o portal renascença encimado por brasão de cruz solta e maçonetada de doze bolotas com casculhos.

Por outro lado, refira-se que grande parte da importância deste sítio lhe advém da existência da pequena ermida devotada a Nossa Senhora de Milides, de origens medievais, mas que no século XVIII, depois do terramoto de 1755, viria a ser substituída por um singelo templo pombalino.

QUINTA DO VINAGRE

IHAs 107.05.2150.01



Localização: Vinagre.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: florestal.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XVI.

Estilo(s) arquitectónico(s): maneirista; barroco.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

STOOP, Anne de (1999) – *Quintas e Palácios dos Arredores de Lisboa*. Lisboa: Editorial Presença Livreiros.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Embora muito remodelado na sequência de um incêndo, o antigo solar da Quinta mantém, como testemunho da primitiva construção do Bispo de Silves, o grande pátio cercado por uma galeria “rústica”. No século XVIII, a mansão foi consideravelmente ampliada e transformada.

A capela foi, em cerca de 1760-70, forrada com azulejos, a azul e branco, nos quais figuram anjinhos portadores de invocações marianas. Dessas obras resultou uma simbiose perfeita entre a natureza e a própria arquitectura do edifício e, já em novecentos, essa particularidade foi sabiamente explorada através do preenchimento dos jardins com numerosas esculturas de Moore, Lipschitz, Barrocal entre outros, isto para além do magnífico conjunto azulejar de grafismo abstracto que reveste a piscina da Quinta do Vinagre, da autoria de Nuno Siqueira (1965).

QUINTA DOS FREIXOS

IHAs 083.05.2150.01

*Localização:* Colares.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano destacado.*Protecção:* inventariado.*Fundação:* séc. XVIII.*Estilo(s) arquitectónico(s):* revivalista (neogótico).*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CAETANO, Maria Teresa (2000) – *Colares*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A mais antiga notícia sobre a Quinta dos Freixos reporta-se a 1733, quando era propriedade do padre Albuquerque; e, esta casa “aninhada” junto à paroquial, terá sido amplamente remodelada depois do terramoto de 1755.

O seu actual prospecto de inspiração neogótica, contudo, resultou da reforma promovida por José Joaquim Miguéis, em meados do século XIX. Nesta propriedade deve-se ainda realçar o seu grande espelho de água e o jardim de buxos que se esboça em vários níveis, pontuado por estuaria diversa.

QUINTA MAZZIOTTI

IHAs 136.05.2150. 01



Localização: Colares.
Freguesia: Colares.
Enquadramento: urbano destacado.
Protecção: em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público.
Fundação: séc. XVI.
Estilo(s) arquitectónico(s): maneirista; neoclássico.
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (2000) – Colares. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

No Alto de Colares, a marcar o extremo limite Sul da povoação que corresponde à sua cota mais elevada, existe um palacete tardo-setecentista de inspiração italiana. A estrutura do edifício apresenta um tratamento plástico notável pela sua sobriedade. Revela, porém, à semelhança de outros palácios e solares estremenhos.

A notícia mais antiga a respeito desta propriedade remonta a 1588, quando foi outorgada ao fidalgo espanhol António Roiz de Arouche, tendo o seu neto vendido a quinta a Bento Dias Pereira Chaves, sargento-mor de Colares, em 1757. Pereira Chaves construiu o actual palacete e, em 1778, instituiu o morgadio que foi herdado por seu filho, José Dias, que lhe introduziu alguns melhoramentos.

A Quinta de José Dias goza de uma localização privilegiada e os seus jardins de buxo ordenam-se por plataformas atravessadas por um inovador eixo vertical. Este, longitudinal, nasce no topo da colina, já próximo da aldeia do Penedo, num curioso mirante octogonal. Perto da quinta, ultrapassa a estrada por belveder com cobertura mardeliana e imponente escadaria que vence o desnível e recorda, pelos efeitos cenográficos, as villas de Frascati ou Tivoli. E, abaixo, surge outro beldever, mas menos elaborado que o primeiro. A originalidade deste traçado é completada pela utilização das águas, ainda que esquemas similares tenham sido bastamente explorados no século XVII, e que, em 1787, Beckford, acompanhado pelo marquês de Marialva, visitou tendo escrito no seu Diário: «Nesta villa brota uma grandiosa cascata artificial, com tritões e golfinhos a vomitar torrentes de água; mas não cheguei a prestar a metade da atenção que o seu proprietário pretendia e, retirando-me sob a sombra das árvores de fruto, festejei com as maçãs doiradas e as ameixas roxas que rolavam à minha volta em profusão».

Mais tarde, nos inícios do século XIX, esta família uniu-se aos Mazzioti, de origem napolitana, de onde deriva a actual designação. Ali viveu o Dr. Carlos França, médico e cientista de nomeada, como o atesta a lápide fixada na frontaria: NESTA CASA VIVEU E TRABALHOU / PARA GLORIA DA SUA PATRIA / E HONRA DA VILA DE COLARES / DR. CARLOS FRANÇA / 1877 1926.

SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA PENINHA

IHAs 019.05.4130.01

019.05.4130.02



Localização: Serra de Sintra.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: florestal.

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 129/77, de 29-09-1977.

Fundação: Ermida de Nossa Senhora da Peninha – séc. XVI;

Ermida de São Saturnino – séc. XII (?).

Estilo(s) arquitectónico(s): Ermida de Nossa Senhora da Peninha – maneirista; barroco. Ermida de São Saturnino – “manuelino”; maneirista (“estilo chão”).

Autor(es): Ermida de Nossa Senhora da Peninha – Manuel dos Santos; PMP; João Antunes. Ermida de São Saturnino: -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa (1999) – «Contributos para o estudo das lendas de Nossa Senhora da Peninha», in *Etnografia da Região Saloia, A Diversidade do Quotidiano*. Sintra: Instituto de Sintra.

RODRIGUES, Rui (2007) – *Uma história da História. A Ermida de São Saturnino e sua envolvente*. Tesina apresentada à Universidade de Sevilha.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA PENINHA

Segundo a lenda, a primeira ermida foi construída com pedra solta depois de, na sequência da aparição de Nossa Senhora a uma pastorinha, se ter encontrado naquele local uma imagem da Virgem, facto que, segundo a narrativa, terá ocorrido ainda no reinado de D. João III.

O actual templo, todavia, resulta da intervenção do ermitão Pedro da Conceição, em 1690, contando depois com patrocínio régio de D. Pedro II. Por conseguinte, na pequena capela barroca de planta longitudinal com capela-mor saliente, patenteia-se, na nave, o revestimento integral com painéis de azulejos, datados de 1711, alusivos à vida de Nossa Senhora, atribuídos a Manuel dos Santos e ao monografista PMP.

No lado da Epístola sobressai o púlpito com mármore. Bem lançado arco triunfal, ladeado por mármore com motivos geométricos, conduz à capela-mor forrada com embrechados de mármore, incluindo a abóbada de berço com caixotões. O trono, também em mármore, permanece ladeado por colunas salomónicas e dois nichos, cujo traço se deveu a João Antunes.

Na continuação da capela evidencia-se um pavilhão, constituído por corpos diferenciados rematados por merlões rectilíneos, no corpo central rasga-se janela serliana, mandado construir, em cerca de 1918, por Carvalho Monteiro, segundo projeto de António Rodrigues da Silva Júnior.

ERMIDA DE SÃO SATURNINO

Um pouco abaixo da ermida de Nossa Senhora da Peninha, para poente, ergue-se a ermida de São Saturnino, já referenciada em 1191 no documento de doação de terras a Pêro Pais, alferes-mor de D. Afonso Henriques.

Escavações arqueológicas levadas a cabo no local revelaram a existência de um edifício manuelino, o qual, decerto, terá substituído a estrutura medieval. Mais tarde, já nos finais do século XVI e a mando de São Vicente de Fora, aquele templo foi derrubado e no mesmo sítio erigiu-se a grande ermida que ainda ali subsiste apesar, de há muito, se encontrar abandonada.

No exterior evidenciam-se possantes contrafortes que protegem a o edifício da força dos ventos marítimos, prolongando-se este prospecto vernacular pelo interior, destacando-se a estrutura musculada da arquitetura chã, tão característica, aliás, do nosso maneirismo. Ainda acerca desta ermida, destaca-se a referência a um painel de azulejos seiscentista, hoje deslocado da ermida, com a seguinte inscrição: Esta obra mandaram fazer os oficiais da Nao de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, era de 1636.

VILLA GUIDA

IHAs 222.05.2170.01



Localização: Praia das Maças.

Freguesia: Colares.

Enquadramento: urbano destacado.

Protecção: inventariado.

Fundação: séc. XIX (1890).

Estilo(s) arquitectónico(s): chalet.

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: AZEVEDO, José

Alfredo da Costa (1997) – «Praia das Maças», *Obras*

Completas de José Alfredo da Costa Azevedo, III. Sintra:

Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Alfredo Keil nasceu em Lisboa a 8 de Julho de 1854, casou com Cleyde Cinatti, filha do grande cenógrafo Giuseppe Luigi Cinatti e faleceu em Hamburgo em 1907. Foi um grande amigo de Sintra e do seu concelho e um notável pintor da época de transição do romantismo para o realismo. Viu a natureza com um maravilhoso lirismo e, embora não a falseasse, escolhia quase sempre trechos melancólicos de florestas, de sombras frescas, luz melódica e interpretou-os de maneira subjetiva, nelas projetando os seus estados de alma, sem procurar a cor local nem a valorização da luz, no qual se distanciou dos realistas. Alfredo Keil dedicou-se também à escrita, poesia e, mas foi na música, que se revelou notável e famoso, pois Keil é autor da famosa marcha guerreira “A Portuguesa”, tornada, após 1910, Hino Nacional.

Extasiado com as belezas da *finisterra*, acaba por residir no Concelho. Assim à saída da Praia das Maças no sentido das Azenhas do Mar, surgiu em 1890 a terceira casa do lugar, um elegante *chalet* denominado “Villa Guida”, ao qual um ano depois foi acrescentada uma pequena capela devotada a Nossa Senhora da Praia.

O *chalet* molda-se arquitetonicamente em volumes distintos e zonas volumetricamente independentes, de paredes brancas, quebradas por janelas e contraventos interiores em madeira, conjuga várias dimensões e alturas, originando uma série de beirados com profundo relevo de forma a não haver agressão à paisagem. De toda a construção sobressai o pátio, onde se rasgam inúmeras portas.

VIVENDA RAFAELA / CASA ALBERTO TOTTA

IHAs 265.05.1120.01

*Localização:* Azenhas do Mar*Freguesia:* Colares*Enquadramento:* Urbano*Protecção:* Inventariado*Fundação:* 1923*Estilo(s) arquitectónico(s):* Neo-Barroco*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:*AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. III.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

Trata-se de uma casa residencial campestre edificada em estilo arquitectónico-decorativo neo-barroco (então designado “D. João V”) em 1923 pelo capitalista e benemérito Alberto António May Totta no sítio denominado “Funil Gordo”, junto à Estrada Municipal Praia das Maças e Azenhas do Mar (actual Rua Alberto Totta). O imóvel de um único piso ocupa uma área morfológicamente rectangular de 25,80 m x 21 m, incluindo um pátio interior com 100 m², e sendo dotado de três entradas de acesso espacial interior (cada uma no vestíbulo, na cozinha e no alçado oriental do pátio).

Exteriormente, existe uma escada que acede do pátio calcetado ao terraço de cobertura encimante do edifício (excepto o vestíbulo coberto com telha mourisca), sendo confeccionado em cimento armado e dotado de bancos de encosto; tal como todo o imóvel é dotado de um passeio calcetado de 80 cm e bordejado de um cordão de cantaria.

Existe ainda uma arcada cujas pilastras de suporte assentam numa faixa de cantaria formando o respectivo cordão circundante do lado do pátio. Nos quatro ângulos do pátio, existe um sifão de esgoto para recolha das águas pluviais e conduzindo ao encanamento recolector das águas dos lavatórios e da casa de banho, reunindo-se depois para a canalização de saída proveniente da fossa “moura” que recebe os esgotos da retrete e da pia.

Interiormente, existe uma galeria envidraçada com serventia a todos os aposentos integrantes (vestíbulo, sala de estar, escritório, quarto duplo de dormir com casa de banho contígua, sala de trabalho, cinco quartos individuais de dormir, sala de jantar, cozinha, despensa, casa de banho e retrete), cujos pavimentos são de tijolo prensado e assente em massame de betão.

Além disso, todos os quartos de dormir, a sala de jantar, a cozinha, a casa de banho e a retrete dispõem de água e esgotos canalizados; tal como todas as portas de todos os aposentos eram de casquinha e os aros de caixilhos das portas e das janelas eram pintados a três demãos de tinta de óleo verde escura.

Adicionalmente, todas as fundações do edifício assentam sobre terreno firme, com alicerces de 70 cm de altura e construídos com alvenaria hidráulica, aplicando-se sobre eles e ao nível do elegimento e em toda a largura uma camada de asfalto de 2 cm, sobre a qual arrancam as paredes com 60 cm de espessura, edificadas em alvenaria argamassada em traço de 2:5, sendo emboçadas, rebocadas e estucadas por dentro, e emboçadas, rebocadas e pintadas por fora.

Sobre as portas e as janelas do edifício, bem como nos ângulos com bancos e em socos do pátio e em rodapés interiores, surgem vários motivos decorativos diferentes, confeccionados em suporte azulejar proveniente da Fábrica de Louça de Sacavém (destacando-se duas vistas do Palácio Nacional da Pena e uma do Palácio Nacional de Monserrate). Toda a madeira utilizada era bem seca e sem defeito, bem como todo o restante material de construção empregue de primeira qualidade; tal como todos os frontais são tecidos em madeira e preenchidos a tijolo, com tecto estucado.

Os tubos de descarga das águas pluviais situados no terraço são confeccionados em zinco nº 12, tal como os encanamentos de esgotos são de manilhas de grés vidrado com os diâmetros de 10 cm, 15 cm e 20 cm. Adicionalmente, todos os materiais e procedimentos construtivos restantes empregues seguiram as prescrições do Regulamento de Salubridade de Construções Urbanas de 14 de Fevereiro de 1913 e das Posturas municipais então vigentes.

VIVENDA VIOLANTE

IHAs 191.05.1120.01

*Localização:* Azenhas do Mar.*Freguesia:* Colares.*Enquadramento:* urbano.*Protecção:* inventariada.*Fundação:* séc. XX.*Estilo(s) arquitectónico(s):* "casa portuguesa"*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

A Vivenda Violante, pelas suas características arquitectónicas poder-se-á datar a sua fundação, a acreditar-se no painel de azulejos datado de 1934, revelando, eventualmente o outro conjunto cerâmico igualmente apostado na frontaria, indiciando, já na década de 1930, uma eventual campanha de obras, possivelmente de ampliação. Aninhada na encosta, junto à ponte, este edifício integra-se na chamada "corrente tradicionalista" e destaca-se, não só pelos harmoniosos jogos volumétricos, mas também pelos felizes painéis de azulejos apostos na frontaria. Realce-se que não recai sobre esta casa qualquer fortuna crítica nem, sequer, até ao momento, possível identificar o autor do projeto arquitectónico.

MASSAMÁ E MONTE ABRAÃO

CHAFARIZ DE MASSAMÁ

IHAs 187.16.6192.01



Localização: Massamá

Freguesia: União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Elegante chafariz de espaldar alto, onde se pode ler a seguinte inscrição: OBRAS / PUBLICAS / 1863.

Este chafariz, cujas águas são ainda hoje consideradas de boa temperança, ostenta curioso prospecto, na medida em que ao seu espaldar se sobrepôs um outro corpo paralelepipedico ornado com rectângulos de ângulos convexos, inscritos na própria alvenaria, evocando numa interpretação livre os modelos decorativos da Art Deco.

Ao centro, placa de 1963, homenageando o fontanário com singela quadra de sabor popular, assinada por Francisco Rodrigues: ESTE CHAFARIZ CENTENÁRIO / MUITOS SEGREDOS ENCERRA / E CUMPRINDO O SEU FADÁRIO / É O ORGULHO DESTA TERRA.

Duas bicas semiesféricas e com decoração gomada deitam água no grande tanque de pedra que permanece ladeado por corridos bancos de alvenaria com assentos de pedra, onde, outrora, se descansava da caminhada ou se apoiavam as bilhas para uso doméstico.

MARCO DO TERMO DE LISBOA

IHAs 086.16.6181.01



Localização: Massamá
Freguesia: União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo / Modernista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Marco paralelepédico do antigo Termo de Lisboa, ostentando esculpida numa das faces a nau de São Vicente, símbolo da capital e, por baixo, a seguinte inscrição: SENADO 1768.

Este marco foi, por volta do meado novecentista, integrado em rectilíneo monumento de prospecto simples, ostentando a legenda: MARCO INDICATIVO DOS ANTIGOS LIMITES DO TERMO DE LISBOA REPOSIÇÃO FEITA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA EM MCMLVI.

QUELUZ E BELAS

AQUEDUTO DAS ÁGUAS LIVRES

IHAs 064.19.6193.01



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificado Classificado como Monumento Nacional (Decreto 5/2002, DR 49/02 de 19.2.).

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco

Autor(es): Francisco de Holanda (?); Arqtº Pedro Nunes Tinoco; o Procurador Cláudio Gorgel do Amaral, o Arqtº António Cannevari, o Arqtº Carlos Mardel e os Eng.ºs Manuel da Maia e Manuel de Azevedo.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O aqueduto das águas livres foi provavelmente uma das obras mais desejadas para a cidade de Lisboa. Os planos para a sua edificação prolongaram-se por mais de um século. A grandiosidade e a complexidade do projecto obrigou a importantes decisões, por parte de políticos e especialistas que muitas vezes não estavam em sintonia. Foi, portanto, de avanços e recuos que se completou uma das maiores estruturas jamais edificadas em Portugal.

Foi a partir de 1573 que começaram a ser efectuados os estudos para a construção do aqueduto. No entanto, apenas em 1618 as pesquisas foram retomadas e desta vez de forma séria. A primeira metade do século XVIII foi determinante para a concretização do projecto.

Só em 1748 a água chegou finalmente à cidade de Lisboa e posteriormente canalizada por pequenos aquedutos para notáveis chafarizes e fontanários. Com uma extensão de 14, 256 Km desde a Mãe de Água Velha até às Amoreiras, foi construído em alvenaria de calcário e cantaria.

Ao longo dos séculos a imponente estrutura foi alvo de várias campanhas de limpeza e obras de reestruturação, conservação e restauro, fundamentais para a sua preservação. Actualmente alguns dos troços estão musealizados e abertos ao público.

AQUEDUTO DOS ARCOS OU DA GARGANTADA

IHAs 003.07.6193.02



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Classificado IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 95/78, DR, 1.ª série, n.º 210 de 12 Setembro 1978.

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): Arquitecto Francisco António Ferreira Cangalhas

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

www.monumentos.pt (SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico)

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Arquitectura infraestrutural, setecentista. Aqueduto composto por uma pequena caleira de cantaria, correndo, maioritariamente, em troços subterrâneos, mas aflorando a superfície em arcaria de volta perfeita, apresentando uma única clarabóia em forma de templete prismático com cobertura formando vértice.

Iniciado em Carenque, no lugar da Gargantada, onde se desenvolve isolado, em zona de encosta, (passando a uma zona urbana, que atravessa uma freguesia do concelho da Amadora - Venteira), termina junto ao Palácio Nacional de Queluz, no Chafariz da Carranca. Os troços à superfície têm os arcos em cantaria de calcário, apresentando a zona superior em alvenaria de calcário argamassado, onde corre a conduta.

Em 1790 deu-se início à sua construção, com intenção inicial de levar água até ao Terreiro do Paço de Queluz para consumo das cavaliças reais, por ordem do príncipe D. João, futuro monarca. Esta surge na sequência da oferta da nascente da Gargantada por José Justino Álvares, proprietário de duas nascentes, chamadas da Gargantada e do Pocinho, ambas em Carenque. Em 1794 a construção estava concluída e em 1802 a água do aqueduto é encanada para as cocheiras do Palácio Real de Queluz.

CASA DA ÁGUA / CASA VELHA

IHAs 246.07.6194.01



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): Provavelmente Francisco António Ferreira Cangalhas, Arquitecto Geral das Obras Livres.

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Casa da Água ou “Casa Velha” integrava o complexo sistema de canalizações de fornecimento de água ao Palácio de Queluz e aos seus jardins, estando, por isso, eventualmente associada ao setecentista Aqueduto da Gargantada.

O pequeno edifício, de prospecto chão, encontra-se parcialmente adossado a uma casa de habitação. No exterior, os alçados são de alvenaria caiada com socos e cunhais revestidos de boa cantaria. Ostenta planta rectangular e cobertura de quatro águas. Envolta em grossas cantarias, realce-se quer a porta de acesso à mina quer, no alçado norte, uma janela gradeada que funciona como respiradouro.

No interior, integralmente revestido de pedra aparelhada e abobadado, destaca-se um tanque colector de água coberto por lajedo e uma caleira, que se prolonga pelo exterior do edifício funcionando como uma levada à superfície. Ainda no interior, realce-se uma escadaria pétrea que dá acesso a uma galeria subterrânea, igualmente com abóbada de cantaria, aparentemente associada ao fornecimento de água aos fontanários, designadamente, entre outros, à fonte de Neptuno, uma vez que termina abruptamente num paramento cego, sob o lugar.

Apesar do carácter funcional da “Casa Velha”, a sua boa fábrica revela poder estar-se perante um edifício projectado por um arquitecto, ainda no contexto estético neoclassicista, com datação de finais do século XVIII, e cujo risco poderá dever-se a Francisco António Ferreira Cangalhas, Arquitecto Geral das Obras Livres.

CASA DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

IHAs 040.07.4110.01



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XX
Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Edifício revivalista encimado com estátua de Mercúrio.

Foi edificado nos inícios do século XX a mando do Comendador Faria, pertencendo depois, e por doação deste benemérito, à congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

CASAL DA QUINTÃ

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este pitoresco casal impõe-se no alto de um outeiro sobranceiro à albufeira do Aqueduto das Águas Livres. De provável origem quinhentista – pois, são ainda ali visíveis diversos testemunhos de arquitectura manuelina – o Casal da Quintã vem já graficamente referenciado no álbum *Da fabrica que faleçe há cidade de Lysboa*, da autoria de Francisco de Holanda (1571).

Neste singular conjunto arquitectónico, em completo estado de ruína, são, ainda, visíveis vestígios arquitectónicos de outras campanhas de que a estrutura terá sido alvo, nomeadamente setecentistas e oitocentistas. Trata-se de um casal tipicamente saloio composto por uma casa principal de um corpo e dois pisos e de várias outras estruturas utilitárias adossadas lateralmente de piso térreo. Nomeadamente um forno com chaminé. As coberturas são feitas por telhados de duas águas.

CHAFARIZ DA CARRANCA

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco tardio

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O Chafariz da Carranca, também conhecido por Fonte da Pedra Lavrada, revela, na sua materialização plástica, prospecto classicizante.

De estrutura monumental, o chafariz é constituído por tanque de pedra curvilíneo e com os topos ovóides. Ao centro impõe-se predela, da qual sobressaem dois pilaretes de volutas abertas, com predominante decoração vegetalista, coroados por bolas e enquadrando concheado no intervalo. Ainda na predela, evidencia-se círculo onde se inscreve, em densa folhagem, carranca sobressaliente de onde se vaza água no estanco.

FONTE DO PENDÃO

IHAs (a atribuir)



Localização: Pendão

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Num dos tramos secundários do aqueduto das Águas Livres, subsiste fonte com reservatório acoplado. Esta ostenta singular prospecto, pois, o espaldar de pedra recortada e moldurada permanece embutido numa das faces do depósito, patenteando a seguinte inscrição: 1816 / R. O. A. L. Ou seja, «*Reais Obras das Águas Livres*».

Sob o frontal, modesta bica de bronze vaza em rectilíneo estanco com os cantos boleados, também de pedra. Dois possantes e elaborados frades demarcam o espaço do fontanário.

FONTE DOS ARCOS OU DE D. CARLOS I

IHAs 003.07.6191.04



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No assentamento de um dos arcos do esbelto aqueduto setecentista do Palácio Nacional de Queluz, rasga-se singelo fontanário, em cujo espaldar moldurado se patenteia, sobre indiferenciada torneira que vaza no estanco de pedra, uma lápide inscrita que evoca o facto de parte da água do aqueduto, de uso real, ter sido doada aos habitantes de Queluz: ESTA AGUA FOI CONCEDIDA POR / SUA Magestade EL-REI / O SENHOR DOM CARLOS 1.º / POR MERCÊ DE 10 DE MARÇO DE 1891 / PARA USO DOS MORADORES D'ESTE LUGAR.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

IHAs 228.07.4110.01



Localização: Idanha
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XIV
Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico e Pombalino
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A capela de Nossa Senhora da Conceição de Idanha é uma das estruturas religiosas mais antigas da freguesia de Belas.

Não se sabe ao certo o momento da sua fundação, porém sabe-se que desde a primeira metade do século XVI terá existido ali uma irmandade com a mesma invocação.

A cruz da empena da fachada apresenta a data de 1800 – ano em que o templo beneficiou de obras de conservação e restauro.

IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA

IHAs 028.12.4110.01



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Classificado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino e Barroco
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A fundação da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas remonta aos alvares da nacionalidade. O documento mais antigo que se conhece, actualmente na Torre do Tombo, data de 1220 e é uma inquirição de bens do Mosteiro de São Vicente.

As primeiras estruturas religiosas coevas da fundação da nacionalidade, não raras vezes, eram votivas a Santa Maria como tal não é de estranhar esta dotação que se deve ter mantido até ao século XVI, nem tão pouco o facto da estrutura religiosa mudar de culto o que também acontecia muitas vezes.

Só a partir de 1583, os documentos do registo paroquial, se referem à freguesia como de Nossa Senhora da Misericórdia de Belas.

Uma das principais e provavelmente a primeira grande campanha de que a estrutura foi alvo terá sido efectuada no século XVI. A gramática manuelina do portal axial, classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 8252, DG 138 de 10.7.1922), confirma-nos essa intervenção.

PAÇO DE BELAS – QUINTA DO SENHOR DA SERRA

IHAs 117.12.2110.01



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano Destacado

Protecção: Classificado Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 32973, DR 175, de 18.8.1943.

Fundação: Século XIV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Manuelino, Renascentista, Barroco e Revivalista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: STOOD, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Quinta do Senhor da Serra, também conhecida como Quinta dos Marqueses de Belas ou Quinta do Pombeiro, foi classificada como monumento nacional em 1983. O conjunto monumental compreende o palácio tardo-renascentista, a capela manuelina, anta, santuário barroco e o perímetro florestal.

A história da propriedade remonta à fundação da nacionalidade. Após a conquista de Lisboa, o rei D. Afonso Henriques doou as povoações de Atouguia e Belas a Robert Lacorne. O século XIV pode ter sido o momento em que mais se investiu na propriedade. É muito possível que o grande torreão gótico, de mais de vinte metros de altura, e do corpo áulico animado por arcarias ogivais tenham sido edificados nesse período, por altura do reinado de D. Pedro I. O paço apresenta características muito idênticas àquelas que encontramos na arquitectura áulica desse tempo.

No século XVI houve uma nova campanha. A capela manuelina é testemunha dessa realidade a que se terá seguida uma outra já de sabor plenamente renascentista, como aliás podemos inferir pela observação do “pátio de honra” – construído já no segundo quartel do século XVI. A pureza renascentista encontra-se expressa no balcão de coroamento e no pavilhão ostentando uma cúpula de gomos.

Adossado aos muros do magnífico Paço de Belas subsiste pétreo tanque sob exuberante baixo-relevo seiscentista, bem ao gosto barroco, representando o *Castigo de Midas*. Muito fragmentado, permanece a descrição que Domingos Caldas Barbosa dele fez em 1799, onde Midas é representado com orelhas de burro e Júpiter se pavoneia diante de Apolo que toca lira.

O tanque exhibe amplas guardas laterais e extenso anteparo frontal. Uma ática coluna cilíndrica, com estriados rectos, assenta em base de maior simplicidade. O capitel ao estilo clássico, de feição desprentensiosa, desfralda caleira simples, rematando-o antigo relógio de Sol.

PALACETE POMBAL OU CONDES DE ALMEIDA ARAÚJO

IHAs 054.19.2130.01



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificado IIP – Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 45/93, DR 280, de 30.11.1993).

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): Arquitecto José da Costa e Silva

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Mandado edificar pelo 2º Marquês de Pombal, D. Henrique José de Carvalho e Melo, para acompanhar a família real que, após o incêndio da Real Barraca da Ajuda, se instalou no palácio de Queluz, este palacete de estilo neoclássico (que inclui pavilhão das cocheiras e jardim de buxos) recorda, apesar das diferenças de escala, o Petit Trianon de Versalhes.

Iniciado após 1795, o palacete não foi terminado em vida do Marquês, que em 1807 acompanhou a família real para o Brasil, onde veio a falecer. Foi adquirido, já na segunda metade da centúria pelos Condes Almeida e Araújo e, no século seguinte, pelos Duques de Palmela, que o venderam em 1978 ao Ministério da Defesa.

De planta quadrada, o palacete desenvolve-se em dois pisos, sendo o superior de menores dimensões que o piso térreo, o qual viria a constituir uma das mais importantes jóias da arquitectura neoclássica que ainda hoje podemos admirar em Portugal.

PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ

IHAs 003.19.2120.01



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Classificado MN – Monumento Nacional – (Decreto de 16.6.1910, publicado em 23.6.1910).

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco, Rococó e Neoclássico.

Autor(es): Mateus Vicente de Oliveira, Arq. (1706-1785); Jean-Baptiste Robillion, Arq. (1704-1782); Manuel Caetano de Sousa, Arq. (1742-1802); Silvestre Faria Lobo, Escultor Entalhador (1788-1859); Machado de Castro, Escultor (1731-1822)

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Em 1747, D. Pedro III inicia as obras de ampliação do chamado Paço Velho, dando assim início à edificação do Palácio Nacional de Queluz. Um palácio de *Versailles* em menor escala, era o objectivo.

Em 1908, o último Rei de Portugal, D. Manuel II, e após o assassinato do seu pai, o Rei D. Carlos I, cedeu o Palácio à fazenda Nacional, integrando a partir desse momento, e até hoje, o património do Estado Português.

Em 1934 um violento incêndio destruiu parcialmente o Palácio, incluindo algumas obras de arte, segundo jornais da época. No entanto, e no âmbito da Exposição Universal do Mundo Português, que se realizou em 1940, restauraram-se os mais importantes e emblemáticos monumentos nacionais. Encontra-se aberto ao público desde 1941.

O actual edifício resulta de várias campanhas de obras. De planta complexa (correspondendo à aglutinação de vários núcleos e fases distintas de construção), o edifício organiza-se genericamente em L, enquadrando os jardins por meio de várias alas. Os jardins do palácio albergam, ainda hoje, uma escola de equitação e uma escola prática de pomicultura, horticultura e jardinagem que em alguns casos iniciaram a sua actividade ainda antes da implantação da República. Actualmente o Palácio Nacional de Queluz é utilizado, como sala de acolhimento a importantes entidades estrangeiras, mantendo ainda a sua função turístico-cultural com a exibição de exposições e outras actividades de carácter lúdico.

PONTE DA RIBEIRA DAS JARDAS

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Confinando com os jardins do Palácio Nacional de Queluz, a Ponte da Ribeira das Jardas foi construída na alvorada setecentista. Estruturalmente simples e de um só arco, ostenta marco em cuja base se lê: ESTA PONTE / MANDOV F / AZER O SENA / DO DE LISBOA / A CVSTA DO / REAL DO POV / O ERA 1708.

PONTE FILIPINA

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVII

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No limite actual dos Concelhos de Sintra e de Amadora, coincidindo com o próprio termo da cidade de Queluz, existe, ainda a uso, singular ponte seiscentista que atravessa a Ribeira de Carenque. Esta ponte que se situava na antiga estrada Lisboa-Sintra ostenta singelo marco onde se pode ler a seguinte inscrição: ESTA PONTE / MANDOV FA / ZER O SENA / DO DE LISBOA / A CVSTA DO / REAL DO PO / VO E 1631.

Requalificada em 2013, esta ponte passou a usufruto pedonal.

QUINTA DA ÁGUA FÉRREA

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista, Revivalista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O topónimo Quinta da Água Férrea está directamente relacionado com a nascente de água, a que os seus consumidores chamavam férrea devido ao seu característico sabor gasoso e que se acreditava ter características medicinais, que existia na então Quinta da Venda Seca na freguesia de Belas. Foi seu legítimo proprietário, o coronel Agostinho Jansen Moeller e Pamplona.

A entrada para a Quinta da Água Férrea é feita pela transposição de duas monumentais estruturas italianizantes unidas por uma passagem superior sustentada por um arco abatido. É bastante provável que a entrada possa remontar à centúria quinhentista.

Os jardins do palácio, e em particular os dois tanques, apresentam decoração ainda de finais do século XVI e inícios da centúria seguinte.

O terraço de entrada da Quinta, foi local de eleição para a princesa Carlota Joaquina, em finais do século XVIII, assistir à passagem dos touros e dos campinos que se deslocavam para a cidade de Lisboa.

Cerca de 1930 a propriedade é adquirida pela família Abecassis que contratou o arquitecto António Lino, em 1935, para a remodelar. À semelhança daquilo que o seu tio-avô, o famoso arquitecto Raul Lino, tinha feito na vizinha Quinta da Fonteireira, a reconstrução privilegiou a estética da “casa portuguesa”.

QUINTA DA FONTEIREIRA

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento, Revivalista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Em 1525 a Quinta da Fonteireira era propriedade de Álvaro Pires Serrador. Esta é a referência mais antiga que se conhece alusiva a esta quinta. Até ser adquirida por Gregório Raimundo Vieira, no ano de 1710, foram vários os seus proprietários. É muito provável que tenha sido este último o responsável pela edificação de uma primeira estrutura residencial e capela na zona sobranceira à Ribeira do Castanheira. A capela apresenta painéis azulejares datáveis de finais do primeiro quartel do século XVIII. É possível que o conjunto tenha sido terminado também neste período.

Actualmente a capela é consagrada à Imaculada Conceição, no entanto – e à semelhança daquilo que acontecia na capela da vizinha Quinta do Molhapão – acreditamos que inicialmente fosse votiva a Nossa senhora do Rosário. Os lambris de azulejos da nave a ela dedicados reforçam-nos esta ideia.

Quando em 1916 a Quinta da Fonteireira chegou às mãos do abastado comerciante Eduardo Pinto Basto, este encarregou Raul Lino de efectuar obras de ampliação, conservação e restauro. O famoso arquitecto português tinha estudado a arquitectura civil portuguesa desde o século XVI e estava à frente de um movimento que pretendia reabilitar a arquitectura portuguesa. Foi, portanto, segundo os princípios da “Casa Portuguesa” que a Quinta da Fonteireira foi restaurada e ampliada. Raul Lino aplicou um conceito de linhas sóbrias e onde painéis azulejares, rebocos, pequenas torres, muros, varandas, escadarias e uma *loggia* se articulam para dar uma nova vida à estrutura residencial.

Mais tarde, a partir de 1925, os jardins foram restaurados e deram lugar a um geométrico jardim de buxo decorado com esculturas que enriqueceram significativamente todo o conjunto.

QUINTA DAS ÁGUAS LIVRES

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Romântico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

As origens desta bela Quinta – terras de águas abundantes – datam do século XVI. Os primeiros estudos de captação de água das nascentes da Quinta das Águas Livres, iniciaram-se nos reinados de D. Sebastião e de Filipe II – nessa altura foro dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho – com o fim de abastecer a cidade de Lisboa, onde as carências de água eram imensas.

Nos finais de século XVI – aquando das epidemias de peste – é edificada uma capela em honra de São Mamede, local de peregrinação, onde acorriam todos os anos, pessoas para festejar uma imagem miraculosa que, vem assinalada na *Corografia Portuguesa* do padre António Carvalho da Costa, em 1712.

Este templo ficou completamente destruído por um incêndio ocorrido em 1930.

No século XIX, esta propriedade – com cerca de 450 hectares – constitui uma das mais belas dos arredores de Lisboa. Aí se cultivam principalmente árvores de fruto, oliveiras e vinhedos. A casa actual, datada de finais de oitocentos, foi construída pelos Biester – uma família inglesa abastada – apresentando soluções de vários estilos de arquitectura, misturando os telhados tipo chalet, a torre do relógio, um pórtico de colunas e varandas trabalhadas.

A partir do século XX, fruto da especulação imobiliária, sucedem-se vários proprietários da Quinta das Águas Livres. Esta propriedade foi novamente incendiada, destruída e espoliada no “Verão Quente” de 1975 durante a revolução pós 25 de Abril, sendo posteriormente adquirida pela Polícia de Segurança Pública no ano de 1979 – actual proprietária – que a restaura e aí instala um dos seus departamentos.

QUINTA DO BONJARDIM

IHAs 114.12.2150.01



Localização: Venda Seca (Belas)

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como IIP – Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 5/2002, de 19.2.2002)

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista e Neoclássico estilo Chão

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A notícia mais antiga que temos acerca da Quinta do Bonjardim remonta a 1587, quando Diogo de Sousa a adquiriu e, segundo parece, ali promoveu importante campanha construtiva.

Precede o amplo rossio fronteiro à casa, um grandioso portal rusticado de elegante recorte classicizante, com frontão triangular e pináculos. A influência “italiana” já notada no pórtico prolonga-se pelo próprio edifício principal, cujas características vernaculares acentuam uma simetria claramente inspirada nos modelos renascentistas.

No interior, realça-se o axadrezado verde e branco dos azulejos quinhentistas da casa de jantar e os azulejos de padrão, em tons de azul, do século XVIII que revestem os salões de aparato. A capela adjacente, de volumetria cúbica, votiva a São José, encontra-se integralmente forrada com painéis azulejares monocromáticos de cerca de 1720-1730, tendo por temática a *Paixão de Cristo* e atribuídos a Policarpo de Oliveira Fernandes.

QUINTA DO MOLHAPÃO

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Rural
Protecção: Classificado MIP – Monumento de Interesse Público (Portaria 740-DE/2012).
Fundação: Século XVII
Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O documento mais antigo que se conhece referente a esta propriedade data de 19 de Novembro de 1633. Em 1682, a família Barberino adquire a propriedade que ainda hoje lhe pertence. Logo após a aquisição a propriedade recebeu o estatuto de morgadio e terá sido alvo de obras de restauro e ampliação.

A intervenção levada a cabo ter-se-á prolongado por boa parte do séc. XVIII, uma vez que a maior parte dos azulejos que decoram algumas das estruturas datam desse período. Volumetricamente apresenta uma estrutura paralelepípedica, rectangular horizontalista (a chamada “casa comprida”), de formas depuradas e simples bem características da arquitectura da restauração.

A habitação distribui-se por dois pisos, sendo o térreo, do lado da fachada, muito dissimulado e apresentando apenas meias janelas. Do lado posterior, os dois pisos estão claramente definidos e o piso nobre apresenta duas *loggias* nas extremidades com três arcadas. Há uma significativa ausência de elementos decorativos no exterior. Ao contrário, no interior, veremos que a riqueza decorativa é uma constante – sobretudo ao nível da azulejaria e da pintura de grotoscas.

A capela, que na fachada identificamos no extremo esquerdo por uma sineira e por uma pequena cruz, é um dos mais interessantes edifícios da propriedade.

Até aos dias contemporâneos a estrutura não sofreu alterações significativas.

QUINTA NOVA DA ASSUNÇÃO

IHAs 141.04.2150.01



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano Destacado
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A Quinta Nova da Assunção foi mandada edificar por José Maria da Silva Rego nos terrenos herdados de seu tio Gregório da Silva Rego – rico comerciante que fez fortuna no Brasil. A sua esposa, Maria da Assumpção Vieira, deu nome à quinta inaugurada no dia 15 de Agosto de 1863, portanto no dia de Nossa Senhora da Assunção.

Trata-se de um conjunto arquitectónico que compreende a parte residencial, casa de fresco, lagos, fontes e estruturas de apoio ao enorme jardim que constituem a propriedade.

Em toda a propriedade houve claramente uma tentativa de criar um ambiente eclético onde romantismo e neoclassicismo se harmonizassem. O excesso decorativo do interior revela isso mesmo. Pinturas a fresco, estuques e azulejaria decoram todo o espaço com motivos vegetais, zoomórficos, temáticas pompeianas, mitológicas e as iniciais do proprietário “J.M.S.R.”.

No jardim romântico, pleno de convidativos espaços de lazer, predominam sobretudo elementos azulejares e embrechados. Destaque para a “Casa do Chá” profusamente decorada no interior com pinturas a fresco de programas campestres e apontamentos de cenas saloias.

QUINTA WIMMER

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Romântico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, 1985.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

No início da segunda metade do século XIX Johannes Wimmer, armador e cônsul-geral da Áustria-Hungria, comprou seis pequenas quintas contíguas na freguesia de Belas que viriam a dar lugar à actual Quinta Wimmer. A aquisição destas propriedades terá acontecido antes de 1860 pois foi por volta desta data que mandou edificar a casa em “estilo chalet” que ainda hoje ali podemos encontrar. Para a construção da estrutura mandou vir carpinteiros especializados da cidade de Hamburgo na Alemanha.

A casa apresenta uma volumetria rectangular e cobertura de duas águas. Ao centro sobressaem duas águas furtadas de dimensões consideráveis que quebram a regularidade do telhado e faz com que este assuma uma forma cruciforme. No topo de uma das extremidades encontramos um campanário. Nas paredes sobressaem traves de madeira, tão típicas da arquitectura alemã, muito semelhantes àquelas que encontramos nas estruturas de gaiola pombalinas.

A quinta continua propriedade da família Wimmer e mantém o espírito de estreitamento entre as culturas portuguesa e alemã.

Hoje esta casa alberga um importante museu especializado em armas antigas. Falamos de um acervo de extrema importância e que em regra é composto por peças que pertenceram a personalidades portuguesas de grande relevo. Destacam-se na colecção um peitoral do infante D. Henrique, um conjunto de espingardas do marquês de Pombal e um elmo de D. António, Prior do Crato.

SOLAR DOS MENEZES DE SOUSA

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

D. Ayres Menezes de Sousa, companheiro inseparável de D. Pedro II, adquiriu uma propriedade em Queluz, no ano de 1690. Ali mandou erigir sumptuosa casa de campo, onde estadeava longas temporadas de ócio e caça.

De características vernaculares intrínsecas ao gosto despojado da arquitectura áulica portuguesa, cujas origens radicam numa estética chã, o solar de D. Ayres apresenta, pois, austeras fachadas, de moldurado simples, enquadradas por espessos cunhais de pedra. Estes remates de inspiração toscana “sustêm” tímido ático que percorre todo o beirado.

Actualmente este palacete alberga a Escola EB 2,3 D. Pedro IV.

TORRE DO RELÓGIO / POUSADA DE D. MARIA I

IHAs 058.07.6260.01



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado, Imóvel abrangido pela ZEP do Palácio Nacional de Queluz, classificado como Monumento de Interesse Nacional.

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco

Autor(es): Arquitecto Manuel Caetano de Sousa (1742-1802)

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A partir de 1794, o Palácio de Queluz torna-se a residência oficial da casa real. É nesta altura que D. João (futuro D. João VI) manda construir, em torno do largo fronteiro ao palácio uma série de estruturas de apoio, uma das quais é o edifício da torre do relógio. A nova estrutura destinava-se a torre do relógio, a despensa e a acomodações para os funcionários do paço como os pintores, varredores, reposteiros, porteiros da cana entre muitos outros.

A torre, de planta quadrada, apresenta dois corpos, um de volumetria cúbica e outro de volumetria paralelepípedica.

Em 1995 o edifício foi comprado e adaptado a pousada.

RIO DE MOURO

CAPELA DE SANTA MARGARIDA DE ALBARRAQUE

IHAs 068.08.4110.01



Localização: Albarraque

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Consiste num templo simples e sóbrio, de estilo rural, mas detentor de grande graciosidade arquitectónica. Completamente remodelado interiormente, apresenta, ainda, alguma harmonia, bem como duas tábuas pintadas, antigas, e uma soberba imagem quinhentista da padroeira.

Foi, em tempos, uma capela particular doada pelos proprietários ao povo de Albarraque, na qual existiu um altar com a imagem do Senhor dos Aflitos, mandado construir em acção de graças pelo salvamento de uma tempestade no mar, por parte de um familiar dos referidos proprietários.

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, a Ermida de Santa Margarida, sita em Albarraque, era administrada pela população local e pelo respectivo Ermitão, que era apresentado pelos Piores da Igreja Paroquial de São Pedro de Penaferrim.

Somente depois de 25 de Abril de 1974 é que o adro da Capela, que tem ao centro um belo cruzeiro, passou a ser o local das festas de Albarraque, as quais se realizam nos dois últimos fins-de-semana de Setembro.

ESCOLA PRIMÁRIA DE LEAL DA CÂMARA

IHAs (a atribuir)



Localização: Rinchoa

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): Jorge Segurado e Leal da Câmara

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este belo edifício escolar deve o seu projecto, primeiro, a Jorge Segurado, que, em 1919, concebe um imóvel para sediar o Museu Etnográfico Português a implantar na Flandres, Bélgica (na sequência da constituição de uma Aldeia Portuguesa naquelas paragens) e, depois, a Leal da Câmara, o qual retomando o projecto de Segurado, o remodela e o faz aprovar na Câmara Municipal de Sintra, em 1935, já então destinado a Escola, dada a verificação da ausência de um estabelecimento que pudesse assegurar o ensino das primeiras letras às crianças das redondezas.

Funcionou como escola durante 50 anos, isto é, até 1990, altura em que é transferida a escola para a actual Rinchoa nº 1.

Presentemente, e desde 21 de Julho de 2003, funciona neste espaço o Núcleo dos Saloios da Casa-Museu de Leal da Câmara.

IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DE BELÉM

IHAs 030.10.4110.01



Localização: Rio de Mouro Velho

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como Imóvel de Interesse Municipal, pelo Decreto-Lei nº 2/96, de 6 de Março.

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Templo de origem medieval, com ampla reforma maneirista.

Erigida e sagrada em 1563, a sua génese poderá contudo remontar ao primeiro quartel do séc. XVI e relaciona-se com a Ordem monástica de S. Jerónimo, dado o seu orago ser Nossa Senhora de Belém. Devendo-se o seu aspecto actual às campanhas de obras dos séculos. XVI e XVIII, destacam-se no exterior o portal maneirista datado e definido com pilastras toscanas, bem como a torre sineira meridional, tal como interiormente uma pia de água benta marmórea encordoada manuelina, uma imagem quinhentista de São Brás, os altares de talha dourada, o arco triunfal maneirista, os tectos abobadados policromados, o revestimento azulejar parietal contemporâneo de 1960 e substituto do anterior setecentista, e o baixo-relevo marmóreo maneirista da Anunciação evangélica (denotando um cunho regional de inspiração erudita arcaizante, talvez destinando-se ao tímpano do portal).

QUINTA DA FONTE NOVA

IHAs (a atribuir)



Localização: Serradas

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O seu discreto casario mantém-se, ainda, intocado e nada alterado na sua traça primitiva, à volta do qual se desenvolve um luxuriante jardim, onde pontificam frondosas palmeiras.

O pátio principal permite-nos viajar no tempo. A patine das velhas cantarias dão o toque para esse recuo temporal, acrescida da sua bonita ermida mariana, forrada de azulejos alusivos a cenas religiosas e dominada por uma deslumbrante imagem de Nossa Senhora, a qual foi, há anos, ali encontrada.

Presentemente é utilizada para fins de Turismo Rural.

QUINTA DA GRAVATA

IHAs (a atribuir)



Localização: Rio de Mouro Velho

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Situada junto à estrada principal, esta quinta, pouco apalaçada, possui pormenores arquitectónicos tradicionais portugueses, envolvendo-nos numa atmosfera de verdura e tradição de modo invulgar, denotando uma mescla perfeita de construção e natureza, tão característica de um Romantismo de feição sintrense.

QUINTA DA LUZ

IHAs (a atribuir)



Localização: Rio de Mouro Velho

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Propriedade com uma bela e sóbria fachada oitocentista possui no seu interior um jardim.

Presentemente funciona como unidade de alojamento.

QUINTA DA PONTE

IHAs (a atribuir)



Localização: Rio de Mouro Velho

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Situada junto à estrada da localidade, é atravessada por um riacho que percorre o centro de Rio de Mouro Velho. Trata-se de uma casa senhorial, recheada de belos azulejos de tapete do século XVIII, provenientes da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Belém. Possui, ainda, preciosos testemunhos escultóricos, nomeadamente um interessante esguicho em forma de peixe.

O Livro de *Escrituras da Quinta*, datado de 1792, detém preciosas informações sobre o imóvel, que se prolongam até 1893. Fala-nos dos diversos proprietários, de uma certa aristocracia, de onde saiu José Cupertino de Ribeiro Júnior, grande industrial que se notabilizou pela sua militância republicana.

Esta Quinta enquadra-se num belo cenário verdejante, apresentando o seu interior um gosto e uma decoração bem característicos da burguesia rural dos séculos XIX e princípios do evo seguinte.

QUINTA DE SANTO ANTÓNIO

IHAs (a atribuir)



Localização: Paiões
Freguesia: Rio de Mouro
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: meados do século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Em Rio de Mouro Velho, a Quinta de Santo António é uma das maiores pelo seu tamanho e beleza. Uma pequena entrada dá acesso a um soberbo pátio que nos coloca perante o velho palacete, emoldurado pela magnífica escadaria de pedra ricamente trabalhada.

As suas linhas sóbrias e caracteristicamente portuguesas denunciam bom gosto e um certo poder económico de um dado tempo ido. Merece especial realce a volumetria dos diversos corpos construtivos que formam o complexo residencial, nos quais abundam cantarias lisas e trabalhadas numa simbiose elegante.

QUINTA DO CASAL DE SÃO PEDRO

IHAs (a atribuir)



Localização: Albarraque

Freguesia: Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Rio de Mouro – Contributo Monográfico, Câmara Municipal de Sintra, 2007;

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Na Quinta do Casal de São Pedro (seguramente uma das mais deslumbrantes da Freguesia), proliferam nos seus românticos parques e jardins, plantas exóticas que o clima sintrense mantém esplendorosas.

O casario, quase todo ele ladeado por trepadeiras floridas, é constituído por uma residência principal com apazível ordenamento interior e por um conjunto de casas menores ao estilo popular.

De características tradicionais, apresenta, no interior, chãos de lajes pétreas, rematados junto às paredes por belos bancos de pedra e por janelas de onde se alcança toda a ambiência dos jardins envolventes.

SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM

CASAL SALOIO DE BOLELAS

IHAs (a atribuir)



Localização: Bolelas

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem.

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVII ou XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este significativo conjunto imobiliário, cujas origens poderão remontar aos séculos XVII ou XVIII, sendo o torreão da primitiva fábrica, foi edificado em diversas fases e em distintas épocas. A sua actual forma, contudo, parece resultar da campanha de obras de 1842, data devidamente assinalada no parapeito da janela fronteira do corpo central.

O Casal de Bolelas ergue-se junto à estrada municipal São João das Lampas / Odrinhas, no extremo nordeste da povoação. Constitui o Casal uma série de semi-arruinadas construções justapostas, que se desenvolvem, *grosso modo*, ao longo da via pública. Outros espaços, tais como o curral adoçado à cozinha e as divisórias do “pátio-corredor”, serão resultado da reforma de meados de oitocentos.

Este casal saloio, originalmente simples casa de habitação e anexos relacionados com a exploração agrícola, terá sido — segundo a tradição oral — adaptado por um padre-curandeiro a “hospital”, em meados do século XIX, durante o grande surto epidémico de *cholera morbus* então registado. Neste contexto, as datas de 1842 e 1849 patentes em monólitos (cantaria e fuste de cruzeiro) corresponderão ao período de obras de adaptação do imóvel a “hospital”.

Posteriormente, o edifício, retomou funções meramente habitacionais, mas já sem a componente agrícola que ditara, séculos antes, a sua fundação. A última moradora do casal foi Joaquina Nunes Miguel que faleceu, com cerca de 90 anos, na década de 1960. A partir de então, o imóvel tem permanecido vazio.

CASAL SALOIO DE FERVENÇA

IHAs (a atribuir)



Localização: Fervença
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem.
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVII
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Os edifícios do Casal de Fervença estão actualmente desabitados, sendo que, a residência principal deste aglomerado é constituída por um corpo de dois pisos, planta quadrada e cobertura de quatro águas; a esta encontram-se justapostos dois volumes térreos de uma água compostos por chaminé – em ruínas – forno, cozinha entre outros. Dos edifícios contíguos que irrompem no espaço envolvente, surgem diversos edifícios que, presumimos, serviriam para abrigo de animais e também para arrecadações de alfaias e produtos agrícolas.

A moradia principal ostenta vestígios de pintura a tinta de cor branca nas paredes e cunhais e rodapé de azul-cobalto. Em relação aos vãos de janelas e portas, encontravam-se guarnecidos com pedra – e em algumas janelas, vislumbra-se a aplicação de gradeamento exterior.

A cobertura que ainda subsiste no edifício outrora destinado a habitação é constituída por telha de canudo, ou telha portuguesa enquanto os anexos, mais modernizados, ostentam telha do tipo Marselha.

No exterior, é ainda possível aferir a existência de recipientes esculpidos na pedra, para a alimentação de animais.

Em relação à tipologia interior, pelo pouco que se pôde vislumbrar, a estrutura da cobertura é formada por barrotes e ripas de pinho no edifício de dois pisos, bem como nos volumes térreos.

CASAL DE PIANOS

IHAs 229.10.2150.01



Localização: Tojeira

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem.

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Situado a caminho da praia da Samarra e em plena zona rural, o Casal de Pianos é um dos mais característicos conjuntos que a arquitectura saloia nos legou na região de Sintra. A primeira documentação existente sobre este casal remonta ao século XVII. Já nessa altura temos notícia do casal ser habitado. Contudo, é muito provável que as estruturas ali existentes tenham sido edificadas na centúria seguinte, sobretudo a partir de 1719 quando a família Nogueira de Andrade passou a usufruir do local.

É sobre um vasto planalto que se ergue o conjunto de edifícios da propriedade. Destaca-se o enorme portal que dá acesso ao pátio principal a partir do qual se distribuem as várias dependências. O portal apresenta-se simples, sem grandes elementos decorativos, porém, é muito possível que em tempos tenha sido coroadado por um brasão senhorial. Falamos de uma arquitectura completamente despojada de elementos ornamentais. Aqui predominam as linhas simples e depuradas de uma arquitectura que se pretende funcional e de modo algum de aparato. Uma vez no pátio encontramos vários edifícios térreos.

Do lado esquerdo: adega e celeiro; do lado direito: o edifício residencial e a capela. Esta última foi consagrada no dia 22 de Outubro de 1750 e a sua construção deve-se a Amaro Nogueira de Andrade, proprietário do Casal na altura. Esta ermida, votiva a Nossa Senhora da Penha de França, apresenta uma estrutura simples, de nave única, com tecto de masseira e piso lajeado. No exterior, um simples e pequeno campanário destaca-se no telhado do templo que albergou em tempos um sino. Encontra-se abandonado e em avançado estado de degradação.

CHAFARIZ DA TERRUGEM

IHAs 172.10.6192.01



Localização: Terrugem

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Chafariz de Fuste

Chafariz de pedra com tanque octogonal, de cronologia tardo-oitocentista, ostenta, ao centro do reservatório, plataforma onde se apoia colunelo oitavado. Este permanece encimado por taça rematada por cone, emergindo do fuste modesta torneira que terá substituído a antiga bica.

CRUZEIRO COM BASE MANUELINA

IHAs (a atribuir)



Localização: São João das Lampas
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Perto da Ermida do Espírito Santo ergue-se um singular cruzeiro. Este assenta em três degraus circulares, de raio cada vez menor. A sua base consiste num elemento manuelino de secção quadrangular com os cantos chanfrados, ornado com motivos vegetalistas estilizados.

A coluna e a cruz com os braços entrelaçados sob uma coroa de espinhos que encima o monumento datam já de 1943, ano em que a Câmara Municipal de Sintra procedeu à reconstrução do cruzeiro. Refira-se ainda que o cruzeiro se encontrava, então, no largo fronteiro à referida ermida.

CRUZEIRO DE SÃO MIGUEL DE ODRINHAS

IHAs (a atribuir)



Localização: São Miguel de Odrinhas

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Não muito longe da Ermida de São Miguel de Odrinhas, para sudoeste, ergue-se modesto cruzeiro. Este assenta sobre base quadrangular e sobre ela permanece um paralelepípedo com os cantos e esquinas chanfrados que suporta um outro, com os lados côncavos. Sobre este, ergue-se um pilar que ostenta a seguinte inscrição: ESTA CRUS MDº FZE^R FRCº. IORZE DE ODRA^S 1743.

No topo do pilar destaca-se uma cruz despida de qualquer ornamentação.

ERMIDA DE SANTA SUSANA

IHAs 035.10.4130.01



Localização: Santa Susana

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariada

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Logo à entrada da aldeia, abre-se um terreiro onde se implanta a Ermida de Santa Susana (Mártir, nos finais do século III), assinalada por singelo cruzeiro datado de 1809. Este pequenino templo de origem quinhentista e, apesar da sua feição vernacular, detém equilibradas proporções.

Precede a ermida um alpendre fechado, cuja entrada em forma de T permanece flanqueada por vãos limitados por singelas colunas de pedra – similares, aliás, às existentes nas ermidas de São Mamede de Janas e de São Miguel de Odrinhas, na paroquial de São João das Lampas e na igreja de Nossa Senhora da Consolação. No alçado sudoeste do alpendre ergue-se um tosco pilar de alvenaria com relógio de sol de 1808. Ainda no exterior, destaca-se o delicado campanário de pedra caiada.

Coroa a galilé um telhado de três águas e no seu interior destaca-se, à esquerda, uma mesa de pedra grosseira e circundada, em três dos seus lados, por bancos também de pedra.

O interior da ermida de santa Susana, de uma só nave, apresenta-se espacialmente bem proporcionado. O pavimento é de madeira e as paredes marmoreadas a ocre revelam uma campanha de beneficiação ali levada a cabo, nos finais do século XIX ou já nos inícios da presente centúria.

ERMIDA DE SÃO MIGUEL DE ODRINHAS

IHAs 251.10.4130.01



Localização: São Miguel de Odrinhas

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada

Fundação: Século XV / XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico e Renascentista

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Este templo de origem medieval sofreu avultadas obras nos inícios de quinhentos, como o atesta a recente descoberta de uma porta lateral manuelina e de azulejos mudejares que permaneciam entaipados.

No século XVIII, provavelmente como consequência do terramoto do dia-de-Todos-os-Santos de 1755, o edifício foi profundamente remodelado.

A ermida – edificada sobre uma *uilla* romana – encontra-se precedida de alpendre que, pelo lado direito, se alonga pelo corpo do templo, terminando junto ao *arco solio*, no qual se inscreve o túmulo medieval de Fernão Reganha e seus herdeiros.

O interior do templo, de uma só nave, apresenta cobertura em madeira. Um singelo arco triunfal conduz à capela-mor, onde se destaca um modesto altar de madeira policromo que albergou, até há alguns anos, a magnífica imagem gótica de São Miguel Arcanjo (hoje no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas).

Integra-se na área de protecção das ruínas romanas de São Miguel de Odrinhas, classificadas como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 42692, de 30 de Novembro de 1959).

ERMIDA DE SÃO SEBASTIÃO

IHAs 038.05.4130.03



Localização: Terrugem

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano isolado

Protecção: Classificada

Fundação: Século XV (conjectural)

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta implantação harmónica ergue-se à beira da estrada, num adro espaçoso, sendo precedida por cruzeiro. A sua planta longitudinal é composta por nave rectangular e capela-mor quadrada. Possui volumes articulados com coberturas diferenciadas a 2 águas. O frontispício é terminado em empena com pequena sineira no lado direito, rasgado por portal simples com arco quebrado delimitado por cantaria. No flanco direito uma outra porta dá acesso à nave. Possui nave única com tecto de masseira e arco triunfal apoiado em colunas de base oitavada, capitel com elementos naturalistas e intradorso decorado com flores quadrifoliadas e ramagem.

É ladeado pelas imagens de São Sebastião e São João sobre peanhas. A Capela-mor com abóbada de nervuras tem no bocete central as flechas alusivas a São Sebastião. Possui nicho na parede testeira e mesa de altar com frontal revestido a azulejos.

Classificada como Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 37 366, DG 70 de 05 Abril 1949.

ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO

IHAs 132.10.4130.01



Localização: S. João das Lampas
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

De singular prospecto, a pequena ermida gótica devotada ao Espírito Santo – localizada à entrada de São João das Lampas – apresenta uma fachada sóbria, rasgando-se na frontaria um portal simples, inscrito num arco de volta perfeita e, na cabeceira poligonal, impõem-se possantes contrafortes de sustentação. Na empena sobressai uma cruz datada já de 1572.

No interior, de nave única com cobertura em madeira, destaca-se, logo à entrada, uma pia-de-água-benta manuelina com inscrição, cuja concha se encontra inferiormente rematada por pinha.

Um arco abatido – assente sobre colunas e capitéis manuelinos – conduz à capela-mor.

Tanto o arco, como as mísulas de onde arrancam as nervuras chanfradas da abóbada de cruzaria e respectiva chave são, igualmente, de inícios de quinhentos.

FONTE DA SAPINA

IHAs 177.10.6191.01



Localização: Odrinhas
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista e Manuelina
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Em depressão existente em rasgado largo da aldeia de Odrinhas ergue-se, imponente, a antiga Fonte da Sapina, a qual, apesar da sua cronologia se circunscrever aos finais do evo setecentista é tipologicamente similar aos fontanários de Cabrela e de Sintra, ambos datáveis dos finais dos séculos XV ou inícios do XVI.

A chafurda encontra-se protegida por edifício de secção quadrangular com cúpula. Acede-se ao tanque através de pétreo arco abatido onde, na face exterior, permanece inscrita, em cartela de moldura simples, a data de 1784.

Num dos lados, e prolongando o edifício-fontanário, surge-nos uma mina ou reservatório com amplo vão enquadado por largas cantarias, e, no lado oposto e trespassado murete de separação, subsiste grande tanque para beberagem do gado.

FONTE DO FUNCHAL

IHAs (a atribuir)



Localização: Funchal

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A fonte ocupa amplo terreno, na beira do caminho e o seu cunho rural acentua-se na própria estrutura do fontanário, acrescentado com tanque-bebedouro para animais. A chafurda terá sido modificada em finais do evo oitocentista, conforme lápide epigrafada aposta sobre a possante bica, então ali colocada, que rasa o tanque — C. M. / 1892 — encontra-se protegida por edifício de abertura ampla de vão recto, enquadrado por cantarias. Da frontaria nasce um murete de protecção ao qual está subjacente a pia. Alguns blocos mal aparelhados protegem o estanco, e uma grande laje vertical impede a entrada das reses à nascente. Num dos lados, e prolongando o edifício-fonte, surge grande muro onde se engastam os escabelos. No lado oposto, uma barroca protege o tosco tanque destinado a bebedouro dos animais.

FONTE DO OLHEIRO

IHAs 119.10.6191.01



Localização: Cortesia

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Rural

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Fonte de chafurda inscrita em edifício abobadado, de cuja frontaria nasce arco de volta — rematado a azul e pequenos floreios e sobrepujado com lápide onde se inscreveram as datas de 1886 e 1976 — com murete ao qual está subjacente a pia da água que jorra da bica. Contígua a esta estrutura subsiste raso tanque destinado a bebedouro de animais.

A partir da estrutura abobadada, os muros pintados com ramos de cravos, envolvem o recinto e, num recanto, o banco de mármore convida ao repouso. Grande laje vertical impede a entrada das reses à nascente, mural perfeito para nos festejos de São João enfeitar e tingir de símbolos populares.

FORTE VELHA OU FONTE DE CABRELA

IHAs 066.46.1910.1



Localização: Cabrela

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Classificada como Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 5/2002, de 19.2.2002)

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista e Manuelino

Autor(es): -

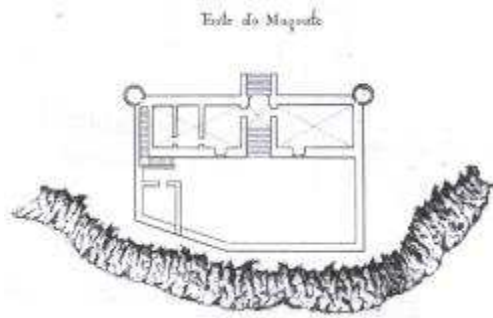
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta fonte, de finais do século XV ou inícios da centúria seguinte, é constituída por tanque de chafurda inscrito em edifício de planta quadrangular. Exteriormente sobressai uma cúpula semi-esférica de alvenaria, trabalhando, no interior, pequena abóbada cruzada. No alçado principal, o rasgado vão de acesso ao fontanário está superiormente rematado por pétreo arco canopial. Permanece adossado ao edifício do fontanário um tosco tanque de pedra destinado a bebedouro dos animais.

FORTE DE SANTA MARIA

IHAs 100.10.3120.01



Localização: Magoito

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem.

Enquadramento: Rural

Proteção: Inventariado

Fundação: Século XVII

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: C.M.S.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Imediatamente a norte da vasta língua de areia fina e doirada da pinturesca Praia de Magoito, confundindo-se com a pedra escura da arriba – e sobranceira a ela própria – abre-se à imensidão oceânica o Forte de Santa Maria, muito provavelmente, edificado nos finais do reinado de D. João IV ou durante a regência de D. Pedro II. Mas, seja como for, esta bateria onde permanecia uma pequena guarnição militar, surge já referenciada na *Chorographia Portugueza*, de 1712, e, em articulação com uma série de outras fortificações similares, integrava o sistema defensivo da costa. A vivência quotidiana desta fortaleza esteve, porém, intimamente ligada às gentes da vizinha aldeia de Magoito. Com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, o Forte de Santa Maria padeceu grande ruína.

As modificações estruturais entretanto introduzidas no próprio devir histórico oitocentista, tais como a erradicação definitiva da pirataria e a cessação das guerras com o vizinho reino ditaram, contudo, a progressiva decadência das fortalezas que protegiam esta costa e, num sentido mais lato, a entrada da Barra de Lisboa.

O Forte de Santa Maria, todavia, acabaria por ser reabilitado, já não num contexto defensivo, mas sim como um ponto de vigia e controlo marítimo. Neste âmbito, em pleno Estado Novo, procedeu-se à recuperação da cintura muralhada e construiu-se um edifício onde se instalou um sistema de radar que, hoje, é da responsabilidade da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONSOLAÇÃO

IHAs 032.10.4110.01



Localização: Assafora
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A fundação da igreja de Nossa Senhora da Consolação remontará ao século XVI.

Localizado num amplo terreiro à entrada da aldeia da Assafora, este templo encontra-se precedido por um alpendre que se prolonga ao longo da fachada sul, onde se salienta o subtil jogo “claro-escuro” formado a partir da colunata, impondo-se, no ângulo sudoeste, um curioso relógio de sol setecentista.

No interior, esta igreja apresenta uma só nave e um bem lançado arco triunfal conduz à capela-mor, aliás muito profunda, destacando-se ali o retábulo de madeira.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

IHAs 033.10.4110.01



Localização: Fontanelas

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista, Maneirista e Pombalino

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Templo de provável origem quinhentista e precedido de galilé que corre ao longo da nave, tem sido adulterado ao longo dos tempos por sucessivas reformas, sendo de destacar a campanha do século XVII e, depois de ter sofrido grande ruína com o terramoto de 1755, foi “reerguida” no chamado estilo pombalino, com principal destaque para o pórtico axial.

Tendo-se esmorecido a fé na Senhora, o templo foi caindo em decadência. Mas, já em plena centúria novecentista, e renovando-se o fervor de antanho, a Igreja de Nossa Senhora da Esperança foi alvo de profunda remodelação que deixou visíveis apenas algumas marcas de outrora.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO BAPTISTA E PÓRTICO AXIAL DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS

IHAs 074.10.4110.01

*Localização:* S. João das Lampas*Freguesia:* União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem*Enquadramento:* Urbano*Protecção:* Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público (Pórtico axial manuelino - Decreto nº 8252, de 10.7.1922); e Despacho do Ministro da Cultura de 21.6.2004, que determinou o alargamento da classificação à respectiva igreja e adro).*Fundação:* Século XV*Estilo(s) arquitectónico(s):* Renascentista, Manuelino e Barroco*Autor(es):* -*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA**

A igreja paroquial de São João Baptista contempla já vários séculos de existência. Apesar dos primeiros documentos conhecidos datarem do século XV, precisamente de 1421, é muito possível que a primeira estrutura ali existente possa ter surgido ainda nos séculos XIII ou XIV. Arquitectonicamente inscreve-se no conjunto dos templos religiosos da característica região saloia, munido de torre sineira e alpendrada que percorre as fachadas nascente e meridional. Apresenta uma planta longitudinal dividida por dois rectângulos justapostos que correspondem à abside e à nave. A estrutura arquitectónica sofreu ao longo dos séculos várias alterações ao projecto original que não apresentaria uma estrutura tão complexa como aquela que agora existe.

A primeira grande campanha de obras foi executada ainda no tempo do Rei D. Manuel I, do qual herdamos o magnífico portal axial, que se insere na fachada principal da referida igreja.

O pórtico, envolvido por painéis de azulejo figurados, é de arco canopial com colunelos de bases oitavadas. O interno é liso e o capitel facetado; o externo é torso, decorado com flores quadriplicadas, capitel cogulhado e, superiormente, nos ângulos do arco cresce em hastes rematadas por cogulhos de vegetação. O intradorso dos colunelos e arco é esculpido com elementos fitomórficos e, junto à base e o outro do arco, com carrancas.

Nos séculos XVII e XVIII outras campanhas terão sido realizadas mas contemplando sobretudo o interior e o alpendre. No século XX o templo sofreu grandes obras de intervenção, nomeadamente ao nível da conservação, restauro e beneficiação e a acoplagem, ao corpo principal, de volumes de apoio à própria vida religiosa da freguesia. Estas últimas intervenções, que decorreram a partir da segunda metade do século XX, foram da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO JOÃO DEGOLADO DA TERRUGEM

IHAs 092.04.4110.01



Localização: Terrugem

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como Imóvel de Interesse Público - Decreto nº 44075, DG 281 de 5.12.1961 e Despacho do Ministro da Cultura de 21.6.2004, que determinou o alargamento da classificação para inclusão do respectivo adro. A portaria nº 143/2014 da Secretaria de Estado da Cultura (D.R., 2ª série, nº 37, de 21.2), amplia a área classificada, redenomina a sua classificação e categoria como MIP – Monumento de Interesse Público.

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Manuelino, Maneirista, Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

É possível que a primeira estrutura aqui construída remonte ao século XV. Porém, a campanha manuelina de inícios da centúria quinhentista foi, sem dúvida, a mais importante. Apresentando uma planta longitudinal composta por nave única rectangular e capela-mor também rectangular; precede-a alpendre que contorna para o flanco direito e torre sineira quadrangular (certamente anexados no último quartel do século XVIII); no flanco esquerdo adossam-se ainda outras construções de apoio. O seu interior é revestido a azulejos de padrão com dois níveis e coro-alto; no lado do Evangelho, púlpito quadrado com base de mármore e baptistério, com painel de azulejos policromos figurando "Baptismo de Cristo".

Dois altares laterais com frontão triangular acolhem imagens; ao lado duas telas; arco triunfal em asa de cesto com arquivolta torsa e intradorso com flores quadrifoliadas. Encima-o registo azulejar policromo figurando Nossa Senhora da Conceição. Cobertura com tecto de masseira. Capela-mor coberta por abóbada de cruzaria de dois tramos com houtes esculpidos. Revestimento quase integral com azulejos de padrão. Retábulo em mármore com vão central entre colunas apoiando frontão triangular, com símbolo do Espírito Santo, ladeado por dois nichos sobrepujando portas de vão rectangular.

MOINHO DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS

IHAs 365.10.7170.01



Localização: S. João das Lampas
Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Rural
Protecção: Inventariado
Fundação: -
Estilo(o) arquitectónico(o): Vernáculo
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Moinho de vento, de forma abaulada, outrora com três pisos.

Trata-se de uma robusta construção em pedra e cal, de planta circular, cujo tejadilho – o capelo – ostenta soberbo mastro e imponente velame. O edifício é composto pela porta de entrada, por duas janelas no piso superior e uma no intermédio. Distingue-se, ainda, o frechal em pedra. O mastro ostenta a imponente velame e “búzios”.

À semelhança da maior parte dos moinhos existentes no território sintrão, possui um sistema de rotatividade do tejadilho, ou seja, o sistema é manuseado por meio de um sarilho que permite ao moleiro orientar o velame segundo a direcção do vento. No seu interior é, ainda, possível observar o engenho principal – a entrosga – de braços largos com dentes que se engatilham no carreto que, pela força do vento, faz rodar as mós, permitindo a moagem do milho e do trigo.

Foi alvo de obras de recuperação em 1988 efectuadas pelo Parque Natural Sintra-Cascais, tendo-lhe sido retirado o piso intermédio, facilitando deste modo, a entrada de visitantes.

SINTRA

CADEIA COMARCÃ DE SINTRA

IHAs 128.05.5120.01



Localização: Rua João de Deus, N° 2 – Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Classificação em estudo
Fundação: 1909
Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalismo eclético
Autor(es): Adães Bermudes
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CARROLO, Mariana, “Cadeia Comarcã de Sintra: Um edifício entre dois tempos” in CAETANO, Maria Teresa (Directora), Revista Tritão, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2012

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Cadeia Comarcã de Sintra, projectada pelo Arquitecto Adães Bermudes (Porto, 1864 - Paiões, Rio de Mouro – 1948) resultou do conjunto de melhoramentos levados a cabo em Sintra, no princípio do século vinte, no que respeita a edifícios públicos. Ficou concluída em 1906, sendo o responsável pelo conjunto de obras o empregado João da Silva Pascoal. A inauguração data de 1909.

A decisão de construir um novo estabelecimento prisional em Sintra, fora tomada em 1894 com vista a substituir a anterior prisão, que se situava no centro da Vila Velha, no edifício do actual posto dos correios, junto à Torre do Relógio e à Igreja de São Martinho. Esta constituía um quadro muito degradante, à vista de quem passava, dadas as horríveis condições infligidas aos reclusos, que pediam esmola aos transeuntes através das grades.

O local escolhido para a edificação da nova cadeia, foi o do velho cemitério de São Sebastião, tendo sido submetido a difíceis trabalhos de terraplanagem, agravados pela complexa necessidade de transferir os túmulos para o Cemitério de São Marçal, que ainda decorriam em 1908.

A sua desactivação data de 1969, sendo a cadeia oficialmente extinta em 1 de Outubro de 1972. Desde então, o edifício foi quartel da Legião Portuguesa, tendo sido ocupado pelo Partido Comunista Português em 1974. Entre tentativas de para ali serem transferidos os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 1979 e em 1990, a antiga cadeia, pertença do património privado da Câmara Municipal de Sintra, foi, em 10 de Agosto de 1984, cedida a título gracioso por 50 anos, ao Grupo 93 de Sintra da Associação dos Escoteiros de Portugal, para a instalação da secretaria, recolha de material de campo e concentração dos filiados.

Com laivos ultra-românticos, de um revivalismo eclético, foi concebida imitando uma fortaleza medieval de planta centralizada hexagonal e volume único de desenho composto, no interior da qual as celas convergiam para um pátio, utilizado durante o dia como local de trabalho dos encarcerados. Quanto ao exterior, os lados do hexágono são ligados por uma série de merlões, pequenas torres e guaritas de sentinela.

De três pisos, a cadeia possui uma cobertura em terraço, telhado de quatro águas, de telha tipo Marselha e clarabóia de vidro. O alçado principal, com porta de verga recta, é protegido por portões de ferro, pórtico e colunas, existindo uma janela com trabalho de cantaria “neomanuelino”.

Os alçados são em alvenaria retocados e pintados, rasgados por vãos, com caixilharias de madeira, com uma folha na cela e duas nas dependências da guarda, em que as primeiras são protegidas por grades de ferro.

O interior apresenta-se com cobertura em forro de madeira e abobadilhas, rebocadas e pintadas tal como as paredes. O pavimento é em soalho nas dependências da guarda e administração e em betonilha nas restantes. A circulação vertical do piso térreo para o primeiro piso faz-se por escadas de madeira, iluminadas por lanternim com vidros, e entre o segundo piso e o terraço, encontramos uma escada de ferro em caracol. As dependências com portas de madeira vêem as suas celas abrirem-se no sentido da fuga, bem como as da guarda arrumos e administração. Por outro lado, as de segurança, entre áreas abrem no sentido oposto.

A sua classificação encontra-se em estudo na Direcção Geral do Património Cultural por proposta da Câmara Municipal de Sintra de 2005.

CAPELA DE SÃO LÁZARO

IHAs 026.06.4120.01



Localização: São Pedro de Penaferrim

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Classificada como IIP

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A pequena capela votiva a São Lázaro, situada não muito longe da igreja matriz de São Pedro de Penaferrim, terá sido fundada ainda no século XV. Não foram encontrados até ao momento documentos que nos confirmem a data exacta da sua fundação, porém, alguns investigadores apontam o período após 1491 como o mais provável para a sua edificação.

No interior da capela as pedras de fecho da abóbada da nave ostentam as armas do reino de Portugal, um pelicano que se fere no próprio peito – símbolo da empresa do rei D. João II - e, um camaroeiro - símbolo da empresa da rainha D. Leonor. Se a abóbada e as respectivas pedras de fecho forem do mesmo período da fundação da capela, então a data apontada poderá estar correcta uma vez que o camaroeiro foi adoptado pela empresa da rainha, em 1491, após a trágica morte do príncipe herdeiro, o infante D. Afonso, num suspeito acidente de cavalo na valada de Santarém. Contudo as pedras de fecho podem ter sido acrescentadas posteriormente e a capela ter sido consagrada uns anos antes. É pouco provável que remonte a data anterior ao início do último quartel da centúria de quatrocentos. A pequena capela, que tudo leva a crer que foi erigida por iniciativa da rainha D. Leonor, fazia parte da Gafaria de Sintra e estava anexa ao Hospital do Espírito Santo.

O templo apresenta uma planta longitudinal de dois rectângulos, justapostos e escalonados, que correspondem à nave e à capela-mor. A cobertura é feita por telhados de duas (na nave) e três águas (na abside). O portal axial, nitidamente manuelino, é composto por um arco deprimido notavelmente decorado por uma moldura em corda simples que assenta em bases facetadas e aneladas. Sobre o portal uma pequena janela rectangular encimada pelas armas da rainha D. Leonor, denunciando assim o patrocínio régio.

O despojado interior apresentava, inicialmente, uma nave única iluminada pela janela existente sobre o portal axial e por duas outras, assimétricas, rasgadas nas paredes laterais do templo, actualmente a janela do lado do evangelho encontra-se entaipada persistindo apenas a que se encontra do lado da epístola, que, comunicava com a gafaria e que permitia aos gafos assistir aos ofícios divinos. A abóbada de cruzaria, de dois tramos, apresenta nervuras torsas e lisas suportadas por mísulas facetadas e rematadas por três bocetes heráldicos representando as armas do reino, o símbolo da empresa do rei D. João II e o símbolo da rainha D. Leonor.

A passagem da nave para a capela-mor é feita por um pequeno arco triunfal, rebaixado, de moldura facetada. A pequena capela-mor tem uma cobertura em abóbada polinervada, em formato de estrela, suportada por mísulas facetadas. As pedras de fecho apresentam decoração fitomórfica e heráldica, nomeadamente o camaroeiro e o brasão real. A pequena mesa litúrgica apresenta-se revestida com azulejos hispano-árabes de aresta, porém

originalmente não teria este tipo de revestimento que, muito provavelmente, terá sido executado já no século XX aproveitando azulejos de séculos anteriores.

No primeiro quartel do século XVI, a capela deve ter sido alvo de obras de beneficiação patrocinadas pela rainha D. Leonor. A gramática manuelina patente nas mísulas, em algumas nervuras da abóbada da nave e na moldura do portal axial confirmam a intervenção já no reinado de D. Manuel I, irmão da rainha. Por seu lado, a heráldica da rainha garante-nos o seu patrocínio.

A 26 de Setembro de 1545 a gafaria, que já se encontrava desocupada, e o hospital passam por ordem de D. João III para a jurisdição da Santa Casa da Misericórdia. Em 1655, temos notícia de uma petição que tinha como objectivo eliminar um curral de vacas que Brás Gonçalves executou em frente da capela. O terramoto de 1 de Novembro de 1755 não afectou a estrutura, ao contrário do que aconteceu com muitos outros templos. A igreja de São Miguel, nas proximidades, ficou bastante arruinada em consequência do trágico incidente o que originou a transferência do culto para a capela de São Lázaro.

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, a Ermida de São Lázaro fora, conforme a invocação do seu orago aponta, lazareto ou leprosaria, sendo então administrada pela Santa Casa da Misericórdia de Sintra.

Durante o século XIX, não temos notícias relacionadas com o pequeno templo, provavelmente nem estaria aberto ao culto. No início dos anos 30 do século XX, a capela ameaçava ruína, certamente devido a um alargado período de abandono. Assim, em finais da mesma década foi alvo de obras de consolidação, conservação e restauro. Mais tarde nas décadas de quarenta, cinquenta e noventa, voltou a ser alvo de intervenções de manutenção.

A criação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, em 15 de Agosto de 1498, pela rainha D. Leonor, permitiu um avanço social significativo para o Portugal do século XVI. A biografia da rainha mãe (assim chamada após a morte do marido – D. João II) é notável. Terá sido uma das mulheres mais importantes do seu tempo e, seguramente, uma das maiores da história de Portugal. Nasceu na cidade de Beja em 2.5.1458 e morreu na cidade de Lisboa em 17.11.1525. Rainha de Portugal entre 1481 e 1495 pelo seu casamento com seu primo D. João II, era filha do infante D. Fernando (irmão de D. Afonso V) e de D. Brites. Nomeada regente do reino por duas vezes: a primeira, em 1476, quando o rei D. Afonso V e o príncipe D. João iniciaram a campanha que levou ao término da Batalha de Toro; e, a segunda, em 1498, durante a luta que opôs o rei D. João II à poderosa nobreza. Certificou-se que o trono de Portugal seria herdado pelo seu irmão e duque de Beja, que viria a ser D. Manuel I. As suas obras sociais foram significativamente importantes. Para além das misericórdias, que perduraram até à contemporaneidade, ordenou a criação de um hospital termal, onde promoveu a hidroterapia, e que em sua memória lhe chamaram Caldas da Rainha. Foi protectora das artes e das letras, fundou o convento da Anunciada e da Madre de Deus em Lisboa e, segundo alguns investigadores, poderá ter ordenado a execução das hodiernamente conhecidas como capelas imperfeitas do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha).

CASA DE FRANCISCO COSTA

IHAs 080.05.1120.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XX (1926-1929)
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es): Raúl Lino
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A casa de família do historiador e escritor sintrense Francisco Costa foi idealizada pelo próprio e projectada pelo importante arquitecto português Raul Lino, autor de várias casas no edílico cenário sintrense, incluindo a sua própria casa que não dista muito desta de que falamos agora. A licença solicitada à Câmara Municipal de Sintra para a sua construção data de 23 de Agosto de 1926 e foi deferida no dia 30 do mesmo mês.

A casa terá sido terminada em 1929, momento a partir do qual a família a ocupou, e manteve-se sempre na sua posse até à morte da filha de Francisco Costa em 2006. Francisco Costa foi um importante poeta, ensaísta e romancista e foi ali que escreveu toda a sua obra. Na parede da fachada principal da vivenda mandou colocar um painel de azulejo com o poema *A Casa* da sua autoria:

*Quando esta casa, feita mesmo em frente
Da Serra Verde, ainda mal se erguia,
E as traves da futura moradia
Eram belos pinheiros, simplesmente,*

*Houve uma tarde, sob um sol ardente,
Em que o suor em bagas escorria
Da testa dos pedreiros e fazia
Da cal e areia uma argamassa quente.*

*Hoje, há paredes contra os vendavais,
Mas é cá dentro que soltamos ais
Nos dias mais aflitos ou mais duros.*

*Enquanto gemem temporais lá fora,
Pagamos nós em lágrimas, agora,
A dor incorporada nestes muros.*

A casa, com uma deslumbrante vista sobre a serra de Sintra a partir da sua parte meridional, apresenta uma volumetria paralelepípedica de três pisos. A composição das divisões e as fachadas correspondem à estética da casa portuguesa tão típica nos projectos do arquitecto Raul Lino.

No seu testamento, Francisco Costa expressou vontade do seu espólio e património reverterem a favor da Santa Casa da Misericórdia de Sintra. A sua filha e herdeira, D. Isabel Costa, fez-lhe a vontade entregando os bens àquela instituição deixando para si o usufruto da casa até à data da sua morte. Contudo, a Santa Casa da Misericórdia de Sintra revelou pouco ou nenhum interesse na conservação e preservação da casa levando a que D. Isabel Costa doasse a mesma à Câmara Municipal de Sintra. Desde 2006, altura em que faleceu, a propriedade encontra-se na posse desta instituição.

CASA DO CIPRESTE

IHAs 127.05.1120.01

Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra*Freguesia:* União das Freguesias de Sintra*Enquadramento:* Urbano*Protecção:* Imóvel de Interesse Público;

Portaria nº 722/2005, 29.06.2005.

Fundação: Século XX (1912-1914)*Estilo(s) arquitectónico(s):* Contemporâneo*Autor(es):* Raul Lino, arquitecto*Fontes documentais e/ou bibliográficas:*

AUTORES VÁRIOS, *Raul Lino – Exposição retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, 1970; Jorge SEGURADO, “Raul Lino”, in *Belas Artes*, Lisboa, 1975; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997-1998, 6 vols.; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Sintra - A Vila Velha – Ronda pelo Passado*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1978; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Velharias de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1980-1990, 6 vols.; Pedro Vieira de ALMEIDA, José Manuel FERNANDES, *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, vol. 11 (“Do Romantismo ao Fim do Século”); José Cornélio da SILVA, Gerald LUCKHURST, *Sintra – A Paisagem e as Quintas*, Lisboa, 1989; Irene RIBEIRO, *Raul Lino – Pensador Nacionalista da Arquitectura*, Porto, 1994, 2ª edição; José Cardim RIBEIRO (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1996; Cláudio SAT, José Luís QUINTINO, *Raul Lino (1879-1974)*, Editorial Blau, Lisboa, 2003;

**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

Esta moradia de residência privada situa-se no antigo arrabalde da vila de Sintra, junto à encosta do Castelo dos Mouros, implantando-se num terreno irregular e rochoso de elevado declive, caracterizando-se pela existência de cotas diferenciadas.

O seu proprietário e projectista, o Arqº Raul Lino, desenha em 1907, um primeiro esboço respectivo, designando então o local como “A Pedreira”, sita em terrenos pertencentes ao seu pai. Em 1912-1914, decorre a campanha de obras da sua construção, com coberturas telhadas e painéis azulejares desenhados pelo seu próprio proprietário e produzidos numa fábrica paterna em Telheiras, recuperando-se e reinventando-se elementos decorativos tradicionais, mantendo-se actualmente o imóvel ainda na propriedade familiar.

O edifício apresenta uma planta orgânica e naturalista de articulação volumétrica serpenteante de corpos estruturais com diversas morfologias, áreas e alturas, cobertas com telhados escalonados e diferenciados de número variável de águas, desenvolvendo-se em cinco pisos com caves e cobertura.

Exteriormente, caracteriza-se pela textura de reboco pintado, com panos murais rasgados por vãos de verga recta com moldura simples de cantaria, ao passo que a espacialidade interior se define pela centralidade axial de

um vestíbulo desde o qual se desenvolve uma escadaria conducente aos pisos superiores e corredor em ângulo recto que comunica com todas as divisões do imóvel e determina a distribuição dos principais compartimentos.

Funcionalmente, encontram-se: no piso térreo, a zona de serviços concentrada a Norte e a zona social voltada a Oeste e Sudoeste, com sala de refeições oval e sala de estar octogonal; no primeiro piso, a zona privada localizada a Sul com acesso de corredor e compartimentos intercomunicantes. Adicionalmente, destacam-se ainda o jardim envolvente, uma arcada de volta perfeita em ângulo recto e uma varanda rectangular com vãos arcares de volta perfeita.

CASA DOS PENEDOS

IHAs 059.03.1120.01

Localização:

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção:

Fundação: Século XX (1922)

Estilo(s) arquitectónico(s): Neorrenascentista

Autor(es): Raúl Lino, arquitecto

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AUTORES VÁRIOS, *Raul Lino – Exposição retrospectiva da sua Obra*, Lisboa, 1970; Jorge SEGURADO, “Raul Lino”, in *Belas Artes*, Lisboa, 1975; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997-1998, 6 vols.; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Sintra - A Vila Velha – Ronda pelo Passado*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1978; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Velharias de Sintra*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1980-1990, 6 vols.; Pedro Vieira de ALMEIDA, José Manuel FERNANDES, *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, vol. 11 (“Do Romantismo ao Fim do Século”); José Cornélio da SILVA, Gerald LUCKHURST, *Sintra – A Paisagem e as Quintas*, Lisboa, 1989; Irene RIBEIRO, *Raul Lino – Pensador Nacionalista da Arquitectura*, Porto, 1994, 2ª edição; José Cardim RIBEIRO (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1996; Cláudio SAT, José Luís QUINTINO, *Raul Lino (1879-1974)*, Editorial Blau, Lisboa, 2003;



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Vila de Sintra é formada por um conjunto significativo de edificações que abarcam os mais distintos períodos históricos. Desde o período muçulmano até à contemporaneidade são muitas as estruturas arquitectónicas que ali podemos encontrar. Local de eleição para muitas das mais importantes e abastadas famílias do país, Sintra, encontra aqui e ali palácios de contos de fadas fruto do sonho e da carteira dos seus proprietários.

A Casa dos Penedos é um desses casos. A abastada família de Carvalho Machado Ribeiro Ferreira, que eram detentores de uma considerável fortuna devido a investimentos na área financeira, tinham a sua residência permanente em Lisboa, localizada na privilegiada avenida Fontes Pereira de Melo e edificada entre 1902 e 1906 (entretanto demolida para dar lugar a um prédio). Para a sua residência de veraneio, a edificar em Sintra em 1922, convidaram um dos melhores arquitectos portugueses – Raúl Lino, a quem de resto já tinham recorrido para as casas de Lisboa e de Cascais. Situada na encosta voltada a Norte da serra de Sintra, a casa tem uma vista privilegiada para o Palácio Nacional de Sintra, para a própria vila e ainda uma vista desafogada para a zona saloia que mergulha na imensidão do mar Atlântico.

Para a realização dos seus projectos arquitectónicos, Raul Lino, muitas vezes, escolheu locais de difícil implantação. A Casa do Cipreste, localizada alguns metros mais adiante, e a Casa dos Penedos são um bom exemplo disso. Contudo a especialidade de Raúl Lino é integrar estruturas e harmonizá-las com o seu meio

natural envolvente. No vasto número de obras que realizou, muitas foram as que contemplaram intervenções em pré-existências com várias centenas de anos, como por exemplo o Palácio Nacional de Sintra.

No caso da Casa dos Penedos, o desafio era imenso. O terreno apresentava um grande declive e havia que encaixar ali um palácio residencial. Como acontece frequentemente nos projectos de Raúl Lino, os vários espaços articulam-se a partir de uma profusão de volumetrias escalonadas ou desniveladas. Para este projecto, um palácio de veraneio, havia que criar uma série de estruturas, nomeadamente dependências destinadas aos funcionários e ao serviço, compartimentos vários, arrumos, uma parte residencial para os proprietários e eventuais hóspedes, várias salas de aparato e ainda uma parte social onde estaria incluído um magnífico salão de baile. Tratando-se de uma família aristocrática, nenhuma destas dependências poderia ser descartada.

Os vários corpos que compõem o conjunto desenvolvem-se horizontalmente no sentido Este-Oeste e apresentam coberturas diferenciadas com telhados de duas, três e quatro águas e dois coruchéus piramidais. É a partir do edifício central, o de maiores dimensões, que se organiza todo o conjunto. Pela cota mais alta, virada a Sul, é feita a entrada principal. A massa divide-se por três pisos. A fachada virada a Norte apresenta vãos ritmados e emoldurados a cantaria. As janelas do andar principal são de sacada e as do piso superior de peito. Ao volume central adossam-se transversalmente dois volumes quadrangulares nas extremidades apresentando janelas de sacada providas de varanda de cantaria no andar nobre. Na entrada principal, encontramos três arcos cegos de volta perfeita. Da esquerda para a direita, o primeiro corresponde à porta, o segundo apresenta um rasgo longitudinal que inunda o interior do vestíbulo de entrada e o terceiro está completamente cego. Porém, os dois últimos apresentam-se decorados com painéis azulejares de grande qualidade plástica de gramática *arte deco*.

No interior do palácio, é evidente o cuidado com que foram tratados os pequenos detalhes. A grande qualidade dos materiais naturais utilizados como a madeira, a pedra e os mármore; o grande aproveitamento da luz natural; os magníficos painéis de azulejos e vários outros elementos que fazem deste palácio uma residência aristocrática de excepção.

CASA GÓTICA – CELEIRO DA JUGADA

IHAs 239.03.1120.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. I.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Este edifício reveste-se de um grande interesse histórico-arquitectónico, constituindo um conjunto estrutural integrado no tecido urbano envolvente e caracterizando-se por uma volumetria de massa dominante horizontal e composta por corpos justapostos num piso único e coberta por um telhado original de duas águas.

Exteriormente, apresenta uma fachada principal voltada a Este, com duas portas de moldura rectangular, intercaladas por duas janelas transversais gradeadas, e uma outra de maiores dimensões em arco rebaixado, estando inscrita num pano murário com uma empena curva rematada em cornija sob um beiral.

Interiormente, organiza-se com três salas comunicantes por vãos diferenciados com dois arcos plenos, um arco recto com vestígios de arco pleno e outro em arco quebrado de cantaria de arquivolta única com pés direitos e aduelas facetadas e impostas salientes. Nas paredes, surgem ainda alguns vãos de molduras rectangulares, além do pavimento de lajes pétreas e da ausência de cobertura e travejamento.

A respectiva análise arquitectónico-estrutural refere-nos que a eventual época de construção deste imóvel datará do séc. XV e que terá havido uma provável reconstrução ou ampliação setecentista (provavelmente após o terramoto de 1755), assinalada com a introdução da porta em arco rebaixado sob uma empena curva.

Esta construção terá talvez integrado o conjunto de casas representadas por Duarte d'Armas nos seus desenhos patentes no *Livro das Fortalezas de Portugal* (1507), surgindo ainda referenciada no mapa do Capitão de Engenharia José António de Abreu (1850) como "Antigo Celeiro das Jugadas", sendo então propriedade municipal com uma funcionalidade tributária agrícola.

CASINO DE SINTRA / MU.SA

IHAs 255.05.6220.01

*Localização:* Sintra*Freguesia:* União das Freguesias de Sintra*Enquadramento:* Urbano*Protecção:* Inventariado*Fundação:* Século XX (1924)*Estilo(s) arquitectónico(s):* Modernista*Autor(es):* Norte Júnior, arquitectura; Júlio Fonseca, empreiteiro; Dr. Alves Sá, decoração azulejar; Benvindo Ceia, pintura a óleo; Caetano Nogueira, Engº Vasconcelos Correia, Cecil MacKee, artes decorativas.*Fontes documentais e/ou bibliográficas:*José Sarmento de Matos, *História do Casino ou os Equívocos de um Tempo Sintrense*, Câmara Municipal de Sintra, s. l. [Sintra], 1997.**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

O Casino de Sintra, edificado no Bairro da Estefânia, fora um equipamento sócio-cultural e lúdico-turístico promovido sob iniciativa da Sociedade de Turismo de Sintra. Esta entidade fora constituída pelo capitalista Adriano Júlio Coelho, bem como por Dr. Álvaro Vasconcelos, Dr. Virgílio Horta, Carlos de Oliveira Carvalho e José Bento da Costa – enquanto Directores do Casino.

Construído apenas em 15 meses, o Casino de Sintra fora inaugurado em 1 e 2 de Agosto de 1924 (em pleno auge da estação estival), devendo-se o seu projecto ao Arqº Norte Júnior, a sua empreitada ao promotor e construtor imobiliário Júlio Fonseca, a decoração azulejar ao Dr. Alves Sá, a pintura a óleo a Benvindo Ceia, a arte decorativa a Caetano Nogueira, ao Engº Vasconcelos Correia e a Cecil MacKee.

Consequentemente à inauguração da circulação ferroviária em Sintra em 1887, com o seu inerente progresso económico regenerador e entusiasmo social burguês, a criação urbanística do novo bairro residencial da Vila Nova da Estefânia determina o surgimento do projecto cosmopolita do Casino na década de 1920.

O prospecto arquitectónico contrastante e vanguardista em estilo modernista deste equipamento lúdico e centro cívico caracteriza-se por uma traça harmónica e esbelta, bem como por uma localização geográfica periférica de eventual ruptura com um centralismo urbano elitista e retrógrado do Romantismo aristocrático e burguês oitocentista, consistindo o seu propósito estratégico sócio-cultural pela fidelização elitista de uma burguesia republicana emergente e endinheirada com fortunas criadas durante a Primeira Guerra Mundial.

A periferia urbanística do Casino representa uma perspectiva vanguardista e visionária de Sintra como uma localidade cosmopolita e competitiva centrada num turismo moderno internacional de veraneio requintado e luxuoso e em ruptura com o arcaísmo nobiliárquico do seu centro histórico, à parte a sua evocação legitimadora byroniana.

Arquitectonicamente, este edifício simétrico é composto de dois panos laterais rectilíneos fenestrados e maciços enquadrando um pano central dotado de uma colunata e varanda, animando-se a fachada com os janelões laterais em arco do segundo piso. A cimalha é ornamentada com motivos vegetalistas e liras em relevo, além de

um óculo inscrevendo uma escultura em bronze de uma alegoria feminina semi-nua da Dança (da autoria do escultor José da Fonseca).

Interiormente, integrava um restaurante, um bar americano, um salão de exposições, um salão de festas e bailes, um salão de leitura e um salão de jogos de vasa, tendo o seu primeiro Director executivo sido Maurice Poudrel e o seu primeiro chefe de cozinha M. Basset, integrando ainda temporadas artísticas de nomes célebres do panorama musical, lírico e dançante internacional.

Desde a sua inauguração até 1929, o Casino de Sintra realizou uma actividade regular, pautada pela habitual frequência da sociedade sintrense e de figuras destacadas do Teatro, da Música e das Artes em geral. Seguidamente, até 1938, inicia a manifestação dos primeiros sinais de crise, escasseando os visitantes, em consequência de uma possível procura intensificada de novas actividades lúdicas e de lazer, aliadas à fruição geográfica balnear e termal (como no caso da Costa do Estoril).

Em Outubro de 1938, o Casino encerra, com uma morte anunciada pela presença dos primeiros escritos de aluguer colados nas janelas degradadas do edifício. Reabrirá em Agosto de 1945, adquirido em leilão pelo empresário industrial de saboaria Marques de Sousa, na sequência do armistício da Segunda Guerra Mundial, procurando recuperar o fausto social da década de 1920 com um breve período de entusiasmo pós-bélico assinalado com a animação do bairro da Estefânia com chás dançantes e jantares-concerto, edificando complementarmente o Cine-Teatro Carlos Manuel, um hotel, um ringue de patinagem, um campo de ténis, uma piscina – a que apenas um complexo edificado e planificado daria sentido.

Mais tarde, a Câmara Municipal de Sintra adquire o edifício no início de 1954, aí instalando o Liceu Nacional, a Repartição de Finanças e a Repartição de Registo Civil, perante uma enorme divisão polémica da opinião pública: entre quem considera supérflua a aquisição face à indispensável construção prioritária de um novo hospital, mercado e rede de iluminação pública; e quem afirmava ser um crime perder tal oportunidade de enriquecimento arquitectónico do património municipal imóvel.

Posteriormente, o edifício é completamente recuperado e requalificado, sendo aí inaugurado em 17 de Maio de 1997 o Sintra – Museu de Arte Moderna, integrando parcialmente a colecção artística contemporânea da Fundação Joe Berardo. Em 2012, aquele equipamento museológico encerra e em 2014 é aí instalado o Museu das Artes de Sintra (MU.SA).

CASTELO DE MONTE SERENO

IHAs 087.06.2150.01



Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: inventariado

Fundação: Século XX (c. 1925)

Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalismo neomedieval

Autor(es): Norte Júnior

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997-1998, 6 vols; Anne de Stoop, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986, p. 383.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O castelo de Monte Sereno é uma moradia residencial fortificada neo-medieval, sita na Serra de Sintra, mandada edificar na década de 1925 em estilo “*art déco*” pelo empresário sintrense comerciante de confeitaria José Gregório Casimiro Ribeiro e que popularmente se designava “Castelo de São Gregório”, projectada para constituir um equipamento hoteleiro.

Sendo interrompida a sua construção por falta de recursos financeiros, o edifício é adquirido quase arruinado por Ben e Esther Essel em 1933 e subsequentemente restaurado com a colaboração do Arqº. Jorge Santos.

CASTELO DOS MOUROS

IHAs 014.05.3110.01

Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Rural, isolado, implantação destacada.

Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910; Diário do Governo, 23.06.1910. Zona especial de protecção, Portaria nº 670/92, Diário da República, II Série, nº 150, 30.06.1999.

Fundação: Séculos VIII-XII

Estilo(s) arquitectónico(s): Árabe, Românico, Neo-românico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

CUNHA, António Augusto Rodrigues da, *Cintra Pinturesca, Collares e seus arredores*, Lisboa, 1838; CASTRO E SOUSA, António Dâmaso, *Investigação ao Castelo, situado na Serra de Sintra*, Lisboa, 1843; JORDÃO, Francisco de Almeida, *Relação do Castello e Serra de Cintra e do que ha que ver em toda ella*, 2.^a ed., Coimbra, 1874; JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pintoresca ou Memoria Descritiva da Vila de Colares e seus Arredores*, Lisboa, 1905; SOUSA, Tude e, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Lisboa, 1951; FONTES, Joaquim, *Exposição de Arte Sacra do Concelho de Sintra*, Sintra, 1955; COSTA, Francisco, *O Foral de Sintra de 1154*, Sintra, 1976; SERRÃO, Vitor, *Um ignorado templo pré-Românico: A Capela de S. Pedro do Castelo dos Mouros* in *Jornal de Sintra*, Ano 47, n.º 2382, 18 Abr. 1980, p. 1, 2, 6; n.º 2 383, 28 Abr. 1980, p. 1; n.º 2 384, 2 Maio 1980, p. 1; REAL, Manuel Luís, *Perspectivas da Flora românica da "escola" Lisbonense. A propósito dos dois capitéis desconhecidos de Sintra*, no *Museu do Carmo*, in *Separata Sintria, I-II*, Sintra, 1982; GIL, Júlio, *Os mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*, Lisboa, 1986; SALDANHA, António Nuno, *A Capela de S. Pedro de Canaferrim*, em Sintra in *AEDIFICIORUM*, Ano 1, 1 Jul. 1988, p. 35 - 39; RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Sintra. Património da Humanidade*, s. I., 1996; José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A herança cultural do concelho de Sintra é de tal forma importante que se compreende de imediato a sua classificação, pela UNESCO, como Património Mundial. Dos vestígios arqueológicos que se perdem na cronologia da noite dos tempos até ao inigualável património contemporâneo, Sintra, é, ainda hoje, um dos mais belos cenários resultantes da harmoniosa articulação entre Património e Natureza. A *finis terrae* do mundo antigo, como lhe chamaram os romanos, acolheu, ao longo dos séculos, milhares de criaturas vindas de outras parte do mundo conhecido de então, sobretudo do Oriente e de África. Uns fugidos à Justiça - por vezes dura e implacável - outros em busca de melhores condições de vida, o certo é que os mais variados tipos de pessoas viajaram e estabeleceram-se nesta zona do continente europeu. Sintra e a sua serra, foram o destino final para muitos povos conquistadores e/ou simples viajantes que, pelas características climáticas, naturais, estéticas, ou

porque simplesmente não tiveram outra alternativa aqui ficaram e deixaram, inevitavelmente, o seu testemunho para memória futura.

Os vestígios encontrados nas escavações arqueológicas, assim como o património edificado, revelam uma diversidade de ocupação verdadeiramente significativa. Desde a pré-história, passando por romanos, visigodos, mouros e judeus até que a dinastia dos Borgonha, na figura de D. Afonso Henriques, conquistou e definiu, na quase totalidade, o território ao qual hoje denominamos Portugal. No seu conjunto, tal é a riqueza patrimonial que nos legaram. Muitos desses vestígios, que hoje denominamos monumentos, tornaram-se verdadeiros *ex libris* da vila de Sintra. Um dos mais importantes é, sem dúvida, o “Castelo dos Mouros” que do alto da serra, denominada pelos romanos de “Monte da Lua”, vigia atentamente a serena vila de Sintra e toda a vasta planície saloia envolvente, que se estende até Mafra por um lado, e, até ao mar oceano, por outro.

As origens da fortificação, um dos únicos exemplares de arquitectura militar em Sintra, não estão ainda completamente esclarecidas. São várias as teorias aventadas pelos investigadores. Uns defendem que poderá ter tido origem no séc. VII e, conseqüentemente, no período de domínio dos visigodos. O principal facto que sustenta esta teoria é o aparelho utilizado na edificação das muralhas. Contudo, a maioria dos investigadores atribuem a fundação da fortaleza ao século VIII ou IX e neste caso ao período muçulmano. As fontes documentais, escusado será dizer, são bastante raras, contudo, encontramos uma descrição que Almunime Alhimiri fez de Sintra, baseando-se em fontes dos séculos XI e XII e, sobretudo, em descrições de Albakri e de Edrici que se referem à Sintra muçulmana. Numa dessas descrições podemos ler o seguinte: “ *Tem dois castelos que são de extrema solidez*”. Estes dois castelos são, obviamente, o “Castelo dos Mouros” e o Paço Real de Sintra. Indirectamente, temos esta confirmação em 1507 com desenhos de Duarte d’Armas. É certo que o paço da vila sucedeu ao antigo alcazar mouro, aquele a que Alhimiri designou de segundo castelo e que não seria mais que a residência das *wális* mouros, ainda que amuralhado e torreado.

O domínio árabe da península estava, contudo, ameaçado e principalmente a partir do final do século XI. Logo em 1093, D. Afonso VI de Leão tomou Sintra aos Mouros. Este foi um dos rápidos assaltos, e de pouca duração, uma vez que a ocupação durou apenas dois anos. A seguir, em 1109, Sigurdo, príncipe norueguês, tomou o castelo e mandou estrangular todos os muçulmanos que não quiseram receber o baptismo. Porém este ataque ainda não era o definitivo, nem o foi o que empreendeu logo de seguida o conde D. Henrique. Após a conquista de Lisboa, em 1147, a vila de Sintra e o seu castelo são entregues voluntariamente a D. Afonso Henriques. A este propósito escreveu o cruzado Osberno: “ *os de Sintra entregaram-se ao rei, depois de rendida a guarnição do seu castelo*”. Mais tarde, em 1154, D. Afonso Henriques concedeu foral a Sintra e entregou o castelo a trinta povoadores, que no fundo guarneciam e protegiam o castelo e toda a sua envolvente. Para a comunidade, ali residente, o rei, mandou construir a igreja de São Pedro de Canaferrim, que durante alguns séculos foi sede paroquial da freguesia de São Pedro. Este pequeno templo fundado no século XII servia uma vasta área de Sintra e, praticamente, todo o concelho de Cascais. Durante a crise de 1383-1385, Sintra, a vila das Rainhas, tomou o partido da rainha D. Leonor, e após a vitória de D. João Mestre de Avis, o castelo foi-lhe entregue sem grandes sobressaltos, apesar de ser um dos últimos a oferecer a sua rendição. A partir de finais do século XIV a pequena igreja românica e o próprio castelo entram em declínio e conseqüente abandono. D. João I executou obras significativas no paço de Sintra, o que alterou para sempre o futuro desta vila. O facto de a reconquista estar terminada e o centro da vida civil e religiosa se ter deslocado para o sopé da serra originou, paulatinamente, o abandono do castelo e da igreja de São Pedro de Canaferrim. Sabemos que no ano de 1493 a igreja já estava abandonada e as suas portas profanadas por judeus que viviam no castelo, curiosamente, por ordem régia. Em finais do século XV D. Manuel I expulsou os judeus que não se quiseram converter ao cristianismo, aliás à semelhança do que já tinha acontecido no reino vizinho. Assim muitos dos judeus que ainda

viviam no castelo partiram para outras paragens e o Castelo e a sua igreja ficaram votados ao abandono até tempos recentes.

Edificado estrategicamente num dos picos mais altos da serra e sobre um afloramento de grandes penedos graníticos, que a norte funciona como uma defesa natural intransponível, o castelo ergue-se pleno de nobreza e excelência. Estruturalmente, a fortificação apresenta dupla cintura de muralhas (a exterior encontra-se hoje parcialmente destruída). De planta irregular, cobre cerca de 12.000 m². As duas entradas, a partir da muralha exterior, são feitas por portas em rodízio. O castelo, propriamente dito, tem apenas uma entrada e o seu pano de muralha é reforçado por cubelos quadrangulares e um circular, coroados por merlões de forma piramidal. A entrada é feita por meio de dois cubelos avançados e por adarve que encima o pano de muralha. No interior observamos ruínas do que foram estruturas para armazenamento de géneros cerealíferos, estábulos e uma cisterna de planta rectangular, com 18 metros de comprimento por 6 de largura. No extremo norte rasga-se, dissimulada no pano de muralha, por entre silvas e outra vegetação a famosa Porta da Traição (actualmente entulhada).

Segundo os Piores António de Sousa Seixas e Francisco Antunes Monteiro, nas respectivas Memórias Paroquiais de 6 e de 18 de Abril de 1758, das Paróquias de São Pedro de Penaferrim e de Santa Maria do Arrabalde, o castelo apresentava o aspecto arruinado da sua estrutura de muralhas e grutas, pontuada por cinco torres, de forte argamassa pela campanha de obras muçulmana, destacando-se: uma torre com uma tulha de 5,5 palmos de diâmetro contendo uma estrada subterrânea conduzindo a Rio de Mouro; uma torre de menagem, outrora abobadada suspensa no ar e então arruinada; bem como a Torre Real; além da grande cisterna coberta subterrânea abobadada (63 palmos de comprimento, 26 palmos de largura) com três arcos e parcialmente arruinada por duas fendas, com nascente de águas saborosas.

Durante alguns séculos, e porque deixou de ter serventia, as árvores e os arbustos apoderaram-se dos panos de muralha, em certos casos houve mesmo a derrocada de parte dela. Pastores e gado passaram a ser os vigilantes atentos da ruína em que a antiga fortaleza se encontrava. Contudo, é chegado o século XIX e, conseqüentemente, a estética romântica a sorte do “Castelo dos Mouros” seria alterada. Mais uma vez o espírito sensível, esclarecido e iluminado do rei D. Fernando II teve um papel de importância capital na recuperação da fortaleza. Os recantos arquitectónicos em ruínas cobertos pela vegetação autóctone eram muito apreciados neste período. Contudo, D. Fernando II, estava determinado a não deixar desaparecer o pouco que ainda existia da fortaleza e, assim, em meados do século, mandou avançar o Barão von Eschewege com o restauro e consolidação dos velhos panos de muralha e das suas torres devolvendo a silhueta do “Castelo dos Mouros” à luxuosa paisagem sintrense. No interior das muralhas, assim como na sua envolvente exterior, o rei artista, mandou arborizar toda a área, o que hoje, passados cerca de cento e cinquenta anos, nos deleita e corta a respiração ao observar a paleta de cores oferecida pelas folhas das caducifólias, com os verdes, os castanhos, os laranjas ou os amarelos.

Desde o século XIX não houve alterações significativas à estrutura da fortaleza. Ocasionalmente, são levados a efeito trabalhos de limpeza e escavações arqueológicas.

CENTRO CULTURAL OLGA CADAVAL

IHAs 271.05.6270.01



Localização: Praça Doutor Francisco Sá Carneiro – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção:

Fundação: 1945

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernismo

Autor(es): Norte Júnior. Reforma: Andrade e Sousa

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CENTRO CULTURAL OLGA CADAVAL, Sintra, Centro Cultural Olga Cadaval, 2001

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Projectado pelo Arquitecto Norte Júnior e datado de 1945, o velho Cineteatro Carlos Manuel, situado no Bairro da Estefânia, foi remodelado e transformado no Centro Cultural Olga Cadaval, inaugurado no dia 13 de Outubro de 2001, depois de ter sido vítima de um incêndio em 1985.

Inserido no período áureo da construção de salas de cinema em Portugal, é um edifício de tardia feição modernista com elementos “Art deco”, enquadrável na tipologia do denominado teatro à italiana, com uma evidente sobriedade ao nível da fachada tripartida, estruturas de metal e vidro que não passam de apontamentos geométricos embebidos na parede frontal e, ao nível do interior, uma sintonia com esta proposta algo espartana que não dispensava a sofisticada qualidade dos materiais.

Ao já referido incêndio que danificou profundamente o edifício, seguiu-se um período de abandono durante o qual, eventos culturais temporários foram efectivados nos espaços ainda disponíveis, como a Trienal da Arquitectura e a Companhia de Teatro de Sintra, até que em 1987, a Câmara Municipal de Sintra o adquiriu com o fim de promover a sua reconversão e reabilitação. Nasceria, então, um espaço condigno para receber o prestigiado Festival de Sintra e outros eventos, numa altura em que Sintra fora elevada a Património da Humanidade pela UNESCO.

Com um projecto de Andrade e Sousa, no edifício em ruína recuperou-se o desenho original, reconstruindo-se a parte ardida num traço contemporâneo que se demarca do restante edifício, e estabelece-se a ligação, já pensada no projecto original, entre o Centro Cultural e o actual Museu das Artes de Sintra, antigo Casino, também ele, traçado por Norte Júnior. Assim, surgiu um novo pórtico de entrada, com uma estrutura algo monumental, relembrando os clássicos Teatros de Ópera no seu aparato, que funcionando como protecção de viaturas na entrada para o Teatro, confere uma nova escala e presença urbana ao C.C.O.C., mais adequada a nova representatividade e impacto da instituição.

Esse pórtico dá acesso a um Centro Cultural dotado de duas salas de espectáculos, com capacidade para um máximo de 1005 lugares na sala de Teatro, denominado Auditório Jorge Sampaio, e de 276 lugares na Sala de Cinema, Auditório Acácio Barreiros, com uma capacidade de receber 172 artistas em simultâneo. O novo Corpo de Cena, duplicando na vertical o volume da Cena, as duas asas do palco aproveitando toda a largura do terreno, um subpalco, ligado ao novo fosso de orquestra e as zonas de armazenamento e de trabalho, são os espaços de maior envergadura e importância para o funcionamento do grande Auditório.

Foram efectuados um conjunto enorme de melhoramentos e benefícios, nos três corpos do edifício, tendo todas as infra-estruturas sido executadas, integralmente, de novo, como todas as alimentações e ligações às redes de abastecimento, que compreenderam as instalações eléctricas, telefónicas, mecânicas, de ventilação e condicionamento de ar, a segurança, as redes de águas e esgotos, os equipamentos de bares e ascensor. Ao nível da acústica existiu, também, um trabalho de grande envergadura que se reflectiu na escolha de materiais e revestimentos, constituição de paredes, lajes e coberturas e seus isolamentos, geometria dos espaços e na especificação de vários elementos construtivos.

A nível de interiores, a decoração cumpriu-se numa estrutura espacial despojada, na valorização das texturas e dos materiais que se assumiram numa continuidade decorativa despojada de excessos. Procurou-se o belo através da homogeneidade dos materiais, das cores e do espírito das formas. Desta forma encontramos mármore beges, castanhas e pretos, obras de arte, moveis e iluminação, passíveis de condizer com o ambiente de prazer proporcionado pelo espectáculo, e uma atenção muito particular dispensada ao “foyer” principal.

Foi atribuído a este renascido edifício, o nome da grande mecenas que foi Dona Olga Nicolis di Robilant Álvares Pereira de Melo, Marquesa do Cadaval (Turim, 1900 – Lisboa, 1996), personalidade marcante na vida nacional do século XX, a quem Sintra deve a génese do seu Festival de Música, que vê desta forma reconhecido o papel marcante que teve no panorama cultural português, graças ao seu importante contributo na divulgação da arte musical, dando nome a um espaço, com condições que só se encontram em Portugal, no Centro Cultural de Belém e no Teatro de São Carlos.

CHAFARIZ DA CÂMARA

IHAs 144.03.6192.01



Localização: Volta do Duche
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Contemporâneo
Autor(es): Vasco Regaleira, arquitecto.
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Erigido no local onde outrora se localizava antigo Chafariz da Câmara, o actual fontanário substituiu a Fonte Mourisca, removida nos anos de 1960 por causa do alargamento da Volta do Duche. Projectado pelo arquitecto Regaleira a pedido da edilidade sintrense que pretendia «reconstruir» o fontanário, a novel estrutura assumiu a sua própria contemporaneidade no contexto monumental da vila de Sintra onde, a par das autenticidades, predominam os *pastishes* revivalistas. Talvez por isso, esta obra tem sido, muitas vezes, encarada como uma nota dissonante no centro histórico.

Na verdade, o desenho de Regaleira é notável pelo despojamento formal e decorativo, pois o fontanário é alimentado por uma bica paralelepípedica de pedra bujardada com duas saídas, cujas águas, sempre frescas e cristalinas, brotam para grande taça circular, interiormente revestida com mosaico azul, contrastando com a monumental arquitectura do espaldar em U que a envolve.

Este, rude e agreste — tal como a própria serra — foi construído em pedra, protegendo a água que corre e alimenta a vegetação, aqui simbolizada em sobrepostos canteiros escavados em pedra mais clara e macia. Completa este *locus amoeni* a pedra de armas do município, vigilante e protectora, aposta num dos muros e os bancos de pedra corridos convidando, sobretudo, à recreação dos sentidos.

CHAFARIZ DA CHARNECA

IHAs 108.06.6192.01



Localização: Ranholas
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Bordejando a antiga estrada para Sintra o Chafariz da Charneca, erigido em 1781, ostenta amplo espaldar com frontão curvo moldurado por espesso filete e coroadado por beirado duplo. Possui pedra de armas do reino de Portugal, sobrepondo-se à lápide inscrita: ESTA OBRA / PARA UTILIDADE PUBLICA / EM O ANNO IV. / DO FELIZ REINADO / DAS MAG.^{DES} FIDEL.MAS / D. MARIA I / E / D. PEDRO III / MANDOU FAZER / O SENADO / DA CAMARA DE CINTRA / SENDO PRESIDENTE / O D.^{OR} IOZE DINIZ DE OLIV.^{RA} / NO ANNO / DE MDCC.LXXXI. / P. H. R. M. Duas bicas bojudas vazam em grande tanque de pedra.

CHAFARIZ DA ESTEFÂNIA

IHAs 193.05.6192.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neomanuelino, Revivalista
Autor(es): José da Fonseca (?), escultor.
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Magnífico e exótico chafariz de bloco, com elementos escultóricos diversos, de nítida inspiração revivalista. O largo fuste composto de colunas agrupadas, eleva toda a estrutura a fim de sustentar duas pias abadas, embebidas na volumosa coluna rematada com espiralado anel decorativo. O obelisco octogonal, com cista de amplas curvas reentrantes crava-se com singelos conchos. Deste ponto erguem-se elementos decorativos e remates que formam o corpo principal do chafariz, encontrando-se assim, quatro peixes, com as cabeças apoiadas em enrolamentos e as caudas projectadas ao alto, encapeladas, quase em volúpia. Elegante crista em forma de pinha encima o panegírico monumento.

CHAFARIZ DA IGREJA

IHAs (não atribuído)



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Discreto chafariz, de possível origem oitocentista. Este, de concepção simples, mas distinta, ostenta, no centro do ovalado e bojudo estanco de bordos arredondados, esteio prismático hexagonal, sem qualquer decoração e encimado por pequeníssima pirâmide de onde duas bicas de bronze jorram a cristalina água.

CHAFARIZ DE SANTA MARIA

IHAs 188.09.6192.01



Localização: Sintra – Arrabalde

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): vernáculo

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Com prospecto que nos remete para cronologia de finais de setecentos ou mesmo já oitocentista, o Chafariz de Santa Maria ostenta espaldar simples, a terminar em empena com moldura sobressaliente. Possante bica em boca de jarro, com envoluteado na base, verte em rectilíneo tanque de pedra com rebordo espesso.

CHAFARIZ DO FETAL

IHAs 174.06.6192.01



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernista

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Fonte arquitectonicamente atribuível à época do Estado Novo. De pedra bojadada, ostenta tanque circular com pilar de onde sobressai taça simples, ornada de carrancas por onde corre a água que abastece o estanco, assente sobre pilar paralelepípedo quadrangular decorado de quatro escudos heráldicos pseudo-revivalistas de Sintra.

CHAFARIZ DO PAÇO REAL

IHAs 001.03.2120.02



Localização: Largo Rainha Dona Amélia
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: integra a classificação como MN do Palácio Nacional de Sintra
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascentista
Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

FREIRE, Anselmo Braancamp (1899) – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa; SABUGOSA, Conde de (1903) – *O Paço de Cintra*, Lisboa; JUROMENHA, Visconde de (1905), *Cintra Pinturesca*, Lisboa; PROENÇA, Raul, (Direcção) (1924) – *Guia de Portugal*, Lisboa, vol. I; LINO, Raul (1948) *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, Lisboa; COSTA, Francisco (1980) *O Paço Real de Sintra - Novos Subsídios Para a Sua História*, Sintra; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1984) – *A Vila Velha – Ronda pelo Passado*, Sintra; SERRÃO, Vítor (1989) – *Sintra*, Lisboa; GIL, Júlio (1992) – *Os Mais Belos Palácios de Portugal*, Lisboa; AREZ, Ana Brito (1993) – *O Palácio Nacional de Sintra*, Mafra; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Vol. V (Memórias do Tempo), Sintra, 1998; RIBEIRO, José Cardim (1995) – *Sintra – Património da Humanidade*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

No cimo do escadado que antecede a arcaria gótica do antigo Paço Real de Sintra, impõe-se, majestoso, um chafariz renascentista de concepção erudita. No centro do chafariz, ergue-se pilar de complexa decoração, encimado por miniaturização de castelo com cinco torres, sendo a central mais elevada. Logo abaixo, sustentando-o, quatro cabeças de golfinho vomitam água para taça gomada — apoiada em cálice ornado de volutas —, de cujos florões se transvaza o cristalino para o estanco circular de bordos sobressalientes.

CHAFARIZ DOS PAÇOS DO CONCELHO

IHAs 038.05.6192.02



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neomanuelino
Autor(es): José da Fonseca, escultor.
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Inaugurado em 1914, o chafariz dos Paços do Concelho, projectado pelo arquitecto Tertuliano Lacerda Marques e esculpido em mármore por José da Fonseca, inscreve-se perfeitamente na corrente revivalista que marcou o prospecto sintrão entre os finais de oitocentos e as primeiras décadas do século XX.

Fronteiro à Câmara desenhada por Bermudes, o fontanário, que denota vincado carácter neomanuelino, desenvolve-se sobre plataforma, onde volume cúbico com bebedouro raso adjacente sustém a estrutura. Nesse plinto assenta parcialmente a taça lavrada que se apoia, também, em colunelo relevado. Do centro, emerge grande fuste ornado de rendilhado vegetalista e a bica de peixe, em bronze.

O conjunto permanece encimado pela Cruz de Cristo sobre esfera armilar com quatro escudos em volta, figurando neles, alternadamente, a pedra de armas do município e pelicano com legenda gravada em caracteres góticos: «*Pola Lei e Pola Grei*».

CHALET BIESTER

IHAs 010.03.2160.01



Localização: Estrada da Pena – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XIX (c. 1890)

Estilo(s) arquitectónico(s): Neogótico, Arte Nova.

Autor(es): José Luís Monteiro, arquitecto; Luigi Manini, decorador, cenógrafo; Leandro Braga, escultor, entalhador; Bordalo Pinheiro, azulejos; Paul Baudry, frescos; Ramos Lourenço, carpinteiro e mestre de obra.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios dos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização, Porto, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O primeiro chalé que se conhece em Portugal foi construído, em 1869, na extremidade meridional do magnífico Parque da Pena para a Condessa d'Edla. Projectado pela própria e inspirado na arquitectura da América do Norte, foi oferecido por D. Fernando II de Saxe-Coburgo, viúvo de D. Maria II, à Condessa d'Edla no mesmo ano em que casaram. A partir daqui a nobreza e a burguesia da alta finança aderem à moda dos chalés e começaram a construir estruturas semelhantes. A costa do Estoril era por excelência um dos sítios mais apreciados na época sobretudo devido ao clima e à proximidade com Lisboa. A costa do Estoril tornou-se então um local privilegiado para os mais abastados aí passarem as suas vilegiaturas, ou parte delas, tão apreciadas na Europa da época. O clima que a parte meridional do continente europeu oferece é propício a temporadas de veraneio e, sobretudo no século XIX, até mesmo a digressões pelas várias estâncias turísticas da moda para as bolsas mais endinheiradas.

A costa do Estoril e de Cascais foi um dos locais onde, aqui e ali, começaram a nascer chalés com tectos negros e inclinados que nos remetem de imediato para a construção transalpina. Contudo não houve uma tentativa deliberada de imitar a arquitectura deste ponto da Europa, acreditamos antes que se deve ao primeiro exemplar construído na costa de Cascais, edificado segundo encomenda do Duque de Palmela, em 1873, sobre o antigo Forte da Conceição e arquitectado segundo traços do então presidente do *Royal Institute of British Architects*, Thomas Henry Wyatt. Sem o prever o arquitecto influenciou grande parte da arquitectura da zona no final da centúria de oitocentos.

O Chalé Biester, que adoptou o nome do seu proprietário, surge na sequência das construções apalaçadas construídas na linha do Estoril no último quartel de oitocentos, quando Frederico Biester encomendou a obra ao arquitecto José Luís Monteiro.

José Luís Monteiro (1848-1942) foi um dos mais destacados e importantes arquitectos do seu tempo. Nasceu em Lisboa e, em 1868, terminou o curso na Academia Real de Belas Artes de Lisboa. Cinco anos mais tarde, partiu para Paris como bolseiro e diplomou-se em arquitectura na *École Nationale et Spéciale des Beaux Arts* sob a orientação, por sua opção, do professor Jean-Louis Pascal, especializado na gramática clássica greco-romana. A opção por este professor foi de uma importância capital para a formação do jovem arquitecto. Após terminar os estudos fez um *tour* pelo centro sul da Europa. Visitou, durante cerca de um ano, várias partes da França, Suíça e Itália, com particular destaque para a zona transalpina. O facto de ser o primeiro português a

obter uma pós-graduação em arquitectura fora do País, valeu-lhe a consideração e as encomendas das classes mais abastadas do Reino. Foram muitas as solicitações e entre as suas obras mais importantes destacamos a estação do Rossio, o Hotel Avenida Palace, o edifício para a sede do antigo Banco Lisboa e Açores (actual Totta & Açores) e o Palácio do Conde de Castro Guimarães. Introdutor da arquitectura do ferro em Portugal, convém não esquecer que Paris foi uma das cidades pioneiras na utilização desta matéria prima, destacando-se a cobertura da área de embarque da estação do rossio, em Lisboa. Na fachada da estação, observamos uma gramática de vincado sabor gótico-manuelino, aliás, várias vezes recorreu à arquitectura gótica para desenvolver diversas estruturas. Talvez por influência parisiense, do seu mestre Pascal ou, mais provavelmente, do teórico John Ruskin que defendia o estilo gótico com muita convicção.

Assim, o Chalé Biester só poderia resultar numa obra de primeiríssima água. Pelo local escolhido para a construção, a encosta norte da serra de Sintra, e o destacado arquitecto, não exigia menos que uma obra de arte de grande qualidade. Mais uma vez, Sintra e a sua serra, levam-nos para um mundo de fantasia, um mundo encantado que nos é difícil de aceitar como uma realidade. Apresentando um conjunto de volumetrias invulgares na arquitectura da região, o palácio, parece fazer parte de um cenário imaginário, de uma ópera ou de um filme de *suspense*. É irreal. Os telhados negros e íngremes rematados por um friso metálico – que nos conduz de imediato para a zona transalpina – e a sobriedade das linhas exteriores contrastam, por vezes, com elementos como a torre, onde se rasgam duas imponentes janelas verticais neogóticas protegidas por vitrais, também eles neogóticos e de temática cristã e geométrica. José Luís Monteiro escolheu alguns dos melhores artistas para trabalhar e decorar o interior da sua casa, reforçando assim a qualidade do conjunto: o reputado cenógrafo italiano Luigi Manini, que trabalhou nas obras do Hotel Palácio do Buçaco e ainda como cenógrafo do Real Teatro de São Carlos em Lisboa e amigo pessoal de D. Fernando II; Rafael Bordalo Pinheiro (azulejaria); Paul Baudry (frescos); e Leandro Braga (escultura e móveis).

O resultado é um verdadeiro cenário romântico. A escadaria de acesso ao primeiro andar, em estilo neo-gótico apresenta um misto de arcos trilobados e elementos de arte nova. Aliás esta fórmula repete-se em praticamente toda a estrutura neo-gótico/artes nova. Dentro do gótico refletem-se as influências do estilo internacional e flamejante. As paredes revestem-se de frescos representando elementos fitomórficos, geometrizes ou de figuras várias representantes da corte celestial como querubins e outros seres antropomórficos. A capela, igualmente em estilo neo-gótico, apresenta no torreão da capela-mor quatro vitrais policromados que representam no primeiro registo elementos geométricos e no segundo os quatro evangelhos. De destacar, ainda, a abóbada do torreão, estruturalmente bem lançada e sustentada por um jogo de nervuras assentes em simples mísulas. Lambrins e tectos em madeira trabalhados ao detalhe, frescos nas paredes e nos tectos, azulejos e outros elementos decorativos orgânicos contribuem para um efeito cenográfico digno de destaque. Quase podemos dizer que, tal como, no período barroco, existe um horror ao vazio. Toda a estrutura arquitectónica encontra-se repleta de formas orgânicas que aludem a movimento e fluidez.

CHALET DA CONDESSA DE EDLA

IHAs 002.06.2160.02



Localização: Parque da Pena – Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto-Lei nº 45/93, 30.11.93.

Fundação: Século XIX (1872)

Estilo(s) arquitectónico(s): Rústico

Autor(es): Condessa de Edla, projecto; Gregório, mestre-de-obras; Domingos Freire, pintor.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986, pp. 321-322.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Este edifício residencial sazonal fora edificado em 1872 como moradia estival do Rei viúvo D. Fernando II de Portugal e de sua segunda esposa, Elisa Frederica Hensler, Condessa de Edla, consorciados em 10 de Junho de 1869.

A sua construção como pavilhão de recreio fora realizada pelo mestre-de-obras Gregório, sob a condução gráfica da proprietária, introduzindo assim em Portugal a moda desta tipologia arquitectónica e apresentando uma planta rectangular no rés-do-chão e cruciforme no primeiro piso com uma varanda envolvente.

Tecnologicamente, a sua alvenaria exterior imita a arquitectura rústica de madeira, aparentando uma robusta efemeridade acolhedora de construção em *trompe l'oeil*, tal como ocorre nas molduras forrantes das ombreiras dos arcos quebrados das janelas e dos círculos dos óculos.

Interiormente, a pintura a fresco de eventual autoria de Mestre Domingos Freire (pai do pintor e restaurador Luciano Freire) exprime-se em aplicações escultóricas de estuque com carácter vegetalista que constituíam uma representação florestal invasora de todo o espaço doméstico social do piso térreo, com troncos de fina modelagem enriquecidos por nervuras de cobre que escalam as esquinas internas e entrelaçam ramagens folhadas nas cornijas, bem como arabescos imitando bordados sobre couro e tecidos de brocado com rendas brancas e galões dourados.

Na sequência do falecimento do Rei D. Fernando II em 1885, a Condessa de Edla torna-se a sua herdeira testamentária principal (sobretudo quanto ao seu património imóvel), transformando-se na nova proprietária do *chalet* até 1889, quando o vende ao Estado Português, na sequência de uma polémica jornalística incendiária quanto ao testamento régio.

Encontrando-se desde então integrado no Património Nacional, a Condessa terá, contudo, mantido o seu usufruto sazonal estival até à Implantação da República. Após atravessar um longo estado de ruína vandalizante até à ocorrência destrutiva de um incêndio em 2000 o edifício encontra-se a ser reabilitado em 2010 pela empresa pública Parques de Sintra – Monte da Lua, S. A., que tem competência delegada de gestão e tutela desde a sua fundação em 2000.

CONVENTO DA TRINDADE

IHAs 016.05.4170.01

Localização: Rua da Trindade – Arrabalde
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: inventariado
Fundação: Séc. XV (1410)
Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirista e Neoclássico
Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997-1998) – *Obras*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1980-1990) – *Velharias de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) – *Sintra Pinturesca ou Memoria descriptiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra: Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], pp. 94-98; RIBEIRO, José Cardim (coordenação) (1998) – *Sintra – Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, pp. 211-212.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Convento da Trindade é mais um dos monumentos que marcam a arquitectura religiosa da serra de Sintra. Instalado, como que recolhido, num dos vales da serra voltados a Norte, oferece aos observadores um cenário pictórico de excelência e, certamente aos religiosos que lá viveram momentos de recolhimento e meditação profunda. A condição de recolhimento do local terá sido um dos factores determinantes para a implantação do convento neste local.

Em 1374, alguns religiosos oriundos do Convento da Trindade em Lisboa, resolveram instalar-se neste sítio junto da antiga ermida de Santo Amaro e em algumas grutas que se encontravam na zona envolvente. Eram anacoretas que procuravam levar uma vida espiritual, mais pura e mais recolhida, que achavam conseguir, com o maior contacto com a natureza e com este cenário a que se poderia chamar de edílico, uma proximidade maior ao Divino Paraclito a que todos eram devotos e a quem consagravam as suas orações. O facto de vários anacoretas se instalarem numa ermida e na sua zona circundante, nada tem de extraordinário e muito menos poderia dar origem a uma estrutura conventual, não fossem os religiosos alguns dos indivíduos mais importantes do reino. Destacamos, entre muitos outros, Frei Álvaro de Castro, filho do primeiro conde de Arraiolos, Primeiro Condestável do reino, e irmão da bela e polémica Inês de Castro; Frei João de Évora, futuro Bispo de Viseu e confessor do Rei D. João I e, ainda, Frei João de Lisboa, director espiritual e confessor da Rainha D. Leonor.

Passados poucos anos, o retiro espiritual destes anacoretas originou uma atitude de D. João I, que nas primeiras décadas da centúria de quatrocentos ali mandou erguer uma estrutura conventual que ficou sob a responsabilidade do seu confessor da altura, Frei Sebastião de Menezes. A carta régia, concedendo privilégios para a fundação de um convento de religiosos da ordem da Santíssima Trindade em Sintra, está datada de 1410. Contudo a construção articulada com a antiga ermida de Santo Amaro comportou inúmeros defeitos, o que

originou, em poucos anos, a ameaça de ruína e o conseqüente e paulatino abandono por parte dos religiosos que habitavam o cenóbio.

O Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Sintra fora uma circunscção administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica da Santíssima Trindade, localizada no sítio de Santa Maria do Arrabalde de Sintra e funcionalmente existente entre 1410 e 1834.

Este Convento fora fundado em 1410 pelos Padres Frei Álvaro de Castro (filho do primeiro Condestável do Reino e sobrinho de D. Inês de Castro), D. Álvaro Pires de Castro (Pregador, Conselheiro e Confessor do Rei D. Pedro I), Frei João de Évora (Confessor do Rei D. João I e depois Bispo de Viseu), Frei João de Lisboa (Director espiritual da Rainha D. Filipa de Lencastre) e Frei João de Matos, a partir de uma primitiva Ermida de Santo Amaro, foco de profícua peregrinação das populações de Sintra e de Cascais desde c. 1374.

Os seus primeiros benfeitores foram: João Rodrigues Candeeiro e esposa, de Lisboa, doando casas com quintal à comunidade conventual; o Infante D. Fernando, filho do Rei D. Henrique de Castela; e o Rei D. João I, como protector do Convento desde 25 de Outubro de 1411. Anteriormente, este monarca, por sua vez, mandara edificar o primitivo prédio monástico sob a protecção do confessor régio Padre Mestre Doutor Frei Sebastião de Menezes (Conselheiro régio e depois Embaixador extraordinário ao Rei Carlos VI de França e à Cúria Romana), entretanto falecendo Frei Álvaro de Castro em 8 de Abril de 1418.

Posteriormente, em 1500, o Rei D. Manuel I manda renovar e decorar a igreja conventual com o seu brasão de armas. Contudo, perante um mau acabamento desta empreitada, o edifício começa a ameaçar ruína, sendo conseqüentemente abandonado pela respectiva comunidade, excepto um frade aí remanescente para recolher a produção frutícola e as rendas.

Durante alguns anos, a casa religiosa poderá ter estado ao abandono, entretanto interrompido em 1500 pelas obras de reconstrução patrocinadas pelo Rei D. Manuel I. A conclusão das obras, alguns anos mais tarde, devolveu ao convento uma vida própria que lhe tinha sido tirada. Porém, ao longo da história deste convento veremos que várias vezes encontramos fontes que nos indicam a reconstrução do cenóbio.

Em 1510, sendo o Padre João Lobo Prior e Vigário das Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Miguel, ocorreu um grave contencioso judicial com o Convento trinitário do Arrabalde (então representado pelos Padres Frei Diego, Provincial da Ordem da Santíssima Trindade, e Frei Fernando de Matos, Ministro conventual), que pretendia capacidade de tanger sino às horas canónicas dos officios litúrgicos, concorrendo com aqueles templos matrizes, deliberando depois e sentenciando definitivamente o Doutor João Gil, Chantre da Sé Catedral de Lisboa, Cirurgião-Mor e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, a favor da comunidade monástica e recorrida depois junto da Cúria Romana sem decisão ulterior, mas com recíproca aceitação reconciliante.

Subseqüentemente, o Padre Provincial Frei Baptista de Jesus reedificou o imóvel noutra local, com vista à sua potencial ampliação, tal como o claustro e as casas abobadadas circundantes foram edificados cerca de 1570, havendo nova campanha de obras de restauro no final do séc. XVII e a igreja se reedificara já após o terramoto. Novamente em 1572, durante o período da Contra-Reforma, temos notícia da reedificação da estrutura conventual, desta vez por iniciativa do Provincial trinitário Frei Baptista de Jesus e ocupando definitivamente o local onde hoje o podemos encontrar. Não temos, até agora, fontes que nos ajudem a entender a nova reconstrução do cenóbio, nem tão pouco o que terá acontecido para ter que ser levantado de novo. Mas a insistência da continuação do Convento pode-se entender à luz das novas directivas tridentinas.

O Concílio de Trento tinha terminado havia poucos anos e o resultado foi a instituição de um número significativo de reformas e dogmas, para além da principal resolução, o reforço dos poderes papais. Com o objectivo de debater o avanço do Protestantismo, que alastrava a Norte da Europa, foram aprovadas várias medidas e, entre elas a criação de seminários e centros de formação sacerdotal assim como a reorganização da inquisição. Neste contexto, facilmente entendemos a insistência na manutenção desta estrutura eclesiástica.

O Convento da Santíssima Trindade pode ser enquadrado nos cânones artísticos dos estilos maneirista e barroco. É composto por igreja de planta longitudinal de dois rectângulos justapostos, correspondentes à nave e à ábside. No lado meridional da igreja, encontramos a zona conventual, articulado em torno de um claustro de arcaria assente numa colunata da ordem dórica e galerias cobertas por abóbadas de cruzaria. A estrutura apresenta uma planimetria irregular, e uma sequência de volumes diferenciados e cobertos com telhados de duas águas.

A fachada principal do convento, virada a Este, apresenta dois registos e é amparada por três contrafortes baixos. No primeiro registo, várias janelas rectangulares simetricamente articuladas com as do segundo registo, igualmente rectangulares, mas encimadas com molduras elípticas. O frontispício da igreja apresenta dois panos escalonados e delimitados por pilastras rematadas por fogaréus. O interior da igreja encontra-se hoje completamente vazio, destacando-se as lápides epigrafadas no pavimento.

Em 1689, o convento volta a ser alvo de obras de beneficiação e, após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, sofreu novas intervenções ao nível da reedificação conservação e restauro. Temos a indicação de que a primitiva ermida de Santo Amaro ainda existia integrada no limite territorial do convento em 1758. Segundo o Prior Francisco Antunes Monteiro, na respectiva Memória Paroquial de 18 de Abril de 1758, o Convento era então habitado por poucos frades e desempenhava mais as funções de hospício, integrando ainda a antiga Ermida de Santo Amaro na sua cerca.

Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834 determina a entrega subsequente do edifício imóvel conventual e do seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de Santa Maria do Arrabalde. Na sequência do decreto liberal que determinou a expulsão das ordens religiosas, todo o recheio do convento foi vendido, em hasta pública, a três pessoas: Máximo José dos Reis, capitão-mor de Sintra; António Gomes Barreto, Administrador do Concelho; e Joaquim Duarte. Na altura, e segundo o inventário elaborado, *“a igreja he toda d’abobada muito clara e no seu tanto perfeita. Consta de três altares o primeiro é o da Capela Mor se divide hum arco de pedra proporcionado e com boa direcção. Tem suficiente Retábulo fingido de pedra com quatro colunas com seus Capiteis e por sima (sic) do remate a Santíssima Trindade em figuras de baixo relevo ornado igualmente com três Imagens grandes de boa esculptura ainda que mal tratadas pelo tempo”*.

Em 1835, a propriedade é adquirida pelo Marechal Saldanha, sucedendo-se desde então uma quantidade de proprietários e arrendatários que de uma forma ou de outra contribuíram para o incómodo do antigo cenóbio. Recentemente os actuais proprietários empreenderam obras de beneficiação e adaptação da estrutura conventual a residência, tendo, inclusive, acrescentado um piso à zona conventual. Esta última campanha resultou em grande prejuízo para a memória histórico-artística e cultural do edifício. Não houve, ao longo dos últimos cento e cinquenta anos, um cuidado e muito menos respeito pela memória histórica do monumento.

ELÉCTRICO DE SINTRA

IHAs 071.05.6175.01



Localização: Sintra – Praia das Mações

Freguesia: União das Freguesias de Sintra - Colares

Enquadramento: Urbano

Protecção: em vias de classificação como CIM

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): -

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Júlio CARDOSO, Valdemar ALVES, *Eléctricos de Sintra – Um percurso centenário*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2004.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

“Pelas duas horas, passando entre alas de povo, ligeiros e garridos, os primeiros carros partiram. Largou primeiro o n.º 14, dirigido pelo engenheiro Wan-der-Wallen. Deslisando vertiginosamente pelas linhas, ao sol, saudado pela multidão, o carro atravessou as ruas, passou por entre os campos verdes e em 24 minutos chegou a percorrer 8 Kilómetros.” Foi esta a notícia publicada na Ilustração Portuguesa n.º 22 do dia 4 de Abril de 1904 que dava conta do início da actividade da linha do eléctrico a 31 de Março do mesmo ano e que ligava a vila de Sintra à Praia das Mações. Com objectivos sociais e culturais a nova linha do eléctrico assumiu-se como uma vanguarda para a altura. Ainda hoje esta importante linha é visitada e estudada por portugueses e estrangeiros ligados à área dos caminhos de ferro e considerada pelos especialistas como uma das mais românticas da Europa.

No dia 2 de Abril de 1887, chegou a Sintra o primeiro comboio proveniente de Lisboa. A estival e prazenteira vila ficava agora ligada directamente à capital. Durante séculos habituada a receber a nata da aristocracia portuguesa, que se dispersava em magníficos palácios pela serra de Sintra, a vila recebe agora, com a nova ligação, um significativo aumento de transeuntes com grande vontade de conhecer as maravilhas de Sintra e de chegar à costa atlântica, até aí quase exclusiva para os saloios ali residentes e para alguns veraneantes mais abastados.

Havia portanto que tomar medidas no sentido de satisfazer as necessidades crescentes da população flutuante que sazonalmente afluía a Sintra. É neste sentido que a Câmara Municipal de Sintra embarca numa nova odisseia que teve início a 28 de Setembro de 1890 quando fez publicar na Gazeta de Sintra a abertura de um concurso público para a construção de uma linha férrea. A 2 de Julho de 1900 constituiu-se a *Companhia do Caminho de Ferro de Cintra à Praia das Mações, S. A. R. L.* e deram início às expropriações necessárias para a realização do traçado vicinal.

Os trabalhos da linha começaram a 12 de Agosto de 1901 como nos anuncia o Jornal Saloio do dia 17: *“Inauguraram-se na segunda feira os trabalhos de construção d’esta linha, com um partido de trinta e tantos trabalhadores. Às seis horas da manhã, quando a primeira picareta se cravava na terra, subiram ao ar algumas dezenas de foguetes, que alguns habitantes da Villa Estephania, -quatro apenas- apenas fizeram queimar, como demonstração de regosijo pela iniciação dos trabalhos de construção de tão útil e importante melhoramento.”* Três anos mais tarde, a linha estava concluída.

Estava aberta uma nova página na vida da histórica vila de Sintra e dos seus habitantes. O sossego que caracterizou a ponta mais ocidental da Europa durante séculos estava agora ameaçado. Os lisboetas podiam chegar facilmente às magníficas praias da costa de Sintra viajando por um percurso cenográfico repleto de magia, por entre a exuberante vegetação e os palácios da abastada aristocracia que ali passavam os períodos estivais.

A magnificência da costa, a sua beleza natural e a sede de desenvolvimento levaram a que a linha sofresse um aumento do seu trajecto que inicialmente estava previsto apenas até à Praia das Maças. A própria rivalidade existente entre a Praia das Maças e a vizinha Azenhas do Mar foi um dos factores determinantes para o aumento da linha até este último local. Os habitantes da bonita aldeia engastada numa escarpa das azenhas reclamavam a chegada do eléctrico até lá. Foi a 31 de Janeiro de 1930 que se deu a viagem inaugural.

As décadas de trinta e quarenta foram, de alguma forma, momentos de frágil condição financeira mas que não inviabilizaram a existência da linha não obstante a companhia atravessar um difícil momento conhecendo vários administradores durante este período. A segunda Guerra Mundial foi seguramente um dos factores que contribuíram para esta instável situação, uma vez que um dos principais palcos do conflito se centrou na Europa, ainda que Portugal não estivesse directamente envolvido. Se por um lado os custos com a linha aumentaram, o que inevitavelmente originou um acréscimo do preço das tarifas, por outro os transportes rodoviários estavam em franco crescimento desde a década de quarenta. A Linha do Atlântico foi paulatinamente perdendo passageiros para os transportes rodoviários. Contudo ambas continuavam a ser viáveis.

Quando a situação financeira se complicou a sério, a Linha do Atlântico foi a primeira a sofrer consequências graves. O primeiro troço a ser sacrificado foi entre as Azenhas do mar e a Praia das Maças. A última viagem realizou-se no dia 31 de Outubro de 1954.

A Linha do Eléctrico de Sintra sempre teve altos e baixos ao longo da sua existência. Na década de sessenta o então administrador João de Campos mandou construir dois novos desvios: um para a Ponte Redonda e outro para a Quinta da Nora. Durante este período a linha voltou a ter muitos passageiros que justificavam a sua manutenção. Contudo a década seguinte viria a ser determinante para o fim da linha e da empresa por ela responsável. Os eléctricos começaram a ter cada vez menos uso e a ser vistos como objectos obsoletos. O seu fim estava próximo.

Em 1974 o mau estado da linha originou um acidente de grande gravidade que provocou um morto. A população ficou bastante abalada e a empresa aproveitou-o para justificar o encerramento da linha. No dia 15 de Setembro todos os eléctricos recolhem à gare da Ribeira de Sintra e foram substituídos por uma frota de autocarros.

Curiosamente foi no mesmo dia 15 de Setembro de 1995 que a Câmara Municipal de Sintra deu início aos trabalhos de recuperação integral da linha e das respectivas instalações, depois de quase duas décadas de abandono. O troço Sintra-Praia das Maças foi novamente reabilitado na sua totalidade e aberto ao público no 4 de Junho de 2004.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA AFLIÇÃO

IHAs (a atribuir)



Localização: Manique de Cima

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: inventariado

Fundação: Séculos XVI, XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento, Maneirismo

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, a Ermida de Nossa Senhora da Aflição, sita em Manique de Cima e antes designada da invocação de Santo André, era então reclamada em disputa entre o Capitão Manuel Pereira Borralho e a população local, apesar daquele ser o detentor da chave respectiva.

ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

IHAs 022.03.4130.01



Localização: Quinta da Capela / Bela Vista - Estrada Nova da Rainha

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Inventariada

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Barroco

Autor(es): António de Oliveira Bernardes

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V; Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986; Arturo PEREIRA, *Sintra e suas quintas*, Sintra, 1983; Carlos AZEVEDO, Julieta FERRÃO, Adriano GUSMÃO, *Monumentos e edifícios notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, 1990, vol. II, 2ª edição; José Cardim RIBEIRO (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1996.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O século XVI foi por excelência um período de grande importância para a cultura da Europa ocidental. A descoberta de novos mundos, que se iniciara ainda no século anterior, e as consequências desse importante acontecimento, alteraram para sempre a forma como os europeus viam e viviam o mundo que os rodeava. As casas reais europeias e a nobreza enriquecida rodearam-se de produtos e objectos oriundos ou influenciados pela cultura dos novos mundos descobertos. As novidades vindas do oriente e do Brasil marcaram, em parte, o *modus vivendi* de uma população, em crescimento, mais culta, e, sobretudo, mais rica.

Uma das famílias mais importantes, e porventura uma das mais enriquecidas, do reino no século XVI foi a família de D. João de Castro. Este importante servidor do reino de Portugal, de uma educação excepcional, transformou-se num militar de excelência o que lhe valeu a confiança dos monarcas do seu tempo. Pelas suas campanhas militares vitoriosas no oriente conquistou, por mérito próprio, o importante cargo de Vice Rei da Índia. Ao longo da sua vida, ganhou muitos bens e privilégios dos reis D. Manuel I e D. João III. Sempre que se encontrava em Portugal refugiava-se na Quinta da Penha Verde, situada em plena serra de Sintra, e que, ao longo dos anos, aumentou significativamente os seus domínios. Por ser um homem ligado à cultura transformou a sua propriedade num centro cultural de excelência, frequentado pelos maiores eruditos do seu tempo. Morreu no dia 6 de Junho de 1548, em Diu, nos braços de São Francisco Xavier, apóstolo do Oriente. A sua família recebeu uma vasta herança incluindo a extensa propriedade situada na serra de Sintra.

Ao longo da segunda metade do século XVI, a propriedade de Sintra foi beneficiada com novas construções. Casas apalaçadas e capelas foram integradas na exuberante paisagem da vertente norte da serra de Sintra. Uma dessas capelas viria a ser um dos melhores conjuntos artísticos que se encontra hoje inscritos na lista do Património Mundial – a Capela de Nossa Senhora da Piedade. Construída na segunda metade do século XVI, pelos descendentes de D. João de Castro, apresenta uma edificação típica da arquitectura religiosa desse período. Não temos, contudo, dados que nos permitam saber quem mandou construir a capela, em que circunstâncias e qual a data exacta da sua fundação.

O templo constitui-se de uma planta simples, de nave única, abobadada, e capela-mor quadrangular iluminada por uma janela rasgada na parede lateral direita. A iluminação da nave é feita por uma janela centrada na parede axial. Inicialmente devia ser uma estrutura simples, desprovida de grandes elementos decorativos com a exceção do tecto. Eventualmente, na segunda metade do século XVI, poderia apresentar obras policromas na parede da abside ou até um retábulo no altar-mor.

Para além da campanha referente à sua edificação no século XVI, a pequena capela, sofreu obras de beneficiação no século XVIII patrocinadas pelo 3º duque do Cadaval D. Jaime que mandou restaurar a capela em 1721 e revestir o interior a azulejos. O resultado é absolutamente notável. A Quinta da Capela, que recebeu esta nomenclatura graças a este pequeno templo, terá sido um ponto de recreio para os membros da mais alta nobreza.

O ermitão Pedro da Conceição da Ermida de Nossa Senhora da Peninha, situada na extremidade oeste do afloramento granítico da serra, descreve com pormenor as festas que ali se realizaram entre 10 e 12 de Setembro em honra de Nossa Senhora da Piedade no ano de 1720. Segundo o ermitão as festas contavam com corridas de touros, fogo de artifício e mais importante com os membros da mais alta nobreza, entre eles o rei D. João V. Não é de estranhar, portanto, que D. Jaime patrocinasse obras de beneficiação na igreja, uma vez que as festas em honra de Nossa Senhora atraíam tão ilustres personagens.

Para as obras de beneficiação, o duque do Cadaval, contratou, no ano de 1721, o famoso pintor de azulejos António de Oliveira Bernardes (c. 1660-1732) para que este executasse os painéis que iriam cobrir, à exceção dos tectos da nave e da abside, a totalidade do templo. O resultado é uma obra prima de excepção. Convém referir que António de Oliveira Bernardes era, na sua época, o melhor pintor de azulejos do reino e foi na sua oficina que se formaram os grandes artistas da geração seguinte.

Estruturalmente, a pequena capela, apresenta uma planta longitudinal de formato rectangular e abside quadrangular com uma cobertura única de duas águas. A fachada Este da abside encontra-se adossada à casa da Quinta da Capela. A entrada é feita pela fachada lateral, voltada a Oeste, por um portal simples encimado por um painel de azulejos monocromáticos (azuis e brancos) representando dois anjos que seguram uma cartela e rematados na parte superior por cruz latina. À entrada do templo, do lado da epístola, encontramos uma pia de água benta polilobada. A cobertura em abóbada de ogivas artoasoadas apoia-se em mísulas decoradas com elementos vegetalistas. As chaves da abóbada apresentam medalhões decorados com elementos vegetalistas, com excepção para a chave de fecho que ostenta o brasão dos Castros, responsáveis pela primitiva edificação.

O altar-mor apresenta cobertura de abóbada de berço e as paredes cenas bíblicas, entre as quais *A Visitação*. O altar-mor, em talha dourada, expõe nicho central de grandes dimensões as imagens de Cristo e da Virgem da Piedade, ladeado de duas colunas salomónicas decoradas com elementos alusivos à eucaristia, nomeadamente ramos de videira e cachos de uvas. O revestimento de azulejos da nave, azuis e brancos, organizados em três registos, mantêm a tradição estética do azulejo português - de influência holandesa -, iniciada no último quartel do século XVII.

No primeiro registo são apresentadas cenas de carácter pastoril, que se enquadram nas proximidades de estruturas arquitectónicas, que em alguns casos sugerem estados de ruína, seguidos, no segundo registo, de uma barra de grotescos de excepcional qualidade em que estes se harmonizam com figuras antropomórficas, zoomórficas e pequenas criaturas aladas que parecem escorregar sobre cartelas e que sugerem a transição entre o mundo sagrado e o profano. Finalmente no terceiro registo painéis representando episódios da Paixão de

Cristo. As cenas representadas são: a *Última Ceia*, estrategicamente colocada sobre o arco triunfal; o *Lava Pés*; *Cristo no Jardim das Oliveiras*; a *Flagelação*; a *Coroação de Espinho*, sobre a janela da parede axial e o *Beijo de Judas*.

De salientar que os painéis historiados estão envolvidos por cercaduras de gramática vegetalista e antropomórfica. Neste caso a decoração grotesca, tão característica do barroco, entrelaça-se com pequenos anjos, sustentados por homens desnudados, como se de uma obra maneirista se tratasse. A excelente qualidade plástica do desenho assume, por vezes, uma volumetria escultórica extraordinária.

O arco triunfal é de volta perfeita, forrado de azulejos ostentando elementos vegetais. De salientar, ainda, a grade de ferro forjado que separa a nave do altar-mor. A união entre os magníficos painéis azulejares azuis e brancos, a talha dourada e a cobertura manuelina, conferem ao conjunto uma teatralidade barroca notável. Felizmente o trágico sismo de 1 de Novembro de 1755, não afectou a estrutura que permaneceu intacta. O relatório do pároco Sebastião Nunes Borges, de 22 de Abril de 1758, não indica estragos de maior.

ERMIDA DE SANTA EUFÉMIA

IHAs 079.06.413001



Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto-Lei nº 5/2002, 19.02.2002

Fundação: Século XIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Contemporâneo

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A ermida de Santa Eufémia da Serra, templo de muito provável origem românica, encontra-se já referenciada na divisão paroquial de 1253 (*treslado do lemitte, e demarcação das igrejas da Villa de Cintra*). Actualmente, a ermida apresenta-se bastante descaracterizada devido à substancial campanha de obras patrocinada por um devoto estrangeiro no início do último quartel do século XIX, conforme lápide aposta na frontaria – *HUM DEVOTO ESTRANGEIRO / MANDOU REEDIFICAR / ESTA CAPELLA / EM 1876*.

A ermida surge associada a um complexo termal bastante antigo que lhe fica muito próximo. Já o cruzado Osberno referia aqui a existência de uma fonte de águas com singulares qualidades terapêuticas. A este propósito, escreveu ele: *“uma fonte puríssima, cujas águas, a quem as bebe, dizem, abrandam a tosse e a tísica; por isso quando os naturais dali ouvem tossir alguém, logo depreendem que é um estranho”*. É muito provável que a estrutura termal e o templo tenham sido construídos sobre ruínas romanas. Em escavações arqueológicas recentes, foram ali encontrados artefactos da idade do ferro e do bronze para além de dois fustes de colunas (actualmente no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas) que terão pertencido a um templo romano de alguma dimensão.

A fonte da estrutura termal implantava-se na vertente norte do monte, em local próximo da ermida. Sobre a nascente e o edifício envolvente escreveu Félix Alves Pereira: *“é um pequeno recinto quadrado, aberto pelo lado do caminho e limitado, nos outros três lados, por paredes de suporte das terras superiores. Prende primeiro a curiosidade do visitante a parede traseira, por ser coroada por uma singelíssima cruz de pedra [hoje quebrada] e ter embebidas duas lapidezinhas rectangulares (...)*.

Na base da parede que contém estas pedras, vulgar biqueira dá saída a um fio de água de mina (...). Modesta pia recolhe a água, que depois se perde no solo.

Na parede do lado direito há uma porta de serventia de um cubículo destinado ao banho dos enfermos.

Entretanto vê-se que tem planta rectangular (2,80m por 2m) e é abobadada; ao lado direito do assento de alvenaria, e, ao esquerdo, a piscina, ao nível do chão; é de paredes de pedra, e mede em planta 1,40m por 0,83m; de profundidade 0,42m”.

As casas das termas, de que existem apenas no local vestígios, terão sido mandadas edificar pelo Capitão Francisco Lopes de Azevedo no ano de 1738 (segundo inscrição embutida na fachada principal). Segundo uma outra lápide datada de 1758, a fonte pertence inequivocamente à ermida. Encontramos ainda outras epígrafes

que atestam a importância e a popularidade destes banhos e as obras de restauro de que os edifícios foram alvo.

Segundo o Prior da Paróquia de São Pedro Penaferrim, António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial, de 6 de Abril de 1758, assinala-se a existência de uma romaria devota com um círio anual de peregrinos de Lisboa a este santuário taumatúrgico, além de uma pedra encostada a Norte com a marca de uma pegada da mártir padroeira, bem como uma fonte ligeiramente afastada em cujas águas se banhavam os enfermos. Adicionalmente, refere-se ser esta ermida administrada pelos Piores de São Pedro de Penaferrim, apresentando um ermitão, que aí residia com quatro pessoas em casas adjacentes.

A ermida apresenta uma planta longitudinal, composta por nave única e capela-mor rectangular. Volumetricamente apresenta uma forma paralelepípedica, reforçada por quadro contrafortes, e com uma cobertura de duas águas com duplo beiral. As fachadas estão rebocadas e pintadas de branco. A fachada principal está virada a Este, em empena, ostenta uma cruz sobre o acrotério. O portal apresenta uma entrada rectangular, emoldurada por cantaria. O portal é encimado por uma pequena janela com moldura de cantaria. O interior é composto por uma nave única com abóbada de berço de madeira. Ostenta dois altares de talha dourada e pintada. Contiguamente à capela-mor, encontra-se a antiga casa dos romeiros, de planta rectangular, de um só piso e com cobertura de uma água.

A estrutura termal apresenta uma planta trapezoidal. A partir de uma das extremidades de topo abre-se um nicho, que abriga a fonte termal, encimado por uma cruz pétrea.

No recinto, podemos encontrar ainda a base poligonal da tribuna e dos coretos.

ERMIDA DE SANTO AMARO

IHAs 036.05.4130.01



Localização: Lourel

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Rural

Protecção:

Fundação: Século XVI (?)

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Renascimento

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. II; Félix Alves PEREIRA, *Sintra do Pretérito*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1975, 2ª edição.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A ermida de Santo Amaro, localizada entre Lourel e Cabriz, conseguiu chegar aos tempos contemporâneos exactamente como uma ermida. Apesar da sua localização não ficar exactamente num sítio ermo, é notável o facto de a especulação imobiliária não se ter ainda apoderado da sua área circundante o que, por si só, é um caso raro nos dias que correm. O proprietário do Casal de Santo Amaro, que terá recebido este nome devido à existência da anciana capela, é actualmente o seu patrono. Até porque o pequeno templo se encontra numa das extremidades desta mesma propriedade.

Edificada, provavelmente, em meados da centúria de quinhentos, apresenta-se, ainda hoje, perfeitamente integrada na paisagem que a circunda. No largo fronteiro de destacar a existência de um cruzeiro, de base alta e de formato prismático que sustenta o fuste liso de uma coluna, desprovida de qualquer elemento decorativo e rematada por uma cruz biselada anunciando o espaço sagrado que se avizinha. Composta por três estruturas volumetricamente paralelepípedicas e adossadas entre si, a saber: alpendre, nave e abside.

O alpendre antecede o espaço sagrado. Com uma cobertura de madeira protegida por um telhado de três águas apresenta duas aberturas, uma a Sul e outra a Oeste. O interior é um espaço, exíguo e despojado, sendo o pavimento lageado. A abertura Oeste apresenta um prismático que condiciona o acesso ao interior do templo, aliás bastante invulgar. As duas aberturas desta galilé apresentam-se em forma de arco abatido e repousam sobre capitéis rectilíneos sustentadas por colunas, de ordem dórica e de fuste liso.

A entrada para o espaço sagrado do templo é feita por um portal simples desprovido de qualquer elemento decorativo. A nave apresenta um volume ligeiramente maior face ao da abside e do alpendre. No interior o chão é lageado com tijoleira e a cobertura em abóbada de berço, ritmada por listéis assentes em consolas jónicas que emergem das molduras longitudinais ao corpo do templo. Na parede de topo, abre-se um óculo. Na nave destaca-se, ainda, uma curiosa pia-de-água-benta, cuja forma se assemelha a um pote cerâmico, e o púlpito setecentista em mármore branco e rosa, ostentado caprichosos motivos geometrizes e fitomórficos. O conjunto revela, no seu todo, uma equilibrada composição arquitectónica e decorativa.

A passagem para o altar-mor é feita por um arco triunfal. O altar-mor de volumetria paralelepípedica apresenta-se coberto por uma cruzaria ogival, dividida em quatro panos similares e ostenta uma pedra de fecho com motivos fitomórficos estilizados. As nervuras da estrutura assentam em mísulas ornamentadas com elementos vegetalistas. A imagem de Santo Amaro encontra-se num nicho centrado da parede fundeira. Sobre o altar,

revestido com azulejos mudéjares, destaca-se um crucifixo flanqueado pelas imagens de São João Baptista e de Nossa Senhora de Fátima.

Segundo o Prior Francisco Antunes Monteiro, na respectiva Memória Paroquial de 18 de Abril de 1758, de Santa Maria do Arrabalde, a Ermida de Santo Amaro, situando-se fora da vila e do Arrabalde e pertencente ao Convento da Trindade, tinha António de Saldanha Castro Ribafria como seu padroeiro.

Atribuía-se a Santo Amaro a capacidade de curar deformações físicas, facto que levou muitos peregrinos em romaria a este local. Ainda hoje se conserva no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um cadeirão onde os “deformados” se sentavam para invocar a cura da sua deformação. Desta secular tradição, para além deste cadeirão, apenas restam alguns *ex voía* conservados na própria ermida.

ERMIDA DE SÃO MAMEDE

IHAs 027.11.4130.01



Localização: Janas

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Rural

Protecção: IIP

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirismo, vernáculo

Autor(es): Francisco de Holanda (?)

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A ermida votiva a São Mamede de Janas ostenta características únicas relativamente às suas congéneres. É sem dúvida uma novidade para o Portugal quinhentista, caracterizada por uma inédita planimetria circular que não pode deixar de nos surpreender, ao mesmo tempo que nos remete à *maniera italiana*. A influência é clara, há um maneirismo evidente que só pode ter sido projectado por alguém conhecedor da realidade itálica do século XVI. Trata-se de um projecto de uma erudição superior que não estava acessível a um simples arquitecto.

Pensa-se que a actual estrutura tenha sido edificada em meados do século XVI, contudo não existem dados que o provem cabalmente. Alguns investigadores atribuem mesmo a autoria do projecto ao arquitecto Francisco de Holanda, que viveu e estudou em Roma durante vários anos sob o patrocínio do rei D. João III. Holanda regressou a Portugal no início da década de quarenta e terá contribuído, de forma directa ou indirecta, para a construção de novos edifícios - religiosos, civis e militares – para além de ter escrito vários tratados teóricos.

Um dos projectos onde terá colaborado foi o da Quinta da Penha Verde, em Sintra, propriedade da família Castro e importante centro cultural, onde se encontravam para tertúlias alguns dos mais eminentes eruditos do Portugal quinhentista. Na segunda metade do século XVI, Holanda, viveu na sua quinta de Nossa Senhora dos Enfermos, em Camarões, na freguesia de Belas, a meia légua entre Sintra e Lisboa, conforme o próprio. A sua ligação a Sintra é portanto inevitável não só porque aqui vivia, mas também porque o rei e a corte para aqui se deslocavam durante o período estival, assim como ricos membros da nobreza que escolhiam este magnífico local para edificar os seus palácios.

Infelizmente não são conhecidos documentos que permitam atribuir com segurança o traçado da maior parte dos edifícios ou estruturas que lhe são atribuídos. Francisco de Holanda, devido à sua privilegiada situação junto do rei, gozava de um estatuto especial, talvez por isso não tenhamos provas das suas obras como arquitecto. Até ao momento, não temos nenhum indicador de que não foi ele a riscar os planos da ermida de São Mamede de Janas, porém, e em boa verdade, também não temos nada que nos prove que efectivamente terá sido ele, apenas alguns indícios.

Situada no meio de um pinhal nas proximidades da aldeia de Janas, a pequena capela, foi construída sobre vestígios de estruturas anteriores. Não temos dados sobre quem terá encomendado esta magnífica obra, se a igreja, a comunidade rural residente na área ou um membro de uma família abastada. A avaliar pela pobreza dos materiais utilizados, os seus encomendadores não teriam uma quantia muito elevada para disponibilizar; contudo, o facto de se tratar de uma planta de uma erudição superior aguça-nos ainda mais a curiosidade sobre

quem terá sido o seu patrocinador e o autor do esboço, visto tratar-se de uma estrutura religiosa situada longe dos grandes centros urbanos e que poucas ou nenhuma mais valias proporcionaria ao autor deste arrojado projecto.

Até há relativamente pouco tempo, pensava-se que a ermida tinha sido construída sobre um templo pagão. Eram vários os factores que sustentavam esta ideia, por exemplo, o orago venera-se no dia 17 de Agosto, o que coincide com o período das festas pagãs em honra da deusa Diana que se realizavam nos idos de Agosto. Foram encontradas grandes pedras nos contrafortes da ermida, o que levou alguns arqueólogos a defender a tese destes serem oriundos de um templo romano que ali teria existido. Mais, o facto de a ermida apresentar uma planimetria circular, concluíram que esta foi edificada sobre um templo igualmente circular, o que obviamente só poderia ser de uma estrutura votiva a um deus, neste caso da deusa mais cultuada na região, Diana.

Segundo os mesmos arqueólogos a evolução filológica do topónimo terá origem no nome da divindade, assim: Diana-Jana-Janus. Sabe-se que durante algum tempo, no dia da romaria, os animais entravam no templo para a tradicional bênção e davam a volta ao templete que se encontra no centro da composição, à semelhança daquilo que acontecia nos templos dedicados à deusa Diana.

A zona envolvente é particularmente rica em vestígios arqueológicos inclusive do período romano o que reforçou a tese do templo romano. Contudo, escavações arqueológicas levadas a cabo por técnicos da Câmara Municipal de Sintra, entre 1988 e 1990, provam o contrário. As escavações puseram a descoberto duas estruturas anteriores à edificação da ermida, uma do século IX e outra do século XII, o que valoriza a teoria de quem defende que já no local existia uma outra estrutura religiosa votiva ao mesmo orago. Os bodos da Ermida de São Mamede de Janas, datados de Setembro de 1494, tiram quaisquer dúvidas. Uma leitura atenta deste documento leva-nos a concluir que o culto a este Santo já se iniciara em séculos anteriores ao século XVI. É portanto certo que antes da actual estrutura já existiria uma outra.

A original planta circular é precedida por uma alpendrada, virada a sul, que a envolve em cerca de 50% da sua área até à capela-mor orientada a oriente, sendo a outra metade sustentada por três poderosos contrafortes que terão sido acrescentados à estrutura recentemente, assim como um pequeno murete que circunda a estrutura e garantem a sustentabilidade dos panos de parede. O alpendre, com duas aberturas, é iluminado por vãos separados por colunas apoiadas no muro.

O despojamento decorativo é uma constante em praticamente todo o templo, excepção feita para o interior do nicho, em abóbada de canhão, onde se encontra o altar-mor, e acrescentado mais tarde. A actual porta de entrada, acrescentada posteriormente, é de clara influência clássica, a rectidão de linhas e a ausência de qualquer elemento ornamental alude-nos aos princípios vitruvianos da utilidade, beleza e solidez.

No interior, impõem-se ao observador um templete colocado estrategicamente no centro de toda a composição. Este elemento arquitectónico lembra-nos que o autor do projecto não foi um simples arquitecto, ou então, o encomendador era alguém com uma cultura acima da média e sobretudo profundo conhecedor da estética romana do Renascimento.

Em 1502, o Papa Júlio II encomendou ao notável arquitecto Bramante um templo para o local onde São Pedro teria sido martirizado. O resultado foi uma estrutura de planta centralizada, provida de um peristilo, ou colonata (de ordem dórica), em torno do santuário (ou cela) central. Um tambor alto sustenta a cúpula hemisférica que remata a composição.

Acreditamos que o arquitecto que projectou o templete da ermida de São Mamede de Janas terá recebido uma influência directa desta estrutura, como tal só poderia ser alguém que tivesse estado em Roma e ou que tivesse estudado a arquitectura da cidade eterna. Novamente deparamos com alguém que se enquadra perfeitamente na pessoa de Francisco de Holanda. O templete, em forma circular, formado por seis colunas de fuste liso que suportam um tambor em alvenaria, ergue-se até ao centro do tecto de formato cónico.

Um banco corrido circunda toda a capela, acompanhando a parede, interrompido apenas pelo altar-mor e portas. Na parede setentrional, encontra-se, incrustado na parede, o frontispício do púlpito, datado de 1881, suprimido na campanha de obras de 1988/1990. Originalmente, este local destinado aos oradores sagrados, era composto de um volume cúbico, suportado por quatro colunas idênticas às do templete central (duas delas apoiadas no banco que circunda o templo e as outras duas no próprio chão), o acesso era feito por escadaria de madeira com um corrimão no mesmo material.

O pequeno altar-mor encontra-se embutido num nicho com uma abóbada de canhão decorada com elementos geométricos influenciados na gramática clássica, o altar em madeira policroma e em talha dourada está decorado com elementos fitomórficos simples sobre um fundo avermelhado. A mesa do altar apresenta-se revestida a azulejos de aresta como de resto acontece em praticamente todas as igrejas da zona rural do concelho de Sintra.

A história e a tradição desta pequena capela continua bem viva. Entre os dias 15 e 17 de Agosto de cada ano, realiza-se a festa em homenagem a São Mamede. A tradição impõe que os proprietários do gado o conduzam em três voltas rituais em torno da capela, no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio. O ritual consiste na oferta de cereais, azeite ou outras oferendas ao santo para em troca receber fitas coloridas que se colocam à volta do pescoço dos animais. Actualmente, este curioso culto tem a participação dos pastores do concelho, no entanto tempos houve em que ali afluíam pessoas de outros concelhos como o de Cascais ou de Torres Vedras.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, a Ermida era administrada pelo Prior e Beneficiados da Igreja Paroquial de São Martinho, descrita com um formato de “meia laranja” e um feitio muito tosco, sendo outrora frequentada por fiéis de diversas proveniências geográficas, celebrando a festa comum no dia do orago e tendo nascido do zelo devoto de alguns paroquianos residentes no próprio lugar.

ESCOLA DOMINGOS JOSÉ DE MORAIS

IHAs 220.09.6130.001



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal; Edital CMS nº 92/2010, 12.05.2010.

Fundação: Século XX (1910)

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernismo

Autor(es): Carlos Parente, arquitecto

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

SILVA, Carlos Manique, *Sintra: Escolas e Memórias*, Santa Casa da Misericórdia de Sintra, Sintra, 2002, vol. I; PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, Afrontamento, Porto, 1994.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A “Escola Domingos José de Morais”, é um edifício de arquitectura civil na Vila de Sintra, sito na rua Guilherme de Almeida. Muito provavelmente terá sido projectada pelo arquitecto Francisco Carlos Parente – amigo da família Morais – que projectou a quinta dos lagos, o Parque Amélia de Morais em Sintra e vários edifícios para outras escolas primárias.

Esta escola, iniciada no último período da Monarquia e terminada no primeiro período da República, foi mandada edificar pelo benemérito social Domingos José de Morais – nascido em Areosa, Viana do Castelo, no dia 2 de Novembro de 1846, e falecido em Lisboa, a 28 de Novembro de 1903. Começando a trabalhar aos catorze anos, conseguiu estabelecer-se por conta própria, quatro anos mais tarde, tendo vindo a conseguir grande fortuna com o resultado do seu trabalho. Participando na vida industrial portuguesa fundou a fábrica de moagem de Sacavém, no ano de 1883.

Grande filantropo, imbuído já pelo espírito republicano, patrocinou diversas obras de cariz social pelo país – lactários, sanatórios para crianças. Conhecendo Sintra, e sabendo da existência do analfabetismo aí existente, devido à falta de escolas, resolve mandar construir a expensas suas a referida escola primária, sabendo assim, que iria contribuir em grande parte para a instrução educativa das muitas crianças que ali habitavam. A este templo de instrução, brilhantemente inaugurado em 13 de Novembro de 1910 por Fernando Formigal de Morais, em justo preito de amizade, respeito e gratidão filial, lhe atribuiu o nome de seu pai – Domingos José de Morais – honrando-lhe a sua memória.

A sua fachada principal virada a Oeste, é composta por um vão de entrada de arco redondo, por cima do qual corre a seguinte inscrição inscrita numa cartela: *ESCOLA DOMINGOS JOSÉ DE MORAIS*, sob um friso semi-circular em pedra de calcário assente em duas pequenas “mísulas”, que sobressaem do reboco, sendo ainda, composta por duas grandes janelas de peito, uma de cada lado, com a parte superior em arco abatido, simétricas em relação à porta de entrada. Tudo isto, está encimado na empena da fachada por um campanário, elemento característico das escolas primárias dessa época, em fins da Monarquia.

Esta escola, tem uma entrada recuada, composta por duas portas maineladas com arcos de volta perfeita, construídos em pedra calcária – possibilitando a entrada separada dos sexos – existindo simetricamente ao centro na parte superior um relógio de pêndulo, protegido por caixa em madeira na parte interior da fachada,

com numeração romana, de forma circular com cerca de cinquenta centímetros de diâmetro, embutido na parede, adornado com cantaria de calcário, semelhante à arquitectura das portas.

Com planta longitudinal, esta escola em pátio fechado por gradeamento comunicando com a rua Guilherme de Almeida, ao nível do rés-do-chão, com coberturas diferenciadas em telhados de duas, quatro e três águas, este último referente a anexo construído posteriormente.

O seu interior, no plano do rés-do-chão, dividindo-se em duas salas de aula apenas, de cada lado da parede divisória, encontrando-se ao fundo as casas de banho e uma divisão mais ampla em planta rectangular, pavimentada com mosaico hidráulico decorativo, a qual servia para múltiplas funções. Hoje, os pisos estão alterados. Através de uma escada interior semi-espiralada, em madeira e com corrimão de ferro, iluminada por uma janela vertical de topo arredondado com vidros coloridos – dando-lhe um aspecto de vitral – tem-se acesso ao piso superior, o qual se destinava à habitação dos docentes de diferentes sexos.

Fernando Formigal de Morais, – que viria a ser um dos primeiros presidentes da Câmara Municipal de Sintra, após a implantação da República, seguindo os ensinamentos do seu progenitor, também foi grande benemérito social e devotado auxiliador da instrução popular, doou este edifício-escola à Administração Municipal a 12 de Fevereiro de 1912 e na presença do inspector escolar António Francisco dos Santos, acompanhado pelos correligionários Gregório Casimiro Ribeiro, administrador do concelho e José Nunes Rodrigues da Silva, tabelião, ficando notariado que: “a escola é cedida ao Estado, com a condição de continuar com regular frequência de ambos os sexos; de lhe manter o título de “Escola Domingos José de Morais”; de serem mantidas todas as actuais professoras; de continuar a funcionar a aula de música, e de ser cedida parte do primeiro andar do edifício para habitação do respectivo professor”, comprometendo-se ainda o Sr. Formigal de Morais a subsidiar a escola, demonstrando assim uma grande manifestação “republicana” e um elevado exemplo de civismo e solidariedade, seguindo-se uma grande festa, onde participou a Banda infantil, dessa mesma escola, executando várias peças de música, terminando o interessante concerto tocando a “Portuguesa”.

Nesta escola, esteve provisoriamente instalado um hospital destinado a acolher e tratar os doentes vitimados pela gripe pneumónica, que grassou nesta região em finais de 1918.

ESCOLA PRIMÁRIA CONDE DE FERREIRA

IHAs 221.05.6130.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XIX (1883)

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

SILVA, Carlos Manique, *Sintra: Escolas e Memórias*, Santa

Casa da Misericórdia de Sintra, Sintra, 2002, vol. I.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Escola Primária “Conde de Ferreira” é um edifício de arquitectura civil na Vila de Sintra, sito na Rua Alfredo da Costa, tendo sido inaugurado em 1883, em cerimónia oficial presidida pelos Reis D. Luís e D. Maria Pia, construído segundo o plano aprovado pelo Governo por Portaria de 20 de Julho de 1866, para cumprimento do legado testamentário de Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira (falecido em 24 de Março daquele ano), constante do montante de 144\$000 e destinado à edificação de 120 escolas concelhias padronizadas de instrução primária de ambos os sexos.

Assim arquitectonicamente uniformizadas segundo um modelo oficialmente aprovado por deliberação legislativa governamental (e vigente até à década de 1930), as Escolas Primárias “Conde de Ferreira” denotam uma expressiva unidade identitária sobretudo manifesta na presença de um característico campanário sineiro encimado de um frontão triangular classizante no centro superior da fachada, com a data do falecimento do benemérito promotor legatário inscrita na sua base – denotando uma nítida inspiração cultural nos modelos franceses homólogos contemporâneos.

Interiormente, o projecto esquematiza-se segundo uma justaposição axial de intercomunicação espacial interna, em que se sobrevaloriza a sala de aula – além de se incluir incorporada a residência do docente respectivo.

Desde a década de 1990, funcionam aqui as instalações do posto central do Gabinete de Apoio ao Múncipe da Câmara Municipal de Sintra.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SINTRA

IHAs 077.05.6177.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção:

Fundação: Século XIX (1887)

Estilo(s) arquitectónico(s):

Autor(es): Dr. Alves de Sá, azulejaria; Arqº Norte Júnior, design; Delfim Faria, pintura.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Jorge TRIGO, *Sintra – Caminhos-de-Ferro e Crescimento Urbano no Concelho – Contribuição para um estudo*, Universitária Editora, Lisboa, 2000.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

No dia 2 de Abril de 1887 fez-se a viagem inaugural de comboio entre Lisboa e Sintra. Abria-se assim o caminho a uma nova aventura na história da milenar vila portuguesa. O fim do século XIX e o progressivo abandono da estética romântica fez com que a burguesia preterisse a serra e o seu ambiente bucólico e romântico em detrimento da zona costeira de mar e ambiente mais desafogado de Cascais. Sintra vê pela primeira vez a pequena elite endinheirada partir para outros destinos e os famosos saloios vêm agora chegar no cavalo de ferro pessoas de todas as classes sociais que ali acorriam para ver as maravilhas da natureza e as históricas e abastadas moradas da realeza e das classes mais abastadas.

A ligação de Sintra a Lisboa por comboio retirava Sintra do isolamento a que sempre esteve sujeita. O novo meio de transporte permitiu que mais pessoas se instalassem próximo da centenária vila e foi assim que surgiu um novo bairro – a Estefânia – junto à linha do comboio. Ao longo de toda a linha do comboio entre Lisboa e Sintra as pequenas localidades que aí existiam cresceram exponencialmente.

Os edifícios que viriam a albergar as estações de Sintra e Alcântara, em Lisboa, foram construídos ao mesmo tempo e no ano de 1886. Este equipamento arquitectónico de transporte ferroviário é edificado no início de 1887, inaugurando-se com a conclusão da respectiva infra-estrutura circulatória regular em Abril desse mesmo ano.

Em 1922, este edifício fora artisticamente beneficiado com diversos melhoramentos estéticos, devidos à iniciativa patrocinante do capitalista local Adriano Júlio Coelho e sob coordenação do empreiteiro Júlio Fonseca.

Destacam-se os painéis azulejares neo-setecentistas policromos do Dr. Alves de Sá, as lanternas desenhadas pelo Arqº Norte Júnior e confeccionados na empresa de Júlio de Castro & Filho, intervenção pictórica de Delfim Faria e as matérias-primas dos empresários industriais de cantaria montelavarenses Pardal Monteiro, Joaquim Vicente Alboegas, António Simões Baptista, José da Silva Vistas, Romão da Luz, A. Carrasqueira, José Cortez.

FONTE DA MATA ALVA

IHAs 159.03.6191.01



Localização: Estrada Velha - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: Imóvel de Interesse Municipal
Fundação: Século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalista neomourisca
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A fonte de Mata-Alva, cujas origens remontarão, pelo menos, ao último quartel do século XVIII, ostenta fâcias revivalista que resulta da reforma tardo-oitocentista patrocinada por Francis Cook, como o atesta, aliás, a lápide aposta no frontal sob a real pedra de armas de D. Maria I: *Hunc Fontém / Condidit de nouo / Pro Bono Publico / Francisco / Uisconde de Monserrate / a. d. 1875.*

Na verdade, o prospecto do fontanário foi radicalmente alterado «*para o bem público*» por D. Francisco. Assim, daquela campanha de obras resultou um frontal antecedido por cúpula esférica que protege a bica e tanque de pedra. A abóbada repousa em colunas com capitéis profusamente decorados, observando-se esgrafitada, no fuste esquerdo, a seguinte legenda: E. P. / 6-5-1918.

O frontal permanece ladeado por bancos de descanso encimados por pequenos painéis de azulejos policromos (réplicas dos primitivos que foram ali colocadas em 1988) e, ao centro, já sob a cúpula envolvendo as lápides e os azulejos de onde sobressai a bica, subsiste um fresco geometrizarante de nítida inspiração “neo-mourisca”.

FORTE DA PIPA

IHAs 149.03.6191.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal

Fundação: Séculos XIV, XVIII (1788)

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A primeira referência à Fonte da Pipa remonta ao já longínquo ano de 1369, quando se menciona num documento: João Anes, «*morador à Fonte da Pipa*».

A sua actual arquitectura, no entanto, reporta-se ao século XVIII, concretamente, à reforma integral patrocinada por D. Maria I, conforme inscrição em cartela envoluteada gravada no espaldar, à qual se sobrepõe a real pedra de armas: ANTIGA FONTE / DA PIPA / REEDIFICADA / E MELHORADA / PELO DOUTOR / FRAN^{CO} IOZE / DEMIRANDA / DUARTE . PRAEZI / DENTE DO SENADO / DA CAMERA . E IUIZ / DE FOR A . DESTA VILLA / EM EXECUÇAM DAS / ORDENS DE SUA MAG.^E / EXPEDIDAS EM AVIZO / DA SECRETARIA DE ESTADO / DOS NEGOCIOS DO REYNO DE / VINTE E SEIS DE OUTUBRO DE / MIL SETECENTOS E OUTENTA / E SETE . PELAS QUAIS FOI / A MESMA SENHORA SERVIDA / DETERMINAR A RESTITUIÇAM / DESTA FONTE: SOCEGANDO / O POVO . E LIVRANDO DA / OPRESSAM . QUE LHE CAUSAVA / A FALTA DE AGOA NO BAIRRO / DO CASTELLO . E PORISO EM / MEMORIA DE TAM AUGUSTA / SOBERANA SE GRAVARAM / OS VERSOS SEGUINTES . / QUALIS APUD VETERES / DIVAS REGNABAT ULYSES / QUI NULLI CIVI DICTO . / FACTOQUE NOCEBAT . / 1788.

De facto, para a reconstrução do fontanário tardo-setecentista foi utilizada pedra lioz, cujas pilastras — rematadas por coruchéus, sendo o central mais desenvolvido — enquadram quatro painéis cerâmicos, vigorosos nos seus esmaltes azuis. Os das extremidades, de recorrência classicizante, evocam — estátuas sobre plintos e em cujas cartelas podem ler-se versos latinos, infelizmente, hoje muito danificados —, sendo as figuras idealizadas de Diana e da Justiça. Os dois outros painéis de azulejos que emolduram a centralizada lápide inscrita, contrastam com os anteriores, pois, de traço mais livre e de maior naturalidade, e representam frondosos pinheirais.

Na parte inferior deste complexo espaldar, sobressaem conversadeiras que ladeiam o possante tanque de pedra, alimentado pela pequena bica transmutada em pipa, que, pela sua perfeição e delicadeza do talhe, reclama o nome próprio do fontanário.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, a Fonte da Pipa apresentava uma água excelente, sendo aproveitada pela maioria dos moradores da vila.

FONTE DA RIBEIRA

IHAs 201.03.6191.01



Localização: Ribeira
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Rural
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Vernáculo
Autor(es):
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O espaldar da Fonte da Ribeira desprovido de ornamentação termina em duas pilastras de alvenaria de cal, unidas por friso sobressaliente que percorre e remata o ondulado topo do mesmo. A meio do frontal, entre a bica e a placa escura das OP — «*Obras Públicas*» —, patenteia-se uma lápide com a seguinte inscrição: ESTA FONT . / E A . MANDO / V FAZER O . SE / NNADO DA / CAMARA DES / TA V.ª NO ANNO / DE 1780. O tanque rectangular é de pedra e permanece ladeado por bancos corridos.

FONTE DA SABUGA

IHAs 151.03.6191.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal

Fundação: Século XV (c. 1406)

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco, Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A qualidade salúfera das águas da bica da Sabuga, de origem vincadamente medieval – o topónimo surge, pela primeira vez, num documento de 1406 –, contribuíram para que cedo se transformasse num referencial sintrense. Por isso, sobre o fontanário e a boa temperança das suas águas Juromenha escreveu, em 1838: *«he a mais celebre a que está na estrada que vem de Lisboa e vai para Collares, chamada da Sabuga, pela grande frescura das suas aguas de verão e inverno. Como estas porém algumas vezes tepidas e tão brancas como agua de sabão, o que attribuem a passar por mineral nas entranhas da terra onde nasce»*.

Esta convicção estava patente já no século XVIII, ao considerar-se, numa corografia, que, bebida em jejum, a água da Sabuga debelaria as diarreias biliosas. De facto, a sua qualidade milagreira ganhou-lhe o epíteto de *«a mais celledre»* de entre todas as fontes de Sintra e nela a Rainha D. Luísa de Gusmão deliciou-se *«com a famosa água»* em 1652. Para o efeito, recebeu o medievo fontanário melhoramentos vários, de acordo com uma lembrança *das despezas q se fizeram nesta Villa de Syntra na Entrada da Raynha N. Sr.^a, onde se despendeu «com os officiaes E trabalhadores q Consertarão a fonte da Sabuga (...) E a limparão mil e quinhentos rs.»*.

Logo nos alvares do evo setecentista, a fonte foi *«mandada fazer de novo»* como o atestará uma epígrafe anotada por Almeida Jordão: *ESTA OBRA MANDOU FAZER / O SENADO DA CAMERA DESTA VILLA / SENDO PRESIDENTE DELLA O / DOUTOR MATHIAS FRANCO / FERREIRA NO ANNO DE M.DCC.IX.*

A célebre fonte, todavia, sofreu grandes estragos com o purulento terramoto de 1 de Novembro de 1755, mas foi rapidamente reconstruída, como se infere da leitura do inquérito pombalino de 1758: *«huma Fonte de agoa frigidissima, chamada á da Sabuga, com duas bicas das quais cahem em hum tanque munto bom, e redificado de novo e depois de cheyo a agua»* e, na verdade, uma lápide patente no frontal atesta o sucedido: *ESTA OBRA MANDOV FAZER O SENADO / DA CAMARA DESTA VILA SENDO PRE / ZIDENTE O D.^R MARCELINO IOZE DE PON / TES VIEIRA E O PROCURADOR ANT^O RIB / DE CEQVEIRA RIBAFRIA ANNO 1757.*

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges e o Prior Francisco Antunes Monteiro, nas respectivas Memórias Paroquiais de 22 e 18 de Abril de 1758, a Fonte da Sabuga era rodeada de assentos de fresco e apresentava uma água muito fria, caindo, por duas bicas, num tanque muito bom e reedificado, sendo, depois de cheio, o seu caudal sobejante encaminhado para diversas fontes. Sita junto à antiga estrada de Lisboa para Colares, refere-se a frescura veraneante das suas águas tépidas de Inverno e dever-se a sua brancura ao minério da nascente.

Em termos arquitectónicos, o prospecto do fontanário resultante da restauração pós-terramoto aproxima-se bastante do actual, ainda que, em 1804, o edifício permanecesse integralmente preenchido por exuberante decoração pictórica de cariz geometrizante, nas paredes laterais, e profusas figurações vegetalistas e arquitectónicas no frontal, enquadrando a real pedra de armas. Este conjunto arquitectónico estava — como, aliás, ainda hoje se encontra — coroado por coruchéus alternados com frontões envoluteados de gosto barroco, abrindo-se, ao centro, a pedra de armas do município envolvida numa fina cercadura.

“ANNO 1850”: esta lápide — hoje desaparecida — evocava uma outra campanha de obras, mais modesta que a anterior, mas cujo resultado é visível na litografia de W. H. Overend, também oitocentista. A Fonte da Sabuga surgiu, assim, despojada dos frescos, realçando-se, apenas, as molduras de duplo filete em meia cana que percorriam as paredes que envolvem o tanque de pedra, mantendo-se, aparentemente, a decoração do ático. Os últimos grandes trabalhos registados na Fonte da Sabuga — cuja água, nos anos de 1920, para além de ter sido vendida a copo, chegou a ser comercializada por uma firma lisbonense — datam de 1956. Foi também naquela restauração que se colocou o lambril de azulejos azuis e brancos com *putti* enquadrando aparato floral.

FONTE DE EL-REI OU DA PENHA VERDE

IHAs 157.03.6191.01



Localização: Estrada Velha – Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: Imóvel de Interesse Municipal
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O fontanário de prospecto barroco abre-se em semi-círculo e o espaldar arredondado dinamiza-se, quer pelo jogo cromático, quer pelos efeitos cenográficos que nos são transmitidos pela presença de pilastras de alvenaria e de expressivos e possantes filetes.

Enquanto isso, as suas faces laterais permanecem rematadas por ondulantes volutas e, ao centro, sobre-eleva-se a própria espalda com coruchéu, oferecendo espaço para a introdução da pedra de armas dos Castro inscrita em cartela e, sob aquela, a lápide evocativa do monumento: ESTA FONTE DENOMINADA / DE EL REY HE DO SENHOR / DESTA QUINTA: MANDOUA / FAZER A CAMARA DA VILLA / DE CINTRA EM RECOMPENÇA / DE OUTRA DE BOA E ANTIGA / ARQUITECTURA QUE TINHA / POUCO MAIS ABAIXO QUE / SE DEMOLIO QUANDO / SE MUDOU ESTA ESTRADA.

Na base deste monumental fontanário, duas bicas de jarro vertem grossas torrentes de água no trilobado tanque de pedra, permanecendo este ladeado por conversadeiras corridas.

FONTE DE MONSERRATE

IHAs 004.03.6191.03

Localização: Parque de Monserrate - Estrada Velha - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Incrustado num muro de pedra revestido de heras, este pequeno fontanário recorda-nos, pela sua singular arquitectura romântica oitocentista, a entrada de uma gruta, escura e plena de mistério.

A Fonte de Monserrate resguarda-se, assim, no interior de edifício de pedra e no seu prospecto evidencia-se o arco de volta perfeita que encobre, parcialmente um outro, mas com tijoleira de inspiração árabe, pelo qual se acede ao reservatório de pedra com bica. Subsistem ainda dois pequenos bancos que convidam ao enleio embalado pelo constante gorjear da torrente.

FONTE DE SÃO PEDRO

IHAs 161.06.6191.01



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalista neo-renascentista

Autor(es): Raul Lino, arquitecto.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

À entrada do largo, onde, no segundo e quarto domingos de cada mês, se realiza a antiquíssima feira de São Pedro, ergue-se uma fonte devotada ao patrono deste pitoresco bairro sintrão. O fontanário, projectado pelo arquitecto Raul Lino, foi, segundo placa aposta no seu interior, oferecido pela Junta de Freguesia à Câmara Municipal, em 1928.

De concepção erudita, o edifício de planta centralizada com cúpula encimada pelas “chaves do Céu”, riscado por Lino aproxima-se bastante dos cânones arquitecturais renascentistas. Uma colunata centrada pelo vão de acesso conduz-nos ao interior do edifício que permanece bordejado por bancos corridos forrados com azulejos a imitar o típico tapete setecentista. A torneira, envolta num radioso sol relevado e sobrepujado por painel cerâmico similar aos já descritos, vaza em pequeno tanque de feição circular assente em coluna.

FONTE DE SETEAIS

IHAs 008.03.6191.03



Localização: Seteais

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Imóvel de Interesse Municipal

Fundação: Século XVIII (?)

Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalista neo-românico

Autor(es): José da Fonseca, escultor.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

À entrada do campo de Seteais patenteia-se pequeno fontanário integrado em edifício. De concepção romântico-revivalista, o fontanário é da autoria de José da Fonseca e foi realizado em 1915. A bica assoma por entre colunas que sustentam arcos de volta perfeita e vaza para um tanque de pedra bem talhado. Esta arcaria é antecedida por um grande arco que define o prospecto arquitectónico do frontal erigido em pedra rústica, pois abre-se em toda a amplitude da fachada e permanece sustido por duas colunas similares às anteriores, assentes, porém, em conversadeiras.

FONTE DO CONDE DE SUCENA

IHAs 214.06.6191.01



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Contemporâneo

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

De prospecto simples, a fonte mantém o espaldar convergente coberto de telha, simulando beirado. A antiga bica foi entretanto substituída por modesta torneira que vaza o líquido para tanque de pedra rectangular com meia circunferência, de molde a facilitar o acesso à goteira. Ao centro do frontal apõe-se elaborada lápide das armas do Concelho, em baixo relevo e com a seguinte legenda na base: C DE C 1867. Ou seja: «*Câmara de Cintra [ano de] 1867*».

FONTE DO RIO DA BICA

IHAs 183.06.6191.01



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: inventariada

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Contemporâneo

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Nas fragas rochosas e luxuriantes da Serra de Sintra assoma alcantilado algibe, notável pela simplicidade. O difuso espaldar confunde-se com as rochas amontoadas pelo tempo. Sobressai, no centro alteado, possante lápide moldurada onde se pode ler a seguinte inscrição: C M / 1875.

No grande tanque de cantaria subjacente e que recebe as águas nascidas nas brenhas da serra destaca-se a sobreposição de pedras oblíquas para facilitar a lavagem da roupa. No nível inferior, tosco tanque de pedra serve de bebedouro.

FONTE DO RIO DO PORTO

IHAs 160.03.6191.03



Localização: Vale do Rio do Porto - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O fontanário ostenta no espaldar miniaturização arquitectónica de gosto classicizante. Assim, o pétreo edifício está ladeado por pilastras toscanas simples e permanece encimado por frontão triangular de rebordo sobressaliente. Ao centro, modesta bica de bronze emerge de uma semi-esfera.

Toda esta estrutura assenta num pódio que faz a ligação ao tanque rectangular, mas com uma reentrância para melhor acesso à goteira. Nas traseiras do fontanário, subsiste grande tanque, outrora usado como lavadouro, com o qual se despenderam 8\$400, em 1887.

FONTE DOS LADRÕES

IHAs 158.03.6191.01



Localização: Estrada Velha - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: Imóvel de Interesse Municipal
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Fonte dos Ladrões, cuja designação se prende com antiga mas não confirmada tradição, segundo a qual eram frequentes os assaltos naquele sítio, constitui um monumento de cronologia incerta. De facto, este elegante e singelo fontanário foi devolvido à sua primitiva estrutura aquando do restauro efectuado, em 1988, pela Câmara Municipal de Sintra.

Assim, no espaldar da fonte, encimado por volutas simples, destaca-se réplica das armas do Reino de Portugal de D. Maria I, pois o relevo setecentista desapareceu em 1999. A grande e sobressaliente bica dupla de pedra abre-se ao depósito rectangular. Este conjunto monumental permanece ladeado por bancos corridos.

FONTE DOS PASSARINHOS

IHAs 002.06.6191.04



Localização: Parque da Pena

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Integra a classificação do Palácio Nacional da Pena

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalista neo-árabe

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios dos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

No Parque da Pena, em ambiente mítico e sob frondoso arvoredo, vislumbra-se magnífica edificação romântica, guardiã de uma fonte alimentada por nascente, cujas primeiras referências remontam ao século XVIII, quando se refere em documento que é «*de muito boa e fresca água*» e «*que servia também o Convento*». Outra menção à Fonte dos Passarinhos remonta a 1850 e decorre da legislação de 1839, que mandava fazer «*Análises das Águas Minerais do Reino*».

De facto, a actual fonte consiste numa estrutura de desenho neo-árabe, de configuração hexagonal, com cúpula e decoração de sabor hispano-árabe. O exterior permanece revestido de azulejos ao estilo mudéjar e de intensa policromia. Sobre o plano circular da estrutura eleva-se a grande cúpula rematada com copiosa faixa com inscrições neo-árabes e encimada com alfange.

O acesso ao interior da fonte processa-se por quatro pétreos e elegantes arcos clausulados por aguilhada ornamental e aferrolhados por portões adornados por crescentes. A amenizar, o interior em semi-cúpula revestido com bicromáticos azulejos, impõe-se ladeando por bancos corridos o meio tanque orbicular, adornado com largo estriado e encimado com pétrea bica ornamentada com florões laterais e esbatidos botões. Este pavilhão era decorado com passarinhos de faiança, mas actos de vandalismo constantes encarregaram-se de os fazer desaparecer.

FONTE DOS PISÕES

IHAs 150.03.6191.01



Localização: Avenida Barbosa du Bocage - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-renascentista

Autor(es): José da Fonseca, escultor

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A actual fonte dos Pisões foi erigida pela Comissão de Iniciativa de Turismo de Sintra, em 1931, e substituiu anterior tanque, com cronologia remontável, pelo menos, à era de quinhentos, subsistindo a memória documental de ali se terem efectuado trabalhos de beneficiação já em 1651, aquando da visita de D. Luísa de Gusmão a Sintra: «*Fontes — Item Com os oficiais E trabalhadores q Consertarão a fonte (...) dos pisões E a limparão*».

O fontanário existente foi projectado pelo Mestre José da Fonseca e desenvolve-se a partir de estrutura semi-circular, à qual se acede através de escadado baixo. O espaldar, ladeado por bancos corridos, está profusamente ornado com coloridos motivos geometrizarantes insculpidos na própria argamassa. Ao centro, rasga-se grande círculo enquadrado pelo rectilíneo alteamento do frontal patenteando painéis azulejares, assinados pela F.^{CA} *Ceramica Constancia — Lisboa*, de policroma e rotunda ornamentação.

Ali, naquela circunferência, desenvolve-se o frontal propriamente dito, de inspiração renascentista, inscrito em conjunto cerâmico e conjugando fundos lisos e friso florais, de onde emerge baixo-relevo, no qual, por entre folhagem, se animam *putti*, sentados numa elevação, bebendo água ou carregando pequenas bilhas e, ao centro, um outro, de pé, segura uma faixa onde se lê: SALVE. Trata-se, pois, de um elogio à água, à salubérrima água da Sintra.

Logo abaixo desta animada composição escultórica, o “monte” que sustém os *putti* transmuda-se na parte superior da bica por onde corre, abundante, o fresco e cristalino líquido que cai em gomada taça rectangular que, por sua vez, liberta a água para o bem aguachado tanque rasteiro destinado aos animais.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, as Fontes dos Pisões situavam-se na saída da estrada de Sintra para Colares e apresentavam uma maior corrente no Inverno, regando a sua água os pomares cimeiros, sendo aproveitada pela maioria dos moradores da vila.

FORTE MANUELINA

IHAs 146.03.6191.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Fundação: Século XV-XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Datável de finais do século XV-inícios do XVI, a denominada Fonte Manuelina encontra-se, desde há muito, desactivada. Hoje, a sua estrutura arquitectónica subsiste parcialmente soterrada e embutida em parede de edifício contíguo, deixando antever uma tipologia similar à da Fonte Velha, na Cabrela. O seu prospecto é regular, acedendo-se ao mergulho através de abertura canopial, em cantaria chanfrada.

FONTE MOURISCA

IHAs 147.03.6191.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-árabe
Autor(es): José da Fonseca, escultor.
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Edificada em 1922 segundo projecto de Mestre José da Fonseca que, em Sintra, deixou profícua obra revivalista, a fonte Mourisca substituiu o antigo chafariz da Câmara, com o intuito de valorizar a entrada de Sintra e de «*dignificar a água mais apreciada de Sintra*». Com o alargamento da estrada, em 1960, o fontanário foi desmontado. Vinte anos depois, a Câmara Municipal de Sintra reergueu o monumento, não no seu primitivo lugar, mas uma vintena de metros mais adiante, em plena Volta do Duche.

A sua grandiosa arquitectura revela certo formalismo académico, característico, aliás, do modernismo revivalista dos anos 1920. De facto, como o próprio topónimo indica, trata-se de uma estrutura de desenho neo-árabe. Assim, o edifício que alberga o fontanário é “dinamizado” por grande arco em ferradura denticulado, no qual se rasgam três outros arcos em ferradura, também denteados e emoldurados por azulejos neo-mudéjares, impondo-se ao centro, a pedra d’ armas do Município. As colunas assentam em socos elevados que as projectam nos capitéis de geométrica e diferenciada decoração. Esta pétrea composição desenvolve-se por entre azulejos ao estilo mudéjar e de intensa policromia, permanecendo ainda bordejada por possante friso relevado de cariz geometrizarante que, no topo, se desdobra num ático sobressaliente onde assentam merlões escadeados, similares aos do Paço Real.

No interior ovóide, as paredes permanecem revestidas por azulejos também de inspiração mudéjar, cujo padrão foi modificado na restauração de 1982, porquanto as primitivas cerâmicas, dispostas em singelo reticulado bicromático, amenizavam de algum modo o formalismo que perpassa nesta obra de Fonseca. E, logo acima, uma “prateleira”, apoiada em discretas mísulas, percorre o edifício, sobrepondo-se-lhe um largo friso de pedra com triângulos insculpidos, marcando o arranque da abóbada de tijolo vermelho, cujos gomos se diferenciam, apenas, pela disposição perpendicular de derriços finos.

Ao centro, impõe-se, ladeado por bancos corridos de pedra, o fontanário. A bica de bronze emerge de um florão e a água derramada resguarda-se num tanque oval com bordo concheado.

FONTE SOTTO MAYOR

IHAs 152.03.6190.1



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XX

Estilo(s) arquitectónico(s): Revivalismo neo-mudejar

Autor(es): José da Fonseca, escultor (?).

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Na íngreme Rua Sotto Mayor, rasga-se em incharacterística parede coberta por densa folhagem, pequeno chafariz de concepção revivalista. De facto, um arco trilobado, de pedra tosca enquadrando azulejos neo-mudéjares de intensa policromia, serve de espaldar ao fontanário finamente esculpido em mármore rosado.

Assente num plinto rectilíneo, o tanque emoldurado com duas pias interiores é alimentado por torneira que sobressai do torso sextavado, ornado de rosetas e semi-esferas. A este sobrepõe-se fuste de feição circular, sustentando a escultura naturalista de uma águia que segura, nas suas possantes garras, ondulante cartela pendente, ganhando assim a perenidade do monumento, pois inscreve-se ali, em caracteres góticos, o encomendador e o ano de fabrico da fonte: C M S — MCMXV.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA

IHAs 031.03.4110.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco e Neoclássico
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Confraria da Santa Casa da Misericórdia de Sintra foi instituída pela rainha D. Catarina, esposa do rei D. João III, entre Março e Julho de 1545. Como benemérita da vila de Sintra – compromisso inerente ao próprio cargo de rainha -, foi responsável por um número considerável de obras operadas no concelho. Uma das acções que patrocinou foi a construção da igreja da Misericórdia de Sintra, por volta do mesmo ano da criação da irmandade, à qual, mais tarde, e por ordem do soberano, se anexou o Hospital do Espírito Santo e a Gafaria. Durante o quarto de século seguinte não temos notícias relativas ao importante complexo ali erguido o que pode indicar que tudo correu a favor da normalidade, ou que, pelo menos, não terão ocorrido alterações significativas à estrutura original.

A 16 de Fevereiro de 1578 a mesa da assembleia resolveu substituir o velho altar-mor, de madeira, por um outro que melhor dignificasse o templo. Segundo o Arquivo da Congregação, para esta substituição, foram contactados dois artistas: o arquitecto régio Nicolau de Frias e o imaginário Jorge Rodrigues. Nenhum dos dois foi contratado e não se sabe o porquê pois não há mais nenhuma referência a estes dois indivíduos. Belchior Gomes, mestre de marcenaria, morador no termo de Cascais, foi o escolhido para executar os referidos trabalhos com quem foi firmado contracto no dia 2 de Março do mesmo ano. Por volta de 1581 o retábulo estaria praticamente terminado e para o pintar, dourar e estofar foi contratado, a 15 de Janeiro, o pintor Cristóvão Vaz. Este último discípulo do importante mestre maneirista Diogo Teixeira (activo entre 1562 e 1612) e do qual ainda hoje subsiste, entre outras obras, um admirável Pentecostes pintado sobre madeira e executado na sua oficina de Lisboa para o altar-mor da capela do Espírito Santo, situada no interior do paço real de Sintra (obra igualmente de inícios da década de oitenta do séc. XVI).

O pintor Cristóvão Vaz terá trabalhado em Sintra entre 1581 e 1584. Em 1583 pintou duas tábuas destinadas aos dois retábulos dos altares colaterais da igreja que, ao contrário das primitivas obras destinadas ao painel retabular do altar-mor perdidas na noite dos tempos, chegaram até nós. As duas pinturas, uma representando a *Adoração dos Magos* e a outra a *Ressurreição de Cristo*, ainda hoje se podem ali observar apesar de destituídas do seu contexto original e a que não serão alheias as várias campanhas de reestruturação, conservação e restauro de que o templo foi alvo ao longo dos séculos. Cristóvão Vaz legou-nos uma importante herança pictural que encontra a sua máxima expressão nos retábulos das igrejas da misericórdia de Sintra, da matriz de Colares e da matriz de Cascais.

As largas manchas dos esvoaçantes panejamentos e a representação mística dos rostos das figuras representadas, são algumas das características da sua pintura anti-renascentista e a que recentemente se convencionou chamar maneirismo - corrente caracterizada por uma violenta reacção ao esforço de reprodução dos modelos clássicos adoptada pelos artistas da renascença e iniciada pelo génio universal de Miguel Ângelo

Buonarrotti. A própria palavra maneirismo recebeu influência directa da *maniera* como o exímio artista interpretou e representou as teorias neoplatónicas nas principais disciplinas artísticas - pintura, escultura e arquitectura.

A planta longitudinal do templo é composta por uma estrutura paralelepípedica única que inclui a capela-mor. A cobertura é feita por telhado a duas águas e as paredes exteriores pintadas de cor-de-rosa com embasamentos de cantaria rematados por uma cornija delineada a branco, na parte superior, e rematada na empena por uma pequena cruz latina. A fachada principal é enquadrada nas extremidades por dois cunhais de cantaria e finalizados por urnas com fogaréus. O cunhal do lado esquerdo castiga parte da pequena torre sineira, recortada, com ventana de arco de volta perfeita onde se encaixa o sino. O portal axial, simples, é rematado por um entablamento coroadado por espaldar e uma cartela ao centro enquadrada por duas urnas com fogaréus. Todo o conjunto é encimado por um janelão gradeado e acima dele as armas da misericórdia. O templo é envolvido por volumes arquitectónicos que actualmente correspondem ao antigo hospital e à farmácia da misericórdia.

O interior é coberto por um tecto em madeira que apresenta decoração fitomórfica delineada a ouro. Um silhar de azulejos - de tipo padrão - estende-se ao longo das paredes do templo. Do lado do evangelho adossa-se uma pia de água benta em forma de concha. Os retábulos colaterais, em talha policroma, apresentam-se decorados com elementos vegetalistas delineados a ouro. A passagem para o altar-mor é efectuada mediante a transposição de um arco triunfal, de cantaria, de volta perfeita, suportado por pilastras da ordem toscana e decorados com ornamentação ovalada. Na parte superior, uma moldura policromada a azul, dourado e branco decorada com elementos vegetais e rematada com o escudo real. O tecto da capela-mor ostenta uma abóbada de berço decorada com frescos onde abundam brutescos organizados em torno do monograma da Virgem. As paredes laterais apresentam quatro arcos de volta perfeita. Os primeiros dois encimam portas e os seguintes apenas apresentam as bandeiras gradeadas a madeira para fechar o arco.

O altar-mor é integralmente preenchido com um retábulo em talha policromada a ouro e azul. Ao centro rasga-se o altar destinado a Nossa Senhora da Misericórdia, ladeado por quatro colunas salomónicas, e na parte superior de todo o conjunto o brasão da Santa Casa da Misericórdia. A decoração varia entre brutescos de folhas largas e alongadas, folhas de parreira, cachos de uvas e aves fantásticas. Todos os ornamentos foram cobertos a folha de ouro.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, o templo foi alvo de várias intervenções de consolidação, restauro e reestruturação. Uma das maiores intervenções aconteceu após o mega-terramoto de 1 de Novembro de 1755 que causou sérios danos à estrutura. Um importante documento refere o pagamento efectuado pelos trabalhos de remoção do entulho do interior do templo e mais tarde temos notícia de um pedido do Cardeal Patriarca para se construir uma “barraca com altar” onde seriam colocadas as imagens de vulto que sobreviveram à trágica catástrofe.

Logo a 17 de Abril de 1757, o ladrilhador António Manuel foi encarregado de lajear o chão da sacristia e, cerca de três anos mais tarde, Gregório Rodrigues de Moura foi o mestre de pedraria responsabilizado pelas obras de reedificação do templo, que cerca de 1760 já estavam terminadas. Para os acabamentos foi contratada a oficina do mestre pintor/decorador Joaquim José da Rocha que efectuou os trabalhos de pintura do tecto da nave, do intradorso do arco triunfal, do tecto da sacristia, do banco da irmandade e da cúpula do púlpito. Apesar dos trabalhos de pintura e de douramento se prolongarem durante algum tempo, em 1762 o templo já estava em condições de receber o culto. Menos sorte teve a igreja paroquial de São Martinho que, na sequência da tragédia, ficou bastante arruinada e sem uma irmandade que pudesse cuidar do seu urgente e dispendioso

restauro, o que levou o rei D. José a ordenar que o culto passasse a ter lugar na igreja da misericórdia de Sintra o que efectivamente aconteceu.

Já no século XX, cerca de 1930, foram efectuadas alterações relevantes no largo defronte do Palácio Nacional de Sintra. Esta intervenção determinou a demolição parcial da farmácia, do hospital e da nave da igreja que quando reconstruídos fizeram recuar as estruturas, em vários metros, relativamente ao espaço original que ocupavam. Segundo uma acta da Comissão de Iniciativa de Turismo, datada de 30 de Abril de 1933, ordena-se o pagamento dos trabalhos de reconstrução ao empreiteiro José Parente Rocha e aos pintores Manuel Nunes Garcia e Alfredo José Marques. Actualmente, o templo continua sob a alçada da Santa Casa da Misericórdia de Sintra e o seu estado de preservação/conservação é bastante bom.

IGREJA PAROQUIAL DE SANTA MARIA DO ARRABALDE

IHAs 020.05.4110.01



Localização: Sintra – Arrabalde

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Monumento Nacional, Decreto nº 8218, 29.06.1922. Zona especial de protecção, Portaria nº 670/92, Diário da República, II Série, nº 150, 30.06.1999.

Fundação: Sécs. XII-XIII (c. 1147-1154).

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Manuelino, Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997-1998) – *Obras*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1980-1990) – *Velharias de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) – *Cintra Pinturesca ou Memoria descriptiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra: Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], pp. 92-93; RIBEIRO, José Cardim (coordenação) (1998) – *Sintra – Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, pp. 225-227.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Erigida pelo Rei D. Afonso Henriques em 1147-1154, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, foi alterada especialmente na transição dos sécs. XIII-XIV e sobretudo depois do terramoto de 1755. Acrescentada de uma torre sineira em 1757 com um sino de 1468, é actualmente um austero edifício românico-gótico com portal gótico mainelado e três naves com tramos de arcaria ogival e capiteis finamente lavrados, rematado por uma ábside poligonal frestada, abobadada e contrafortada.

A fundação da igreja matriz de Santa Maria de Sintra remonta aos primórdios da nacionalidade. Após a conquista de Sintra aos mouros, em 1147, D. Afonso Henriques ordenou que se erguessem quatro templos cristãos, que deram origem a quatro paróquias, na dependência directa do padroado real. As paróquias de Santa Maria, de São Miguel, de São Pedro e de São Martinho correspondiam aos oragos venerados nos respectivos templos erguidos em cada uma das paróquias.

Depois de ter fundado, em 1131, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que subordinou directamente às ordens da cúria romana, Afonso Henriques, declarou vassalagem à Santa Sé no ano de 1143. Após várias décadas de guerra na luta contra o infiel inimigo e o objectivo último de aumentar e consolidar os domínios do condado, o primeiro Rei de Portugal, carecia do apoio da Santa Sé para reconhecer a legitimidade do novo reino emergente. O reconhecimento do Papa Alexandre III a Afonso Henriques como Rei e o Reino de Portugal como país independente e vassalo da Igreja Católica Apostólica de Roma só chegou em 1179 através da bula *Manifestis Probatum*.

Em Sintra, a primeira igreja, foi, portanto, construída num local denominado Campo do Arrabalde que, como o próprio nome indica, se situava nos arredores da vila e muito próxima da freguesia de São Miguel. Tratava-se de uma pequena ermida de reduzidas dimensões. No reinado de D. Sancho II, a Freguesia de São Miguel foi anexada à de Santa Maria, enquanto os padroados de São Martinho e São Pedro foram entregues, respectivamente ao bispo e ao cabido da Sé de Lisboa. No fundo o monarca pretendia evitar as crescentes rivalidades existentes entre os quatro priores das quatro freguesias da vila de Sintra, chegou-se mesmo à necessidade da criação de uma comissão eclesiástica arbitral para resolver problemas existentes entre os religiosos.

O pequeno templo fundado por D. Afonso Henriques foi, no último quartel do século XIII, demolido segundo as ordens do Prior Martim Dade que no seu lugar mandou erigir um templo de maiores dimensões e maior robustez. O padroado da igreja pertenceu sempre aos monarcas, contudo após a problemática crise dinástica de 1383-85 e o advento da dinastia de Avis, o padroado de Santa Maria passou para a Casa das Rainhas. A Rainha D. Isabel, esposa de D. Afonso V, cognominado o africano, doou o templo à Ordem de Cristo pela vitória na conquista de Arzila. Ao longo dos séculos foram várias as campanhas de obras de que o templo foi alvo. Intervenções de consolidação, restauro e ampliação fizeram com que a igreja permanecesse mais ou menos intacta até ao dia 1 de Novembro de 1755.

O terramoto que atingiu o sul do país e que sacrificou grande parte das obras de arte edificadas da zona de Lisboa danificou significativamente o monumento. Porém, conservou todos os seus elementos estruturais, não perdendo assim a sua primitiva estrutura gótica. Entre 1757 e 1760 a igreja entrou em trabalhos de recuperação, conservação e restauro. O Prior Sebastião Nunes Borges e os beneficiados do templo, reuniram esforços para levar a efeito as obras que permitiram ao antigo templo recuperar da catástrofe em que se viu envolvido.

Assim, as obras contemplaram a recuperação da fachada principal, substituição da rosácea sobranceira ao portal axial por uma janela, substituição das frestas das fachadas laterais por janelas que permitiu a entrada de mais luz no interior, o portal meridional foi parcialmente entaipado e o setentrional por completo. Até à contemporaneidade a estrutura não sofreu alterações.

Segundo o Prior Francisco Antunes Monteiro, na respectiva Memória Paroquial de 18 de Abril de 1758, a Igreja fora fundada pelo Rei D. Afonso Henriques, sendo o pároco apresentado pela Rainha, tendo a sua ruína do terramoto de 1755 sido então já reparada por conta do Prior e dos Beneficiados, nela sediando-se a Irmandade do Santíssimo Sacramento. As suas duas naves, cada uma com duas colunas, eram então ocupadas pelos três altares principal, de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Apolinário do lado do Evangelho, de Nossa Senhora dos Anjos e de São Brás do lado da Epístola.

A Igreja de Santa Maria de Sintra é, seguramente, o exemplar de arquitectura religiosa do período gótico mais completo existente no concelho de Sintra. A importância da estrutura aumenta devido ao facto de estarmos perante um exemplar de transição entre a arquitectura românica e a arquitectura gótica. Apesar de ao longo dos séculos ter sofrido alterações, o essencial da sua estrutura conservou-se até aos nossos dias. De planta longitudinal, rectangular, apresenta três naves e abside de topo em formato poligonal. À cabeceira, do lado meridional, adossa-se a sacristia também de planta rectangular. A sul da fachada principal eleva-se a torre sineira, um volume paralelepípedo do período barroco.

O primitivo portal axial, de duplo vão, apresenta arcos canopiais deprimidos suportados por uma fina e lisa coluna, rematada por um capitel da ordem coríntia. O tímpano, que outrora terá tido uma gramática com objectivos catequéticos, encontra-se hoje completamente desprovido de qualquer elemento decorativo. Todo o

conjunto é enquadrado por arco quebrado de três arquivoltas, suportadas por colunelos lisos de base quadrangular. O portal meridional apresenta arco canopial enquadrado em arco quebrado suportado por duas colunas finas e lisas, assentes em plintos altos e capitel decorado com elementos fitomórficos estilizados.

O interior apresenta três naves escalonadas e separadas por arcadas de quatro arcos quebrados, apoiadas em colunas de fuste liso e capitéis decorados com elementos vegetalistas, diferenciados entre si e nos cantos extremos apoiados em mísulas. A passagem para o altar-mor é feita através do arco triunfal, de formato ogival e encimado por óculo de diâmetro reduzido. O altar-mor divide-se em dois tramos, um rectangular e um poligonal, a cobertura apresenta uma abóbada polinervada. O tecto é atravessado por um friso decorado com motivos em forma de ziguezague. Os colunelos e as mísulas a partir das quais se lançam as nervuras apresentam-se decorados com elementos fitomórficos. A pequena mesa de altar é revestida, na parte frontal, com azulejos de aresta policromados. Quatro frestas verticais, na cabeceira do templo, iluminam o interior de todo o altar-mor.

As escavações arqueológicas efectuadas, entre 1982/83, no espaço equivalente ao adro do templo, colocaram a descoberto parte da necrópole medieval. Do material encontrado destacamos as cabeceiras de sepultura, de formato discoide, ostentando elementos decorativos como a cruz patada ou a cruz de Santo André, um sarcófago gótico – fragmentado - sem tampa e um busto esculpido com uma aplicação em chumbo que se desconhece a sua utilização. Contudo, este último elemento pode tratar-se de uma mísula, uma vez que a escultura é lisa na parte de trás e na parte superior da cabeça, dando a sensação de estar encaixada numa estrutura arquitectónica.

Foram ainda encontradas tampas de sepultura que apresentam na parte superior, e gravado em médio relevo, espadas com os punhos decorados em forma de cruz templária ou cruz da ordem de Avis. A cronologia dos artefactos encontrados abrange um espaço de tempo compreendido entre o final do século XIII e o século XVI. Porém, algumas sepulturas podem ser datadas, com alguma segurança, do século XVIII. Todos os monumentos funerários supracitados foram executados em granito, provavelmente proveniente do maciço da serra de Sintra, e encontram-se actualmente conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Quanto à sua tipologia, a necrópole da igreja de Santa Maria, encontra paralelos nas necrópoles de São Pedro de Canaferrim, matriz de Colares, capela circular de São Mamede de Janas e de São Miguel de Odrinhas.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MARTINHO DE SINTRA

IHAs 021.03.4110.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Séc. XII (1147-1154)

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Maneirista, Barroco, Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997-1998) – *Obras*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, vol. I, p. 39; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1980-1990) – *Velharias de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, vol. I; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) – *Cintra Pinturesca ou Memoria descritiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra: Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], p. 31; RIBEIRO, José Cardim (coordenação) (1998) – *Sintra – Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 231.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Igreja Paroquial de São Martinho de Sintra é uma circunscrição administrativa eclesiástica secular, fundada em 1147-1154, pelo Rei D. Afonso Henriques, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, recebendo estatutos em 1283 e aprovados em 1306, confinando, até ao séc. XX, com as homólogas de São Miguel do Arrabalde, Santa Maria do Arrabalde, São João das Lampas, São João Degolado da Terrugem e Nossa Senhora da Assunção de Colares.

Durante o século XII, o primeiro monarca português, D. Afonso Henriques, empenhou-se no reconhecimento do reino de Portugal que, após várias décadas de lutas, estava em franco crescimento. Uma das entidades que deveria reconhecer e credibilizar o seu novo Reino era a Igreja Católica Apostólica de Roma. Algumas medidas foram tomadas para conseguir esse objectivo, entre elas, a construção de templos cristãos e a declaração de vassalagem à Santa Sé.

Nos territórios conquistados aos infiéis sarracenos, foram várias as ermidas, igrejas e mosteiros que ordenou se construíssem. No caso de Sintra, o Rei, após a conquista do castelo aos mouros no ano de 1147, mandou construir, em Sintra e nos seus arredores, quatro templos cristãos que imediatamente deram origem a quatro paróquias. As quatro paróquias tinham na sua dependência algumas das aldeias incluídas no concelho de Sintra, igualmente providas de ermidas ou pequenos templos cristãos que serviam os vizinhos de cada localidade, apesar de casamentos e baptizados se fazerem, obrigatoriamente, na igreja matriz. No caso da igreja de São Martinho, tinha a seu cargo as ermidas de São Romão de Lourel e de São Mamede de Janas. A expansão que a Igreja Católica Apostólica de Roma assistiu desde o século VII ganhava, no dealbar do novo milénio, um novo fôlego, sobretudo na luta contra os infiéis sarracenos.

São Martinho foi um dos homens mais cultuados na alta idade média europeia e do próximo oriente. A fundação da Igreja Matriz de São Martinho remonta, certamente, aos primórdios da nacionalidade e, portanto, executada primeiramente num estilo romano-gótico. São Martinho terá nascido entre 315 e 317 na antiga Panónia – território actualmente parte da Hungria – foi o primeiro santo ocidental a ter uma biografia escrita por um contemporâneo seu, o escritor Sulpício Severo. Filho de um soldado romano seguiu a tradição e ingressou nas fileiras do exército romano. Estudou em Pavia e cedo percebeu que a religião divulgada, alguns séculos antes, por um homem de nome Jesus de Nazaré não lhe ficava indiferente. Acabou mesmo por se converter e exilar-se depois de se ter baptizado em 337 ou 339. Fundou o primeiro mosteiro de Ligugé e depois o de Marmoutier - com um seminário integrado -, perto da cidade de Tours. A sua fama logo correu pela Europa e foram muitos os homens que o seguiram ou que partilharam a sua ideologia. São-lhe, inclusive, atribuídos alguns milagres.

Vita Martini foi o nome dado por Sulpício Severo à sua biografia. Este aristocrata romano, rico e muito culto, estava fascinado com a vida e obra do então conhecido São Martinho de Tours. A biografia daquele que o tempo após a sua morte santificou teve um enorme impacto no mundo medieval e foi lido por um número considerável de pessoas. Podemos mesmo dizer que foi um *best seller* na altura. Por toda a Europa, o culto de São Martinho está relacionado com a terra. Os festejos em sua honra contemplam as previsões dos anos agrícolas, aliás, tal como os cultos pagãos da antiguidade; o culto a este bispo da Igreja passa por festas, preces e cânticos com desejos de abundância. Os países mediterrânicos como Portugal, Espanha, França ou Itália manifestam grande devoção a este santo, até porque são países com uma cultura vinícola muito forte. O momento de maior devoção comemora-se na altura do vinho novo e da água pé, que a propósito deram origem a vários adágios populares como “*pelo São Martinho, vai à adega e prova o teu vinho*” ou “*castanhas e vinho pelo São Martinho*”. É também curioso notar que, no calendário religioso, o dia de São Martinho é comemorado no final do Verão e início da estação outonal, ao contrário de Santo António, São João e São Pedro, que se veneram no final da Primavera e início do Verão.

Como em cima dissemos, a fundação do templo votivo a São Martinho existente na vila de Sintra terá acontecido no período próximo da fundação do Reino de Portugal. São poucos os documentos que chegaram até aos nossos dias; contudo, é possível traçar um percurso histórico do templo, ainda que com algumas falhas. Logo no ano de 1241, a igreja é cedida ao cabido da Sé, o que originou uma sucessão de desentendimentos entre os priores das quatro paróquias sintrenses nos séculos seguintes. Porém, só em 1283, a igreja de São Martinho recebe os seus estatutos, atestando assim a sua fundação, que só viriam a ser aprovados em 1306.

No ano seguinte, já se registavam enterramentos na igreja, como o provam as lápides epigrafadas encontradas no local. A localização deste templo, muito próximo do paço real da vila, e por conseguinte, do seu centro social, foi dos que mais beneficiou após a trágica epidemia de peste que assolou o reino no ano de 1348. Muitos dos que não resistiram à peste bubónica legaram os seus bens a esta igreja.

O edifício da igreja foi alterado especialmente no primeiro quartel do séc. XVI e reconstruído em 1755-1773, mantendo hoje a traça setecentista pombalina e apresentando uma frontaria austera e provida de galilé. Além de três pinturas quinhentistas, possui uma Sala-Museu de Arte Sacra, onde estão patentes algumas peças de valor histórico-cultural, entre as quais algumas pratas, paramentos e pergaminhos do séc. XV.

D. Manuel I, no final do século XV e início do século XVI, na sequência da sua política de campanha de recuperação e consolidação do património existente no reino, patrocinou uma campanha de obras na igreja. Até ao século XVIII, o templo terá permanecido sem grandes alterações, contudo, o trágico episódio do dia 1 de Novembro de 1755 deixou marcas profundas na freguesia de São Martinho, e, particularmente, na igreja

paroquial. A cobertura do templo cedeu causando sérios danos no interior. A partir de 1764, é contratado o arquitecto Mateus Vicente de Oliveira para reconstruir a igreja. As obras patrocinadas pela Casa Real tiveram certamente o aval do Ministro do Reino e Marquês de Pombal que tinha próximo da igreja o paço dos Ribafrias e pouco estaria interessado em ver uma ruína quase paredes meias com o seu palácio. Em 1773, as obras de recuperação, consolidação e restauro ainda decorriam e a nova silhueta da igreja integrava-se perfeitamente no estilo arquitectónico pombalino, típico do século XVIII, apresentando uma frontaria austera, tardo-setecentista e provida de galilé.

De planta longitudinal, é composto por três corpos principais. Dois, em formato rectangular, correspondem à nave e à galilé e um outro, em formato poligonal, que corresponde à abside do templo. Sobre a galilé, a torre sineira de volumetria quadrangular. No segundo registo, rasgam-se janelões que inundam de luz o interior da nave única.

No interior, as paredes estão integralmente pintadas com uma técnica que imita o marmoreado, enquadrando elementos arquitectónicos ficcionais com elementos fitomórficos, bíblicos, como é o caso do *Agnus Dei* nas janelas, entre outros. O chão lageado ainda conserva algumas sepulturas epigrafadas que, em alguns casos, não se encontram no local original onde foram inumados primeiramente os corpos a que pertencem. O púlpito em mármore, com uma cobertura de talha dourada, apresenta na parte cimeira uma janela em *trompe l'oeil*, uma ilusão muito bem conseguida. O arco triunfal que precede o altar-mor é ladeado por duas magníficas pinturas alusivas à paixão de Cristo. O altar barroco, em talha dourada, apresenta a imagem de Cristo crucificado e é ladeado por nichos com as representações escultóricas de São Martinho e do Sagrado Coração de Jesus.

Algumas das obras pictóricas existentes nesta igreja foram executadas no século XVI e, segundo Luís Reis Santos, entre 1531 e 1537. As magníficas obras quinhentistas estão atribuídas a três dos mais importantes pintores activos em Portugal neste período, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e Garcia Fernandes, também chamados Mestres de Ferreirim – freguesia do concelho de Lamego onde executavam as suas obras. É possível que as três obras referidas tenham integrado, inicialmente, o retábulo-mor executado em meados do século XVI.

Numa das alas anexas ao templo, podemos encontrar uma notável colecção de peças do século XVII, nomeadamente pratas e paramentos. Este pequeno museu improvisado oferece-nos, ainda, algumas peças de escultura, pintura e livros de temática religiosa.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, a Igreja Matriz e Real Colegiada era uma das mais antigas de Sintra, segundo a sua arquitectura, ficando muito arruinada com o terramoto de 1755, nela sediando-se as Confrarias ou Irmandades do Santíssimo Sacramento, das Almas e dos Passos. A sua nave única era então ocupada pelas seis capelas (quatro das quais no cruzeiro) das Almas, de Santo André e São Libório, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora do Livramento, do Senhor dos Passos. Apresentando as dimensões de 112 palmos de comprimento do cruzeiro à porta principal, 46 palmos de largura da nave, 25 palmos de comprimento do fundo à capela-mor, e 18 palmos de largura da capela-mor, cinco sextos dos rendimentos paroquiais da Igreja pertenciam aos Reverendos Cónegos da Basílica Patriarcal de Lisboa, como seus fabriqueiros, tendo-se recusado a cumprir a obrigação da sua reconstrução.

A Paróquia era encabeçada por um Presbítero como Prior, apresentado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e auferindo 300\$000, com mais cinco Beneficiados auferindo cada um 120\$000, em 1758, sendo os Cónegos diocesanos seus fabriqueiros e auferindo 5/6 dos seus rendimentos. Sendo a sede da Real Colegiada de São Martinho, deteve patrimonialmente as Ermidas de São Romão do Lourel e de São Mamede de Janas, recebendo

o templo matriz campanhas de obras de beneficiação no reinado de D. Manuel I e logo após o terramoto de 1755 e até 1773.

Mais tarde, segundo o recenseamento paroquial de 1758, compunha-se de 309 fogos ou vizinhos com 1183 habitantes, distribuídos pelas localidades de Ribeira, Cabriz, Várzea de Cima, Várzea de Baixo, Carrascal, Morelino, Nafarros, Luzio, Zibreira, Janas, Galamares, Casalinho, Casal da Granja de Cima, Granja de Baixo, Meiranás, Torre, Condado e quintas.

Posteriormente, em 1838, encontravam-se recenseados 356 fogos ou vizinhos com 1800 habitantes, distribuídos pelas localidades de Ribeira, Cabriz, Várzea de Cima, Meiraner, Mata do Paço, As Granjas, Várzea de Baixo, Figueirinha, Carrascal, Morelino, Janas, Zibreira, Nafarros, Galamares, e Quintas do Casalinho, da Piedade e da Penha Verde.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO MIGUEL DO ARRABALDE

IHAs 042.05.4110.01



Localização: Sintra – Arrabalde

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: inventariado

Fundação: Sécs. XII-XIII (c. 1147-1154).

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Neogótico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997-1998) – *Obras*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1980-1990) – *Velharias de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) – *Cintra Pinturesca ou Memoria descriptiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra: Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], pp. 98-102; RIBEIRO, José Cardim (coordenação) (1998) – *Sintra – Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, p. 229.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A Igreja Paroquial de São Miguel do Arrabalde é uma circunscrição administrativa eclesiástica secular, fundada c. 1147-1154, pelo Rei D. Afonso Henriques, na sequência da reconquista territorial cristã ao domínio militar islâmico, distante uma légua a Norte de Sintra e a Sul de Mafra, e confinante com as de Santa Maria do Arrabalde e Montelavar.

A antiga Igreja Paroquial de São Miguel, situada na antiga rampa de acesso ao Castelo dos Mouros, é actualmente uma casa de habitação. Ao longo dos séculos, não raras vezes a Igreja Católica Apostólica de Roma viu os seus templos reutilizados para os mais diversos fins. À medida que a degradação dos templos, na sequência do abandono a que muitas vezes foram votados, se verificava eram adaptados a estruturas residenciais, celeiros, estábulos ou para outras utilizações de conveniência.

A Igreja Paroquial de São Miguel foi um desses casos de reutilização, e adaptação, do espaço sobrevivente a terramotos e anos de abandono. É muito possível que tenha sido contemporânea da vizinha igreja votiva a Santa Maria, séc. XIII ou séc. XIV e localizada um pouco mais abaixo. Da estrutura original apenas resta a abside, actualmente parte integrada de uma habitação pertencente à Direcção Geral de Florestas – Núcleo Florestal de Sintra, e claramente de fábrica gótica. De volumetria poligonal, sustentada por pesados contrafortes lisos, é possível observar o local onde primitivamente se abriam as três frestas longitudinais, em forma de lanceta, que inundavam de luz o altar-mor do templo. Actualmente, a central está cega, preenchida com argamassa, e nas laterais, depois de preenchidas com argamassa, foram rasgadas janelas para iluminar as dependências a que correspondem. Na parte superior, exactamente antes da cobertura, é ainda possível visualizar a cornija e os respectivos modilhões que a suportam. A adaptação a residência terá acontecido ainda no século XIX e na sequência de anos de degradação e abandono.

O edifício da igreja foi alterado especialmente na transição dos sécs. XIII-XIV e ruiu com o terramoto de 1755. Sendo integrado na Paróquia contígua de Santa Maria do Arrabalde por perda de importância demográfica em 1860, é apenas actualmente visível a respectiva ábside poligonal gótica quatrocentista contrafortada integrada num edifício neogótico oitocentista e actualmente sede do Núcleo Florestal de Sintra da Direcção Geral de Florestas.

A Paróquia era encabeçada por um Presbítero como Prior, apresentado pela Rainha, em 1758, integrando ainda então as Confrarias do Santíssimo Sacramento, de São João Baptista, do Espírito Santo, das Almas, de Nossa Senhora da Saúde, de Nossa Senhora do Rosário, de Santo António e de São Sebastião – exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial.

No reinado de D. Afonso III, ocorrendo graves contestações administrativas e fiscais entre os Priores das quatro primitivas Freguesias de São Miguel e Santa Maria do Arrabalde, São Martinho de Sintra e São Pedro de Penaferrim, concertou-se, já só em 1283, uma escritura alusiva aos respectivos limites paroquiais, cabendo à primeira a jurisdição até às distantes Ermidas de São Romão de Lourel, Santa Eufémia da Serra e São Saturnino, além da de São Miguel de Odrinhas – exprimindo assim uma inerente efervescência de actividade devocional e assistencial.

Posteriormente, o Prior Diogo Álvares, Capelão da Rainha D. Isabel, mulher do Rei D. Afonso V, por devoção a São João Evangelista, incentivou os Reis a doar a Paróquia de São Miguel de Sintra ao então recém-fundado Mosteiro de Xabregas, recolhendo aí aquele até morrer em 1484. Tendo esta doação ocorrido em 1456 e sido subsequentemente confirmada por D. João II em 20 de Abril de 1482, a respectiva congregação monástica tentou nomear um Vigário e fora impedida pela Rainha D. Leonor, como Senhora de Sintra e cabendo-lhe a apresentação do respectivo Prior. Demorando-se processualmente esta demanda por três anos e concertando-se em 22 de Junho de 1487, a administração conventual interina da Freguesia transferiu o seu primitivo cartório documental medieval para Lisboa.

Mais tarde, o Prior Diogo de Sousa fora nomeado segundo Deão da Capela Real e Bispo do Porto pelo Rei D. João II em 1477, tendo antes sido Capelão-mor da Rainha D. Maria por provimento do Rei D. Manuel I. Subsequentemente, o Prior D. João Lopo, também Prior de Santa Maria do Arrabalde e depois Bispo de Tanger, beneficiou a igreja com uma campanha de obras e mandou forrar o tecto de madeira de cedro com o brasão de armas da Rainha, mediante mercê.

Em 1510, sendo o Padre João Lobo Prior e Vigário das Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Miguel, ocorreu um grave contencioso judicial com o Convento trinitário do Arrabalde (então representado pelos Padres Frei Diego, Provincial da Ordem da Santíssima Trindade, e Frei Fernando de Matos, Ministro conventual), que pretendia capacidade de tanger sino às horas canónicas dos ofícios litúrgicos, concorrendo com aqueles templos matrizes, deliberando depois e sentenciando definitivamente o Doutor João Gil, Chantre da Sé Catedral de Lisboa, Cirurgião-Mor e Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, a favor da comunidade monástica e recorrida depois junto da Cúria Romana sem decisão ulterior, mas com recíproca aceitação reconciliante.

Infelizmente são muito raros os documentos que nos podem ajudar a reconstituir a história deste templo religioso. Sabe-se que o mega-terramoto de 1 de Novembro de 1755 atingiu significativamente a estrutura e que posteriormente esteve previsto o seu restauro integral, contudo este nunca chegou a ser realizado. A avaliar pelo tamanho da ábside é possível que o templo original fosse de generosas dimensões, provavelmente maior que a igreja de Santa Maria.

A documentação disponível não nos fornece dados para a segunda metade do séc. XVIII nem para a primeira metade do séc. XIX. Em 1860 a freguesia de São Miguel de Sintra foi extinta e a sua área territorial anexada à freguesia de Santa Maria, passando esta, a partir desse momento, a chamar-se freguesia de Santa Maria e São Miguel. Terá sido também a partir desse momento que a estrutura que ainda se encontrava de pé foi reutilizada e adaptada a habitação. No ano de 1984 sofreu alterações à estrutura interna, da responsabilidade da Direcção Geral de Florestas – Núcleo Florestal de Sintra, que ainda é sua proprietária e a utiliza como residência.

Antes de 1838, esta Paróquia já se encontrava incorporada na de Santa Maria do Arrabalde, não existindo por isso qualquer recenseamento estatístico geo-demográfico disponível, sendo apenas mencionada nas *Memórias Paroquiais* de 1758, como ficando o templo da Freguesia irremediavelmente danificado. Contudo, em 1838, encontravam-se recenseados 30 fogos ou vizinhos com 162 habitantes, distribuídos pelas localidades de Campo Raso, Casal da Serra, Courel, Pedregueira, Penalva, Quinta de Boialvo, Quinta da Portela, Ral, sendo a Paróquia efectivamente extinta em 1860.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE CANAFERRIM

IHAs 014.09.4110.02

Localização: Castelo dos Mouros
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal destacado
Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910; Diário do Governo, 23.06.1910. Zona especial de protecção, Portaria nº 670/92, Diário da República, II Série, nº 150, 30.06.1999.
Fundação: Século XII
Estilo(s) arquitectónico(s): Românico
Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

JUROMENHA, Visconde de, *Sintra Pitoresca*, Sintra, 1994 (1.ª ed. 1838); PEREIRA, Félix Alves, *Sintra do Pretérito*, 2.ª ed., Sintra, 1975 (1.ª ed. 1957); AZEVEDO; José Alfredo da Costa, *A Vila Velha* (Ronda pelo Passado), Sintra, 1978; SERRÃO, Vítor, *A Capela de São Pedro do Castelo dos Mouros*, in *Jornal de Sintra*, Abril-Maio 1980; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Velharias de Sintra*, vol. IV, Sintra, 1982; REAL, Manuel Luís, *Perspectivas sobre a Flora Românica da "Escola" Lisbonense. A Propósito de Dois Capitéis Desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo*, in *Sintra*, Vol. I- II, Tomo 1.º, 1982 - 1983; SALDANHA, Nuno, *A Capela de São Pedro de Penaferrim em Sintra*, In *Aedificiorum*, N.º 1, 1988; SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Lisboa, 1989; AZEVEDO, Carlos, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 2.ª ed., Vol. II, Lisboa, 1990 (1.ª edição 1963); CARVALHO, Sérgio Luís de, *História de Sintra*, 1992; RIBEIRO, José Cardim, (coord. de), *Sintra. Património da Humanidade*, Sintra, 1996.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Na sequência da conquista de Lisboa aos mouros, por D. Afonso Henriques, no ano de 1147, os infiéis que defendiam a fortaleza de Sintra entregaram-se finalmente e de forma voluntária. O “Castelo dos Mouros”, como hoje é denominado, esteve durante alguns anos, ora sob o domínio muçulmano ora sob o domínio cristão. Não se sabe ao certo a altura da sua construção, contudo, os especialistas, aventam os séculos VIII ou IX como o período provável para a sua edificação. Após tomar posse do castelo, D. Afonso Henriques, já coroado rei desde a batalha de Ourique, em 1139, concedeu privilégios e carta de foral a trinta povoadores, em 1154, que ali passaram a viver incrementando a vida no interior do castelo, e, simultaneamente mantendo uma força beligerante atenta e pronta para qualquer eventualidade.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos monarcas após a conquista de território aos mouros infiéis era providenciar a construção de estruturas religiosas que permitissem servir as necessidades espirituais da comunidade. No caso do Castelo de Sintra, essa situação verificou-se logo no início da segunda metade do século XII. Uma pequena capela, de evidente estilo românico, construída entre as duas muralhas da fortaleza, e votiva a São Pedro, foi a sede da freguesia durante longos anos. Alguns autores defendem que pode tratar-se de uma das primeiras estruturas românicas construídas em Sintra, senão mesmo a primeira. Não colocamos de

parte a possibilidade de este templo ter sido erguido em local onde anteriormente já havia algum vestígio muçulmano destinado ao culto.

De planta longitudinal, a capela, é composta pela justaposição de dois corpos rectangulares: um correspondente à capela-mor e o outro ao corpo da igreja. A estrutura apresenta uma volumetria paralelepípedica, uma abóbada de berço e uma cobertura de duas águas. Actualmente apenas a capela-mor se encontra coberta, a nave encontra-se sem qualquer protecção. As paredes são de granito autóctone e aparelho rústico – típico da primitiva edificação românica. A orientação do templo segue a tradição cristã, orientando a cabeceira a Oriente. A entrada principal, que se faria a Oeste, já não tem qualquer vestígio do seu portal original. O portal meridional apresenta-se ladeado de duas colunas de fuste liso, coroadas com capitéis decorados com motivos vegetalistas e zoomórficos, apresentando cada um deles duas aves defronte uma para a outra. De salientar que no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, se conservam dois capitéis com elementos vegetalistas que podem ter pertencido ao portal axial. Na parte superior encontramos duas arquivoltas que deveriam enquadrar o programa do vão da porta, de que hoje não existe qualquer vestígio. Ambas as entradas se encontram ligeiramente elevadas devido ao declive do terreno em que a construção se encontra. Por esta razão o acesso ao interior é feito por alguns degraus, tanto no portal Sul como no Oeste. A passagem da nave para o altar-mor é feita por um arco triunfal, que adopta características idênticas aos do portal sul, uma vez que ostenta um par de colunas lisas assentes sobre plintos igualmente lisos. Os capitéis, que sustentam o arco de volta perfeita, apresentam-se decorados com elementos vegetalistas. A capela-mor preserva ainda pequenos fragmentos de policromia, que se assemelham àqueles que enquadrámos na decoração do gótico pleno. Tratam-se de elementos fitomórficos articulados com componentes de decoração geométrica. A iluminação da abside é conseguida através de uma fresta existente no extremo oriente da cabeceira. Ainda no interior da abside, nas paredes, tanto do lado da Epístola como do lado do Evangelho, encontram-se dois exíguos nichos, rectangulares, que certamente serviram para acolher objectos destinados ao culto litúrgico.

O pequeno templo esteve durante séculos ao serviço de grande parte da população que habitava as áreas de Sintra e Cascais. Acreditamos, segundo a documentação de que dispomos, que a pequena capela tenha funcionado até meados do século XV. A partir desse momento vários factores terão contribuído para o abandono progressivo da estrutura. Em 1493, temos notícia do arrombamento das portas e da frequente profanação do templo por parte de judeus. Uma das razões que terá levado ao seu abandono definitivo poderá estar relacionado com a fundação, no século XIV, de uma nova igreja matriz, na freguesia de São Pedro, situada no sopé da serra e desta forma muito mais perto do centro da vida social, que se situava agora, na vila de Sintra, mais concretamente, em redor do Paço Real. Haveria certamente a necessidade de ter mais perto uma estrutura religiosa que permitisse o culto espiritual da população, que se encontrava em pleno crescimento no século XVI. Os séculos passaram e não temos notícia de qualquer intervenção ou tentativa de evitar a degradação do monumento. No século XVIII, o Marquês de Pombal efectuou um questionário para averiguar, ao pormenor, a gravidade do terramoto do dia 1 de Novembro de 1755. Segundo os Piores António de Sousa Seixas e Francisco Antunes Monteiro, nas respectivas Memórias Paroquiais de 6 e de 18 de Abril de 1758, das Paróquias de São Pedro de Penaferrim e de Santa Maria do Arrabalde, a Igreja teria sido um antigo templo paroquial, apresentando a ousia abobadada um vestígio mural pintado de São Pedro, além de uma inscrição “gótica” em volta e parcialmente extinta, discriminando-se as dimensões do templo (capela-mor: 32 palmos de largura, 20 palmos de comprimento), encontrando-se ainda a nave descoberta e arruinada, com uma porta principal a Oeste e outra pequena a Sul, bem como uma janela fronteira a Norte com 10 palmos de altura.

Mais tarde, no século XIX, mais uma vez, o Rei Artista, D. Fernando II, ordenou o restauro e consolidação do monumento. Para orientar os trabalhos chamou o Barão von Eschewege, que já tinha trabalhado consigo no

Palácio da Pena e no restauro e consolidação dos panos de muralha do “Castelo dos Mouros”. Esta intervenção foi fundamental, uma vez que assim se evitou o colapso total do monumento.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO DE PENAFERRIM

IHAs 025.06.4110.01



Localização: São Pedro de Penaferrim – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariada

Fundação: Séculos XIV-XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Barroco

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. V.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A igreja matriz de São Pedro de Penaferrim deverá remontar ao século XIV. São escassas as fontes que nos permitem sustentar esta afirmação, contudo subsistem alguns indicadores. A igreja de São Pedro de Canaferrim, situada intra-muros do designado “castelo dos mouros”, começou a perder protagonismo ainda no século XIV. Fontes credíveis revelam-nos que no século XV já se encontrava praticamente abandonada e alvo fácil de larápios que a pilharam e profanaram. Uma das razões que terá originado o progressivo abandono desta pequena estrutura religiosa, de fundação românica, terá sido a construção de um novo templo na freguesia de São Pedro de Penaferrim localizada no sopé oriental da serra de Sintra.

Terminadas as guerras que permitiram delimitar as fronteiras do reino, a antiga fortaleza, de origem moura, perdeu muita da importância de outrora e a vida dos habitantes de Sintra passou a centrar-se nas proximidades do palácio real e nas freguesias adjacentes. Uma das fontes mais importantes, e que permite sustentar esta teoria, é um documento que se encontra no Arquivo Histórico de Sintra, pertencente ao núcleo da Santa Casa da Misericórdia de Sintra. O precioso documento, datado de 1403, diz o seguinte: «*Nos arravaldes pedregosos do monte é que só poderiam cultivar-se pequenas leiras como essas duas courelas, um pomar e uns pardieiros, a par da igreja de S. Pedro, e que pertenciam ao Hospital do Santo Espírito e Gafaria e estavam emprazados a Gil das Tendas por vinte libras antigas.*». Da leitura deste pequeno excerto podemos concluir que, no início do século XV, a igreja de São Pedro já existia e, para além dela, um hospital e uma estrutura destinada a acolher leprosos.

A referência ao cultivo de pequenas leiras e a existência de um pomar e de um pardieiro nas proximidades da igreja, leva-nos a crer que o local ou a periferia do mesmo já estava habitado neste período. Porém essa ocupação estaria, ainda, numa fase inicial. O texto descreve-nos um solo muito pedregoso; ora, se a zona já estivesse plenamente ocupada, certamente o terreno estaria em melhores condições de proporcionar uma mais valia à economia local. O facto deste documento datar dos primeiros anos leva-nos a crer que a igreja, muito provavelmente, terá sido fundada ainda no século XIV.

Na segunda metade do século XVI, a igreja encontrava-se já em degradado estado de conservação. Alguns autores defendem mesmo que a estrutura pode ter ficado bastante danificada com o terramoto de 7 de Janeiro de 1531; contudo, não existem fontes que corroborem esta hipótese. D. Álvaro de Castro, Capitão-Mor do mar da Índia e filho de D. João de Castro (famoso vice-rei da Índia), mandou executar obras de beneficiação e de ampliação em 1565. A abóbada artesoadada da nave, o arco triunfal e a abóbada do altar-mor pertencem, sem dúvida, à campanha realizada neste período, onde se destaca o notável trabalho da abóbada da nave, dividida

por três tramos, e do eixo longitudinal imitando uma corda. As nervuras que sustentam a abóbada estão apoiadas em mísulas decoradas com elementos vegetalistas ou em pilastras adossadas aos panos de parede. As pedras de fecho apresentam decoração vegetalista.

De toda a estrutura, a ábside deve ser a parte mais antiga, podendo mesmo remontar à primitiva edificação do século XIV. No início do século XXI, a parte exterior do templo foi alvo de várias obras de intervenção, entre elas a remoção integral do reboco. Perante esta rara oportunidade, foi possível observar muitos lapidares trabalhados incluídos nas paredes, com especial incidência para a zona dos contrafortes da ábside, onde se encontrou um fragmento de um capitel entre outros elementos que exibiam ainda as marcas dos canteiros que os trabalharam séculos antes. Foi também possível observar melhor o portal, em ogiva, situado na parte frontal da base da actual torre sineira, que se encontrava entaipado pelo reboco e apenas visível a partir das escadas de acesso ao interior da torre. Poderá este portal pertencer também à primitiva igreja?

No século XVIII, a igreja voltou a sofrer obras de ampliação, decoração, conservação e restauro, desta vez resultado do apoio mecenático de D. Tomás de Almeida (1670-1754), 1.º Patriarca de Lisboa. Importante figura da primeira metade do século XVIII, era filho de D. António de Almeida, 2.º conde de Avintes e de D. Maria Antónia de Bourbon, dama de companhia da rainha D. Maria Francisca de Sabóia. A igreja de São Pedro de Penaferrim apresenta um portal axial, de estética barroca, encimado com o brasão de armas do Cardeal Patriarca, denunciando assim o seu apoio mecenático, que, de resto, se estendeu a outros templos, nomeadamente à Sé de Lamego, que, de todos, foi o mais beneficiado, recebendo, após a sua morte, 9000 cruzados para obras.

A contra-reforma defendia uma nova estética para os templos cristãos. Com o objectivo de tornar a liturgia mais apelativa e catequética, os templos revestiram-se de elementos decorativos versando programas religiosos que resultaram numa exuberante teatralidade. O revestimento azulejar da nave da igreja de São Pedro de Penaferrim é um desses exemplos executado no século XVIII. Tratam-se de painéis historiados, elaborados em azulejos azuis e brancos e separados por cercaduras de qualidade indiscutível. O especialista em azulejaria José Meco atribui a sua autoria à oficina de Valentim de Almeida e insere-os no ciclo de grande produção da primeira metade do século XVIII. Neste caso, o autor acredita terem sido executados por volta de 1730. De salientar que a ausência de fontes documentais não permitem atribuir com segurança a execução dos painéis; contudo, com base na análise estilística e nas fontes iconográficas, José Meco confirma a atribuição a Valentim de Almeida. Anteriormente, os mesmos painéis tinham sido atribuídos a Policarpo de Oliveira Bernardes, irmão do famoso Inácio de Oliveira Bernardes, arquitecto, pintor e cenógrafo da corte setecentista.

Os painéis ostentam episódios da vida do apóstolo São Pedro e estão dispostos ao longo de toda a nave, enquadrados, no registo inferior, pelas armas de D. Tomás de Almeida e do apóstolo São Pedro, e, no registo superior, pelas chaves cruzadas coroadas pela mitra cardinalícia. É notável a qualidade plástica das figuras representadas, assim como dos elementos decorativos. Os anjos que se encontram no plano inferior e que seguram a mitra apresentam um tratamento anatómico de qualidade, para além do extraordinário cuidado com que foram trabalhadas as magníficas asas e os panejamentos. Os pequenos anjos, as cartelas que se distribuem pelos painéis denunciando a heráldica do encomendante e do apóstolo, assim como os elementos arquitectónicos e os florões que enquadram todo o conjunto, conferem aos painéis um cariz teatral de notável qualidade.

Os oito painéis apresentam os seguintes episódios da vida do apóstolo: Pesca Milagrosa, Libertação de São Pedro, Cura de um doente, Cura de um paralítico à porta do Templo, Conversão e Baptismo de Constantino, Jesus e Pedro caminhando sobre as águas, Entrega das Chaves e Leão I combatendo Átila. De toda a

bibliografia existente sobre os painéis sobressai o painel da Pesca Milagrosa por ter sido claramente inspirado a partir de um cartão de Rafael. Na sequência de uma encomenda do papa Leão X, Rafael (1473-1530) executou um conjunto de cartões entre os quais alguns relativos a episódios da vida do apóstolo São Pedro. Mais tarde Cornelius Massys (c. 1510-1562) copiou o célebre cartão de Rafael Sanzio o que ajudou na sua divulgação por toda a Europa.

A encimar a porta do púlpito encontra-se uma imagem gótica de São Pedro. Esta escultura, talhada, muito provavelmente, na centúria de quatrocentos, poderá ter pertencido inicialmente à pequena capela românica de São Pedro de Canaferrim.

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, a Igreja Paroquial Colegiada de São Pedro de Penaferrim, antes designada Canaferrim, consistia espacialmente numa nave única com três altares – principal, de Santo Estêvão (do lado do Evangelho) e de Jesus crucificado (do lado da Epístola) – além de apresentar alguma ruína resultante do terramoto de 1755 e ainda não reparada, apesar de não impeditiva da regular celebração litúrgica.

MOSTEIRO DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE DA PENHA LONGA

IHAs 017.06.4160.01

Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16/06/1910.

Fundação: Séc. XIV (c. 1355-1400)

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Renascença, Revivalismo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

BARBOSA, Inácio Vilhena (s. d.) – *Notícia histórica sobre a celebrada imagem de Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa. O Vale de Penha Longa e o Mosteiro da Ordem de S. Jerónimo;*

FORTES, Mário (1992) – *Jardins da Penha Longa*, texto policopiado; MALATO, Beliz e GOMES, Pinto (1990) – *A vegetação e paisagem da Quinta da Penha Longa.* Sintra:

Conservação e Recuperação; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) –

Cintra Pinturesca ou Memoria descritiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra:

Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], pp. 115-127; CAETANO, Joaquim Oliveira e SALDANHA, Nuno (1989) – *Quinta da Penha Longa. Breve resenha histórica*, texto policopiado. Lisboa; SILVA, Denise Pereira da (1999) – *Penha Longa.* Sintra: Penha Longa Golf Resort; SOUSA, Tude Martins de (1946) – *Mosteiro e Quinta de Penha Longa na Serra de Sintra.* Sintra: Sintra Gráfica de António Medina Júnior.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O Mosteiro de Nossa Senhora da Saúde da Penha Longa fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica de São Jerónimo, localizada no sítio homónimo da Serra de Sintra e funcionalmente existente entre c. 1355 e 1834.

A actual Quinta da Penha Longa ocupa, mais ou menos, o antigo couto, pertença do mosteiro com o mesmo nome. As suas origens remontam ao século XIV, altura em que ressurgiu o movimento eremítico por toda a Europa com especial destaque para a Itália e, mais tarde, a partir daqui, para vários outros países católicos como é o caso de Portugal e Espanha.

Cresciam cada vez mais as congregações que tomaram como inspiradora a figura penitente de São Jerónimo no deserto da Cálcis. São Jerónimo transforma-se mesmo num verdadeiro herói da época, não admira, por isso, que tenha obtido uma quantidade significativa de seguidores. O culto hieronimita ibérico recebe uma importante influência do *quattrocento* italiano.

No caso português, a introdução do culto deve-se a Frei Vasco Martins, monge natural de Leiria, que no final do século XIV funda o primeiro convento seguidor da ordem de São Jerónimo. Passou vários anos em Itália e

durante a sua estadia em Florença foi discípulo do célebre Tommasuccio da Foligno, hoje mais conhecido como Frei Beato Tomás de Siena. Terá sido aqui que interiorizou a nova doutrina hieronimita. Depois de Itália, e após a morte do seu mentor, Frei Vasco Martins, passou por Madrid onde se deteve durante algum tempo com o objectivo de, por um lado juntar alguns membros desta congregação que se encontravam dispersos e, por outro, fundar um convento hieronimita, que o Bispo de Toledo não autorizou. Finalmente, nada mais tendo a fazer no reino espanhol, dirigiu-se para Portugal e pensa-se que terá chegado no ano de 1355. No mesmo ano, terá falado com o Rei D. Afonso IV que o apoiou na ideia de fundar um convento hieronimita.

Contudo, o terreno para a instalação do novo cenóbio só foi adquirido em 1390, faltando apenas a autorização da entidade papal para o início das obras. A autorização pontifícia do Papa Bonifácio IX chegou apenas em 1400. A Bula papal autoriza a criação da Ordem de São Jerónimo em Portugal, independente daquela que existia na província de Espanha. Para que esta autorização fosse concedida muito contribuiu o dedicado empenho da infanta Dona Isabel de Borgonha. Assim, a bula autorizou a fundação canónica e jurídica do mosteiro da Penha Longa, que se tornou na primeira sede da Ordem de São Jerónimo no reino português. Frei Fernando João foi nomeado seu Prior.

De notar que a localização do mosteiro, no sopé meridional da serra de Sintra, era um local que estava de acordo com a ideologia e os ensinamentos do pensamento hieronimita tais como as noções de desprendimento material, a ligação à natureza como meio privilegiado de meditação, oração e a valorização dos estudos e das actividades intelectuais. Este último factor fez com que alguns círculos da nobreza cortesã e de outros círculos mais preparados intelectualmente visitassem o cenóbio regularmente. Ao longo da História do convento, o apoio régio conjugou-se com o mecenato das grandes casas nobres do reino, como a de Monsanto, a dos Távoras, a dos Ribafrias, alcaides-mor de Sintra ou a dos marqueses de Cascais que chegaram mesmo a ter pousadas próprias nos domínios do mosteiro.

Este Mosteiro fora fundado c. 1355 pelo Padre Frei Vasques Martins de Leiria, membro familiar da Casa dos Condes de Santa Cruz e discípulo do fundador italiano daquele instituto de vida consagrada com inspiração franciscana terceira, Frei Tommasucchio da Foligno de Siena, tendo sido o seu primeiro núcleo pioneiro em Portugal, a partir de uma primitiva Ermida de Nossa Senhora da Piedade, desde 1383.

Posteriormente, em 1372, o Papa Gregório XI, através da sua Bula particular *Salvator humanis generi*, ordena à congregação eremítica embrionária estabelecida na Penha Longa que professe sob a Regra canónica de Santo Agostinho, com vista à sua integração na Ordem de São Jerónimo, fundando a sua subsequente presença organizada na Península Ibérica, reunindo a jurisdição territorial dos Reinos de Castela, Aragão e Portugal.

Em 1390, o Rei D. João I, por consequência estimulada da aprovação papal, patrocina a aquisição patrimonial do sítio do Penedo dos Ovos, com vista à edificação do monumento conventual, e, em 1400, o Procurador comunitário Frei Fernando Eanes regressa investido como Prior instalador da profissão monástica, após uma ligeira demora ocorrida na conclusão do processo de confirmação apostólica e devida a vicissitudes político religiosas do Grande Cisma do Ocidente.

Em Carta Régia de D. João I, emitida em 25 de Janeiro de 1431, e confirmada por D. Afonso V em 1439, refere-se dever-se a primeira edificação monástica à Infanta D. Isabel, Duquesa de Borgonha, durante a primeira metade do séc. XV, prosseguindo ao longo do tempo com diversas campanhas de obras ou empreitadas, durante este último reinado e incomprovadamente atribuídas a cargo do arquitecto régio Mestre Gil de Sousa.

Face à intransigência nacionalista da Dinastia de Avis, a Ordem de São Jerónimo independentiza-se em Portugal face à jurisdição castelhana, por Bula pontifícia do Papa Nicolau V de 1448, tornando-se o Mosteiro da

Penha Longa a sede portuguesa da Ordem até 1517, com sucessiva proeminência hegemónica de Santa Maria de Belém.

Pouco antes, em 1439, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra e Regente do Reino, instrui D. Afonso, Senhor de Cascais, para delimitar a cerca do couto conventual (posteriormente confirmada pelos Reis D. Filipe II em 1598, D. Filipe III, D. José, D. Maria I e D. Pedro IV). Contando sempre com o apoio expresso dos Alcaides-Mor de Sintra (das famílias Távora e Ribafria), o Mosteiro teve os seus Estatutos aprovados em 1466.

Posteriormente, o Rei D. Manuel I enceta um novo ciclo na vida conventual do Mosteiro da Penha Longa, realizando várias empreitadas de ampliação arquitectónica (em 1503, 1511 e 1519), mandando ainda construir uma residência régia para albergar a frequente presença ocasional da Corte, o que gera a instituição de um significativo foco cultural especializado no ensino científico e de gramáticos a leigos jovens e noviços.

No século XIV, o mosteiro prosperava. A propriedade, que entretanto tinha crescido, foi delimitada por muro, e contava com fontes, pedreiras próprias, fornos de pão e de cal, azenhas e solos bastante férteis. Ou seja era já uma propriedade com um importante valor a vários níveis. Contudo a época de ouro para a Ordem hieronimita estava ainda por vir. É no século XVI que a Ordem e o mosteiro ganham uma maior importância. Nesta nova centúria foi beneficiado com obras de restauro, consolidação e ampliação, patrocinadas tanto por D. Manuel I como pelo seu sucessor D. João III, e ainda por príncipes e infantes que muitas vezes recolheram a ele em períodos de luto ou reflexão. D. Manuel I mandou construir uma hospedaria para abrigar os fidalgos da sua corte, quando para ali iam caçar ou simplesmente respirar os bons ares da serra. O Infante D. Luís, o Cardeal-Rei D. Henrique foram outras das importantes figuras que habitaram este cenóbio, o Cardeal chegou mesmo a viver lá durante o tempo de uma das suas regências.

Inicialmente consagrada sob a protecção espiritual do orago de Nossa Senhora da Vitória em finais do séc. XIV (em memória do triunfo português no conflito ibérico da Batalha Real dita de Aljubarrota), a igreja conventual muda a sua invocação para a de Nossa Senhora da Saúde, em 1569, em virtude da cura miraculosa de doentes pestíferos acolhidos aqui, evadidos de Lisboa e inoculados aquando do desembarque de tripulações chegadas da Índia.

Tradicionalmente, a imagem da padroeira fora doada por Rui de Ataíde, Capitão de Malaca, e transportada na frota naval comandada por Vasco da Gama no regresso da sua primeira viagem à Índia, tendo sido zelada na Igreja Paroquial de S. Pedro de Penaferrim, entre 1834 e 1860, pelo seu Prior e antigo monge jeronimita do Mosteiro da Penha Longa de Sintra, Frei Bernardo Pereira do Vale.

Nas épocas moderna e contemporânea, devem ainda destacar-se a presença patrimonial interventiva do Cardeal Pompeu Zambicário, Arcebispo de Sulmona e Conde Quaranta, Núncio Apostólico do Papa Júlio III junto da Coroa Portuguesa entre 1550 e 1561, bem como, finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, entregando-se subsequentemente o edifício imóvel conventual e o seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de São Pedro de Penaferrim.

A 7 de Julho de 1834 sai o decreto que extingue as ordens religiosas e o Juiz de Fora e do Cível de Sintra tomam posse do convento. O rol dos bens móveis foram enviados à Fazenda Pública. Dois anos mais tarde, a propriedade é arrematada em hasta pública por João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, 1º Conde, Marquês e Duque de Saldanha. A partir desta data foram vários os proprietários do convento. Recentemente a propriedade foi transformada num *golf resort* circundada por vários campos de golfe e a estrutura conventual

encontra-se restaurada e preservada, até porque a abastada clientela desta unidade hoteleira de luxo assim o exige.

O complexo monástico apresenta uma planta irregular, composta por igreja de cruz latina, nartex rectangular e ábside curta. Inicialmente o orago principal da igreja era o de Santa Maria da Vitória, posteriormente, em data que não podemos precisar, a igreja passou a ser votiva a Nossa Senhora da Saúde. É possível que a fantástica torre lanterna cupulada que coroa o cruzeiro, assim como o transepto e a capela-mor, sejam obras de finais do século XVI, portanto executados durante o período filipino, contudo não temos fontes fidedignas que nos corroborem tal facto.

O pórtico da igreja é de uma simplicidade que pensamos fruto de um renascimento que passou por nós como que, de fugida, para outro lugar. É composto por um arco central de volta perfeita elevando-se acima dos entablamentos laterais suportados por quatro colunas dóricas assentes em bases quadradas. Este pórtico dá acesso a um pátio coberto que dá para a entrada lateral da igreja, cuja porta é sobrepujada por um nicho, já de estética barroca, e com a imagem da virgem Maria no interior.

O corpo da igreja manuelina, ao contrário do que hoje podemos observar, era abobadado em laçarias de pedra que descarregavam o seu peso em colunas adossadas e apenas tinha capelas do lado do Evangelho, consagradas a Santa Maria da Vitória, a Santo António, a Nossa Senhora da Saúde, a São José e a Nossa Senhora da Piedade, que de resto ocupava a primitiva ermida de Frei Vasco, o fundador do convento. De destacar que esta ermida ainda hoje é visitável a partir de uma porta que se abre a partir do corpo da igreja.

Na parte setentrional, adossadas à igreja, encontramos capelas laterais de formato rectangular e 2 corpos de planta quadrangular ligados por um pórtico. A Sul, um claustro quadrangular, à volta do qual se dispõem: a Oeste a sala das armas; a Sul o refeitório; a Sudeste a cozinha e a Este a sacristia; os dormitórios, de corpo longitudinal, iniciam-se na fachada Oeste e prolongam-se para a fachada Sul do conjunto. A massa de volumes apresenta-se muito bem articulada da qual sobressai a torre lanterna, de formato circular, e a torre sineira, de formato quadrangular. Telhados de duas e três águas cobrem todo o conjunto.

Como vimos, este convento estava para além da ordem religiosa que acolhia, pois era frequentado pela mais alta nobreza e pela própria realeza. O Cardeal D. Henrique, que por várias vezes assegurou a regência do reino de Portugal, foi o último membro da realeza a fazer deste cenóbio residência real. Durante a sua estadia, no último quartel do século XVI, mandou executar obras de remodelação no refeitório e criou aquele a que viria a chamar-se o Jardim do Cardeal. Durante o período filipino, o mosteiro, sobretudo no início do segundo quartel do século XVII, sofreu alguns acidentes.

No dia 1 de Dezembro de 1627 houve uma inundaçã, de que nos dá conta uma lápide oval, existente no vestibulo do convento, que diz: «NA ERA DE 1627 EM O PRº DE DEZEBRO AO MEIO DIA OVVE HVA CHEA Q ALAGOV TODO ESTE COV.TO ATE ALTURA DESTA PEDRA AO PE». A água atingiu a parte conventual e a cerca tendo causado alguns estragos no interior. Durante, praticamente, todo o século XVII os vários priores, solicitaram ajuda monetária à realeza mas em vão. Só no último quartel da mesma centúria, o convento recebeu obras de beneficiaçã por ordem do Rei D. Pedro II. O terramoto de 1755 danificou bastante o cenóbio. Rapidamente se iniciaram as obras de restauro para erguer novamente a estrutura eclesiástica.

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, o Mosteiro representava a primeira fundaçã jeronimita em Portugal, antes sob a invocaçã de Nossa Senhora da Vitória (por motivo da derrota castelhana ocorrida na Batalha de Aljubarrota), substituída pelo orago contemporâneo,

face ao êxodo de população doente evadida da capital pela propagação pestífera proveniente de embarcações chegadas a Lisboa da Índia e convescida neste local. Por outro lado, a antiga Igreja edificada em mármore era jazigo dos seus padroeiros Marqueses de Cascais e tinha uma só nave, tendo ficado parcialmente arruinada e apenas permanecido a capela-mor e as laterais do lado do Evangelho.

PAÇO DE RIBAFRIAS

IHAs 006.11.2110.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: 1534

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Renascimento, Neoclássico (Pombalino)

Autor(es): Pero Pexão

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

DIONÍSIO, Santana, *Guia de Portugal*, vol. I, Lisboa e Arredores, pp. 511-512, Lisboa, 1924; RIBEIRO, José Cardim (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1997, vol. I (Bairros de Sintra).

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Ao contrário de muitos outros palácios e residências nobres que a vila de Sintra viu crescer durante o período da Renascença, o Paço dos Ribafrias não resultou da fortuna de nenhuma grande família. Pelo contrário, o seu promotor, Gaspar Gonçalves, provinha mesmo de origens humildes. Contudo e por merecer a confiança da Casa Real, detinha uma apreciável fortuna pessoal que se avolumou com o passar do tempo. O facto de estar ligado directamente à Casa Real – nomeadamente ao próprio Rei – permitiu-lhe uma significativa ascensão social e consequente riqueza pessoal. O seu irmão, Diogo Gonçalves, desempenhava funções de Almoxarife do Paço Real. Este facto revela-se importante na análise do desenvolvimento da carreira pública de Gaspar Gonçalves, uma vez que foi no mesmo Paço que esta teve início ao serviço de D. Manuel I.

Em 1518, o monarca concedeu-lhe o importante cargo de Porteiro-Mor da Câmara Real. Este facto, por si só, não teria muita importância para o monumento em causa, não fosse o caso do Rei passar largas temporadas em Sintra. Damião de Góis, cronista real, numa das suas obras, corrobora esta informação quando diz que a corte se deslocava de Évora para Sintra “*por causa das calmas*”, e por ali ser um dos lugares mais frescos da Europa e agradável sítio para qualquer Príncipe; ou seja, o Rei e a sua Corte passavam grandes temporadas em Sintra. Gaspar Gonçalves, na sequência das novas funções que desempenhava junto do Rei, mandou erguer – na década de 1530 – a sua casa próximo do Palácio Real na vila de Sintra, já que ele próprio também teria que passar muito do seu tempo naquela vila.

Apesar da escassa informação relativa à construção do palácio, admite-se que Gaspar Gonçalves tenha encomendado a obra ao arquitecto e mestre de obras Pêro Pexão. Um dos capitéis que coroa uma das colunas do átrio abobadado da entrada tem a seguinte inscrição: «*Esta obra fez Pêro Pexão no anno de myl e Quinhêtos XXXVIII annos*».

O edifício divide-se em vários registos escalonados, e acompanhando o acidentado relevo da serra de Sintra, sendo as suas coberturas de 2, 3 e 4 águas. A fachada do palácio, de claro vinco renascentista, ostenta uma frontaria bastante austera, desprovida de elementos decorativos. A entrada para o interior do edifício é feita por um portão elaborado a partir de uma grossa cantaria chanfrada e rematada superiormente por uma coroa de

arcos interceptados. Ainda na fachada principal distribuem-se ordenadamente - para além de uma janela marcadamente manuelina que encima o portal principal -, para a esquerda e para a direita janelas pombalinas, fruto das intervenções que a estrutura sofreu já no século XVIII. As influências da renascença italiana aliadas ao gótico final, sob o signo do manuelino, articulam-se para unir os três volumes paralelepípedicos dispostos em forma de U e permitem ao conjunto um resultado harmonioso de rara beleza estética por estas paragens sintrenses.

Um dos exemplos da união entre as duas correntes artísticas - gótico e renascimento - que acabamos de referir é o extraordinário átrio abobadado, para o qual se acede a partir do portal principal. A abobada assenta num complexo jogo de arcos e nervuras, que se organizam a partir de vários locais da estrutura, e que lhe servem de sustentação. As pedras de fecho das nervuras da abobada apresentam decorações inspiradas em programas claramente góticos como elementos fitomórficos ou simbologia associada ao cristianismo. A abobada abre-se para o pátio seguinte através de dois arcos de volta perfeita - constituídos por uma coluna e duas pilastras adossadas às paredes laterais. Os capitéis de origem italianizante - de significativa qualidade plástica, diga-se, apresentam volutas e carrancas na sua ornamentação, tendo o central a referida inscrição com indicação referente a Pêro Pexão que supracitamos. Ainda nos espaços arquitectados entre os pátios de ligação podemos encontrar um outro átrio, igualmente com abóbadas nervadas, que neste caso dá acesso directo à grande *loggia*. Neste pátio encontramos também uma magnífica estrutura baldaquinada, apoiada numa parede integralmente revestida com azulejos mudéjares e um tanque renascentista, com dois baixos relevos representando a cabeça de dois elementos antropomórficos. As gramáticas góticas e renascentistas harmonizam-se com a envolvente decoração vegetal que emprestam ao conjunto uma voluptuosidade cénica impar.

Em 1541, a Coroa institui o morgadio de Ribafria. O Rei D. João III concedeu a Gaspar Gonçalves carta de brasão e o título de Senhor de Ribafria - título nobiliárquico de grande significado sobretudo para quem descendia de modestas famílias. É também a partir desta data que o novo nobre inicia as obras da Torre dos Ribafria. Num vale junto ao sopé da serra, local onde certamente nenhuma torre teria alguma serventia, nasceu assim um novo palácio que serviria de sede à nova casa dos Ribafria. Em 1569, Gaspar Gonçalves, acabou por receber, já durante o reinado do Rei D. Sebastião, o cargo de Alcaide-mor de Sintra. Esta importante função, de grande responsabilidade, foi desempenhada durante várias gerações por membros da sua família.

Até ao século XVIII o palácio permaneceu nas mãos dos seus familiares. O seu filho André Gonçalves contraiu matrimónio com uma nobre donzela da casa Albuquerque. Habitaram o Paço dos Ribafrias e ali viram nascer o seu descendente André de Albuquerque Ribafria que, infelizmente, viria a falecer como militar no cerco de Elvas durante a Guerra da Restauração.

Século XVIII, concretamente em 1727, o sucessor, Pedro de Saldanha Castro Ribafria vendeu a propriedade a Paulo de Carvalho Ataíde, religioso pertencente à Santa Igreja Patriarcal, que por sua vez a legou ao seu sobrinho Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, que desempenhou funções de ministro no reinado de D. José I e principal responsável pela reconstrução da cidade de Lisboa após a tragédia do megaterramoto de 1 de Novembro de 1755. No tempo do marquês o paço sofreu obras de beneficiação e modernização. Novos elementos foram introduzidos à estrutura quinhentista, sobretudo ao nível dos exteriores, como por exemplo janelas de guilhotina.

No século XX, no ano de 1924, temos notícia do paço ter passado para as mãos do Capitão Alfredo da Silva. Porém, não houve alterações significativas à sua estrutura. Em 30 de Julho de 1993, o concelho consultivo do IPPAR elaborou um parecer com o objectivo de classificar a histórica propriedade como Imóvel de Interesse Público. Por despacho do Secretário de Estado da Cultura, de 28 de Junho de 2001, ficou o imóvel protegido e

integrado na Vila Velha e Serra de Sintra, ou seja no perímetro da área classificada como Paisagem Protegida – denominação designada pela UNESCO para a classificação desta magnífica área como Património Mundial.

Actualmente o Paço dos Ribafrias é pertença de um particular que é responsável pelo seu estado de conservação e preservação.

PAÇOS DO CONCELHO

IHAs 038.05.6110.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Monumento de Interesse Municipal; Editais CMS nº 446/2011, 28.11.2011 e nº 80/2012, 15.03.2012, Declaração de Rectificação CMS nº 583/2012, 03.05.2012.

Fundação: Século XX (1906-1909)

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-Manuelino

Autor(es): Adães Bermudes, arquitecto; João da Silva Pascoal, mestre de cantarias.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Eugénio MONTOITO, "A Casa Municipal de Sintra", *Vária Escrita*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 5, 1998, 393-444.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O actual edifício dos Paços do Concelho da vila de Sintra foi edificado no local onde até ao início do século XX se erguia uma antiga ermida votiva a São Sebastião. Sem fontes credíveis que o possam corroborar, alguns investigadores apontam a sua fundação para o período do reinado de D. Manuel I. Infelizmente, e até agora, são raros os documentos existentes que possam contribuir para a fortuna histórica do monumento. Sabemos, no entanto, que o seu fim não foi muito feliz. No início da centúria de novecentos, por se apresentar em avançado estado de ruína e em eminente perigo de colapso, deliberou a Câmara Municipal de Sintra a sua demolição para dar lugar ao novo edifício dos paços do concelho cujos trabalhos de construção tiveram início em 1906, a partir do risco do arquitecto Adães Bermudes, e ficaram concluídos nos primeiros meses de 1909.

Adães Bermudes foi o arquitecto escolhido para projectar a nova estrutura municipal. Portuense de nascimento foi também na cidade invicta que adquiriu a sua formação de base na Academia de Belas Artes. Vencedor de uma bolsa de estudo para o estrangeiro, promovida pela Academia de Belas Artes de Lisboa, partiu para Paris onde concluiu os estudos académicos na *École de Beaux Arts de Paris*. Mais tarde, após a conclusão do curso, estagiou no *atelier* de arquitectura de Paul Blondel, um destacado arquitecto parisiense. A originalidade dos trabalhos que executou valeu-lhe vários prémios nacionais e internacionais importantes nomeadamente as medalhas de ouro e prata, em 1900, na Exposição Universal de Paris e em 1908 o prestigiado Prémio Valmor.

A nova estrutura camarária foi, obviamente, um grande desafio para o arquitecto. Não só por se tratar de um edifício estatal, centro da vida política e administrativa desta magnífica localidade, mas também pela poética que o próprio local sugere, pontuado por extraordinários monumentos e palácios que se perdem por entre a mancha florestal da serra de Sintra e que inspirou artistas, poetas e amores.

Constituída por vários corpos escalonados de volumetrias paralelepípedicas e adaptadas ao desnível do terreno, a estrutura municipal, enquadra-se perfeitamente na paisagem natural circundante que como se sabe, em Sintra, é absolutamente extraordinária. As coberturas com telhados de três a quatro águas e piramidal. Toda a composição foi articulada em torno de um gracioso claustro, de dois registos, claramente imbuído de uma gramática neomedieval e de influência românica. Os capitéis apresentam uma decoração original e perfeitamente contemporânea onde abundam, sobretudo, elementos vegetalistas mas também monogramas e motivos zoomórficos.

No varandim da escadaria de acesso ao primeiro piso distribuem-se cartelas onde se articulam as siglas dos autores envolvidos no projecto como é o caso de Adões Bermudes (AB), o arquitecto e, João da Silva Pascoal (JSP) mestre de cantarias. No varandim do claustro outras cartelas anunciam os monogramas dos encomendantes da obra: Virgílio Horta (VH), edil em 1908 e o Visconde do Tojal (VT) presidente do município em 1909 e que aparece representado com a coroa envolvendo um T, no seu interior.

O alçado principal divide-se em dois pisos, separados por friso de cantaria. O acesso ao interior é feito a partir desta fachada e por um portal protegido por uma *loggia*, iluminada por três arcos de volta perfeita, a que se sobrepõe, no primeiro piso, uma outra com as mesmas dimensões e iluminada por três arcos trilobados. A coroar o pórtico um pseudo-frontão que parece suportado por arcobotantes ostenta terminais laterais em forma de cogulhos e as armas de Sintra na parte central.

Repleto de significado, a extremidade esquerda da composição apresenta uma torre de remate piramidal encimada por esfera armilar – simbolizando a justiça e a autoridade de interpretar e aplicar a lei e soberanamente governar e legislar a administração local e municipal atestando os direitos e liberdades concelhias. Trata-se de uma torre de planta quadrangular distribuída por cinco níveis denunciados por janelas idênticas nos quatro lados e diferentes de piso para piso. O penúltimo andar apresenta apenas um óculo circular e centrado ao passo que o último piso apresenta nos cantos quatro pequenas torres de sessão circular nos cantos e um pano de muro vazado por janelas separadas por emolduramentos destacados em forma de meia-cana. A torre é encimada por merlões terminados em forma de trapézio e rematada por cinco torres prismáticas, que apresentam uma decoração azulejar, azul e branca, centrando as armas de Portugal. A torre central destaca-se claramente das restantes quatro. A secção sul apresenta um corpo ritmado pelo mesmo estilo ornamental e ostentando uma *loggia* mais austera quase desprovida de elementos decorativos.

De destacar o facto de o edifício ter sido construído estrategicamente no ponto de encontro entre a velha Sintra e o novo bairro da Estefânia. A Câmara transferiu-se para a sua nova morada no dia 17 de Maio de 1909 após o término das obras.

Todo o edifício ostenta uma profusão de janelões, janelas simples e geminadas ritmadas por óculos e pequenas frestas, sempre molduradas, com adornos de acordoados manuelinos e/ou elementos fitomórficos. Na decoração, é por demais evidente a influência manuelina pontuada por uma difusão escultórica de motivos resultantes da estilização da flora portuguesa, dos instrumentos de navegação utilizados pelos navegadores portugueses ou ainda símbolos que caracterizaram a arte portuguesa a partir do século XVI, como são o caso da esfera armilar e a cruz da Ordem Militar de Cristo.

Esta exuberância decorativa não tinha apenas a intenção de exaltar a memória histórica dos portugueses mas também funcionava como uma excentricidade de aparato e uma confortável opulência ao recuperar um passado reconhecível, ainda que adaptado a uma nova escala, invocando assim uma renovada ideia de nação e progresso.

O neo-manuelino como exaltação da memória do povo português aliado a um certo espírito progressista encontrou o seu primeiro êxtase arquitectónico na Gare Ferroviária do Rossio, em Lisboa, segundo o projecto realizado por José Luís Monteiro, em 1886-87. Desde as comemorações camonianas de 1880 que o espírito manuelino passou a estar presente nas volumetrias arquitectónicas, muito devido ao facto de alguns dos carros alegóricos que se apresentaram nas comemorações estarem imbuídos desta forma estética. Exemplos disso foram o *Carro de Arte*, de Simões de Almeida, e o *Carro de Guerra*, de Rafael Bordalo Pinheiro. Arte efémera

pontuada por frisos com merlões escudados apresentando a Cruz de Cristo, arcos conopiais e as famosas cordas manuelinas. Este momento acabou por ser decisivo para a nova estética arquitectónica de finais do século XIX e inícios do século XX.

As influências orientais e da *Nouvelle Art* faziam-se notar, em Portugal e um pouco por toda a Europa, tanto em pintura como em escultura e arquitectura (como podemos observar em muitas das quintas existentes na serra de Sintra), porém não podemos dizer que havia um estilo predominante. O contexto em que a nova estrutura municipal foi executada segue uma corrente estética contemporânea imbuída de um espírito cenográfico. Luigi Manini (1848-1911), um importante cenógrafo a trabalhar em Portugal, projectou o Hotel do Buçaco (1888-1907), encomendado pelo Ministro António Navarro e, em Sintra, para o milionário António Carvalho Monteiro, uma mansão carregada de símbolos – Quinta da Regaleira – iniciada nos alvares do século XX e terminada em 1910. Os trabalhos na Quinta da Regaleira estavam em fase avançada na altura da encomenda da obra a Adães Bermudes.

Admitimos, portanto, que a nova Câmara Municipal possa ter recebido alguma influência daquela que, sem dúvida, era a maior e mais extraordinária obra a decorrer em Sintra naquele tempo. Não descurando, obviamente, o genial e meritório trabalho de Adães Bermudes.

PALÁCIO DE MONSERRATE

IHAs 004.03.2120.01

Localização: Estrada Nova da Rainha - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal isolado
Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910; Diário do Governo, 23.06.1910.

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-mogol, neo-árabe

Autor(es): William Elsdon, James Knowles Jr.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

BATES, Walter, *Monserrate, um pequeno Guia para os Jardins*, s. l., 1923; FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no séc. XIX*, 1º vol. Lisboa, 1966; PEREIRA, Artur, CARDOSO, Filipe Espírito Santo, CORREIA, Fernando, *Sintra e as suas Quintas*, Sintra, 1983; COSTA, Francisco, *História da Quinta e Palácio de Monserrate*, Sintra, 1985; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Porto, 1986; BINNEY, Marcus, *Casas Nobres de Portugal*, Lisboa, 1987; SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Lisboa, 1989; CARITA, Helder, CARDOSO, Homem, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal ou da originalidade e desaires desta Arte*, Lisboa 1990; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo, Recantos e espaços*, Sintra, 1997; CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA, *Sintra Património da Humanidade*, Sintra, Dezembro de 1996; ICN - Instituto da Conservação da Natureza, *Parque de Monserrate*, Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo, Postais da Vila Velha e de Gigarós... e coisas de Sintra*, Vol. VI, Sintra, 1998.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A História do Palácio de Monserrate é longa. Tão longa que facilmente nos perdemos e encantamos nos pormenores que em si encerra. Entre proprietários e arrendatários, comerciantes têxteis e homens de letras, foram várias as figuras que contribuíram para o enaltecimento de tão nobre e belo monumento.

Como sucede com muitos outros monumentos do concelho de Sintra, também aqui não temos certezas quanto à origem da primeira estrutura ali existente. O primeiro nome que nos aparece é o de Frei Gaspar Preto, que após o regresso de uma peregrinação ao eremitério beneditino de Monserrat, na Catalunha, mandou erigir em 1540 na vertente norte da Serra de Sintra uma capela votiva a Nossa Senhora de Monserrate. Contudo é possível que nos tempos da reconquista já ali tivesse existido uma pequena capela, e dessa forma, o monge, pretendesse assim perpetuar o lugar de culto. No séc. XVI, é possível que a capela tenha passado para a guarda do Hospital de Todos os Santos. O facto de a ermida ter sido erigida num terreno pertencente a esta instituição corrobora-nos essa ideia. Já no séc. XVII, esta mesma instituição cede a capela a um membro da família Melo e Castro, que mais tarde acabou por adquirir a posse directa do imóvel. Desde 1718, instituído no morgadio de D. Caetano de Melo e Castro, Monserrate torna-se propriedade desta poderosa família, que através de Goa administravam a propriedade.

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 assinalou o início do fim da pequena Ermida de Nossa Senhora de Monserrate, que, segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, pertencia a Caetano de Melo e Castro, Vice-Rei da Índia, e situava-se num alto monte com uma planície servindo de adro e sendo pouco frequentada, apesar de bem ornada.

Se, no início do século XVIII, a estrutura já sofria de enfermidades, no final do mesmo século, era já uma ruína. Em 1790, D. Francisca Xavier Melo e Castro, numa tentativa de promover a utilidade daquele terreno, arrenda a propriedade a Gerard DeVisme, um rico comerciante, detentor do monopólio do pau-brasil, e amigo do Marquês de Pombal. Em 1791 nasceu o primeiro palácio e, à sua volta foi plantado um enorme pomar a que não ficavam indiferentes as gentes da região, até porque participavam activamente nos seus trabalhos de manutenção. DeVisme mandou construir, no local onde outrora existiu a antiga estrutura religiosa, um palácio acastelado neogótico – tão ao gosto da Inglaterra da época, cujo projecto atribuiu ao arquitecto inglês William Eldsen. Os jardins da propriedade não foram descuidados e para além de um cuidadoso plano de jardinagem, foram incluídas algumas esculturas e uma capela neogótica, num dos morros da propriedade, como se de um ermitério se tratasse. É curioso notar que a criação deste espaço estava completamente de acordo com a estética romântica vigente na Inglaterra do séc. XVIII. Em Lisboa, DesVisme, mandou construir um palácio em estilo neoclássico onde residia a maior parte do ano. De salientar que estas duas correntes, o neogótico e o romantismo nasceram em simultâneo em Inglaterra em meados do séc. XVIII. O gosto pelas antiquilhas, e sobretudo pelo modo gótico estava bem presente. O estado de ruína, clássica ou gótica, acentuava o carácter romântico do cenário. John Ruskin (1819-1900) no caso da Inglaterra, e Alexandre Herculano (1810-1877) no caso português, foram dois dos teóricos que, em parte, desistiram de projectos de felicidade pessoal para defenderem os interesses nacionais. Sobretudo no que dizia respeito ao património e à forma como este devia ser tratado.

O arrendamento da propriedade era válido por nove anos. Com o afastamento do Marquês de Pombal por D. Maria I, DeVisme viu o seu monopólio de pau-brasil ameaçado. Resolveu então subalugar a quinta de Monserrate, no ano de 1794, a um culto viajante - William Beckford. O rico inglês passou algumas temporadas na Quinta de Monserrate, que de resto, alugou várias vezes. Contudo a Quinta, foi sucessivamente, e ao longo dos anos perdendo o brilho que lhe tinha sido conferido por DesVisme e, à última partida de William Beckford, em 1799 a propriedade iniciou um ciclo de declínio acentuado. Em 1809, já o Palácio se encontrava em ruína, Byron no seu *Childe Harold's Pilgrimage*, e após uma viagem que incluiu Sintra no seu itinerário, descreveu o mau estado em que a propriedade se encontrava.

A família Melo e Castro, na pessoa de D. Maria Castro e Almeida Pimentel, regressa de Goa em 1855. É nesta altura que a propriedade de Monserrate é vendida a um célebre comerciante têxtil inglês – Francis Cook. O projecto de reconstrução do novo palácio foi em 1858 encomendado ao arquitecto inglês James Knowles Jr.. As obras de remodelação tiveram como um dos principais objectivos aproveitar as estruturas pré-existentes e manter, dentro dos possíveis, as primitivas estruturas. O parque circundante, transformou-se num magnífico jardim exótico, idealizado pelo, também, inglês Burt, com espécies forais provenientes de várias partes do mundo. Os jardins do Palácio, e de acordo com a estética romântica, foram decorados com antiguidades que Francis Cook adquiriu nas suas viagens. Desde arcos indianos a sarcófagos etruscos e estatuária clássica, foram vários os elementos de valor histórico-artístico ali colocados. Tudo se articulava em cenários e ambientes irrealistas que permitiam inserir o observador numa qualquer cena romântica. O novo traço do palácio apresentava, na sua arrojada arquitectura, sugestões indianas, góticas e mouriscas. O resultado é uma obra de arte magnífica. Ainda hoje o Palácio vale por si só. Toda a estrutura se ordena a partir de um corredor central, dividida por um pátio central de formato hexagonal, e que apresenta centralizado numa fonte. O próprio corredor apresenta uma sucessão de arcos, sustentados por colunas e arcos preenchidos com bandeiras decoradas por

arabescos esculpidos num fino trabalho de pedra, que nos remetem imediatamente para a Andaluzia. Toda a estrutura, em muitos dos seus pormenores, denota uma evidente influência de cariz goticizante. Arcos quebrados ou trilobados, arquivoltas e elementos vegetalistas que nos recordam tanto o período gótico como o mourisco. Os magníficos trabalhos de estuques, as bandeiras rendilhadas dos arcos quebrados, as placas de mármore e alabastro decorativas, as esculturas e os trabalhos em madeira, nomeadamente da biblioteca, os tectos, as abóbadas, enfim nenhum detalhe deixado ao acaso numa obra de referência única sem par noutras paragens do globo que nos deixa sem adjectivos para classificar tanta beleza artística.

Em 1870, o Rei D. Luís eleva Francis Cook a Visconde de Monserrate, que empreende alguma obras sociais a favor dos seus quase 300 funcionários que viviam nas zonas de Colares e Galamares. O título passou para o seu filho, Herbert Cook que continuou a dignificar a magnífica propriedade, prosseguindo com trabalhos de melhoramento no jardim, mantendo-o aberto ao público, conservando o verde dos relvados, os lagos dos brancos cisnes e das plantas aquáticas.

A partir de finais de 1929 a Quinta e o respectivo Palácio de Monserrate são colocados à venda, mas só em 1946, Ferdinand Cook, filho de Herbert Cook, negocia a propriedade com o financeiro português Saúl Sáragga. A tentativa, deste último, de desmembrar a propriedade em vários lotes não resultou. Finalmente, em Maio de 1949, o Estado Português adquiriu a Sáragga a propriedade, incluindo o Palácio e todos os seus bens, tornando-se assim o proprietário do imóvel e do Parque de Monserrate.

Actualmente, gerida por uma sociedade pública, Parques de Sintra Monte da Lua, a propriedade é alvo de intervenções de conservação e restauro que pretendem devolver-lhe a magnificência original, enquanto se pensa numa utilização para as várias salas de tão notável monumento.

PALÁCIO DE SETEAIS

IHAs 008.03.2120.01

Localização: Rua Barbosa do Bocage - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 36383, 28.06.1947.

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): Arquitecto – Leal Garcia (atribuído o Arco Triunfal); Pintor – Jean Pillement (atribuídos os frescos do andar nobre); Canteiro – Pedro Oliveira; Mestres – Inácio José e José Baleiatao; Carpinteiro – Inácio José Quintela; Mestre Latoeiro – Joaquim Timóteo da Costa (atribuídos os bustos do arco triunfal); Escultores – António Francisco Mansos e Bartolomeu (esculturas); Mestre vidraceiro – José Joaquim Torres; Arquitecto – Luís Benavente (do projecto de adaptação a hotel); Pintor (pintura e restauro de várias salas do interior do hotel) – António Costa.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

BECKFORD, William, *Diário de William Beckford (em Portugal e Espanha)*, Lisboa, 1957; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Velharias de Sintra*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1980, vol. I; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1986; COSTA, Francisco, *História do Palácio e Quinta de Seteais*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1988; José Cardim RIBEIRO (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1997, vol. II (Recantos e Espaços).



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O majestoso Palácio Nacional de Seteais é, há mais de dois séculos, parte integrante da exuberante paisagem histórico-artística da serra de Sintra. O local onde foi edificado faz dele um autêntico miradouro para a fascinante região saloia e, no seu seguimento, o imenso Oceano Atlântico. Este “*glorioso Éden*”, como lhe chamou Byron, que de longe se vê pontuado de palácios e castelos, que inevitavelmente nos povoam o imaginário e nos transportam para um conto de fadas ou nos envolvem num sonho que, quem sabe, será ou não real. A articulação entre a obra do Homem e a Natureza que o rodeia harmoniza-se num conjunto único de rara beleza.

Um local tão deslumbrante tinha que inevitavelmente ter uma lenda associada. O topónimo Seteais, segundo a narrativa, pode derivar de quando se dizia a palavra “*ai*” e o seu eco repetia-se por sete vezes; e de “*sete ais*” a Seteais foi um passo. Por outro lado, e segundo os investigadores que estudaram a extensa documentação relativa ao Campo de Seteais que se conserva no Arquivo Histórico de Sintra, sabe-se que antigamente aquele local se chamava Centeais por ser terra de centeio. É quase certo que o actual topónimo se deve a este antigo nome. Acreditamos portanto que a origem do topónimo provirá da palavra Centeais (campos de centeio) e não, como sugere a lenda que em cima descrevemos, do eco de “*ai*”.

Nos finais do século XVIII, mais exactamente em 1783, Daniel Gildemeester, que ocupava o cargo de Cônsul da Holanda em Portugal, adquiriu uns terrenos na zona de «ginjais e serrados» no termo de Sintra para aí edificar um palácio. Este importante, rico e influente cidadão holandês, comerciante de diamantes, foi protegido do Marquês de Pombal. Pouco tempo depois da sua estadia no Reino, Gildemeester já detinha o monopólio do comércio de diamantes com o Brasil. O Marquês tinha este homem em grande conta. A título de exemplo, a casa alugada onde o cidadão holandês vivia em Lisboa, na Rua das Janelas Verdes, era da família do ministro de estado, assim como outra propriedade que alugava em Sintra para veranejar antes de este ter habitação própria naquela vila.

Assim, no dia 25 de Julho de 1787, data do seu aniversário, foi inaugurado o novo palácio de Seteais, tendo como convidado um dos homens mais ricos de Inglaterra – o súbdito inglês William Beckford. Implantado na parte setentrional da serra, o novo palácio harmoniza-se com a verdejante e exuberante paisagem de sonho que o rodeia, acrescido de lago e mirante que tornaram o local ainda mais belo. Gildemeester mandou conduzir água das nascentes da serra até ao Campo de Seteais para alimentar a casa, os jardins, os pomares e outras árvores que ali plantou.

Contudo, o destino de Seteais estava ainda no início da sua longa caminhada e viria a afirmar-se como um dos mais importantes pontos de passagem de Sintra. Após a morte de Gildemeester e passados quatro anos, a sua viúva, D. Joana de Goran, vendeu a propriedade ao 5º Marquês de Marialva, D. Diogo José de Vito Menezes Noronha Coutinho, Estribeiro-Mor da Rainha. O novo proprietário empreendeu obras de beneficiação em toda a propriedade, começando por plantar uma grande quantidade de árvores e solicitar o encerramento do Campo de Seteais, o que provocou a revolta da população. A Câmara Municipal de Sintra, em 1801, no seguimento do aforamento do Campo de Seteais, aplica a proibição do seu encerramento e determina a obrigatoriedade de manter sempre abertas duas portas francas para serventia do público, situação que se verifica ainda hoje. O não cumprimento destas directivas implicava a perda do domínio do campo por parte do Marquês.

Ainda em 1801, foram efectuadas obras no palácio, nomeadamente nas cavalariças, e um novo corpo simétrico foi acrescentado à parte setentrional do palácio já existente. A união entre os dois volumes foi feita através de um arco triunfal que o tempo transformou num autêntico ícone de Seteais. O clássico traçado geométrico das duas fachadas rigorosamente simétricas encontra no arco central um equilíbrio notável, terminando num frontão ilusório, encimado por um medalhão de bronze com as efígies dos Príncipes D. João e D. Carlota Joaquina. Por baixo, uma cartela de pedra bem lavrada ostentando uma epígrafe dedicada ao Príncipe Regente, decorada com florões.

Entre os dois edifícios e após passarmos o arco triunfal, encontramos um miradouro que nos deixa sem fôlego, seja quando olhamos a vasta planície que se afunda na imensidão marítima do Oceano Atlântico, seja no regresso desse mesmo miradouro e, enquadrado sob o arco triunfal, o recorte singular do Palácio da Pena, que parece saído de um conto de fadas. São quase irreais as imagens que os nossos olhos observam: de cada lado do arco, dois bustos petrificados, ao estilo italianizante, seguidos depois por vasos e grinaldas, que ornamentam alternadamente o ático dos edifícios. A parte frontal do conjunto tem um enorme e verdejante campo relvado que torna todo o cenário ainda mais belo. Terraços e um majestoso jardim de buxo nas traseiras são outras das estruturas que beneficiam este espaço admirável.

O 5º Marquês de Marialva morreu a 14 de Agosto de 1803 e o palácio conservou a traça por ele deixada até aos nossos dias. Em Agosto de 1834 e por sentença de partilha, sucede na posse de Seteais a filha mais nova do Marquês, D. Joaquina de Menezes, Marquesa do Lourçal, que passa a temporada de Verão no palácio no

período de 1834 a 1846, onde manda realizar alguns melhoramentos (destacando-se, segundo uma litografia de Michelis de 1843, dois nichos com estatuária a ladear o arco triunfal).

Em 1846, D. Joaquina morre sem herdeiros ascendentes e descendentes, pelo que toda a propriedade passa para o sobrinho, D. Nuno José de Moura Barreto, 1º Duque de Loulé. Em 1851, um manuscrito anónimo do Arquivo Histórico de Sintra descreve o palácio como sendo uma "... *sequência de salas, sendo muito espaçosa a de dança, seguindo a huma galeria de lindos gabinetes que rodeão todo o palácio no centro do qual à huma espaçosa e elegante escada para o andar inferior, onde há outras salas e a grande casa de jantar ao nível e com portas para o jardim...*" e, em 1867, Inácio de Vilhena Barbosa descreve o palácio em ruínas, mas ainda forrado com sedas e o jardim abandonado.

Em 1875, morre D. Nuno Barreto e, em 30 de Maio de 1877, por escritura de partilha amigável, sucede o filho do Duque de Loulé, D. Augusto Pedro Barreto, 3º Conde da Azambuja, na posse de Seteais. Em 1888, o romance *Os Maias* de Eça de Queirós refere-se ao abandono do palácio de Seteais. Em Julho de 1889, o palácio é hipotecado provisoriamente a favor da Companhia Geral de Crédito Predial Português e da Firma Fonseca, Santos & Viana, e, em Novembro de 1889, é penhorado a favor de Domingos Francisco de Assis, João Narciso Oliva e José Daniel da Silva Tavares. Em 6 de Outubro de 1897, uma acta de reunião da Câmara Municipal refere que o Conde da Azambuja pretendia fechar o Campo de Seteais e, em 1912, ele requer e obtém o cancelamento da penhora feita em favor de José Daniel da Silva Tavares. Em 8 de Abril de 1913, é concedida autorização ao grupo "*Foot - Ball*" de Sintra para jogar no Campo de Seteais.

Em 1914, morre o Conde da Azambuja, sucedendo-lhe os herdeiros, D. Pedro José Mendonça e sua esposa. Em Julho de 1915, a propriedade é inscrita a favor de António Rodrigues Formigal. Em 4 de Dezembro de 1918, é celebrada a escritura pública da venda do domínio directo da propriedade a José Rodrigues de Sucena e a António Augusto Carvalho Monteiro (conhecido como "Monteiro dos Milhões"). Em 1926, o palácio é adquirido por D. Antónia de Mendonça e Melo e seu marido, José de Melo, que o vendem logo de seguida ao Conde de Sucena (filho de José Rodrigues de Sucena), que, no mês seguinte, o hipoteca a favor de Mário Godinho dos Campos. Em 1932, Mário Godinho dos Campos concede um empréstimo de 130.000\$00 ao Conde de Sucena.

Em Março de 1933, o Conde de Sucena salda uma dívida contraída com Mário Godinho dos Campos com dinheiro conseguido através de um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, sobre hipoteca da propriedade de Seteais. Em 3 de Fevereiro 1934, o Conde de Sucena apresenta à Câmara Municipal de Sintra a remissão do foro e o pedido de ajardinamento do Campo de Seteais. Em 5 de Abril de 1934, a acta municipal aprova o pedido do Conde, que, em crise financeira e sob pressão da população, acaba por desistir do projecto. Durante o segundo quartel do séc. XX, realizam-se concursos hípicas no Campo de Seteais.

Continua o palácio hipotecado em 1934-1936, em favor da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, em virtude de empréstimos sucessivos concedidos ao Conde de Sucena, a propriedade é penhorada a favor da Fazenda Nacional em 1939. O Estado Português adquiriu a propriedade a 15 de Outubro de 1946 e em 1950 dá início às obras de adaptação hoteleira pela Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais. O Hotel Palácio de Seteais foi inaugurado quatro anos mais tarde e é hoje uma das mais famosas e luxuosas unidades hoteleiras de Sintra.

PALÁCIO MUNICIPAL DE VALENÇAS

IHAs 053.03.2120.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XIX (1850)
Estilo(s) arquitectónico(s): Neorrenascentista, neogótico
Autor(es): Giuseppe Cinatti, arquitecto
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
Eugénio MONTOITO, "A Quinta e o Palácio Valenças", *Vária Escrita*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 7, 2000, 59-90.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Palácio Municipal de Valenças foi construído em meados da segunda metade do século XIX e insere-se na eclética corrente romântica que proliferou na serra de Sintra, e em seu redor, ao longo de toda a centúria de oitocentos.

A rica aristocracia da capital não queria abdicar do direito a usufruir de uma residência de veraneio na fresca estância de Sintra: um local mágico frequentado pela corte, realeza e burgueses emergentes. Construíram-se palácios, chalés e casas apalaçadas primando por ambientes edílicos rodeados por bosques encantados e jardins paradisíacos que nos proporcionam, ainda hoje, um clima romântico de excepção e que valeram aos seus proprietários entradas directas para os salões da alta sociedade e em muitos casos um lugar na história desta importante vila portuguesa.

O Palácio de Valenças ou Palácio do Duche como inicialmente foi chamado, foi construído no local onde até cerca de 1850 funcionou o matadouro municipal de Sintra. O rico comerciante lisboeta, António Ferreira dos Anjos, foi o responsável pela construção de um novo palácio que viria a marcar o magnífico cenário da vila de Sintra.

Para riscar o projecto escolheu o italiano Giuseppe Cinatti – importante arquitecto/cenógrafo que já tinha executado vários projectos de arquitectura para a classe mais abastada do reino para além de cenários de excepcional qualidade estética para os principais teatros de Lisboa e Porto. Dos trabalhos de arquitectura destacamos vários palácios encomendados para a cidade de Évora assim como uma importante intervenção de conservação e restauro no antiquíssimo templo romano da mesma cidade. As suas obras reflectem uma clara influência italiana, que articulada com a crescente influência dos estilos europeus as transformou em trabalhos esteticamente interessantes.

A propósito do Palácio de Valenças, escreveu o historiador José Augusto França: «*nítidas influências italianas, algo venezianas até, com as suas "loggias" quinhestistas e certos pormenores discretamente góticos*». Claramente o espírito romântico da época. O revivalismo de correntes estéticas que marcaram a história da arte europeia, como o gótico, é recorrente neste período. Os próprios parques que rodeiam as propriedades resultam em fantásticos jardins paradisíacos pontuados de recantos de lazer, obras de arte, lagos, cascatas e muitas vezes edifícios em ruínas que completavam um ambiente propício a sensações nostálgicas e evocativas da importante e anciana cultura europeia.

O palácio e o respectivo parque mudaram de nome graças ao seu segundo proprietário Luís Leite Pereira Jardim, 1.º conde de Valenças. Casado com D. Guilhermina Rosa Matos Anjos, herdeira de António Ferreira dos Anjos, herdou a propriedade ainda no século XIX. É possível que não tenha havido alterações relevantes no palácio e no respectivo parque durante o tempo de vida do conde. Após a sua morte em 1910, a propriedade foi herdada por seu filho, 2.º conde de Valenças, Ricardo Anjos Jardim. Foi desta forma que o nome Valenças ficou sempre ligado ao Palácio.

No dealbar do século XX a instauração da República, a 5 de Outubro de 1910, alterou hábitos e costumes. Sintra foi um dos locais que se sentiu com a nova mudança de atitudes. A partida da família real para o exílio e a nova mentalidade que se instalou desfavoreceu o hábito de vilegiatura em Sintra. Em consequência dessa situação alguns palácios e algumas casas apalaçadas foram colocadas à venda e, paulatinamente, adquiridas pelo estado devido à sua importância histórica, municipal ou simplesmente por conveniência. O Palácio de Valenças foi um desses casos.

A estrutura original do palácio não terá sofrido alterações significativas. Não existe qualquer fonte que nos faça suspeitar de que alguma campanha de obras importante terá ali tido lugar. Porém, sabemos que foram efectuados trabalhos de consolidação/conservação e restauro, após a sua compra pela Câmara Municipal de Sintra em Janeiro de 1936 e na sequência de um longo processo de aquisição.

A intervenção mais significativa terá acontecido em 1939 quando o edifício foi adaptado a biblioteca, museu e arquivo histórico. Passou portanto a ser um edifício público e como tal foi necessário redimensioná-lo a uma nova realidade. O parque foi aberto ao público no ano seguinte ao da sua aquisição com a denominação de Parque Doutor Oliveira Salazar, evocando assim a figura do ditador que procurava consolidar o seu poder. Este topónimo viria a dar lugar ao de Parque 25 de Abril na sequência da revolução dos cravos de 1974. Depois do palácio adaptado a uma utilidade pública foi a vez do parque também se adaptar à nova condição de espaço de lazer destinado ao público em geral. Assim, acolheu um ringue de patinagem, um pavilhão, uma estufa, foi iluminado para possibilitar eventos nocturnos e foram ainda rasgados caminhos por entre a profusa vegetação para permitir a circulação dos transeuntes entre os vários espaços.

O edifício ergue-se majestoso e destacado numa zona de acentuado declive no centro histórico de Sintra. Apresenta uma planta longitudinal, composta por uma volumetria paralelepípedica, a que se adossa um corpo rectangular a Este e uma outra estrutura em forma de torre a Norte. As coberturas são diferenciadas e apresentam telhados de quatro águas. Do lado norte o edifício principal apresenta três registos. A Este apresenta dois e em ambos os casos estão assinalados por um friso de cantaria simples.

Os vários volumes são delimitados por cunhais de cantaria e coroados por pináculos cónicos em forma de espiral. As janelas apresentam-se simétricas entre si. O segundo piso apresenta, no ângulo da fachada Sudeste, uma loggia com dois arcos quebrados a Este e um a Sul. Tecto decorado a estuque policromado com motivos geometrizes e balaustrada de cantaria. Esta estrutura sobrepõe-se à entrada do palácio, que apresenta uma abertura simétrica à do primeiro registo, embora dos dois arcos virados a Este apenas um se encontre aberto.

Em 1959 a fachada principal do palácio recebeu um gigantesco painel azulejar com as armas do município que, em 2002, foi substituído por uma réplica devido ao mau estado de conservação em que se encontrava na altura. No interior um amplo vestíbulo, de pavimento em pedra mármore e cobertura estucada. Uma lareira de formas geométricas e fitomórficas na parede Este, hoje meramente decorativa, acolheu em tempos os visitantes da casa. O acesso ao piso superior é feito por uma escadaria em mármore. Algumas salas apresentam vários

tectos decorados com estuque policromado e motivos geometrizarantes de grande qualidade plástica. Várias aplicações de madeira, em diferentes espaços, ostentam objectivos funcionais ou meramente decorativos.

A sala que actualmente é utilizada para reunir a assembleia municipal, a chamada Sala da Nau, apresenta uma cobertura curva forrada a madeira e na parede testeira uma pintura mural com elementos vegetalistas. Em 2003 a biblioteca municipal passa para a Casa Mantero e o Palácio Valenças fica apenas com a estrutura do arquivo histórico.

PALÁCIO NACIONAL DA PENA

IHAs 002.06.2120.01

Localização: Serra de Serra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910; Diário do Governo, 23.06.1910.

Fundação: Século XVI (c. 1511)

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, Renascença, Neo-árabe, neomanuelino

Autor(es): Diogo Boitaca, Barão Ludwig von Eschwege, Joaquim Narciso Possidónio da Silva

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira (1997) – *Arquitectura Neomedieval Portuguesa (1780-1924)*. Série “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas”. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2 vols.; CARNEIRO, José Manuel Martins (2009) – *O Imaginário Romântico da Pena*, Lisboa: Chaves Ferreira Editores; PEREIRA, Paulo e CARNEIRO, José [Manuel] Martins (1999) – *O Palácio da Pena*. Londres / Lisboa: Scala Publishers / Ministério da Cultura – Instituto Português do Património Arquitectónico; ANÓNIMO [João António de Lemos Pereira de Lacerda, 2º Visconde de JUROMENHA] (1838) – *Cintra Pinturesca ou Memória descritiva das villas de Cintra, Collares, e seus arredores*. Lisboa: Typographia da Sociedade dos Conhecimentos Uteis [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1. Sintra: Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, 1989-1990], pp. 137-146; RIBEIRO, José Cardim (coordenação) (1998) – *Sintra – Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, pp. 147-156; SOUSA, A.[ntónio] D.[âmaso] de Castro e (1841) – *Memoria histórica sobre a origem da fundação do Real Mosteiro de N.[ossa] S.[enhora] da Pena, que pertenceu aos monges da Ordem de S.[ão] Jerónimo; actualmente Palácio acastellado, Situado na Serra de Cintra*. Lisboa: Typographia de A. J. C. da Cruz [Colecção “Sintra – Biblioteca Histórico-Literária”, Série A – Monografias historiográficas nº 1, Gabinete de Estudos Histórico-Documentais – Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2005]; SOUSA, Tude Martins de (s. d. [1950]) – *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*. Sintra: Sintra Gráfica de António Medina Júnior.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Mosteiro de Nossa Senhora da Pena da Serra de Sintra fora uma circunscrição administrativa eclesiástica regular conventual integrante da instituição canónica da Ordem monástica de São Jerónimo, localizada no sítio homónimo da Serra de Sintra e funcionalmente existente entre c. 1511 e 1834.

Este Mosteiro fora fundado sobre uma primitiva Ermida de Nossa Senhora da Penha, edificada cerca de 1372 por D. Henrique Manuel de Vilhena, Conde de Seia e Sintra e tio do Rei D. Fernando I, em consequência da descoberta local de uma reputada imagem milagrosa daquela invocação por uma pastora no séc. XII.

Segundo uma memória registada no séc. XIV, os Piores da Igreja Paroquial de Santa Maria de Sintra iam todos os sábados celebrar a liturgia eucarística a esta Ermida, e, entre 30 de Setembro e 10 de Outubro de 1493, o Rei D. João II e a Rainha D. Leonor deslocaram-se aí com uma comitiva em peregrinação de cumprimento votivo, terapêutica e de luto pelo falecimento do Príncipe D. Afonso, rezando uma novena em recolhimento quase solitário (segundo o relato cronístico de Garcia de Resende), tendo já o templo possivelmente sido alvo de uma campanha de obras conduzida pelo Arquitecto Contucci Sansovino, vindo a Portugal em 1481 por solicitação régia ao Grão-Duque da Toscana Lourenço Médicis o Velho.

Posteriormente, o Rei D. Manuel I, bastante afeiçoado ao local, caçava aí um veado branco na coutada da serra, em 10 de Novembro de 1503, quando avistou e reconheceu a chegada a Cascais da frota de nove embarcações comandada por Vasco da Gama, que enviou no ano anterior com 15 à Índia (entretanto celebrando tratados comerciais e de paz com alguns régulos, combatido outros e submetido o de Quíloa como tributário de Portugal). Consequentemente, o Rei erige e enriquece, em acção de graças a Nossa Senhora da Pena, um Mosteiro definitivo nesse mesmo local, sob planta atribuída à autoria de Mestre Diogo Boitaca, cortando e detonando a Penha original numa planície de 80 pés de terraplanagem, levantando depois uma estrutura efémera de madeira em 1503 e depois perenizada em cantaria e abobadada desde 1511.

Assim, e por Carta Régia de 24 de Julho de 1511, custou esta obra mais de 30000 cruzados, albergando 18 monges, entre os quais Frei Ambrósio, Frei António do Turcifal, Frei Álvaro de Estremoz, Frei Diogo Tisnado, Frei João de Évora e o Prior Frei Simão de Castro. Logo de imediato, o Rei D. Manuel I concedera privilégios ao barbeiro, ao procurador e ao sapateiro conventuais, por Carta Régia de 7 de Outubro de 1512, tendo-se ulteriormente realizado um seu primeiro inventário patrimonial em 31 de Agosto de 1514.

A edificação do novo mosteiro contou ainda com o tributo directo de jóias e alfaias litúrgicas ofertadas pelo monarca, pelas Rainhas D. Maria e D. Catarina, tomando-se um santuário de peregrinação com a presença participante de círios itinerantes provenientes de Lisboa, Ericeira, Belém, Lumiar, entre outros.

No percurso histórico do seu património artístico, destaca-se ainda particularmente o retábulo de alabastro da autoria de Nicolau de Chanterene e ofertado pelo Rei D. João III (por ocasião do nascimento do Príncipe D. Manuel), o azulejamento parietal ordenado pelo Rei D. Filipe II em 1619 (aquando da sua visita régia a Portugal) e a realização de obras de requalificação motivadas pela queda de um raio em 1743 e realizadas pela intervenção votiva do Rei D. João V.

Pelo seu isolamento geo-topográfico, o Mosteiro jeronimita da Pena de Sintra terá provavelmente funcionado como penitenciária disciplinar de outras casas conventuais da mesma Ordem monástica, sendo ainda alvo de duas romarias anuais no Pentecostes e no último fim-de-semana mensal de Agosto (comemorativo litúrgico-hagiográfico da invocação do seu orago mariano).

Finalmente, a abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834 determina a entrega subsequente do edifício imóvel conventual e do seu inerente recheio inventariado ao Juiz de Fora e do Cível em Sintra (para ulterior leilão em hasta pública) e a Igreja à Paróquia de S. Pedro de Penaferrim.

Construído entre 1839 e 1849 por ordem do Rei consorte D. Fernando II (1816-1885), o magnífico Palácio da Pena e o Parque que o rodeia são o expoente máximo do romantismo em Portugal. Desde o início das obras de adaptação e ampliação, destinada a residência de verão da família real portuguesa, que o Palácio da Pena assumiu um papel pioneiro, destacando-se do panorama artístico do Portugal Romântico do séc. XIX.

A História do Palácio da Pena começa, no entanto, alguns séculos antes. Pensa-se que, na sequência de uma aparição da Virgem Maria naquele local, ali se tenha edificado uma ermida votiva a Nossa Senhora da Penha. Não existem, contudo, dados que permitam determinar com segurança o ano da primeira construção. É possível que essa primitiva estrutura, remonte ao período da fundação da nacionalidade.

A referência mais antiga ao local é uma carta, datada de 8 de Agosto de 1387, onde D. João I ordena aos priores da igreja matriz de Santa Maria de Sintra que ali fossem rezar missa todos os sábados. Passado pouco mais de um século, D. Manuel I encomenda a João Potassi os planos para um novo convento. Tradicionalmente, acredita-se que o monarca assistiu dali à chegada de Vasco da Gama vindo da Índia e, por isso, prometeu ali construir um mosteiro. O pequeno convento, inicialmente edificado em madeira, transformou-se assim numa casa religiosa, em sólida alvenaria, destinada a 18 monges, e que compreendia capela, sacristia, dormitório, claustro, oficina e campanário.

Após a conclusão dos trabalhos em 1513, a estrutura religiosa foi entregue à Ordem de São Jerónimo. Contudo, o primeiro grande momento da História do Mosteiro da Penha só aconteceria em 1532. Na sequência de uma promessa feita à Virgem Maria, pelo nascimento do seu filho D. Manuel, o Rei D. João III e a sua esposa D. Catarina encomendaram o retábulo-mor da capela do convento a um escultor francês – Nicolau de Chanterenne. O resultado foi uma obra de arte magnífica. O grande retábulo esculpido em mármore, jaspe e alabastro, com temáticas relativas à vida de Jesus Cristo e da Virgem Maria, é uma das melhores obras primas da escultura da Renascença existentes em território português. É uma obra de Arte de uma qualidade plástica exemplar. O maior cuidado na execução dos pormenores anatómicos, das figuras antropomórficas, dos panejamentos e das micro-arquitecturas, permitem, ao observador, momentos de rara beleza.

Ao longo dos séculos que se seguiram, pouco há a registar. Paulatinamente, o mosteiro, que já se apresentava débil nas suas principais estruturas, foi perdendo residentes. No século XVIII, eram já poucos os religiosos que habitavam aquela casa religiosa. No dia 1 de Novembro de 1755, e na sequência do terramoto que abalou o país, o mosteiro ficou profundamente danificado. A fracção residencial da estrutura foi drasticamente reduzida.

Segundo o Prior António de Sousa Seixas, na respectiva Memória Paroquial de 6 de Abril de 1758, da Paróquia de São Pedro de Penaferrim, o Convento de Nossa Senhora da Pena fora mandado construir em 1503 pelo Rei D. Manuel I para albergar uma comunidade de mais de 30 monges e um Prior governante da Ordem de São Jerónimo, no topo de um rochedo onde se situava uma Ermida da invocação da Virgem Maria, primitivamente anexa àquela Freguesia, depois concedendo-lhe o Rei D. João III dois moios anuais de trigo pelo almoxarifado de Oeiras, face às ofertas recebidas daqui pelos Priores. Referem-se particularmente a capela-mor em alabastro, confeccionada pela autoria do labor de 11 anos do arquitecto francês Nicolau de Chanterene, convocado de Roma pelo Rei D. Manuel I, destacando-se o delicado e artístico sacrário “*esférico*” de pedra inteira de alabastro lavrado com passos da Paixão de Cristo, havendo só quatro ou cinco monges residentes, bem com as suas rendas são aplicadas à satisfação de juros e apenas uma pequena porção alimenta o abade, o vigário e mais três monges (entre poucos mais, aquando das festas anuais), face à escassa sustentabilidade pelo mosteiro.

Em 1834, aquando da extinção das ordens religiosas, já o mosteiro se encontrava semi abandonado, encontrando-se apenas a igreja aberta ao público e sob a tutela do padre do Convento da Penha Longa. Quatro anos mais tarde, em 1838, o Rei D. Fernando II adquiriu o mosteiro em hasta pública.

Após a morte do seu primeiro marido, a Rainha de Portugal, D. Maria II, casou com o Duque D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, por procuração, no dia 1 de Janeiro de 1836. O Duque D. Fernando, nascido na cidade de Viena, em 29 de Outubro de 1816, teve uma educação excepcional. Filho da Princesa húngara Maria Antónia Gabriela de Kohary, recebeu uma notável instrução cultural e artística. A sua estadia em Portugal contribuiu significativamente para o enriquecimento da cultura lusitana. Nomeado Marechal General do exército e Coronel honorário do Batalhão de Caçadores, cedo se percebeu que ao novo Rei pouco interessava a questão política e, ainda menos, a militar. Porém, nos momentos em que foi chamado a responsabilidades, de ordem política ou militar, actuou sempre tendo em conta os melhores interesses de Portugal e dos portugueses. De entre as responsabilidades que o obrigaram a prestar maiores provas, destacamos as quatro regências do Reino de Portugal. Rejeitou, após a morte da sua Rainha, as Coroas da Grécia e de Espanha. Portugal estava-lhe na alma e no coração, não havia, por isso, riqueza que valesse a partida do paraíso sintrense, que, de resto, ele próprio ajudou a criar.

D. Fernando II estava determinado a deixar a sua marca em Sintra. O *glorioso éden* relatado por Byron, e por vários outros autores e viajantes como William Beckford e Hans Christian Andersen, surpreendeu-o. Os palácios, a história e a beleza natural do local estavam de acordo com os cânones estéticos ditados pela corrente romântica, iniciada ainda no século XVIII. A harmonia celebrada entre natureza e património facilitava o sonho romântico. Dois anos após a sua chegada a Portugal, D. Fernando II, comprou em hasta pública, e por 761.000 reis, o antigo convento hieronimita de Nossa Senhora da Penha e várias outras propriedades em seu redor, e aforou o Castelo dos Mouros, num total de 200 hectares. O objectivo era recuperar e ampliar o mosteiro para ali criar a sua residência de Verão e, na zona envolvente, um extraordinário parque de lazer pontuado, aqui e ali, por estruturas arquitectónicas à maneira antiga, lagos e espécies florais e arbóreas provenientes de várias partes do mundo. Influenciado pelos palácios da sua terra natal; por palácios como o de Monserrate e de Seteais; ou ainda por outros palácios que existem, ainda hoje, em vários locais da serra de Sintra, o futuro Palácio da Pena nada ficaria a dever a esses maravilhosos exemplares já existentes.

O plano arquitectónico original foi reformulado e ampliado em 1840 pelo engenheiro militar, e amigo pessoal de D. Fernando II, o Barão von Eschwege, a partir de um plano executado pelo arquitecto Nicolau Pires. O novo palácio começava a assumir diversas formas e cores. Tudo era diferente do que existia até aquele momento no Portugal de então. Uma estilização da torre de Belém, invocando o período áureo da História de Portugal, elementos decorativos evocando formas arabizantes ou inspirados na corrente gótica e no manuelino. Enfim, a reunião de uma profusão de volumes, decorativos e revivalistas, sem precedentes na História da arquitectura portuguesa e que ainda hoje quando observamos o seu resultado final, nos transporta para um qualquer conto de fadas e nos povoa o imaginário.

O interior do Palácio oferece um conforto extremo. Provido de todas as dependências necessárias a uma estrutura real, a este excepcional palácio houve o cuidado de não descurar a questão estética. O belo foi, necessariamente, uma das palavras de ordem. Todos os recantos que envolvem o observador permitem momentos únicos. Quase somos transportados numa máquina do tempo, para um tempo que não volta mais. Os elementos fitomórficos, as esculturas, os elementos esotéricos e mitológicos, que decoram a estrutura edificada, aliados a paredes pintadas em *trompe l'oeil* e uma decoração de cores quentes, azulejos e veludos, permitem criar uma cenografia verdadeiramente romântica. Ao observador é-lhe permitido experienciar sensações únicas, tal é a envolvimento do cenário que o rodeia. Composto de claustro, a partir do qual se desenvolvem os restantes

volumes; capela – onde ainda podemos ver o retábulo de Nicolau de Chanterenne; sala árabe, sala indiana, sala de jantar e de estar, cozinha, quartos de dormir e gabinetes privados. As várias estruturas articulam-se em diferentes registos e permitem ao observador encontrar, aqui e ali, referências a outros tempos da História de Portugal, sempre e tudo cenograficamente pensado até ao mais pequeno detalhe.

Ao mesmo tempo que o palácio se assumia cada vez mais como mais um dos ícones da região, as obras no parque do palácio avançavam a bom ritmo. O próprio Rei, juntamente com os especialistas à sua disposição, arquitecta a estrutura do parque. As espécies arbóreas e florais afluíram de várias partes do mundo, inclusive da Floresta Negra. Em 1949, ficaram concluídas as obras do parque. Uma espécie de jardim do paraíso, ornado de flores e árvores exóticas, feteiras, lagos com cisnes e estruturas arquitectónicas que permitem cenários tão ao gosto do romantismo. A coroar toda esta magnificência vegetal – o Palácio da Pena. Richard Strauss, famoso compositor, disse a propósito: *«Hoje é o dia mais feliz da minha vida. Conheço a Itália, a Sicília, a Grécia e o Egipto, e nunca vi nada, nada, que valha a Pena. É a coisa mais bela que tenho visto. Este é o verdadeiro jardim de Klingsor e, lá no alto, está o Castelo do Santo Graal.»*

D. Maria II faleceu a 15 de Novembro de 1853, com apenas 34 anos. Apesar do grande desgosto que sofreu, o Rei continuou com as obras no palácio. Certos autores defendem até, que os trabalhos do palácio acabaram por ajudar o Rei a suportar a dolorosa perda da sua Rainha. Alguns anos mais tarde, em 1869, casou com Elisa Hensler, a Condessa de Edla, famosa cantora de ópera. A sua devoção à nova esposa foi, pois, muito significativa. D. Fernando mandou construir, para habitação da sua nova mulher, um *chalet* no Parque da Pena segundo projecto da própria.

D. Fernando II acabou por sucumbir, no Paço das Necessidades, no dia 15 de Dezembro de 1885, devido a uma enfermidade que o acompanhou nos últimos anos de vida. À data da sua morte, ainda se efectuavam trabalhos de decoração no Palácio da Pena. A Condessa de Edla herdou o palácio e, em 25 de Junho de 1889, ingressa nas mãos da Coroa, depois de adquirido em hasta pública pela quantia de 310 contos. Até à implantação da República, a Rainha D. Amélia utilizou regularmente o palácio como sua residência de verão. A partir de 1910, o palácio foi musealizado e aberto ao público com a designação oficial de Palácio Nacional da Pena.

PALÁCIO NACIONAL DE SINTRA

IHAs 001.03.2120.01

Localização: Largo Rainha D. Amélia
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910; Diário do Governo, 23.06.1910.

Fundação: Sécs. XII-XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico, Manuelino, Mudejar, Renascimento, Maneirismo, Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

FREIRE, Anselmo Braancamp (1899) – *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa; SABUGOSA, Conde de (1903) – *O Paço de Cintra*, Lisboa; JUROMENHA, Visconde de (1905), *Cintra Pinturesca*, Lisboa; PROENÇA, Raul, (Direcção) (1924) – *Guia de Portugal*, Lisboa, vol. I; ALMEIDA, João de (1943) – *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darnas*, Lisboa; LINO, Raul (1948) *Os Paços Reais da Vila de Sintra*, Lisboa; COSTA, Francisco (1980) *O Paço Real de Sintra - Novos Subsídios Para a Sua História*, Sintra; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1984) – *A Vila Velha – Ronda pelo Passado*, Sintra; COURELA, Liseta Nascimento, SILVA, Maria João, SOUSA, Pedro Manuel (1987) – *Paço de Sintra – As Fachadas do Passado e do Presente*, Lisboa, (texto policopiado); AZEVEDO, Carlos de (1988) – *Solares Portugueses*, Lisboa; SERRÃO, Vítor (1989) – *Sintra*, Lisboa; GIL, Júlio (1992) – *Os Mais Belos Palácios de Portugal*, Lisboa; AREZ, Ana Brito (1993) – *O Palácio Nacional de Sintra*, Mafra; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Vol. V (Memórias do Tempo), Sintra, 1998; RIBEIRO, José Cardim (1995) – *Sintra – Património da Humanidade*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Palácio Nacional de Sintra, pela sua dimensão e importância, assume-se como uma das memórias histórico-artísticas de maior relevo no conjunto dos monumentos que constituem a Paisagem Cultural de Sintra. O sincretismo entre património natural e monumental e a harmonia entre si estabelecida valeu-lhe a classificação da UNESCO como Património Mundial desde 1995.

Situado em pleno centro histórico da vila de Sintra é, de todos os paços reais portugueses, o exemplar que melhor se conservou até à contemporaneidade. Da primitiva edificação, assim como o nome do seu fundador, nada se sabe ao certo. Acredita-se, no entanto, que terá sido construído sobre a residência dos antigos *Walís* muçulmanos. A planta original sofreu, sobretudo ao longo dos séculos XIV, XV e XVI, significativas alterações que compreenderam obras de ampliação e beneficiação realizadas por ordem dos Reis D. Dinis, D. João I e D. Manuel I.

As razões que levaram estes monarcas a prestar maior atenção a este monumento foram várias. Entre elas estará, certamente, o microclima que a serra de Sintra propicia a toda a sua zona envolvente. A verde mancha

florestal constantemente envolta numa “bruma que se não dissipa” confere-lhe uma beleza única. D. Duarte, a propósito da vila de Sintra e do seu paço real escreveu: *«Vimos a esta vila de Sintra muitas vezes ter alguns verões. E assim cremos que o farão os reis que depois de nós vierem, por acharmos a terra de muito bons ares e águas e de comarcas em que há grande abundância de mantimentos de mar e de terra, e por a nossa muito nobre e leal cidade de Lisboa estar tão próxima, e por termos em Sintra muita folgança e desenfadamento de montes e de caças. E por termos nelas nobres paços de mui espaçadas vistas...»*.

Mais tarde, Damião de Góis, cronista principal do rei D. Manuel I, como que a dar razão a D. Duarte, enumerou os seguintes motivos para a Corte ali passar parte do ano: *«... por ser um dos lugares da Europa mais fresco, e alegre, para qualquer rei, príncipe e senhor poder nele passar esse tempo, porque além dos bons ares que de si lança aquela serra, chamada pelos antigos Promontório da Lua, há nela muita caça de veados e outros animais, e sobretudo muitas e muito boas frutas de todo o género das que em toda a Espanha se podem achar, e as melhores fontes de água e mais fria de toda a Estremadura, às quais coisas todas acrescenta sabor os magníficos paços que no mesmo lugar têm os reis, para seu aposento e dos que com eles ali vão»*. O facto de a Corte passar largos períodos de tempo neste paço real, ao longo dos vários reinados até à implantação da República, contribuiu para o excepcional estado de conservação do monumento, que de outra forma dificilmente estaria tão bem preservado.

O Palácio Nacional de Sintra apresenta uma complexa planta arquitectónica composta por volumetrias paralelepípedicas, escalonadas e articuladas de acordo com os eixos Sudoeste-Sueste e Noroeste-Sueste. D. Dinis terá sido o primeiro monarca a beneficiar este paço real. Terminado o período da reconquista do território aos mouros e delimitadas as fronteiras do reino de Portugal (pouco diferentes daquelas que conhecemos hoje), o Rei-Poeta constrói algumas estruturas que se articulam com as pré-existências, nomeadamente a capela palatina.

Esta estrutura religiosa apresenta uma planta longitudinal rectangular de nave única e com tribuna; as paredes apresentam-se pintadas a fresco com pombas que seguram na boca um pequeno ramo de oliveira fazendo desta forma alusão ao Espírito Santo, divindade a quem a capela real é votiva. Inicialmente construída num gótico despojado e simplicista, tão característico do estilo arquitectónico vigente na Europa de então, actualmente apenas as janelas góticas rasgadas a O nos fazem recuar a esse tempo.

No primeiro quartel do século XV, D. João I foi o monarca responsável pelas primeiras grandes transformações e obras de ampliação do Paço. A Europa de então privilegiava o espaço habitacional. Reis e nobres construíram ou transformaram os seus palácios em símbolos de poder, ornando-os de faustosos objectos e diversos e ricos materiais. Inserido neste novo espírito, o Rei mandou construir várias dependências, entre elas a que denominamos hoje Sala dos Cisnes.

De planta rectangular, apresenta um singular silhar de azulejos de aresta e uma lareira renascentista esculpida em mármore de Carrara; o tecto, em madeira, apresenta nos painéis octogonais figuras de pegas. Outras das edificações que devemos a este monarca é a magnífica cozinha: situada a nascente, está forrada de azulejos brancos, composta por dois tramos, separados por arco quebrado, coroados por duas monumentais chaminés cónicas, com 33 metros de altura, que imediatamente se tornaram no ícone do palácio e da própria vila de Sintra.

D. Manuel I realizou grandes obras de ampliação e beneficiação em todo o conjunto, para além do embelezamento das estruturas pré-existentes. Revestiu, por exemplo, as paredes de algumas câmaras com composições azulejares com motivos geométricos de elevada qualidade plástica, seguindo assim a tradição

decorativa muçulmana. Enriquecido com os lucros das transações comerciais das especiarias asiáticas e de outros produtos provenientes do Império Português – entretanto alargado –, D. Manuel estava em condições de prestar especial atenção ao seu palácio de veraneio, tendo sido a ala manuelina a última a integrar a irregular planimetria já existente.

Espaçada por dois andares, a nova ala, apresenta uma significativa decoração ao nível das janelas, apresentando-se estas profusamente esculpidas com elementos vegetalistas que lhes confere um extraordinário sentido decorativo. A Sala dos Brasões é uma das mais espectaculares dependências do Palácio cuja cúpula apresenta, inseridos em caixotões de talha dourada, as armas reais de D. Manuel I, dos seus 8 filhos e de setenta e duas importantes famílias nobres. De planta quadrangular e volumetria cúbica, as paredes desta sala, apresentam-se integralmente revestidas a painéis de azulejos azuis e brancos, datados do século XVIII, que apresentam temáticas galantes e de caça, tão características do barroco português e concebidos pelas oficinas lisboetas dos grandes mestres da azulejaria desse período.

Nos séculos que se seguiram ao reinado do Venturoso, o palácio não sofreu alterações significativas. No século XVIII, e na sequência do terramoto de 1 de Novembro de 1755, algumas partes da estrutura foram seriamente danificadas (recordamos que este terramoto destruiu grande parte da cidade de Lisboa). As obras de recuperação foram executadas pelo arquitecto Carlos Mardel respeitando ao máximo a pré-existência, ou seja, a linguagem original foi conservada mantendo assim a memória histórica do monumento.

Esta opção de restauro só foi possível graças à realidade cultural que a Europa de então vivia - o Romantismo. A nova corrente, que na segunda metade do século XVIII dava os primeiros passos, primava por uma atitude de preservação das memórias de outros tempos. O Palácio Nacional de Sintra, devido ao local em que se encontra estava perfeitamente de acordo com a nova mentalidade. Se, por um lado, a sua desordenada profusão de volumes lhe confere um carácter original, por outro, a exuberante natureza e a constante bruma que o rodeiam aliados à antiguidade de toda a estrutura fazem dele um monumento inédito. A nova estética romântica privilegiava a preservação destas memórias.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, o Palácio era uma residência real de veraneio edificada por D. João I, tendo então sido muitíssimo arruinado pelo terramoto de 1755, consistindo numa obra com vários quartos modernos, 17 fontes e muitos tanques, ainda se conservando uma divisão espacial cujas paredes formam um chuveiro admirável.

A respeito de Sintra e dos seus palácios já muito se escreveu. William Beckford, convidado da rainha D. Maria I a visitar o paço no verão de 1787, disse a propósito: «*A orchestra da capella da Rainha de Portugal ainda é a primeira da Europa: em excellencia de vozes e instrumentos nenhuma outra corporação d'este género, nem mesmo a do Papa, se pôde gabar de ter reunido tão admiráveis músicos como estes...*». Lord Byron descreveu Sintra como o *glorioso Éden*. O Rei D. Carlos e as Rainhas D. Maria Pia e D. Amélia foram os últimos monarcas a utilizar o Palácio como residência de verão. Na sequência da instauração da República, em 5 de Outubro de 1910, o Paço Real é integrado no Património do Estado. O Palácio Nacional de Sintra é um dos paços reais mais antigos da Europa. Pela sua originalidade, antiguidade e beleza estética, é local de visita obrigatória para milhões de turistas que por ali passam todos os anos. Actualmente, palco de recepções oficiais do Primeiro-Ministro de Portugal e de exposições nacionais e internacionais, assume-se como um dos importantes testemunhos da cultura europeia ocidental.

PELOURINHO DE SINTRA

IHAs 056.03.5110.01

*Localização:* Sintra*Freguesia:* União das Freguesias de Sintra*Enquadramento:* Urbano*Protecção:* inventariado*Fundação:* Século XX (1940)*Estilo(s) arquitectónico(s):* Neomanuelino*Autor(es):* José da Fonseca, escultor.*Fontes documentais e/ou bibliográficas:* CMS**MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA**

O primeiro foral concedido à vila de Sintra data de 9 de Janeiro de 1154 por ordem de D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal. 35 anos depois, D. Sancho I confirma o foral concedido pelo seu antecessor. Volvidos pouco mais de três séculos, e porque certamente as prioridades sociais, políticas e económicas não seriam as mesmas, foi a vez do rei D. Manuel I conceder um novo foral à vila mais adaptado às novas realidades.

Muito provavelmente terá sido na sequência deste último foral que o pelourinho – tão importante elemento civil e judicial –, terá sido erguido na vila de Sintra. Sobre a sua localização, é quase certo que seria no local que actualmente ocupa. Uma gravura de William Hicking Burnett, do segundo quartel do século XIX, coloca o pelourinho original frente à igreja da misericórdia de Sintra. Ou seja no mesmo local onde hoje se encontra. Uma planta do Palácio Nacional de Sintra, da autoria do Capitão José António de Abreu, e datada de 1850 confirma esta localização. Segundo os registos disponíveis, os últimos condenados a serem ali expostos pela última vez terão sido no ano de 1805.

As ideias liberais, então vigentes em muitos sectores da sociedade, tendiam a ostracizar os elementos simbólicos do antigo regime. Os pelourinhos, como instrumentos judiciais, eram claramente parte desses símbolos de poder e que importava destruir. Não admira, portanto, que o monumento manuelino, com uma história secular, tenha tido um triste fim.

A 10 de Maio de 1854, reuniu a Câmara Municipal de Sintra em sessão ordinária. Entre outros assuntos o vereador José Joaquim Roquette solicitou autorização para que o ferrador Lino José dos Reis fechasse o terreiro frente à porta de serventia da sacristia do coro da igreja da Misericórdia, onde este tinha a sua loja, e derrubasse o pelourinho. Um dos argumentos que utilizou para justificar o apejar do monumento foi a “decência e asseio público”. Foi, pois, no seguimento do deferimento desta autorização que o mesmo ferrador destruiu o pelourinho e utilizou a sua cantaria nos alicerces e muros da estrutura da sua própria habitação que se encontrava na altura em construção.

Em 1940, deliberou a Câmara Municipal de Sintra, em sessão municipal, construir um novo pelourinho. Para o efeito, foi contratado o escultor José da Fonseca que realizou uma obra revivalista, de clara inspiração manuelina, invocando assim o elemento estilístico anteriormente ali existente. O original pelourinho de Colares terá sido uma das fontes de inspiração para este projecto que apresenta a seguinte configuração: a coluna está assente numa base hexagonal, de faces côncavas, apoiada num soco de três degraus igualmente hexagonais. O fuste da coluna apresenta-se dividido, sensivelmente a meio, por um anel de molduras quadrangulares. Apresenta-se espiralado e com bandas côncavas decoradas, alternadamente, com dois tipos de elementos fitomórficos. O capitel de forma quadrangular, é composto por elementos vegetalistas em forma de cogulho de folhas de acanto no qual se apoia um ábaco, igualmente quadrangular, onde se cravam quatro ferros, dispostos

em cruz. O remate apresenta um elemento cónico, espiralado, e decorado com uma gramática vegetalista, a que se sobrepõe uma esfera a partir da qual se eleva uma grimpa de ferro com elementos esféricos.

QUINTA DA AMIZADE

IHAs 013.03.2150.01

Localização: Quinta da Amizade - Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: inventariado
Fundação: Século XIX
Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-Renascimento florentino
Autor(es): Luigi Manini
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
SANTOS, J. Eusébio dos, *Guia de Sintra, Collares e Arrabaldes*, Lisboa, s. d.; BOLÉO, José de Oliveira, *Sintra e o seu Termo* (estudo geográfico), Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1985; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Barcelos, 1986; SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Sintra, 1989; RIBEIRO, José Cardim (coordenação), *Sintra, Património da Humanidade*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *A Vila Velha (Ronda pela Passado)*, in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Vol. I; Sintra, 1997; Pereira, Denise, Luckhurst, Gerald, *Vária Escrita n.º 11 – A Vila Sassetti, projecto de Luigi Manini*, Sintra, 2004.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Victor Carlos Sassetti nasceu em Sintra, no dia 20 de Outubro de 1851. Ao longo da sua vida, “foi proprietário e capitalista homem de grande actividade e muito inteligente, trabalhador prestimoso e de afabilidade que encantava, Victor Sassetti foi um carácter extremamente bondoso e de tal pureza, que a todos inspirava respeito e simpatias” (in *Diário de Notícias*, 07 de Dezembro de 1915, p. 2). Nascido e criado em Sintra, foi também aí que explorou o Hotel Victor que herdou dos seus pais, Carlos (1815-1858) e Henriqueta Frederica Sassetti, recebendo ainda como herança a propriedade da Quinta de Fanares, situada em Mem Martins e famosa pela produção de manteiga, que aliás, abastecia os hotéis da família.

Contudo, foi a exploração do Braganza Hotel, em Lisboa, que fez dele um destacado empresário junto dos seus congéneres. A escritura para exploração do Braganza Hotel aconteceu no dia 10 de Novembro de 1876 e esteve sobre a sua gestão até final de Dezembro de 1911. Foi um dos hotéis mais procurados da capital, e para isso contribuiu uma decoração que lhe deu uma nova alma. As pessoas que frequentaram esta unidade hoteleira foram as mais ilustres, desde aristocratas, políticos, diplomatas a artistas de ópera, etc... Rapidamente Victor Carlos Sassetti criou fama e, sobretudo, uma considerável fortuna. Carlos Sassetti, pai de Victor Sassetti, fundou o hotel Victor em Sintra no ano de 1850. Até cerca de 1890, a vila de Sintra era um dos locais de eleição da aristocracia para passar o período de verão. Até essa data foram muitas as personalidades, sobretudo ligadas às artes e letras, que passaram pelo famoso hotel Victor, tais como, Ramalho Ortigão ou o escritor Alberto Pimentel que ali escreveu a obra *Noites de Sintra*. O hotel foi eternizado na obra literária de Eça de Queirós como um notável lugar.

O sonho de Victor Sassetti, de construir um chalé em plena serra de Sintra, começou a tomar forma a partir de 1885. O ponto de partida foi a aquisição de alguns terrenos em plena serra, entre o Castelo dos Mouros e a vila de Sintra. Como homem discreto que era, Sassetti encomendou uma obra igualmente discreta, dissimulada por

entre os penhascos, ou seja que não desse nas vistas, por um lado, mas que simultaneamente aproveitasse todas as vistas possíveis de tão privilegiado lugar. 1890 foi o ano da encomenda. O arquitecto escolhido foi Luigi Manini (1848-1936) que estava agora a dar os primeiros passos na sua nova profissão executando o projecto arquitectónico exterior do Hotel do Buçaco e os frescos para o vizinho chalé Biester. Contudo, Manini, já tinha dado grandes provas da sua competência como cenógrafo no Teatro Nacional de São Carlos e no Teatro Nacional de D. Maria II, para além de ter, entre 1887 e 1888, trabalhado no projecto de decoração do Braganza Hotel, em Lisboa. A grande amizade entre o arquitecto e Victor Sassetti teve aqui o seu início e prolongar-se-ia pelo resto da vida.

A nova morada de Sassetti, inserida de uma forma quase perfeita na paisagem da serra de Sintra, iniciou a sua construção em 1890 e ficou terminada quatro anos mais tarde. A escritura data de 16 de Abril de 1894. Poucos anos mais tarde, Manini alterou o projecto na sequência de um pedido do proprietário para ampliar o espaço habitável. Inspirado no estilo florentino quatrocentista, destaca-se pela originalidade da estrutura decorativa e pela analogia ao estilo rústico. A partir de um torreão central, com três registos, estendem-se diferentes volumetrias desniveladas e construídas em pedra. Das fachadas, rasgam-se janelas de sabor arabizante, em certos casos maineladas, emolduradas por arcos de tijolos, aproximando-se assim das míticas origens árabes da vila de Sintra e harmonizando o complexo conjunto de volumetrias. Os balcões permitem ao observador desfrutar de alargados panoramas sobre a planície saloia, o mar e vários palácios, para além da vista da própria serra de Sintra, por si só, de excepcional beleza. O trabalho de Manini não incidiu apenas no projecto e realização da estrutura edificada, mas também na planificação e realização do jardim envolvente, que o obrigou a sintetizar devido ao espaço exíguo disponível. Ainda assim conseguiu criar diversos ambientes como regatos, cascatas, fios de água e pequenos lagos que se articulam num terreno desnivelado e propõem um ambiente magnífico ao observador que se vê envolvido numa componente vegetal estrategicamente elaborada para criar um cenário privilegiado.

Manini preocupou-se em criar um espaço intimista, onde a família que o habitaria se sentisse confortável. Ao contrário dos restantes palácios que encontramos na serra, este fica longe da estrada, tornando-o mais isolado e privado. Victor Carlos Sassetti morreu em Lisboa, no dia 6 de Dezembro de 1915, na sequência da epidemia de gripe que assolou a Europa durante a 1.^a Grande Guerra Mundial. Os seus herdeiros foram a sua mulher, Mary Fernandes Sassetti, e o seu filho, Carlos Sassetti, que morreu sem deixar descendência. A vila Sassetti foi então alugada ao milionário arménio, Calouste Sarkis Gulbenkian, até à data da sua morte em 15 de Setembro de 1955. Carlos Sassetti, após a morte de Gulbenkian, vendeu a quinta a Isabel Armada Luísa Real. No mesmo ano, a nova proprietária, ampliou a área da casa. Foi criado um corpo na parte meridional da torre que deu lugar a várias salas e instalações sanitárias. Outra das alterações levadas a efeito, foi a deslocação da porta de entrada para sul e a colocação de pesadas grades de ferro nas janelas para maior protecção do edifício, mas esteticamente, esta última opção, interfere com a leitura do conjunto. Logo em 1957, a Câmara Municipal de Sintra deferiu a licença de construção da casa do caseiro, um pouco mais abaixo da casa principal terminada em Janeiro de 1958. A partir deste momento a Vila Sassetti passou a designar-se Quinta da Amizade.

Em 1979 a Quinta foi adquirida por Isabel Maria Castro Santos e, em 1984, passou para a propriedade de Sara Gabriel Teixeira de Albergaria, que ali habitou com a sua família até ao dia 16 de Janeiro de 2004, altura em que a Câmara Municipal de Sintra, autorizada pela Assembleia Municipal, adquiriu a propriedade. Actualmente, é propriedade da Sociedade Parques de Sintra Monte da Lua.

QUINTA DA FONTE

IHAs 057.06.2150.01



Localização: Linhó

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: inventariada

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco, Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*,

Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Quinta da Fonte é um complexo patrimonial setecentista sito no Linhó, no sopé da Serra de Sintra e à beira da actual estrada de Sintra – Cascais, edificado em torno dos dois núcleos da casa do Barão do Linhó.

O Convento da Quinta da Fonte é também conhecido por Colégio das Irmãs Doroteias uma vez que são elas as responsáveis por esta instituição secular. Fundado em Itália no século XIX pela Madre Paula Frassinetti o Instituto das Doroteias pretende homenagear Santa Doroteia – filha de um senador da Capadócia martirizada por não renunciar à fé cristã. Em Portugal a existência desta ordem, desde 1866, deve-se ao padre Fulconis da Companhia de Jesus que fundou no convento da rua do Quelhas a primeira sede desta instituição.

Em 1866, chegam a Portugal provenientes de Itália as primeiras freiras da Congregação das Doroteias, instalando-se no antigo Convento das Agustinas irlandesas de Lisboa, oferecido por D. Maria da Assunção de Saldanha de Castro, filha do Conde de Penamacor, e onde fundaram o afamado Colégio do Quelhas, para educação das jovens adolescentes da alta sociedade.

Com a exiguidade da capela respectiva face à crescente comunidade conventual, a sua Irmã Superiora, Madre Ana do Espírito Santo Morais, promove a edificação de um novo oratório em 1907 pela Madre Maria Augusta Pereira Alves, ornamentado com talhas pombalinas encontradas num armazém e provenientes da demolida capela palatina de S. Joaquim dos Condes de Penamacor e entretanto desaparecidas.

Após a implantação da República em 1910 e a conseqüente expulsão das Ordens religiosas, sendo a congregação portuguesa presidida pela sua Superiora Provincial, Madre Eugénia de Monfelim, o Colégio é confiscado, leiloando-se as talhas transaccionadas pela segunda vez.

Reaparecendo providencialmente em 1935, aquando da construção de um novo Colégio no Campo Grande, em Lisboa, descobertas numa quinta de São Pedro de Sintra e sendo oferecidas pelo devoto benemérito Tomás de Azevedo e Silva, sendo contudo guardadas por não se adaptarem à estrutura em cimento armado da respectiva capela lisboeta.

Em 1937, a Quinta da Fonte é oferecida à congregação pela Condessa de Cuba, herdada do seu irmão, o Barão de Linhó, condicionando-se o legado à perpetuação celebrativa da festividade de Nossa Senhora da Conceição, no último domingo de Agosto, preservando-se ainda a capela bem restaurada.

O actual colégio do Linhó só no início da segunda metade do século XX viria a constituir-se como tal. No ano de 1937 D. Maria Francisca de Câmara, condessa de Cuba, esposa de D. Alexandre Saldanha de Vasconcelos de Lencastre, primeiro e único conde de Cuba, herdou de seu irmão, o barão do Linhó, a Quinta da Fonte.

A propriedade, de pequenas dimensões, incluía uma pequena casa de traça tipicamente portuguesa. A herança do Barão tinha como condição a instituição de uma festa celebrada anualmente em honra de Nossa Senhora da Conceição, que de resto ainda hoje os habitantes da freguesia do Linhó celebram com a mesma regularidade no último Domingo de Agosto. A pequena casa edificada no local constituiu-se, depois da oferta da propriedade às irmãs Doroteias, no ponto de partida para a construção de uma nova estrutura que viria, a partir de 1952, a albergar o colégio/convento das Irmãs Doroteias. As obras terminaram cerca de quatro anos depois, em 1956.

O edifício consiste actualmente numa típica casa portuguesa, traduzindo a sua fachada uma notável harmonia integradora da residência e da capela, simbolizando a profunda união da religiosidade devota com o quotidiano rural e apresentando a simplicidade tradicional de um esquema arquitectónico funcional com janelas altas mais relevantes no primeiro piso que no piso térreo, cantaria recortada e também na fachada simétrica da capela, realçada com um esplêndido frontão barroco com volutas.

A Congregação das Doroteias decide sediar a sua Casa Provincial no Linhó em 1952, para o que se iniciam grandes campanhas de obras, projectadas pelo Arq^o. Vasco Regaleira desde o antigo edifício residencial do Barão, constituindo a pequena e antiga capela apenas mais um elemento componente do conjunto e substituído no seu desempenho funcional por uma nova igreja que se assume como eixo arquitectónico da fachada.

Para riscar o projecto foi convidado o arquitecto Vasco de Moraes Palmeiro, ou Vasco Regaleira como é mais conhecido. A nova estrutura foi concebida tendo por principal eixo a nova capela do convento articulando-se a partir dali uma série de volumetrias destinadas à residência da irmandade, aos alunos do colégio e a outras dependências de apoio social.

Aí, pela terceira vez, se instalam as antigas talhas pombalinas dos Condes de Penamacor, totalmente restauradas por artistas marceneiros e douradores de Braga, procurando reconstituir a respectiva montagem prévia na antiga Capela do Convento do Quelhas, embora numa espacialidade austera simétrica e despojada, já neoclássica.

Decorativamente, a cuidada exuberância das talhas exprime-se na sua pluralidade ornamental de motivos: frisos, grinaldas e chuvas de flores, anjinhos e estátuas da Fé e da Esperança, além de uma vigorosa tela de Madre Henriqueta Malheiro que representa a visão do Sagrado Coração de Jesus por Santa Margarida Maria Alacoque.

Na capela principal podemos encontrar no altar-mor uma das relíquias deste convento. Trata-se de um retábulo em talha dourada, de gramática claramente neoclássica, que enquadra uma representação pictórica de Santa Margarida Maria Alacoque e o Sagrado Coração de Jesus, pintado por uma discípula de Malhoa a Madre Henriqueta Malheiro. O percurso desta talha dourada revela-se de uma importância significativa para a história da ordem em Portugal, uma vez que pertenceu à primitiva casa das religiosas no convento da rua do Quelhas em Lisboa.

No início do século XX a capela do convento tornou-se pequena para acolher um crescente número de religiosas. Consciente deste problema a Madre Ana do Espírito Santo Moraes promoveu a edificação de uma nova capela, maior, que decorou com uma talha dourada oitocentista pertencente a uma família russa. Conta-se

que pouco depois da inauguração deste novo espaço, em 1907, uma das suas benfeitoras do convento, D. Maria da Assunção Saldanha e Castro, reconheceu o retábulo como tendo pertencido à capela da família Penamacor, dedicada a São Joaquim, que terá andado desaparecida durante os anos que se seguiram à demolição do palácio dos condes.

A instauração da República a 5 de Outubro de 1910, a expulsão das ordens religiosas e o confiscar de bens pertencentes às mesmas estruturas religiosas por parte do estado português originaram-lhe um novo destino. A talha foi vendida em hasta pública e a receita reverteu a favor do Estado. Um quarto de século mais tarde, as irmãs Doroteias edificam um novo colégio no Campo Grande, em Lisboa, e mais uma vez o destino da talha dourada cruza-se com a história da irmandade ao aparecer num antiquário em São Pedro de Sintra.

Desta vez foi o Sr. Tomás de Azevedo e Silva que a adquiriu e ofereceu à ordem. Infelizmente o altar-mor da capela do convento, que já estava construída, não estava preparado para receber a obra de arte. A construção do convento do Linhó, e da sua nova capela, permitiu encontrar um espaço para albergar esta importante obra de arte tão importante para a história da ordem das irmãs Doroteias em Portugal.

Inaugurada com a presença do Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel (II) Gonçalves Cerejeira, a casa conventual cresceu e abriga actualmente uma escola e uma casa de retiros, em cujo antigo parque residencial do Barão de Linhó se insere ainda um pequeno oratório azulejado com uma imagem oitocentista da Virgem e também um insólito pequeno pavilhão fortificado. Actualmente o convento/colégio das irmãs Doroteias funciona como um estabelecimento de ensino, convento e casa de retiro espiritual.

QUINTA DA GANDARINHA

IHAs 081.05.2150.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção:

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Contemporâneo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. I.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A História da quinta da Gandarinha e da actual estrutura que ali podemos observar está intimamente ligada à do seu promotor, Sebastião Pinto Leite. Esta importante figura portuguesa nasceu na localidade de Gandarinha, concelho de Cucujães, a 25 de Agosto de 1815. Par do Reino e Comendador das Ordens de Cristo e da Rosa (Brasil), foi grande capitalista e homem de negócios das principais praças comerciais de Lisboa, de Londres e Manchester, sendo elevado a Visconde de Gandarinha, por carta de 30 de Janeiro de 1879, e a Conde da penha Longa, por carta de 4 de Março de 1886. Em ambos os casos, por cartas passados por D. Luís I.

Infelizmente não chegaram até nós dados que nos permitam conhecer melhor esta estrutura. Na *Cintra Pinturesca*, anotada por António Cunha (1905), existe uma nota que nos ajuda a entender um pouco do contexto em que foi criada: “Onde anos depois o Visconde de Gandarinha, mais tarde Conde da Penha Longa, mandou construir um grande prédio, destinado a ser alugado para um hotel e que até hoje nunca foi habitado. Este edifício nunca foi concluído, pois que lhe falta, do lado de cima, um corpo lateral igual ao aposto e empreendedor titular não tem desistido da sua tentativa.”.

No entanto, temos razões para acreditar que o Conde da Penha Longa não foi o seu fundador. É muito possível que tenha sido apenas o responsável pela reconstrução do edifício e que a nota de António Cunha não esteja correcta ao atribuir-lhe a fundação do actual edifício.

Num requerimento, datado de 5 de Dezembro de 1888, podemos ler: “*Ilustríssimos Senhores, Diz o Conde da penha Longa, proprietário da casa sita no arrabalde desta vila, freguesia de Santa Maria, conhecida pela casa que foi do Conde do Lavradio reedificada pelo suppt. Em condições de se aplicar a um hotel que no presente ano esteve devoluto, cuja casa se acha inscrita ...*”. Depreende-se, por este documento, que, no lugar do actual edifício, já existia um outro. Não temos, no entanto, qualquer referência à outra estrutura.

A actual estrutura tem uma volumetria paralelepípedica e uma fachada rígida de três registos que se estende por três e quatro pisos, completamente preenchida por janelas. Estas janelas apresentam, a partir do primeiro piso, na ala oriental, uma parte inferior de cantaria trabalhada com motivos geométricos e, na ala ocidental, as janelas apresentam na parte inferior um gradeamento de ferro forjado.

QUINTA DA MADRE DE DEUS

IHAs 061.03.2150.01



Localização: Estrada da Madre de Deus – Carrascal de Cima

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Rural

Protecção: -

Fundação: Séc. XVIII (22 de Março de 1629)

Estilo(s) arquitectónico(s): Vernacular, Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1997-1998) – *Obras*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.; AZEVEDO, José Alfredo da Costa (1980-1990) – *Velharias de Sintra*, Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 6 vols.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Situada numa encosta voltada a sul de uma elevação entre a Várzea e o Carrascal, a Quinta da Madre de Deus tem uma privilegiada vista sobre a Serra de Sintra em toda a sua monumentalidade pontuada aqui e ali por belos e misteriosos palácios. A cor avermelhada do pitoresco conjunto arquitectónico, envolvido por um pequeno bosque, chama a atenção dos transeuntes e confere ao local um aspecto edilício. Não admira que tenha sido um dos locais mais frequentados do século XVIII sintrense.

A Quinta da Madre de Deus constitui uma propriedade de instituição jurídica patrimonial vincular sita no Carrascal de Sintra e criada em 22 de Março de 1729 por D. Filipe de Sousa, Chantre e Deão da Sé Patriarcal de Lisboa, a partir de uma Ermida daquela invocação antes pertencente a Gregório Gomes Galego e aforada por 2500\$000 e pelo período adicional de três gerações ao Convento trinitário de Nossa Senhora dos Remédios de Santa Maria do Arrabalde.

A actual estrutura terá sido construída por ordem do chantre da basílica patriarcal de Lisboa, D. Filipe de Sousa, no segundo quartel do século das luzes. Uma transcrição datada de 7 de Julho de 1838, executada pelo tabelião Joaquim Vital Pinheiro da Veiga, referente a um documento original de 22 de Março de 1729 dá-nos conta do arrendamento da propriedade e suas pertenças, na altura sob o domínio do Convento da Santíssima Trindade situado no arrabalde da vila de Sintra, por três vidas a D. Filipe de Sousa.

É possível que naquele local já existisse um casario anterior e que tenha sido demolido para dar lugar a uma nova estrutura. O primeiro proprietário foi um tal de Gregório Gomes Galego que em data que se desconhece mas seguramente anterior a 1729 a legou ao Convento da Trindade. Não temos qualquer fonte documental que nos possa indicar se este indivíduo já tinha a propriedade no século anterior nem mesmo se já existia uma parte urbana.

Num outro documento datado de 1752, referente à instituição da capela da Quinta de Madre de Deus, é curioso notar que D. Filipe de Sousa se refere à propriedade como “minha”. Ora, se em 1729 a aforou por um período de três vidas há duas possibilidades: ou é um erro; ou entretanto adquiriu a propriedade e todos os seus direitos. Neste mesmo documento podemos ainda ler que “*nele fiz muros, cazas nobres, jardim e mais oficinas e as mais terras*” dissipando assim qualquer dúvida relativamente à autoria da construção urbana. D. Filipe instituiu ainda que à data da sua morte a quinta passasse para a posse do seu sobrinho, D. Fernando de Sousa Coutinho, 12.º Conde do Redondo e Veador da Casa Real.

Até pelo menos meados da centúria de oitocentos, a propriedade permaneceu na posse dos condes de Redondo, altura em que esta já devia pertencer mesmo à família. Ou seja se o foro ao Convento da Santíssima Trindade se manteve até ao século XIX este caducou a partir de 30 de Maio de 1834, altura em que o ministro Joaquim António de Aguiar promulgou a extinção das Ordens Religiosas. Não temos documentos que nos ajudem a perceber como foi feita a transição de posse definitiva para esta família. É possível que possam ter adquirido a propriedade ainda no século XVIII, porém não dispomos de dados que nos possam corroborar isso mesmo.

Sendo requalificada a Ermida e transformada na actual Capela em 1739, o seu vínculo fora instituído em 1752 e a sua respectiva administração coube a D. Fernando de Sousa Coutinho, 12º Conde do Redondo e sobrinho daquele prelado, com a estrita obrigação contratual sucessória da celebração litúrgica sacramental regular e da catequese doutrinal local.

Recebendo o respectivo capelão a cômrua semestral de 30000\$000, mantendo-se os Condes do Redondo e Marqueses de Borba como aforadores até à abolição legislativa das Ordens religiosas monásticas pelo Decreto de 28 de Maio de 1834, transitando assim a tutela jurídico-patrimonial da propriedade para o Estado através da Fazenda Nacional.

Já no séc. XX, a actual posse da quinta fora desanexada de um seu primitivo conjunto fundiário envolvente em 6 de Janeiro de 1927, tendo pertencido a Joaquim Ramalho, ao advogado lisboeta José de Arruela, sendo arrematada em hasta pública de execução hipotecária em 1931 pela entidade bancária da Caixa Geral de Depósitos e posteriormente vendida em 1988 a Maria do Carmo Baker.

No Arquivo Histórico de Sintra encontra-se um requerimento datado de 1840 no qual o 18º conde do Redondo, D. José Luís Gonzaga de Sousa Coutinho Castelo Branco Menezes, pretende o reconhecimento da posse da propriedade do prazo em segunda vida, uma vez que a primeira vida tinha sido reconhecida à pessoa de seu pai, 3º Marquês de Borba e 17º conde do Redondo, D. Fernando Luís de Sousa Coutinho. Mais tarde, já no século XX, sabe-se que a quinta teve vários proprietários até chegar ao actual que a transformou num aprazível local destinado ao turismo.

José Alfredo da Costa Azevedo, nas suas “obras”, escreveu: «*A propriedade, no seu conjunto, é pintada com um cor-de-rosa sujo. Sempre a conheci assim.*». Já Braamcamp Freire, no seu livro *Brasões da Sala de Sintra* referindo-se à propriedade de Ribafria tinha escrito: «*avistando-se lá para o fundo a avermelhada casa da Quinta da Madre de Deus, outrora pertença dos Redondos*». Não existem portanto dúvidas de que a cor que ainda hoje lá encontramos não será muito diferente daquela que lá existia há mais de um século.

O casario que constitui a propriedade organiza-se a partir de um pátio central com ligação directa à capela e à habitação. O pátio é fechado por um muro alto onde se rasga um portão de dimensões consideráveis ladeado por duas janelas gradeadas e encimado por um pequeno sino que se enquadra no interior de uma pequena estrutura sineira, ladeada por duas pequenas volutas invertidas e encimada por uma pequena cruz.

De todos os elementos arquitectónicos a capela, é o único que apresenta uma data: 1739. É possível que tenha sido este o ano do término das obras e da sua consagração, porém os ricos painéis azulejares que encontramos no interior são um pouco mais tardios. O especialista em azulejaria Santos Simões data-os de 1745-50. De cores azul e branco, apresentam episódios da vida da Virgem como: o *Nascimento*, a *Apresentação no Templo*, o *Casamento*, a *Anunciação* e a *Visitação*, separados por cercaduras de pilastras e anjos. Este autor aventa a

possibilidade de poderem pertencer à oficina de Bartolomeu Antunes, um dos mais importantes azulejeiros do segundo quartel do século XVIII. A Virgem é indubitavelmente o principal orago desta magnífica capela. Sobre a porta de entrada encontramos a seguinte inscrição: «*VIRGEM MARIA MADRE DE DEOS E SENHORA NOSSA FOI CONCEBIDA SEM PECADO ORIGINAL*», não deixando, portanto, qualquer dúvida relativamente ao culto que se venera no interior.

O tecto de masseira apresenta-se decorado com um variado leque de elementos fitomórficos, na sua maioria volutas, que enquadram na parte central uma imagem policromada de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de muito pouco cuidada execução ainda que com todos os elementos que caracterizam a santa. O altar-mor, que, até ao século XIX, era de talha dourada, foi, no século XX, substituído por um outro de estuque pintado a azul e branco e folha de ouro que faz sobressair os capitéis e vários elementos vegetalista que se encontram espalhados por todo o conjunto. No altar principal, a imagem da Virgem está rodeada por vários querubins e, em pequenos nichos laterais, encontramos ainda mais quatro santos.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, refere-se que, numa Quinta pertencente ao Conde de Redondo e sita junto à Várzea, esta Ermida, titulada de Nossa Senhora da Madre de Deus, é recente e muito bem acabada. Devendo-se a sua fundação ao Chantre da Basílica Patriarcal de Lisboa, era então muito frequentada por habitantes locais, realizando-se então várias festividades anualmente, sobretudo a 8 de Dezembro.

A parte habitacional da quinta prima por pequenos detalhes absolutamente deliciosos que convidam à contemplação de tão agradável local. Os painéis azulejares, a luz e os estuques que encontramos espalhados pelas várias alas da casa articulam-se numa interessante harmonia campestre. As pequenas salas da ala Norte contrastam com os grandes salões da ala Sul. Tectos em masseira e namoradeiras, ou conversadeiras, de pedra revestidas a painéis de azulejos, são características comuns a grande parte das dependências da casa. A magnífica cozinha, seguramente um dos locais mais cuidados de todo o conjunto e onde o Rei D. Carlos terá degustado iguarias aquando de uma caçada nas redondezas, apresenta uma gigantesca mesa de mármore e duas chaminés de dimensões generosas. Os painéis de azulejos representando cenas de piqueniques foram, já no século XX, colocados na sala de jantar da ala Sul.

QUINTA DA PENHA VERDE

IHAs 005.03.2150.01

Localização: Estrada Nova da Rainha
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: Monumento Nacional, Decreto nº 39175, 17.04.1953.

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pinturesca*, Lisboa, 1905 (1ª edição 1838); BOLEO, José de Oliveira, "D. João de Castro e a Quinta da Penha Verde", in *Ecos de Sintra*, Ano VIII, nº 324, 1942; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo - Velharias de Sintra*, Vol. I, Sintra, 1980; PEREIRA, Arturo, CARDOSO, Filipa Espírito Santo, CORREIA, Fernando C., *Sintra e Suas Quintas*, Lisboa, 1983; HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*, Lisboa, 1986; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Porto, 1986; SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Lisboa, 1989; SEBASTIÃO, Luís Filipe, "Quinta da Penha Verde com Obras sem Licença", in *Público*, Lisboa, 27.07.1994; RIBEIRO, José Cardim (Coordenação), *Sintra – Património da Humanidade*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, vol. II (Recantos e espaços), Sintra, 1997.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A História da Quinta da Penha Verde remonta ao primeiro quartel do século XVI, quando D. Manuel I doou a Quinta da Fonte de El-Rei, que, mais tarde, tomou a designação de Quinta da Penha Verde, a D. João de Castro, filho do Governador da Casa do Cível e Vedor da Fazenda, D. Álvaro de Castro, e de D. Leonor de Noronha. Nos vários séculos seguintes, a propriedade da Penha Verde continuou ligada à família dos Castros que, mais tarde, se uniram à família Saldanha Ribafria. Os seus herdeiros cuidaram de enriquecer, preservar e conservar a memória desta propriedade tão notável.

Nascido a 27 de Fevereiro de 1500, D. João de Castro foi um privilegiado devido à importante posição que o seu pai desempenhava na Corte do Reino. Teve uma educação excepcional ministrada por alguns dos mais notáveis mestres da época, entre os quais o célebre matemático Pedro Nunes. Na adolescência, foi moço-fidalgo do Rei D. Manuel I e, com o seu filho, o Infante D. Luís, iniciou uma longa e profícua relação de amizade que se prolongaria pela vida fora.

No primeiro quartel do século XVI, recebeu das mãos do Rei a Quinta da Penha Verde, no primeiro quartel do século XVI, um pedaço de terra situado na encosta setentrional da Serra de Sintra, a que os antigos chamavam Monte da Lua. Entre árvores de fruto e outras autóctones, plantas infestantes e outros géneros de vegetação, o local, à semelhança de toda a restante serra, oferecia um bom refúgio no período de Verão. A profusão de elementos vegetais tornava o sítio aprazível e propício ao nascimento de um óptimo local de repouso.

Uma das medidas que tomou foi mandar cortar todas as árvores de fruto existentes na propriedade. Pretendia que este seu domínio, não se destinasse a uma quinta de produção, mas simplesmente ao lazer, ao recreio. Foi segundo este objectivo que ali nasceu um importante centro de Cultura e de Arte, talvez um dos mais importantes do Renascimento português. Por D. João de Castro ser um homem pouco influenciado pelos prazeres terrenos, não admira que se rodeasse de homens da Cultura do seu tempo. Pela sua Quinta da Penha Verde terão passado os mais altos representantes portugueses da Cultura humanista da época, além do Infante D. Luís, provavelmente Francisco de Holanda, o importantíssimo Sá de Miranda, entre muitos outros eruditos.

Assim, deixou crescer livremente a exuberante vegetação que, à mercê do microclima da Serra de Sintra, rapidamente terá tornado o local num sítio verdejante e paradisíaco. A primeira casa destinada a albergar os seus proprietários era uma moradia de modestas dimensões; contudo, passado pouco tempo, o primitivo edifício foi largamente ampliado e transformado na mansão que actualmente conhecemos.

Francisco de Holanda, pintor, arquitecto, teórico e porventura um dos maiores humanistas portugueses, depois de passar alguns anos da sua vida em Roma, regressa a Portugal e muito provavelmente terá intervindo como arquitecto, ou até mesmo como consultor das obras a decorrer na Quinta da Penha Verde, demonstrando assim os conhecimentos adquiridos e patrocinados por D. João III na Cidade Eterna. A nova estrutura arquitectónica enquadra-se perfeitamente no estilo renascentista.

Recorde-se que uma das razões que levaram Francisco de Holanda a Roma foi a vontade de conhecer a Cultura do Renascimento, assim como com as suas principais figuras. De entre as várias personalidades com quem privou destacamos a famosa poetisa e Marquesa de Ferrara, Vittoria Colonna, e o divino Miguel Ângelo, duas das mais brilhantes mentes do seu tempo. Foi tão importante o contacto com estas personalidades que a influência artística de Holanda foi, sem o saber, mais maneirista que propriamente renascentista, apesar de ter apreendido todos os ensinamentos no que à arquitectura e à pintura dizem respeito – conforme comprova o seu tratado de pintura *Da Pintura Antiqua* de 1548.

Contudo, a história da Quinta da Penha Verde, como espaço de encontro privilegiado entre homens da Cultura, intelectuais e artistas, iniciava ainda a sua demanda. A evolução deste “fórum” não pode ser dissociada da história de vida do próprio D. João de Castro. Por estar ao serviço de D. João III, foi várias vezes agraciado com rendas, honras e títulos, sobretudo pela sua acção militar. Por vezes, chegou mesmo a recusar benesses oferecidas pelo Rei. Aos 18 anos, foi armado cavaleiro em Tânger por D. Duarte de Meneses, que governava aquela praça. Em 1527, já em Portugal, casou com D. Leonor Coutinho, sua prima.

Em 1542, manda edificar uma capela votiva a Nossa Senhora do Monte, cujo arquitecto permanece incógnito, contudo, e partindo do princípio que a data da construção coincide com a data do regresso de Francisco de Holanda de Roma, é possível que os planos de execução tenham sido esboçados pela pena deste arquitecto maneirista ou, pelo menos, com a sua consultoria. A novidade apresentada e a originalidade da planimetria circular não deixam de nos remeter à *maniera italiana*. Não existem, no entanto, dados que o provem cabalmente.

Por comandar a expedição que derrotou o terrível pirata Barba Ruiva, que aterrorizava as costas do Mar Mediterrâneo, D. João de Castro foi recompensado por D. João III com um penhasco anexo à sua propriedade – o Alto de Santa Catarina. A Quinta da Penha Verde alargava assim os seus domínios. Em 1548, foi nomeado Vice-Rei da Índia; contudo e apesar dos seus 48 anos de idade, acaba por perecer três semanas mais tarde, não usufruindo do seu novo cargo, nem mesmo podendo fazer cumprir o item do seu testamento, no qual pretendia ser inumado junto à capela de Nossa Senhora do Monte, na Penha Verde.

Após a morte de D. João de Castro, a propriedade é herdada por seu filho, D. Álvaro de Castro, e, mais tarde, por seu neto, D. Francisco de Castro. É a este último que se deve uma significativa campanha de obras e melhoramentos na propriedade na primeira metade do século XVII e, sobretudo, no segundo quartel do mesmo século. Mandou construir a capela de São Brás, que incluiu na estrutura da casa senhorial; várias outras capelas: uma votiva a São Pedro e outra a São João Baptista, e ainda uma ermida votiva a Santa Catarina (protectora dos Castros) em 1638. Aliás, convém aqui referir que o brasão da família Castro é de prata com seis arruelas de azul, timbrado com a roda, símbolo de Santa Catarina, a ouro e as suas lâminas a prata.

À edificação destas estruturas religiosas não será alheio o facto de D. Álvaro de Castro desempenhar as funções de bispo inquisidor e de academicamente deter o grau de doutoramento em Teologia, o que fazia dele, inevitavelmente, um homem da Igreja. Ordenou ainda a construção de vários pavilhões e fontes, entre elas a dos passarinhos ou dos corvos, que se apresentam, integralmente forrados de azulejos datáveis do século XVII. A riqueza dos programas iconográficos é notável. Várias estruturas como as fontes, as capelas ou a própria casa apresentam composições azulejares de programas diversificados e de notável qualidade plástica. Algumas das composições azulejares aqui apresentadas não têm paralelo na produção nacional seiscentista.

A fonte maneirista é uma obra de arte de primeiríssima água. A paleta de cores utilizada, bastante arrojada para a época, aplica-se em temáticas que evocam a harmonia da Natureza na sua plenitude. Um mundo quase paradisíaco povoado por animais exóticos e domésticos, árvores de fruto e arquitecturas; o tratamento da profundidade e da perspectiva, os pormenores anatómicos dos elementos zoomórficos, entre outros factores, fazem desta fonte um monumento notável, que ainda hoje se encontra extraordinariamente bem preservado.

Segundo o Padre Sebastião Nunes Borges, na respectiva Memória Paroquial de 22 de Abril de 1758, a Quinta da Penha Verde era então propriedade de António Saldanha, sendo primitivamente constituída por casas térreas com uma Ermida de Nossa Senhora do Monte e reedificada pelo Bispo Inquisidor Geral D. Francisco de Castro, reconstruindo o seu palácio arruinado pelo terramoto de 1755, reduzindo-o à forma actual e acrescentando quatro ermidas e várias fontes.

Quanto à Ermida de Nossa Senhora do Monte, refere a mesma fonte documental ter sido mandada edificar por D. João de Castro, 4º Vice-Rei da Índia, para sua sepultura e sendo a propriedade rodeada de muros para a esquerda, referindo a existência, antes de entrar, de uma representação iconográfica de um minotauro sem cabeça e, adiante, de uma loba de pedra com três crianças e um *“letreiro gótico”*. Acrescenta-se ainda a referência adicional à existência, nas imediações, de uma inscrição sânscrita gravada num grande pedestal de pedra negra contendo 66 *“regras”* em caracteres *“siríacos”*.

Quanto à sepultura do coração de António Saldanha (pai do então proprietário da Quinta), refere a mesma fonte documental ter sido gravado, na respectiva frontaria da pedra branca e pela sua grata memória, por mandado de António de Andrade e da autoria de Paulo de Carvalho, Arcipreste da Sé Patriarcal de Lisboa, o seguinte epitáfio funerário latino: *“Cor Sublime, Capax, et olimpis montis ad instar, / Amplius Orbe ipso, Cor brevis urna tegit. / Cor Consanguinio, Concors, compare Joanni, / Índia cui palmas súbdita mille dedit. / Cor Virtutes amans, Cor Victima Virginis Almae, / Corque ex corde pium nobile, forte, valens. / Non pars, sed totus latet hoc Saldanha sepulchro / In corde est totus; Cor quia totus erat. / [Obbit Anno Domini 1723 / Aetatis suae 55 / Die vero 12 Agusti.]”*.

Quanto à Ermida de São Brás, refere a mesma fonte documental situar-se dentro das casas da Quinta, dotada de uma tribuna interior, destacando-se a presença exótica de uma jibóia sertaneja brasileira e de um jacaré

numa das paredes, bem como de um osso de canela de gigante, tendo sido dotada de uma renda anual de 5\$000 e de um juro de 200\$000, mediante o legado testamentário do Bispo Inquisidor Geral D. Francisco de Castro.

Acerca da Ermida da Lapa, refere-se ainda a existência de uma imagem marmórea de São Pedro delicadamente cinzelada e embutida de conchas com labores primorosos (tarefa artesanal atribuída por tradição local a duas criadas do mesmo prelado), bem como de uma coluna negra de dez palmos de altura coroada por um galo situada diante da porta, tendo sido igualmente dotada dos mesmos rendimentos por legado testamentário.

Quanto à estância que se segue e que talvez já fora jardim, refere a mesma fonte documental constituir-se de assentos em volta e encontrar-se encostada aos muros, compondo-se de várias divisões para flores com uma estátua de jaspe do deus romano Neptuno ao centro e lançando água em redor, além da existência de um pinheiro com cinco pernas de raízes designado “Pinheiro do Bispo”.

Quanto à Ermida de São João, refere a mesma fonte documental situar-se num cabeço da Quinta e apresentar a forma “esférica”, com um altar de pedraria lavrada primorosa, além de uma imagem do orago lavrada em jaspe e sobre peanha preta (colocada ao alto, guarnecida de embrechados com um desenho curioso e suspensa ao centro do retábulo), de outra de São Pedro em barro e esmaltada de vidro de duas cores (do lado do Evangelho), e de outra de São Paulo com a mesma confecção (do lado da Epístola), bem como um frontal de pedra branca brunida com almofadas de pedra preta.

Além disto, a nave do templo era então coberta de azulejos coloridos formando três painéis iconográficos temáticos da vida do padroeiro (nascimento, baptismo e decapitação de São João Baptista), integrando uma pia de pedra escura lisa e brunida com veios dourados semelhantes a lápis-lazúli, além de um adro espaçoso com assentos e parapeito em pedra lavrada, tendo sido igualmente dotada dos mesmos rendimentos por legado testamentário.

Refere-se acrescidamente ainda que, sob a Ermida e na mata de São João, existe uma gruta natural edificada entre penedos, com espaço para doze pessoas sentadas no chão, apesar de não ser então frequentada há mais de um século.

Quanto à Ermida de Santa Catarina, refere a mesma fonte documental situar-se no Monte das Alvíssaras e mandada construir pelo Bispo Inquisidor Geral D. Francisco de Castro em memória de D. João de Castro, que fora armado Cavaleiro no Mosteiro de Santa Catarina do Monte Sinai, apresentando uma primorosa arquitectura octogonal (com as dimensões de 26 palmos de comprimento da porta ao altar e 24 palmos de largura), um altar-mor com um frontal embutido de pedra policroma, além de uma imagem do orago suspensa no ar em lugar elevado e sobre peanha de pedra.

Além disto, o templo era então também decorado com um painel iconográfico temático da vida da padroeira (representada argumentando com os hereges), integrando duas janelas ao alto das paredes em correspondência para iluminação interior e uma legenda gravada em letra redonda sobre a cimalha (então incapaz de ser lida em consequência do terramoto), além de um adro espaçoso (18 braças em circunferência) com assentos e parapeito em pedra lavrada, tendo sido igualmente dotada dos mesmos rendimentos por legado testamentário (pagando ainda a ordinária do Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, sob administração da Santa Casa da Misericórdia de Sintra).

Refira-se acrescidamente ainda um grande penedo que se encontra a Norte, com mais de 30 palmos de altura e encimado de uma cruz de pedra lavrada de quatro faces de 15 palmos de altura, bem como uma porta de serventia à direita que acede a uma escada de pedra de 26 degraus.

Finalmente, refere a mesma fonte documental a existência de três fontes que enobrecem a Ermida de Santa Catarina: a primeira é uma gruta lavrada primorosa de grotescos em embrechados com uma figura delicada da deusa romana Vénus nua e deitada sobre uma cama de jaspe, junto a uma bica de água corrente; a segunda é a “Fonte do Corvo”, constituída de uma pequena edificação azulejada e abobadada cercada de assentos de pedra lavrada, além de uma bica de água corrente a meio da parede; a terceira é a “Fonte da Cruz”, apresentando um grande painel azulejado encimado de uma cruz e com uma carranca leonina ao centro por onde lança uma corrente de água pouco abundante.

Ao longo dos séculos seguintes, a propriedade da Quinta da Penha Verde não sofreu alterações relevantes. Foram vários os herdeiros que se sucederam na propriedade, contudo, nenhum deles empreendeu alterações significativas. Álvaro de Saldanha e Castro, último herdeiro da propriedade e fruto da união de duas importantes famílias; a família Melo e Castro e a Família Saldanha Ribafria acabou por vender a Quinta em 1913 ao segundo Visconde de Monserrate.

Actualmente, a propriedade permanece pertença de privados que são os exclusivos responsáveis pelo seu estado de preservação e conservação.

QUINTA DA PRINCESA

IHAs (a atribuir)



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: inventariado

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. I.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A designação micro-toponímica e predial “Quinta da Princesa” atribuída, em diversos sítios cibernáuticos de transacção patrimonial, à fracção imóvel situada na Rua Fresca nº 1 (e patente à sua entrada em painelete azulejar policromo identificativo de prospecto e colocação modernos), na Freguesia de São Martinho e no Centro Histórico de Sintra, é aparentemente de desconhecida génese recentíssima e tratando-se de uma mera construção inverosímil e mistificante de memória identificativa, com vista a um eventual propósito económico-financeiro de especulação comercial inflacionante pelo mercado imobiliário.

Com efeito e conforme as referências elencadas e sitas na rede mundial virtual do ciberespaço, não se localizam ou conhecem quaisquer informações expressas fundamentantes verbais ou escritas, quer em fontes documentais primárias, quer em fontes bibliográficas secundárias, que mencionem aquela suposta designação atribuída à referida propriedade ou sequer aludam à sua posse jurídico-patrimonial pela ex-cantora lírica helvético-americana Elisa Frederica Hensler (1836-1929), nobilitada com o título aristocrático saxónio de primeira e única Condessa de Edla, quer antes, quer depois, do seu casamento celebrado em 10 de Junho de 1869 com D. Fernando II de Saxónia-Coburgo-Gotha (1816-1885), Rei consorte viúvo de Portugal, por aquisição, remodelação e posterior oferta daquele ou desta. Consequentemente, não nos é possível afirmar, confirmar ou infirmar, de modo algum, se qualquer um dos mencionados personagens fora ou não proprietário ou remodelador desse bem imóvel ou ainda como ele terá ou não entrado na sua posse eventual, além de que não existem aí quaisquer pormenores artísticos decorativo-ornamentais ou simbólico-identitários explícitos ou remotos que sequer possibilitem aduzir ou sustentar tal hipótese pelo menos inconsistente e falaciosa de tenra idade (já com cerca de dois anos de existência!). Finalmente, é possível referir, segundo o falecido corógrafo, cronista e historiador local sintrense José Alfredo da Costa Azevedo (1907-1991) menciona nas suas “Obras” (Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. I – “Bairros de Sintra”, pp. 66, 106) e cruzando com as referências patentes no registo de descrição predial, o citado edifício e envolvente sito na Rua Fresca tem a designação tradicional “Quinta da Brasileira”, tendo pertencido a: D. António Manuel de Menezes, 2º Conde de Seia (que vivera no séc. XIX e falecera na miséria); Manuel Augusto Ferreira de Almeida, Comendador da Ordem Cristo; João Gomes dos Santos (desde 1881); D. Andreina Gomes dos Santos Moreira (já em 1892; nascida no Brasil em 1840 e falecida em Lisboa em 1906) – designando-se então “Vila Santos” –; Francisco de Sousa dos Santos Moreira (desde 1908); e, mais tarde, a família de Fernando Carneiro Mendes (já em 1980; casado em 1922 em Lisboa com D. Adelaide Elsa Danin Lobo Santos Moreira Mendes – nascida em 1901 e falecida em 1981-, neta paterna da anterior, e falecido em 1972).

QUINTA DA REGALEIRA

IHAs 009.03.2150.01

Localização: Rua Barbosa do Bocage - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano, destacado, isolado por terreiro e escadaria, em posição altimétrica dominante.

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto-Lei nº 5/2002, 19.02.2002.

Fundação: Séculos XVII-XX.

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-manuelino, neo-gótico, neo-renascentista, neo-românico.

Autor(es): Arquitecto e cenógrafo Luigi Manini; restauro Luís do Couto; restauro António Lino; restauro Alfredo Parracho; restauro José Basalisa; entalhador Júlio da Fonseca; escultores António Gonçalves, António Gomes (porta da capela), Costa Mota Tio (estátua da rapariga com pombas), Oficina de João Machado, José Barata, José da Fonseca, Rodrigo de Castro (caçador sobre a lareira da sala de jantar), Herculano Costa, P. Rouillard (escultura do leão em chumbo, no final do Patamar dos Deuses); ladrilhador Leon; ourives Giuseppe Gualfi; pintura mural Baeta Neves; pintor Vitória Pereira (painel de azulejos do Patamar dos Deuses); Casa Pauly (painel do retábulo-mor); Atelier Corvaya Bazzi & C.^a.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

JUROMENHA, Visconde, *Cintra Pinturesca ou Memória Descritiva da villa de Cintra, Collares e seus arredores*, Lisboa, 1838; ALMEIDA, Francisco José de, *Guia de Sintra, Colares e Arrabaldes*, vol. 5, Lisboa, 1880; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Porto, Civilização, 1986; SILVA, Ana Paula Noé da, ANTUNES, Eva Maria Cotos e Garcia, *O Palacete da Quinta da Torre da Regaleira*, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1989; ANACLETO, Regina, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa (1780-1924)*, Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica / Fundação Calouste Gulbenkian, 1997; ANES, José, "Digressão hermética por uma mansão Filosofal Portuguesa, o «Palácio Milhões» em Sintra", in *Vária Escrita*, nº 1, Janeiro-Junho de 1994; PEREIRA, Denise, PEREIRA, Paulo, ANES, José, *Quinta da Regaleira história, símbolo e mito*, Sintra, Fundação Cultursintra, 1998.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

O *Bolo de Noiva* foi a denominação que os habitantes da vila de Sintra utilizaram para definir aquela estrutura irreal que se erguia não muito longe do palácio dos Reis. Cenograficamente, nunca nada se tinha visto que se lhe pudesse comparar. É certo que os vários palácios como Monserrate ou a Pena, resultado do período romântico, apresentavam-se merecedores de obras de arte por si próprias, encantando eruditos e analfabetos. Contudo, a nova quinta do milionário Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro era algo de diferente. O resultado final apresentava várias estruturas decoradas num estilo revivalista a que absolutamente ninguém conseguia ficar indiferente.

Para compreendermos um pouco da História da Quinta da Regaleira temos de recuar alguns séculos, mais exactamente ao século XVII. A documentação disponível é escassa, porém, sabe-se que, em 1697, José Leite adquiriu uma extensa propriedade no termo da vila de Sintra que corresponde mais ou menos aos actuais limites do parque. Alguns anos mais tarde, em 1715, a quinta foi adquirida em hasta pública por Francisco Alberto de Castro e ostentou o topónimo de Quinta da Torre ou do Castro. O novo proprietário foi o introdutor da água canalizada na quinta, a partir de uma nascente da serra de Sintra.

Em 1830, a quinta pertenceu a Manuel Bernardo Lopes Fernandes e, em 1840, tornou-se propriedade da filha de uma abastada negociante do Porto, de seu nome D. Ermelinda Allen, que, mais tarde, foi agraciada com o título nobiliárquico de Baronesa da Regaleira. A Quinta da Regaleira recebeu este nome porque, segundo a tradição, a nova proprietária achava um regalo a vista de uma das torres do jardim.

A Quinta da Regaleira estava, no entanto, ainda longe daquilo em que se iria transformar no início do século XX. Para além de um palácio e de uma capela, há uma série de outras estruturas que apresentam uma profusa decoração revivalista saturadamente preenchida de sentidos simbólicos.

Em 1892, os então Barões da Regaleira venderam a propriedade ao conhecido milionário Monteiro dos Milhões, isto é, ao Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro. Nascido no Rio de Janeiro, em 1848, e filho de pais portugueses, cedo abandonou o Brasil e veio para Portugal, onde se licenciou em Direito na Universidade de Coimbra. Dono de uma riqueza considerável, adquiriu a propriedade de Sintra para ali edificar um palácio muito especial.

Carvalho Monteiro era um homem de uma cultura significativa. Sendo um amante incontestável da epopeia nacional, transpôs para a decoração do seu novo palácio os principais símbolos da nação portuguesa, lembrando assim os momentos áureos vividos pelos lusitanos nos seus vários séculos de existência. Este gesto fora traduzido num gosto revivalista com grande incidência na ornamentação ao estilo manuelino, possivelmente por este ser um dos principais momentos de glória que o país atravessou com a descoberta de novos caminhos para outras partes do globo ou, pelo menos, um dos períodos que nos legou um estilo arquitectónico com uma decoração tipicamente lusa e que se acordou, hodiernamente, chamar-se manuelina por ter sido criada no reinado do Rei Venturoso.

Sintra apresenta-se ao mundo como um cadinho mágico, quase que diferente de todos os lugares da terra que conhecemos. Como tal, a obra de Carvalho Monteiro não seria uma obra qualquer e, sendo ele inspirado pelo ecletismo estrutural e decorativo do altivo Palácio da Pena, convidou um dos melhores, senão mesmo o melhor cenógrafo da época para projectar o seu sonho, o italiano Luigi Manini, que tinha terminado as obras no Hotel Palace do Buçaco em estilo neo-manuelino. Foi o próprio Manini que se encarregou de projectar os planos e edificar a obra de Carvalho Monteiro.

Para além do Palácio, o Arquitecto interveio, ainda, nos quatro hectares da quinta, projectando intervenções para lagos, grutas, edifícios enigmáticos, jardins luxuriantes e outros lugares, carregados de simbologia alquímica, maçónica ou ainda relativa aos Templários e aos Rosa-Cruz que, com o habitual nevoeiro que se levanta nas faldas da serra, conferem ao local uma densa aura de mistério. A própria arquitectura foi claramente inspirada nos vários modelos arquitectónicos, desde o nascimento da nação com estruturas a evocarem o românico, o gótico, como já acima dissemos, renascença e manuelino e, inclusive Arte Nova. As obras terminaram em 1910.

Até este momento, Sintra tinha assistido ao edificar, aqui e ali, de várias estruturas residenciais e / ou palacianas com o objectivo de residência permanente, veraneio ou simplesmente por outras razões que não importam aqui explorar. A Quinta da Regaleira quebra essa tradição e aproveita a magia da serra de Sintra para se tornar, ela própria, num espaço mágico cheio de códigos indecifráveis e símbolos que desafiam o observador e lhe povoam o imaginário.

Luigi Manini, o cenógrafo convidado para traçar a nova estrutura trabalhava também no Teatro Nacional de São Carlos em Lisboa. Não admira, portanto, que o cenário da Quinta da Regaleira pareça saído de uma cena de ópera. O conjunto formado pelo palácio, a capela, o poço iniciático, os lagos, as esculturas, as torres, as grutas artificiais, miradouros, espaços para assembleias e outros recantos que encantam, retiram-nos da realidade que vivemos no dia-a-dia. Tudo pensado e trabalhado ao mais pequeno detalhe e pormenor.

A riqueza iconográfica, por vezes encriptada, de cada peça de cantaria, convida qualquer um a desvendar-lhe a leitura. Os símbolos, figuras, objectos, emblemas, cartelas, formas, etc... revelam-se surpreendentes, em que a originalidade de Manini conferiu ao conjunto uma série de características excepcionais que transformaram quase todo o espaço da quinta e do respectivo jardim num extraordinário cenário de ópera.

A riqueza da simbologia que aqui encontramos nem sempre está acessível ao observador. Se, por um lado, as alusões ao manuelino são fáceis de identificar, outros elementos relativos ao inferno de Dante, ou até mesmo à egiptologia, são um pouco mais complicados e carecem de conhecimentos adicionais que, muitas vezes, requerem mesmo noções claras de conceitos ligados ao simbolismo. Este vasto espaço, carregado de misticismo e de percursos iniciáticos, foi, segundo alguns autores, feito propositadamente para os que pertencem à Maçonaria.

Apesar da sua aura mística, não sabemos ao certo se algum ritual ou algo que se lhe possa assemelhar alguma vez ali terá tido lugar. Em 1942, a já famosa Quinta da Regaleira, foi comprada pelo milionário Waldemar D`Orey. Imediatamente após a aquisição, contratou dois importantes arquitectos, Luís de Couto e António Lino, para remodelar o interior do palácio de forma a adaptá-lo à sua grande família e eliminar alguns elementos decorativos.

Mais tarde, no ano de 1988, os herdeiros de Waldemar D`Orey venderam a propriedade à empresa japonesa Aoki Corporation que a manteve encerrada apenas com um caseiro a guardá-la. Finalmente, em 1997, a Quinta da Regaleira foi adquirida pela Câmara Municipal de Sintra, passando a ser gerida pela Fundação Cultursintra. Em Maio de 1998, recebeu da Ford Portuguesa o primeiro Prémio Nacional do Património Histórico.

QUINTA DA RIBAFRIA

IHAs 007.05.2150.01

Localização: Lourel
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Florestal
Protecção: Imóvel de Interesse Público Decreto, Decreto nº 32973, 18.08.1943; Diário do Governo, nº 175, 18.08.1943.
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento, Manuelino, Maneirismo, Neo-renascimento
Autor(es): Pêro Pexão; Vasco Regaleira
Fontes documentais e/ou bibliográficas:
MOREIRA, João, Mistérios de Sintra - Os Mistérios de Ribafria in A Semana de Sintra, Ano I, nº.5, Sintra, 5 Out. 1924, p. 2; AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de, Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Lisboa, 1963; AZEVEDO, Carlos de, Solares Portugueses, Lisboa, 1969; STOOP, Anne de, Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa, Barcelos, 1986; Dias, Pedro, Os Antecedentes da Arquitectura Manuelina in História da Arte em Portugal, vol. 5, Lisboa, 1987; BINNEY, Marcus, Casas Nobres de Portugal, Lisboa, 1987; Dias, Pedro, A Arquitectura Manuelina, Porto, 1988; CARITA, Helder, Tratado da Grandeza dos jardins em Portugal, s.l., 1990; DIAS, Pedro, Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização, Mare Liberum, nº 8, Dezembro de 1994; CAETANO, Maria Teresa, Do solum ao solar – uma praxis renascentista na Quinta de Ribafria, Câmara Municipal de Sintra, 2005.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Plebeu de origem, Gaspar Gonçalves, conseguiu ao longo da sua vida uma considerável fortuna. A prová-lo, o paço que mandou erguer no chão de Oliva – próximo do Palácio Real - e um segundo palácio que adquiriu e reformou, destinado a fins mais agrícolas e armado de torre, na zona de Lourel, portanto, não muito longe do primeiro. O facto do seu irmão primogénito Diogo Gonçalves desempenhar funções de Almojarife no Paço Real de Sintra, certamente contribuiu para a sua ascensão numa carreira palaciana e permitiu-lhe o acesso a uma fortuna considerável. Funcionário de confiança de D. Manuel I e de D. João III, Gaspar Gonçalves, terá sido mais influenciado pelo clima da nobreza palaciana que pela cultura humanista que se vivia em Sintra na centúria quinhentista. As importantes personalidades, ligadas às artes e ao humanismo, que gravitavam no ciclo de D. João de Castro, ali não muito longe do Paço Real, na Quinta da Penha Verde, pouco ou nada terão influenciado as decisões estéticas do novo nobre da corte.

Em 1518, iniciou, Gaspar Gonçalves, a sua carreira de funcionário do Rei. O Rei D. Manuel I nomeou-o porteiro-mor da casa real. Sintra era o sítio por excelência onde a alta nobreza recreava, sobretudo no verão devido ao clima fresco. Logo em 1534, tratou de se estabelecer, mandando construir perto do Paço Real de Sintra o seu palácio com capela. A nova obra foi encomendada ao arquitecto Pedro Pexão. Em 1541 é instituído o morgadio da Torre de Ribafria e elevado a nobre por D. João III. É então que em Lourel adquire uma quinta, guarnecida de torre que resolve recuperar e transformar na Torre dos Ribafria. Geograficamente situado num vale, o novo

palácio e a respectiva torre serviam o propósito do novo nobre. A torre, que ostenta ainda hoje as armas renascentistas dos Ribafria, não poderia no local onde foi construída ter qualquer pretensão defensiva, uma vez que se encontra num vale sem visibilidade ao nível da sua envolvente e também devido à elevada vegetação que a rodeia. Acreditamos que a tenha reconstruído como símbolo de afirmação de poder e de vaidade, ou seja, mais uma obra de aparato. Quem sabe tentando, ainda, evocar os tempos feudais da Idade Média em que os nobres senhores não prescindiam do seu castelo e da sua torre. A nova propriedade destinava-se basicamente a albergar estruturas agrícolas. Era uma quinta destinada ao trabalho da terra e não ao recreio, pois para esse fim já tinha o palácio que construía no Chão de Oliva.

A centúria de quinhentos atrai à vila de Sintra uma nobreza endinheirada que edifica casas e palácios ao gosto da época. Estas novas quintas e moradias apalaçadas eram, em alguns casos, usadas sobretudo durante o período estival, acompanhando assim a corte que se instalava no Paço Real da Vila de Sintra. Outra das razões para o estabelecimento e respectiva construção de vários palácios nesta zona poderá ter sido o grande terramoto que assolou Lisboa em 1531 e que destruiu grande parte das estruturas da capital. A partir das décadas de trinta e quarenta do século XVI, segundo alguns autores, a vila de Sintra transformou-se num dos mais importantes centros renascentistas. Não tendo o mesmo fervilhar de actividades, culturais, artísticas, educativas e até mesmo científicas de vincado sabor renascentista que se verificavam em locais como Évora, Lisboa ou Coimbra, foi seguramente relevante a presença de algumas das proeminentes figuras ligadas à cultura humanista que gravitavam no ciclo de D. João de Castro e que também para ali se deslocavam para veranejar. Neste caso para a Quinta da Penha Verde, propriedade de D. João de Castro. Convém, ainda, lembrar que em 1532, Nicolau de Chanterene, concebeu, aquela que é sem dúvida, a obra de arte por excelência do renascimento sintrense, o Retábulo do altar-mor para o convento hieronimita da Pena.

Os trabalhos de restauro e reconstrução do Palácio da Quinta de Ribafria ou Solar de Ribafria teve início nos primeiros anos da década de 40. Não se sabe quem terá traçado os planos da nova estrutura, contudo Pedro Pexão poderá ter sido um dos intervenientes, já que foi um dos autores responsáveis pela planta do palácio do Chão de Oliva na vila de Sintra. O novo palácio apresenta uma composição arquitectónica disposta em dois volumes principais. A planta principal apresenta-se em forma de T invertido, com uma torre de forma paralelepípedica na extremidade direita, que aliás já devia fazer parte da anterior estrutura ali existente. As coberturas são feitas por telhados de quatro águas diferenciados entre si. A confluência dos edifícios forma um solarengo pátio, até porque tratando-se de uma propriedade para fins essencialmente agrícolas seria o local onde se poderiam desenvolver práticas relacionadas com as colheitas ou outras actividades ligadas aos trabalhos da terra. A fachada principal apresenta-se em dois registos despojados de elementos decorativos. A austeridade já verificada no palácio de Sintra é aqui novamente adoptada. Se o primeiro piso apresenta janelas baixas, quase ao nível da porta janela, no segundo piso observamos janelas maineladas e emolduradas a cantaria. A influência renascentista e maneirista não é muito representativa. Uma fonte manuelina perto do tanque e uma outra, renascentista, no interior são talvez a alusão mais contemporânea à realidade estética da época.

Gaspar Gonçalves não seria um homem muito dedicado à cultura humanista. É provável que a cultura saloia da época estivesse mais de acordo com os seus padrões de vida. As responsabilidades a que estava obrigado junto de D. Manuel I e mais tarde de D. João III, certamente lhe desviaram o interesse para outros assuntos, que não o das humanidades. Apesar da Quinta da Penha Verde não estar muito longe dos seus domínios e nela conviverem algumas das mais proeminentes figuras do renascimento português, Gaspar Gonçalves vivia afastado desse ambiente humanista de homens de grande cultura e erudição.

Ao longo dos séculos que se seguiram O Palácio da Quinta de Ribafria ou Solar de Ribafria manteve-se quase inalterado. Os descendentes de Gaspar Gonçalves, herdeiros das suas propriedades, foram responsáveis pelos trabalhos de recuperação e preservação das estruturas. Porém no dia 1 de Novembro de 1755 o megaterramoto arruinou parcialmente a quinta.

Já no século XX, em 1902, o 2º Conde do Cartaxo adquiriu a Quinta. Na década de sessenta Jorge de Mello, neto do conde do Cartaxo, empreende obras de beneficiação, conservação e restauro a vários níveis e em vários locais da estrutura. Para além de restaurar a casa de uma forma geral, altera o telhado da torre e procede ainda a alterações nas janelas da fachada principal viradas para o tanque.

Em 1987, a propriedade foi vendida à Fundação Friedrich Naumann; Academia Internacional de Liberdade e Desenvolvimento destinada a fins culturais e educativos. Recentemente, em finais de 2002, a Câmara Municipal de Sintra, exerceu o direito de preferência e adquiriu a propriedade.

QUINTA DE SÃO BENTO

IHAs 270.03.2150.01



Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União de Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: Inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Renascença e outros

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: STOOP, Anne de, "Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa", Livraria Civilização Editora, Porto, 1986, p 311 - 315.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Situada na vertente norte da serra de Sintra, por entre vegetação luxuriante, foi em tempos constituída por toda uma série de terrenos que abrangiam as Quintas de Matalva, do Pombal e de São Thiago, mas a sua história carece ainda de muitas fontes. Parece ter sido em tempos um retiro monástico mas no século XX «a nobre e sumptuosa» quinta encontrava-se muito degradada, conservando, segundo Anne de Stoop, uma sala com as suas cruzarias de ogivas em tijolo à maneira manuelina, e o seu forno de pão integrado na construção, sinal de que se tratava duma residência de categoria. Em 1562, a propriedade, ou seja, a metade da Quinta da Matalva, pertencia a Manuel Coelho, que a deixou, em usufruto, a sua mulher D. Francisca da Costa, tendo-a igualmente legado aos padres do Convento da Pena, para com os quais tinha numerosas obrigações. Mas estes terrenos foram bem depressa confiscados pelas finanças reais, para pagar as dívidas do segundo marido de D. Francisca, Manoel Camello, pelo que toda a Quinta virá a ser oferecida ao mosteiro. A esta dádiva vem juntar-se, quase 100 anos depois, em 1656, a doação das terras contíguas, «onde são instituídas duas capelas», pertencentes a D. Maria e a D. Francisca Tibau, e da Quinta de São Thiago. A família, de origem espanhola, apoiou Felipe II de Espanha ao trono de Portugal, após a morte de D. Sebastião, pelo que terá passado momentos difíceis em 1580 e ter-se-á refugiado no Convento hieronimita da Pena após terem sido expulsos da Quinta de São Thiago pelas tropas inglesas que apoiavam D. António Prior do Crato. Em reconhecimento do sucedido, a família Tibau doou a quinta de São Thiago, que integrara outrora as áreas conhecidas por São Bento, aos monges da Pena. No século XIX, a partir de 1873, chegou a pertencer a Sir Francis Cook e, depois da I Guerra Mundial, pela mão de Sir Herbert Cook, que se viu obrigado a dismantelar a pouco e pouco os seus domínios, foi vendida. Aí entraram em cena outras famílias inglesas, que se sucederam como proprietárias da Quinta de S. Bento: os Grasswell, depois Lady Carrick e a sua filha Lady June Hobson. Desde 1982 que pertence aos Bryers que empreenderam a sua restauração.

A capelinha, «ornamentada com todos os adornos e retábulos», terá sido construída em terrenos hoje pertencentes à Quinta de Matalva, que fez parte, em tempos, do território adstrito a S. Bento, e devia ser uma jóia da Renascença. A construção de capela própria, dedicada a S. Bento, terá sido autorizada em 1548 ao proprietário Gaspar de Cisneiros, fidalgo da Casa dos Duques de Bragança. O minúsculo pórtico de colunas, assim como os capitéis e os medalhões que fecham as abóbadas de nervuras, na nave e no coro, apresentam-se finamente cinzelados, no estilo da Escola Francesa (o retábulo da capela do convento da Pena foi encomendado a Nicolau de Chanterène por D. João III, cerca de 15 anos antes, em 1532). Este pequeno espaço, possivelmente, terá sido inteiramente decorado com frescos que, mesmo «em farrapos», são ainda o testemunho da mão de um mestre. Em 1924, Raul Lino pôde admirar nas paredes – posteriormente caiadas de branco por inteiro –, vestígios da Anunciação, da Visitação, do Nascimento e dum grupo de gráceis anjos musicais, mas em finais do século XX não restavam senão os fragmentos duma Virgem com o Menino, figuras

alegóricas das Quatro Virtudes Cardeais, bem como algumas ramagens floridas e inscrições, quase ilegíveis. As Quatro Virtudes Cardeais são: a Prudência, a Justiça, a Fortaleza e a Temperança; podia ver-se, ainda, uma dessas virtudes segurando uma cruz e uma hóstia. Por cima da entrada, a inscrição «Caritas» permite crer que teriam existido também as Três Virtudes Teologais: Fé, Esperança e Caridade. No coro, junto da imagem da Virgem, ainda pode ler-se a palavra «Santorum».

Os jardins são em anfiteatro, e aí se encontram igualmente muitas árvores de fruto, para além das flores e dos relvados. A vista alcança os longínquos vales de Colares, bem como o Oceano Atlântico, à distância. A Quinta conta ainda com uma piscina, terraços e com a capela Renascença, restaurada.

QUINTA DE SÃO CRISTÓVÃO

IHAs 084.06.2150.01



Localização: Linhó

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção:

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): António de Sá, pintor azulejista; Ricardo Leone, vitralista.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A Quinta da Costa do Pó ou de São Cristóvão fora edificada no fim do séc. XVIII, localizando-se à beira da estrada de Sintra-Estoril. A sua casa apresenta uma planta em “U”, encontrando-se os seus edifícios arrimados à encosta e destinando-se o piso térreo aos serviços e o piso superior aos aposentos.

As respectivas edificações integram ainda uma capela dotada de uma majestosa fachada neoclássica coroada por um tríptico encimado de uma cruz e ladeada de dois fogaréus, tendo sido restaurada no início da década de 1980, antes utilizada como pocilga e outrora acolhendo os habitantes da quinta e os dos arredores.

Interiormente, a capela apresenta um espaço dominado pelo elegante altar de mármore policromo, com colunas de fuste vermelho e cercadura negra e grinaldas brancas. Desconhecendo-se o seu orago original, escolheu-se recentemente São Cristóvão por devoção familiar dos seus proprietários restauradores e exprimindo-se esta consagração nos nove painéis azulejares parietais azuis e brancos da autoria de António de Sá (1950) (representando “A passagem do rio”, “Nas sombras do paganismo”, “Milagre das águas”, “O santo evangeliza o povo”, “Recusa adorar falsos deuses”, “A flagelação de São Cristóvão”, “Salvo pelo anjo”, “São Cristóvão de novo supliciado”, “Condenado à morte”), bem como nos vitrais de Ricardo Leone, alusivos à bênção do trabalho humano agrícola e industrial.

QUINTA DE SÃO JOÃO

IHAs 250.06.2150.01



Localização: Linhó

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção:

Fundação: Século XVIII (c. 1727)

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986, pp. 323-324.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A Quinta de São João do Linhó é uma propriedade setecentista de exploração agrícola em que a arquitectura de recreio se exprime num amplo jardim geométrico e labiríntico de prolongadas e altas alamedas de sebes de buxo que envolve uma austera casa residencial.

A sua génese remonta à disposição patrimonial expressa no testamento de Cecília dos Reis, lavrado em 1727 em prol de sua filha Antónia Maria, em que se exprime a existência de uma propriedade latifundiária (ainda então em construção) como sendo foreira do contíguo Convento de Penha Longa, em que o Procurador do respectivo Prior aceitou renovar por três vidas a concessão da legatária falecida – nomeadamente uma primeira vida pela sua filha, uma segunda pelo seu marido e uma terceira por alguém de sua livre escolha, aumentando-se ainda o foro em uma galinha aos já habituais quatro alqueires de trigo.

Posteriormente, em 1749, Antónia Maria dos Santos transmite à sua filha, Micaela dos Santos, a concessão da terceira vida testamentária, vendendo esta a propriedade (composta de jardim, terras de cultivo, pátio, cavalariças e adega), em 1758, a Álvaro dos Reis, pelo montante de 24\$000, com a anuência do Prior do Convento de Penha Longa, sendo penhorada em 1772 em benefício do negociante britânico Martin Slack, que a adquire em 1775, sendo avaliada em 550\$000 e ainda submetida ao foro.

Falecendo este em 1778, os seus herdeiros acordaram entregar a posse da propriedade à sua filha Francisca e ao seu marido, o negociante Gerard Gould, sendo oficialmente avaliada em 1200\$000 em 1819, encontrando-se já liquidada a transmissão. Entretanto e com a anuência do Convento da Penha Longa, aquele transmitiu, em 1802, ao abrigo do regime jurídico-patrimonial de enfiteuse ao seu irmão e sócio Jorge João Gould, que se torna progressivamente proprietário de diversos terrenos no Linhó.

Mais tarde, em 1846, os sobrinhos Gerardo e Carlos herdaram respectivamente as Quinta de São João e Quinta Nova, que são depois administradas em 1870, por conta de Carlos Gould, por Carlos Alexandre Munró, sendo adquiridas por este àqueles em 1880, a primeira por 1700\$000 e a segunda por 1000\$000 (400\$000 pela parte livre e 600\$000 de foro), sendo revendida por 2000\$000 ao banqueiro e negociante Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos e por sua mãe Alice Munró dos Anjos, em 1932, a Jaime Sennfelt, a cuja família ainda pertence.

Provavelmente edificada cerca de 1798-1799, a casa apresenta uma planta rectangular de piso térreo amansardado, encontrando-se desprovida de qualquer portal ou andar nobre e em comunicação directa com os jardins, bem como uma longa fachada sóbria rebocada em tom rosa e cortada por um pequeno frontão triangular

central, pela cantaria das janelas e por uma vigorosa cornija saliente, ao passo que o interior dos salões se destaca por um delicado laço vegetalista colorido pintado a fresco e envolvendo os tectos e as *boiseries*.

Os jardins de buxos preenchem-se com várias fontes de bacias de mármore de águas da Serra, ornamentadas com decorações murais de embrechados, sendo ainda definidos por recortes morfológicamente parietais e encimados por esferas vegetalistas e planificados segundo um traçado ortogonal e perpendicular de avenidas labirínticas recortadas e luxuriantes.

QUINTA DE SÃO SEBASTIÃO

IHAs 091.05.2150.01



Localização: Rua Guilherme Gomes Fernandes - Sintra

Freguesia: União de Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Imóvel de Interesse Público classificado pelo Decreto nº 67/97 de 31/12/1997

Fundação: 1780

Estilo(s) arquitectónico(s): Transição Neo-Clássico e Romântico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: STOOPE, Anne de, "Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa", Livraria Civilização Editora, Porto, 1986, p 262 - 265.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Palácio da Quinta de São Sebastião foi mandado construir em 1780 pelo primeiro Conde da Póvoa (1744-1833), pai da segunda Duquesa de Palmella (1827-1861), antepassados directos dos actuais donos da propriedade. A quinta mantém a sedução e o encantamento dos pavilhões edificadas nessa época como refúgios de veraneio, inspirados no Petit Trianon em Versailles. O Palácio ilustra bem a corrente estética que em toda a Europa já há uma dezena de anos hesitava entre a velha tradição clássica e o novo romantismo gótico. Este edifício, com efeito, é antes de mais muito clássico. De planta quase quadrangular, de disposição idêntica à do vizinho Palácio de Seteais, terminado por volta de 1787, as grandes janelas são encimadas por outras, mais pequenas, em mezanino, coroadas por um ático decorado com um friso. Este é, porém, muito inovador e servirá um pouco de modelo a muitas outras casas em Sintra: muito «gótico», com as suas bandeiras em arco quebrado, confortável nas suas portadas de fácil acesso, pitoresco e já romântico com as suas grinaldas de estilo D. Maria I, que cercam os óculos cegos. Esta dualidade encontra-se nos salões, decorados com frescos que representam em parte paisagens e «chinoiseries» que lembram o estilo do pintor francês Jean Pillement, que trabalhou em Portugal. Pillement, de alma viajante, calcorreou a Europa, percorrendo a Espanha, a Polónia, a Áustria, chegando mesmo a passar temporadas em Inglaterra e em Portugal, antes de terminar os seus dias em França. Muito apreciado, a sua notoriedade foi ainda ampliada pelos seus diversos discípulos, que forma em diversos locais, nomeadamente em Portugal, durante a sua última estadia, a partir de 1780. É provável que Pillement já tivesse regressado na época em que se fizeram as pinturas murais no Palácio de S. Sebastião, pelo que não se lhe poderão atribuir estes trabalhos com segurança. Para além disso, aquele que se crê ser o fundador do Palácio desta Quinta, Henrique Teixeira de Sampaio, feito Barão de Teixeira em 1818 e em seguida Conde da Póvoa em 1823, tem apenas 13 anos em 1787. A extrema qualidade desta casa, uma das melhores de Sintra, reflecte aliás, de modo justo, a imagem deste homem de negócios de grande envergadura, que nessa época possui uma das mais importantes fortunas do país e que participa igualmente no financiamento das guerras peninsulares e da monarquia liberal, antes de se tornar par do reino e político de primeiro plano.

Com ou sem Pillement, pouco importa, porque afinal a análise estilística revela que, se encontramos de facto alguns dos seus temas, estes são interpretados de forma totalmente, sem dúvida pelos seus discípulos mais próximos. À falta de arquivos, podemos citar os mais célebres de entre eles, mencionados por Cyrillo Wolkmar Machado na sua famosa *Colecção de Memórias*: Joaquim de Melissent, os irmãos Manuel e Joaquim Costa, ou ainda Joaquim Marques. Podemos ainda acrescentar Nunes Simon Gaetan, referido pelo Conde Raczynski no seu Dicionário.

Nesta grande encomenda, onde 5 divisões são exclusivamente pintadas a fresco, é bom distinguir os 2 vastos salões de tectos abobadados dos outros aposentos, menos altos, que são a sala de jantar, o salão chinês e a salinha. Na maravilhosa sala de jantar, tão vibrante nas suas paisagens, encontram-se montanhas brumosas, cursos de água, aldeias, palácios, pastores, pescadores e viajantes, todos eles pretexto para o devaneio e convite à meditação poética, muito ao jeito de Pillement. Contíguo, o «boudoir» é decorado com «chinoiseries», outro tema da preferência do célebre decorador, de quem a propósito se disse que tinha dado lições de «chinoiseries» à China... Tal como no mestre, fica-se aqui maravilhado perante a harmonia da encenação, a segurança da mão, a qualidade do desenho e a frescura dos coloridos. Os chineses, tal como as flores exóticas do «boudoir», se bem que muito perfeitos, não têm aquela fantasia um pouco louca daquelas armações audaciosas que repousavam no vácuo, num equilíbrio perfeito. Por todo o lado, um não sei quê «rocaille», uma ligeireza indefinível desapareceram em benefício de um novo estilo mais eclético, tratado com grande prodigalidade decorativa. Estas paredes, cingidas por lambris e em seguidas divididas em painéis e coroadas por tectos pintados, anunciam já os primórdios do século XIX, mais confortável, cujo realismo se confunde com reminiscências literárias. A casa de jantar é toda drapeada em «trompe-l'oeil» de reposteiros em musselina branca que enquadram paisagens. No «boudoir», nas paredes e no tecto, as «chinoiseries» parecem pintadas sobre sumptuosos painéis de seda, cercados por pesados cordões e passamanarias. E até os rodapés imitam «boiseries» lacadas que mais parecem ter sido importadas do Extremo Oriente. Em seguida, a salinha faz lembrar ao mesmo tempo a choupana do bom selvagem de *Paul et Virginie* (herói do célebre romance exótico de Bernardin de Saint-Pierre, publicado em 1787): com o seu telhado de colmo suportado por finos troncos de árvore, e um abrigo rústico na floresta de Sintra, onde até uma refeição é preparada para os caçadores, defronte de vastos horizontes. A recordação de Pillement encontra-se aqui muito mais apagada: as paisagens desenhadas de forma muito mais ampla, de cores menos transparentes, parecem ter sido feitas pela mesma mão que aquelas que se encontram entre as janelas da sala de jantar, de feitura menos requintada que as restantes.

Aparentemente muito diferente, a decoração dos 2 grandes salões contíguos é na realidade feita de acordo com a mesma cenografia, com uma distribuição idêntica de espaço e os mesmos jogos de materiais, estranhos a Pillement. Sempre em «trompe-l'oeil», em tons desmaiados, extremamente subtis, beges, amarelos, azuis e vermelhos, os lambris de mármore são encimados por velaturas levíssimas a que se associam finos colunelos e panejamentos suportados por lanças de fantasia. Às ressonâncias «Império» destes ornamentos, já muito ecléticos, misturam-se ecos quase medievais que ressoam nos 2 imensos tectos abobadados com o seu conjunto de pequenas escamas e de tetrafólios, ornados de coroas e de florões.

A capela foi mandada construir no final do século XIX, pela terceira Duquesa (1841-1909), discípula de Celestin Anatole Calmels (1822-1906), que se tornou uma escultora de renome. O busto de alabastro que representa Santa Teresa de Ávila é da sua autoria. Os azulejos, executados pelo pintor Jorge Colaço (1822-1942), representam a vida de São Sebastião e deram o actual nome à Quinta, em 1899. Anteriormente era conhecida pela Quinta dos Duques de Palmella, pois tendo o segundo Conde da Póvoa falecido com a idade de 12 anos em 1837, a Quinta de São Sebastião passa para a sua irmã Maria Luísa Sampaio de Noronha que, muito jovem, casa em 1836 com Domingos de Sousa Holstein, que se tornará o segundo Duque de Palmella.

Esta propriedade hospedou membros da realeza europeia, nomeadamente a rainha D. Maria II (1819-1836), o rei D. Fernando II (1816-1885), os filhos do casal real, a rainha D. Amélia (1865-1951) – cujo secretário privado era o pai da actual proprietária, o 10º Visconde d'Asseca (1900-1968) –, o rei D. Manuel II (1889-1932) e sua mulher Augusta Victória de Hohenzollern (1890-1996), os Duques de Windsor, a princesa Margarida de Inglaterra, Condessa de Snowdon, em 1959 (1930-2002), o seu cunhado príncipe Filipe, Duque de Edimburgo,

princesa Irene da Holanda, a rainha Giovana da Bulgária, o rei Umberto de Itália, o rei Juan Carlos de Espanha, os Condes de Barcelona, os Condes de Paris, as infantas Pilar e Margarita de Espanha, o príncipe Aléxis de Romanov, o Duque de Bragança, o príncipe João de Orleans e Bragança, etc.

Pela Quinta passaram também figuras importantes da História Contemporânea como António Salazar, António de Spínola, entre muitos outros: da cultura, figuras como Calouste Gulbenkian, Natália Correia, Maluda, Francisco Relógio, Hirosuke Watanuki (activo em Portugal entre 1950 e 1960), Ludmilla Trapp, o Prémio Nobel da Literatura, José Saramago, José Augusto França, David Mourão Ferreira, Amália Rodrigues, Alain Oulman, Cargaleiro, o escultor Martins Correia, etc

QUINTA DE SÃO THIAGO

IHAs 082.03.2150.01



Localização: Serra de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Florestal

Protecção: inventariado

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Maneirismo

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios dos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Porto, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Aninhada por entre a luxuriosa vegetação que cobre a vertente norte da serra de Sintra, a Quinta de São Thiago surge como um espaço de beleza e contemplação. A História desta quinta carece ainda de muitas fontes. No entanto temos alguns dados importantes que são, à partida, uma importante mais valia para o seu conhecimento.

Trata-se de um episódio que envolve a família Thibau. A família de origem espanhola, e apoiante de Felipe II de Espanha ao trono de Portugal, passou um mau momento na sequência da morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir. Perseguidos e expulsos da quinta de São Thiago pelas tropas inglesas, apoiantes de D. António Prior do Crato, foram obrigados a procurar refúgio no convento hieronimita da Pena que assim se mantiveram a salvo até Felipe II de Espanha ocupar o trono português. Em reconhecimento deste episódio, em 1656, a família Thibau doou a quinta de São Thiago aos monges do convento da Pena.

Os monges trataram de converter a quinta num albergue destinado a acolher peregrinos a caminho das capelas da Peninha, de Monserrate e da Piedade. É muito possível que, tanto a Quinta de São Thiago, como as pequenas propriedades que se encontram nas suas vizinhanças tenham pertencido em tempos à famosa quinta da Penha Verde, propriedade do 4.º Vice-rei da Índia D. João de Castro. A casa da quinta terá sofrido com o terramoto de 1 de Novembro de 1755, no entanto não temos indicações das mazelas por ele causadas.

No entanto o grande declínio da propriedade iniciou-se aquando da extinção das ordens religiosas por decreto de 30 de Maio de 1834 (promulgado por Joaquim António de Aguiar, que lhe valeu o cognome de Mata-fracas) e a sua sequente inclusão no Tesouro Urbano do Estado português. Em data que se desconhece o Almirante George Sartorius, comandante da esquadra do rei D. Pedro V, adquiriu a propriedade para mais tarde, em 1873, a vender ao inglês Sir Francis Cook – proprietário da vizinha quinta de Monserrate que ali criou um magnífico palácio e um parque paradigma do romantismo sintrense.

A primeira Grande Guerra Mundial ditou o desmembramento das propriedades de Sir Francis Cook. A quinta de São Thiago passou assim para as mãos de outro inglês, Mr. Loweth, director da Anglo Portuguese Telephone Company, que pouco depois, em 1936, a vendeu à família Bradell que ainda a conserva.

QUINTA DO MARQUÊS DE VALADA

IHAs (a atribuir)



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção:

Fundação: Século XVIII

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es): Pillement

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1997, vol. I; Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986; Francisco COSTA, *Estudos Sintrenses*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2000, vol. III.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta propriedade estival fora edificada c. 1783 por D. Diogo Vito, 5º Marquês de Marialva, Estribeiro-Mor do Reino, referindo o opulento antiquário e viajante inglês William Beckford, no seu Diário de 1787 e aquando da sua visita, a existência de um pavilhão exterior desenhado e decorado por Pillement (representando um caramanchel de árvores com ramos entrelaçados), bem como um lustre pendente de um dragão alado num tecto interior, além do jardim com estátuas e fontes, viçosas alamedas de loureiros e viburnos, cascatas, caramancheis e bancadas de buxo aparado.

A neta do seu proprietário fundador, D. Maria Domingas de Bragança, viúva do Duque de Cadaval, herda a propriedade e vende-a em 1855 a José de Menezes da Silveira e Castro, 2º Marquês de Valada, que a remodelará completamente, já sem qualquer vestígio actual de pinturas parietais a fresco.

QUINTA DO RAMALHÃO

IHAs 052.06.2120.01



Localização: Ramalhão

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 2/96, 06.03.1996

Fundação: Século XV

Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

Anne de STOOP, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A génese desta propriedade remonta à outorga de um terreno da Coroa pelo Rei D. Afonso V a Diogo Gomes, fidalgo da sua Casa e Almojarife de Sintra, em 17 de Dezembro de 1470, em regime de doação perpétua e condicional ao respectivo desbravamento para cultivo agrícola cerealífero e vitivinícola, contra o pagamento foreiro de dois frangos.

Posteriormente, a Quinta prosperou na sua produtividade económica, já sob posse do Hospital de Sintra, elevando-se a tributação respectiva a 31 alqueires de pão meado (ou misto de trigo e cevada) e um pato, e mandando o seu foreiro Fernando Eanes Canaval ali construir edifícios já descritos num inventário patrimonial datado de c. 1517-1520. Em 1585, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Sintra já então sua proprietária, renova o empraçamento existente pelo período de três vidas, incluindo o direito de atribuir a uma segunda pessoa da sua escolha as vidas seguintes à primeira.

Já em 1658, os prazos aproximavam-se do seu termo de vigência e a sua então foreira, a viúva Maria Craveira, cede, com, a anuência da entidade proprietária, a concessão (composta de um casal aí localizado e integrando terras, casas, matos, tojais, entre outros pertences) a Jorge Dias Brandão pela importância de 55.000\$000.

Na sequência de diversas vicissitudes, a concessão é arrematada em praça em 1680 por António de Sousa pelo montante de 145.000\$000, embora a posterior aquisição de cereais no mercado de Lisboa e destinados ao pagamento foreiro indiciam o respectivo índice de produtividade agrícola, e, em 1709, o seu filho vendesse a propriedade por 500.000\$000.

Depois, o negociante e fidalgo Luís Garcia de Bivar investe na aquisição do sítio em prol do seu filho homónimo legitimado e Oficial do Exército que lhe sucede em 1732 e se consorcia em 1737 com a sua prima Ana Bárbara, favorecendo ambos o Ramalhão com a sua interessada predilecção, traduzida na aquisição de terras contíguas e na realização de obras avultadas, nomeadamente a edificação de um aqueduto de alimentação hidráulica desde a Serra de Sintra em 1744. É então que ocorre a construção do seu palácio com dependências no piso térreo e salões nobres e capela no primeiro piso, embora eventualmente desagradando à aristocracia dos seus contactos e relacionamentos sociais.

Porventura datando de então a construção do Arco do Ramalhão, aquando da abertura da nova estrada de Mafra e durante a edificação do seu monumental Palácio-Convento em 1729-1748, neste mesmo último ano, o

proprietário aceita o cargo de Governador da Colónia do Sacramento até ao seu falecimento em 1760, colocando conseqüentemente a sua viúva em graves e endividantes dificuldades financeiras (onerada pela educação da prole, pelos restauros patrimoniais das suas residências lisboeta e sintrense após o terramoto, pelo insucesso negocial e pela generosidade financeira paternos), que vende a propriedade em 1768 por 12.000\$000, ao termo de muitos melhoramentos.

A proprietária seguinte, Maria da Encarnação, viúva de José Dias da Cunha, aumenta a propriedade com a aquisição de mais terrenos contíguos (posteriormente divididos em Quinta de Cima e Quinta de Baixo) sem modificar as construções acrescentadas pelos proprietários anteriores, recenseadas em 1770, e eventualmente edificando uma colonata de pedra suportante de uma enorme varanda bordejando os salões palacianos.

Em 1775, Maria da Encarnação consegue providentemente a anuência da Santa Casa da Misericórdia de Sintra para que a concessão patrimonial da propriedade se transforme em perpétua, que, por sua morte ocorrida em 1784, é herdada pela sua filha única, Ana Joaquina Inácia, casada em segundas núpcias com José Street Arriaga, sendo visitada em hospedagem pelo riquíssimo antiquário inglês William Beckford, descrevendo a decoração interior (nomeadamente as paredes forradas a papel, os pavimentos atapetados, os tectos com lustres, as janelas com cortinados de chita inglesa e as salas sucessivas mobiladas com grandes sofás).

Em 1802, o Príncipe Regente D. João adquire a Quinta do Ramalhão para a sua esposa D. Carlota Joaquina, comprando-a a Ana Joaquina Inácia já em mau estado de conservação por 15000\$000, iniciando-se então uma nova época de esplendor com a construção do caminho passadiço superior do arco, o restauro da residência palatina e a adição de uma nova ala paralela a Noroeste e ligada por três arcos formando um túnel e constituindo assim um novo pátio neoclássico de sóbrias pilastras guirlandadas.

Entre a evasão da Família Real para o Brasil em 1807 e o seu regresso a Lisboa em 1822, o Ramalhão permaneceu desocupado, transformando-se depois na residência exilante da já então Rainha D. Carlota Joaquina, devendo destacar-se a cobertura parietal interior a fresco de exóticos motivos vegetalistas de grinaldas e flora europeia e brasileira, zoomórficos de fauna ornitológica tropical, heráldicos das Armas Reais e monogramáticos da novel proprietária régia (destacando-se uma fonte de mármore rosa de água corrente no centro de uma mesa com tampo de cortiça).

Falecida a Rainha em 1830, lega testamentariamente o Palácio do Ramalhão ao seu filho, o Infante D. Miguel, com o recheio e a área circunscrita, vendida a coleção de pintura em 1846 e a propriedade imóvel em 1851 ao opulento proprietário José Isidoro Guedes, 1º Visconde de Valmor.

Face à sua avultada e exigente manutenção e conseqüente ruína parcial, o seu descendente, Dr. Álvaro Guedes Moura Coutinho, vende-a em 1941 por 525000\$00 à Congregação Dominicana de Santa Catarina de Sena, que a transforma em Colégio feminino, após restauro requalificante e expansão construtiva, cumprindo assim (e com desconhecimento) um desejo da falecida soberana.

Aqueduto e Arco do Ramalhão:

O aqueduto adjacente à Quinta do Ramalhão data de 1744, quando Luís Garcia Bívar pediu permissão ao rei para o construir e procedeu à sua erecção. O Arco do Ramalhão, sobre a estrada para Ranholas, data de 1770.

QUINTA DO RELÓGIO

IHAs 011.03.2150.01

Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 67/97, 31.12.1997.

Fundação: Século XIX

Estilo(s) arquitectónico(s): Neo-árabe

Autor(es): António Tomás da Fonseca

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

BARBOSA, Inácio Vilhena, *Fragmentos de um Roteiro de Lisboa* (Inédito), in *Archivo Pittoresco*, Vol. 7, Lisboa, 1864; JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pinturesca*, Lisboa, 1905 (1ª edição 1838); PROENÇA, Raul, (dir. de), *Guia de Portugal*, Vol. I, Lisboa, 1924; ALEXANDER, Boyd, *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain*, Londres, 1954; SANTOS, Eusébio dos, *Guia de Sintra, Colares e Arredores*, Lisboa, s.d.; FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Vol. I, Lisboa, 1966; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Velharias de Sintra*, Vol. I, Sintra, 1980; COSTA, Francisco, *Beckford em Sintra no Verão de 1787. História da Quinta e Palácio do Ramalhão*, Sintra, 19982; PEREIRA, Arturo e OUTROS, *Sintra e Suas Quintas*, 1983; AAVV, *História da Arte em Portugal*, Vol. 10, Lisboa, 1986; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Porto, 1986; SILVA, José Cornélio da, LUCKHURST, Gerald, *Sintra. A Paisagem e Suas Quintas*, Lisboa, 1989; RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Sintra, Património da Humanidade*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *A Quinta do Relógio*, in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, vol. II – *Recantos e Espaços*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1997, pp. 275-282.



MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A partir da segunda metade do século XIX os países mais desenvolvidos da Europa, sobretudo a Inglaterra e a França, onde a revolução industrial estava perfeitamente instalada e consolidada, reformara os principais conceitos estéticos do romantismo e deu-se início a uma nova vaga de vanguardas nas mais diversas áreas: desde a pintura à arquitectura, passando pela escultura. A arquitectura do ferro, consequência directa do acelerado desenvolvimento industrial, destacou-se pelo impacto que teve nas sociedades europeias, tanto ao nível estético como ao nível económico.

Apenas as políticas ou trabalhos restauracionistas de John Ruskin incrementaram, nestes países desenvolvidos, obras que não estavam directamente relacionadas com as novas vanguardas, não obstante, contribuíram, também, para o seu desenvolvimento. A defesa do modo gótico por este intelectual começou por influenciar a arquitectura de Inglaterra e França e consequentemente de vários outros países da Europa, incluindo Portugal, ainda que numa fase mais tardia.

Apesar de longe das vanguardas das grandes capitais europeias, Sintra permanece um verdadeiro paraíso romântico para viajantes e ricos homens de grandes fortunas. As novas vanguardas nem sempre são adoptadas pelos capitalistas, seja por falta de conhecimento ou por aversão às novas tendências que, inicialmente, causam dúvidas nos mais cépticos ou nos menos conhecedores da realidade contemporânea.

Manuel Pinto da Fonseca - ou Conde de Monte Cristo, como era apelidado - foi um desses casos. Emigrado no Brasil durante boa parte da sua vida, regressou a Lisboa na década de 50 com uma enorme fortuna acumulada, graças ao tráfico de escravos. O facto de ter feito fortuna à custa do tráfico de seres humanos, valeu-lhe o ódio, e outros sentimentos semelhantes, por parte de muitos nobres da corte e, até mesmo, do rei D. Pedro V. Talvez por isso, tentasse impor-se através de sinais exteriores de riqueza. Depois de regressar do Brasil, adquiriu a propriedade fronteira à Quinta da Regaleira, segundo se pensa, aos marqueses de Borba para aí construir a sua residência.

É de salientar que, no século XIX, a nobreza arruinada perde, muito do seu poder de compra o que, em muitos casos, obrigou grandes proprietários a desfazer-se de boa parte das suas propriedades e a entregá-las nas mãos da burguesia. É, portanto, desta forma que algumas dos palácios ou residências de veraneio chegaram às mãos da burguesia endinheirada, por vezes na mais completa das ruínas. As novas estruturas não estão mais ligadas à agricultura ou à caça, mas sim ao ócio, ao jogo ou a outras diversões. Os pavilhões são transformados em confortáveis casas de campo para usufruto dos seus proprietários.

A Quinta do Relógio remonta, contudo, ao século XVIII. Sabe-se que a propriedade no termo de Sintra, na freguesia de São Martinho, foi propriedade de um padre hieronimita que a legou ao 15.º Conde do Redondo, D. José de Sousa Coutinho (1789-1863). Mais tarde, o milionário B. H. Metzner adquiriu a propriedade e construiu ali a primeira estrutura arquitectónica, ostentando uma torre provida de relógio, o que, obviamente, se encontra na origem da designação da propriedade – Quinta do Relógio. Mais tarde, a propriedade foi vendida ao banqueiro Thomas Horn e, finalmente na década de 50 do século XIX, como já acima referimos, foi adquirida por Manuel Pinto da Fonseca.

Sintra era, por excelência, o local de veraneio da nobreza e da alta burguesia. O ambiente aristocrático que ali se vivia era bem diferente daquele que se vivia na costa de Cascais e do Estoril. As relações eram, aqui, muito mais próximas e consumadas de casa em casa, seja em festas, jogos, chás, ou em outras actividades de carácter colectivo. Era um local perfeito para Manuel Fonseca chegar perto da alta aristocracia. Assim, para projectar o seu novo palácio convidou o famoso arquitecto e pintor António Tomás da Fonseca (1822/3-1894), filho do académico mestre Fonseca e recém-chegado do estrangeiro onde terminara os seus estudos.

O espírito romântico que se vivia em Sintra inspirou o novo proprietário que encomendou ao arquitecto uma obra em estilo arabizante, seguindo os exemplos do Palácio da Pena e do Palácio de Monserrate. O novo palácio é constituído por um pavilhão central, mais elevado, de topo ameado e coruchéus pétreos trabalhados. Ao centro, surgem lanças ornamentadas com crescentes lunares. A ladear o pavilhão central, encontramos dois corpos menores que têm, na parte superior, varandins em ferro forjado apoiados em balaústres de pedra. O alçado central é decorado com bandas horizontais avermelhadas bastante utilizadas, sobretudo, em França e na Alemanha na segunda metade do século XIX.

Este tipo de policromia decorativa normalmente alternava bandas horizontais avermelhadas cor de tijolo com outras de ocre claro, o que, no caso da Quinta do Relógio, conferia ao edifício um efeito estético diferente das restantes construções existentes na zona até àquele momento. Esta opção estética terá sido inspirada na “Vila

Wilhelma”, projectada por Ludwig von Zanth, por volta dos anos quarenta, para Guilherme I de Wurtemberg, nos arredores de Stuttgart, e que Tomás da Fonseca terá visto aquando da sua estadia na Alemanha.

O alçado principal destaca sete janelas sobrepujadas por arcos em forma de ferradura. No interior do vestíbulo podemos observar três janelas, cujos arcos apresentam um programa decorativo geométrico, encimadas por três cartelas azuis com a divisa árabe dos reis de Granada – “*Deus é o único vencedor*”. Ainda, por cima destas legendas, é de destacar três óculos circulares de moldura polilobada. O próprio vestíbulo apresenta-se elegantemente apoiado em duas finas colunas coroadas com capitéis decorados com elementos fitomórficos.

O jardim da propriedade, apesar de não ser muito grande, foi alvo de uma excelente intervenção cenográfica. Espelhos de água, araucárias, magnólias, fúcsias, fetos arbóreos entre outros exemplares de vegetação exuberante, criam um cenário digno de um conto das mil e uma noites. A influência árabe confere ao local um aspecto exótico e mítico. Aliás, no dia 22 de Maio de 1886 o duque de Bragança, D. Carlos e D. Amélia de Orleães futuros rei e rainha de Portugal, escolheram este palácio para passar a lua-de-mel.

Após a morte de Manuel Pinto da Fonseca a propriedade passou para as mãos do seu filho António Pinto da Fonseca e, já no século XX, e, após a morte deste último, para as mãos de sua viúva, D. Capitolina Vianna Pinto da Fonseca.

QUINTA DO SALDANHA

IHAs 094.03.2150.01



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: inventariado

Fundação: Século XIX (c. 1834)

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino, neogótico

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AUTORES VÁRIOS (1995), "Sintra e a sua História", in *Sintra Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra; ANACLETO, Regina (1992), *Arquitectura Neomedieval Portuguesa 1780-1924*, I vol.; *Cintra, Collares e Seus Arredores*. Lisboa; FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, I vol.; FRANÇA, José-Augusto – *O Romantismo em Portugal*, I vol; MUCHAGATO, Jorge (1995), "O Século XIX em Sintra. Arquitectura, natureza e urbanismo entre a realidade e a ficção", in *Sintra Património da Humanidade*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra; *Novo Guia do Viajante em Lisboa e Seus Arredores*, Lisboa; STOOP, Anne de (1988) – "Algumas casas românticas de Sintra", in *Romantismo – Itinerários de um Movimento*. Sintra: Instituto de Sintra; *A Voz de Sintra*, 2 de Agosto de 1919.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Terá sido, pois, na esteira do novo "espírito" que João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha de Oliveira e Daun (Lisboa, 17 de Novembro de 1790 – Londres, 20 de Novembro de 1876), nono filho do conde de Rio Maior e neto do Marquês de Pombal, foi 1.º Conde, 1.º Marquês e 1.º Duque de Saldanha e completou a sua brilhante carreira militar – que iniciara recusando-se a servir a bandeira tricolor – como marechal, foi, igualmente político e diplomata notável, foi revoltoso e protagonista da Saldanhada. Foi, enfim, um romântico que, por volta de 1820, se embrenhou no copioso encantamento de Sintra.

Segundo Anne de Stoop, "*parece ter-se instalado nestas altitudes antes de 1827, como deixa supor uma carta escrita na 'casa de Sintra' a 2 de Agosto, ao Rei D. Pedro IV. A partir de 1834, faz melhoramentos nesta casa, data em que (...) recebe uma importante doação de cem contos de réis juntamente com o título de Marquês, pelos grandes serviços prestados ao país e à monarquia liberal*". Acreditamos – como sugere, aliás, Stoop – que se tenha tratado de simples melhoramentos, uma vez que o programa gótico desenvolvido na mansão de Saldanha é bastante incipiente, estando ainda longe dos arquétipos que caracterizaram o romantismo sintrense dos meados de oitocentos.

Na verdade, a casa debuxada em forma de "L" e de prospecto chão que o Duque de Saldanha renovou, por volta de 1834, apresenta laivos góticos na arcaria quebrada dos vãos alinhados em sobreposta monotonia, sendo a fachada principal precedida de amplo balcão com abóbodas cruzadas de ogiva e percorridas por expressivas nervuras que assentam em mísulas e colunas de fuste redondo. No interior, constata-se a mesma indefinição programática, onde "*sobre um arranjo de espaços modernos é proposto uma soberba decoração medieval*". Os frescos que cobrem as principais salas corroboram igualmente esta indecisão, pois ali subsiste uma iconografia de recorte classicizante, mas que submerge no espírito romântico, em particular no tratamento da paisagem,

com destaque para a grandiosa figuração das principais enunciações sintrenses, a Serra, o Castelo e o próprio Palácio da Vila.

Se a qualidade mediana do projecto arquitectónico não avulta no contexto da arquitectura romântica, o acto de ter mandado armar um portal manuelino proveniente do antigo convento jeronimita da Penha Longa revela-se importante numa perspectiva eminentemente cultural, enquadrando-se num 'pré'-momento. Constituiu, por isso, inequívoco *leit motiv* da História da Arte romântica de Sintra e mereceu, inclusive, a atenção de José-Augusto França: *"a Quinta do Saldanha interessa-nos especialmente porque na casa mandou o marechal adaptar um portal manuelino"*. A inserção do portal manuelino como pórtico da capela terá anunciado, para além de enfático acesso patrioteiro, o reconhecimento de uma arte nacional, posição que, mais tarde, D. Fernando secundaria ao introduzir, no seu novel Palácio da Pena, tímpanos rendilhados e ombreiras quinhentistas que também mandou retirar do desactivado cenóbio da Penha Longa.

O programa manuelino de Saldanha foi, de facto, mais completo e estruturado do que o tímido ensaio gótico. Acrescentou, assim, uma fonte neomanuelina, datada de 1835, que adornou com versos d'Os *Lusíadas* e, mais tarde, encarregou o arquitecto Possidónio da Silva de traçar, no mesmo 'estilo', imponente monumento dedicado à Fé que ostenta sublime epígrafe da autoria do próprio Duque: *O AMOR DE DEUS / DO QUAL NASCE / O AMOR DA FAMÍLIA, DO QUAL DERIVA / AMOR DA PÁTRIA / HE SÓ O QUE PODE ASSEGURAR-NOS / A FELICIDADE NA TERRA: NO CÉU, A BEMAVENTURANÇA / O MARECHAL DUQUE DE SALDANHA, 1870.*

Incessante no seu progresso, o *tempo* define posicionamentos diversos. Por isso, não será estranho que, logo em 1853, no *Novo Guia do Viajante em Lisboa e Seus Arredores*, se considere que este *"palácio é construído em um genero extravagante d'architectura, que logo dá na vista ao forasteiro; por isso a mencionâmos em separado, posto que nada de curioso tenha lá a observar"*. E que, trinta e cinco anos depois, no roteiro *Cintra, Collares e Seus Arredores*, se considere uma *"bella casa"*.

Quase no fim da sua vida, o Marechal Duque de Saldanha – mercê de questiúnculas políticas – foi enviado para Londres como embaixador. Vendeu, então, a Quinta a uma família inglesa e, já nos princípios de novecentos, a sua neta Carlota de Saldanha Oliveira e Daun adquiriu a propriedade, mas frequentou-a pouco. Votada a um semi-abandono, a Quinta do Saldanha despertou atenções nos tempos conturbados da I República, tendo, inclusivamente, o jornal *A Voz de Sintra*, na sua edição de 2 de Agosto de 1919, exaltado a necessidade de se lhe outorgar um fim socialmente útil, sugerindo que o Estado a deveria adquirir ou expropriar para ali instalar o parque público, o salão de festas municipal, o museu etnográfico, a biblioteca e o arquivo histórico e, ainda, de um pavilhão para exposições regionais. Mais tarde, em 1950, Carlota Daun criou um museu na Quinta do Saldanha, onde incluiu a interessante colecção de obras de arte por si reunidas. Este museu teve uma existência efémera e todos estes bens, incluindo a propriedade, acabaram legados ao Patriarcado de Lisboa que, ainda hoje, os detém.

QUINTA DOS PISÕES

IHAs 012.03.2150.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento
Autor(es): Diogo de Castilho, Arquitecto; Raul Lino, Arquitecto.

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

JUROMENHA, Visconde de, *Cintra Pinturesca*, Lisboa, 1838; BOLÉO, J. O., *Sintra e o seu Termo* (estudo geográfico), Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1985; STOOP, Anne de, *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*, Barcelos, 1986; SERRÃO, Vítor, *Sintra*, Sintra, 1989; AZEVEDO, Carlos, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, 2ª ed., Vol II, Lisboa, 1990; RIBEIRO, José Cardim (coord.), *Sintra, Património da Humanidade*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1996; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *A Vila Velha (Ronda pela Passado)*, in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Vol. I; Sintra, 1997, pp. 15-89; AZEVEDO, José Alfredo da Costa, *Litoral e Planície Saloia*, in *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, Sintra, 1997.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Na antiga estrada de Colares, logo à saída da vila de Sintra, encontramos a Quinta dos Pisões. São muitas as incertezas relativas a este magnífico monumento. É certo que a primeira estrutura ali construída remonta ao século XVI. Alguns autores referem mesmo que se trata de um dos edifícios mais refinados do Renascimento sintrense e, certamente, edificado no reinado de D. João III.

As estruturas volumétricas e alguns dos pormenores que compõem o edifício levam-nos a crer tratar-se de um Renascimento tardio aliado a um evidente estilo maneirista. A prova-lo a torre cilíndrica de dois registos, com uma cobertura de cúpula em meia esfera, coroada por um vaso ostentando elementos fitomórficos. Outros elementos nos indicam essa associação estilística, como é o caso das platibandas de estilo maneirista a encimar a bem traçada *loggia* renascentista, que, à semelhança da torre, também apresentam dois vasos. De destacar as gárgulas em formato de canhão que permitem ao edifício escoar as águas da chuva. É, sem a menor dúvida, um edifício notável, contudo pouco se sabe sobre a sua construção, nomeadamente, quem terá sido o seu arquitecto e o respectivo encomendador.

Existe, no lado meridional da serra, o Mosteiro da Penha Longa, cuja construção ter-se-á iniciado nos primeiros anos do reinado de D. João III, sendo o claustro uma obra de 1540, aproximadamente. O Arquitecto deste magnífico espaço foi Diogo de Castilho. Nascido em Santander na vizinha Espanha, veio para Portugal com o seu irmão João de Castilho, também arquitecto, onde ambos tiveram uma carreira bem sucedida. Diogo de Castilho esteve envolvido em algumas das maiores obras executadas no Portugal do século XVI, nomeadamente no já referido Mosteiro da Penha Longa e no Mosteiro de Santa Maria de Belém – em Lisboa –, mais conhecido actualmente como Mosteiro dos Jerónimos. Fixou residência em Coimbra e foi nomeado mestre

dos Paços Reais. A par de João de Ruão, com quem trabalhou durante muitos anos, foi um dos mais importantes e destacados arquitectos do seu tempo, o que lhe valeu, em meados da centúria de quinhentos, o título de Cavaleiro da Casa Real.

As semelhanças entre algumas das estruturas do Mosteiro da Penha Longa e a Quinta dos Pisões são bastante evidentes. O austero claustro deste complexo monástico apresenta gárgulas de canhão e platibandas idênticas àquelas que podemos encontrar em Sintra. A própria torre, com a sua cúpula hemisférica, assemelha-se estilisticamente à torre da Quinta dos Pisões. Perante estas afinidades, coloca-se a questão: terá sido Diogo de Castilho o arquitecto deste palácio residencial? Acreditamos que os planos arquitectónicos podem ter saído do traço do Arquitecto Diogo de Castilho ou, pelo menos, da sua oficina. Quanto ao encomendador da obra, não temos, até ao momento, qualquer documento que nos dê tal indicação. Seria certamente alguém próximo da realeza e, acima de tudo, detentor de uma fortuna considerável. Igualmente interessante é, sem dúvida, o portal de acesso ao pátio da casa. Um portal renascentista datado de 1533 e proveniente de uma quinta de Alenquer, propriedade dos Duques de Aveiro, mas só ali colocado na primeira metade do século XX. Trata-se de uma obra de grande qualidade plástica e produzida por um óptimo artífice, cujo nome desconhecemos, decorado com elementos fitomórficos típicos da Renascença.

Após transpor o portal, encontramos um espaço aberto que dá acesso aos dois pisos do edifício. No primeiro registo, encontramos uma alpendrada com arcos abatidos e uma colunata simples decorada com capitéis de ordem dórica. O acesso ao segundo registo é feito por uma escadaria decorada com um silhar de azulejos, provavelmente ali colocados na primeira metade do século XX durante uma das duas campanhas realizadas pelo arquitecto Raul Lino, até um alpendre sustentado por uma colunata decorada com capitéis de ordem compósita.

É certo que hoje a casa se encontra muito adulterada quanto ao projecto original, que infelizmente desconhecemos por falta de documentação. Os dados disponíveis dizem-nos que, em 1655 e segundo os arquivos da Quinta da Boiça, os proprietários da Quinta dos Pisões eram D. José Leite de Aguiar e D. Sebastiana de Meneses. Na segunda metade do século XVIII, a propriedade pertencia aos Duques de Aveiro. Na sequência dos acontecimentos relacionados com o famoso processo dos Távoras, a quinta é confiscada e emprazada a Manuel Caetano de Sousa Prego. Segundo algumas fontes, a propriedade terá servido diversas vezes para reuniões entre os conjurados que no dia 3 de Setembro de 1758 atentaram contra a vida do Rei D. José I, facto decisivo para que a propriedade fosse confiscada.

Já no século XIX, em 1810, e no seguimento de uma ordem de execução accionada contra o herdeiro do anterior proprietário, António Valeriano de Sousa Prego, a propriedade é vendida a Máximo José dos Reis, Capitão-Mor de Sintra. Após o seu falecimento, em 1849, a propriedade passa para as mãos de sua filha Libânia e seu marido, Michael David Gallwey. Os herdeiros de Gallwey vendem a quinta ao sogro dos actuais proprietários em 1925. Logo em 1926 e 1927, o famoso arquitecto Raul Lino, assina um projecto de alterações para a Quinta dos Pisões sobretudo ao nível dos interiores de que dispomos informação reduzida. Em 1947, segunda campanha de obras de Raul Lino, que, desta vez elabora os planos de construção da garagem da propriedade.

REPUXO MANUELINO

IHAs 001.03.6192.03



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Monumento Nacional, Decreto 16.06.1910.

Fundação: Século XVI

Estilo(s) arquitectónico(s): Manuelino

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

José Alfredo da Costa AZEVEDO, *Obras*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 1998, vol. I.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Outrora integrado num fontanário no largo fronteiro ao antigo Paço Real, o repuxo manuelino, que ora se conserva no Jardim da Preta, é constituído por fuste torso assente em base octogonal, recamado de rosetas e com remate ornado de figuras alegóricas de sabor orientalizante.

SINTRA CINEMA

IHAs (a atribuir)



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: c. 1940
Estilo(s) arquitectónico(s): modernista
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O equipamento arquitectónico-cinematográfico “Sintra Cinema” encontra-se situado na Praça Afonso de Albuquerque, na Portela de Sintra, diante do parque de estacionamento público do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Sintra. Trata-se de um edifício modernista construído na década de 1940, que constituiu um epicentro cultural do Teatro, Cinema, Dança e Bailado, durante a segunda metade do séc. XX em Sintra.

A sua fachada austera e quase quadrangular é interrompida na sua monotonia lateral por um enobrecimento estético central dinamizante com três estreitos janelões verticais com gradeamentos forjados semi-circulares à maneira de varandas e flanqueados entre quatro colunas semi-cilíndricas de fustes cobertos de ladrilhos cerâmicos amarelos e encimadas de candeeiros semi-cilíndricos gradeados, enquadrado em cima de três arcos cegos de volta perfeita (cada um com um óculo circular) e três portas de acesso em baixo envolvidas de uma dupla ombreira comum, além de dois janelões laterais e também de idêntica largura.

Tendo sido encerrado à regular actividade artístico-cinematográfica desde o final da década de 1980, o edifício fora apenas utilizado pontualmente como sede de campanha de candidaturas autárquicas de movimentos e partidos políticos até meados da década de 1990, encontrando-se num adiantado estado de degradação patrimonial sobretudo interior, além dos efeitos exteriores da humidade, danificação de fontes de iluminação natural e pinturas vandalizantes.

TORRE DO RELÓGIO

IHAs 047.03.6060.01



Localização: Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: inventariado
Fundação: Século XVI
Estilo(s) arquitectónico(s): Renascimento
Autor(es): -
Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No ano de 1468, as Cortes reunidas em Santarém contaram, como habitual, com a presença de dois procuradores do concelho de Sintra. Uma das preocupações levadas a esta importante assembleia prendia-se com a manutenção de um relógio que o município tinha mandado construir e que necessitava de muitos cuidados.

Apesar de a casa real ter nesta vila um dos seus mais importantes palácios, o município declarava-se pobre e impotente para fazer frente a tais despesas. Infelizmente, a documentação até agora disponível não nos refere de que tipo de relógio se trata. Certamente não será um pequeno relógio. Cremos tratar-se de um relógio público e que estaria agregado a um edifício igualmente público, de outra forma não faria sentido que a sua construção fosse patrocinada pelo município. Não era muito normal as pequenas vilas do século XV ostentarem um relógio público. Sintra era na altura um pequeno aglomerado rural que vivia à sombra do palácio real. Os membros da Corte seriam, porventura, uns dos principais interessados na existência e manutenção deste objecto. Porém, e devido à escassez de documentos apenas sabemos da sua existência. Não se sabe a sua localização nem o ano da sua fundação.

Habitualmente, os relógios deste tipo encontram-se em locais elevados, públicos, e visíveis para uma grande parte de pessoas. Haveria já na segunda metade do século XV uma torre na vila de Sintra? – é a primeira questão que nos colocamos. Os três desenhos executados, por volta de 1507, por D. Duarte de Armas não contemplam, na volumetria que compõe o casario da vila velha de Sintra, nenhuma torre excepto aquela que se encontra anexa à igreja de São Martinho. Estaria aqui o relógio? Não sabemos. É certo que não se devia encontrar em nenhuma das dependências do palácio pois se assim fosse seria o próprio palácio a tratar da sua manutenção. Seria possível que já naquele tempo existisse ali uma torre com um relógio? É muito possível até porque a actual torre conserva no seu interior vestígios de uma construção medieval que pode ser indicador de uma construção realizada no século XV ou no século XVI.

A torre do relógio da vila velha de Sintra, também chamada de torre da antiga cadeia da vila, pode ter sido fundada no reinado de D. Manuel I ou no reinado de D. João III, ainda que não como torre do relógio. Acreditamos que tenha ali sido construída uma torre ainda no século XVI. O interior da torre tem um aspecto de clara traça medieval reforçando a ideia de ter sido construída ainda naquele século e entre a prisão e a casa da câmara. A estrutura que hoje conhecemos terá sido executada na segunda metade do séc. XVIII, por iniciativa do Marquês de Pombal. Aliás, à semelhança das torres das igrejas do restante concelho de Sintra. A existir uma torre construída no séc. XVI terá ficado muito danificada com o mega-terramoto de 1 de Novembro de 1755.

A torre que sobreviveu ileso até aos nossos dias apresenta uma planta centralizada, de forma quadrangular, e volumetria paralelepípedica verticalista. A cobertura é feita por um coruchéu curvilíneo encimado por grimpas e rematado com um catavento de ferro. Apresenta quatro registos rematados nas laterais por cunhais. Do lado esquerdo da estrutura, adossa-se o edifício dos Correios (antiga cadeia) e do lado direito um edifício de habitação e zona comercial (antiga casa da Câmara). Apenas a face frontal da torre está visível na sua totalidade. O primeiro registo apresenta apenas uma porta rectangular encimado por uma janela igualmente rectangular, gradeada, que denuncia o segundo registo da estrutura que termina com uma cornija e que o separa do terceiro. A partir daqui as quatro faces estão visíveis e ostentam, nas quatro faces, relógios encimados por pequenos frontões, curvilíneos, e registos convergentes rematados por uma cornija estreita e um friso liso. O quarto registo está vazado nas quatro faces por quatro sineiras em arco a pleno centro e impostas rectilíneas, ostentando cada uma um sino. O remate apresenta uma cornija encimada por coruchéus.

Apesar de poucas existirem algumas fontes que nos podem ajudar a seguir a história da actual estrutura. Dois dos quatro sinos conservam ainda as datas dos anos em que foram executados nomeadamente 1773, 1791 e 1882. Certamente a edificação da torre não andarão muito longe de 1773. A primeira alusão ao relógio da torre só aparece a 11 de Fevereiro de 1812 numa acta de reunião da Câmara. É muito provável que tenha sido adicionado mais tarde à estrutura. Em 1822 é reedificada a cadeia, anexa à estrutura, e reparado o mecanismo do relógio. Logo em 1852, a 4 de Outubro, deliberou a Câmara que se selasse a comunicação entre a cadeia e a torre para desta forma evitar evasões e outros problemas relativos à cadeia.

Ao longo das décadas que se seguiram a cadeia foi desactivada e a torre deixou de desempenhar as funções de outrora. Assim, em 1911, o arquitecto A. Marques da Silva, então arquitecto do Ministério do Fomento, adaptou o edifício da antiga cadeia para estação dos correios que ainda hoje ali funciona.

TÚMULO DOS DOIS IRMÃOS

IHAs (a atribuir)



Localização: Rua Conde de Sucena – Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção:

Fundação: Século XIII-XIV

Estilo(s) arquitectónico(s): Gótico

Autor(es):

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CASTELO BRANCO, Fernando, “O Denominado Túmulo dos Dois Irmãos”: Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 1978

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Envolvido em lendas, o denominado Túmulo dos Dois Irmão é um monumento funerário pétreo, composto por uma arca sepulcral, sensivelmente rectangular, com uma cruz circular de dois degraus que se ergue na cabeceira da tampa. Possui, igualmente, duas estelas discóides sobre a tampa, com cruces gravadas, uma adiante da cruz principal e outra na extremidade oposta.

Decerto, sabe-se que este túmulo é do período gótico, o que se conclui pelas cruces que ornamenta, não sendo possível uma datação precisa, dado o facto de estas aparecerem num espaço de tempo bastante largo. É admissível que a sua construção tivesse sido para a Gafaria, cuja fundação, data dos finais do século XIII, princípios do XIV. As duas estelas dão a entender tratar-se de uma sepultura comum, já que se julga ser costume, colocar-se apenas uma, nas individuais.

Surge a hipótese muito pouco provável, de o Visconde de Santarém ter ali avistado o símbolo dos Templários, o que nos induziria a pensar ter o túmulo sido, originariamente, de um membro daquela ordem religiosa, passando depois a sepultura comum, devido à extinção da ordem. Tudo, porém, indica ter pertencido à Gafaria, ser sepulcro comum dos lázaros, tendo sido colocada uma cruz em 1598, que por ter sido roubada, foi substituída por outra em 1673, colocada pela Misericórdia de Sintra, já que era da sua competência a conservação do túmulo.

D. Miguel em 1830, curioso, mandou abri-lo para verificar se ali estavam dois corpos, como rezavam as lendas, mas foram, apenas, encontrados os restos mortais de um corpo. Uma gravura que data sensivelmente do mesmo ano, retracta o túmulo junto da estrada, com a cruz erguida e as duas estelas discóides. Devido ao facto da cruz ter sido parcialmente destruída, foi posta a possibilidade de transferir o túmulo para o Museu do Carmo, o que foi recusado pelo município. Uma fotografia dos finais do século XIX mostra-nos, ainda, a existência de um pedaço da cruz, mas posteriormente terá sido roubado ou destruído, restando apenas a base circular.

Em 1930, devido à necessidade de alargar a estrada, o túmulo foi levantado e recuperado, paralelamente à estrada, junto a um muro, ficando assim escondido, ao ponto de passar despercebido à maioria das pessoas. Restaurado em 1976, encontramos-lo hoje, perpendicular à estrada, estando inscrita numa lápide, posta no muro, os seguintes dizeres: «TÚMULO DOS DOIS IRMÃOS / MONUMENTO MEDIEVAL / RESTAURADO EM 1976 / PELA / CÂMARA MUNICIPAL / DE SINTRA»

Quanto ao lendário, existiria já em 1830, pois só dessa forma se justificaria a curiosidade do rei. Surgem duas versões distintas, em ambas se dizendo que o túmulo contaria dois corpos, influenciadas sem dúvida, pelas duas estelas, o que conduziu a histórias trágicas e romanescas. Curiosamente, na Freguesia de Cete, Concelho de Paredes existe, também, um caso de uma sepultura constituída por uma laje sepulcral e duas cabeceiras, correndo nesse local uma lenda de cariz similar.

ARTE PÚBLICA

AGUALVA E MIRA SINTRA

MONUMENTO AO BOMBEIRO DE AGUALVA-CACÉM

IHAs (a atribuir)



Localização: Av. dos Bons Amigos - Agualva
Freguesia: União de Freguesias de Agualva e Mira-Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Data: 1988
Autor(es): Victor Palla
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Este monumento ao Bombeiro Voluntário, inaugurado em Agualva-Cacém a 2 de Outubro de 1988, foi moldado pelo artista Victor Palla, e erigido com recurso a subscrição pública. No dia da inauguração contou com a presença do Comandante Homem de Gouveia, na qualidade de representante do senhor Presidente da República à data, Mário Soares, e ainda do então Comandante dos Bombeiros Voluntários de Agualva-Cacém, Artur Lage.

Trata-se de uma figura de homem com cerca de 2 metros de altura, representando o Bombeiro Voluntário, com o seu capacete na cabeça e na mão uma picareta de bombeiro com o cabo pousado no chão. O seu peso total, incluindo a base forrada com pedra da região é de 5 toneladas. O conjunto escultórico é também alusivo a 2 bombeiros de Agualva-Cacém que morreram em serviço. Um pelas chamas, daí num dos braços da figura se verem chamas, e outro nas inundações, donde um dos pés da estátua mergulhar no que simboliza a água.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Victor Manuel Palla e Carmo, mais conhecido como Victor Palla, foi um artista que nasceu em Lisboa, a 13 de Março de 1922, filho de um caracterizador de Teatro e fotógrafo amador. Era irmão do escritor José Palla e Carmo, também conhecido literariamente como José Sesinando. Victor Palla foi arquitecto, fotógrafo, designer, escritor e editor português. Concluiu o curso de arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1945, e entre 1946 e 1973 teve atelier de arquitectura com Joaquim Bento de Almeida. Desta parceria resulta um vastíssimo conjunto de obras, como por exemplo, os primeiros snack-bars de Lisboa (entre eles o Galeto, o Pique-Nique, o Noite e Dia, o Tique-Taque ou a Poam-Pam), múltiplas moradias unifamiliares, edifícios de escritórios ou de habitação, unidades industriais ou edifícios públicos como a Escola do Vale-Escuro, em Lisboa.

Na década de 1950 dedica tempo à fotografia e publica com Costa Martins, o livro *Lisboa, cidade triste e alegre*, mais tarde declarado como uma das grandes obras de fotografia do século XX, e a única portuguesa a ser reconhecida internacionalmente como tal. Se a obra de Victor Palla é importante ao nível da arquitectura ou da fotografia, não o é menos ao nível do design gráfico, aliando o seu trabalho como editor ou tradutor à intensa devoção que sempre teve pela literatura, acaba por ser no grafismo das capas que se distingue e pelo qual ficará para sempre associado a uma grande modernidade.

Dedicou-se, porém, mais à pintura e ao desenho do que a qualquer outra sua actividade: desde o início da década de 1940 até ao final da década de 1990, encontra-se uma obra vastíssima, densa de modernidade e de

inquietação. No entanto, a multidisciplinaridade que sempre o caracterizou impeliu-o a experimentar todo o tipo de actividades.

A sua obra de pintura e fotografia encontra-se presente em algumas das mais notáveis colecções do País, como seja a Fundação Calouste Gulbenkian, a Museu Colecção Berardo ou o Museu do Chiado. Em 1999 foi o vencedor do 1º Prémio Nacional de Fotografia, pelo Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura. Faleceu em 28 de Abril de 2006, com 84 anos, vítima de uma pneumonia. A título póstumo recebe a distinção de membro honorário da Ordem dos Arquitectos Portugueses.

MONUMENTO AO PROFESSOR PRIMÁRIO

IHAs (a atribuir)



Localização: Av. dos Bons Amigos - Aqualva

Freguesia: União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data:

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Monumento em bronze, à escala natural, com base em mármore (plinto em forma de escada), construído por 3 figuras (o professor e duas crianças), situado na Av. dos Bons Amigos, no Cacém. A maquete, em gesso, é datada de 1972. Este trabalho insere-se na temática do trabalho e do quotidiano. Para além de reflectir uma preocupação social, pretende igualmente homenagear e realçar a figura do professor primário, estando-lhe subjacente a importância da educação no desenvolvimento do ser humano e, por conseguinte, das sociedades.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o pólvora”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

ALGUEIRÃO – MEM MARTINS

BUSTO DE JOAQUIM RODRIGUES

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo Joaquim Rodrigues - Algueirão

Freguesia: Freguesia de Algueirão - Mem Martins

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2003

Autor(es): Constantino Cabriz

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este busto pétreo representa Joaquim Rodrigues, um homem bom de Sintra, figura proeminente do Algueirão, solidário, dado à comunidade muito mais do que ao seu bem-estar pessoal, que terá desempenhado várias missões na freguesia.

O busto assenta em plinto prismático, também de pedra, com a seguinte inscrição: «HOMENAGEM / A UM BENFEITOR / DO NOSSO POVO E DA NOSSA TERRA / JOAQUIM RODRIGUES / 1-12-2003 / COMISSÃO DE FESTAS».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Constantino Cabriz ou Constantino Santos é um escultor português que nasceu em 1962 na vila de Sintra, onde actualmente reside. Efectuou várias viagens ao estrangeiro, nomeadamente Bélgica, Holanda, Noruega, Inglaterra, Suécia e França no âmbito de estudos e pesquisas. Após as suas viagens fixou-se em Sintra, onde desenvolveu e aperfeiçoou técnicas de trabalho relativas ao mármore. Realizou trabalhos com grandes Mestres da escultura, designadamente David Rodgers, dos Estados Unidos e António dos Santos Lopes, do Brasil. Em colaboração com escultores estrangeiros, realizou alguns projectos para praças públicas em Washington, Chicago e Moscovo.

Realizou igualmente exposições conjuntas na Feira Internacional de Madrid, na Semana da Cultura Portuguesa, em Copenhaga, Dinamarca, por convite da Secretária de Estado da Cultura, e na iniciativa “À Descoberta do Palácio”, no Palácio Nacional de Sintra, onde recebeu o 2º Prémio de Escultura em 1989. No que diz respeito a exposições individuais, expôs no Museu Regional de Artes Plásticas, em Sintra, em 1989 e em 1991, no Troféu da Bolsa de Turismo de Lisboa, em Lisboa, em 1990, e no Museu de Marinha, em Lisboa, onde tem a peça “Monumento comemorativo da chegada de Diogo Cão ao Rio Zaire”.

Encontra-se representado em várias colecções nacionais e estrangeiras, nomeadamente nos E.U.A., Bélgica, França, Portugal, etc.

BUSTO DE PEDRO ANJOS TEIXEIRA

IHAs (a atribuir)



Localização: Mem Martins
Freguesia: Freguesia de Algueirão - Mem Martins
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Data: 2004
Autor(es): Rogério Timóteo
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Pedro Anjos Teixeira foi um escultor português, que nasceu em Paris a 11 de Maio de 1908, vindo para Sintra aos seis anos de idade, no início da Grande Guerra. Era filho do também escultor Artur Anjos Teixeira, com quem começou a trabalhar aos 16 anos de idade, no atelier de Lisboa. Aos 26 anos esculpiu “Homem com o Polvo”, obra que pela sua originalidade o revelou como escultor. Concluiu o Curso Superior de Escultura em 1948 e foi exímio na representação naturalística de humanos e animais, mostrando grande rigor técnico e grandes conhecimentos de anatomia humana, esta, nomeadamente, patente nas estátuas de nus e em “Os Perseguidos”.

Entre 1952 e 1953 frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vindo a exercer depois funções de professor de Modelação e Desenho nas Escolas António Arroio, Pedro de Santarém e Francisco Arruda. Perseguido pela PIDE, não ganhou durante 19 anos, graças a essa perseguição cerrada, nenhum concurso de Escultura a que se propôs. Por essa razão decidiu “auto-exilar-se” no Funchal em 1959 e durante 21 anos, onde foi professor, escultor, músico, jornalista, entre outras actividades que exerceu. Voltou depois ao Continente, onde terá vivido na Vila de Sintra, na Azinhaga da Sardinha, em 1980. Faleceu em Sintra, terra muito amada, a 20 de Março de 1997, com 88 anos. Deixou um legado de mais de 900 trabalhos em Portugal e no estrangeiro.

Encontra-se representado por busto de bronze sobre plinto pétreo na freguesia de Algueirão - Mem Martins – onde viveu em jovem com seus pais –, em escultura da autoria de Rogério Timóteo. Na lateral da base, a seguinte inscrição: «ESCULTOR NEOREALISTA / VIVEU NA SUA ADOLESCÊNCIA / EM MEM MARTINS». Do lado oposto, outra inscrição: «EXECUÇÃO E OFERTA DO SEU ALUNO / ESCULTOR ROGÉRIO TIMÓTEO / 2004». Na dianteira da base: «PEDRO ANJOS TEIXEIRA / ESCULTOR / 1908-1997».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

ALMARGEM DO BISPO, PERO PINHEIRO E MONTELAVAR

“EVOLUÇÃO”

IHAs (a atribuir)



Localização: Rotunda Vasco Rodrigues Esteves Dias - Montelavar

Freguesia: União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Rogério Timóteo

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Trata-se de um pilar com a forma de um prisma quadrangular com representação humana nas suas faces, esculpido em mármore em 2004 por Rogério Timóteo, intitulado “Evolução”.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

COLUNA ANCESTRAL

IHAs (a atribuir)



Localização: Pero-Pinheiro

Freguesia: União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Fundação: -

Estilo(s) arquitectónico(s): Barroco

Autor(es): -

Fontes documentais e/ou bibliográficas: "As Ruas de Pero-Pinheiro", DSA Editores, Patrocínio de Junta de Freguesia de Pero-Pinheiro, Santo Amaro de Oeiras, s/d, p 10.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta ancestral coluna de mármore, de fuste circular destinava-se, segundo a tradição oral, à construção do Convento de Mafra, sendo reconhecida como uma peça extraída do subsolo de Pero Pinheiro e manufacturada no local com destino ao referido convento, para onde não chegou a ser transportada por razão desconhecida.

Foi adquirida por volta de 1930, ao Ministério das Obras Públicas, por uma Comissão de Melhoramentos de Pero Pinheiro, com o intuito de ser erigida enquanto "padrão" da indústria de mármore. Presentemente, encontra-se localizada na Rua 1º de Dezembro em Pero Pinheiro.

Junto à referida coluna foi colocada a estátua do Canteiro, inaugurada em 1994, esculpida em mármore lioz, do escultor José dos Reis.

IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

IHAs (a atribuir)



Localização: Anços - Sintra

Freguesia: União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2000

Autor(es): Rogério Timóteo

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Esta esbelta figura de uma Nossa Senhora jovem e de vestes plissadas e esvoaçantes encontra-se em Anços, e deve-se ao cinzel do escultor Rogério Timóteo, que a moldou no ano de 2000. Trata-se de uma estátua em pedra, com longos cabelos e mãos finas, cujos braços erguidos para o céu estão cobertos pelas largas mangas compridas da túnica que enverga. Por baixo, a longa túnica cintada deixa entrever elegantes pés desnudados, que assentam sobre uma nuvem etérea. Todo o conjunto está suportado por plinto prismático pétreo, feito do mesmo material que a estátua, e esta encontra-se emoldurada por pilastras em pedra crua.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

COLARES

BUSTO DE JOSÉ FERNANDES BADAJOZ

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo Nossa Senhora das Dores, Mucifal

Freguesia: Colares

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2008

Autor(es): Carlos Vizeu

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

José Fernandes Badajoz (Mucifal, 16-06-1920 – 07-02-2000), conhecido pelo *Poeta Cavador*, foi um poeta e músico popular que nunca trocou a sua vida rural pelo mundo do espectáculo. Senhor de uma enorme criatividade, chegou a actuar aos microfones do Rádio Clube Português no programa *Emissões Recreativas* de José Oliveira Cosme, quinzenalmente, durante cinco anos. Vivendo sempre no seu Mucifal, tornou-se num dos nomes mais importantes da cultura popular sintrense.

O seu busto em bronze, da autoria de Carlos Vizeu, repousa sobre um plinto de mármore onde está inscrita uma lápide com os seguintes dizeres: «José Fernandes Badajoz / “Poeta Cavador” / 16-08-1920 / 02-02-2000». O monumento, que se encontra junto à Igreja do Mucifal, foi inaugurado em 14 de Dezembro de 2008.

BIBLIOGRAFIA DO ARTISTA

Carlos Vizeu (Lisboa, 1925 -2012) foi um multifacetado e notável artista que concluiu o seu curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Foi discípulo dos Mestres Leopoldo de Almeida e Costa Mota (sobrinho), entre outros, e aluno dos Mestres Trindade Chagas, Lino António e Paula Campos, em aquarela, e do Mestre João da Silva em medalhística.

Expôs pela primeira vez em 1947, com sucesso junto do público e da crítica. Em 1950 instala o seu atelier em Casas Novas, perto de Almoçageme, onde dando graças à sua imaginação, criou milhares de peças que se encontram espalhadas por esse mundo fora. Daí, este seu mundo, tornou-se num ponto de referência para estudantes e turistas, e local onde ministrou, com frequência, cursos de cerâmica e escultura.

Ao longo dos anos as suas exposições sucederam-se quer em Portugal como no estrangeiro.

Foi professor de cerâmica durante 28 anos na Escola do Centro de Reabilitação de Alcoitão, no curso de Terapêutica Ocupacional.

Deixou, pelo nosso país, centenas de painéis de cerâmica, em lugares públicos, bem com esculturas e medalhas de bronze. Destaca-se, particularmente, o enorme painel de azulejos do Palácio Valenças, em Sintra.

Foi agraciado com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal em 2002.

Técnico responsável: João Gabriel Rocha

Última actualização: 2014

QUELUZ E BELAS

ESTÁTUA DA ESCOLA PRÁTICA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz
Freguesia: União de Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Data: 2008
Autor(es): Gil Soeiro
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Trata-se de uma estátua em bronze representando um Guarda Nacional Republicano fardado e de capote esvoaçando ao vento. O guarda está apeado, com a perna esquerda esticada e apoiada, e a direita avançada e flectida, com as mãos sob as vestes, com uma delas a segurar um livro e outra o capote. A estátua, de 2,67 metros de altura, é da autoria de Gil Soeiro.

Este monumento, dedicado ao “Esforço do Militar da GNR”, foi inaugurado a 3 de Maio de 2008, pela comemoração do 97º aniversário da Guarda Nacional Republicana, com a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, o Ministro da Administração Interna, Rui Pereira, o Comandante-geral da GNR, General Mourato Nunes, e pelo Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Fernando Seara.

A Câmara Municipal de Sintra e o banco Milénio BCP custearam as despesas da estátua implantada na Escola Prática da Guarda.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Gil Soeiro é um artista português que exerce actividade desde 1972 nas áreas da Pintura, Desenho, Escultura e Medalhística (pedra, metais, polímeros, madeira e terracota). Várias vezes premiado, recebeu o 1º Prémio no I Concurso de Pintura da Escola Prática de Administração Militar, em Lisboa, em 1987; a Menção Honrosa do II Concurso de Pintura da EPAM/88, Lisboa, em 1988; e o 1º Prémio do III Concurso de Pintura EPAM/91, em Lisboa, em 1991.

Está representado em colecções na Escola Prática de Administração Militar, em Lisboa, no Santuário de Fátima, na Fidelidade Grupo Segurador, S.A., em Lisboa, no CSI/Comando Geral/GNR, em Lisboa, no Hospital Distrital do Fundão (Unidade de Tratamento da Dor), no Museu da Presidência da República, em Lisboa, no Ministério da Administração Interna, na Câmara Municipal de Sintra e no Millenium BCP.

MONUMENTO A D. MARIA I

IHAs 003.07.6270.03



Localização: Queluz
Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas
Enquadramento: Urbano destacado
Proteção: Integra a classificação do Palácio Nacional de Queluz
Fundação: Século XVIII
Estilo(s) arquitectónico(s): Neoclássico
Autor(es): Escultor João José de Aguiar
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

No largo do Palácio Nacional de Queluz, encontra-se uma estátua em mármore de Carrara, de corpo inteiro que representa D. Maria I. Esta estátua, da autoria do Escultor João José de Aguiar (nascido em Belas em 1769), foi executada em Itália, em 1794, quando o escultor se encontrava a estagiar em Roma, no *atelier* de Canova. A estátua foi enviada para Portugal apenas em 1802.

A rainha é-nos apresentada como uma figura romana, ladeada por quatro figuras femininas, as quais representam os continentes por onde se estendia o império português. D. Maria I foi uma dos monarcas que mais zelou e vivenciou o Palácio de Queluz. Esta estátua foi criada a pedido de Pina Manique, que desejava eternizar a rainha. O conjunto escultórico só foi colocado em Queluz, após o incêndio do Palácio, em 1944.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

João José de Aguiar (1769 – 1841) - Escultor natural de Belas e cedo residente em Lisboa (1769-1841), onde estudou na Aula de Desenho da Casa Pia do Castelo.

Pelas suas qualidades singulares, foi cedo notado e favorecido pelo Intendente Geral da Polícia do Reino, Diogo Inácio de Pina Manique, que o mandou embarcar num navio de carga para Roma, instalando-se no Hospício de Santo António dos Portugueses, como bolseiro.

Em Roma, seguiu os mestrados de Labruzzi em Desenho e de Angelini (discípulo de António Canova) em Escultura, sempre progredindo sem se contentar. Entretanto, enlouquecendo Angelini, João José Aguiar conseguiu ser discípulo de António Canova, grangeando os seus favores e simpatia e também as invejas condiscipulares. Esta oportunidade de estudar com um dos maiores escultores da sua época é visível na qualidade da sua obra.

Ainda em Roma, competia-lhe executar a componente escultórica do monumento de homenagem à Rainha D. Maria I, riscado por Rossi e destinado ao Jardim da Estrela e face à Basílica homónima, em Lisboa. Chegadas as peças a Lisboa em 1802, logo foram desvalorizadas por detractores nacionais com acusações de defeito ou plágio, apesar de elogiada por peritos estrangeiros, e só 150 anos depois, foi esta sua obra (então depositada no Museu Arqueológico do Carmo e na Avenida da Liberdade) finalmente montada frente ao Palácio Nacional de Queluz.

Regressando a Lisboa e sendo grande admirador de Joaquim Machado de Castro, João José Aguiar ingressou nas obras do Palácio Real da Ajuda, aí trabalhando e ensinando entre 1819 e 1830, onde deixou um conjunto de nove esculturas, destacando-se a célebre *Anúncio Bom*.

Trabalhou ainda na Fundação do Arsenal da Marinha e em Mafra, chegando também a ser convidado para ocupar o cargo de Mestre de Escultura na Academia Real de Belas Artes, em 1836, que não pôde aceitar por debilidade de saúde, falecendo quase inválido e abandonado. É ainda o autor de uma escultura representando D. João VI que se encontra no Hospital da Marinha.

MONUMENTO AO BOMBEIRO DE BELAS

IHAs (a atribuir)



Localização: Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Data: 2002

Autor(es): Carlos Botelho

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Trata-se de uma peça escultórica do artista português Carlos Botelho, com elementos em bronze, betão e água.

Colocado numa rotunda, o monumento compõe-se de base em betão com letras em metal, apostas na dianteira: «AOS BOMBEIROS / VOLUNTÁRIOS / NOBRES NA PAZ / HERÓIS NA / ADVERSIDADE». Na parte superior, uma coroa de louros vazada em bronze circunda o símbolo dos Soldados da Paz – 2 machados em cruz e um capacete –, e por baixo da coroa de louros uma fita em bronze, que encima a representação de uma mangueira de Bombeiro, que se projecta em direcção ao chão, pois na base do monumento figuram as labaredas de um fogo também em bronze, que surge em relevo aplicado na base de betão. A ladear o conjunto, 2 escadas de fogo inclinadas.

Dedicada aos Bombeiros Voluntários de Belas, esta homenagem foi inaugurada a 24 de Novembro de 2002, pelo secretário de Estado adjunto do Ministério da Administração Interna, pelo Presidente da Câmara Municipal de Sintra e pelo presidente da Junta de Freguesia. A escultura foi inaugurada decorridos 35 anos da tragédia de 1967, quando fortes chuvadas fizeram transbordar o Rio Jamor, arrastando com ele vidas e bens.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Carlos Botelho ou Botelho nasce em Chaves a 10 de Fevereiro de 1964, e é um pintor e escultor português. O seu professor primário foi Lerenó, irmão de Nadir Afonso, que muito contribuiu para o incentivar nos caminhos das artes. A proximidade da fábrica de tijolo e do barro, das oficinas das artes da forja e do ferro, dos ateliers de Arquitectura onde desenhava e da música que sempre o acompanhou foram-no influenciando.

Aos 16 anos expõe pela primeira vez Desenho e Pintura no Museu da Cidade com o apoio da Câmara Municipal de Chaves, e a presença do General António de Ramalho Eanes. Aos 17 anos rumo para Lisboa. No AR.CO – Centro de Arte e Comunicação Visual – estuda os ateliers de Desenho e Pintura sob orientação de Manuel Costa Cabral e Rogério Ribeiro. Foi decorador nos Grandes Armazéns do Chiado, em 1987, e decorador dos átrios da Estação do Rossio em efemérides anuais. Dedicou-se à cenografia para teatro no São Luís e no Coliseu dos Recreios, ambos em Lisboa. Fez a réplica da estátua de Fernando Pessoa (Olivais), para a Câmara de Lisboa. Moldou ainda a Medalha Comemorativa da inauguração do Monumento ao Bombeiro, em Belas, Sintra.

Está representado em: Belas, Sintra; IEFPP – Instituto do Emprego e Formação Profissional; CETAD – Centro de Estudos Tradicionais Afonso Domingues; Câmara Municipal de Chaves (Museu da Cidade de Chaves - 1980); Câmara Municipal de Lisboa (Palácio dos Coruchéus) – 1982, na Saatchi Gallery; University of Iowa Digital

Libraries in the Iowa Gallery; na ARTEXPO – New York – Jacob Javits Convention Center, em 2007; entre outras coleções nacionais e internacionais, públicas e privadas.

Carlos Botelho é também fundador e director da Cooperativa Almadense como unidade de Solidariedade Social, Grão-Mestre da Confraria de Chaves, que fundou em 2008, e da Soberana Ordem de Aquae Flaviae, que ajudou a fundar em 2009.

MONUMENTO AO BOMBEIRO DE QUELUZ

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Data: 1996

Autor(es): Carlos Vizeu

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Este monumento ao Bombeiro Voluntário de Queluz está colocado defronte do quartel, e foi inaugurado pelo 75º aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Queluz, em 20 de Outubro de 1996, na presença da senhora presidente da Câmara Municipal de Sintra, Drª Edite Estrela.

Trata-se da representação de um Bombeiro em posição de ataque ao fogo, segurando na sua mão a mangueira respectiva. Esta estátua em bronze, de tamanho natural, está assente sobre base pétreia de forma cúbica, e deve-se ao escultor Carlos Vizeu, que escolheu como modelo o Comandante Bruno Tomás, dos Bombeiros Voluntários de Almoçageme.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Carlos Vizeu (Lisboa, 1925 -2012) foi um multifacetado e notável artista que concluiu o seu curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Foi discípulo dos Mestres Leopoldo de Almeida e Costa Mota (sobrinho), entre outros, e aluno dos Mestres Trindade Chagas, Lino António e Paula Campos, em aguarela, e do Mestre João da Silva em medalhística.

Expôs pela primeira vez em 1947, com sucesso junto do público e da crítica. Em 1950 instala o seu atelier em Casas Novas, perto de Almoçageme, onde dando graças à sua imaginação, criou milhares de peças que se encontram espalhadas por esse mundo fora. Daí, este seu mundo, tornou-se num ponto de referência para estudantes e turistas, e local onde ministrou, com frequência, cursos de cerâmica e escultura.

Ao longo dos anos as suas exposições sucederam-se quer em Portugal quer no estrangeiro. Foi professor de cerâmica durante 28 anos na Escola do Centro de Reabilitação de Alcoitão, no curso de Terapêutica Ocupacional. Deixou, pelo nosso país, centenas de painéis de cerâmica, em lugares públicos, bem com esculturas e medalhas de bronze. Destaca-se, particularmente, o enorme painel de azulejos do Palácio Valenças, em Sintra. Foi agraciado com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal em 2002.

“O BEIJO”

IHAs (a atribuir)



Localização: Parque Infantil da Praceta 5 de Outubro - Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: Desconhecida

Autor(es): Carlos Amado Mendes

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Trata-se de uma peça escultórica torsa em pedra mármore, do cinzel de Carlos Amado Mendes, sobre plinto cúbico de mármore escuro. Na dianteira do plinto, uma placa, com os seguintes dizeres: «O BEIJO / CARLOS AMADO MENDES / 1913-1959 / OFERTA DO AUTOR».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Carlos Amado Mendes ou, simplesmente, Carlos Amado, nasceu em 1936 e foi um escultor e professor de Belas-Artes português, que veio a falecer subitamente a 1 de Novembro de 2010, por ocasião do seu 74º aniversário, num hotel da Ericeira. Especialista em museologia, ocasionalmente cenógrafo, e animador cultural em permanência, professor jubilado da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, Carlos Amado era o anfitrião de uma tertúlia desde há anos no seu atelier de Lisboa designada por Laboratório de Cultura, onde reunia numerosas personalidades da vida artística e literária do país.

Com a sua morte, extinto que foi há anos o célebre Botequim, de Natália Correia, desaparece agora o último espaço privado lisboeta de confraternização, discussão e criação cultural da cidade, uma contribuição para o progressivo desmoronar do antiquíssimo edifício de convivência cultural de uma Lisboa agonizante. Companheiro de vida do mestre Lagoa Henriques (1923-2009), Carlos Amado Mendes pertenceu, desde 1998, à Academia Nacional de Belas-Artes.

“RITOS DE PASSAGEM”

IHAs (a atribuir)



Localização: Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2007

Autor(es): Rogério Timóteo

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A escultura “Ritos de Passagem”, de Rogério Timóteo, datada de 2007, encontra-se em Queluz. Trata-se de um anel marmóreo prismático, com a figuração de troncos antropomórficos femininos e masculinos inseridos no próprio anel.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

“SEM TÍTULO”

IHAs (a atribuir)



Localização: Parque Urbano Felício Loureiro - Queluz

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1997

Autor(es): José Pedro Croft

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Trata-se de uma peça de grandes dimensões, do escultor José Pedro Croft, constituída por blocos em betão, cobertos por telhados de 2 águas, e dispostos em triângulo convergente.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

José Pedro Croft nasce no Porto em 1957, e faz o curso de Pintura em 1981 na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, cidade onde reside desde a adolescência (para onde se mudou com a família após uma breve passagem pela Galiza). Durante a década de 1980 trabalhou muito a escultura em pedra, em baixo-relevo e modelação, sendo muito influenciado por João Cutileiro, com quem colaborou durante os primeiros anos de trabalho. Esta sua fase artística ficou muito ligada à imagem da morte e do túmulo.

Seguidamente começou a explorar uma vertente arquitectónica, onde impera a escala humana. Nos anos de 1990, incorpora nas suas obras peças quotidianas, como cadeiras e mesas, criando volumes ordenados de maneira a produzir memórias e pondo à prova a estabilidade, o peso e a sua disposição. Posteriormente, introduz o espelho e a fragmentação de objectos, criando assim uma nova espacialidade.

A sua obra tem especial referência na arquitectura, através da organização do espaço formal e do conceito de monumento e a sua desconstrução. Este artista plástico português é contemporâneo de Pedro Calapez, de Pedro Cabrita Reis e de Ana Léon, tendo exposto juntamente com eles. Ao longo dos anos conquistou um estatuto importante no panorama artístico nacional e internacional, participando em várias exposições, tendo já realizado exposições individuais na Fundação Calouste Gulbenkian (1994) e uma retrospectiva no Centro Cultural de Belém (2002). Croft foi premiado com o Prémio Tabaqueira Arte Pública em 2012.

RIO DE MOURO

BUSTO DE PADRE ALBERTO NETO

IHAs (a atribuir)



Localização: Rinchoa
Freguesia: Freguesia de Rio de Mouro
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Data: 2004
Autor(es): Moisés Preto Paulo
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Padre Alberto Neto foi uma figura querida da Rinchoa e Rio de Mouro, sacerdote devotado, professor competente e desportista aficionado. Ficaram célebres as suas homilias, que tiveram por palco a Capela do Rato, templo onde se pugnou por um Portugal e um mundo melhores. Antifascista activo, empenhou-se na defesa dos mais pobres e dos mais fracos, muitos recorrendo ao Padre Alberto, como era carinhosamente conhecido, na dor física ou psíquica, nas desavenças familiares ou na tristeza e solidão. “Homem do futebol”, sportingista de alma e coração, foi para os desportistas jogadores um bom amigo de todos.

Foi pároco de Belas e em Rio de Mouro, e professor na Escola Secundária de Queluz. Possuidor de uma espiritualidade clara e entusiástica, veio a extinguir-se em circunstâncias dramáticas. Nasceu em Souto da Casa, pequena aldeia do concelho do Fundão, na Beira Baixa, filho de pais professores. Coursou o liceu no Colégio de Santo António, no Fundão, e em 1957 sentiu o apelo da Fé e entrou para o Seminário, apesar da oposição dos pais, tinha então 18 anos. O Padre Alberto Neto entrou depois para o Sporting Club de Portugal no dia 22 de Outubro de 1959, após ter sido ordenado sacerdote; na época de 1973-74 tornou-se director do futebol juvenil, e em 1974-75 foi director do futebol profissional.

Foi conselheiro espiritual e amigo íntimo de muitas personalidades da cena política e cultural portuguesa: Helena Roseta, Nuno Teotónio Pereira, Miguel Lobo Antunes, Teresa Barata Salgueiro, José Barata Moura, Guilherme d’Oliveira Martins e Francisca Cordovil, entre tantos outros. A partir de 1965, desempenhou as funções de assistente na JEC – Juventude Escola Católica, que tinha sede na Capela de Nossa Senhora da Bonança no Largo do Rato.

A atracção e o sentido das suas afirmações despertavam nas pessoas sentimentos controversos, já que ele se preocupava com várias questões sociais e políticas, designadamente com o que significava o prosseguimento da guerra colonial e com a necessidade de se construir a paz. Esta “voz incómoda” despertou a desconfiança da PIDE, que chegou a prender, na Capela do Rato, algumas pessoas e 2 sacerdotes que trabalhavam directamente com o Padre Alberto Neto, demitindo Alberto Neto das suas funções.

Em 1984, foi a vez de Rio de Mouro o ter como pároco. A Capela da Rinchoa era demasiado pequena para acolher todos, por isso iniciaram-se as diligências para a construção da Igreja de Nossa Senhora da Paz e do Centro Comunitário Paroquial. Dedicou-se à criação do serviço de refeições na Escola Primária e no desenvolvimento de ateliers de cursos profissionais para as mulheres da Paróquia, algumas vindas das ex-colónias. Foi também poeta, tendo escrito algumas letras de canções e hinos.

O Padre Alberto Neto foi encontrado morto no dia 3 de Julho de 1987, a 3 km de Águas de Moura, nos arredores de Setúbal, com o corpo já em adiantado estado de decomposição, no meio de uns arbustos e a 50 metros da estrada principal. Tinha ido ao Algarve resolver uma série de problemas de ordem pessoal, sozinho, no seu Peugeot 205 a 29 de Junho. O Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, que se encontrava em Roma no momento, deu ordem para que o funeral do Padre Alberto Neto não se realizasse antes do seu regresso. Esteve em câmara ardente na Igreja de Rio de Mouro, onde se juntaram centenas de pessoas a prestar a sua última homenagem, antes de, no dia seguinte, o corpo seguir para a sua terra natal.

O Padre Alberto Neto encontra-se representado por busto pétreo sobre base de igual material, em escultura de 3 de Julho de 2004, da autoria de Moisés Preto Paulo, em parceria com o escultor russo Andrey Jerebtsov. Na base do busto figura a seguinte inscrição dianteira: «PADRE ALBERTO NETO – RINCHOA / 1931-1987 / CMS – JFRM / 3 DE JULHO DE 2004». Na lateral da base: «FOI NESTE LOCAL / QUE O PADRE / ALBERTO NETO / NA ANTIGA / CAPELA DA RINCHOA / PASSOU A / PALAVRA DE DEUS / AOS SEUS FIÉIS».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

O artista Moisés Preto Paulo, ou apenas Moisés, como é habitualmente conhecido, é um dos mais prestigiados escultores da sua geração. Nascido em 1963, em Almada, conta com a participação em várias exposições individuais e colectivas, salões internacionais e feiras de arte. A sua obra está representada em diversas colecções privadas e públicas, ornamentando praças e jardins públicos de norte a sul do País.

Para além disso, é membro fundador do Centro Internacional de Escultura, bem como principal coordenador das actividades deste centro. Trabalha fundamentalmente o mármore e as pedras ornamentais, dando preferência às de origem nacional, não se coibindo, porém, num rasgo de ousadia, de utilizar também os metais nas suas obras de grande dimensão.

Os personagens de Moisés são muitas vezes os da História: desde o Santo Condestável, Nun'Álvares Pereira, até às figuras deslumbrantes de Luís de Camões, ou o incomensurável Fernando Pessoa; nas obras de pequeno formato, como são os seus cavaleiros, as suas fadistas ou o seu S. Miguel, presenteia-nos com uma cinzelada de um delicado humor, entre o cáustico e o elaborado, aliás, como o próprio Moisés. Este artista utiliza também a água como parte integrante das suas esculturas: fontes, lagos, e quem sabe, até nascentes de rios... as suas obras interagem com o espectador, criando expectativa e comoção.

MONUMENTO A LEAL DA CÂMARA

IHAs (a atribuir)



Localização: Jardim Leal da Câmara - Rinchoa

Freguesia: Freguesia de Rio de Mouro

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1984

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Tomás Júlio Leal da Câmara foi um pintor, ilustrador e caricaturista português, que nasceu em Pangim, Nova Goa, na ex-Índia portuguesa, a 30 de Novembro de 1876, e faleceu a 21 de Julho de 1948, na sua casa da Rinchoa, em Rio de Mouro, concelho de Sintra, sendo sepultado no cemitério de Belas. Revelou desde cedo tendências artísticas, sobretudo para o desenho e a caricatura. Não obstante, por insistência do progenitor, que o queria ver médico, frequentou, em Portugal, o Instituto de Agronomia e Medicina Veterinária, curso que acabaria por abandonar em 1896 para se dedicar ao jornalismo e à defesa e exultação dos ideais republicanos.

Como caricaturista colaborou em vários periódicos, dos quais se destacam *O Inferno – Jornal de Arte e Crítica*, *A Marselhesa*, *A Sátira*, *A Corja* e *O Diabo*. Apesar de ter adquirido uma certa notoriedade nos meios artísticos, as suas satíricas e violentas críticas à Monarquia e à Igreja acabaram por o encaminhar para o exílio em 1898, primeiro em Espanha, e depois em França, Inglaterra, Holanda e na Bélgica, onde o seu trabalho se tornaria famoso a nível europeu.

Após a implantação da República voltou para Portugal, tomando parte do movimento modernista do país. Porém, decepcionado com o novo regime, viajou para Paris onde permaneceu dois anos, regressando aquando da Grande Guerra e instalando-se no Porto, onde leccionou Desenho, fez exposições e ilustrou as histórias infantis de Ana de Castro Osório, considerada a fundadora da literatura infantil em Portugal. Esteve no Brasil em 1922, regressando a Portugal de seguida.

Em 1930 mudou-se com a esposa, D. Júlia da Conceição Azevedo Leal da Câmara, para a Rinchoa, em Sintra, onde se dedicou a desenhar o pitoresco do mundo rural circundante, registando as mais vivas impressões do característico mundo saloio. Nesta casa da Rinchoa, sua residência e local de trabalho, o Mestre chegou mesmo a inaugurar, em Setembro de 1945, após algumas exposições, um Atelier-Museu, aberto ao público. E é nesta moradia, onde viveu os últimos 18 anos da sua vida, que está situada actualmente a Casa-Museu de Leal da Câmara que, desde Julho de 2003, exhibe as colecções do artista. Em 1986, foi inaugurada a Escola Secundária de Leal da Câmara, na Rinchoa, em sua homenagem. Está representado em diversos museus portugueses após ter visto o seu nome consagrado ainda em vida pela Sociedade de Belas-Artes.

O alto-relevo de Leal da Câmara sobre placa pétreia, foi moldado por Pedro Anjos Teixeira e encontra-se no Jardim Leal da Câmara na Rinchoa, perto da Estação de Caminhos-de-Ferro. Trata-se de um alto-relevo com a figuração do Caricaturista representado em bronze, aplicado sobre pedra, placa essa onde figuram igualmente as datas de seu nascimento e morte: «1876- / 1948». Esse conjunto assenta sobre plinto prismático de pedra,

onde se vê, na parte superior, a seguinte inscrição: «LEAL DA CÂMARA, / ARTISTA ENCICLO- / PÉDICO CRIADOR / DA RINCHÔA, A URBE / RECONHECIDA” / AQUILINO RIBEIRO». Na parte inferior do plinto, os seguintes dizeres: «JUNTA DE FREGUESIA / DE RIO DE MOURO / 6-X-1984».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Anjos Teixeira foi um escultor português, que nasceu em Paris a 11 de Maio de 1908, vindo para Sintra aos seis anos de idade, no início da Grande Guerra. Era filho do também escultor Artur Anjos Teixeira, com quem começou a trabalhar aos 16 anos de idade, no atelier de Lisboa. Aos 26 anos esculpiu “Homem com o Polvo”, obra que pela sua originalidade o revelou como escultor. Concluiu o Curso Superior de Escultura em 1948 e foi exímio na representação naturalística de humanos e animais, mostrando grande rigor técnico e grandes conhecimentos de anatomia humana, esta, nomeadamente, patente nas estátuas de nus e em “Os Perseguidos”.

Entre 1952 e 1953 frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vindo a exercer depois funções de professor de Modelação e Desenho nas Escolas António Arroio, Pedro de Santarém e Francisco Arruda. Perseguido pela PIDE, não ganhou durante 19 anos, graças a essa perseguição cerrada, nenhum concurso de Escultura a que se propôs. Por essa razão decidiu “auto-exilar-se” no Funchal em 1959 e durante 21 anos, onde foi professor, escultor, músico, jornalista, entre outras actividades que exerceu. Voltou depois ao Continente, onde terá vivido na Vila de Sintra, na Azinhaga da Sardinha, em 1980. Faleceu em Sintra, terra muito amada, a 20 de Março de 1997, com 88 anos. Deixou um legado de mais de 900 trabalhos em Portugal e no estrangeiro.

SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM

BUSTO DE JOSÉ VALENTIM LOURENÇO

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo José Valentim Lourenço (antigo Largo do Rossio) - Gouveia

Freguesia: União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2003

Autor(es): António Trindade, escultor; Avelino Baleia, canteiro

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A figura aqui representada foi um homem bom de Sintra, figura proeminente de Fontanelas e Gouveia, solidário, dado à comunidade, homem da cultura popular, nomeadamente expressando-se como actor e encenador, bem como autor dos versos que decoram as ruas das duas povoações: Fontanelas e Gouveia. Foi também o fundador do grupo de teatro local.

A peça de arte que homenageia José Valentim Lourenço é um busto em calcário, sobreposto em alto-relevo à pedra de fundo, com plinto igualmente pétreo, onde figuram as seguintes inscrições dianteiras: «JOSÉ VALENTIM LOURENÇO / (POETA POPULAR) / 1941-2002 / FUNDADOR DO GRUPO DE TEATRO / DEDICOU A SUA VIDA A OBRAS / QUE VALORIZARAM O PATRIMÓNIO / DE GOUVEIA E FONTANELAS, CUJA / HISTÓRIA ESCREVEU EM VERSO / NAS PLACAS TOPONÍMICAS / O POVO DE GOUVEIA E FONTANELAS / RECONHECIDO». Na parte lateral do plinto, outra inscrição dá conta dos autores da peça: António Trindade, escultor e Avelino Baleia, canteiro, bem como da data da inauguração do monumento – 2003.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

António Trindade é um escultor e professor português, nascido em 1936, em Capuchos - Alcobaça. Licenciou-se na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian entre 1963 e 1968. De 1972 a 1975 foi docente de tecnologias da pedra, dos metais e dos polímeros na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Em 1980 alcançou o título de Professor Agregado da instituição e, de 1985 a 1987, foi seu representante no Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Cultural.

Na sua actividade como artista plástico, iniciada em 1968, tem executado trabalhos em pedra, cobre, bronze, ferro e aço inox, contemplando a medalhística, a escultura decorativa monumental, a escultura integrada, o restauro e a reconstituição de escultura antiga e moderna do património nacional e particular. De entre as suas obras destacam-se o Monumento ao Pescador (Seixal), o Monumento Evocativo da Batalha de Ourique (Castro Verde) e o Monumento a Zeca Afonso (Grândola).

MONUMENTO A VERGÍLIO FERREIRA

IHAs (a atribuir)



Localização: Rua do Juncal Mole - Fontanelas
Freguesia: União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Data: 2001
Autor(es): Vasco, cartunista e Avelino Baleia, canteiro
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Vergílio António Ferreira foi um escritor e professor português, natural de Melo, aldeia do concelho de Gouveia, onde nasceu a 28 de Janeiro de 1916, filho de pais emigrados no Continente Americano. Sendo criado longe dos pais, este facto marcou os primeiros anos da sua vida, reflectindo-se no seu romance *Nítido Nulo* (1971). Na sua juventude, após uma visita ao santuário de Lourdes, decidiu ingressar no Seminário do Fundão durante 6 anos, de onde saiu para completar o ensino liceal na cidade da Guarda. Esta vivência seria o tema central da obra *Manhã Submersa* (1953).

Licenciado em Filologia Clássica em 1940 pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, veio a ser um existencialista por natureza. Foi filósofo e escritor, ensaísta e romancista, mas também professor. A sua produção literária reflecte uma séria preocupação com a vida e a cultura e Vergílio Ferreira dizia trazer nele “a força monstruosa de interrogar”, debruçando-se na sua obra sobre o sentido da vida, o mistério da existência, acerca do nascimento e da morte, enfim, tudo o que envolvia a condição humana. Os romances *Uma Esplanada sobre o Mar* (1987), pelo qual recebeu o prémio da Associação Portuguesa de Escritores, e *Em Nome da Terra* (1990) retomam o tema da transitoriedade da vida, sujeita ao passar do tempo.

Vergílio veio a falecer a 1 de Março de 1996, na sua casa de Lisboa, na freguesia de Alvalade, deixando um livro entregue ao editor, publicado posteriormente e intitulado *Cartas a Sandra* (1996). Após a morte do escritor, a Câmara Municipal de Gouveia e a Universidade de Évora (onde leccionara), criaram prémios literários em memória de Vergílio Ferreira. O espólio do escritor foi doado a Gouveia, e os originais manuscritos de quase todos os seus romances encontram-se na Biblioteca Nacional.

A escultura que homenageia o escritor Vergílio Ferreira consta de um livro em mármore rosa sobre base pétreia, cuja ideia se deveu ao cartunista Vasco, e o trabalho em cantaria a Avelino Baleia, de Terrugem, Sintra. Na capa do livro figuram os dizeres: «VERGÍLIO / FERREIRA / 1916-1996 / HOMENAGEM / AO ESCRITOR / FREGUESIA DE S. JOÃO DAS LAMPAS / OUTUBRO DE 2001». Diante da base pétreia, numa lápide inclinada que se justapõe à mesma, estão inscritos os títulos das obras redigidas por Vergílio Ferreira nas categorias de ficção, ensaio, diário e pensar.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Vasco de Castro, ou apenas Vasco, é um cartunista e caricaturista português de referência, com vasta obra publicada. Nasceu em Vila Real de Trás-os-Montes em 1935. Frequentou o curso de Direito da Universidade de

Lisboa, onde foi dirigente associativo e se envolveu em actividades jornalísticas e culturais. Viveu exilado em Paris de 1961 a 1974, onde colaborou na imprensa francesa como desenhador satírico, aí conquistando grande maturidade plástica. Tem obra publicada no *Le Monde*, *Le Figaro* e outros títulos de grande circulação em França. Participou em filmes do realizador francês Jean Pierre Mocky, expôs pintura e desenhos em múltiplos eventos e participou em antologias internacionais de humor.

Quando regressou a Lisboa, após a Revolução do 25 de Abril, “para se impor no seu traço agressivo como um dos mestres da caricatura” (A.A.V.V. – *150 Anos da Caricatura em Portugal*, Porto, Humografe, 1997), funda também o jornal *Página um*, colaborando activamente na imprensa com textos e desenhos e continuando ainda a sua militância política de extrema-esquerda. É membro da Academia de Belas Artes e autor das obras *Montparnasse, mon village* (1985), *Fotomaton* (1986), *Leal da Câmara* (1996) e *Montparnasse até ao esgotamento das horas* (2008).

MONUMENTO AO TRABALHADOR RURAL

IHAs (a atribuir)



Localização: S. João das Lampas

Freguesia: União das Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data:

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: Artur e Pedro Anjos Teixeira – *Vida e Obra*, CMS, 2005

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Monumento em bronze, à escala natural, sobre base pétrea, constituído por sete figuras (6 homens e uma mulher, a aguadeira). A maquete é datada de 1957. Esta obra ilustra a dureza do trabalho do campo, assim como a dificuldade da vida das pessoas. A sua representação realista, assume igualmente um cariz social.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

SINTRA

A MUSA DE CAMÕES

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo Nunes de Carvalho, Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1995

Autor(es): Francisco Simões

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Em 1995, durante a presidência de Mário Soares, o *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades*, foi celebrado em Sintra. Para essa ocasião, foi inaugurada, na Volta do Duche, o monumento da autoria de Francisco Simões, intitulado “A Musa de Camões”.

Hoje colocado no jardim do Largo Nunes de Carvalho, em Sintra, é composto por uma estátua feminina de mármore, com cerca de dois metros de altura, com longas vestes, a mão direita acariciando o seio e a esquerda repousando sobre cintura, ambas percorrendo os lados opostos do corpo. A musa contempla um livro aberto, que, pela sua dimensão, nos sugere “Os Lusíadas”, suportado por uma sólida base pétreo. Tratam-se, assim, de duas peças separadas.

Contudo, o referido livro, contem inscrito em cada uma das páginas as primeiras estrofes de dois sonetos da Lírica Camonianiana. Na página do lado direito: «A FORMUSURA DESTA FRESCA SERRA / E A SOMBRA DOS VERDES CASTANHEIROS, / O MANSO CAMINHAR DESTES RIBEIROS, / DONDE TODA A TRISTEZA SE DESTERRA». Na do lado esquerdo: «DE QUANTAS GRAÇAS TINHA A NATUREZA / FEZ UM BELO E RIQUÍSSIMO TESOURO, / COM RUBIS E ROSAS, NEVE E OURO, FORMOU SUBLIME E ANGÉLICA BELEZA».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Francisco Simões (Porto Brandão, Almada, 1946), é um consagrado escultor português que concluiu o Curso de Artes Decorativas da Escola António Arroio em 1965, para onde foi encaminhado pelo Prof. Calvet de Magalhães. Mais tarde, em 1974, terminaria o curso de Escultura da Academia de Música e Belas Artes da Madeira, depois de ter ido viver para o Funchal em 1968.

Em 1966 iniciou a actividade gráfica com o pintor Mário Costa, sendo no ano seguinte bolseiro da O.C.D.E. em Roma, Turim, Novara, Verona e Milão. Em 1968, trabalhou no Museu do Louvre a convite Germain Bazin. Foi autarca em Almada, docente e colaborador do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, até, em 1991, instalar a sua residência e atelier em Sintra.

Desempenhou funções governativas em 1997 como assessor do Secretário de Estado da Administração Educativa e, no ano seguinte assessor do Ministro da Educação. Em 2005 cessa funções como membro do projecto *Valorização Estética dos Espaços Educativos*, e em 2006 reforma-se do ensino público e cessa funções no Ministério da Educação, onde foi consultor pra o projecto *A Cultura Começa na Escola*.

Participou em inúmeras exposições individuais e colectivas, sobretudo em Portugal, mas, também em França, Espanha e Argentina. Entre as suas incontáveis obras, referências para o Grupo de dez esculturas e painéis em Mármore “Mulheres de Lisboa”, na estação do Metropolitano de Lisboa do Campo Pequeno (1994); para os Bustos de Vieira da Silva e de Arpad Szenes, na estação de Metropolitano de Lisboa do Rato (2002); para o Parque dos Poetas, primeira fase em Oeiras (2003); e mais, recentemente, para a escultura *Amor de Perdição* no Porto (2012).

Está exposto em Museus e colecções públicas em Portugal, em Paris, na Grande Loge Nationale Française, e no Banco Mello, e nos Estados Unidos no Grand Lodge F.A.A.M of New York e no House of The Temple em Washington.

Em 1996 o seu nome foi atribuído à Escola Secundária do Laranjeiro, e em 1999 foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito Cultural pela Câmara Municipal de Sintra.

ANA PAULA

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra – Volta do Duche

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Estátua em bronze, à escala natural, com base e espaldar em mármore, situada na Volta do Duche, numa das entradas que dão acesso ao Museu Anjos Teixeira. A sua maquete, em gesso, é datada de 1941. Esta obra insere-se numa das temáticas principais abordadas pelo escultor – o corpo humano, em particular o feminino. O Museu Anjos Teixeira integra no seu acervo outros exemplares subordinados a esta temática, os quais revelam não só o seu conhecimento pela anatomia humana como também grande sensualidade e enorme beleza artística.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

BUSTO DE DESIDÉRIO CAMBOURNAC

IHAs (a atribuir)



Localização: Estefânia - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1940

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa, “«Mens Sana in Corpore Sano», A Jornada da Associação de Caridade de Sintra (1925-1973)”, in MONTITO, Eugénio, (Director), *Vària Escrita – Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais*, Câmara Municipal de Sintra, Sintra, 2003, nº 10, Tomo II, p 118, Nota 20.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Doutor Desidério (ou Désiré) Cambournac foi um médico de Sintra e um filantropo. Nasceu em 1874 e faleceu a 21 de Novembro de 1936. Residiu no bairro da Estefânia, em Sintra. Após a sua morte foi homenageado com busto de bronze sobre plinto pétreo sito na avenida que foi designada com o seu nome, frente à casa onde residiu, na Estefânia. Foi ainda alvo de outra homenagem póstuma, em 21 de Novembro de 1940, com a construção do seu mausoléu no Cemitério de S. Marçal, Lourel, Sintra, projectado pelos arquitectos Faria da Costa e Dário Vieira.

Encontra-se representado por busto de bronze sobre plinto pétreo com 3 metros, em que a escultura é da autoria de Pedro Anjos Teixeira e o plinto se deveu ao traço do arquitecto Norte Júnior. O monumento foi inaugurado a 24 de Novembro de 1940, junto da casa onde este ilustre médico vivera. No entanto, devido a requalificação no bairro da Estefânia, o plinto de Norte Júnior foi substituído por simples paralelepípedo de pedra, perdendo-se, assim, parte da dimensão artística deste monumento.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Anjos Teixeira foi um escultor português, que nasceu em Paris a 11 de Maio de 1908, vindo para Sintra aos seis anos de idade, no início da Grande Guerra. Era filho do também escultor Artur Anjos Teixeira, com quem começou a trabalhar aos 16 anos de idade, no atelier de Lisboa. Aos 26 anos esculpiu “Homem com o Polvo”, obra que pela sua originalidade o revelou como escultor. Concluiu o Curso Superior de Escultura em 1948 e foi exímio na representação naturalística de humanos e animais, mostrando grande rigor técnico e grandes conhecimentos de anatomia humana, esta, nomeadamente, patente nas estátuas de nus e em “Os Perseguidos”.

Entre 1952 e 1953 frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vindo a exercer depois funções de professor de Modelação e Desenho nas Escolas António Arroio, Pedro de Santarém e Francisco Arruda. Perseguido pela PIDE, não ganhou durante 19 anos, graças a essa perseguição cerrada, nenhum concurso de Escultura a que se propôs. Por essa razão decidiu “auto-exilar-se” no Funchal em 1959 e durante 21 anos, onde foi professor, escultor, músico, jornalista, entre outras actividades que exerceu. Voltou depois ao Continente, onde terá vivido na Vila de Sintra, na Azinhaga da Sardinha, em 1980. Faleceu em Sintra, terra muito amada, a 20 de Março de 1997, com 88 anos. Deixou um legado de mais de 900 trabalhos em Portugal e no estrangeiro.

BUSTO DE FRANCISCO SÁ CARNEIRO

IHAs (a atribuir)



Localização: Estefânia - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Mário Seixas

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Francisco de Sá Carneiro foi um advogado e político português, nascido no Porto a 19 de Julho de 1934, e que faleceu abruptamente em Loures, Camarate a 4 de Dezembro de 1980.

Fundador e líder do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, e ainda Primeiro-Ministro de Portugal durante cerca de 11 meses em 1980. Era oriundo de uma família católica da alta burguesia do Porto, e licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1956, exercendo de seguida no Porto como advogado. Em 1969, no início da chamada Primavera Marcelista, foi eleito deputado à Assembleia Nacional pelas listas da União Nacional, o partido único do regime salazarista, mas converteu-se em líder da chamada *Ala Liberal* da Assembleia Nacional, com vista à revisão constitucional, projecto apresentado em 1970.

Não alcançando os objectivos a que se propunha, resigna ao cargo de deputado. Foi nesses anos que o futuro Partido Popular Democrático teve a sua génese no Porto, fruto do diálogo de Sá Carneiro com amigos e colegas dos meios republicanos da Cidade Invicta. Em Maio de 1974, após a Revolução dos Cravos, Francisco de Sá Carneiro fundou o Partido Popular Democrático (PPD), juntamente com Francisco Pinto Balsemão e Joaquim de Magalhães Mota, tornando-se secretário-geral do Partido que em 1976, após a reforma dos estatutos, se passaria a designar por Partido Social Democrata (PSD).

Foi Ministro e deputado à Assembleia da República, e em 1979 criou a Aliança Democrática, uma coligação entre o seu PPD/PSD, o Partido do Centro Democrático Social (CDS) de Diogo Freitas do Amaral, o Partido Popular Monárquico (PPM) de Gonçalo Ribeiro-Telles, e alguns independentes. A coligação viria a vencer as eleições legislativas desse ano com maioria absoluta. Na sequência das eleições foi chamado pelo Presidente Ramalho Eanes a constituir Governo e assumir as funções de Primeiro-Ministro a 3 de Janeiro de 1980, que exerceu até falecer num trágico incidente de avião, onde seguia com o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa, que também aí perdeu a vida, sobre Camarate, Loures.

O busto em bronze deste fundador do Partido Social Democrata e governante português, assenta sobre plinto prismático. Na base do busto, no plinto, as seguintes inscrições: «FRANCISCO DE SÁ CARNEIRO / 19-07-1934 / 04-12-1980». Na base do plinto, 4 inscrições, em cruz: «HOMENAGEM DOS SOCIAIS-DEMOCRATAS DE SINTRA A FRANCISCO DE SÁ CARNEIRO» e «À MEMÓRIA DE FRANCISCO DE SÁ CARNEIRO, FUNDADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E PRIMEIRO-MINISTRO DO VI GOVERNO CONSTITUCIONAL (1980)»; ainda «ORGANIZAÇÃO: DOMINGOS CLAUDINO JACINTO / AUTOR DO BUSTO: MÁRIO SEIXAS, ESCULTOR / PROJECTO GERAL: CARLOS PINTO, ARQUITECTO / DIRECÇÃO DA OBRA:

PAULA NEVES, ENGENHEIRA CIVIL»; na outra face, lê-se: «DOAÇÃO DA SECÇÃO DE SINTRA DO P.S.D. AO MUNICÍPIO / 03 DE DEZEMBRO DE 2004».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Mário Seixas da Cunha (1926-2006), foi um militar e escultor natural da ilha de São Tomé, onde nasceu a 3 de Março. Decidiu ser militar em várias colónias portuguesas, onde viveu vida longa e intensa. Desde menino que moldava em massa figuras com que se entretinha.

Foi quando a guerra terminou em Moçambique que Mário Seixas se aplicou a realizar o trabalho de escultor, na localidade onde vivia: Mem Martins. É já na reserva como coronel do exército que se dedica totalmente a fazer belas obras. Ganhou várias condecorações militares e prémios de Belas Artes, incluindo medalhas de ouro pelo seu trabalho de escultor. Foi premiado em praticamente todos os certames onde apresentou os seus trabalhos.

BUSTO DE JOAQUIM SIMPLÍCIO DOS SANTOS

IHAs (a atribuir)



Localização: Av. Heliodoro Salgado - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2008

Autor(es): Rogério Timóteo

Fontes documentais e/ou bibliográficas: RODIL, João,
Tributo ao Dr. Simplício dos Santos, s/d, s/l

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O Dr. Joaquim Simplício dos Santos nasceu em Lisboa, na Freguesia de Santa Justa, a 5 de Novembro de 1919 e veio a falecer em 28 de Março de 2007. Licenciou-se em Medicina e Cirurgia em 1945, na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, com elevadas competências, pelo que logo em 1948 foi convidado para integrar, como assistente, a equipa do professor Francisco Gentil Martins e do professor Lima Basto, no Instituto Português de Oncologia.

Direccionando a sua actividade para Sintra a partir de 1954, terra que tanto amava, prestando serviço no Hospital da Misericórdia de Sintra na Vila Velha. Membro do grémio da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a partir de 1958, em 1962 ascende a director clínico do Hospital de Sintra e trabalha no seu próprio consultório em Sintra. Foi médico assistente do Sport União Sintrense e do Hockey Club de Sintra.

Homenageado pela edilidade sintrense com a medalha de mérito-grau ouro e o título de cidadão honorário de Sintra, em 1989. Foi eleito pelo Rotary de Sintra como «profissional do ano» em 2000.

Este distinto médico encontra-se representado em Sintra pelo seu busto em bronze sobre plinto, da autoria de Rogério Timóteo, executado em 2008.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

BUSTO DE JOSÉ ALFREDO DA COSTA AZEVEDO

IHAs (a atribuir)



Localização: Av. Visconde de Monserrate - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1997

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

José Alfredo da Costa Azevedo foi um historiador local e político sintrense, grande humanista, que nasceu na Vila, no 1º andar do edifício da actual Pastelaria Piriquita, em 8 de Dezembro de 1907 e veio a falecer aos 83 anos, a 5 de Dezembro de 1991.

Homem bom de Sintra, sempre preocupado com a comunidade que o cercava, pugnou pela preservação e protecção do património de Sintra, para além de ter escrito sobre Sintra a obra *Velharias de Sintra*, reeditada posteriormente pela Câmara Municipal de Sintra com o título de *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*. Autodidacta, sem formação académica, cedo foi atraído pelo desenho, influenciado por Leal da Câmara, Mestre Alonso e Norte Júnior, produzindo proficuamente em óleo, aquarela e carvão. Foi funcionário judicial em Sintra e em Lisboa, e em 1948 apoiou em Sintra a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República, tendo mantido tertúlias literárias com figuras intelectuais do seu tempo, como o escritor Ferreira de Castro, e outros opositores do regime. Foi no início dos anos 30 que deu início à sua colaboração no *Jornal de Sintra*, com artigos de índole cultural e de intervenção cívica, assinando muitas vezes como Zé da Vila.

Após o 25 de Abril de 1974 foi aclamado como presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Sintra, nunca tendo recebido um tostão, destinando o seu vencimento para a Santa Casa da Misericórdia de Sintra e aos Bombeiros Voluntários de Sintra, tendo-se demitido, desiludido com a política, em 1976. Enquanto presidente da Comissão Administrativa da edilidade sintrense, pugnou pela colocação, em S. Pedro de Sintra, da estátua de D. Fernando II, abandonada num armazém.

Foi igualmente maçom, a partir de 1929, na Loja Luz do Sol, nº 246 do registo do Grande Oriente Lusitano Unido, que funcionou no nº 38 da Rua Alfredo Costa, em Sintra, destacada pela luta pela alfabetização segundo o método da Cartilha Maternal de João de Deus. José Alfredo foi iniciado maçom no 1º grau de Aprendiz em 6 de Junho de 1930 em Lisboa, na Loja Cândido dos Reis, do Rito Escocês Antigo e Aceite, com o nome simbólico de "António Oliveira" e matriculado no regime geral de membros daquela Potência sob o nº 22, sendo subsequentemente Companheiro e Mestre. Seguidamente foi iniciado no 9º grau de Mestre Eleito dos Nove em 14 de Janeiro de 1932, na Loja Tomé de Barros Queiroz, em Lisboa, do mesmo rito, no 14º grau de Mestre Perfeito Sublime e no 30º de Cavaleiro Kadosh.

Encontra-se representado por busto de bronze sobre base pétreia, em escultura de Dezembro de 1997, da autoria de Pedro Anjos Teixeira. Foi o último trabalho feito pelo escultor antes de falecer.

Na base do busto figura uma placa com os seguintes dizeres: «ILUSTRE SINTRENSE JOSÉ ALFREDO DA COSTA AZEVEDO / 1907-1991 / CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA DEZEMBRO DE 1997».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Anjos Teixeira foi um escultor português, que nasceu em Paris a 11 de Maio de 1908, vindo para Sintra aos seis anos de idade, no início da Grande Guerra. Era filho do também escultor Artur Anjos Teixeira, com quem começou a trabalhar aos 16 anos de idade, no atelier de Lisboa. Aos 26 anos esculpiu “Homem com o Polvo”, obra que pela sua originalidade o revelou como escultor. Concluiu o Curso Superior de Escultura em 1948 e foi exímio na representação naturalística de humanos e animais, mostrando grande rigor técnico e grandes conhecimentos de anatomia humana, esta, nomeadamente, patente nas estátuas de nus e em “Os Perseguidos”.

Entre 1952 e 1953 frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vindo a exercer depois funções de professor de Modelação e Desenho nas Escolas António Arroio, Pedro de Santarém e Francisco Arruda. Perseguido pela PIDE, não ganhou durante 19 anos, graças a essa perseguição cerrada, nenhum concurso de Escultura a que se propôs. Por essa razão decidiu “auto-exilar-se” no Funchal em 1959 e durante 21 anos, onde foi professor, escultor, músico, jornalista, entre outras actividades que exerceu. Voltou depois ao Continente, onde terá vivido na Vila de Sintra, na Azinhaga da Sardinha, em 1980. Faleceu em Sintra, terra muito amada, a 20 de Março de 1997, com 88 anos. Deixou um legado de mais de 900 trabalhos em Portugal e no estrangeiro.

BUSTO DE NUNES CLARO

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra - Parque da Liberdade

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1965

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Joaquim Nunes Claro (1878-1948) foi um distinto médico e homem das Letras que viveu dois terços da sua vida em Sintra. Prestou serviço no Hospital Militar de Hendaia, durante a Grande Guerra, e pertenceu a um grupo boémio auto denominado “Clara” com Ramada Curto, João de Barros, Leal da Câmara, entre outros. Autor de *Oração da Fome*, publicou em 1928, *Cinza de Horas*, livro de poemas onde se destaca um lindíssimo soneto sobre Sintra intitulado *Pobres Rosas de Sintra*. O busto em bronze da autoria de Pedro Anjos Teixeira, adquirido por subscrição pública, segundo iniciativa do Jornal de Sintra, foi inaugurado em 16 de Maio de 1965.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

BUSTO DO GENERAL FIRMINO MIGUEL

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo D. Manuel I, Sintra
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano
Protecção: Inventariado
Data: 2003
Autor(es): José Núncio
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O General Mário Firmino Miguel (Sintra, 11 de Março de 1932 – 9 de Fevereiro de 1991) foi um militar e político português. Oficial do Exército serviu o país no antigo Ultramar. O 25 de Abril de 1974 catapultou-o para a vida política. Próximo do Presidente António de Spínola, chegou a ser apontado como possível Primeiro-Ministro, para suceder a Adelino da Palma Carlos, cargo que, por decisão da Comissão Coordenadora do MFA foi ocupado por Vasco Gonçalves. Após o 25 de Novembro de 1975, veio a desempenhar as funções de Ministro da Defesa Nacional nos três primeiros Governos Constitucionais.

Foi distinguido em 1955 com a Cruz de 1ª Classe com Distintivo Branco da mesma Ordem, em 1977 feito Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul do Brasil, e com o Distintivo Branco do Mérito Militar de Espanha, em 1987 elevado a Comendador da Ordem Militar de Avis, em 1991 feito Grande Oficial da Ordem de Mérito Militar do Brasil, Medalha do Pacificador do Brasil e Grande Oficial da Ordem de Mérito de Itália.

Faleceu em 1991 na sequência de um desastre de viação, na altura em que desempenhava, desde 1987, o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército. A, título póstumo, foi Condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito.

O seu busto em bronze, suportado por um plinto de mármore, é da autoria do escultor José Núncio e data de 2003. No referido plinto, pode ler-se: «GENERAL / MÁRIO / FIRMINO MIGUEL / 1932-1991»; e embutida numa placa de bronze os dizeres: «HOMENAGEM DA POPULAÇÃO / DE SINTRA/ AO SEU FILHO MUITO / ILUSTRE VULTO INSIGNE / DE MILITAR E DE CIDADÃO».

BIBLIOGRAFIA DO ARTISTA

O Escultor José Núncio (Lisboa, 1938) expôs pela primeira vez em Estremoz em 1938, iniciando um percurso de onze anos onde participou em mais de duzentas exposições no país e no estrangeiro, individual e colectivamente. Das 28 individuais fora da área de Lisboa destacam-se, entre outras, as de Amesterdão a convite da Gallerie J-61 (1989 e 1990), Lourdes (1999), no "Salon National des Armées"(2000) em Paris, e as no Museu Regional de Sintra (1991, 1995, 1997). Em Lisboa, destaque para as apresentadas nas Galerias Trindade e Euroarte (1993), Espaço GAN (1994 e 1996), Caixa Geral de Depósitos - Amoreiras (1994 e na Galeria de Arte do Conde Redondo (1995 e 1997). Na mesma Cidade vai colaborando com galerias que veiculam arte figurativa, repetindo-se a sua experiência, em espaços que vão desde a Sociedade Nacional de Belas Artes ao Museu Militar, passando pelo Convento do Beato e conhecidos hotéis.

Das muitas exposições colectivas por todo o país, onde se incluem Sintra e Colares; salientam-se as participações em “500 anos de Descobertas” (Batalha-1992), na “IV Mostra Internacional de Escultura de Ar Livre” (Amadora-1993), na “Figuration Critique” de Paris (Óbidos-1994) e a colaboração nas “Bienais do Sabugal”.

É sócio da SNBA e membro do GAP e vencedor de diversos prémios, onde se podem destacar o 1º Prémio do Salão de Sócios (SNBA-Lisboa) em 1995, 1º e 2º Prémios da “22ème Salon” (Palais des Congrès – Lourdes) em 1999, e o 2º Prémio do “50ème Salon National (Palais de la Bourse – Paris) em 2000.

Está representado no Art Foundation de Amesterdão, no Museu Regional de Sintra, Museu João Mário em Alenquer, e obras suas têm sido Adquiridas pela Academia da Marinha, Estado Maior do Exército, Museu Militar de Lisboa, e Câmaras Municipais de Albufeira, Oeiras e Amadora.

No âmbito da escultura ao ar livre possui diversas peças donde se podem destacar, entre muitas outras, “Horizonte” na Universidade de Macau (1999), “Boa Esperança” no Instituto Politécnico de Macau (1999), “Vasco da Gama” e “Infante D. Henrique” em Melbourne (1999) e, ainda, Damião de Goes em Alenquer (2000).

“ETERNIDADE”

IHAs (a atribuir)



Localização: Abrunheira
Freguesia: União das Freguesias de Sintra
Enquadramento: Urbano destacado
Protecção: Inventariado
Data: 2001
Autor(es): Rogério Timóteo
Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Esta escultura apresenta um anel em ferro que engloba uma figura marmórea antropomórfica sobre base de ferro. A figura humana apresenta-se sentada com as pernas unidas prolongando-se ao longo do corpo e que apontam ao céu. Os braços da figura envolvem as pernas da mesma. Trata-se de uma peça do escultor Rogério Timóteo, elaborada em 2001.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

HOMEM COM O POLVO

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra – Azinhaga da Sardinha

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Estátua em bronze, com base e espaldar em mármore, situada na Vila Velha, em Sintra, numa das entradas que dão acesso ao Museu Anjos Teixeira. A sua maquete é datada de 1935. Esta obra revela-se de primordial importância na vida e obra do escultor. Para além de ter sido este trabalho que o projectou para o seu percurso de artista, é-lhe inerente um forte cariz social, fazendo emergir as temáticas do quotidiano, trabalho e liberdade, inerentes aos fundamentos do Realismo e Neo-realismo.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

“JARDIM DO LOGOS”

IHAs (a atribuir)



Localização: Jardim da Casa Mantero - Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2005

Autor(es): Rogério Timóteo

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Conjunto escultórico de 2005, do artista Rogério Timóteo, exposto no Jardim da Biblioteca Municipal de Sintra-Casa Mantero. É constituído por 3 blocos prismáticos esculpidos em mármore com figuras de troncos antropomórficos, femininos e masculinos, aludindo à temática “Jardim do Logos”.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Rogério Timóteo nasce em Anços, Sintra, em 1967 e actualmente vive e trabalha nesse local. Desde cedo se interessou pelas artes, mas foi enquanto aluno de Mestre Pedro Anjos Teixeira, de 1985 a 1989, que abriu os horizontes para a escultura. Frequentou também o curso “Novas Tecnologias do mármore” em Vila Viçosa e o curso de desenho com modelo vivo na Sociedade Nacional de Belas Artes.

Contando já com várias participações em exposições colectivas e individuais em Portugal e no estrangeiro, é autor de várias peças de arte pública em Sintra e noutros concelhos do País. Encontra-se representado em colecções particulares em diversos países.

MONUMENTO A ALFREDO DA SILVA

IHAs (a atribuir)



Localização: Tabaqueira

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Data: 1964

Autor(es): Leopoldo de Almeida

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Alfredo da Silva foi um industrial português, dos mais empreendedores do seu tempo, nascido em Lisboa a 30 de Junho de 1871 e falecido em Sintra, na sua casa do Paço da Ribafria a 22 de Agosto de 1942, com 71 anos.

Foi o fundador de um império com empresas emblemáticas, como a Companhia União Fabril (CUF), a Tabaqueira, o Estaleiro da Rocha Conde de Óbidos (depois Lisnave), a Carris, o Banco Totta e a Companhia de Seguros Império. Alfredo da Silva era filho do comerciante Caetano Isidoro da Silva e sua mulher, e estudou em França até à morte do pai, que o obrigou a regressar a Portugal. Nessa altura matriculou-se no Curso Superior de Comércio.

Em 1890, com 19 anos de idade, tornou-se no gestor da herança da família e 3 anos mais tarde já era administrador da CAF (Companhia Aliança Fabril) e do Banco Lusitano. Aos 26 anos fundiu a CAF com a CUF, num plano audacioso, o que resultou em pleno. O lema da CUF era «O que o País não tem, a CUF cria», produzindo sabões, velas e óleos vegetais, e mais tarde adubos, que viriam a tornar a CUF num dos gigantes industriais de Portugal.

Alfredo da Silva foi vítima de 2 atentados fracassados, o que o conduziu a exilar-se para Espanha e França gerindo a CUF à distância. Foi ainda eleito deputado em 1906, antes de apoiar Sidónio Pais e de conquistar um lugar na Câmara Corporativa logo em 1935. Apoiou o Estado Novo e manteve uma relação próxima com Oliveira Salazar, que resultou em evidentes vantagens para ambos.

Em 1932, em Dezembro, foi eleito Grã-Cruz da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial Classe Industrial e em Outubro de 1933 foi feito Sócio Honorário do Ginásio Clube Figueirense. Alfredo da Silva casou com Maria Cristina de Resende Dias de Oliveira, e deste matrimónio nasceu apenas uma filha, que casou com o filho do Conde do Cartaxo, D. Manuel Augusto José de Mello. Após a morte de Alfredo da Silva, o genro passa a administrar as empresas, em especial a CUF, sendo criado o Grupo Mello, em grande medida com parte da fortuna do sogro e avô Alfredo da Silva.

Encontra-se representado por estátua modernista de corpo inteiro em tamanho natural, da autoria do escultor Leopoldo de Almeida, com uma inscrição do nome do artista e data de inauguração da estátua inscritos no bronze da estátua. A figura de Alfredo da Silva apresenta-se de sobrecasaca, bengala na mão direita e charuto na mão esquerda. Na base, os seguintes dizeres, em letras metálicas, apostas: «A /ALFREDO DA SILVA / FUNDADOR DA TABAQUEIRA / EM 1 DE AGOSTO DE 1927 / 1871-1942».

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Leopoldo Neves de Almeida foi um escultor e professor de Artes português, nascido em 18 de Outubro de 1898 e falecido em 28 de Abril de 1975, em Lisboa.

É considerado o mais empenhado e representativo escultor do Estado Novo, responsável, entre outras obras, pelos grupos escultóricos do Monumento aos Descobrimentos, em Lisboa. Pertenceu à segunda geração de artistas modernistas portugueses. Foi autor de uma vasta obra que inclui retratos, bustos, baixos-relevos, estátuas e monumentos de figuras da história e da cultura portuguesas.

A sua formação académica passou pela frequência do Curso Geral de Desenho da Escola de Belas-Artes de Lisboa em 1913, e 3 anos mais tarde, do Curso Especial de Escultura dessa mesma instituição, que termina em 1920. Entre os seus professores podem destacar-se: Simões de Almeida (sobrinho), Luciano Freire (seu grande amigo) e Columbano Bordalo Pinheiro. Participou, depois de uma passagem por Itália, na concepção e modelação do Monumento ao Marquês de Pombal juntamente com o escultor Francisco dos Santos, que modelou a figura do Marquês (monumento que seria inaugurado em 1934). Nesse mesmo ano participa no I Salão dos Independentes, ao lado dos artistas portugueses mais avançados da época. Em 1932 lecciona desenho na Sociedade Nacional de Belas Artes, dando início à actividade docente que irá acumular, já na década de 1950, com o ensino da Escultura, cessando funções em 1963. Por outro lado, a década de 1940 será marcante na obra do escultor: é-lhe atribuída a Medalha de Honra da SNBA e o Prémio Soares dos Reis do SPN nesse ano. É também o ano da Exposição do Mundo Português, com trabalhos de grande vulto caracterizados por um “academismo modernizado praticado com segurança” (A.A.V.V. – *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p 118), ou seja, as peças *Soberania* e *Padrão dos Descobrimentos*, este último concebido em parceria com Cottinelli Telmo.

Está representado em inúmeras colecções, públicas e privadas, entre as quais: Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa; Museu do Chiado, Lisboa, Museu de José Malhoa, Caldas da Rainha; Museu da Cidade de Lisboa; etc. Foi igualmente agraciado em 2 anos consecutivos (1956 e 1957) com o grau de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública, foi-lhe atribuída por 2 vezes a comenda da Ordem de Santiago da Espada (1941 e 1970), e recebeu ainda a Medalha de Benemerência da Cruz Vermelha Portuguesa (1973).

MONUMENTO A CARLOS FRANÇA

IHAs (a atribuir)



Localização: Largo Dr. Carlos França, Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 1930

Autor(es): Artur Anjos Teixeira, Norte Júnior

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CAETANO, Maria Teresa: “«Mens Sana in Corpore Sano», a Jornada da Associação de Caridade de Sintra (1925-1973)” in MONTÓITO, Eugénio (Director): “Vária Escrita” N°10, Tomo II pp. 111-139.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Carlos França (Torres Vedras, 1877-Lisboa, 1926) foi um dos mais notáveis médicos e cientistas que o nosso país deu a conhecer ao mundo. Senhor de uma lista bibliográfica, no âmbito das publicações científicas que atinge o número de 187, esteve na vanguarda dos grandes investigadores europeus que efectuaram decisivas descobertas na área da bacteriologia e, muito particularmente, na Protozoologia. Louva-se a sua luta contra a meningite cérebro-espinal, iniciando, para o seu tratamento, as punções lombares e injeções de lisol, tendo, em colaboração com o Dr. Brandão de Vasconcelos, salvo muitos doentes na região de Colares.

Participou na missão de estudo da peste bubónica no Porto, chefiado pelo Dr. Câmara Pestana, doença que contraiu, juntamente com o seu mestre, o qual não sobreviveu. Em França, durante a Grande Guerra, chefiou a Secção de Higiene e Bacteriologia, e na Madeira desenvolveu pioneiros serviços de defesa e assistência sanitária.

A sua ligação a Colares, onde também foi produtor de vinho, nasce do seu casamento com uma filha do político e grande proprietário, António Chaves Mazziotti, dono de uma bela quinta naquela vila, onde França habitou. A sua dedicação a esta terra foi enorme, e a forma como a ela se referia junto dos seus congéneres europeus, levou muitos a pensarem ser Colares um centro universitário.

Na sequência de uma reunião municipal organizada pelos médicos de Sintra, foi responsável pela criação de um esboço do Corpo de Salvação de Sintra, que tendo sede nesta vila, teria delegações em Colares, Almoçageme e noutras vilas, o qual, ficando na dependência da Cruz Vermelha Portuguesa, integraria os serviços de bombeiros, de desinfestação, de transporte de doentes, de polícia sanitária e de serviços de epidemias. Este esboço acabaria por estar na génese da, posteriormente criada, Associação de Caridade de Sintra que tanto pugnou pela assistência médica e social dos sintrenses. Juntamente com o Dr. Brandão de Vasconcelos, criou um posto sanitário em Colares e instruiu os bombeiros de Colares e Almoçageme nas práticas de socorro aos doentes.

O Jornal “O Despertar” de 2 de Outubro de 1926, escrevia: *Nos Paços do Concelho reuniram-se alguns amigos e admiradores do malogrado sr. dr. Carlos França, afim de acordarem na melhor forma de, no concelho de Sintra, lhe ser perpetuada a homenagem a que o seu talento e relevantes serviços prestados à humanidade dão direito...Acordou-se em lhe erigir um monumento em Sintra, colocar uma lápide na casa onde residiu, em Colares, e que uma rua desta vila fosse dado o seu nome.*

E o referido monumento foi inaugurado em 18 de Maio de 1930, no Largo Carlos França, na zona dos Pizões, em Sintra. É composto por um busto de bronze da autoria de Artur Anjos Teixeira, concebido em 1925, suportado por um plinto pétreo onde se inscrevem os seguintes dizeres: «A / CARLOS FRANÇA / GRANDE / HOMEM DA CIÊNCIA / E GRANDE AMIGO DA SUA PÁTRIA / O CONCELHO DE SINTRA».

A enquadra-lo, da autoria do Arq. Norte Júnior, uma moldura pétrea de sólidas pilastras que guardam uma coroa de louros cercando um belo painel trabalhado e policromado, o qual, inscreve as datas de nascimento e morte do cientista: 1877 - 1926.

BIOGRAFIA DOS ARTISTAS

Artur Gaspar Anjos Teixeira (1880 -1935) foi um dos nomes mais importantes da escultura portuguesa do Século XX. Natural de Lisboa, foi nesta cidade que concluiu em 1907, com alta classificação, o curso da Academia Real de Belas- Artes de Lisboa, tendo sido discípulo dos Mestres Simões de Almeida e Costa Mota.

Terminado o curso partiu para Paris, onde viveu e estudou como bolsista do Legado Valmor, na companhia do pintor e amigo Ricardo Ruivo. Em 1908, expôs no Salon de Paris, com invulgar prestígio e em lugar de evidência, o seu primeiro trabalho denominado “ Fauno e Linfa”, hoje exposta no Museu de Arte Contemporânea, em Lisboa. Nesse período esculpe as estatuetas “Pipon”, “Estudante e Grisette”, “Volta do Campo” e os “Inválidos”. O busto do Aquilino Ribeiro (Museu Grão Vasco, em Viseu) é exposto ao lado dos trabalhos de Rodin.

Durante este período em que permaneceu na capital francesa, desenvolveu um realismo dramático influenciado pelas obras de François Rude, atenuado pelas inspirações, já impressionistas, de Auguste Rodin como são exemplo as esculturas “Depois da Venda, “ A Varina” e a já citada “Fauno e Linfa”. Alcançou, ainda, o 1º Prémio no Concurso Público para o “Monumento a Camões”, destinado a erigir-se em Paris.

Em 1914 regressa a Portugal, devido à Grande Guerra, expondo, no ano seguinte nas Colectivas da Sociedade de Belas Artes tendo alcançado os primeiros lugares. Em 1922 esteve representado na Exposição do Rio de Janeiro, em 1923 recebeu a Primeira Medalha em Escultura da Sociedade Nacional de Belas-Artes e, dez anos mais tarde, expôs no Salão do Estoril, obtendo uma Medalha de Honra. Distinguiu-se, ainda, pelos monumentos a Carvalho Araújo, em Vila Real e aos Mortos da Grande Guerra, em Viseu.

Em 1936, organizada por grandes amigos, alguns dos quais seus discípulos na Escola de Belas-Artes, foi-lhe dedicada uma exposição de Homenagem em Lisboa, em jeito *in memoriam*.

Este notável e admirado escultor viu as suas pisadas serem seguidas pelo seu filho Pedro Anjos Teixeira.

✱

Manuel Joaquim Norte Júnior (Lisboa, 1878 – Sintra, 1962), Foi um dos mais profícuos arquitectos portugueses do início do século XX. Tendo ingressado, em 1891, na Escola Superior de Belas Artes terminaria o curso de Arquitectura Civil em 1900. Estudou, posteriormente, em Paris, na Escola de Belas - Artes e no atelier de Pascal, fazendo diversas viagens de estudo por Espanha, França e Bélgica.

De regresso a Lisboa, em 1904, é o responsável pela Casa- Atelier José Malhoa, marco primeiro da sua notável participação na concepção arquitectónica das Avenidas Novas de Lisboa. Em 1905 estabelece-se em Sintra, vila que o acolheu até à sua morte.

Entre as suas obras, contam-se a Casa de Bragança, O Pavilhão D. Carlos no Buçaco, o Palace Hotel da Curia, O Grande Hotel do Monte Estoril, O Hotel Paris no Estoril, O Palácio Fialho, em Évora, o Palacete Belmarço em Faro, o Café Nicola a Sociedade a Voz do Operário e a Associação dos Empregados do Comércio em Lisboa.

Em 1908, projecta a vivenda Rosalina, no bairro operário Estrela de Ouro, à Graça, cuja responsabilidade da sua edificação se deve ao industrial Agapito de Serra Fernandes.

José Carreira de Sousa encarregou-o do palacete Villa Sousa, na Alameda das Linhas de Torres, em 1911, obra que foi terminada no ano seguinte, tendo sido distinguido com o Prémio Valmor e considerada, pelo júri, a mais bela casa edificada em Lisboa em 1912. Aliás, Norte Júnior, receberia o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura em 1905, 1912, 1914, 1915 e 1927, bem como, duas Menções Honrosas do Prémio Valmor nos anos de 1908 e 1912.

Em Sintra deixou-nos para a posteridade, entre outras obras, o edifício do Casino, Hoje Museu das Artes de Sintra, o Cineteatro Carlos Manuel, que deu origem ao actual Centro Cultural Olga Cadaval, o Casal de Santa Margarida, na Vila Velha, e as lindíssimas Escolas Primárias de Colares e das Azenhas do Mar. Os Colarenses devem-lhe, ainda, a forma gratuita com que projectou o restauro da Igreja Paroquial de Colares, nos anos 40 do século passado.

MONUMENTO A D. FERNANDO II

IHAs (a atribuir)



Localização: Ramalhão – S. Pedro de Penaferrim

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano destacado

Protecção: Inventariado

Data: 1975

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

D. Fernando II, nascido na Áustria mas de origem alemã, foi rei de Portugal por consórcio matrimonial com a rainha portuguesa D. Maria II em 1836. Duque de Saxe-Coburgo-Gotha, Fernando Augusto Francisco António de Saxe-Coburgo Gotha-Kohary, nasceu a 29 de Outubro de 1816 e veio a falecer em Lisboa, no Palácio das Necessidades, a 15 de Dezembro de 1885.

Ficou conhecido na História como o *Rei-Artista*, cognome que lhe foi apostado por António Feliciano de Castilho, tendo em conta a sua esmerada educação e o seu imenso interesse pelas artes em geral. Desenhava admiravelmente bem e tinha uma voz de barítono. D. Fernando II tornou-se rei de Portugal *jure uxoris*, apenas após o nascimento do primeiro príncipe, que foi o futuro D. Pedro V. D. Fernando foi 4 vezes regente do reino, durante as gravidezes de D. Maria II, depois da sua morte em 1853 e quando o seu segundo filho, rei D. Luís, e a rainha Maria Pia de Sabóia se ausentaram de Portugal para assistirem à Exposição de Paris em 1867. No entanto, ele preferia as artes à política, afastando-se desta sempre que possível. Em 1869, D. Fernando II casou-se pela 2ª vez, morganaticamente, com Elise Hensler, feita Condessa de Edla, que era uma cantora de ópera e mãe solteira, a quem deixaria como herança o Palácio da Pena, que construiria. O seu corpo jaz ao lado de D. Maria II, sua 1ª esposa, no Panteão dos Braganças, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa.

Encontra-se representado por estátua de corpo inteiro em tamanho natural, com apoio de braços e base, tudo de pedra mármore, na Av. Conde de Sucena, em Ramalhão, S. Pedro de Penaferrim, modelada pelo escultor Anjos Teixeira (filho) em 1973. Constituiu uma homenagem do povo sintrense ao Rei Artista, construtor do Palácio da Pena e do Castelo dos Mouros, em Sintra, conforme inscrição lateral da base. Aposta no apoio de braços de D. Fernando II, vê-se uma singela coroa de louros em metal, com placa onde figuram os seguintes dizeres: «HOMENAGEM DO POVO DE SINTRA AO REI ARTISTA NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE / CMS 15-XII-1985». O grande promotor da colocação da estátua e monumento de homenagem a D. Fernando em local público foi o homem bom de Sintra, José Alfredo da Costa Azevedo, ele próprio representado em busto na Av. Visconde de Monserrate, junto ao Palácio Valenças.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Anjos Teixeira foi um escultor português, que nasceu em Paris a 11 de Maio de 1908, vindo para Sintra aos seis anos de idade, no início da Grande Guerra. Era filho do também escultor Artur Anjos Teixeira, com quem começou a trabalhar aos 16 anos de idade, no atelier de Lisboa. Aos 26 anos esculpiu “Homem com o Polvo”, obra que pela sua originalidade o revelou como escultor. Concluiu o Curso Superior de Escultura em

1948 e foi exímio na representação naturalística de humanos e animais, mostrando grande rigor técnico e grandes conhecimentos de anatomia humana, esta, nomeadamente, patente nas estátuas de nus e em “Os Perseguidos”.

Entre 1952 e 1953 frequentou a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vindo a exercer depois funções de professor de Modelação e Desenho nas Escolas António Arroio, Pedro de Santarém e Francisco Arruda. Perseguido pela PIDE, não ganhou durante 19 anos, graças a essa perseguição cerrada, nenhum concurso de Escultura a que se propôs. Por essa razão decidiu “auto-exilar-se” no Funchal em 1959 e durante 21 anos, onde foi professor, escultor, músico, jornalista, entre outras actividades que exerceu. Voltou depois ao Continente, onde terá vivido na Vila de Sintra, na Azinhaga da Sardinha, em 1980. Faleceu em Sintra, terra muito amada, a 20 de Março de 1997, com 88 anos. Deixou um legado de mais de 900 trabalhos em Portugal e no estrangeiro.

MONUMENTO AO DR. GREGÓRIO DE ALMEIDA

IHAs (a atribuir)



Localização: Volta do Duche, Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data:

Autor(es): José da Fonseca

Fontes documentais e/ou bibliográficas: ANACLETO, “Regina: Dois Fontanários do Concelho de Sintra esculpidos pelo mestre-canteiro” José da Fonseca in SOARES, Maria Micaela (Directora), “Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa”, 1984-1988, Nº 90, 1º e 2º Tomos, Pag105-124.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Gregório Rafael da Silva de Almeida (1854-1920) foi um notável médico que se dedicou, benemeritamente, à ajuda dos mais fracos e desprotegidos, encarnando a mítica figura de um João Semana. Ocupou o cargo de Venerável da Loja Maçónica *Luz do Sol* que existiu em Sintra no início do século XX. Morreu vítima da terrível pneumónica. Um escrito de António Rodrigues da Cunha refere “os benefícios do seu saber, que era muito, o confronto da sua palavra amiga e, quantas vezes, a esmola da sua bolsa exausta”.

O seu busto em Bronze encontra-se precedido por imagem feminina, de pedra, com uma criança, de pé, reclinada, junto ao peito, e um livro aberto, simbolizando a maternidade e a fragilidade que tanto tocou o íntimo do seu ser. No referido livro lê-se: «FOI O MAIOR E MAIS DESINTERESSADO AMIGO DOS POBRES».

No plinto pétreo que suporta o busto estão inseridos os seguintes dizeres: «AO / DISTINTO MÉDICO / DOUTOR GREGÓRIO RAFAEL / DA SILVA D’ALMEIDA / HOMENAGEM DO POVO DESTA / TERRA / 1854-1920»

BIBLIOGRAFIA DO ARTISTA

O mestre-canteiro José da Fonseca (Coimbra, 20-02-1884 – 13-12-1956) foi um escultor cuja obra ficou espalhada pelo nosso país em colecções particulares e em espaços públicos.

Iniciou os seus estudos artísticos na então Escola Industrial Brotero em Coimbra, terminando o seu curso com alta classificação. Frequentou a Escola Livre, fundada pelo Mestre António Augusto Gonçalves, tendo sido, igualmente, discípulo de João Machado. Desta forma, o artista superou algumas carências de base, motivadas pela falta de diploma académico, que a cidade do Mondego não oferecia, e o desenvolvimento das suas reais capacidades, valeram-lhe a admiração de uns e o desprezo de outros, sendo tratado tanto por “Sôr architecto” como por “canteiro”.

Luigi Manini, architecto-pintor italiano, cenógrafo do Teatro de São Carlos, quando incumbido de projectar o Palácio do Buçaco, recorre aos antigos canteiros de Coimbra ligados à Escola Livre das Artes do Desenho, onde se integrava José da Fonseca, a quem lhes entregou o lavor da pedra. O mesmo sucederá com a Quinta da Regaleira, trazendo o nosso artista para Sintra, onde se radicou, montando, inclusive, a sua própria oficina.

Foi por sugestão de Manini, que José da Fonseca se deslocou a Itália, onde após percorrer os museus de Roma e o Vaticano, se apaixonou definitivamente pela escultura, à qual se passou a dedicar quase exclusivamente.

Esta estada permitiu-lhe educar a sensibilidade plástica, alargar horizontes estéticos e despertar-lhe talentos até então adormecidos.

Trabalhando para a alta burguesia, concorre a diversos projectos em Sintra e submete os seus trabalhos a concursos de âmbito nacional. A partir de 1928 participa, assiduamente, nas Exposições da Sociedade Nacional de Belas- Artes, sendo-lhe conferidos diversos prémios. Outras exposições se foram sucedendo, dando o artista largas ao seu reconhecido talento.

José da Fonseca trabalhou em Sintra durante mais de quatro décadas, até à sua morte, deixando-nos inúmeros trabalhos, donde se destacam o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, O medalhão de D. Fernando II no Parque da Pena, a Homenagem do Povo de Sintra ao Dr. Gregório de Almeida e a Fonte Mourisca, ambos, na Volta do Duche, estatuária religiosa e fúnebre no Cemitério de S. Marçal, a Fonte dos Amores na Praia das Maças e a belíssima Pedra de Outil (Coimbra) que o escultor, primorosamente, trabalhou na Quinta da Regaleira.

MONUMENTO AOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA

IHAs



Localização: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Proteção: Imóvel de Interesse Municipal; Edital CMS nº 508/2009, 06.10.2009.

Fundação: Século XX (1941)

Estilo(s) arquitectónico(s): Modernista

Autor(es): José da Fonseca, escultor

Fontes documentais e/ou bibliográficas:

AZEVEDO, (José Alfredo da Costa), 1997-1998, Obras de José Alfredo da C. Azevedo, vols. I e VI, C.M.SINTRA; SOUSA, (Tude Martins de), 1922, «Colónia Penal Agrícola de “António Maceira”-Sintra», Relatório dos diversos serviços - desde 1 de Janeiro de 1918 até 31 de Dezembro de 1920, Coimbra, Imprensa da Universidade; ANACLETO, (Regina), 1984-1988, «Dois fontanários do conselho de Sintra esculpidos pelo mestre - canteiro José da Fonseca», *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa* / Dir. Maria Micaela R. T. Soares, Tomos 1 e 2, n.º 90, Lisboa, Ramos, Afonso & Moita, pp. 105-124.

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Em 1941, é descerrado um monumento, situado na Alameda dos Combatentes da Grande Guerra – também conhecida como “Correnteza” – em memória dos soldados portugueses, filhos deste concelho, que morreram na 1ª Grande Guerra Mundial de 1914-1918, inserindo-se dentro de uma imagética bem característica dos ideais que norteavam a mentalidade do Estado Novo.

O memorial é composto por um pilar com onze meias colunas adossadas, no topo das quais sobressaem escudos com os nomes das freguesias: São Martinho, Santa Maria, São Pedro, Colares, São João das Lampas, Terrugem, Montelavar, Almargem do Bispo, Belas, Queluz e Rio de Mouro, representando assim as onze freguesias em que o concelho de Sintra então estava dividido, as quais formam uma só coluna, encimada pela esfera armilar que representa o «mundo português» e foi originalmente emblema pessoal de D. Manuel I; à frente desta coluna, existe o Escudo de armas nacional e uma figura de soldado, à escala natural, com fardamento militar de campanha de Inverno, equipado com capote e capacete do tipo inglês – ao qual lhe falta parte da aba –, botas e polainas, segurando uma espingarda armada de baioneta (que, por ter sido vandalizada, já não existe).

A escultura tem cerca de cinco metros de altura, ergue-se no meio de uma base circular de mais ou menos dois metros de diâmetro, onde se lê a seguinte inscrição: «1916-1918 AOS HERÓICOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA» dentro de um espaço delimitado por cantaria com cinquenta centímetros de altura, assentada em forma de cruz do Corpo Expedicionário Português, onde existe um pequeno jardim de espaço circunscrito por lancil, relvado de cerca de vinte metros quadrados com uma grande lápide e duas mais pequenas, prestando também homenagem aos soldados naturais deste concelho e que pereceram ao serviço da Pátria na guerra colonial da Índia e de África de 1961-1974.

A cantaria do monumento foi oferecida por empresas de Pêro Pinheiro e Cabriz, sendo de calcário e tem dois tipos de bojardado: um mais fino, no qual está esculpido o soldado e o escudo que lhe está atrás; e outro mais grosso, em que está esculpido o resto do monumento.

A autoria é do mestre escultor José da Fonseca. Por volta de 1940, por iniciativa do Capitão Américo dos Santos – administrador do concelho, na qualidade de vice-presidente da Câmara Municipal – que obteve valiosos auxílios para que o referido monumento (prometido havia mais de treze anos) fosse erigido, conforme era seu desejo. Tendo sido um projecto da autoria do escultor José da Fonseca, e submetido à aprovação da Comissão de Estética designada pela Câmara Municipal, foi autorizada a sua colocação pela Junta Autónoma das Estradas no respectivo local acima descrito.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

O mestre-canteiro José da Fonseca (Coimbra, 20-02-1884 – 13-12-1956) foi um escultor cuja obra ficou espalhada pelo nosso país em colecções particulares e em espaços públicos.

Iniciou os seus estudos artísticos na então Escola Industrial Brotero em Coimbra, terminando o seu curso com alta classificação. Frequentou a Escola Livre, fundada pelo Mestre António Augusto Gonçalves, tendo sido, igualmente, discípulo de João Machado. Desta forma, o artista superou algumas carências de base, motivadas pela falta de diploma académico, que a cidade do Mondego não oferecia, e o desenvolvimento das suas reais capacidades, valeram-lhe a admiração de uns e o desprezo de outros, sendo tratado tanto por “Sôr architecto” como por “canteiro”.

Luigi Manini, architecto-pintor italiano, cenógrafo do Teatro de São Carlos, quando incumbido de projectar o Palácio do Buçaco, recorre aos antigos canteiros de Coimbra ligados à Escola Livre das Artes do Desenho, onde se integrava José da Fonseca, a quem lhes entregou o labor da pedra. O mesmo sucederá com a Quinta da Regaleira, trazendo o nosso artista para Sintra, onde se radicou, montando, inclusive, a sua própria oficina.

Foi por sugestão de Manini, que José da Fonseca se deslocou a Itália, onde após percorrer os museus de Roma e o Vaticano, se apaixonou definitivamente pela escultura, à qual se passou a dedicar quase exclusivamente. Esta estada permitiu-lhe educar a sensibilidade plástica, alargar horizontes estéticos e despertar-lhe talentos até então adormecidos.

Trabalhando para a alta burguesia, concorre a diversos projectos em Sintra e submete os seus trabalhos a concursos de âmbito nacional. A partir de 1928 participa, assiduamente, nas Exposições da Sociedade Nacional de Belas- Artes, sendo-lhe conferidos diversos prémios. Outras exposições se foram sucedendo, dando o artista largas ao seu reconhecido talento.

José da Fonseca trabalhou em Sintra durante mais de quatro décadas, até à sua morte, deixando-nos inúmeros trabalhos, donde se destacam o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, O medalhão de D. Fernando II no Parque da Pena, a Homenagem do Povo de Sintra ao Dr. Gregório de Almeida e a Fonte Mourisca, ambos, na Volta do Duche, estatuária religiosa e fúnebre no Cemitério de S. Marçal, a Fonte dos Amores na Praia das Maçãs e a belíssima Pedra de Outil (Coimbra) que o escultor, primorosamente, trabalhou na Quinta da Regaleira.

MONUMENTO AOS PERSEGUIDOS

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra – Azinhaga da Sardinha

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2001

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Monumento em bronze, à escala natural, com base em mármore, situado no largo fronteiro ao Museu Anjos Teixeira. A maquete, em gesso, é datada de 1969. A sua configuração marcadamente realista, permite uma aproximação a valores expressivos e humanistas, nomeadamente uma evocação e homenagem a todas as mulheres e homens vítimas da perseguição fascista, transmitindo uma mensagem política e social - a luta, a persistência, a resistência e a esperança num futuro melhor em liberdade e democracia.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

MULHER COM BEBÉ AO COLO

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra – Volta do Duche

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Estátua em bronze, à escala natural, com base e espaldar em mármore, situada na Volta do Duche, numa das entradas que dão acesso ao Museu Anjos Teixeira. A sua maquete, em gesso, é datada de 1959. Esta obra insere-se numa das temáticas principais abordadas pelo escultor – o corpo humano, em particular o feminino, acrescido, neste caso, pela representação da maternidade. O Museu Anjos Teixeira integra no seu acervo outros exemplares subordinados a esta temática, os quais revelam não só o seu conhecimento pela anatomia humana como também grande sensualidade e enorme beleza artística.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

NU FEMININO

IHAs (a atribuir)



Localização: Centro Histórico de Sintra – Calçada do Rio do Porto

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Enquadramento: Urbano

Protecção: Inventariado

Data: 2004

Autor(es): Pedro Anjos Teixeira

Fontes documentais e/ou bibliográficas: CMS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Estátua em bronze, à escala natural, com base e espaldar em mármore, situada na Vila Velha, em Sintra, numa das entradas que dão acesso ao Museu Anjos Teixeira. A sua maquete, em gesso, é datada de 1942. Esta obra insere-se numa das temáticas principais abordadas pelo escultor – o corpo humano, em particular o feminino. O Museu Anjos Teixeira integra no seu acervo outros exemplares subordinados a esta temática, os quais revelam não só o seu conhecimento pela anatomia humana como também grande sensualidade e enorme beleza artística.

BIOGRAFIA DO ARTISTA

Pedro Augusto Franco dos Anjos Teixeira (Paris 1908 – Sintra 1997) nasceu em Paris, onde o seu pai, o escultor Artur Gaspar dos Anjos Teixeira, se encontrava no âmbito de uma Bolsa de Estudos de Escultura, atribuída pelo Legado Valmor. Tem 6 anos quando a família, devido ao início da Primeira Grande Guerra, regressa a Portugal, tendo fixado residência em Mem Martins. Aos 16 anos começou a trabalhar com o pai num ateliê que este possuía em Lisboa até 1935, data do falecimento do seu progenitor. Com 26 anos esculpiu “Homem com o polvo”, obra através da qual se revelou como escultor.

Em 1948 concluiu o Curso de Escultura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Expôs com regularidade na Sociedade Nacional de Belas Artes, recebendo vários prémios. Frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa em 1952 e 1953, concluindo o Curso de Ciências Pedagógicas. Foi Professor de Modelação e Desenho em diversas escolas. Ocupou o cargo de Presidente da Sociedade de Belas Artes durante 2 anos até a PIDE fechar as suas portas, alegando actividades subversivas, tendo estado na iminência de ser preso. Devido aos seus ideais liberais e progressistas durante o regime repressivo de Salazar ficou constantemente sem trabalho, o que o impulsionou, aos 51 anos de idade, a ir viver para o Funchal. As suas qualidades profissionais e humanas foram reconhecidas naquela cidade, tendo desenvolvido intensa actividade profissional, social, cultural e jornalística, local onde permaneceu 21 anos e onde deixou grande parte da sua obra escultórica.

A sua obra, totalizando cerca de 900 trabalhos, encontra-se espalhada em Portugal e no estrangeiro e integra-se em diversas temáticas, nomeadamente o corpo humano, o quotidiano, o trabalho, a liberdade, a história, a religião e os animais, que se enquadram nas correntes estéticas do Naturalismo, Realismo e Neo-realismo.

Em 1974 doou ao Município Sintrense não só o seu espólio como o de seu pai, obras que integram o acervo do Museu Anjos Teixeira patentes ao público desde 1976. Regressou a Sintra em 1980, tendo sido agraciado com a Medalha de Ouro deste Concelho nos anos 80. Faleceu com 88 anos, em Sintra.

NÚCLEOS URBANOS HISTÓRICOS

AGUALVA E MIRA SINTRA

AGUALVA

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A génese toponímica da localidade de Agualva remonta ao vocábulo latino *Aqua Alba* ou “Água Branca”, aludindo à pureza hídrica da respectiva ribeira que a banha e referindo-se nas Inquirições Afonsinas de 1220 quanto ao património imobiliário inventariado (uma herdade com dois casais) do Mosteiro dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho de São Vicente de Fora de Lisboa. Posteriormente, surgem as referências toponímicas à ribeira de *Aqua Alva* em 1272 e de *Água Alva* em 1286, bem como as conseqüentes variantes registadas de *Agoa Alva* em 1323, *Aguaalva* em 1362, nova *Agua Alva* em 1433, *Gualva* no séc. XVI, *Augaalva*, *Agualva* e *Augualva* no séc. XVII, *Agoalva*, *Augoalva*, *Goalva* no séc. XVIII e nova *Agoalva* no início do séc. XIX.

Tratando-se de um aglomerado urbano expandido, outrora de génese rural e assente sobre uma ligeira inclinação topográfica, o centro histórico de Agualva estrutura-se em torno de um amplo terreiro (actual Largo da República) mediado entre a modesta e quinhentista Capela de Nossa Senhora da Consolação (que integrara uma irmandade e uma albergaria) e a setecentista Quinta da Fidalga ou de Nossa Senhora do Monte do Carmo, integrando ainda sobretudo outras propriedades latifundiárias com residências solarengas,

COLARES

ALMOÇAGEME

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

A origem de Almoçageme perde-se na noite do tempo. A sucessão de eras, porém, não erudiu definitivamente os vestígios do passado. Vestígios que, apesar de ténues, permitem-nos hoje saber que por esta região deambularam populações pré e proto-históricas; que aqui se fixaram romanos (*villa* de Santo André) e, depois deles, os muçulmanos que nos legaram o topónimo: *almunsagem*, “água que corre”, os riachos. Seja como for, estarão atestadas as suas raízes anteriores à fundação da nacionalidade, perpetuadas no próprio tecido urbano de Almoçageme, cujo primitivo núcleo se desenvolveu, como aliás era frequente naquela época, de forma circular.

Será, contudo, a partir de meados do século XVIII que se amiúdam as notícias sobre a aldeia – época igualmente prenhe em testemunhos materiais, patentes em várias casas, de entre os quais se destaca o magnífico portal barroco de recorte vernacular, patente no Largo Comandante João Pedro Caetano e a Quinta de São Tiago (actual Quartel dos Bombeiros), de prospecto pombalino.

Num reconhecido júbilo pelo facto de o violento sismo do dia de Todos-os-Santos de 1755 não ter provocado senão danos materiais, deu-se início à construção, em pleno centro do povoado, de uma igreja consagrada a Nossa Senhora da Graça: “teve seo principio em o anno de 1758 feitos”.

Nos inícios do século XIX, com a construção da Adega Viúva Gomes (1808), em frente da igreja, o adro da aldeia tomou a sua forma definitiva, centrado por gracioso chafariz de pedra. Um grande largo concebido num rasgo verdadeiramente moderno, e que, desde há muito, tem agido como principal centro cívico de Almoçageme, onde se realizam as principais actividades sócio-económicas (mercado e praça), religiosas (“festa grande” e “festas pequenas”) e lúdicas (convívio e jogos).

Refira-se, no entanto, que Almoçageme foi e continuou a ser um grande centro produtor de fruta, nomeadamente de morangos, pêssegos rosa, pêras, limão e as célebres maçãs que chegavam a atingir “quatro palmos de circunferência”. Terá sido, porém, o grande impulso dado à produção, ao comércio e, sobretudo, à exportação do Vinho de Colares, o “Ramisco”, observado a partir do século passado que, de certa forma, justificará a passagem dos 115 fogos registados em 1838 para as 1066 almas (276 fogos) contabilizadas em 1911.

Nos últimos anos da monarquia, a rainha D. Amélia veraneava na Praia da Adraga, tendo-se, por isso, construído a estrada de acesso. Em 1905, foi igualmente aberta a Estrada do Rodízio. Depois da implantação da República, em 1910, sem se interromper a realização das Festas de Nossa Senhora da Graça, deixou de se cumprir a parte religiosa e, apenas em 1928, se retomaria a procissão. Entretanto, em 1915, a região produziu 10.000 pipas de “Ramisco” e os vinhos produzidos pela casa Viúva Gomes foram distinguidos com o grande prémio na exposição mundial do Panamá-Pacífico. E, durante a Grande Guerra, foram enviados “barris com vinho de Colares da Viuva Gomes para consumo das tropas” portuguesas que combatiam na frente francesa.

Actualmente tem-se revivificado a economia da aldeia, não assente já na exploração da terra, mas dedicando-se a maioria da população aos ofícios e à prestação de serviços. As instituições sócio-culturais têm, igualmente, sido melhoradas – como as centenárias Sociedade Recreativa e Musical e Associação de Bombeiros –, assim como se tem dinamizado a educação e formação cultural e desportiva dos jovens almoçagemenses.

AZENHAS DO MAR

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

A notícia mais antiga acerca da mais emblemática e pinturesca aldeia de Sintra que amarinhou falésia acima e se aconchegou no eterno ribombar das ondas revoltas no seu incansável vai-vem, data de 1758.

Trata-se, concretamente, de uma informação constante nas *Memórias Paroquiais*, onde o padre de Colares escreveu a propósito: “Tem Termo seo e no mesmo tem os Lugares seguintes – Assenhas do Mar – tem dezacete fogos ou vezinhos... E So o Lugar das Assenhas do Mar hé que fica... Bem junto ao mar”. E adiante esclarece o Reitor Roberto de Sousa, “... há um pizão no lugar da Assenhas do Mar que moe com agua do rio do Termo de Cintra”. Em 1836, o Visconde Juromenha contou já 22 fogos na aldeola.

Foi este singular prospecto, um verdadeiro postal ilustrado, que terá motivado a Comissão de Turismo de Sintra, logo em 1931, a dedicar-lhe amplo miradouro, cuja perspectiva, se alonga mar adentro até pousar nas ridentes cazinhas das Azenhas do Mar. A fazer jus ao topónimo, subsiste ainda um pisão, moinho de água – ou como dizem as gentes saloias – uma “azenha”, cuja estrutura se mantém parcialmente recuperada.

Hoje, o casario ocupa toda a encosta, até à borda mais íngreme da falésia e, ultrapassada esta, uma pétrea ponte liga as duas vertentes, espraiando-se pelos terrenos circunvizinhos na assunção de uma modernidade que a conservação do prospecto vernacular lhe conservou a unidade e, sobretudo, o “espírito do lugar”.

COLARES

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Colares, antiga sede de concelho, é uma vila cuja história se perde nos confins dos tempos. Subindo pelo esplendor do verde da Serra de Sintra, contempla todo o fértil vale com o seu nome, tendo como pano de fundo o imenso oceano, invadido pelo Cabo da Roca, “onde a terra acaba e o mar começa”.

A beleza da vila de Colares é imutável. Podem crescer as restantes aldeias da freguesia, pode o litoral ser fustigado por inúmeras novas construções, pode o belo pinhal ficar vedado a quem nele não tiver um torrão seu, que a vila de Colares permanece igual a si mesma. O verde da Serra, a sua situação geográfica que a impele colina acima, as quintas que a delimitam e cuja beleza jamais poderá admitir a sua destruição, a isso o impõe

É curioso podermos cruzar nesta velha urbe com diversos templos religiosos de razoáveis dimensões, como as Igrejas da Misericórdia, Paroquial e de São Sebastião (já para não falar da pobre Capela de Nossa Senhora de Melides), e mais encontraríamos se nos entranhássemos na montanha rumo aos Conventos do Carmo e de Santa Cruz (ou dos Capuchos). Um porém se impõe sobre os outros, erguendo-se majestoso, quando para Colares olhamos, seja de que perspectiva for, e marca sem dúvida, mais do que qualquer outra construção, o centro da vila. A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção de Colares.

A vila que contempla a seus pés com a várzea rica de pomares, encontra-se solidamente erguida em alvenaria de pedra. Ali exaltam-se os volumes cúbicos, os telhados mouriscos e sobressai o gosto pelas grandes superfícies claras, pontualmente perturbadas por pequenas aberturas.

Encontramos, assim, uma povoação impregnada de ruralidade, inclusive no sentido estético, cuja condição de vila se fundamenta na própria exploração da terra, impondo-se como um dos mais significativos centros agrícolas da região de Lisboa, primeiro com as frutas e os produtos hortícolas, depois, com o vinho ramisco. No meio dessa malha urbana que cresceu por si próprio, como se de um organismo vivo se tratasse, encontramos algumas construções que pela sua magnificência arquitectónica, decorativa e função se destacam, e estabelecem um fio condutor entre a vivência e a História do lugar, donde se destacam os chalets românticos, os citados templos, o lindíssimo pelourinho manuelino, paredes meias, com o extinto palácio de D. Dinis de Melo e Castro, culminando, pelo meio de outras com esplendorosa, Quinta Mazziotti, já caminho do Penedo, ativa com a planície saloia a seus pés.

PENEDO

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

De pinturesco prospecto, o Penedo fascina pelas suas casas de raiz vernacular, pelas suas ruelas estreitas e íngremes e, também, pela ambiência intemporal que ali se sente.

No adormecimento torpe que embala o tempo, porém, esqueceu-se a memória de guardar a origem do Penedo, carregada num substantivo comum que reclama a própria orografia local. Este topónimo integra-se, pois, na onomástica portuguesa e, indirectamente, assinala uma fundação medieval.

A crescente importância da aldeia do Penedo esteve intrinsecamente relacionada com as azenhas que, impulsionadas pelas cristalinas torrentes da Ribeira do Valente, apisoaram cereais e, ao longo dos séculos, ditaram a prosperidade da aldeia, a qual, em 1838, contava já com 119 fogos e era, por isso, a maior povoação da freguesia de Colares.

Foi, no entanto, a “massificação” deste século que ditou a *decadência* do Penedo que, entalado entre dois vales profundos, não dispôs de “espaço vital” e foi, tal como o tempo, caindo num perene adormecimento. Mas, apesar de tudo, a celebração do Império do Espírito Santo – a única que ainda subsiste em todo o Portugal continental – revela uma força bem arreigada na tradição e na génese cultural que hoje é apanágio das gentes do Penedo.

ULGUEIRA

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Integrando a localidade da Ulgueira a Freguesia de Colares e situando-se na proximidade costeira do Cabo da Roca, entre o recorte verdejante da Serra de Sintra e vasto horizonte oceânico, trata-se efectivamente de um aglomerado rural urbanizado arquitectonicamente e composto de vivendas de veraneio de prospecto cromático homogéneo branco e luminosa harmonia estética regional.

Marcada sobretudo por uma residencialidade secundária e sazonal, a localidade da Ulgueira tem procurado resistir ao ímpeto citadino de intervenção requalificante do seu parque habitacional, devido a uma crescente procura turística e imobiliária pela expansão demográfica metropolitana de Lisboa e de Sintra, preservando uma relativa harmonia panorâmica de conjunto em torno do seu eixo gerador – a quinhentista Ermida de Nossa Senhora da Conceição.

QUELUZ E BELAS

BELAS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O núcleo urbano histórico de Belas coincide com o núcleo habitacional mais antigo da Vila, outrora sede de concelho (extinto pelo Decreto de 24 de Outubro de 1855).

De facto, permanece ali relativamente conservada uma singular malha urbana, onde ombreiam modestos edifícios de recorte vernacular e outros que recordam, já, certa burguesia endinheirada e com outra “cultura”, notada em numerosos edifícios românticos ou revivalistas, envolvendo o paço de origens medievais que se abre para o centro da Vila (actual Quinta do Senhor da Serra).

Assim sendo, este conjunto de épocas e prospectos diversificados afigura-se – apesar dos diferentes fâcies – deveras harmonioso, o que, conjugado com a amplitude dos espaços (quintas e jardins), conferem ao local características únicas no termo sintrão. A manutenção deste núcleo histórico foi possível porque a maioria das intervenções ali realizadas souberam respeitar a unidade do seu tecido urbano.

QUELUZ

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Queluz, uma cidade em contínuo crescendo para malhas de Massamá e de Monte Abraão, a antiga Queluz Ocidental que o terceiro Visconde de Almeida Garrett nos deixou com legado, mas onde a sua famosa Anta, nos lembra o já referenciado bem remoto passado destas terras.

Onde hoje nos perdemos no emaranhado de prédios dormitórios de Lisboa, encontrávamos na época romana férteis vales, enquadrados nos típicos campos agrícolas de Sintra que não destoavam dos da Península Ibérica. Essa extensa planície ficou, contudo, definitivamente, transformada quando no século XVIII D. Pedro III, a escolheu para albergar o esplendoroso Palácio de Queluz, “a nossa Versalhes”, contudo delineado em subtis proporções e agradável recorte intimista, desprovida da austeridade da arquitectura palaciana setecentista, servida por uma decoração rococó de erudito lavor. Depois o palacete do Visconde de Almeida Araújo, a Torre do relógio e a Pousada de D. Maria I, completam todo o cenário da Queluz cortesã.

Servida pelo Aqueduto dos Arcos, bafejada pelos bons ares e pela frescura do Rio Jamor, mas, sobretudo, pela linha férrea, o burgo foi crescendo, como estância aprazível de uma certa burguesia, convivendo, ainda com um sobrevivente cenário rural. No verão muitas famílias escolhiam-na como local de lazer, construindo casa própria ou alugada, ou albergando-se nos hotéis e pensões que a, então vila possuía. Estávamos no dealbar do século XX e Belas era ainda a sede da freguesia.

Foi a presença real que originou o desenvolvimento urbano do lugar, dado que moradores do Paço iam-se fixando nas suas imediações, dando origem ao designado Bairro Almeida Araújo, também conhecido como do Chinelo. Estes foram modificando o modus vivendi rural, formando-se as raízes de uma nova Queluz cosmopolita e da nova malha urbana.

RIO DE MOURO

RIO DE MOURO “VELHO”

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

Pelo meado do século XVI, Rio de Mouro adquiriu o estatuto paroquial – o que, de modo inequívoco, nos revela a importância daquele povoado em contexto regional – tendo-se, então, realizado obra de grande fôlego: a construção da igreja Paroquial devotada a nossa Senhora de Belém, que foi sagrada na era de 1563.

O terramoto de 1755 não causou vítimas, mas apenas danos materiais. O século XVIII seria mesmo profícuo em realizações um pouco por toda a região riomourense. Assim, em 1778, foi fundada uma fábrica de estampania e tinturaria, que agiu, também, como prenúncio da Revolução Industrial portuguesa. Infelizmente, apesar do seu privilégio territorial, alimentada pela Ribeira da Laje e localizada entre a capital e a vila de Sintra, não existiu, naquela época, e pelo século XIX adentro, capacidade de escoamento dos produtos, o que ditou a extinção da usina nos finais de oitocentos. Depois de desactivada, ficou ali importante edifício, o qual se foi arruinando até que, em 1981, o seu proprietário o mandou demolir.

O carácter de “passagem” da região que descrevemos está também patente nos fontanários que bordejavam a antiga estrada de Lisboa – Sintra. Com destaque para a vetusta fonte de Rio de Mouro Velho, cuja lápide terá sido removida para a actual, e que ostenta ainda a seguinte inscrição: NO ANNO / DE MDCCLXXXI / IV DO SUAVE IMPERIO / DE SUAS MAG.DES FIDEL.MAS / D. MARIA I E D. PEDRO III / O SENADO DA CAMARA / DE CINTRA / SENDO PRESIDENTE / O DR / IOSEPH DENIS DE OLIVEIRA / MANDOU FAZER / ESTA FONTE / PARA O BEM PUBLICO / 1781.

Na segunda metade de setecentos, Rio de Mouro contava já com «178 fogos 591 almas de Sacramento», indicador do crescimento seguro da aldeia ao longo dos séculos, contrastando, aliás, com alguns povoados da sua freguesia, como, a título de exemplo, Varge Mondar, que possuía apenas um fogo, e Albarraque, que tinha 19 fogos e 60 pessoas.

Mis tarde, Rio de Mouro integrou, pela pena de William Beckford, em 1787, *O tour romântico*: «*Precisamente quando nós chegávamos a Rio de Mouro, entrava o Sol no ocaso, entre novelos de nuvens, e as charnecas, todas cobertas de urzes em flor, iluminadas pelos seus últimos raios, cobriam-se de ricas sombras violetas, as quais, à medida que a noite avançava, iam mergulhando em profunda escuridão.*»

Emergiu então – como directa consequência da Sintra romântica – um período de vilegiatura que continuou a fixar na região, com carácter mais ou menos permanente, uma plêiade de vultos ilustres que aqui edificaram as suas casas e quintas (Fonte Nova, Ribeira das Jardas, Luz, Ponte, Raposa, Pinheiro, etc.), dando novo fulgor ao território riomourense, que, em 1838, contava já com 1400 habitantes e 273 fogos.

Na esteira da fidalguia romântica, Rio de Mouro contou também, ao longo do século XIX e de todo o evo novecentista, com a presença e estadia de burgueses e intelectuais. Destacando-se, dentro deles, José Cupertino de Ribeiro Júnior (1848 – m. década de 1920), comerciante, industrial e activo republicano; Adães Bermudes (1864-1947), arquitecto de nomeada, cujo forte traço revivalista marcou definitivamente o prospecto sintrense (foi autor do edifício dos Paços do Concelho e da Cadeia Comarcã); Bento José Esteves Faria (1875-1954), jornalista e dramaturgo, natural de Rio de Mouro e autor de *O Fim do Mundo*, *A Rainha de Odivelas* e *O Pai Adão*; e Francisco Santos (1878 – 1930), natural de Paiões, notabilizou-se como escultor, tendo produzido, entre outras obras de nomeada, o majestático conjunto escultórico que envolve o grandioso pedestal da estátua

do Marquês de Pombal, em Lisboa, o “busto da República” patente na Câmara da capital e a soberba peça “ A Lei”, exposta na Assembleia da República.

Tendo transitado de simples paróquia, constituída em 1563, para sede de freguesia no terceiro quartel do século XIX (reformas administrativas de Mouzinho da Silveira), a 1 de Julho de 1993, tornou-se Vila, evocando no seu novel brasão a lenda do velho *Rio do Mouro*: *«quatro torres que identificam uma “Vila”. As estrias azuis que significam o rio. Faixa vermelha que significa o sangue derramado pelo Mouro quando morreu caiu às águas. Crescentes: os árabes ou mouros mortos quando da conquista»*.

SINTRA

“VILA VELHA” DE SINTRA

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRITIVA

Situado entre o sopé da Serra e a colina do Palácio Nacional, o centro histórico da vila de Sintra desenvolveu-se desde as suas raízes árabes e medievais num urbanismo inclinado e irregular que apresenta hoje um riquíssimo prospecto patrimonial eclético e pluritemporal, reflectindo uma notória atracção social influente e um evidente protagonismo político cortesão.

A implantação polinuclear das freguesias históricas primitivas sintrenses confere a disposição simultaneamente orgânica e dispersa actual que ampliou evolutivamente o primitivo povoado proto-histórico de morfologia circular irregular ou elíptica, sobretudo marcado por uma matriz viária muçulmana que enquadrou a posterior evolução da componente edificada na sua pluralidade tipológica de habitações e equipamentos sociais e institucionais distintos, caracterizados por uma paleta de cores, texturas e estilos que confere uma intensidade estética monumental ao conjunto patrimonial subsistente.

Resultante do cruzamento da paulatina descida fixante da população castrense (pela pacificação sócio-territorial pós-reconquista) com a quase súbita metropolitanização do burgo em Corte secundária e paralela, a vila velha de Sintra plasmou-se na transformação funcional do espaço humano do seu cenário paisagístico, vivendo ciclicamente consoante a sazonalidade estival dos fluxos demográficos flutuantes.

Entre o religioso e o áulico, o requintado e o bucólico, a vila de Sintra expande-se com a reconquista até ao séc. XX, densificando-se como zona residencial urbana permanente e cosmopolita, gerando demograficamente desde então novos bairros habitacionais periféricos e transformando-se ainda num cenário multicultural de serviços turístico-comerciais com progressiva desertificação populacional.

MEDIDAS DE FORMA COMPLEMENTAR

SÃO JOÃO DAS LAMPAS E TERRUGEM

LARGO DE SÃO JOÃO DAS LAMPAS

MEMÓRIA HISTÓRICO-DESCRIPTIVA

O território que mais tarde viria a constituir a Freguesia de S. João das lampas, permaneceu até ao século XVI, sujeito à Paróquia de S. Martinho de Sintra. Esta localidade foi até 1600 conhecida pela designação toponímica de São João dos Porqueiros, adquirindo a partir dessa mesma data a designação que ainda hoje lhe conhecemos.

A agricultura foi, até há pouco tempo, a atividade dominante da população. Os terrenos do planalto de S. João das Lampas possuem características favoráveis à produção de cereais, sendo a criação de gado um complemento ao cultivo da terra. Nos nossos dias, a exploração agrícola coexiste com o desenvolvimento da indústria e das actividades ligadas ao turismo.

A inexistência de núcleos relativamente preservados de arquitectura tradicional fez-nos optar por integrar neste inventário o grande largo, centro cívico da aldeia, que faz a ligação entre a Igreja Paroquial e a Ermida do Espírito Santo, pelo que este espaço *vazio* se encontra integrado nas Medidas de Forma Complementar.

ANEXOS

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO TERRESTRE

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO TERRESTRE

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 1

Código Nacional de Sítio - 18945

Designação: Jazidas Paleolíticas da Assafora

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio inventariado

Descrição:

Esta estação arqueológica encontra-se identificada e publicada desde os anos 40 do século XX e ocupa uma antiga plataforma marinha compreendida, *grossa modo*, ente os 70 e os 100 m de altitude, junto a uma “Casalheira de Praia Antiga”, do Pliocénico – conforme se encontra ilustrado na Carta Geológica de Portugal, 1993 Folha 34C.

Nesta área foi possível recolher um conjunto de artefactos de pedra lascada, atribuíveis a um longo período da Pré-história Antiga – sobretudo Paleolítico Inferior e Paleolítico Médio –, que integra as colecções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro. Neste âmbito são particularmente interessantes os conjuntos pré-acheulenses, que documentam a presença das mais antigas ocupações humanas da fachada ocidental da Península Ibérica e, naturalmente, do actual concelho de Sintra.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 2

Código Nacional de Sítio - 1467

Designação: Estação Arqueológica do Mato Tapado

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio inventariado

Descrição: Através de prospecções efectuadas na estação arqueológica do Mato Tapado foi possível recolher um conjunto diversificado de artefactos cerâmicos de época romana, nomeadamente *imbrices*, *dolia* e um peso de tear com marca, que permitem supor estarmos na presença de um núcleo habitacional relacionado com a exploração agrícola – provavelmente um *casale*. O espólio encontra-se depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 3**Código Nacional de Sítio - 19471****Designação:** Estação Arqueológica do Cabeço dos Sete Moios**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio inventariado

Descrição: Vestígios soterrados de um eventual núcleo habitacional romano, reconhecido através da recolha de superfície de fragmentos de cerâmica de construção e de uso comum. Os materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 4**Código Nacional de Sítio - 174****Designação:** Fojo dos Morcegos**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A gruta natural do Fojo dos Morcegos localiza-se junto à povoação da Assafora, sensivelmente 1 km a Oeste do vértice geodésico epónimo. Trata-se de uma galeria com aproximadamente 290 metros de extensão em substracto geológico do Cenomaniano.

Em 1958 inicia-se a exploração espeleológica do Fojo, quando Gustavo Marques procede à recolha de alguns materiais arqueológicos. No mesmo ano, a Secção de Espeleologia da Sociedade de Geografia de Lisboa inclui nos seus trabalhos de campo o Fojo dos Morcegos. Realizaram-se, então, sondagens no exterior da gruta e uma outra no fundo da cavidade que se passou a designar como “Câmara dos Ossos”. Durante estes trabalhos exumaram-se múltiplos materiais arqueológicos - osteológicos, cerâmicos e metálicos - que não foram registados estratigráfica ou topograficamente. Em 1964 são efectuadas novas explorações na gruta, das quais resulta um novo conjunto artefactual e um levantamento topográfico rigoroso da cavidade.

No ano seguinte Gustavo Marques reúne a colecção arqueológica que até então se encontrava dispersa e no mesmo ano realiza uma pequena sondagem numa das zonas já anteriormente escavadas, junto à parede da gruta. Esta intervenção permitiu identificar uma sequência estratigráfica conservada, verificando-se que sobre uma fina camada estalagmítica se encontravam duas mandíbulas e mais alguns ossos humanos associados a um fragmento de cerâmica campaniforme.

O espólio recolhido nas várias intervenções compreende restos osteológicos humanos e faunísticos, artefactos de pedra polida, artefactos metálicos (argola de bronze e lâmina de cobre) e um apreciável conjunto cerâmico, onde são particularmente significativos os vasos com decoração campaniforme, além de recipientes com decoração brunida.

Os materiais exumados encontram-se depositados no Museu Nacional de Arqueologia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 5

Código Nacional de Sítio - 3268

Designação: Estação Arqueológica de Ermidas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O Sítio das Ermidas, localizado a SE da localidade de Assafora, não foi até hoje objecto de escavações arqueológicas. Contudo, encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um significativo conjunto artefactual proveniente de recolhas de superfície efectuadas na área desta jazida durante a década de 1980 e que completa os dados inicialmente publicados por Félix Alves Pereira (cf. Alves-Pereira, 1914, 333).

Do vasto núcleo de materiais recolhido nas Ermidas salienta-se a presença de fragmentos de “terra sigillata”, de múltiplos fabricos, um fragmento de cerâmica campaniense, *dolia*, cerâmica de uso comum, ânforas, e uma mó granítica, e ainda de materiais de construção tais como *tegulae*, fragmentos de *opus signinum* e cavilhas de ferro, isto para além de um notável conjunto de pesos de tear.

Tanto os exemplares de *pondera* completos como os fragmentos apresentam faces onde terá sido impressa a mesma matriz constituída por vários pequenos quadrados formando uma malha regular. Estas marcas indicam-nos a presença de uma olaria local onde se coziavam pesos de tear, os quais eram marcados com o mesmo símbolo distintivo.

Os dados disponíveis permitem afirmar a existência de vestígios soterrados de uma *villa*, ocupada durante uma larga diacronia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 6**Código Nacional de Sítio - 3729****Designação: Povoado Calcolítico da Pedranta****Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A identificação deste sítio arqueológico ficou a dever-se a J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira quando, em 1948 e na sequência da escavação realizada no depósito funerário da Praia da Samarra, iniciaram prospecções com o objectivo de identificar possíveis locais de *habitat* contemporâneos da utilização daquela sepultura.

Junto à arriba – no esporão que limita a Sul a Praia da Samarra e sobranceiro à foz da Ribeira com o mesmo nome – foram localizados vestígios pré-históricos correlacionáveis com a “Sepultura da Praia da Samarra”.

Assim, no corte da arriba, verificou-se a existência, a cerca de 0,90 metros de profundidade de um estrato calcolítico com abundantes fragmentos de cerâmicas lisas, lâminas e pontas de seta de sílex, um fragmento de goiva de pedra polida e restos faunísticos. Uma pequena sondagem então realizada permitiu identificar fundos de cabana, apontando para uma ocupação de carácter doméstico.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 7**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Arriba da Praia da Samarra**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Junto à arriba a Sul da Praia da Samarra recolheram-se fragmentos de cerâmicas manuais de época pré ou proto-histórica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 8**Código Nacional de Sítio - 3773****Designação:** Sepultura Pré-histórica da Samarra**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio arqueológico da Praia da Samarra foi descoberto, em 1948, na sequência de um achado fortuito efectuado por trabalhadores que extraíam pedra no local. No mesmo ano decorreram trabalhos arqueológicos empreendidos por J. Camarate França e O. da Veiga Ferreira.

Esta sepultura pré-histórica localizava-se junto à foz da Ribeira da Samarra, na arriba que limita a Norte o areal da Praia epónima. A jazida arqueológica implantava-se sobre um degrau natural, acerca de três metros do topo da escarpa. O estrato arqueológico era constituído por terras arenosas com bastante matéria orgânica, assente sobre a duna estéril. Aparentemente não existia estratigrafia conservada.

O estado muito fragmentado do espólio e a acentuada inclinação da camada arqueológica fazem supor que o contexto se encontrava em deposição secundária, tendo escorregado do topo da escarpa, o que indicia a existência de um monumento funerário destruído no topo da arriba. Além dos artefactos de pedra lascada e polida e dos fragmentos de vasos cerâmicos, foi recolhido um significativo conjunto de artefactos de calcário. Entre estes salientam-se os “ídolos” cilíndricos e a enxó encabada. Acrescem aos objectos afeiçoados nesta matéria-prima um apreciável conjunto de materiais talhados em osso: “ídolos-gola”, “ídolo” cilíndrico, cabos de instrumento, agulha, alfinetes, contas de colar, copo decorado e “ídolo almeriense”, além de um pente de marfim.

Os restos osteológicos humanos encontravam-se em muito mau estado de conservação e muito fragmentados, no entanto, foi estimada a deposição de, pelo menos, 130 indivíduos.

Os materiais arqueológicos exumados nesta sepultura colectiva encontram-se em depósito no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 9**Código Nacional de Sítio - 6078****Designação:** Estação Arqueológica da Cortesia**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios avulsos de superfície de época romana, incluindo um capitel de coluna e uma imposta moldurada de cipo prismático, indiciando a existência de uma *villa* romana soterrada nas proximidades. Por aqui passava a via romana que vinha de *Olisipo* e se dirigia ao litoral.

Materiais arqueológicos conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 10**Código Nacional de Sítio -**

Designação: Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Consolação na Assafora

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Presumível existência de uma necrópole tardo-medieval e moderna em torno e no interior da Igreja de Nossa Senhora da Consolação da Assafora.

Sob o altar e reutilizado no pavimento existe parte de um elemento pétreo de tecto romano decorado com florões em relevo. Um outro elemento pétreo com características similares foi recolhido junto a uma fonte e tanque antigos, junto à “Terra das Sacheiras” (ou encosta das Seixeiras) na povoação de Assafora.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 11**Código Nacional de Sítio - 19474**

Designação: Casal de Pianos

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O Casal de Pianos, situado próximo do lugar da Tojeira, implanta-se num vasto planalto rico em vestígios arqueológicos. Desde o século XVI até finais do século XVII, o sítio de Pianos constituiu “cabeça de vintana” (série de vinte fogos na mesma povoação).

Do ponto de vista arqueológico, os terrenos pertencentes ao casal revelaram a existência de múltiplos sítios - Fetal, Pombal, Torres, Outeiros e Parede Bem-feita - para além de vestígios avulsos ou de localização indeterminada. Neste último grupo, inclui-se um monumento funerário romano de tipologia desconhecida, transcrito num documento do século XVI conservado na Biblioteca Nacional de Nápoles, designado vulgarmente pelos epigrafistas como *Anonymus Neapolitanus*, cuja tradução é: “A Marco Atílio Tangino, filho de Marco Atílio (e inscrito na Tribo) Galéria, a mulher (= esposa), Júlia Ávita, deu (um monumento funerário) ”.

Na “Eira do Brisso”, terreno fronteiro às edificações do casal, recolheram-se duas mós romanas (um girante e um dormente). Ainda ao período de ocupação romana poderá ser atribuída a referência à descoberta de um sarcófago de chumbo, provavelmente, atribuível ao Baixo-império. Do período de ocupação islâmica foi achado no pátio do casal um “direme” de prata datado do século VIII-inícios do século IX.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 12

Código Nacional de Sítio - 19476

Designação: Jazidas Neolíticas da Catribana

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na década de 1950, Eduardo Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente registam vestígios de ocupação neolítica no lugar da Catribana. Estes dados foram objecto de publicação, em 1987 por parte do primeiro investigador.

Detectaram-se cinco jazidas. Duas delas (A e B) correspondem a achados de superfície na vertente sudoeste da aldeia. As jazidas C, D e E dizem respeito aos materiais recolhidos num talude de um caminho que limita a povoação a Sul e Sudeste e correspondem a troços de um extenso estrato conservado.

Do espólio recolhido fazem parte fragmentos de recipientes cerâmicos lisos e com perfis carenados, um fragmento com pega, instrumentos de pedra lascada, machados de pedra polida, um furador talhado em osso, conchas de moluscos bivalves e ossos de grandes mamíferos.

Tratam-se pois de vestígios soterrados, em parte sob a actual povoação, provavelmente correspondentes a um povoado atribuível a meados ou finais do 4º milénio a. C..

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 13; 13A**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Azenha do Gaio na Catribana**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Classificado. Integra o Conjunto formado pela Ponte e Calçada Romanas e Azenha na Catribana, classificado como Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 26-A/92, DR 126 de 01 Junho 1992**Descrição:**

A azenha apresenta uma roda vertical de propulsão superior. Esta é a tipologia mais frequente na região de Sintra. A construção de duas águas apresenta-se rebocada e caiada, com bandas azul-cobalto. A levada e a roda encontram-se em razoável estado de conservação, ainda que está última esteja um pouco deslocada relativamente à sua posição original. A azenha foi recuperada adaptada para habitação, sob iniciativa particular.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 14 e 14A**Código Nacional de Sítio – 1521 e 1131****Designação:** Ponte e Caçada Romanas da Catribana**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Classificado. Integra o Conjunto formado pela Ponte e Calçada Romanas e Azenha na Catribana, classificado como Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 26-A/92, DR 126 de 01 Junho 1992**Descrição:**

Sobre a Ribeira de Bolelas, próxima do sítio romano do Castelo da Catribana, ergue-se uma ponte de um arco.

No prolongamento desta ponte, para Oeste, surge um troço de calçada, constituída por pequenos seixos, uns alinhados longitudinalmente ao eixo central da via e outros orientados no sentido transversal do mesmo. A técnica de construção utilizada é característica das calçadas medievais. No entanto, a existência de grandes lajes a ladear esta estrutura indiciam uma possível via de construção romana que poderá ter sido sujeita a posteriores restauros. A proximidade da ponte e os vestígios de superfície recolhidos no sítio do Castelo parecem confirmar esta hipótese.

Face à necessidade de efectuar urgentes intervenções de restauro na ponte e calçada romanas da Catribana – degradadas quer pela passagem constante de veículos todo o terreno, quer pelas enxurradas, responsáveis pela destruição de alguns troços da via antiga – foi por iniciativa da Câmara Municipal de Sintra em 2014 um projecto de conservação e restauro dos imóveis.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 15**Código Nacional de Sítio - 1460****Designação:** Estação Arqueológica do Castelo da Catribana**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Junto à Via Romana da Catribana, numa elevação sobranceira à Ribeira de Bolelas, implanta-se um terreno denominado “Castelo”, local onde foram identificados diversos vestígios de superfície que atestam a presença nesta área de um núcleo habitacional de época romana inicialmente publicado por Maximiano Apollinário (cf. Apollinário, 1895, 239).

O conjunto de materiais recolhidos apresenta fragmentos de *tegulae*, *imbrices* e tijolos, tesselas de várias cores, fragmentos de *opus signinum*, bem como fragmentos de recipientes de cerâmica de uso comum, “terra sigillata”, ânfora, vidro e um peso de tear.

Estes artefactos encontram-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 16**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Necrópole Romana do Castelo da Catribana**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Vestígios soterrados, parcialmente destruídos. Numa encosta exposta a poente onde habitualmente se cultiva vinha, há notícia de terem sido descobertas várias sepulturas de inumação durante trabalhos agrícolas. Segundo o testemunho oral recolhido, as estruturas que continham ossos humanos possuíam fundo de terra batida e caixa formada por lajes calcárias.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 17**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Lapiás do Arco da Segueiteira**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Inventariado**Descrição:**

Pequeno Campo de Lapiás localizado junto à povoação da Maceira, onde se erguem altíssimos rochedos.

Este espaço concreto constitui uma área de altíssima sensibilidade arqueológica, considerando que na região de Sintra e em paisagens cársicas similares são recorrentes as ocupações antigas, sobretudo atribuíveis à Pré-História recente, mas também à Proto-História e, mesmo, à época romana.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 18**Código Nacional de Sítio - 6063****Designação:** Sítio Rupestre da Laje Erguida, ou das Pedras Negras**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio arqueológico rupestre da Laje Erguida, detectado em Maio de 1985, localiza-se a escassos metros das arribas litorais a norte da Praia do Magoito e foi publicado cinco anos mais tarde por Élvio Sousa.

As gravuras rupestres então estudadas distribuíam-se nas faces lisas e inclinadas, quase à vertical, de dois retalhos de duna consolidada exposta a sul e que aflora à superfície de um pequeno vale coberto por areias de dunas recentes.

A laje que apresenta a composição mais complexa localiza-se no trecho superior da vertente. Na sua superfície podiam ser observadas – no sentido da terra para o mar – uma figura antropomórfica masculina com os braços erguidos, como que em oração ou adoração; um sulco vertical serpenteante e vincado profundamente na superfície gravada; um círculo raiado superior à figura masculina; um segundo círculo representado numa área inferior ao primeiro, tocando num conjunto de dezoito linhas paralelas.

A interpretação desta representação simbólica aponta para a existência de um *orante* (figura antropomórfica); *um ou dois sóis* (círculos raiados); *ondas do mar* (série de dezoito linhas) rebentando contra a *costa* (sulco ondulado representado na vertical). Assim, tal simbologia permite avançar a hipótese de ali estar representado um orante prestando culto e contemplando o firmamento diurno, através da observação do curso solar (movimento registado pela gravação em diferentes posicionamentos dos dois círculos raiados) que consumaria o seu ocaso ao mergulhar nas ondas do oceano.

As lajes gravadas representariam a paisagem local e sugerem a figuração dos rituais de cariz astral ali praticados pelos grupos proto-históricos que as gravaram. O conjunto do Magoito, pelos paralelos encontrados para este tipo de arte rupestre, inscreve-se em contextos do Bronze final ou inícios da Idade do Ferro.

Infelizmente, as gravuras expostas nas principais lajes desta estação arqueológica foram destruídas violentamente nos finais de 1994 delas restando, actualmente, apenas os suportes rochosos onde se encontravam lavradas. Os fragmentos que sobreviveram à destruição encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, para futura reconstituição.

No local observam-se outras superfícies rochosas cobertas por depósitos dunares recentes, o que coloca a hipótese de parte deste sítio rupestre se encontrar oculto sob a areia das dunas. Por outro lado, é expectável que nesta jazida se encontrem depósitos arqueológicos conservados em estratigrafia, uma vez que na área envolvente das gravuras foram recolhidos fragmentos de cerâmica manual e um fragmento de pedra polida.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 19

Código Nacional de Sítio - 19466

Designação: Jazidas Paleolíticas de Magoito

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na década de 1940 Henri Breuil e Georges Zbyszewski identificam e estudam várias estações Paleolíticas do litoral da Estremadura. A norte da actual Praia do Magoito, na área compreendida entre Pedregal e Pedras Negras, localiza-se a Praia Siciliana – a 90 a 95 m acima do actual nível médio das águas do mar. Nesta área, caracterizada pela presença de uma cascalheira embalada num depósito arenoargiloso, foram reconhecidos à superfície múltiplos artefactos líticos atribuíveis ao Paleolítico inferior. Tais materiais, integráveis tipologicamente nos designados Abevilense e Acheulense antigo, encontravam paralelos nas praias fósseis elevadas da Assafora e Praia da Aguda.

Foram também recolhidos artefactos acheulenses e do Paleolítico Superior no nível tirreniano, entre os 20 e os 25m de altitude, que se estende entre o Forte de Santa Maria do Magoito e a Ponta do Caneiro, espaço hoje utilizado como parque de estacionamento, em parte alcatroado.

Apesar das características atípicas registadas nos conjuntos artefactuais – que se traduzem na ausência de bifaces, na presença de abundantes seixos talhados e nas dimensões reduzidas dos objectos –, estes materiais arqueológicos são testemunho das mais antigas evidências de ocupação humana no território do actual Concelho de Sintra.

Os artefactos conservam-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro e no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 20

Código Nacional de Sítio -

Designação: Necrópole Medieval e tardo-medieval da Igreja de São João das Lampas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação como Imóvel de Interesse Público do Pórtico da Igreja Matriz de São João das Lampas Decreto n.º 8 252, DG, I Série, n.º 138, de 10-07-1922

Descrição:

No decurso das obras realizadas em 1979 no adro sul da Igreja de São João das Lampas foi descoberto um conjunto de sepulturas antigas. Muito embora a campanha de obras tenha sido de imediato interrompida, verificou-se, contudo a destruição de algumas das pedras de cabeceira que se encontravam dispersas pelo terreno.

Recolheram-se oitenta e uma estelas de cabeceira, 68 discóides e 5 rectangulares, o que constitui sem dúvida o núcleo mais numerosos da Região de Sintra. Relativamente à decoração inscrita nas faces destas peças pode constatar-se o seguinte: cruz de braços curvilíneos - 10; cruz grega - 8; cruz latina - 2; cruz de braços triangulares - 1; quadrifólio - 27; ramo de romãzeira (bastante raro no panorama nacional) - 3; pentalfa - 4; estrela de seis pontas - 1; coroa circular - 1; circunferência - 14; quatro círculos - 1; roca e fuso - 1; sem gravação - 23; aparelhada - 22; reaproveitada - 3; cruz (?) - 1; e motivo não identificado - 1.

A escavação da necrópole, integrada na intervenção de salvaguarda do sítio, revelou a existência de, onze sepulturas orientadas a Poente e dispostas em dois níveis distintos. Ao grupo inferior correspondem sepulturas compostas por caixas formadas por pedras dispostas em cutelo, sendo o fundo base constituído pela própria rocha base, e cobertas por várias lajes calcárias planas travadas por pedras de pequenas dimensões. Curiosamente, estas estruturas tumulares não apresentavam quaisquer vestígios de cabeceiras discóides.

No seu interior foram identificadas as respectivas inumações, em bom estado de conservação, depositadas em decúbito dorsal. Quase em todas as sepulturas foi registada uma moeda - na sua maioria ceitis - junto aos restos osteológicos exumados, o que permitiu atribuir uma cronologia em torno da IIª Dinastia, até ao reinado de D. Manuel I, para as últimas utilizações destas estruturas tumulares. Saliente-se que foram também registados alguns níveis de ossário testemunhando a presença de inumações anteriores.

No designado nível superior da necrópole identificou-se um conjunto de sepulturas cuja base assentava directamente sobre as lajes das estruturas tumulares do “nível inferior” ou mesmo nos sedimentos que as preenchiam. As paredes eram, quase na sua maioria, inexistentes restando apenas alguns vestígios de pedras dispostas em cutelo. A cobertura efectuava-se a partir de lajes alisadas artificialmente, algumas das vezes uma única laje. Merece especial destaque o registo dos alvéolos das estelas que estavam, em muitos dos casos, colocadas à cabeceira e aos pés. Os restos osteológicos apresentavam-se em mau estado de conservação e bastante fragmentados. Não foram observados vestígios de inumações secundárias e as moedas identificadas foram exumadas em áreas que suscitaram, aos investigadores, algumas dúvidas quanto à sua estreita relação com a última inumação. A cronologia apontada para este nível de enterramentos foi balizada entre o reinado de D. Manuel I e a IV^a Dinastia. Saliente-se, ainda, que no muro circundante à igreja foi, também, recolhido um conjunto de estelas discóides em contexto de reutilização, naturalmente provenientes desta necrópole.

O espólio exumado encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 21

Código Nacional de Sítio - 12042

Designação: Estação Arqueológica da Barota

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Estação de ar livre caracterizada pela presença de indústrias do Paleolítico

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 22

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica das Pedras Negras

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A SE do lugar de Bolelas, numa vertente de declive suave situada entre as Ribeiras de Bolelas e da Silveira, foi identificado no talude de um caminho um conjunto de fragmentos cerâmicos atribuíveis ao Bronze Final, associados a restos faunísticos.

Estes materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 23

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica de Amoreira

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios soterrados de época romana, sendo observáveis à superfície restos de algumas estruturas.

Junto ao terreno em causa localiza-se um troço da via romana *Mafra-Olissipo* (Lisboa), certamente relacionada com o significativo conjunto de monólitos pertencentes a monumentos funerários romanos recolhidos em contexto de reutilização na povoação de Amoreira – nomeadamente dois elementos moldurados de torres funerárias e um cipo de secção arciforme com inscrição, ainda inédito – e que ilustram a existência de uma necrópole romana nesta localização.

Estas peças encontram-se conservadas no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 24

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica das Pedras de Ouro

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A ESE do lugar de Amoreira, numa elevação sobranceira a duas ribeiras, identificaram-se, em 1979, vestígios de superfície que indicam a presença de um presumível *habitat* proto-histórico. De entre os materiais recolhidos

salientam-se os múltiplos fragmentos cerâmicos, nomeadamente um vaso carenado, e artefactos de sílex ainda que em número muito mais reduzido.

Este conjunto artefactual encontra-se depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 25

Código Nacional de Sítio -

Designação: Sítio Pré-histórico das Covas de Ferro

Concelho: Sintra

Freguesia: Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Núcleo de povoamento atribuível à Pré-história recente, identificado em 1986/87. O significativo conjunto de artefactos – do qual fazem parte seis dezenas de artefactos líticos e cerâmicos – encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 26; 26A

Código Nacional de Sítio - 688

Designação: Conjunto Megalítico da Barreira / Menires da Barreira, no monte da Barreira

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 45/93, DR 280 de 30 Novembro 1993. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra.

Descrição:

No cabeço do “Castelo das Pedras” implanta-se o conjunto de Menires da Barreira. Bem destacado na paisagem, o recinto megalítico domina toda a área envolvente.

Identificado em 1961 por Eduardo Prescott Vicente e Estêvão Miguéis de Andrade, o recinto megalítico da Barreira foi referido em vários artigos de síntese, nos anos setenta do séc. XX. Todavia não existe nenhuma monografia sobre esta estação arqueológica o que se deve, acima de tudo, à insuficiência das investigações até agora efectuadas.

Mais de duas dezenas de menires e outros monólitos, distribuídos irregularmente coroam a colina. O seu aspecto pouco homogéneo deve-se à variabilidade das formas (prismáticas e cilíndricas), dos topos (planos, arredondados) e das dimensões. Contudo, é possível identificar vários grupos de pequenas pedras dispostas em reduzidas áreas circulares.

Do conjunto salientam-se dois exemplares típicos, um deles decorado com um círculo insculturado na face a SO. Os materiais recolhidos no local são atribuíveis ao Neolítico final e à Idade do Cobre, épocas em que o sítio terá sido ocupado.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e em colecções particulares dispersas.

O monumento encontra-se hoje ligeiramente amputado, pois três megálitos foram removidos do local de origem e colocados num jardim particular da aldeia de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 27

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica de Funchal - Marco Geodésico

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Prospecções efectuadas na década de 1980, em torno do marco geodésico Funchal, revelaram a presença de abundantes materiais arqueológicos romanos, maioritariamente cerâmicos.

O espólio conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas compreende múltiplos fragmentos de cerâmica de uso comum, ânforas, “terra sigillata”, pesos de tear e, ainda, alguns materiais de construção.

Da área do Funchal provem um significativo conjunto 16 lápides romanas, que incluem diversos monumentos funerários (7 cipos de secção arciforme – quatro dos quais com inscrição funerária –, 4 fragmentos de capeamento de cipo prismático, 1 base de cipo prismático, 1 base de monumento funerário em forma de ara e 1 estela de topo arredondado com inscrição), além de um fuste de coluna e um fragmento superior de altar romano, também conservadas no MASMO.

Para além destes, foram igualmente materiais (cerâmicos e líticos) de cronologia pré e proto-histórica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 28; 28A**Código Nacional de Sítio - 659****Designação:** Ruínas de São Miguel de Odrinhas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 42 692, DG 276 de 30 Novembro 1959**Descrição:**

A primeira referência feita às Ruínas de São Miguel de Odrinhas remonta ao século XVI quando o humanista André de Resende designa a velha abside como “abóbada de um templo romano”.

Estas ruínas foram visitadas ao longo dos séculos e suscitaram as mais diversas interpretações: no século XIX António Gomes Barreto e Gabriel Pereira continuam a chamar-lhe templo romano tal como André de Resende há trezentos anos atrás. Nos inícios do século XX, Félix Alves Pereira vê ali a estrutura de um antigo mausoléu e Vergílio Correia a de um baptistério paleocristão.

As escavações arqueológicas tiveram lugar apenas nos anos 50, orientadas por D. Fernando de Almeida e então deu-se como certo tratar-se de uma basílica paleocristã. Hoje porém, as dúvidas persistem: Justino Maciel retoma a hipótese do mausoléu conferindo-lhe, no entanto, data tardo-romana; Pedro Palol acredita na basílica cristã, mas adianta-a vários séculos; Cardim Ribeiro defende estarmos, muito simplesmente, perante a *exedra*, ou sala nobre, da *villa* romana em que estruturalmente se insere, provida de um espaço para *triclinium* e datável do século IV d. C.. Os trabalhos arqueológicos de 1955 colocaram a descoberto uma importante necrópole medieval dos séculos XII-XV que se implanta sobre parte de uma *villa* romana. Esta *villa* existia já na segunda metade do século I a.C., época a que deverá remontar a sua fundação. As estruturas arquitectónicas revelam sucessivas fases de ocupação e de construção, parecendo ter havido um primeiro apogeu durante todo o século I d.C. e inícios do século II d. C.. Sucede-se uma fase de aparente estagnação apenas superada em finais do século III d. C., com intencional destruição das construções anteriores para que sobre elas se erguesse um vasto complexo apalaçado, uma verdadeira vila áulica.

As principais estruturas actualmente visíveis pertencem ao século IV d. C., nomeadamente a abside, cujas paredes se erguem ainda a vários metros de altura. A esta mesma fase pertencem, também, a maioria dos compartimentos e o mosaico geométrico policromo. Pensa-se que a decadência e extinção desta *villa* tenha ocorrido em torno do século V d. C..

As ruínas são visitáveis no âmbito do percurso museológico do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, instituição museológica onde se conserva o espólio exumado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 29**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Estação Arqueológica de Faião**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O vasto conjunto de vestígios arqueológicos e lapidares (arquitectónicos e de cariz funerário) reconhecidos, durante décadas, na área do Faião, levou a considerar a possibilidade de estarmos perante um *habitat* que, nos *agri* ocidentais do município de *Olisipo* (Lisboa), permaneceria em importância logo a seguir àquela *urbs*. Poderia ter aqui o seu centro o *vicus*, ou pequena cidade, que Ptolomeu designa, na sua «Geografia», por *Chretina*.

Para além das numerosas inscrições romanas e tardo-romanas encontradas dispersas por toda a povoação e reutilizadas para os mais diversos fins - ou seja, deslocadas do seu contexto original -, e que perfazem o segundo maior conjunto do género em toda a área do distrito de Lisboa, sendo o primeiro o da própria cidade de *Olisipo*, podem individualizar-se jazidas arqueológicas como Zaviais, Olheiro/Cerrado da Porta, Terra Grande/Pedrões, Currais Velhos, Eiras e Cerrado das Cebolas/Horta do Chafariz, salientando-se, ainda, que outros vestígios arqueológicos permanecerão soterrados sob o actual aglomerado urbano.

O espólio conserva-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 30**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Estação Arqueológica de Rebanque**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Vestígios soterrados. As prospecções efectuadas na estação arqueológica de Rebanque permitiram identificar uma grande quantidade de vestígios romanos, nomeadamente diversos fragmentos de cerâmica, de uso comum, “terra sigillata”, uma asa de lucerna e *tegulae*.

Os materiais encontram-se depositados no Museu arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 31**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Estação Arqueológica de Fonte Figueira**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Habitat (?) implantado no destruído Campo de Lapiás de Pedra Furada. Os vestígios arqueológicos apenas são observáveis no corte da pedreira – denominada “Pedreira dos Duartes” – e nas terras acumuladas resultantes da sua lavra, tornando-se pois impossível determinar em extensão as áreas ocupadas durante a Pré-história.

Os materiais recolhidos (cerâmicas, artefactos líticos e osteológicos) são atribuíveis tipologicamente a uma ampla fatia cronológico-cultural que se estende desde o Neolítico inicial até ao final do Calcolítico. Nas terras resultantes da destruição do sítio observa-se ainda a presença de carvões e restos faunísticos.

Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 32**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Estação Arqueológica de Lafões**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Vestígios de superfície datáveis do Paleolítico Médio (com cerca de 30 000 anos).

Os materiais arqueológicos encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 33**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Estação Arqueológica de Barruncheiros**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Ocupação pré-histórica localizada no campo de Lapiás de Negrais, no local de Barruncheiros, também designado Zona II por Eduardo da Cunha Serrão

Os materiais arqueológicos são provenientes de recolhas de superfície, muitos deles fruto da destruição de contextos enterrados por parte da lavra de pedreiras.

Destaca-se do conjunto Campaniforme (3.º Milénio AC), do qual fazem parte cerâmicas decoradas a pente e com caneluras largas, pingos de fundição, cabos de instrumento de osso, pontas de seta, indústria lítica sobre sílex, quartzo e quartzito.

Nesta área foram também identificados artefactos relacionados com uma ocupação neolítica anterior em torno do V Milénio AC.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 34**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Sepultura do Rei Mouro**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Identificada em 1953 por E. Cunha Serrão e E. Prescott Vicente, quando estes arqueólogos procediam a prospecções nos campos de Lapiás de Negrais, a sepultura do Rei Mouro foi objecto de trabalhos arqueológicos três anos mais tarde.

O monumento localiza-se a 260 metros de altitude, na base sudeste do designado “Monte da Pedranta”, 700 metros a Nordeste do largo principal de Negrais. Consiste numa estrutura formada por pedras de dimensões variadas, definindo um espaço interior de forma sub-rectangular com 4 metros por 1,5 metros. No interior da

construção foi possível observar uma sequência de quatro estratos conservados. Em planta, por outro lado, verificou-se a existência de dois compartimentos (um deles lajeado), bem como uma abertura para o exterior e degraus de entrada.

Os materiais arqueológicos, inequivocamente atribuíveis à Idade do Ferro, englobam mós manuais (um movente e um dormente); fragmentos cerâmicos de paredes muito finas, fabricadas a tornam rápido e polidas nas superfícies externas (com paralelos na estação arqueológica de Santa Olaia, Figueira da Foz); um vaso de bordo ondulado e um cossoiro, além de 32 fósseis de equinodermes. Tal conjunto aponta para uma cronologia balizada entre os séculos V e III a. C..

Apesar de se conhecerem monumentos funerários de planta rectangular atribuíveis à Idade do Ferro na Península Ibérica, os autores dos trabalhos arqueológicos consideram mais provável interpretar a estrutura como habitacional, não só pela ausência de ossos humanos, mas sobretudo pela inexistência de materiais habitualmente presentes em sepulturas como armas, objectos de adorno e acessórios de vestuário.

Espólio conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 35

Código Nacional de Sítio -

Designação: Jazidas Paleolíticas da Praia das Maças

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

As jazidas Paleolíticas da Praia das Maças integram o conjunto de estações paleolíticas conhecidas no litoral sintrense desde a década de 1940 e localizam-se entre 15 e os 20 m de altitude, junto à saída norte do aglomerado urbano da Praia das Maças, ao longo da estrada que se dirige para as Azenhas do Mar.

Trata-se de uma antiga praia quaternária, em vias de desaparecimento, representada por areias e cascalhos onde se recolheram artefactos de pedra lascada. Os autores dos primeiros trabalhos de investigação (Breuil e Zbyszewski, 1945) classificam tais indústrias líticas em três séries – Acheulense, Mustierense e Mustierense Superior/Paleolítico Superior –, todas recolhidas à superfície dos depósitos da designada Praia Tirreniana.

Este sítio insere-se no conjunto das estações arqueológicas paleolíticas identificadas nas praias fósseis – ou praias elevadas – do litoral da Estremadura, que possuem também testemunhos eloquentes noutras localizações costeiras do concelho de Sintra, como Assafora, Magoito, Aguda e Praia da Adraga.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 36**Código Nacional de Sítio - 10297****Designação:** Estação Epipaleolítica do Magoito, também designada Concheiro do Magoito**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Sob uma duna consolidada com aproximadamente 20 metros de altura, foi identificado um estrato de ocupação atribuível ao Epipaleolítico. A datação radiométrica obtida a partir de uma amostra de carvão recolhida nesta camada, rica em conchas e onde se registou a presença de barro queimado e de fragmentos de sílex, possibilitou uma data de há 9 000 anos. Mais recentemente foi obtida uma nova série de datas para este estrato que confirmam o primeiro resultado de Carbono 14 (Soares, 2003, p. 95), contrariando a ideia inicial, avançada por G. Zbyszewski, deste depósito pertencer ao Paleolítico Superior.

Apesar de ainda hoje se desconhecer a área total da jazida e a natureza desta ocupação, trabalhos arqueológicos levados a cabo por José Morais Arnaud (em 1986) e por António Monge Soares (em 1989) permitiram identificar, ao longo de um corte com mais de duas dezenas de metros de extensão, um estrato arqueológico contínuo com conchas de moluscos terrestres, estuarinos e marinhos, associados a artefactos atípicos de sílex e a nódulos de argila cozida, onde foram identificadas várias estruturas circulares de pedra interpretadas como possíveis lareiras.

Tais observações foram possíveis na sequência da construção quer da rampa de acesso à praia, quer do restaurante que hoje se encontra sobranceiro à duna, completando as observações efectuadas por Georges Zbyszewski e Henri Breuil na década de 1940.

Assim, é hoje possível afirmar que a ocupação epipaleolítica preenche toda a extensão da base da duna, desde o nível de praia actual prolongando-se até ao início da rampa, ocupando aí uma plataforma quase horizontal.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 37**Código Nacional de Sítio - 19467****Designação:** Praia do Magoito, flanco da duna consolidada**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A primeira referência a este sítio arqueológico é feita por Georges Zbyszewski na década de 1940 (Zbyszewski, 1943) quando, no âmbito da investigação que então realizava acerca das praias quaternárias, descreve sumariamente um concheiro localizado no flanco da duna consolidada do Magoito que, pela presença de fragmentos de cerâmica e de conchas de *Mytilus galloprovincialis*, atribui ao Neolítico.

Muitos anos mais tarde, Monge Soares (2003) publica um conjunto de novas evidências arqueológicas relativas à duna do Magoito recolhidas nos finais da década de 1980. Nessa síntese e para além do estrato Epipaleolítico subjacente à duna consolidada, refere mais três implantações – local A, local B e local C –, todas localizadas no flanco da duna, na margem direita da Ribeira da Mata.

No local A foi identificada uma área de desagregação da duna, caracterizada pela presença de alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica, assim como numerosas conchas de mexilhões de grandes dimensões, para além de valvas de lapas, caramujos e percebes, algumas delas com vestígios de combustão. Numa altimetria superior à área desagregada foi ainda possível observar uma lenticula de materiais arqueológicos associados a conchas de mexilhões, que cobria a duna consolidada neste sector. As características das cerâmicas presentes – vasos não decorados, por vezes com formas carenadas – integram o conjunto no Neolítico Final. A recolha de dois fragmentos de cerâmica de revestimento indicia ainda a existência de estruturas no sítio.

As conchas aqui recolhidas foram datadas por radiocarbono, sendo que os resultados apontam duas fases distintas de ocupação, uma do final do período Atlântico (V milénio AC), quando a duna já se encontrava formada e cujas evidências se limitam a conchas de moluscos utilizados na alimentação; e, outra, cujos vestígios hoje – em virtude de processos pós-deposicionais – se encontram misturados com a primeira e que apontam uma cronologia de Neolítico final, do IV Milénio AC.

Os locais B e C localizam-se, respectivamente, a 150 m e a 190 m do local A em direcção à praia, junto à Ribeira da Mata, numa zona aplanada pelos trabalhos de limpeza sequentes às grandes cheias de 1983. Em cada um dos locais identificaram-se vários fragmentos cerâmicos, tendo alguns deles permitido a reconstituição de dois vasos da Idade do Bronze. O autor da publicação coloca a hipótese de se tratar de urnas cinerárias, proto-históricas, as quais teriam sido partidas e os fragmentos arrastados pelas máquinas para relativamente longe das sepulturas. Assim, os artefactos cerâmicos dos locais B e C, na base da Duna Consolidada de Magoito, são atribuíveis a uma ocupação do Bronze Final, cuja caracterização cabal apenas será possível com a realização de trabalhos arqueológicos no local e a montante (Soares, 2003).

Os materiais recolhidos encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 38

Código Nacional de Sítio - 19469

Designação: Necrópole do Pinhal dos Cochos

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios soterrados, parcialmente destruídos.

Em 1981 detectou-se uma grande urna cerâmica de fundo plano atribuível à Idade do Ferro, provavelmente relacionada com um contexto funerário.

Esta peça encontra-se depositada no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 39**Código Nacional de Sítio - 19470**

Designação: Necrópole Romana dos Espadanais

Concelho: Sintra

Freguesia: União de Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A Necrópole Romana de Espadanais localiza-se num terreno nas proximidades de um caminho antigo que liga as povoações de Magoito e Fontanelas, tendo sido identificada no decurso da abertura de duas covas para a implantação de árvores.

Muito embora se tenham identificado duas sepulturas numa área relativamente circunscrita, estes contextos apresentavam diferenças significativas, quer no que diz respeito à tipologia de construção, quer relativamente aos espólios que continham.

Assim, a sepultura A apresentava uma caixa, de planta rectangular, construída com pedras toscas, de calcário, dispostas em cutelo. Esta encontrava-se coberta por cinco lajes assentes nas paredes laterais. O fundo desta estrutura tumular consistia na própria marga calcária endurecida, na qual se identificaram algumas esquirolas de osso aderentes. A cabeceira, voltada para poente, encontrava-se assinalada por um *imbrex*, colocado com a concavidade para cima.

Por outro lado, a sepultura B apresentava uma planta ovóide alongada, exibindo um achatamento numa das extremidades, definido, assim, a cabeceira também voltada para poente. O fundo desta estrutura tumular era, tal como a anterior, composto pela marga calcária onde foi possível registar vários ossos longos em muito mau estado de conservação. Ainda assim, foi possível determinar que se tratava, possivelmente, de um indivíduo adulto depositado em decúbito dorsal.

A análise do espólio permitiu determinar que as duas sepulturas intervencionadas na necrópole dos Espadanais enquadram-se entre o século III d.C. e inícios da centúria seguinte. O carácter fortuito da descoberta não permitiu conhecer a extensão total da necrópole, não sendo porém de excluir a possibilidade de tais sepulturas

corresponderem apenas a dois contextos isolados, eventualmente relacionados com um pequeno núcleo habitacional.

Saliente-se, ainda, ainda, que prospecções efectuadas nos terrenos próximos identificaram variados materiais arqueológicos à superfície, eventualmente, associados à existência de um núcleo habitacional romano.

Parte do espólio encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 40

Código Nacional de Sítio - 65

Designação: Jazidas Paleolíticas da Praia da Aguda

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na década de 1940 Henri Breuil e Georges Zbyszewski identificam e estudam várias estações Paleolíticas do Litoral da Estremadura, localizadas em antigas praias marinhas atribuíveis ao Quaternário. No topo da arriba da actual praia da Aguda foram recolhidos à superfície artefactos líticos atribuíveis ao Paleolítico inferior.

Tais materiais, integráveis tipologicamente no Abevilense e Acheulense antigo, depositavam-se na Praia Quaternária (hoje localizada a 90-100m acima do nível médio das águas do mar) e encontravam paralelos nas praias elevadas de Magoito e Assafora. Apesar das características atípicas registadas nos conjuntos artefactuais - que se traduzem na ausência de bifaces, na presença de abundantes seixos talhados e nas dimensões reduzidas dos objectos -, estes materiais arqueológicos consistem – a par de outras jazidas localizadas nas praias quaternárias do litoral – nas mais antigas evidências de ocupação humana no actual Concelho de Sintra.

Os artefactos conservam-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 41; 41A

Código Nacional de Sítio - 227

Designação: Ermida de São Mamede de Janas e necrópole medieval

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro)

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público – Decreto nº 44075, de 5 de Dezembro de 1961; Constituição de ZEP - Portaria n.º 401/2014, DR, 2.ª série, n.º 104, de 30-05-2014

Descrição:

1. Ermida edificada no século XVI sobre dois templos e necrópoles anteriores.
2. Até à intervenção arqueológica, realizada em 1988, defendia-se a tese de que sob a ermida de São Mamede subsistiam as ruínas de um antigo templo romano. Desta primitiva estrutura, afirmavam Bandeira Ferreira, fazer parte o *podium* - muro feito de pedras de grandes dimensões que rodeava a capela - sobre o qual a igreja cristã teria sido edificada. A corroborar tal ideia somava-se, ainda, o facto do topónimo Janas poder derivar do teónimo Diana, em latim *Djana*, o que seria igualmente justificado pela eventual existência de um templo de planta circular comumente associado a divindades femininas. Os trabalhos arqueológicos realizados demonstraram que o hipotético *podium* não era mais do que um aglomerado de pedras que envolvia os alicerces da actual ermida circular. Quanto à presença de elementos romanos, apenas foram identificados alguns monólitos que se encontravam reaproveitados como material de construção nas paredes da ermida e nada mais.
3. No decorrer da intervenção arqueológica e na sequência da análise do edifício em termos arquitectónicos chegou-se à conclusão que o templo de planta circular actualmente existente terá sido edificado entre 1530 e 1550.
4. As escavações arqueológicas revelaram, para além disso, a existência de outros templos anteriores, mas de planta ortogonal. O edifício mais antigo terá sido erigido entre os séculos VIII e XI - de acordo com as datações de radiocarbono, entretanto, obtidas – que concordam, aliás, com a datação atribuída aos dois fragmentos de lintel de calcário, cujos motivos decorativos se inserem em ambientes moçárabicos. Sobre as ruínas desta primeira igreja construiu-se, provavelmente após a Reconquista, um outro edifício.
5. A escavação da ermida de Janas permitiu identificar duas grandes fases de necrópole. A primeira fase relaciona-se com a igreja do século XII e consiste num conjunto de sepulturas de inumação, de planta sub-rectangular, limitadas por pedras colocadas em cutelo e cobertas por lajes também de calcário. Os restos osteológicos pertencem, sobretudo, a crianças, encontrando-se projectado o seu estudo paleobiológico.
6. Quanto à segunda fase de necrópole, balizada cronologicamente entre os séculos XVI e XVIII e directamente relacionada com a ermida circular quinhentista, foi possível identificar um amplo conjunto de sepulturas que se distribuíam pelo interior e exterior do templo, documentando quer deposições em conexão anatómica, quer ossários. É de salientar as excepcionais condições de preservação reunidas no local que possibilitaram o excelente estado de conservação quer dos esqueletos, quer do abundante espólio associado: contas de rosários, medalhas, crucifixos, anéis, pentes e mesmo um cordão de São Francisco.
7. A escavação arqueológica revelou ainda, imediatamente sobre o substrato rochoso, a existência de materiais arqueológicos pré-históricos.
8. No âmbito da intervenção realizada na ermida de São Mamede de Janas foi também identificado um conjunto de cinco monólitos romanos de cariz funerário em contexto de reutilização – uma base moldurada de pequeno cipo prismático, um capeamento de cipo prismático, dois fragmentos de estelas de topo arredondado e um provável bloco inferior de monumento arciforme –, todos detectados nas paredes da Ermida. Acresce a este conjunto lapidar, um monumento funerário em forma de ara com a epígrafe DM, “Aos deuses Manes”, utilizado como degrau de acesso ao sino da igreja no início do séc. XX.
9. Estas pedras tumulares relacionam-se certamente com o sítio de ocupação romana sumariamente identificado à superfície nas proximidades.

10. Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 42

Código Nacional de Sítio - 19464

Designação: Povoado Pré-histórico de São Mamede de Janas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Estação de ar livre do período Neolítico/Calcolítico.

Vestígios de superfície e soterrados. Cerâmicas de bordos denteados, lisas; lascas, lâminas e elementos de foice denticulados sobre sílex, movente de granito, machado de pedra polida e peso de tear constituem o conjunto recolhido à superfície.

Estes materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 43

Código Nacional de Sítio - 19468

Designação: Jazida de Sílex de Gouveia

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Num terreno baixo e aplanado a Sul de Gouveia foi detectada a presença de abundantes nódulos de sílex à superfície. Tal jazida terá funcionado como fonte de abastecimento de matérias-primas durante a Pré-história.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 44**Código Nacional de Sítio - 19463****Designação:** Ruínas da Ermida de Nossa Senhora do Ó, Pernigem**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Ermida de origem medieval actualmente em ruínas. Destaca-se do lado norte uma imponente parede contrafortada. Há cerca de vinte anos, população anónima pretendeu re-sacralizar este templo construindo, na zona da capela-mor, um nicho gradeado, provendo-o de uma imagem de um santo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 45**Código Nacional de Sítio -****Designação:** *Villa* Romana da Pernigem**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Referências à existência de uns pavimentos de tijoleiras espessas quadrangulares de tipologia romana.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 46**Código Nacional de Sítio - 91****Designação:** Anta das Pedras da Granja, também designada Anta das Pedras Altas, Anta de Meirames ou Anta da Várzea**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição:

Localizado num planalto a sensivelmente 180m de altitude, o monumento funerário de Pedras da Granja consiste numa câmara limitada por grandes esteios fincados nos interstícios do calcário alterado.

A escavação aí efectuada permitiu verificar a existência de três níveis arqueológicos preservados, correspondentes a fases de utilização distintas. No nível de base foram detectados enterramentos *in situ*, de indivíduos jovens sepultados em posição fetal. O espólio destes enterramentos possui um cariz neolítico muito acentuado: machados de pedra polida; Lâminas, pontas de seta, e um micrólito de sílex; uma placa de xisto e um vaso de cerâmica lisa. Entre este e o nível superior – a caracterizado pela presença de cerâmicas campaniformes – detectou-se um enchimento intermédio, difícil de definir devido à utilização dos interstícios da rocha para depositar os mortos, onde se recolheu um “ídolo” de calcário.

Apesar de nenhuma das publicações acerca da anta fazer referência à mamoa, esta ainda se encontra bem visível no terreno, estando apenas afectada por um caminho que corta a colina no sentido Sul/Norte.

Na década de 1990, este monumento foi objecto de uma destruição muito significativa, e que consistiu na fracturação, pelo nível do solo, dos esteios que até então se erguiam.

Um conjunto significativo de materiais arqueológicos encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 47**Código Nacional de Sítio -**

Designação: Necrópole Medieval da Igreja de São Sebastião na Terrugem

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 37 366, DG 70 de 05 Abril 1949

Descrição:

Planta longitudinal composto por nave rectangular e capela-mor quadrada. Volumes articulados com coberturas diferenciadas a 2 águas Frontispício terminado em empena com pequena sineira no lado direito; é rasgado por portal simples com arco quebrado delimitado por cantaria. No flanco direito uma outra porta dá acesso à nave. Nave única com tecto de masseira; arco triunfal apoiado em colunas de base oitavada, este tem coluna sobre base oitavada, capitel com elementos naturalistas e intradorso decorado com flores quadrifoliadas e ramagem. É ladeado pelas imagens de São Sebastião e São João sobre peanhas. Capela-mor com abóbada de nervuras tendo no bocete central as flechas alusivas a São Sebastião. Nicho na parede testeira e mesa de altar com frontal revestido a azulejos. Época de Construção: Séc. XV (conjectural) Cronologia: 1426, 23 Julho - o arcebispo de Lisboa, D. Afonso Nogueira, diferiu pedido dos habitantes para terem um capelão e uma pequena ermida, com pia baptismal, para evitarem deslocar-se à sede da freguesia, então Santa Maria; séc. XV - possível construção; 1937 - Desabamento do telhado da nave; 1941 - Corpo da Igreja servia para se guardar as

ferramentas do coveiro. Tipologia: Arquitectura religiosa, manuelina. Construção de pequenas dimensões e carácter ruralizante, de planta longitudinal com tecto de masseira e capela-mor quadrada abobadada, terminando em empena e sendo encimada por pequena sineira. Características Particulares: A sua feição foi desfigurada ao se retirarem os botantes que ladeavam a nave. No arco triunfal, na abóbada e na pia de água benta subsiste decoração manuelina, com os seus característicos elementos naturalistas e bases oitavadas.

Possui uma necrópole tardo-medieval anexa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 48

Código Nacional de Sítio -

Designação: Necrópole da Igreja Matriz da Terrugem

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Abrangida pela Classificação da Igreja de São João Degolado, Paroquial da Terrugem e respectivo adro - Portaria n.º 143/2014, DR, 2.ª série, n.º 37, de 21-02

Descrição:

Igreja quinhentista de planta longitudinal composta por nave única rectangular e capela-mor também rectangular; precede-a alpendre que contorna para o flanco direito e torre sineira quadrangular; no flanco esquerdo adossam-se ainda outras construções de apoio.

Possui, provavelmente, necrópole tardo-medieval anexa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 49

Código Nacional de Sítio - 3060

Designação: Povoado Pré-histórico do Alto do Montijo

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio do Alto do Montijo implanta-se numa elevação bem destacada na paisagem, junto à povoação de Fervença, em local sobranceiro à Bacia aluvionar da Granja do Marquês.

No local foram recolhidos abundantes artefactos pré-históricos, resultantes de diferentes campanhas de prospeção realizadas por Gustavo Marques no local.

O significativo conjunto artefactual é sobretudo constituído por cerâmicas campaniformes maioritariamente incisas, associadas a fragmentos cerâmicos decorados a pente, percutores, lascas. A localização do sítio e os materiais arqueológicos recolhidos apontam para a existência de um povoado de altura no 3.º Milénio AC.

Os materiais recolhidos conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 50; 50A

Código Nacional de Sítio - 1851

Designação: Fonte de Armês, também designada Fonte dos Mouros em Armês

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Monumento Classificado. Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 29/90, DR 163 de 17 Julho 1990

Descrição:

O monumento encontra-se implantado a cerca de 3 metros abaixo do actual nível do solo, embutido junto à base da parede sul de um largo poço de secção quadrangular. Hoje está coberto por placa de betão armado acedendo-se ao imóvel através de uma escadaria.

O fontanário de Armês é constituído por uma caixa de planta rectangular, formada por vários monólitos aparelhados, de pedra mármore, encontrando-se porém o fundo quebrado e rasgado. A parede fundeira e as laterais erguem-se marcadamente em relação à parede anterior - que consiste num parapeito ali colocado recentemente sobre os vestígios do monólito original -, e suportam, como tampa do conjunto, a laje epigrafada, em pedra mármore. Esta terá sido aparentemente recuada em relação à sua posição original.

Na inscrição pode ler-se: «L. IVLIVS. MAELO. CAVDIC. FLAM. DIVI. AVG DSF» que significa «*Lucius Iulius Maelo Caudicus*, flâmine do Divino Augusto, fez (este monumento) à sua custa». Merece especial destaque a expressão flâmine, uma vez que este era o grau mais elevado do sacerdócio do Culto Imperial, neste caso a nível municipal (Município de *Felicitas Iulia Olisipo*, actual Lisboa).

As dimensões das letras da epígrafe — que sugerem terem sido concebidas para uma leitura efectuada de longe —, induzem-nos a levantar a hipótese do conjunto arquitectónico original ser possuidor de um grau de monumentalidade compatível com a inscrição conservada.

O Fontanário de Armês terá sido edificado cerca de 20 d. C., durante o Imperialato de Tibério. O que resta visível de todo o edifício restringe-se ao depósito de água central encimado pela inscrição. No entanto, o evidente paralelismo que existe entre este elemento e o depósito central de outras fontes coevas — entre as quais sempre se destaca a de Epheso, na Turquia, igualmente coberto por uma laje epigrafada —, faz supor que a

fonte de Armês tenha permanecido enquadrada num conjunto monumental de amplas dimensões, com colunas e outros elementos arquitectónicos, pelo menos proporcional à dimensão das letras da respectiva inscrição.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 51

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica dos Limites de Abremum

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almagem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Durante prospecções efectuadas, na década de 1980, nos diversos terrenos por onde se estende esta estação arqueológica, foram identificados diversos materiais à superfície que indiciam a existência de uma *villa* romana soterrada.

O conjunto do espólio recolhido caracteriza-se pela presença de múltiplos artefactos tipológica e funcionalmente distintos. Tijolos, *imbrices*, fragmentos de *opus signinum*, tesselas de várias cores e um colunelo de mármore completam o grupo dos materiais de construção, a que estavam associados fragmentos de recipientes de cerâmica de uso comum, “terra sigillata”, ânfora, pesos de tear e vidro. Saliente-se, ainda, a presença de uma mó granítica estriada destinada à produção de azeite.

Recolheu-se, igualmente, um fragmento de capeamento de mármore certamente proveniente de um contexto funerário que se deverá localizar nas imediações, provavelmente relacionado com o antigo troço da via romana Mafra - *Olisipo* (Lisboa).

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 52

Código Nacional de Sítio -

Designação: Igreja Matriz de Montelavar

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almagem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar

Protecção: Monumento Classificado. Monumento de Interesse Público - Portaria n.º 740-CU/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24-12-2012

Descrição:

De planta composta pela justaposição de 2 rectângulos (nave e capela-mor), o edifício apresenta volumetria paralelepípedica escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados a 2 águas. Adossado ao alçado lateral Sul reconhece-se um corpo de dependências anexas, cobertas por telhados a uma água. O alçado principal, lateralmente delimitado por cunhais de cantaria e superiormente por frontão triangular, é animado pelo rasgamento da porta de verga encurvada, encimada por janelão.

Encontram-se reconhecidas importantes campanhas de obras dos séculos XVII e XIX – que se traduziram, respectivamente, no revestimento azulejar e na reformulação exterior dos edifícios –, isto para além dos testemunhos da campanha dos séculos XV e XVI – presentes sobretudo o arco triunfal gótico e a abóbada da capela-mor –, tida como a fase mais antiga da construção deste templo.

Possui necrópole tardo-medieval anexa.

Há notícia da existência de um sarcófago medieval de grandes dimensões encostado à parede Sul da Igreja na década de 1960. Nesta época este e outros vestígios e bens patrimoniais terão sido comercializados pelo pároco.

No paredão que sustenta o adro da igreja foram identificadas em contexto de reutilização antes numerosas pedras de provável origem romana, hoje ocultas sob o reboco e pintura recentes.

Também neste robusto muro terá sido também identificado um dos dois fragmentos de um mesmo lintel alto-medieval e de tipologia visigótica, entretanto perdido, que António Gomes Barreto publica descrevendo as condições da sua descoberta na povoação de Montelavar. Estes achados colocam a hipótese da existência em Montelavar de uma antiga igreja dos séculos VII-IX.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 53**Código Nacional de Sítio -**

Designação: Estação Arqueológica do Outeiro, Montelavar

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Para alguns autores terá sido no cabeço do Outeiro que se implantaram as primeiras comunidades que viriam a fixar-se na área de Montelavar (Mário Saa, 1960, *As grandes vias da Lusitânia*, vol. III, Lisboa, pp. 12-17).

De acordo com estas indicações foram efectuadas prospecções na colina sobranceira à actual Montelavar tendo sido recolhidos alguns achados de superfície filiados em ambientes pré-históricos, nomeadamente calcolíticos. Estes materiais encontram-se actualmente na reserva do Museu arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Por outro lado, no decorrer dos trabalhos de exploração de uma pedreira de calcário implantada na parte inferior da colina do Outeiro, na década de 1940, alguns operários descobriram sob uma laje de pedra um conjunto de armas em bronze, do qual faziam parte um punhal e três pontas de lança. Parte deste espólio encontra-se depositado no Museu do Instituto Geológico e Mineiro. A referida laje de calcário encontrava-se sobreposta a pequenas pedras colocadas em cutelo, formando uma caixa, que continha o espólio metálico exumado envolvido numa terra argilosa. Para os investigadores que deram a notícia deste achado, trata-se de um túmulo, ainda, que não tenham sido observados quaisquer vestígios osteológicos.

As associações artefactuais verificadas no local deram origem ao denominado «Horizonte de Montelavar», referência incontornável no âmbito de Idade do Bronze da Península Ibérica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 54; 54A

Código Nacional de Sítio – 3245

Designação: *Villa* romana da Granja dos Serrões, incluindo *pars rustica*, respectiva necrópole de incineração, local do templo consagrado a Júpiter e necrópole alto-medieval.

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Classificado. Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10-05-2013

Descrição:

Localizada junto ao Lapiás da Granja dos Serrões, a *villa* romana da Granja dos Serrões constitui, no seu género, uma das estações arqueológicas mais importantes não só do Concelho de Sintra como da região da Grande Lisboa.

Trata-se, sem dúvida, de um dos sítios com maior número de testemunhos epigráficos do *ager olisiponensis* (área rural de Lisboa), apenas excedido neste aspecto pelo Faião e São Miguel de Odrinhas e que documentam a existência no local de uma necrópole e de um templo consagrado a Júpiter, tudo indicando uma expressiva ocupação do sítio em torno dos século I a C. a II d. C..

Por outro lado, a realização de prospecções superficiais e de sondagens antigas na década de 1979 revelaram materiais arqueológicos quase intactos – hoje conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas – atestando uma ocupação contínua desta área desde meados do séc. I a.C. até, pelo menos, meados do séc. IV d.C..

Nos meados dos anos de 1990 e na sequência da projectada da alteração do traçado da estrada existente – e que envolvia o atravessamento de áreas arqueológicas já bem conhecidas – foram realizados extensos de escavação arqueológica que permitiram identificar amplas estruturas pertencentes à *pars rustica* da *villa*, quer de um troço de muralha romana tardia, isto para além de uma necrópole de inumação do século VIII.

- Templo consagrado a Júpiter

Deste templo, provavelmente implantado num pequeno montículo que se ergue no quadrante NW do conjunto edificado do aglomerado urbano da Granja dos Serrões subsistem numerosos vestígios identificados, atestando a existência de um templo consagrado a Júpiter, contemporâneo do Imperador Augusto (27 a.C. - 14 d.C.). Tratam-se sobretudo de elementos arquitectónicos avulsos (nomeadamente colunas quatro colunas) e epigráficos actualmente conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Neste âmbito destaca-se uma ara consagrada a Júpiter onde pode ler-se: L IVLIVS MAELO CAVDICVS IOVI V S L, ou seja: Lucius Iulius Maelo Caudicus, a Júpiter, o voto cumpriu de livre vontade.

- Necrópole romana de incineração

Tangente à *villa* romana da Granja dos Serrões encontra-se um vasto e bem conservado campo de lapiás. Na sua orla foi identificada uma sepultura de incineração datável da época de Augusto (finais do século I a. C. – inícios do século I d. C.). A sua descoberta fortuita, motivada pelo alargamento da estrada local nos inícios de 1990 permitiu reconhecer a conjunta deposição de dois indivíduos numa mesma urna de cerâmica

Perto da referida *villa* foram, ao longo das últimas décadas, recolhidos numerosos monumentos epigráficos romanos – incluindo o mais antigo, ou arcaizante, de todo o Município Olisiponense (meados do séc. I a. C.).

Para além deste cipo oikomorfo recolheram-se na Granja dos Serrões mais de uma dezena de lápides sepulcrais entre *cupae* (2), cipos prismáticos (2) e estelas geminadas (1), isto para além de elementos de monumentos funerários, como bases de cipos prismáticos (3), um monólito de torre funerária e um toro pertencente também a um monumento deste último tipo.

Fazemos igualmente notar que os campos de lapiás constituem na região áreas de grande sensibilidade arqueológica, nas quais se encontram documentados abundantes sítios pré-históricos, nomeadamente do Neolítico e do Calcolítico Final.

- *pars rustica* da *villa*

Em 1994, realizou-se a 1ª campanha de escavações arqueológicas no Sítio da Granja dos Serrões. No decurso dos trabalhos de campo foi identificada a *pars rustica* da *villa*, da qual fazem parte distintos compartimentos, no âmbito dos quais foi identificada uma oficina de corte e talhe de tesselas – testemunhando uma eventual produção de mosaicos no local.

Por outro lado, no extremo meridional da área então escavada foi posto a descoberto um troço de muralha de grandes dimensões, mas já ao nível dos alicerces. A cronologia aferida, então, para a ocupação deste sítio arqueológico aponta para meados do séc. I a.C. a IV d.C., encontrando-se também documentada a presença muçulmana (séc. XI d.C.).

- Necrópole alto-medieval

Na campanha de trabalhos arqueológicos realizada em 1995 na *villa* romana da Granja dos Serrões foi identificada uma área de necrópole onde se registaram nove sepulturas, uma delas em ossário. Verificou-se, entretanto, que os blocos pétreos usados na construção das caixas e lajes de cobertura são quase todos facetados testemunhando a proveniência de outras estruturas e que aqui se encontram reutilizadas. Saliente-se, ainda, que as sepulturas foram implantadas quer directamente na rocha de base, quer em estratos preexistentes relacionados com a ocupação romana deste espaço.

A ausência de espólio, a deposição dos esqueletos em decúbito dorsal e face virada para Leste, bem como a reutilização de materiais antigos na construção das estruturas das sepulturas permite apontar para uma

cronologia alto-medieval. O espólio osteológico exumado está a ser alvo de análises paleobiológicas e de radiocarbono no Instituto de Ambiente e Vida da Universidade de Coimbra, cujos resultados irão, com certeza, proporcionar dados mais concretos acerca da população sepultada nesta necrópole.

Esta necrópole encontra-se associada a muros de estruturas provavelmente pertencentes a um templo cristão coevo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 55

Código Nacional de Sítio -

Designação: Povoados do Monte da Maceira

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona Especial de Protecção da *villa* romana de Granja dos Serrões - Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 268/2013, DR, 2.ª série, n.º 90, de 10-05-2013

Descrição:

Observam-se à superfície do terreno, e parcialmente soterrados, vestígios de grandes pedras de alvenaria que pressupõem a presença, nesta área, de um povoado.

Há notícia de aqui terem sido recolhidos materiais cerâmicos que apontam para uma ocupação deste *habitat* durante a Proto-história.

Espólio em parte conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 57

Código Nacional de Sítio -

Designação: Estação Arqueológica da Terra das Cenouras

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Jazida de superfície do Paleolítico Médio.

O vasto conjunto de artefactos de pedra lascada, sobretudo de sílex, recolhido no local em trabalhos de prospecção superficial indica, em virtude das suas características tipológicas, para um sítio ocupado durante a Pré-história Antiga, com cerca de 30 000 anos.

Os materiais líticos recolhidos à superfície encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 58

Código Nacional de Sítio - 30119

Designação: Estação Arqueológica do Casal do Silvério

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Esta estação arqueológica foi inicialmente identificada com base em trabalhos de prospecção. Além dos artefactos cerâmicos detectados à superfície dos terrenos que integram a propriedade agrícola, foram igualmente recolhidos dois monumentos lapidares funerários que se encontravam, em contexto de remobilização, na zona das construções habitacionais. Trata-se, concretamente uma estela de topo arredondado epigrafada, atribuível aos séculos I-II d. C. [CASSIA C F AMOENA HSE, com a seguinte tradução: “Cassia Amoena, filha de Caio, aqui está sepultada”] e uma cupa do século I d.C. [P SVLPICIVS P F GAL SEVERVS HSE, com a seguinte tradução: Publius Sulpicius Severus, filho de Publius e inscrito na tribo Galéria, está aqui sepultado].

Já em 2007, na sequência da realização de obras para a instalação de infraestruturas subterrâneas por parte da empresa “Lisboagás”, verificou-se a destruição de contextos arqueológicos no âmbito deste sítio arqueológico. Sequentemente, a equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas assegurou a realização de trabalhos de escavação de emergência no local tendo sido identificadas e escavadas pelo menos seis sepulturas de incineração associados a três estruturas pétreas, cuja funcionalidade não foi totalmente esclarecida. As cinzas e os restos osteológicos humanos encontravam-se depositados em contentores de cerâmica, sendo que apenas num caso foi utilizado um recipiente de chumbo.

O espólio arqueológico recuperado sugere uma cronologia de meados do século I d.C. para a realização e deposição das cremações no local.

Atendendo às evidências reconhecidas arqueológicas reconhecidas é possível afirmar estarmos na presença de uma significativo *habitat* romano de tipo villa e respectiva necrópole.

Os materiais conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 59**Código Nacional de Sítio - 18356****Designação:** Jazida Paleolítica da Várzea do Almargem**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Sítio arqueológico do Paleolítico Médio Foi objecto de uma campanha de trabalhos arqueológicos realizados em 1994. Já nos inícios dos anos 2000 uma pequena área do sítio foi escavada no âmbito dos trabalhos de arqueologia preventiva realizados no Casal do Rebolo, tendo sido possível constatar a natureza superficial da jazida neste sector.

O vasto conjunto artefactual proveniente de recolhas de superfície – sobretudo realizadas nas décadas de 1970-80 – encontra-se depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 60**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Necrópole da Igreja de São Pedro de Almargem do Bispo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Igreja de Almargem do Bispo - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 43 073, DG, I Série, n.º 162, de 14-07-1960**Descrição:**

Igreja paroquial de origem tardo-medieval com necrópole coeva anexa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 61; 61A**Código Nacional de Sítio – 1835****Designação:** Complexo Arqueológico de Olelas, incluindo grutas e povoado com ocupação pré-histórica**Concelho:** Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Classificado. Sítio de Interesse Público - Portaria n.º 208/2013, DR, 2.ª série, n.º 71, de 11-04-2013

Descrição:

Habitat. Pequeno recinto fortificado calcolítico, de planta tendencialmente quadrangular, que fecha o acesso à área mais elevada do relevo e que termina, provavelmente, na escarpa sobranceira à paisagem baixa que se estende para Norte-Sudoeste. Os primeiros trabalhos arqueológicos desenvolvidos no local remontam aos anos de 1950 quando foram escavadas duas construções de planta circular e corredor (monumentos n.º 1 e n.º 2), então interpretados como estruturas sepulcrais. A execução de novas escavações possibilitou objectivar a funcionalidade desses “túmulos” enquanto estruturas defensivas.

Actualmente encontra-se identificada uma linha de muralha com três torres, morfologicamente distintas, e a entrada para o espaço fortificado. Os conjuntos artefactuais recolhidos e as estruturas identificadas apontam para uma intensa ocupação do sítio durante o Neolítico final e o Calcolítico, embora desde logo Cunha Serrão e Prescott Vicente tenham reconhecido uma ocupação mais antiga, também neolítica, com cerâmicas incisas e impressas. Tais artefactos eram sobretudo abundantes no “terreno A”, ou seja, numa área exterior ao reduto defensivo. Trabalhos recentes confirmam uma ocupação anterior à Idade do Cobre no nível de base da torre 3 (camada 4), com materiais arqueológicos tipologicamente idênticos aos identificados no “terreno A”.

Grutas: Noticiadas e exploradas por Carlos Ribeiro nos derradeiros anos do século XIX, as denominadas grutas da Raposa, Biguino e Cova Grande implantam-se no Vale da Calada, a Sul do povoado de Olelas. Estas cavidades cársticas possuem vestígios de ocupação humana pré-histórica, no caso da Gruta da Raposa comprovadamente de carácter funerário, documentada através da presença de cerâmicas manuais (Neolítico, campaniforme).

Os materiais encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 62; 62A

Código Nacional de Sítio - 146

Designação: Monumento Pré-histórico da Praia das Mações

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Monumento Nacional – Dec. n.º 735/74, DG 297 de 21 Dezembro 1974; dispõe de Zona Especial de Protecção – Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 2014-01-21 que engloba uma zona *non aedificandi*.

Descrição:

O conjunto sepulcral da Praia das Mações, integralmente implantado nos calcários e argilas do Cenomaniano, constitui uma das mais interessantes necrópoles pré-históricas do território português.

Este monumento foi detectado em 1927, quando se efectuavam trabalhos agrícolas no “Outeiro dos Mós”. O espólio então recolhido por populares ingressou numa colecção particular. Apesar da primeira notícia sobre o monumento remontar a 1929, a escavação arqueológica apenas teve lugar 32 anos mais tarde.

Nos inícios dos anos 1960, Vera Leisner, Georges Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira escavam sistematicamente o local, tendo sido os resultados desse trabalho divulgados em 1969. A planta do monumento então publicada (que apresentava uma câmara escavada na rocha, câmaras intermédias, a câmara do *tholos* e um corredor) parecia completa e definitiva. Todavia, uma sondagem efectuada nos anos 70 revela a existência de muros, fora do núcleo estrutural já reconhecido, correspondentes ao átrio, além de algum espólio.

Em 1979, Ludgero Marques Gonçalves realiza duas campanhas de escavação, que põem a descoberto todo o átrio e parte do *tumulus*. A leitura das estruturas funerárias apresenta-se complexa. A câmara ocidental, que tem cerca de dois metros de diâmetro, além de escavada na rocha teria sido revestida por esteios de pedra dos quais se mantêm três. Segue-se por um pequeno corredor que conserva ainda, no seu lado sul um muro de pedra. Através de um degrau o nível do pavimento sobe e penetra-se na construção intermédia, também escavada na rocha, que se situa entre a câmara ocidental e o *tholos*. Esta construção, transversal à orientação do monumento é composta por três partes funcionais distintas: um sector central com abertura para o *tholos*; e duas câmaras laterais revestidas por esteios. O *tholos* é constituído por uma câmara circular com cerca de cinco metros de diâmetro (tendo na base lajes de calcário dispostas na horizontal e uma cobertura em falsa cúpula sustentada, provavelmente, por um poste central), um corredor relativamente curto (três metros) e, finalmente, um átrio de forma ovalada e disposição sinuosa.

A análise do espólio recolhido, conjugada com as sucessivas etapas de construção deste monumento híbrido conduziu a algumas conclusões acerca da cronologia das várias fases de ocupação. Assim, os artefactos recolhidos na câmara ocidental - micrólitos geométricos, lâminas, pontas de seta de base triangular, enxós e machados polidos, alfinetes de osso de cabeça segmentada e placas de xisto gravadas, além de cerâmicas carenadas ou em calote esférica -, apontam para uma construção e utilização durante o Neolítico final. No entanto, e apesar do grosso dos materiais exumados no *tholos* pertencerem já ao Calcolítico (artefactos votivos de calcário e osso, recipientes cerâmicos decorados com caneluras, por exemplo), existem evidências de uma ocupação do Neolítico final neste espaço. De uma fase final do Calcolítico são testemunho os conjuntos campaniformes recolhidos na área do átrio e do *tholos*, mas já como espólio de enterramentos de cariz claramente intrusivo.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro e no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 63

Código Nacional de Sítio - 19458

Designação: Sítio Arqueológico do Alto da Vigia, santuário consagrado ao Sol, à Lua e ao Oceano

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Remontam ao século XVI as informações mais antigas que indicam a existência de um santuário romano junto à foz do Rio de Colares. São da autoria de Valentim Fernandes e remontam a 1505; e de André de Resende e de Francisco d'Ollanda, na década de 1540-1550. Este último autor inclui na sua obra "Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa" (1571) o desenho das estruturas que então terá conseguido observar e que pertenceriam ao santuário romano.

A identificação daquelas ruínas no século XVI corresponde à primeira descoberta arqueológica feita em Portugal. A importância do local foi largamente reconhecida na época, passando a ser ponto de visita obrigatória para os eruditos, portugueses e estrangeiros, durante o Renascimento.

As descrições destas visitas indicam que o sítio terá permanecido visitável durante quase todo o século XVI, altura a partir da qual as estruturas terão por alguma razão deixado de estar visíveis, contribuindo desta forma para uma notável confusão relativamente à sua efectiva localização.

Apesar de tudo, a memória de um santuário romano no litoral sintrense permaneceu, embora se ignorasse agora a sua localização exacta, entretanto procurada ao longo de toda a costa entre o Cabo da Roca e a Praia das Maças, ou mesmo mais longe. Os vários estudos e trabalhos científicos recentemente desenvolvidos acabariam por apontar para um pequeno outeiro sobranceiro à Praia das Maças, onde ainda hoje se conservam os micro-topónimos "Alto da Vigia" e "Alconchel".

As escavações recentes foram iniciadas em 2008 pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, precisamente nesse pequeno promontório, na margem esquerda da Foz da Ribeira de Colares, junto das estruturas de uma torre de vigia de época Moderna cujos alicerces ainda se encontravam parcialmente visíveis.

A intervenção arqueológica levada a cabo pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas permitiu já confirmar a existência naquela zona de um santuário romano monumental, bem como a caracterização dos alicerces parcialmente visíveis como pertencentes a uma torre de vigia do século XVI. Foi ainda surpreendentemente identificado um importante conjunto de vestígios de época islâmica, totalmente desconhecidos até então.

As estruturas de época islâmica correspondem a um *ribat* ("convento"), tendo sido, até ao momento, descoberto um conjunto arquitectónico constituído por várias salas, destacando-se uma delas pela presença de um *mihrab* orientado para Sudeste, virtualmente no sentido de Meca; trata-se, pois, de uma pequena mesquita.

A presença de restos de materiais de utilização quotidiana associados à ocupação islâmica é bastante residual. No entanto, foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica com cronologia do século XII, que assinalam provavelmente a fase final desta ocupação. De salientar a grande quantidade de conchas, algumas ainda associadas a vestígios de fogueiras, indícios do aproveitamento dos recursos marinhos disponíveis no local.

Para além dos edifícios, foi também identificada uma área de necrópole com várias sepulturas, hoje sem qualquer vestígio de espólio arqueológico ou osteológico no interior, devido à grande acidez do terreno, mas cuja orientação e realidade estratigráfica as associam claramente à fase de ocupação islâmica deste sítio.

As construções de período islâmico encontram-se em muitos casos bastante destruídas devido à ulterior remoção de elementos pétreos de grandes dimensões, dos quais muitas vezes apenas subsiste o negativo da forma conservado na argamassa do alicerce onde assentavam, ou apenas as pedras mais pequenas utilizadas como cunhas dentro das valas das fundações. Porém, alguns desses blocos de grandes dimensões ou de melhor qualidade no talhe ainda se conservavam nas paredes. A retirada daqueles elementos está por certo relacionada com a construção da torre de vigia no XVI, quando as estruturas islâmicas foram parcialmente utilizadas como “pedreira”.

Por sua vez, na edificação das estruturas do *ribat* tinham sido reutilizados múltiplos elementos lapidares de época romana, onde se incluem, além de monumentos epigráficos, bases de coluna, fustes, impostas e outras cantarias arquitectónicas confirmando de forma indelével a existência no local de um importante santuário romano, para a existência do qual apontavam já os relatos de Valentim Fernandes e de Francisco d’Ollanda no século XVI.

A grande importância deste santuário na época romana está reflectida no facto de alguns dos altares (*aras*) até agora identificados terem sido expressamente colocados em favor da saúde do Imperador e da eternidade do Império, e ainda por serem todos eles dedicados não por devotos particulares, nem sequer pelas elites locais ou provinciais, mas apenas por detentores de altos cargos imperiais, nomeadamente governadores da Lusitânia e legados do Imperador.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 64; 64A

Código Nacional de Sítio -

Designação: Fonte Tardo-medieval da Cabrela

Concelho: Sintra

Freguesia: São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Classificado. Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 5/2002, DR, I Série B, n.º42 de 19 de Fevereiro

Descrição:

Fonte tardo-medieval de mergulho, provida de arco trilobado e abóbada artesoada (Gótico final). Na estrutura do depósito encontra-se reutilizada uma tábula romana moldurada datável do séc. I-II d.C..

A localização desta fonte relaciona-se directamente com um caminho antigo que ligaria Lisboa ao litoral, passando por Montelavar, seguindo provavelmente o traçado do caminho romano original.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 65**Código Nacional de Sítio -****Designação:** Jazidas Paleolíticas da Praia da Adraga**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

As jazidas Paleolíticas da Praia da Adraga integram o conjunto de estações paleolíticas conhecidas no litoral sintrense desde a década de 1940.

Localizadas no topo das falésias entre a Praia Grande e a Praia da Adraga, estas jazidas caracterizam-se pela presença de artefactos de pedra lascada nos ravinamentos de terra vermelha existentes no local.

Os autores dos primeiros estudos (Breuil e Zbyszewski, 1945) identificam duas séries artefactuais com diferentes características e que integram em períodos distintos. A série I, de tipo mustierense, é constituída por lascas de quartzo, quartzito e sílex com erosão eólica; ao passo que a série II é exclusivamente constituída por um fragmento de núcleo e restos de talhe de sílex, com arestas vivas e sem vestígios de erosão, possivelmente do Paleolítico Superior.

Este sítio insere-se no conjunto das estações arqueológicas paleolíticas identificadas nas praias fósseis – ou praias elevadas – do litoral da Estremadura, possuindo também testemunhos eloquentes noutras localizações costeiras do Concelho de Sintra, como Assafora, Magoito, Aguda e Praia das Maças.

Os materiais encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 66**Código Nacional de Sítio - 19456****Designação:** Estação Pré-histórica da Adraga**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

A estação Pré-histórica localiza-se a meia encosta, num local abrigado, escassos metros a sul do curso de água que desagua, a poucos metros, na Praia da Adraga.

No local, caracterizado pelos solos arenosos com abundantes cinzas superficiais, foi recolhido um conjunto de artefactos de cronologia pré-histórica constituído por escassos fragmentos cerâmicos rolados, lisos e com decoração campaniforme incisa.

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 67

Código Nacional de Sítio - 19457

Designação: Estação Arqueológica das Vinhas da Funcheira

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

11. O sítio arqueológico localiza-se sobre a arriba litoral a Norte da Praia da Adraga.
12. Vestígios de superfície do Calcolítico final.
13. Os materiais recolhidos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 68; 68A

Código Nacional de Sítio - 3249

Designação: *Villa Romana de Santo André de Almoçageme, incluindo pars rustica e pars urbana*

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público – Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997;

Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A estação romana de Santo André de Almoçageme consiste numa *villa* de grandes dimensões, característica aliás do período tardio a que pertence, enquadrado entre os séculos II e V d. C.. Antes da realização de trabalhos arqueológicos sistemáticos eram já conhecidos uma inscrição funerária, encontrada no século XVII, e um mosaico polícromo, integrado em estruturas arqueológicas, com espólio associado, descoberto em 1905 quando se procedeu à abertura da estrada Rodízio - Almoçageme. A construção desta estrutura viária dividiu irremediavelmente, no sentido Este - Oeste, o sítio arqueológico em duas áreas distintas. Os trabalhos arqueológicos realizados, entre 1985 e 1990, permitiram verificar que às zonas separadas casualmente, correspondem a *pars rustica*, a Sul, e a *pars urbana*, a Norte.

Pars urbana

As campanhas de escavações iniciaram-se, no terreno a Norte da estrada, apenas nos finais da década de 80 e revelaram a casa senhorial (*pars urbana*) desta *villa*. Foram, então, identificados vários compartimentos que se organizam em torno de um peristilo - pátio central ajardinado -, muito destruído pela construção da estrutura viária acima referida. A característica mais notável deste conjunto habitacional é, sem dúvida, a presença de pavimentos de mosaico polícromo, atribuíveis à segunda metade do século III d.C.. Tais pavimentos musivos constituem o mais vasto e diversificado núcleo até agora reconhecido na zona Oeste do Município Oisiponense. Os estratos de ocupação revelaram a existência de abundante espólio, nomeadamente cerâmico, que ilustra a existência de trocas comerciais com o Mediterrâneo Oriental e o Norte de África.

Pars rustica

As diversas campanhas de escavações realizadas a Sul da estrada revelaram a existência de estruturas arqueológicas compatíveis com a *pars rustica* (anexos agrícolas) da *villa* de Santo André de Almoçageme. Tais vestígios testemunhavam a presença de uma olaria e respectivo forno. Em termos gerais, as construções apresentam-se algo destruídas embora se tenham identificado dois tanques, construídos em *opus signinum*, e condutas de escoamento de água, enquadrados por muros contemporâneos, além de um forno de planta circular. Esta construção encontrava-se rodeada de abundantes descargas que esclarecem acerca do tipo de materiais ali produzidos, concretamente telhas curvas (*imbrices*) e tijolos. O conjunto pode, pois, ser considerado no seu todo como uma olaria, servindo os tanques postos a descoberto para amassar e decantar o barro e, talvez, para a lavagem dos produtos finais. Analisando o espólio associado é possível afirmar que esta estrutura funcionou entre os séculos III e IV d.C.. Numa fase posterior, este espaço foi utilizado como lixeira. Saliente-se, ainda, a descoberta de duas sepulturas infantis de inumação, ambas constituídas por dois *imbrices* sobrepostos e em posição invertida, fechados nos topos por fragmentos de tijolo, completamente fora de um contexto de necrópole.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 69**Código Nacional de Sítio – 19460****Designação:** Aldeia medieval do Covão**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Vestígios soterrados de uma aldeia referida nas fontes documentais medievais, nomeadamente nos *Livros de Foros do Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa*, onde estão referenciadas três propriedades de grandes dimensões em Sintra, sendo uma delas a herdade do Covão.

Esta povoação medieval estaria situada numa área a NW da Vila de Colares, na vasta várzea onde, ainda hoje, subsiste o microtopónimo. São, igualmente, numerosas as referências feitas ao Covão em documentação coeva da 1ª e da 2ª Dinastias.

Contudo, o último registo que se conhece relativamente à aldeia do Covão data de 1831, época em que apenas existiria um simples fogo. A partir de então deixou de ser referenciado enquanto núcleo populacional.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 70**Código Nacional de Sítio – 19459****Designação:** Necrópole romana do Pinhal da Nazaré**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Em 1983, na sequência da abertura de covas para o plantio de árvores, foram identificados no Alto do Banzão, num terreno denominado por “Pinhal da Nazaré”, sedimentos arqueológicos de matriz arenosa. Estes encontravam-se claramente remobilizados e continham abundantes cinzas e carvões, tendo sido aqui recolhido um fragmento de fundo de taça de “terra sigillata” sud-gálica com marca. As características do achado pressupõem a existência nesta área de uma provável necrópole de incineração de época romana.

A peça permanece depositada no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 71**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Castelo de Colares**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

A construção do Palácio dos Melo e Castro em Colares ter-se-á, por ventura, iniciado em cerca de 1620. O facto de se terem detectado alguns elementos pétreos manuelinos avulsos permite supor que o edifício seiscentista se terá desenvolvido a partir de uma estrutura preexistente, nomeadamente – segundo uma tradição historiográfica – a Casa da Câmara, a qual, por sua vez, teria aproveitado a antiga alcáçova do hoje desaparecido castelo muçulmano.

Este palácio, todavia, foi demolido nos inícios da presente centúria para ali se erguer a escola primária. Por conseguinte, da singular *villa* de sabor italianizante subsiste apenas uma arcaria de amplos vãos cegos e a casa da água, sustida por abóbada de canhão. A cobertura destes edifícios, contíguos e de planta regular, é única e forma um grande terraço lajeado, delimitado por murete com conversadeiras. A data de 1690 inscrita numa *cartouche* relevada sobre o arco abatido de acesso à casa da água indicará, talvez, a época em que se revestiram as paredes exteriores, junto ao grande tanque, com frescos de cariz mitológico e influência italianizante, infelizmente quase desaparecidos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 72**Código Nacional de Sítio – 3478****Designação:** Necrópole da Igreja Matriz de Colares**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Classificado. Monumento de Interesse Público Portaria n.º 168/2013, DR, 2.ª série, n.º 67, de 5-04-2013, Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Em 1989, foram realizados trabalhos arqueológicos de prevenção no adro norte da Igreja Matriz de Colares.

No decurso da intervenção identificaram-se duas fases de utilização funerária que se sobrepunham a uma realidade distinta relacionada com actividades domésticas. A primeira necrópole detectada abrange uma vasta diacronia - séculos XV a XX - e relaciona-se directamente com a actual igreja.

Subjacente a estes vestígios definiu-se um outro conjunto de sepulturas, muito mais antigas, de planta fusiforme associadas a outras (mais raras) de recorte antropomórfico, em parte escavadas na rocha e em contextos anteriores. Estes estratos correspondem à colmatação de vários silos preexistentes que em pleno período de ocupação islâmica tornavam este local num vasto espaço destinado ao armazenamento. Os materiais cerâmicos exumados datam dos séculos IX-XI d.C., altura em que estas estruturas terão sido utilizadas como lixeiras de detritos domésticos.

Os materiais encontram-se depositados no Museu arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 73

Código Nacional de Sítio – 6557

Designação: Estação Arqueológica da Quinta da Areia

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Numa área próxima da *villa* romana do Lugar do Marcador há notícia de ter sido descoberto um mosaico romano, do qual, hoje, se desconhece por completo o paradeiro.

Da Quinta da Areia provém também uma lucerna romana tardia (séc. III d.C.) decorada com motivos vegetalistas e uma inscrição romana, ambas pertencentes ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia.

A lápide encontra-se em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 74

Código Nacional de Sítio – 2959

Designação: Estação Arqueológica do Lugar do Marcador

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Villa romana. Destruída recentemente num dos seus sectores pela construção de moradias; vestígios soterrados.

Os materiais recolhidos encontram-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 75**Código Nacional de Sítio – 6304**

Designação: Estação Arqueológica dos Moinhos da Torre, Janas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Nos finais da década de 70, identificou-se no talude de um terreno junto aos Moinhos da Torre, em Janas, um nível arqueológico com grandes telhas intactas. As características tipológicas destes *imbrices* apontam para uma cronologia compreendida entre o Baixo-império e a Alta Idade Média. Dois exemplares então recolhidos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 76**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Ruínas do Antigo Convento Gótico do Carmo, Casal da Torre, Janas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

As notícias mais antigas, hoje conhecidas, acerca do Casal da Torre - ou Casal de Miguel Joanes, como seria designado na época medieval - reportam-se à primeira metade do século XV, quando D. Duarte fez mercê da propriedade a Mestre Henrique, físico-mor do reino que a deixou, em testamento à Ordem do Carmo.

Por conseguinte, Frei Constantino Pereira deu começo à construção do cenóbio e chegou a «fabricar alli huma Igreja» Com o tempo, porém, a terra revelou-se inóspita e desabrigada da fúria dos ventos, pelo que os frades,

apesar de terem já construído o templo, acabaram por se fixar, em 1457, no termo de Colares. O Casal foi transformado em simples propriedade agrícola e as suas estruturas medievais sofreram acrescentos e adaptações às novas funções, subsistindo, ainda, vetustas ruínas da igreja gótica, cujo prospecto se integra no contexto da arquitectura portuguesa quatrocentista, nomeadamente no chamado *gótico chão* (reinado de D. Afonso V, 1438-1481). Este tardo-gótico, revelando eventualmente influências meridionais e levantinas, caracterizou-se pelo quase despojamento decorativo e pela «elementarização geométrica» dos edifícios – tal como sucede, aliás, no Casal da Torre. Trabalhos arqueológicos realizados, em 1995, no interior do imóvel não permitiram esclarecer o período de utilização das estruturas ainda hoje visíveis.

Através da análise da planta dos edifícios é possível admitir que as ruínas da capela-mor se encontram, actualmente, sob a estrada de terra batida pela qual se acede ao casal.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 77

Código Nacional de Sítio – 6247

Designação: Estação Arqueológica de Castanhais

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A estação arqueológica de Castanhais foi objecto de publicação em 1947 pelos autores dos trabalhos de campo, Joaquim Fontes e Vítor Fontes.

O Sítio de Castanhais implanta-se na Serra de Sintra próximo da Vila Velha, num topo aplanado sobranceiro ao vale da Ribeira de Colares. Além dos materiais recolhidos no cume da elevação, que indicam uma provável ocupação de carácter habitacional, identificaram-se na escarpa da vertente NE duas grutas já parcialmente exploradas.

Tais cavidades foram certamente utilizadas como locais de enterramento atendendo à recolha de abundantes ossos humanos. Apenas na gruta nº 1 foram efectuadas sondagens arqueológicas, tendo sido exumado um apreciável conjunto de espólio que integra uma lâmina de sílex, um afiador de machados, percutores, machados e enxós, um vasilho de calcário, uma esfera da mesma matéria-prima e um possível cilindro de calcário fragmentado, além de fragmentos de recipientes cerâmicos, maioritariamente lisos, dos quais se destaca um pequenino vaso com vestígios de pigmentos vermelhos no interior associado a uma calote craniana atribuída a um indivíduo do sexo feminino. Relativamente ao conjunto osteológico não foi identificado qualquer esqueleto em conexão anatómica, encontrando-se sim depositados em prováveis ossários.

Actualmente é desconhecido o local de depósito deste espólio.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 78**Código Nacional de Sítio – 19450****Designação:** Sítio Arqueológico da Rua das Padarias, n.º14 Sintra**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

A escavação arqueológica realizada no local no final da década de 1980 revelou uma significativa sequência estratigráfica com uma longa diacronia de ocupação. Assim e apesar da maioria dos estratos e estruturas corresponderem a contextos de época moderna, os resultados da intervenção permitiram identificar ocupações anteriores, de época islâmica, romana e mesmo pré-histórica.

Testemunhando a época islâmica foram escavados três silos que continham abundantes materiais arqueológicos – sobretudo recipientes cerâmicos de diferentes tipologias – que datam esta ocupação dos séculos XI-XIII.

De modo complementar, identificou-se um estrato tardo-romano – com materiais arqueológicos de cariz doméstico – associado a um troço de muro coevo e que constituem os únicos níveis arqueológicos fechados desta cronologia até hoje reconhecidos no tecido urbano da vila de Sintra e que, de algum modo, contextualizam uma pequena série de artefactos avulsos já anteriormente identificados. Do conjunto de objetos salienta-se, um fragmento de travessa *de Terra Sigillata* Clara D, tardia, atribuível aos séculos V-VI dC., uma moeda de provável cronologia situada nos finais do século IV - inícios do V d.C., duas pontas de fuso em bronze e alguns fragmentos de boca de ânfora, para além de um troço de muro, de aparelho irregular e parcialmente destruído, mas muito semelhante a outras estruturas postas a descoberto em estações romanas da mesma época sitas noutras áreas da região de Sintra.

Ao *habitat* neolítico e calcolítico corresponde a última camada estratigráfica, assente no areão granítico que colmatava os interstícios do afloramento. Inventariaram-se, então centenas de artefactos, sendo os mais significativos os cerâmicos: taças caneladas, taças de bordo denteado, taças carenadas, recipientes decorados a punção, pratos de bordo “almendrado” e vasos esféricos. Destacam-se ainda vários machados de pedra polida, algumas lascas e furadores de sílex. Foi também identificada uma estrutura com cerca de 1 m de espessura correspondendo, possivelmente, a um potente muro que possivelmente limitaria o povoado.

Os materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 79**Código Nacional de Sítio – 19444****Designação:** Gruta Natural da Estefânea**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Também conhecida como Gruta do Nogueira, a Gruta da Estefânea localiza-se nos limites da estação ferroviária de Sintra, na escarpa natural, a cerca de 10 metros do túnel da linha de caminho de ferro, no seio dos calcários Jurássicos de Kimeridgiano e do Lusitaniano. Terá o seu percurso 150 metros de extensão rodeado por formações litoquímicas. É apontada para o local uma ocupação pré-histórica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 80; 80A**Código Nacional de Sítio – 657****Designação:** Necrópole pré-histórica do Vale de São Martinho**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:**

PROTECÇÃO: SÍTIO CLASSIFICADO. IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO, DEC. N.º 35 817, DG 187 DE 20 AGOSTO DE 1946. ABRANGIDO PELA ZONA DE TRANSIÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA

Descrição:

Os monumentos do Vale de São Martinho foram detetados no século XIX no decurso de trabalhos agrícolas. A escavação das sepulturas, então levada a efeito pelo Museu Ethnographico Português, foi objeto de publicação em 1896 no periódico *O Archeologo Português* (Apollinário, 1896).

A necrópole é constituída por dois *tholoi* de câmara semicircular e corredor orientado a nascente. Apesar das estruturas arquitetónicas dos túmulos se encontrarem parcialmente destruídas é possível, em ambos os casos e através dos muros existentes, reconstituir as suas plantas originais.

As escavações efectuadas puseram a descoberto várias deposições funerárias acompanhadas por espólio bem característico deste tipo de sepulcros datáveis do Calcolítico (III Milénio AC): vasos cerâmicos, pontas de seta,

machados de pedra polida e objectos votivos. Estes últimos talhados em osso ou em calcário constituem, sem dúvida, os artefactos mais significativos de todo o conjunto. Na realidade, objectos votivos como a enxó encabada, os ídolos cilíndricos e a falange decorada de equídeo, encontram paralelos noutras estações das penínsulas de Lisboa e Setúbal e mesmo no Sudeste Espanhol. Isto para além de uma peça única, cuidadosamente talhada em osso com uma representação antropomórfica, provida de toucado e ostentando tatuagens faciais.

Confere singularidade ao conjunto patrimonial o facto de terem sido identificados dois monumentos de falsa cúpula, de cronologia e tipologia idênticas, com grande proximidade espacial, o que leva a considerá-los uma necrópole, situação pouco comum para este tipo de sepulturas, mas bem documentada nos conjuntos de grutas artificiais também utilizadas nesta cronologia no Centro e Sul de Portugal.

Os materiais então recolhidos encontram-se depositados no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu de Vila Nova de Gaia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 81

Código Nacional de Sítio – 4174

Designação: Estação Arqueológica do Casal de Santo Amaro

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Necrópole de inumação datável do Bronze final/Idade do Ferro.

Em 1895, Leite de Vasconcellos publica o achado de um esplêndido colar de ouro – designado desde então como “Xorca de Sintra” – que havia sido encontrado no Casal de Santo Amaro e que permanece, até aos nossos dias, como uma peça única no panorama das mais significativas jóias proto-históricas até hoje conhecidas em território nacional.

Trata-se de um pesado colar de ouro, formado por arcos de secção circular que ostentam decoração incisa geométrica, cuja excepcionalidade conduziu mesmo a tivesse sido vendido a comerciantes londrinos em 1902, permanecendo actualmente em exposição no Museu Britânico.

A descrição das condições de achado da Xorca de Sintra menciona que esta fora exumada do interior de uma sepultura identificada entre duas bancadas de calcário, cobertas por lajes toscas, onde se encontrava associada a ossos humanos. Aparentemente, dada a identificação de mais ossadas humanas na área adjacente, pode considerar-se a existência de uma necrópole de inumação datável do Bronze Final/Idade do Ferro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 82**Código Nacional de Sítio – 3255****Designação:** *Villa Romana de Abóbadas***Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Em 1914, Vergílio Hipólito Correia publica n' *O Archeologo Português* um artigo denominado "No Concelho de Sintra - Escavações e Excursões", onde consagra todo o primeiro capítulo à descoberta e sumária escavação de um *hipocaustum* sito nas Abóbadas, um pouco a Sul de Vila Verde.

Refere Vergílio Correia que o citado *hipocaustum* denuncia com segurança a presença de umas termas romanas e conseqüente *villa*.

Recolhe, além de vários materiais cerâmicos de construção, fragmentos de recipientes de cerâmica comum, tesselas várias, pedaços de mós, pedras lavradas e, ainda, uma inscrição remontando ao século III d.C. – lápide de lioz claro, publicada por Leite de Vasconcellos.

Em tais trabalhos é levantada evanta ainda uma planta sumária do *hipocaustum*, em cujo interior recolhe novas tesselas de mármore, alguns ossos humanos, vários materiais cerâmicos e uma moeda de bronze datável do Baixo-império. De acordo com este investigador o *hipocaustum* consistia num edifício com duas absides desiguais, de fortes paredes de cantaria lavrada. Possuía, ainda, um espaço rectangular em cujo interior se encontravam vinte e sete pegões. Esta série de pegões assentava sobre um lastro de tijolos colocados numa camada de argamassa, que muitas vezes os envolvia completamente.

Com o passar do tempo, perdeu-se de todo a localização destas ruínas e apenas em 1985 foi possível redescobrir este local quando decorria a construção de uma fábrica (hoje concluída e em funcionamento), a qual obrigara à remoção de grandes quantidades de terra, destruindo assim o *hipocaustum*. Nessas mesmas terras removidas, recolheram-se abundantes materiais da época romana que permitem datar as ruínas entre os séculos III e IV d. C..

Entretanto, uma observação detalhada dos terrenos circundantes fez concluir que, de toda a *villa* romana, apenas tinham sido destruídas as termas, e estas ainda assim parcialmente. Assim, são visíveis à superfície ruínas de estruturas antigas, bem como inúmeros fragmentos de cerâmicas e tesselas.

Vestígios soterrados.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 83**Código Nacional de Sítio – 3281**

Designação: Estação Arqueológica de São Romão, abrangendo a ermida epónima

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão – Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

A Ermida de São Romão está implantada sobre uma plataforma artificial elevada onde se registam, à superfície, vestígios arqueológicos romanos e pré-históricos.

A ocupação em época romana, à qual poderá, eventualmente, corresponder a referida plataforma artificial e muitas das estruturas que nela deverão permanecer soterradas, evidencia-se através de um grupo bastante representativo de seis lápides, datáveis dos séculos I e II d. C., actualmente conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Para além de um monumento funerário em forma de ara que servia de base à pedra de ara do altar, provido de inscrição e consagrado aos Deuses Manes, recolheram-se no local dois monumentos arciformes com inscrição, um deles completo – ou seja com a tampa cupiforme e a urna cinerária paralelepípedica – com a seguinte inscrição: M.STATIVS / M.F.GAL / MAXVMVS / H.S.E, cuja leitura é “Marco Estácio Máximo, filho de Marco e inscrito na tribo Galéria, está aqui sepultado.” Aos túmulos acima mencionados acresce uma tábula moldurada ostentando a seguinte epígrafe: IVLIA.L.F.AMOENA.H.S.E / P.CLODIVS.P.F.AVITVS. AN.XX HSE / L.IVLIVS.CIVIS.H.S.E., traduzindo “Júlia Amena, filha de Lúcio, aqui está sepultada. Públio Clódio Avito, filho de Públio, de 20 anos, aqui está sepultado. Lúcio Júlio Civis aqui está sepultado”.

As evidências da existência de uma necrópole romana no local encontram-se reforçadas pela detecção no local de uma base com encaixes destinada à sustentação de uma estela de topo arredondado.

A esta necrópole deverão ainda pertencer as duas cupas epigrafadas identificadas na povoação de Lourel, que se localiza nas proximidades da Ermida.

O primitivo templo de São Romão deverá remontar à Alta Idade Média, uma vez que na documentação do século XIII a ermida é referida como sendo bastante antiga.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 84

Código Nacional de Sítio – 2683

Designação: Estação Pré-histórica do Penedo da Cortegaça

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio do Penedo da Cortegaça localiza-se no topo da elevação epónima, sobranceiro à superfície aluvionar da Granja do Marquês, num local muito afectado pela lavra de uma pedreira entretanto desactivada.

Sítio escavado por Fernandes Gomes não tendo sido, até ao momento, objecto de publicação global. As referências que existem foram recolhidas em notas avulsas elaboradas pelo autor dos trabalhos de campo, onde se alude à abundância de cerâmica decorada com “folha de acácia” e bordos denteados.

Prospecções de superfície efectuadas na década de 1990 demonstram a existência, a par da cerâmica, de artefactos de pedra lascada e polida que permitem afirmar que o sítio tem vestígios de ocupação do Neolítico, Neolítico final e Calcolítico, entre o 5.º e o 3.º Milénios AC. No local encontra-se ainda identificada uma jazida de Sílex.

Um pequeno conjunto de materiais arqueológicos encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 85**Código Nacional de Sítio – 22639**

Designação: Minas e estação arqueológica do Suímo

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio arqueológico do Suímo caracteriza-se pela existência de um conjunto de explorações de época romana e medieval, destinadas à extração de pedras semipreciosas, sendo presumível que existam várias estruturas soterradas relacionadas com esta atividade económica. É de supor, pois, quer a existência de escavações ocultas no subsolo e parcialmente obstruídas, quer a presença de ruínas de antigas habitações e de outras estruturas de apoio ao campo mineiro. Note-se, a propósito, a descoberta no local, ainda no século XIX, de uma moeda de ouro de Domiciano – 91-86 d.C. (Castro e Sousa, 1842).

De facto, ainda hoje se observam minas a céu aberto, por vezes com galerias, em tempos destinadas à exploração de granadas e zircões. A sua importância na época romana era assinalável, pois constava na lista das minas do Império Romano, uma vez que se encontra referida na obra *História Natural* de Plínio, o Velho, como o local em que se extraíam os famosos *carbunculi* (Guerra, 1995), informação essa baseada num texto datado de cerca de 49 d.C. – hoje perdido – sobre a Lusitânia da autoria de *Cornelius Bochus*, ilustre cidadão de *Salacia* – Alcácer do Sal (cf. Fernandes, 2002).

Mais tarde, já em época islâmica, assistimos à conservação do topónimo, surgindo mencionado nas crónicas de Ahmede Arrazi (Século X) a povoação de *Ossumo*, como pertencente ao Termo de Lisboa, a par de Sintra e de Almada (cf. Borges Coelho, 1972, p. 41).

Assim, ao local de Monte Suímo (**mons sumus>Monte Suímo*) seria atribuído a um importante centro de exploração económica dos arredores de Lisboa. Ao que tudo parece indicar, tratar-se-ia de um antigo *vicus* romano, ou seja, um pequeno aglomerado urbano, embora sem autonomia administrativa, pertencente ao território de uma *civitas*, neste caso o de *Felicitas Iulia Olisipo* (Cardim Ribeiro, 1994, p.82).

A longa atividade de mineração continua depois em época medieval portuguesa, certamente ligada à Coroa. Note-se a menção a “onze pedras jagonças de belas almadinas” no inventário dos objetos pertencentes ao então ainda infante D. Dinis, datado de 1278. Refira-se, também, que as minas do Suímo se encontravam em 1499 na posse da Infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel (cf. Azevedo, 1918, p. 161).

As referências a estas pedras semipreciosas continuam a estar presentes nas obras dos séculos XVI e XVII, sendo particularmente significativas, nomeadamente, as de Garcia da Horta em 1563 e as de Luís Marinho de Azevedo em 1652, ainda que este período corresponda já ao declínio das Minas do Suímo, que em breve conduzirá ao seu total abandono (cf. Duarte, 1995, p. 92).

Desde então não se registaram destruições no terreno, pelo que hoje este conjunto constitui uma das mais significativas paisagens mineiras da época romana e medieval da Península Ibérica.

A sua importância foi desde logo reconhecida pelo eminente geólogo Paul Choffat que desenhou, em 1914, os primeiros alçados das minas existentes no local – as quais, aliás, ainda hoje podem ser observadas.

Este autor refere a existência de granadas com dimensões superiores a 300mm de eixo maior, mencionando também cristais de anfíbola, e tais como a piroxena, a olivina e, mesmo, o zircão.

Estudos petrográficos recentemente desenvolvidos por T. Palácios em 1985 permitem classificar com maior precisão estas granadas, das quais ainda hoje é possível encontrar exemplares com dimensões inferiores a 10mm em torno da “Mina Pequena” e da “Mina Grande” (cf. Cachão et al., 2010, p.4).

Assim, a área de exploração mineira do Suímo, onde desde a Antiguidade e até ao século XVI se extraíram pedras semipreciosas – situação rara em Portugal, cujo substrato geológico não é rico em jazidas deste tipo – deverá ser considerado como um espaço de elevado interesse patrimonial, em termos históricos, arqueológicos e geológicos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 86; 86A

Código Nacional de Sítio –

Designação: Forte do Espinhaço, Cabo da Roca

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Imóvel Classificado. Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977 e Dec. n.º 28/82, DR 47 de 26 Setembro 1982. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Estrutura arruinada, conservando de pé apenas pequenos troços da muralha e parte da abóbada do paiol. Época de Construção: Séc. XVII. Cronologia: 1640, após - Edificação; 1693 - 1ª referência em planta, pertença do Arquivo da Casa de Cadaval; 1751 - depois de vistoriá-lo, um inspector considera-o de grande valor na defesa da costa, mas estava muito arruinado, com entrada interiormente derrubada, sem portas e janelas e abóbadas fendidas; anos depois deve ter sido restaurado; 1763 / 1764 - durante guerra com Espanha, estava artilhado; 1777 - o paiol de pólvora estava bem conservado, mas o forte já não tinha importância estratégica; 1793 - recebe obras de beneficiação; 1796 - precisava apenas de pequenos consertos; 1801 - estava artilhado, mas tudo era velho; 1813 - já sem guarnição, só tinha um vigia; 1829 - já não é mencionado como fortificação; 1831 - relatório considera-o sem importância estratégica e com acessos difíceis até para reforço, sentenciando-o definitivamente à morte; 1940 - era só um monte de pedras. Tipologia: Arquitectura militar, barroca. Pequeno forte barroco construído após a Restauração como esforço da defesa da costa, devido às hostilidades com Espanha, e integrando-se na linha defensiva que se estendia até Belém.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 87; 87A

Código Nacional de Sítio – 12525

Designação: Anta de Adrenunes

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Monumento Classificado. Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Localizado a 426 metros de altitude a Este do Cabo da Roca, o Penhasco de Adrenunes domina o Oceano e as colinas que nele se precipitam.

Trata-se, na realidade, de um afloramento granítico com características morfológicas originais, conferidas pela existência de pedras altas, dispostas paralelamente e na vertical, cobertas por outras quase horizontais, lembrando uma galeria. Assim se justifica que este maciço rochoso tenha sido alvo das mais controversas interpretações. Parece, todavia, tão exagerado considerá-lo o mais imponente monumento megalítico de Portugal (como afirmava Pereira da Costa), como catalogá-lo apenas como mais um afloramento granítico da Serra de Sintra (como propunha Félix Alves Pereira).

A sua utilização em tempos pré-históricos encontra-se documentada, tanto pelas dezenas de “covichas” que cobrem as pedras em torno do afloramento mais elevado, como pela cerâmica recolhida à superfície. Tudo leva

a crer que o Megálito de Adrenunes seja um acidente natural ao qual foram acrescentados alguns elementos artificiais como objectivo de organizar este espaço, o que é perfeitamente compreensível se tivermos em linha de conta a sua localização e ambiência de *finis terra*.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 88

Código Nacional de Sítio – 19441

Designação: Sítio Proto-histórico da Peninha

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação do Santuário da Peninha como Imóvel de Interesse Público. Decreto 129/77 de 29 de Setembro. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Na área do Santuário de Nossa Senhora da Peninha foram detectados, à superfície artefactos avulsos atribuíveis à Idade do Bronze.

Os materiais encontram-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 89

Código Nacional de Sítio – 19455

Designação: Necrópole Medieval de Nossa Senhora de Milides

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio inventariado abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A cerca de 300 m a sudeste da Vila de Colares, num ameno e fértil vale, já próximo da Ribeira da Abreja, ergue-se, singela, a pequena ermida devotada a Nossa Senhora de Milides.

Em redor desta ermida subsiste uma necrópole medieval parcialmente aberta sobre um campo de silos alto-medievais. As sepulturas – orientadas Este-Oeste – apresentam-se, na totalidade, escavadas na rocha, esboçando algumas delas uma solução antropomórfica, e permaneciam cobertas por toscas lajes calcárias. Para

estas sepulturas encontramos paralelos próximos, em termos regionais, na necrópole da Igreja Paroquial de Santa Maria de Sintra. No entanto, devido ao facto de se observar a destruição de alguns túmulos por outros, aproveitamento de paredes comuns para mais do que um enterramento, sobreposição de inumações e colocação de ossários no interior das covas, permitem concluir, *a priori*, ter havido, ao longo dos cerca de 300 anos que terá funcionado, grande ocupação desse espaço sacralizado.

As origens da ermida de Nossa Senhora de Milides – e sequentemente da necrópole que lhe está anexa – mergulham profundamente da lenda. Segundo a narrativa, «vinte Portugueses meditavam uma empresa de guerra contra os Mouros (...); começavam contudo a vacilar à vista de um desproporcionado número de inimigos, e o seu ânimo varonil começava a afrouxar à vista do perigo inevitável. À moda dos tempos antigos alentavam-se com a oração neste retiro, eis senão quando ouvem uma voz que dizia - 'Ide que *mil ides*': despertados e electrizados por esta voz magica, saem resolutos, e aos gritos repetidos de *Milides* dão sobre os Mouros, e apesar de tão desproporcionado número os desbaratam, e vêm dar graças de tão portentosa vitória à Senhora que d'ora em diante apelidam de *Milides*» (Juromenha, 1838, pp. 157-158).

Na realidade, uma primeira campanha de escavações levada a cabo em 1992 pela equipa do Gabinete de Estudos de Arqueologia, Arte e Etnografia no adro fronteiro à ermida, a qual, aliás, se encontra hoje muito descaracterizada por sucessivos trabalhos de beneficiação, pôs a descoberto uma necrópole da 1.^a Dinastia, com enterramentos seguramente balizados entre os séculos XII e XIV. De facto, as evidências permitem-nos concluir estarmos perante a primeira necrópole cristã de Colares, povoação de origem muçulmana integrada, em 1147, no então emergente reino de Portugal.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 90

Código Nacional de Sítio – 19452

Designação: Monumento Megalítico da Bela Vista

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.^a série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Implantada sobre um cume não muito elevado da vertente Norte da Serra de Sintra, com excelente domínio de paisagem sobre a plataforma calcária que se estende mesmo para além da foz da Ribeira de Colares, encontra-se a sepultura pré-histórica da Bela Vista.

O monumento foi construído aproveitando um caos de blocos de granito e integra, parcialmente, afloramentos rochosos na estrutura. Assim, a planta composta por câmara circular e corredor, comum aos *tholoi* calcolíticos, aproveitou as condições naturais existentes no terreno, tendo sido usados muros de lajes delgadas para revestir e preencher as aberturas naturais existentes entre os blocos. Toda a construção está coberta por um enorme monólito que dificilmente teria sido transportada pelo homem, pelo que se supõe já permanecer nesta posição

quando o pequeno abrigo natural foi transformado em espaço de enterramento. Existem vestígios no terreno da estrutura tumular primitiva, nomeadamente das aglomerações pétreas que faziam parte da mamoa.

Durante a escavação foi possível distinguir três camadas, correspondendo a mais profunda à mais antiga ocupação documentada, ou seja, à fase final do Calcolítico caracterizada pela presença de cerâmica campaniforme e que corresponderá à construção deste espaço sepulcral colectivo. Além da cerâmica lisa foram recolhidos fragmentos de seis vasos campaniformes e cinco de taças tipo Palmela com decoração incisa e pontilhada. De entre o restante espólio salientam-se, além dos recipientes cerâmicos, as lamelas, lâminas, raspadeiras e lascas de sílex, os artefactos sobre quartzo, o machado de pedra polida de secção circular, as contas de pedra verde e âmbar, o botão de osso, a ponta de cobre tipo Palmela, a espiral de ouro – tudo associado a alguns ossos e dentes humanos, que documentam os enterramentos. Ao mesmo contexto pertencem, ainda, restos faunísticos, mamalógicos e malacológicos.

O monumento pré-histórico da Bela Vista foi identificado na década de 50 deste século. Em 1957 procedeu-se à primeira intervenção arqueológica no sítio através da abertura de uma vala de sondagem, que evidenciou tratar-se de uma sepultura pré-histórica ocupada durante a fase final do Calcolítico. Apenas dois anos mais tarde foi possível escavar o interior do espaço funerário, nomeadamente a câmara e o corredor.

Entre 1957 e 1959, esta sepultura colectiva foi objecto de uma violação que afectou significativamente a conservação dos contextos.

Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 91

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Pré-histórica dos Capuchos

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Materiais avulsos líticos e cerâmicos, de cronologia pré e proto-histórica, recolhidos à superfície do solo sob lapas e abrigos naturais.

O espólio recolhido encontra-se depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 92; 92A**Código Nacional de Sítio – 3385****Designação:** *Tholos* do Monge**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Em vias de classificação. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Situado num dos cumes mais elevados da Serra de Sintra, a 488 metros de altitude, o *Tholos* do Monge domina em absoluto a vasta unidade de paisagem que se estende para Sul, desde as vertentes da serra até à costa.

O monumento funerário aproveita uma depressão natural da superfície do maciço granítico, a qual foi artificialmente afeiçoada e revestida com grandes blocos da mesma litologia, formando os muros da estrutura. Trata-se de um grande monumento constituído por câmara, corredor e átrio.

A câmara de forma circular possui um diâmetro de 4,5 metros e encontra-se ligada a um grande átrio de forma irregular, variando entre os 6 metros e os 6,5 metros de largura máxima, através de um corredor curto com aproximadamente 1 metro de comprimento. A altura total da câmara foi avaliada em 3,5 metros.

A técnica utilizada na construção da câmara em falsa cúpula tem paralelos próximos noutros *tholoi* da península de Lisboa. No entanto, o Monge apresenta uma característica original a nível do aparelho de construção utilizado. Tanto os blocos usados na construção das paredes, como as lajes da cobertura, possuem dimensões verdadeiramente “ciclópicas” quando comparados com os materiais utilizados na construção de monumentos como Praia das Maçãs ou Vale de São Martinho. Tanto pela sua implantação no terreno como pela arquitectura, o *tholos do Monge* aproxima-se do monumento do Barro em Torres Vedras, mas ao contrário deste último, o Monge conserva-se num estado ímpar, apresentando ainda arranque da cúpula que nalguns trechos possui duas fiadas de lajes.

A escavação do local, levada a efeito ainda no século XIX, encontrou o monumento já muito revolvido: cerâmicas campaniformes, cerâmicas lisas, sílices retocados e percutores misturados com cerâmicas atribuíveis à Idade do Bronze.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

O crescente abandono do monumento fez com que, nos últimos anos, tivessem caído para o interior da câmara funerária duas das lajes pertencentes à cobertura original.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 93**Código Nacional de Sítio – 4436****Designação:** Povoado Calcólico da Penha Verde**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

As primeiras recolhas de materiais efectuadas no local remontam ao ano de 1949. Mais tarde, em 1957-58, escava-se e publicam-se os dados relativos ao Povoado da Penha Verde. Identificaram-se as seguintes ocupações: (1) - caracterizada por uma indústria microlaminar epipaleolítica. (2) - Calcólico Médio; e (3) - Calcólico Final, onde se acolheram as novidades da Idade do Bronze.

Para este último contexto foi obtida numa datação de Carbono 14, a qual aponta para 1.450 a.C.. Esta última fase é, sem dúvida, a melhor representada. Além disso, as evidentes semelhanças que revelam nomeadamente com contextos do Estuário do Sado – com paralelos próximos no Castro da Rotura –, ilustram bem a existência de contactos entre aquela área e o povoado em análise. O povoado situa-se num cabeço conhecido pelo topónimo “Penha Verde” (cota altimétrica: 360 m) entre o caos de blocos granítico.

Contrastando com o ambiente geológico em que se implanta o povoado, todas as estruturas até agora postas a descoberto encontram-se construídas com lajes de calcário: duas casas de planta circular com corredor, um silo parcialmente escavado na rocha, uma calçada formada por lajes que dá acesso à casa n.º 2 e circunda o silo, além de fundos de cabana na base do morro, e troços de muralha que preenchem os intervalos entre os penedos graníticos do cume.

Do espólio exumado, salientam-se as cerâmicas lisas e decoradas (“folha de acácia” e campaniforme); utensílios de osso (espátulas, cabos de instrumento, alfinetes, falange de bovívoro afeiçoada); sílices (pontas de seta, elementos de foice, lascas, lâminas e núcleos); machados; enxós; mós; contas de pedra verde; ocre; um alfinete de ouro; uma lâmina de punhal de cobre, pontas de tipo Palmela, um punção e escórias.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 94**Código Nacional de Sítio – 19447****Designação:** Parque da Pena**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

No talude de um caminho, na vertente leste da elevação que hoje é coroada pelo palácio da Pena, em 1982, foi descoberto um grande fragmento de prato decorado com “corda seca total”, em tons de manganês, branco e cobalto, atribuível aos séculos XIV-XV – por certo relacionada com a primitiva ermida de Nossa Senhora da Pena que existia no local já nos inícios de quatrocentos.

Esta peça encontra-se conservada no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 95; 95A

Código Nacional de Sítio – 19448

Designação: Castelo dos Mouros, incluindo vestígios arqueológicos Islâmicos e do período medieval português

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Monumento Classificado. Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A elevação do Castelo dos Mouros constitui um dos mais notáveis núcleos patrimoniais da região da Grande Lisboa.

Para além da fortificação medieval – com um dos lanços da muralha original, datável do século XI – conserva ruínas da antiga igreja românica de São Pedro de Canaferrim e necrópole anexa, das estruturas habitacionais islâmicas e dos contextos neolíticos identificados no Sítio Arqueológico de São Pedro de Canaferrim, existem à superfície – e disseminados por todo este cume da Serra de Sintra – materiais arqueológicos que atestam a presença de vestígios soterrados de uma ocupação quase contínua deste espaço desde o Neolítico antigo até pelo menos ao século XV, com especial relevo para a época medieval islâmica e pós-Reconquista.

Em posição dominante, sobranceira a vila de Sintra e ao território envolvente ergue-se o Castelo dos Mouros. A primeira linha de muralhas ergue-se um pouco acima da extinta igreja gótica de São Miguel, envolvendo a irregular e íngreme elevação. Mais perto do cume surge o Castelo propriamente dito, com o seu recinto amuralhado, pontuado por diversas torres e que percorre um terreno rochoso, irregular, com acentuados desníveis. A porta principal da fortaleza, cujo caminho de acesso tem origem no Arrabalde, inscreve-se num arco de volta perfeita, surgindo no interior a cisterna abobadada também medieval.

As origens da utilização deste espaço enquanto recinto defensivo são no entanto difusas.

Ainda que as primeiras ocupações da área remontem ao Neolítico antigo (finais do VI - inícios do V Milénio AC), a sua utilização como fortaleza poderá remontar à Idade do Bronze, período bem documentado arqueologicamente nesta cumeada.

No entanto, a estrutura fortificada actualmente visível deverá ter surgido no período de dominação islâmica, mais concretamente no século IX. Seriam testemunho desta primeira fortificação o troço de muralha e a torre semicircular construídas com aparelho de “soga e tissão”, bem conhecido em estruturas coevas noutras localizações da Península Ibérica.

Inequivocamente islâmica será também a porta monumental com arco-ultrapassado, localizada no pano de muralha sobranceiro à vila de Sintra.

As escavações arqueológicas entretanto levadas a efeito junto ao núcleo amuralhado, na Igreja românica de São de São Pedro de Canaferrim e áreas contiguas, demonstraram a existência de uma presença significativa islâmica entre os séculos IX e XII, testemunhada por abundantes materiais arqueológicos provenientes de estratos selados associados à presença de muros de casas e silos contemporâneos. Está pois arqueologicamente confirmada a ocupação medieval islâmica do Castelo referida nas fontes escritas da época.

Até à Conquista por D. Afonso Henriques, as fontes históricas referem a tomada de Sintra aos Muçulmanos no século XI por D. Afonso VI, o saque pelo príncipe nórdico Sigurd ao Castelo – a que entretanto havia sido recuperado pelos muçulmanos – e, mesmo a posse temporária por parte do Conde D. Henrique.

Após a rendição de Sintra sem luta, D. Afonso Henriques entrega o Castelo a trinta povoadores, a quem concede privilégios através de Carta de Foral. E assim se ergue a igreja românica de São Pedro de Canaferrim, junto à primeira linha de muralhas do Castelo e na área do antigo aglomerado habitacional islâmico, junto da qual se sepultam os novos povoadores e seus descendentes.

Lentamente, com o avanço da conquista cristã para Sul, o castelo vai perdendo importância, o que acaba por resultar no seu abandono nos inícios do século XV, quando apenas se encontra habitado por judeus. O mesmo sucedeu com a igreja românica de São Pedro de Canaferrim, cuja sede de paróquia acaba por ser transferida nessa época para um novo templo, no termo da vila não longe da gafaria, junto ao sopé.

A ruína das muralhas agrava-se, de forma marcante, pela ação do Terramoto de 1755, conforme se encontra descrito nas Memórias Paroquiais da Freguesia de São Pedro de Penaferrim, Sintra (cf. Azevedo, 1982, 166-171).

Finalmente, já no século XIX, D. Fernando II toma de aforamento o Castelo, compondo-o, restaurando-o e arborizando-o e valorizando-o como uma ruína romântica, enquanto parte integrante do Parque da Pena.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 96**Código Nacional de Sítio – 19446**

Designação: Monte do Sereno, Depósitos da Idade do Bronze

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Os depósitos do Monte do Sereno situam-se a NNE da Ermida de Santa Eufémia da Serra e a SW do Castelo dos Mouros.

Trata-se, na realidade, de dois distintos conjuntos: um, constituído por cinco artefactos de pedra polida (quatro machados e uma enxó), sem vestígios de uso; outro, por dois artefactos de bronze (uma lâmina e um machado de talão e argola).

Os depósitos, distando entre si escassos 12 m, foram ocasionalmente descobertos em 1926, quando se procedia à abertura de caboucos para a construção de um edifício. As tipologias dos artefactos metálicos e as características dos instrumentos de pedra polida permitem integrar os depósitos do Monte do Sereno no Bronze Final.

A presença do machado com talão e argola indica a existência, na região de Sintra, de relações e contactos com regiões setentrionais, nomeadamente com o chamado Bronze Atlântico. Os machados de pedra polida de grande dimensão, talhados em fibrolite e sem qualquer vestígio de uso apontam para cariz meramente votivo deste contexto.

Este tipo de depósitos votivos encontra-se documentado noutras áreas do Ocidente Peninsular [Depósitos de Nossa Senhora. da Guia (Viseu), do Alto da Serra (Arganil) do Porto do Concelho (Mação), entre outros].

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 97**Código Nacional de Sítio – 19443**

Designação: Penedo dos Ovos, santuário pré-histórico

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Grande afloramento granítico sobre o qual existem tradições e lendas.

A sua morfologia – que o assemelha com um grande menir – e os vestígios arqueológicos localizados em seu redor, fazem supor a sua utilização enquanto lugar sagrado. Efectivamente há notícia da descoberta de vários machados de pedra polida em seu torno, em contexto aparentemente ritual/votivo.

Desconhece-se a localização do espólio.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 98**Código Nacional de Sítio – 32082**

Designação: Estação Arqueológica dos Currais do Chão

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio de Currais de Chão localiza-se num pequeno cabeço no sopé da serra de Sintra, na freguesia de Algueirão-Mem Martins, e encontra-se hoje totalmente rodeado por edifícios urbanos e industriais.

Inicialmente descoberto e noticiado por Joaquim Fontes na década de 1950, o sítio foi desde logo interpretado como uma *villa* romana.

Já na década de 1990, prospecções superficiais levadas a efeito pela equipa de arqueologia da Câmara Municipal de Sintra que permitiram a identificação de vestígios de muros e alguns materiais arqueológicos que levaram à delimitação de áreas de sensibilidade arqueológica nestes terrenos.

Recentemente, já em 2010, foram realizados trabalhos de acompanhamento arqueológico numa pequena área localizada na periferia deste sítio arqueológico.

No local foi recolhida por Joaquim Fontes uma escultura de mármore figurando uma cabeça de *Eros*, do século III d. C., e que permanece em posse de um particular. Ainda hoje são visíveis à superfície vários muros romanos.

A pequena colecção arqueológica, fruto de prospecções recentes, encontra-se conservada no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 99**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Gruta do Carrascal**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Rio de Mouro**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Na sequência da abertura de novos arruamentos na localidade de Rio de Mouro, a Sul da Estação de Caminhos-de-ferro, identificou-se num talude uma cavidade cársica em parte destruída.

Verificou-se, no entanto, que a referida gruta se desenvolvia no subsolo através de galerias e salas, sendo particularmente interessantes as formações de estalactites e estalagmites.

No seu interior foi recolhido um úmero humano, pertencente a uma criança, de cronologia certamente pré-histórica. Este achado faz supor a existência de uma necrópole num sector ainda inexplorado da gruta.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 100**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Necrópole da Igreja de Nossa Senhora de Belém de Rio de Mouro**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Rio de Mouro**Protecção:** Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Municipal - Decreto n.º 2/96, DR, I Série-B, n.º 56, de 6-03-1996**Descrição:**

Igreja quinhentista, talvez com origem anterior, associada a uma necrópole utilizada em época Tardo-Medieval e Moderna.

Com efeito, na década de 1990 recolheram-se cabeceiras de sepultura discóides, de feição medieva e que se encontravam armazenadas nas dependências da igreja, bem como uma epígrafe funerária de época moderna. Tais evidências indicam a existência de uma necrópole antiga no espaço interior e exterior do Templo.

Este conjunto lapidar conserva-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 101; 101A**Código Nacional de Sítio – 4295****Designação:** Anta de Aqualva**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Aqualva e Mira Sintra**Protecção:** Sítio classificado como Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910**Descrição:**

Monumento megalítico construído aproveitando uma diaclase na rocha de base, conserva ainda sete esteios que limitam a câmara poligonal e um corredor bem diferenciado. Durante as escavações efectuadas no final do século XIX (1870) por Carlos Ribeiro, terão também sido detectados alguns fragmentos da laje de cobertura.

A escavação desta sepultura permitiu identificar escasso e remexido espólio – que se reduz a alguns vasos cerâmicos e artefactos de sílex – associados a ossos humanos, mas que permitem atribuir a construção/utilização deste monumento ao Neolítico Médio/Final.

Embora nunca tenha sido objecto de um estudo monográfico, a Anta da Aqualva encontra-se referida nas principais sínteses sobre a pré-história da faixa ocidental da Península Ibérica.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 102**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica de Pedraceiras, Negrais**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio arqueológico de Pedraceiras localiza-se no Campo de Lapiás de Negrais e constitui um dos núcleos identificados por Cunha Serrão e Prescott Vicente, durante os trabalhos de campo iniciados na década de 1950 naquela paisagem cársica.

No sítio das Pedraceiras, também designado Zona Ib de Negrais, além dos achados de superfície foi possível observar dois cortes abertos pela laboração de pedreiras. Num dos perfis identificou-se um estrato com materiais neolíticos, no outro a presença de um nível campaniforme.

Trata-se, pois, de um habitat com ocupação durante a pré-história recente.

Materiais arqueológicos conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 103; 103A

Código Nacional de Sítio – 11301

Designação: Anta da Pedra dos Mouros, também designada Anta do Senhor da Serra

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910

Descrição:

Este monumento é uma das denominadas “Antas de Belas”, escavadas e publicadas no século XIX pelo geólogo Carlos Ribeiro. Uma segunda intervenção neste conjunto foi efectuada em 1986, por iniciativa do Instituto Português do Património Cultural. Há alguns anos, o proprietário promoveu a limpeza do terreno e encerrou o monumento nos limites murados da Quinta do Senhor da Serra, também conhecida como Quinta do Marquês.

O único esteio deste monumento megalítico que chegou aos nossos dias, elevando-se a mais de 5 metros do solo, encontra-se neste momento muito danificado resultado da sua fragmentação no ano de 2010. Neste monólito podem ainda observar-se duas gravuras rupestres antropomórficas, uma feminina e outra masculina. Quando foi escavada no século XIX, existiam ainda dois outros esteios na posição original, bem como restos muito fragmentados pedras com idêntica função.

Apesar do sítio se encontrar violado quando Carlos Ribeiro fez a sua campanha arqueológica, o espólio recolhido - embora não seja muito abundante -, demonstrou estarmos perante mais um monumento com utilização na Idade do Cobre. Os materiais arqueológicos exumados encontram-se depositados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro. Integra o conjunto megalítico constituído pelas Antas da Estria e do Monte Abraão, o que permite interpretá-la como elemento estrutural da necrópole de Belas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 104; 104A

Código Nacional de Sítio – 3001

Designação: Anta da Estria

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Classificado como Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910

Descrição:

Este monumento é uma das denominadas “Antas de Belas”, escavadas e publicadas no século XIX pelo geólogo Carlos Ribeiro. Parcialmente escavada na rocha a Anta da Estria aproveita uma faixa de calcário brando.

Tal como a Anta do Monte Abraão, consta de câmara e corredor, mas com orientação contrária a esta última, ou seja com a entrada virada a Poente. Os esteios que delimitavam a câmara, bem como as pedras colocadas a cutelo ladeando o longo corredor de dez metros, ainda hoje se podem observar denunciando uma planta de câmara e corredor pouco diferenciados. Este monumento conserva ainda parte da sua mamoa.

O nível arqueológico escavado por Carlos Ribeiro encontrava-se muito revolvido. No entanto, recolheu-se ainda um conjunto bastante significativo de materiais. lâminas, alabardas e pontas de seta de sílex; um “báculo” de xisto decorado com triângulos e faixas incisadas; duas pequenas placas perfuradas, “ídolos” cilíndricos e uma enxada encabada talhados em calcário; além de vários recipientes cerâmicos em calote de esfera, muito semelhantes aos recolhidos na Anta do Monte Abraão.

Estes artefactos encontram-se depositados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 105; 105A**Código Nacional de Sítio – 655**

Designação: Anta do Monte Abraão

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Classificado como Monumento Nacional – Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910

Descrição:

Este monumento é uma das denominadas “Antas de Belas”, escavadas e publicadas no século XIX pelo geólogo Carlos Ribeiro. Os materiais arqueológicos exumados no decorrer dos trabalhos realizados no século XIX encontram-se depositados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Trata-se de uma sepultura megalítica constituída por uma câmara assente imediatamente sobre a rocha de base, do qual apenas são actualmente visíveis seis esteios. No entanto, quando se efectuaram aí as primeiras escavações, constatou-se a existência de oito esteios que limitavam a câmara poligonal, assim como um corredor com cerca de três metros que se desenvolvia no sentido Este-Oeste.

Apesar de parcialmente revolvido o espólio exumado é extremamente significativo, sobretudo ao nível dos artefactos líticos: pontas de seta de sílex, placas de xistos gravadas, “ídolos” cilíndricos de calcário e contas de colar. Integra o conjunto megalítico constituído pelas Antas da Pedra dos Mouros e da Estria, o que permite interpretá-la como elemento estrutural da necrópole de Belas.

Este monumento foi recentemente objecto de uma intervenção de conservação e restauro.

Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 106; 106A

Código Nacional de Sítio – 3518

Designação: Monumento megalítico de Pego Longo, Monumento Megalítico de D. Maria, ou Monumento da Serra das Camélias ou Camelas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 29/90 de 17 de Julho

Descrição:

Situa-se junto à pedreira do Bairro de Pego Longo, a cerca de 800 metros a E / NE da Anta de Monte Abraão, na cumeada de maciço calcário que separa o vale da Ribeira de Castanheira e o Vale da Ribeira de Carenque.

O monumento megalítico de Pego Longo possui características construtivas originais, “meio gruta artificial, meio dólmen”, no dizer do seu primeiro explorador, Carlos Ribeiro. Parcialmente escavado na rocha calcária (aproveitando uma diaclase), o sepulcro apresenta a parede Oeste revestida por grandes blocos também de calcário.

A câmara rectangular, quando foi explorada no século XIX, encontrava-se ainda coberta por três enormes lajes, que assentavam, directamente, sobre os blocos de calcário aí propositadamente colocados para facilitar a cobertura da galeria. Apesar de quando se procedeu à escavação da galeria coberta as estruturas se encontrarem ainda preservadas, foi aqui exumado reduzido e pouco significativo espólio.

Os materiais encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Em Março de 1991 sofreu uma significativa destruição, tendo as lajes de cobertura sido removidas da sua posição original por um "buldózer". Mais recentemente – 2012 –, o monumento foi objecto de grave destruição, com o desmantelamento da estrutura por parte de máquinas da Câmara Municipal de Sintra. A sua recuperação valorização constava no vasto programa do Museu de História Natural, a construir nas imediações, no âmbito do plano de salvaguarda e musealização das pegadas de dinossáurios de Pego Longo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 107**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Necrópole da Igreja Matriz de Belas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação Imóvel de Interesse Público do Portal Manuelino da Igreja Matriz de Belas - Decreto n.º 8 252, DG, I Série, n.º 138, de 10-07-1922**Descrição:**

Igreja Paroquial de provável origem quinhentista com necrópole associada.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 108; 108A**Código Nacional de Sítio – 658****Designação:** Ruínas da Antiga Barragem Romana de Belas, de onde partia um aqueduto para *Olisipo* incluindo albufeira**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Classificado. Ruínas da Antiga Barragem Romana, Classificado como Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 735/47 de 21 de Dezembro.**Descrição:**

Notável estrutura hidráulica, datada do século III d.C., de onde partia o aqueduto que abastecia a cidade romana de *Olisipo* (actual Lisboa), da qual subsistem conservados o paredão de contenção das águas – que constitui hoje o mais alto muro de barragem de contrafortes reconhecido no Império Romano. e a adjacente área de armazenamento hídrico.

A estrutura visível consiste numa grande e forte muralha, em parte arruinada, separada da estrada por um pequeno curso de água. Originalmente, o paredão da barragem fechava o vale da Ribeira de Carenque neste sector, tendo sido parcialmente destruída quer pela abertura da Estrada Nacional 250, quer pela passagem do Aqueduto das Águas Livres, no Século XVIII.

A albufeira, ainda bem marcada na topografia, teria capacidade para armazenar 125.000 m³ de água. Trata-se da barragem que abastecia a cidade romana de *Olisipo* (Lisboa), ao centro da qual dista 10 km em linha reta.

Remontam, pois, ao Século XVI as mais antigas referências conhecidas, quando o erudito Francisco d'Ollanda escreve ao rei D. Sebastião, afirmando a necessidade de trazer águas livres a Lisboa e menciona a existência

de “um muro larguíssimo e forte que represava a água de um vale em uma lagoa ou estanque...”. Já em 1618, Pedro Nunes Tinoco refere um antigo muro conhecido como “paredão dos mouros” que diz ser “de fábrica antiga que fizeram os romanos”. Ainda em inícios do Século XVII, Leonardo Turrano indica ao monarca Filipe II vários modos de conduzir água livre a Lisboa, assinalando que “o quarto caminho e último caminho...é pelo aqueduto antigo dos Romanos”, referindo também que o “cano velho parece ser o que menos inconvenientes reúne”. Mais tarde, nos alvares da arqueologia científica em Portugal, o geólogo Carlos Ribeiro, em relatório datado de 1879, menciona ter encontrado vestígios de um aqueduto, perto de Almarjão e Rascoeira, concretamente troços de paredes e de canalizações feitos de argamassa e fragmentos de tijolos de “antiga fábrica romana”.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 109

Código Nacional de Sítio – 14828

Designação: Reserva Arqueológica de São Marcos

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Cacém e São Marcos

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Identificada em 1978, a estação de São Marcos foi objecto de escavações arqueológicas que se iniciaram no ano seguinte. Tratou-se de uma intervenção de emergência, tendo como objectivo delimitar área a proteger no âmbito da urbanização então projectada. Para a concretização de tal objectivo, os responsáveis pelos trabalhos de campo optaram pela abertura de diversas valas-sondagem tendentes à detecção dos topos das estruturas conservadas e obtenção de cronologias.

Foram então identificados vários conjuntos de paredes de estruturas habitacionais que apontam para diferentes fases de ocupação do sítio. Abundante espólio recolhido, recipientes cerâmicos (nomeadamente cerâmicas finas: campanienses, *sigillatas*), materiais de construção, moedas, vidros, pesos de tear, objectos de osso, ferro e bronze e cobre, indica a existência de ocupação desde finais do séc. II a.C. (época romana - republicana) até finais do séc. V d.C., prolongando-se por períodos já medievais.

Actualmente a área onde se implanta esta estação arqueológica é património municipal. Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 110**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica de União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A NE da Estação de Caminho de Ferro de Barcarena foi identificado um nível da Idade do Bronze. Tal estrato arqueológico encontrava-se preservado no corte resultante da abertura de alicerces destinados à construção de edifícios de uso habitacional.

Os materiais então recolhidos integraram inicialmente uma colecção particular, encontrando-se actualmente depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Vestígios soterrados.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 111**Código Nacional de Sítio – 14825****Designação:** Estação Arqueológica do Cotão**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Cacém e São Marcos**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A Nordeste do vértice geodésico Cotão e a Norte de São Marcos, numa plataforma da vertente voltada a Nordeste, junto a uma antiga pedreira, recolheram-se diversos fragmentos de cerâmicas atribuíveis à Idade do Ferro.

Esta estação foi objecto, há alguns anos, de uma intervenção arqueológica. Identificaram-se, então, níveis de ocupação com abundante cerâmica que possibilitou a reconstituição integral de vários recipientes. Particularmente significativa é a presença de uma conta de pasta vítrea testemunhando contactos com o Mediterrâneo Oriental. Do conjunto de espólio exumado fazem parte cerâmicas carenadas e uma mó de sela.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 112**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Cadastro antigo a noroeste da Assafora**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem.**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Numa vasta área localizada a NO da Assafora e perto do litoral regista-se a presença de caminhos ortogonais com afastamentos regulares, que constam em mapas pelo menos desde meados do século XIX. Tal cadastro contrasta drasticamente com o tipo de emparcelamento existente nas áreas anexas. Esta evidência permite colocar a hipótese de estarmos perante um cadastro antigo, ainda que de difícil atribuição cronológica. Note-se que um dos troços ortogonais coincide com parte do traçado da via romana que ligava Mafra a *Olisipo* (Lisboa) pelo litoral, sem que esta constatação signifique, necessariamente, que o cadastro seja romano.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 113**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Via romana litoral de Mafra – Lisboa passando por Cortesia, Areias, Amoreira, Cabrela e Montelavar**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Este traçado corresponderá a parte de uma antiga estrada que ligaria *Olisipo* a Torres Vedras, inicialmente apresentada por Mário Saa. Embora, ainda, subsistam troços conservados, a maior parte do percurso encontra-se quer sob camadas de asfalto, quer transformado em caminhos de pé posto.

Contudo, o traçado desta via é conciliável com os inúmeros vestígios romanos identificados nas proximidades do seu percurso e que consistem numa quantidade assinalável de lápides romanas, sobretudo monumentos funerários pétreos que integrariam antigas necrópoles, sempre localizadas ao longo das vias.

Tal situação regista-se na Cortesia, Areias, Amoreira, Cabrela e Montelavar.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 114**Código Nacional de Sítio – 19472****Designação:** Via romana Assafora - Catribana**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Muito destruída. Corresponde ao prolongamento para Norte do troço de via romana identificado na Catribana, que passa sobre a Ribeira de Bolelas (classificado como Imóvel de Interesse Público), e que se dirigia para a Assafora. Nesta última povoação foram recolhidos múltiplos elementos de monumentos funerários romanos que, de acordo com clássica localização das necrópoles, parecem comprovar a passagem de uma estrutura viária por este local.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 115**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Albergaria de Bolelas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O conjunto arquitectónico de Bolelas situa-se na estrada que conduz de São João das Lampas a Monte Arroio, Amoreira e Odrinhas. Do lado norte identifica-se uma série de construções semi-arruinadas justapostas de cariz popular que, cobrindo uma vasta área, se desenvolvem sobretudo junto à via pública. A elevada concentração de pedras gravadas e de cruzeiros sobrepostas às entradas, bem como o invulgar jogo de volumes, forneceram desde logo indicadores que integravam o imóvel num tipo de construções medievais, destinadas à prática da caridade Pública: as Albergarias.

Por outro lado, a documentação conservada no Arquivo Paroquial de São João das Lampas veio comprovar a existência, nesta Freguesia, de uma Albergaria que, em 1421, funcionava sob invocação de São Lourenço. Há registos de que esta instituição terá estado activa até ao século XIX. Este complexo arquitectónico foi construído em várias fases e ao longo de diferentes épocas. A sua forma actual datará, possivelmente, da reforma de 1842 assinalada no monólito existente sob a janela fundeira do corpo central. Embora todo o conjunto imobiliário se integre na tipologia dos antigos casais saloios, em que a arquitectura se submetia às exigências de um quotidiano dedicado à produção agrícola, regista-se uma tradição oral que aponta a utilização deste espaço

como “hospital” - de acordo com a notícia de que ali terá existido um padre que exercia práticas de terapêutica tradicional -, em meados do século passado, aquando do surto epidémico de *cholera morbus* ocorrido na região. Assim se justificariam os intrincados labores que preenchem algumas cantarias, o pombal fronteiro cuja cúpula era rematada por uma cruz antropomórfica (actualmente mutilada), a fachada principal da casa que ostenta, a meio, uma cruz esculpida e, ainda, em cada um dos extremos do beiral um *phalus* e um corno, que transformam todo o conjunto num enorme amuleto. Ultrapassada a mais antiga fase como a provável Albergaria de Bolelas, depois como casal agrícola e ainda a moderna adaptação a “hospital”, todo o conjunto arquitectónico subsistiu como núcleo habitacional até por volta de 1960, altura em que foi abandonado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 116

Código Nacional de Sítio – 4110

Designação: Estação arqueológica de Cornadelas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O Sítio Arqueológico de Cornadelas foi identificado, no final do século XIX, por Maximiano Apolinário (cf. Apolinário, 1895, 237-239) num local designado por “Lagoa das Cornadelas” e nos terrenos envolventes. Na época da descoberta foi possível recolher a tradição oral de que este seria o local de uma antiga cidade habitada por mouros, o que neste tipo de memória popular significa apenas tratar-se de um local habitacional, independentemente das suas características específicas.

Nesta área eram abundantes os materiais arqueológicos à superfície e foi possível proceder à recolha de um peso de tear romano. O mesmo investigador noticia terem sido em tempos, também, encontradas sepulturas de inumação, cobertas por lajes.

Prospecções efectuadas no terreno durante a década de 1980 revelaram a presença de vários fragmentos de cerâmica de armazenamento e de uso comum, “terra sigillata”, uma ânfora e fragmentos de vidro, isto para além de tijolos e de uma mó granítica, o que permite reafirmar a presença de um *habitat* romano.

Com esta realidade arqueológica relacionam-se, certamente, as lápides romanas identificadas no núcleo mais oriental da povoação da Assafora, que indicam a existência de uma necrópole romana nas proximidades.

Materiais arqueológicos conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e no Museu Nacional de Arqueologia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 117**Código Nacional de Sítio – 19475****Designação:** Forno Medieval de Casal de Pianos**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O forno medieval de Casal de Pianos, descoberto em 1970, foi objecto de uma sondagem arqueológica em 1971. Trata-se de uma típica construção de tradição medieval em bom estado de conservação. Este forno, construído em tijolo e de planta rectangular, possui seis arcos paralelos de volta perfeita constituídos por compridas aduelas justapostas. Verificou-se, também a existência de um pavimento sobre a arcaria o qual constituiria a “grelha” do forno. Esta estrutura terá sido utilizada com forno de cerâmica comum, nomeadamente de materiais de construção e materiais de uso doméstico.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 118**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação arqueológica de Faião – Cerrado das Cebolas/ Horta do Chafariz**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Na Horta do Chafariz existem pavimentos cimentícios da época romana, pelo menos em parte colocados sobre suspensuras, o que nos remete para uma zona de hipocausto; tais vestígios encontram-se hoje enterrados.

No Cerrado das Cebolas recolheram-se à superfície numerosos tijolos de aletas, característicos das estruturas de abóbada, particularmente vulgares nos edifícios termas. A conjugação dos achados destes terrenos contíguos indica-nos, sem margem para erro, a presença de estruturas balneares romanas da época Imperial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 119**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação arqueológica de Faião – Olheiro/Cerrado da Porta**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Nestes terrenos foram recolhidas à superfície numerosas peças da época romana, fundamentalmente materiais cerâmicos. Porém, pese embora a quantidade e qualidade desses achados, sondagens efectuadas no Olheiro não revelaram estruturas construídas. Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 120**Código Nacional de Sítio – 105****Designação:** Estação arqueológica de Faião – Terra Grande/ Pedrões**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Na área ocupada por este conjunto de terrenos recolheram-se abundantes materiais arqueológicos de superfície, datáveis da romanidade. Por sua vez, no extremo sudoeste da “Terra Grande”, foi aberta e escavada, em 1980, uma área de 32m² revelando três camadas, as duas primeiras de remeximento devido a trabalhos agrícolas e a terceira composta por terra compacta e virgem de qualquer tipo de materiais, com excepção de uma ânfora criteriosamente depositada com a boca virada para Oeste.

Ainda que fragmentada pela pressão das terras, a ânfora acima aludida apresentava regularidade em algumas das fracturas (indicando terem sido intencionalmente praticadas numa readaptação deste contentor); isto associado a uma deposição absolutamente horizontal do recipiente que continha terras mais escuras no seu interior. Tudo fazendo supor a reutilização desta ânfora como sepultura, embora a aparente ausência de cinzas nos remeta para uma inumação. A relativa exiguidade do recipiente e o facto de terem desaparecido todos e quaisquer vestígios osteológicos, indicaria a presença de uma sepultura infantil. A presença de uma lucerna, datável da primeira metade do século II d.C., no interior da ânfora confirma o carácter ritual e funerário do contexto.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 121**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação arqueológica de Faião – Zaviais**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Trata-se de um conjunto de terrenos de cultivo cuja superfície se revela extremamente fértil em materiais romanos. Daqui provém, por exemplo, uma voluta de capitel atribuível aos séculos I/II d.C.. Vários autores pretendem relacionar o topónimo “Zaviais” com a palavra árabe *az-zauîâ*, que designa um edifício sagrado que serve fundamentalmente de túmulo a um santo muçulmano, procurando ver aqui uma alusão relacionada com os vários vestígios “visigotistas” provenientes do Faião; porém *az-zauîâ* não é um vocábulo utilizado para designar edifícios cristãos, nem a sua regular evolução para português poderia originar o topónimo Zaviais (ou Zavial, paralelo documentado na região de Sagres), mas sim - como o atestam múltiplos testemunhos - Azóia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 122**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação arqueológica de Faião – Currais Velhos**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Nesta zona da actual povoação situava-se a igreja cristã do século VIII - IX d.C., da qual possuímos seis lintéis epigrafados e com insculpturas simbólicas, que nomeadamente aludem a espaços litúrgicos consagrados a Santa Maria, São Miguel e Santo Adriano mártir e São João (Baptista), além de um outro referente à “Porta da Casa do Senhor” e de um bloco parietal com inscrição referindo um tal “Bispo Hildefonso”, omissos em quaisquer outras fontes documentais. Nas áreas não construídas dos Currais Velhos – quintais e arruamentos –, e mesmo no interior de certas casas, detectaram-se e permanecem soterradas numerosas sepulturas de inumação relacionadas com este templo. Trata-se de um conjunto arqueológico único para o estudo do paleocristianismo no Ocidente da Península Ibérica, numa fase de transição muito mal conhecida, entre o período visigótico e a ocupação islâmica.

Os materiais lapidares referidos encontram-se conservados e expostos no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 123**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Estação arqueológica de Faião – Eiras

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Nesta Zona alta da povoação há notícia de terem sido encontradas, durante trabalhos agrícolas, várias sepulturas de inumação. No Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas conserva-se uma laje não aparelhada, que terá coberto um desses túmulos. Cronologia: alto-medieval (?).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 124**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Conjunto de Menires de Rebanque

Concelho: Sintra

Freguesia: a verificar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Conjunto de monólitos graníticos, alguns deles afeiçoados, certamente, a partir de afloramentos naturais. Estes encontram-se implantados numa vertente acentuada de um esporão sobre a Ribeira de Mourão. A inexistência de materiais arqueológicos à superfície dificulta atribuição de uma cronologia para a utilização deste espaço. No entanto, encontra-se depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um exemplar que ostenta numa das faces um reticulado, obtido a partir de linhas incisas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 125**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Necrópole Romana do Almarjão**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Nos terrenos que ladeiam a via romana Faião - São Miguel de Odrinhas, na área específica do Almarjão, foram recolhidos, no decorrer de trabalhos agrícolas utilizando meios mecânicos, duas estelas de topo arredondado, uma das quais anepígrafa, e um alicerce de estela retirado de um muro de pedra solta que cerca o terreno.

Um dos monólitos romanos ostentava a seguinte inscrição: IVLIAE C [F] TONCETAE CASSIA BOVTIA MATER D.S.F.C, cuja tradução é: "Cassia Boutia mandou fazer à sua custa este monumento a sua filha Júlia Tonceta, filha de Caio". Atendendo ao facto das necrópoles romanas se localizarem ao longo dos caminhos, a descoberta de monumentos funerários enterrados, provavelmente muito perto do seu lugar original - ao contrário do que é usual, pois normalmente encontram-se reutilizados em construções recentes - e nas imediações de um caminho, pressupõe a existência neste local de uma necrópole.

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 126**Código Nacional de Sítio – 27469****Designação:** Anços, Cabeço dos Casais**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almagem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio de Anços foi inicialmente identificado no século XIX por Estácio da Veiga e um século mais tarde objecto de amplas recolhas de superfície.

A estação arqueológica localiza-se no topo de uma elevação e estende-se por uma encosta suave exposta a Sul. Trata-se de um provável recinto megalítico constituído por afloramentos rochosos que coroam o relevo. Existem, contudo, evidências artefactuais de utilizações domésticas deste espaço, (restos de talhe, machados

de pedra polida, lâminas e lamelas de sílex, elementos de foice e fragmentos de cerâmica lisa e campaniforme incisa). Vestígios de superfície e soterrados.

Parte dos materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

N.º SIG Património Arqueológico de Sintra – 127

Código Nacional de Sítio –

Designação: Habitat dos Espadanais

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Prospecções efectuadas nos terrenos próximos da Necrópole Romana dos espadanais permitiram identificar variados materiais arqueológicos à superfície, eventualmente associados à existência de um núcleo habitacional romano.

Parte do espólio encontra-se conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 128

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal do Sequeiro

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Trata-se de um exemplar de arquitectura vernacular da região saloia, algo descaracterizado, mas mantendo o freixo centenário à entrada do núcleo urbano. A sua existência já aparece referida em documentação do século XVIII, onde se alude à presença de um fogo com cinco pessoas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 129**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Casal das Bombacias**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Referido nas *Memória Paroquiais* da Freguesia da Terrugem (1758) como possuindo quatro fogos onde habitavam vinte e quatro pessoas, o Casal das Bombacias consiste num notável exemplo de arquitectura tradicional. Ainda que recentemente o núcleo urbano deste casal tenha sido atravessado por uma estrada municipal que liga o lugar da Cabrela a Montelavar, conserva ainda a sua estrutura arquitectónica e vivencial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 130**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação arqueológica da Granja do Marquês**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Algueirão Mem-Martins**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Junto ao núcleo imobiliário da Granja do Marquês estende-se uma ampla várzea onde foram recolhidos alguns exemplares de utensilagem lítica, de sílex, atribuíveis ao Paleolítico Médio.

Dada a invisibilidade do terreno, face à densa e desenvolvida vegetação, não foi possível identificar outras estruturas cronologicamente distintas. Saliente-se que o substrato rochoso de toda esta área é composto por calcários e margas calcárias do Belasiano, cuja estrutura encerra no seu interior nódulos de sílex, em bruto. Daí a grande dispersão deste tipo de matéria-prima identificada à superfície dos terrenos percorridos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 131**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Sepultura de Armês**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Em 1988 foi descoberta uma sepultura de inumação sob um muro de um quintal situado no “Pombal”, em Armês, o que conduziu à realização de trabalhos arqueológicos de emergência no local. Foi então escavada uma estrutura constituída por uma caixa (1,80 × 0,50 metros) delimitada por várias pedras dispostas em cutelo e coberta por cinco grandes lajes calcárias, que a selavam por completo.

No interior da sepultura definiu-se um esqueleto depositado em decúbito dorsal, cujo estudo antropológico revelou estarmos na presença de um indivíduo do sexo feminino que terá falecido com uma idade superior a 60 anos.

Determinou-se, ainda, que este indivíduo apresentava sinais evidentes de uma vida com algum esforço físico. O espólio exumado na sepultura reduz-se apenas à presença de um fragmento de alfinete de cabeça em osso. De acordo com as datações de radiocarbono obtidas para a inumação, a esta sepultura deverá ser atribuída uma cronologia em torno dos séculos VIII-IX d. C..

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 132**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica do Alto das Falimas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Entre a Ribeira do Vale e os Palmeiros, junto à estrada de Pêro Pinheiro para os Palmeiros, localiza-se a estação pré-histórica do Alto das Falimas. Aqui foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica manual e um conjunto de artefactos de sílex, com vestígios de talhe, na sua maioria núcleos. Os materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 133**Código Nacional de Sítio – 16175****Designação:** Estação Arqueológica do Casal do Rebolo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Em meados da década de 1980 foram recolhidos à superfície múltiplos materiais arqueológicos que permitiram documentar no local uma ocupação da Idade Ferro ou, mesmo, de época romana.

Mais recentemente (2002 - 2005), trabalhos de escavação desenvolvidos no sítio pelo Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas permitiram identificar uma necrópole romana e algumas estruturas que documentam a existência de uma *villa*, encontrando-se as duas áreas separadas por uma pequena linha de água.

A necrópole, que é constituída por mais de uma dezena de sepulturas, foi utilizada provavelmente desde o fim do século II d.C. até ao século IV d.C.. Nela estão registadas sobretudo sepulturas de inumação, ainda que se encontre documentado um contexto de incineração. Corresponde, pois, esta à única necrópole da região de Sintra onde até agora está documentada a simultânea utilização dos dois rituais funerários da Romanidade, a cremação e a inumação, testemunhando a fase de transição entre ambos nos séculos II e III d.C.. Ao centro da necrópole foi identificado um tanque provido de átrio e abastecido por um aqueduto, estrutura que estaria muito possivelmente relacionada com a função funerária do espaço envolvente, destinando-se porventura à lavagem e purificação dos corpos a inumar.

As estruturas e materiais identificados na parte habitacional, designadamente um *hipocaustum*, a presença de centenas de *tesselae* fora do seu contexto original, de *terra sigillata* e de alguns elementos arquitectónicos, apontam para que correspondam à *pars urbana* da *villa*, não sendo de excluir a localização das termas naquele local. O estudo de materiais revelou que a *villa* teve uma ocupação praticamente contemporânea da necrópole.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 134**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica das Sardinhas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

No topo da elevação onde está implantado o vértice geodésico Sardinhas, registou-se a presença de um elemento de mó manual (dormente) e ainda de fragmentos de cerâmica, igualmente, manual que indicam uma ocupação proto-histórica daquela área. A análise da topografia do terreno, onde se registam taludes por vezes com evidência de derrubes de significativas estruturas, bem como a enorme concentração de grandes blocos de pedra à superfície, apontam para a existência de um povoado certamente amuralhado

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 135

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação arqueológica das Falimas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na margem esquerda da linha de água que passa a Sul da empresa “E.F.A.”, localizam-se uns terrenos sem vegetação onde foram observados, pelo menos, dois muros à superfície. No entanto, não parecem existir materiais associados a esta estrutura que possam definir a sua cronologia. Porém, na continuação do traçado, em análise, para Leste, numa área mais elevada mas contígua àquele terreno, foram recolhidos alguns materiais cerâmicos, na sua maioria romanos.

Estes materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 136

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz – via romana

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Numa área adjacente aos terrenos onde se encontra soterrado o *habitat* romano, foram identificados os vestígios evidentes de um longo troço calcetado da estrada romana que ligaria *Olisipo* à costa. Tal constatação é, ainda, reforçada pelo facto de terem sido recolhidos vários monólitos nas imediações, dois deles epigrafados,

correspondendo a monumentos funerários romanos, o que indicia a eventual proximidade de uma estrutura viária desta época, uma vez que as necrópoles se implantavam ao longo das vias.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 137

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz – *villa* romana

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Foram identificados e recolhidos, nas proximidades do núcleo habitacional do Casal da Granja de Santa Cruz, vários fragmentos de fustes de colunas e à superfície alguns materiais romanos cerâmicos, sobretudo na área que se estende para NW do casal. Toda esta da várzea pertencente ao antigo casal agrícola revela indícios que apontam, porventura, para a existência de uma *villa* romana soterrada.

Os materiais se encontram conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 138

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica da Granja de Santa Cruz – casal medieval

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Embora muito alterado na sua traça original, o Casal da Granja de Santa Cruz destaca-se da sua envolvente pelo jogo volumétrico e arquitectónico patente nos casais agrícolas da região. Trata-se de uma construção mista de raízes eruditas e populares, edificada num sítio de altura que muito provavelmente poderá ter sido fortificado. Ainda que seja possível observar vestígios de cantarias e paredes tardo-medievais, o conjunto das actuais estruturas remontam ao século XVIII. Por outro lado, a igreja ali existente, embora há muito desactivada, apresenta um perfil perfeitamente enquadrável nos séculos XVII-XVIII. Hoje apresenta-se como um dos últimos exemplares de estruturas que caracterizavam as tradicionais explorações agro-pecuárias da região, inserido numa área urbanística e ambientalmente votada a algum esquecimento.

Dado o estado de ruína que apresentam alguns dos edifícios, foi possível identificar e recolher um conjunto de quatro significativos monólitos romanos (actualmente integrados no percurso museológico do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas), dois dos quais epigrafados, que estavam reutilizados nas velhas paredes do casal. A Sul do Casal de Granja de Santa Cruz existem, ainda, um cruzeiro e as ruínas de uma possível azenha ou serração de raiz medieval.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 139

Código Nacional de Sítio –

Designação: Cruzeiro de Sacotes

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Implantado numa praça pública de Sacotes, o cruzeiro é constituído na sua quase totalidade por um cipo funerário romano, prismático anepígrafo, assente sobre a respectiva base. No *sepulcrum* deste monumento (depressão de planta tendencialmente circular onde eram colocadas as cinzas dos indivíduos ali sepultados) foi colocada uma cruz, transformando assim o túmulo romano num monumento cristianizado. Atendendo ao facto de conservar a base original e o respectivo corpo prismático em conexão, supôs-se que o monumento funerário romano se encontrasse ainda *in situ*, condição muito rara, uma vez que os monólitos romanos são sistematicamente reutilizados, sobretudo, como materiais de construção.

Já em 2010, a realização de escavações arqueológicas no local, no âmbito do arranjo do Largo de Sacotes, permitiu concluir que as pedras tumulares romanas não se encontravam *in situ*.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 140

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica das Labaceiras

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A Oeste do marco geodésico Guião, num terreno que se estende até uma linha de água a Leste, foram identificados, à superfície, alguns materiais de cronologia diversa. No entanto, grande parte dos materiais cerâmicos registados apresenta uma feição tipologicamente relacionável com o mundo romano. Ainda que não possamos afirmar estar na presença de um sítio romano de grandes dimensões e arquitectonicamente imponente, pensamos existir a possibilidade de ter identificado um eventual *casale* romano. Foram, também, recolhidos alguns artefactos de sílex de cronologia indeterminada.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 141**Código Nacional de Sítio – 30437****Designação:** Estação Arqueológica de A-dos -Rolhados**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Algueirão Mem-Martins**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Nas vertentes sul, oeste e norte da plataforma de A-dos-Rolhados recolheram-se, em 1995, artefactos líticos, de quartzo e sílex, e cerâmica manual, atestando uma ocupação proto-histórica do local.

Os materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 142**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica do sopé Oeste do Cabeço das Sardinhas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Nos terrenos abaixo dos taludes da vertente, numa área aplanada recolheram-se apenas fragmentos de cerâmica de construção romanos, o que indica a existência de estruturas enterradas denunciando o bom estado de conservação da estação arqueológica

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 143**Código Nacional de Sítio – 16084****Designação:** Estação Arqueológica do Vale de Almornos**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Junto à linha de água subsidiária da Ribeira da Ponte numa área de várzea, identificaram-se alguns fragmentos líticos e cerâmicos de diferentes épocas. Um conjunto de cerâmica manual associado a restos de talhe, aponta para uma ocupação pré-histórica do local. Por outro lado, registaram-se, também, fragmentos de telhas grossa e de cerâmica comum atribuíveis a realidades do século XVI. Estes materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 144**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Muro limite da linha de água subsidiária da Ribeira de Carenque**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição: Num vale a Nordeste do Casal da Quintã, a sul do vértice Zibreira, identificou-se um muro de pedra com blocos paralelepípedicos aparelhados que limitam o curso da pequena linha de água. A área observável não corresponde, provavelmente, à totalidade da estrutura existente, uma vez que grande parte da ribeira se encontra coberta por vegetação. Dada a proximidade da Barragem Romana - paredão e albufeira - e o tipo de aparelho utilizado na construção, esta evidência poderá documentar a presença de outras estruturas romanas ligadas ao aproveitamento dos recursos hídricos existentes na área

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 145**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Cabeço da Mina, a leste do vértice geodésico Suímo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio arqueológico do Cabeço da Mina foi identificado na década de 1990 pela equipa técnica do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas a leste do vértice geodésico “Suímo”. A jazida, apenas reconhecida à superfície e implantada no topo de uma elevação alongada com vertentes de declive acentuado, caracteriza-se pela presença de duas estruturas associadas. Uma mina de planta quadrangular com aproximadamente 1,5m de lado e cerca de 10m de profundidade aberta no solo e na rocha base, associada espacialmente a uma estrutura pétreia que define uma área circunscrita e bem diferenciada em termos topográficos. A proximidade das estruturas relativamente ao sítio arqueológico do Suímo sugere uma provável associação funcional, sendo que ambas possivelmente se encontrem relacionadas com a eventual exploração mineira do subsolo, nomeadamente de granadas, que se sabe ter existido no Suímo em época romana e medieval.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 146**Código Nacional de Sítio – 16260****Designação:** Estação Arqueológica da Zibreira**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Sítio de cumeeada, provido de grande domínio da paisagem envolvente. Caracteriza-se por uma visibilidade quase nula da superfície do terreno, excepto nos cortes e áreas de caminho com regularização recente.

A realização de trabalhos arqueológicos no local permitiu verificar a existência de uma reduzida potência estratigráfica, mas onde foi registado abundante espólio. Os materiais são exclusivamente líticos talhados, quase todos sobre sílex, com características que permitem integrar o conjunto no Neolítico antigo.

Os materiais arqueológicos encontram-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 147**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica da Quinta do Sol Nascente, Sabugo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Vestígios soterrados da Idade do Ferro.

Prospecções superficiais permitiram recolher um pequeno conjunto de materiais arqueológicos proto-históricos que hoje se conservam no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 148**Código Nacional de Sítio – 16521****Designação:** Tapada do Inhaca, Parque da Pena**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Em 2001 e na sequência da realização de escavações arqueológicas prévias à construção de um parque de estacionamento no Parque da Pena (Serra de Sintra) foram identificados significativos vestígios de ocupação medieval islâmica.

Atendendo à dimensão da área em questão foram implantadas várias sondagens distribuídas por todo o terreno.

Apesar da área escavada ser reduzida face à sua dimensão total, foi possível identificar parte de uma necrópole, cujos enterramentos se caracterizavam pela deposição em decúbito lateral direito com a face voltada para SE - de acordo com o ritual muçulmano.

Foram, ainda, reconhecidos vestígios habitacionais, associados a estruturas de armazenamentos - silos - com materiais também integráveis no período de domínio islâmico.

Os estudos paleobiológicos dos esqueletos exumados encontram-se em curso, estando programada a selecção de amostras para processamento pelo método do radiocarbono, tendo em vista a obtenção de datas absolutas para a utilização deste espaço funerário.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 149

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estrutura tipo “Qanat” da Rampa do Castelo

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

As primeiras observações efectuadas acerca da estrutura hidráulica identificada na Rampa do Castelo apontam para a existência, no local, de um sistema de captação, do tipo “qanat”.

Esta ideia é justificada pela presença de uma galeria coberta subterrânea, com dois poços e uma cisterna associada à mesma. Trata-se de um exemplar, até ao momento, único na região de Sintra e eventualmente, pelas suas características morfológicas, no actual território português. De facto, apenas existem paralelos para este tipo de estruturas hidráulicas nas Baleares, associadas à ocupação islâmicas daquelas ilhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 150

Código Nacional de Sítio –

Designação: Sítio da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação do Castelo dos Mouros como Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A estação da Idade do Bronze do Castelo dos Mouros implanta-se numa encosta, junto a uma das extremas da fortificação, a 450 m de altitude, dominando todo o vale que se estende para Norte do povoado.

São significativos os fragmentos cerâmicos aí recolhidos e decorados com ornatos brunidos, os vasos carenados, os grandes recipientes, para além de escassas lascas de sílex.

A presença de artefactos semelhantes nos níveis da Capela de São Pedro de Canaferrim poderá apontar para uma ocupação esparsa, distribuída por vários patamares de vertente, em torno do cume hoje ocupado pelo Castelo dos Mouros, integrando, eventualmente, o sítio do Parque das Merendas.

Apesar dos materiais provirem de recolha de superfície (prospecções de 1986), é possível afirmar que o *habitat* do Castelo dos Mouros foi ocupado no Bronze Final (séc. X a.C.). As cerâmicas brunidas “tipo Lapa do Fumo/Alpiarça” encontram-se, na Estremadura, disseminadas por um vasto leque de povoados e sepulcros. Surgem em número significativo em *habitats* sem condições naturais de defesa; contudo, ocorrem também em povoados de cumeada naturalmente protegidos, tal como Chibanês, Santa Eufémia, Penedo do Lexim, Alcaínça, Pragança, Castro de Caratão e - precisamente - no presente caso da estação do Castelo dos Mouros.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 151

Código Nacional de Sítio – 35

Designação: Sítio de São Pedro de Canaferrim, Castelo dos Mouros

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação do Castelo dos Mouros como Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

As ocupações humanas do Sítio de São Pedro de Canaferrim estendem-se por dois patamares, na vertente SE do Castelo dos Mouros, num local bastante abrigado dos ventos dominantes NNO, caracterizado pela significativa presença de blocos e afloramentos graníticos formando abrigos naturais.

Os trabalhos arqueológicos efectuados (1980 e 1993 – 2000) permitiram identificar contextos conservados do Neolítico antigo, Idade do Bronze e do período medieval islâmico.

O espólio cerâmico e lítico associado às estruturas preservadas da ocupação pré-histórica, juntamente com a possibilidade da recolha de duas amostras de carvão, enquadram a presença de grupos neolíticos na transição do VI para o V milénio BC. Contrariando padrões de povoamento conhecidos para tal cronologia, este sítio arqueológico constitui um exemplo singular de habitat de montanha no actual território português.

Por outro lado, os vestígios materiais e estruturais da ocupação islâmica de São Pedro de Canaferrim – balizada entre os séculos IX/XI – apontam para a existência de uma área habitacional, com silos para o armazenamento e conservação de alimentos, fora do espaço privilegiado do recinto fortificado, mas numa vertente morfológica, climática, e estrategicamente favorável à implantação deste tipo de estruturas.

Materiais arqueológicos conservados no MASMO.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 152

Código Nacional de Sítio – 19454

Designação: Ruínas da Antiga Igreja Românica de São Pedro de Canaferrim e necrópole anexa

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Abrangido pela classificação do Castelo dos Mouros como Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910; ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A antiga Igreja de São Pedro de Canaferrim, muito provavelmente ainda edificada durante o século XII, constitui um típico templo rural românico. O seu aspeto sóbrio é-lhe conferido não só pela frieza do granito utilizado na construção das espessas paredes, mas também pela planta simples, estruturada pela direta junção de dois corpos de traça retangular, demarcando dois espaços litúrgicos distintos; a irregularidade do terreno em que foi implantada, bem como as concepções de estruturação dos espaços e volumetrias típicas do românico, conduziram, assim, à edificação de um templo de uma só nave e de abside retangular.

O acesso à abside faz-se através de um arco triunfal semicircular e a iluminação é conseguida por uma pequena fresta no extremo oriente da cabeceira. Nas paredes do lado do Evangelho e no da Epístola embebem-se dois pequenos nichos retangulares destinados a abrigarem os objetos litúrgicos. Ainda na abside, são observáveis ténues vestígios de pinturas góticas, no teto abobadado e na parede fundeira. O arco esteia-se em duas colunas de fuste liso - idênticas às do portal que existe na fachada lateral Sul -, e assentes sobre plintos lisos. Os capitéis deste arco, de estilo arcaico; são decorados com temas fitomórficos e de inspiração vegetalista, contrastando com os motivos zoomórficos que ornamentam os do portal Sul.

A antiga Matriz de São Pedro de Canaferrim foi edificada, no perímetro do Castelo dos Mouros, durante a segunda metade do século XII, como sede de Freguesia e ainda, decerto, para uso dos trinta povoadores a quem D. Afonso Henriques, no ano de 1154, entregara o Castelo de Sintra. A paz alcançada no aro sintrense durante a primeira dinastia, bem como a ausência de distúrbios nas convulsões de 1383-1385, conduziram à definitiva desativação do Castelo que, por sua vez, deve ter provocado, progressivamente, o rápido abandono da igreja em causa. Neste sentido, tornam-se especialmente significativos dois factos: a fundação, no século XVI, de uma nova Matriz da Freguesia de São Pedro, desta feita no sopé da Serra e mais próximo das áreas

habitadas; e a notícia - documentalmente provada - de em 1493 estar a antiga Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim em completo estado de abandono, com as portas arrombadas e a ser constantemente profanada por judeus. De tudo isto é-nos lícito concluir que a antiga Igreja de São Pedro de Canaferrim deve ter conhecido a sua decadência logo no início da 2.^a Dinastia, ainda que pudesse ter, de algum modo, permanecido a culto até meados do século XV.

Necrópole Medieval:

A primeira escavação realizada na primitiva Igreja Paroquial de São Pedro de Canaferrim ocorreu 1981 e permitiu identificar a existência de uma necrópole medieval no exterior do templo. Ainda que certamente em parte afectada, pelos caminhos que no Século XIX foram rasgados por iniciativa do Rei D. Fernando II, a necrópole apresenta contextos arqueológicos muito bem conservados.

Os túmulos, explorados junto ao quadrante NE, encontram-se como que entalados entre várias penedia e as paredes da própria Igreja. Cobertas por várias lajes toscamente afeiçoadas, as sepulturas apresentam paredes construídas com idênticos materiais – mesmo quando a presença próxima de um penedo ou de um muro da Igreja as poderia ter eventual ou parcialmente substituído. O fundo era apenas constituído pelo substrato rochoso ou, em zonas mais irregulares, por terra batida. No interior acumulavam-se vários restos humanos por sepultura, destacando-se em decúbito dorsal a última inumação, e encontrando-se espalhados sobre ela e/ou a seus pés os principais ossos correspondentes aos anteriores enterramentos.

Surgiram, ainda, alguns casos esporádicos de verdadeiros ossários. Não se encontrou qualquer espólio numismático ou outro que se pudesse considerar intencionalmente depositado nas sepulturas, o que atendendo ao conhecimento que temos das práticas funerárias regionais através dos séculos - parece conferir ao conjunto escavado de sepulturas um cariz acentuadamente arcaizante, no âmbito deste tipo de necrópoles. Os dados históricos relativos à Igreja (construída nos finais do século XII e já abandonada no século XV), que apontam para uma utilização no início da nacionalidade, encontram-se corroborados por uma datação de radiocarbono obtida sobre ossos humanos, que aponta para uma utilização em meados do século XII.

Na região os principais paralelos para este tipo de sepulturas medievais encontram-se na vizinha necrópole da Igreja Matriz de Santa Maria, bem como na necrópole rural de São Miguel de Odrinhas.

Recentemente, toda a área tem sido objecto de um amplo programa de escavações arqueológicas no âmbito da conservação, restauro e salvaguarda do sítio do Castelo dos Mouros, levada a cabo pela Parques de Sintra Monte da Lua.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 153

Código Nacional de Sítio – 19445

Designação: Antiga Igreja Medieval de São Miguel (extinta), Arrabalde - Sintra

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A Igreja Matriz de São Miguel, contemporânea da de Santa Maria, situa-se a poucas dezenas de metros acima desta última, na rampa de acesso ao Castelo dos Mouros.

Profundamente afectada pelo grande terramoto setecentista, o templo ficou completamente incapaz para a prática do culto, embora na documentação disponível não se encontre uma descrição pormenorizada dos estragos que sofreu. Contudo, e apesar do seu restauro integral ter estado previsto, este nunca se realizou no prazo estipulado. No ano de 1860, a Freguesia de São Miguel de Sintra foi extinta, sendo sua área territorial anexada à de Santa Maria. A antiga Paroquial transformou-se então, a breve trecho, numa simples estrutura habitacional.

Da imponente e medieva Igreja Matriz de São Miguel apenas resta a abside, actualmente integrada numa habitação, onde se instalaram durante décadas os Serviços Florestais de Sintra. Assim, ainda podemos observar a estrutura gótica da sua capela-mor, poligonal, com gigantes e modilhões suportando a cornija.

Possui necrópole anexa e subjacente à actual propriedade da antiga Direcção Geral de Florestas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 154

Código Nacional de Sítio – 4037

Designação: Necrópole da Antiga Igreja Medieval de Santa Maria, Arrabalde - Sintra

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Inventariado. Abrangido pela classificação da Igreja de Santa Maria como Monumento Nacional, Decreto n.º 8 218, DG, I Série, n.º 130, de 29-06-1922; Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999 (ZEP do Castelo dos Mouros e da Igreja de Santa Maria); Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; DG, n.º 264, de 13-11-1946; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Em 1982/83 procedeu-se à escavação arqueológica de parcial da Necrópole Medieval da Igreja de Santa Maria de Sintra.

Das quarenta e uma sepulturas identificadas foram definidos três tipos diferentes, com datações compreendidas entre os meados da Primeira Dinastia (as mais antigas e escavadas na rocha), o século XV – inícios do século XVI (constituídas por sarcófagos de pedra), e os meados do século XVIII (constituídas por simples caixas, formadas por várias lajes mais ou menos irregulares).

Dos materiais recolhidos, são dignos de menção os inúmeros fragmentos cerâmicas medievais e pós-medievais, a vasta coleção de numismas (desde os exemplares atribuídos ao século XII, até os do reinado de D. José), e – realce-se – os interessantes objetos religiosos, os quais vieram permitir uma melhor investigação dos ritos e hábitos funerários praticados regionalmente nas várias épocas representadas.

A Igreja de Santa Maria de Sintra, considerada por excelência o monumento característico da Idade Média na região sintrense, tem uma antiquíssima fundação que remonta aos primórdios da Nacionalidade, surgindo referida já em 1220, na «Inquirição sobre Bens e Direitos das Ordens e Mosteiros de Lisboa e seu Termo» (cf. Costa, 1980, p.60-67).

Na sua origem, este monumento teria as dimensões de uma pequenina ermida, tendo sido substituída, no século XIII, por um templo maior e mais robusto, o qual resistiu até hoje, apesar de parcialmente reconstruído. Do ponto de vista cronológico, a utilização da necrópole abrange todos os períodos históricos desde a construção da primitiva igreja, sendo no entanto raras, na área já escavada, as sepulturas posteriores a finais do século XVI.

Esta Necrópole encontra paralelos, quanto à sua tipologia, noutras já escavadas na região de Sintra, nomeadamente na de São Miguel de Odrinhas, de São Mamede de Janas, do Adro da Igreja Matriz de Colares, e na da antiga Igreja de São Pedro de Canaferrim.

À necrópole medieva de Santa Maria pertenceria também, muito provavelmente, a escultura de uma figura masculina talhada em Calcário de São Pedro detectada num quintal junto à Paroquial em meados do século XX e hoje exposta no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Trata-se, com algum grau de certeza, de um fragmento do busto de uma estátua jacente de um túmulo.

Os materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 155

Código Nacional de Sítio – 19674

Designação: *Tholos* de Aqualva

Concelho: Sintra

Freguesia: União da Freguesias Aqualva e Mira-Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Descoberto em 1955, quando se procedia à abertura de uma vala na Rua José Ferraz, em Aqualva, o monumento de falsa cúpula foi então escavado por Octávio da Veiga Ferreira, encontrando-se hoje completamente soterrado.

O *Tholos* de Aqualva é constituído por uma câmara elíptica com eixo menor de 2,5 metros e eixo maior de 3 metros, um corredor de dimensões idênticas à do eixo menor da câmara, com cerca de 1 metro de largura e orientado a NW. A orientação da sepultura e a planta da câmara relacionam-se com as condições geomorfológicas do terreno onde se construiu a estrutura, aproveitando uma depressão entre duas bancadas de calcário. Quer a câmara, quer o corredor são construídos com muros de pedra solta, utilizando grandes blocos na base sobre os quais se colocam lajes de dimensões mais reduzidas em fiadas sobrepostas que na câmara vão reduzindo progressivamente a abertura da elipse formando uma falsa cúpula.

Apesar das condições do achado terem provavelmente afectado algumas das possíveis associações artefactuais, o estrato arqueológico foi descrito – à época da descoberta - como uma amálgama de ossos acompanhada por variado espólio.

O conjunto de instrumentos de pedra lascada era constituído por lâminas ovais, lâminas de secção trapezoidal, pontas de seta, raspadores, pontas de seta de base côncava, uma ponta de lança com pedúnculo de encabamento e uma pequena ponta com entalhes laterais. A presença de cerâmica encontra-se atestada por seis vasos lisos, uma taça decorada no interior, uma taça canelada, um vaso campaniforme e vários fragmentos de outros dois recipientes também com decoração campaniforme. Dois "ídolos cilíndricos", cabos de instrumento, um botão com perfuração em "v", além de um fragmento de vasinho decorado junto ao bordo, constituem o espólio de osso presente na estrutura. Os cilindros de calcário encontram-se muito bem representados por mais de uma dezena de artefactos, possuindo um deles indicação dos olhos e da tatuagem facial. A estes artefactos de calcário há a acrescentar uma pequena placa de secção encurvada. Do espólio fazem ainda parte contas cilíndricas de pedra verde, uma conta de anfíbolito e um gancho (?) de cobre.

A estrutura arquitectónica desta sepultura colectiva e o espólio exumado no seu interior permitem integrar este monumento no Calcolítico (3.º Milénio AC).

Os materiais encontram-se conservados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 156

Código Nacional de Sítio –

Designação: Sítio Romano da encosta das Sacheiras ou Seixeiras, Assafora

Concelho: Sintra

Freguesia: São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Junto à fonte e tanque antigos confinantes com a terra das Sacheiras (ou Seixeiras), na Assafora, foi identificado e recolhido um amplo elemento pétreo de tecto romano decorado com florões em relevo, com características em tudo semelhantes a uma outra lápide existente sob o altar da Igreja de Nossa Senhora da Consolação da Assafora e que sabemos ser originária do mesmo local.

Ambos os monólitos integrariam um mausoléu torriforme, localizado nas imediações.

Para além destes vestígios monumentais identificados junto à fonte, existem também referências à existência de uma sepultura com pedras a cutelo no topo da vertente.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 157; 157A

Código Nacional de Sítio – 12074

Designação: Sítio Arqueológico de Colaride, vestígios de ar livre

Concelho: Sintra

Freguesia: Freguesia Aqualva e Mira-Sintra

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público. Dispõe de ZEP e área *non aedificandi* - Portaria nº 187/2013 de 9 de Abril

Descrição:

O Sítio arqueológico de Colaride localiza-se cerca de 2,2 Km a Oeste do marco geodésico Monte Abraão. É circundado a NE pela entrada de gruta de Colaride tendo como referência do seu limite SW o moinho velho de Rocanes.

A notícia da descoberta desta importante estação arqueológica data de 1898, aquando da publicação de uma breve notícia na *Gazeta de Sintra*: “No Casal de Colaride (...) quando alguns trabalhadores andavam fazendo uma escavação, descobriram várias ossadas humanas. De envolta com os ossos, foi também encontrado um anel de ouro”. Durante uma sessão da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, realizada no mesmo ano, Leite de Vasconcelos anunciou a descoberta aludindo à existência de “sepulturas romanas, pela observação das ossadas encontradas e de um anel de cobre com inscrição, bem como pelos fragmentos de argamassa - *opus signinum*” -, ficando, desde então, os referidos materiais em depósito no Museu Nacional de Arqueologia. Também neste Museu se conserva um monumento funerário arciforme com inscrição, cuja proveniência será Colaride.

Nos inícios da década de 1980 foram recolhidos alguns materiais à superfície nesta estação, como tijolos, *tegulae*, *imbrices*, pesos de tear, fragmentos de ânforas e fragmentos de recipientes cerâmicos de cozinha e de armazenagem, bem como fragmentos de *terra sigillata*. Alguns dos materiais recolhidos encontram-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, estando, no entanto, a sua maioria na posse de particulares. Ficou, assim, estabelecida a presença não apenas de uma área de necrópole mas também de um sítio contíguo de *habitat*. Assinale-se, além disso, que já nos finais do século XIX Carlos Ribeiro assinalara

também nesta área uma estação paleolítica, onde registou o aparecimento de instrumentos de sílex, actualmente em exposição no Instituto Geológico e Mineiro.

Na década de 1990 e durante a intervenção de emergência efectuada no Sítio Arqueológico de Colaride, realizada no âmbito da implantação da Rede de Gás Natural, foram postas a descoberto importantes estruturas - uma antiga rede de condutas de água, uma “fossa”, entulhada com materiais romanos e pré-romanos, um telheiro de época romana e, sobretudo, uma pedreira romana - destacando-se esta última no panorama arqueológico nacional, quer pelo seu valor científico quer patrimonial. Identificaram-se, aí, algumas bancadas de corte de monólitos de calcário, que constituem o ângulo ocidental de uma pedreira manifestamente explorada na época romana, prolongando-se na direcção oposta, por agora não sondada. A pedreira romana de Colaride possui ainda, *in situ*, alguns blocos já preparados para extracção, mas que por qualquer motivo não chegaram a ser arrancados, o que nos elucida claramente sobre as técnicas então empregues neste tipo de trabalhos. Ao nível português trata-se de uma descoberta importante e rara. A conhecida pedreira romana localizada em Vila Viçosa, na qual permanecia um bloco com um baixo-relevo inacabado representando uma divindade de cariz aquático, foi completamente destruída, durante a década de 70, por modernos trabalhos de exploração de mármore. Por outro lado, registou-se em Colaride a presença do respectivo telheiro para tratamento da matéria-prima recolhida. De facto, embora inédito no actual território português, são conhecidas estruturas deste tipo nos limites das pedreiras romanas, destinados à instalação de oficinas de talhe.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 158

Código Nacional de Sítio – 6735

Designação: Sítio Arqueológico de Colaride, Estação pré e proto-histórica de Rocanes

Freguesia: Freguesia Aqualva e Mira-Sintra

Protecção: Sítio Classificado. Faz parte integrante da classificação do Sítio Arqueológico de Colaride como Sítio de Interesse Público Portaria nº 187/2013 de 9 de Abril

Descrição:

Situada a cerca de 2,2 Km a Oeste do marco geodésico do Monte Abraão, estende-se pela plataforma localizada a Sul do moinho velho, com o mesmo nome, e da estação arqueológica de Colaride.

Em Outubro de 1975, foi identificada uma estação paleolítica na área de Rocanes, através da recolha de alguns materiais de superfície. Esta utensilagem lítica permitiu estabelecer uma ocupação de grupos do Paleolítico Médio naquele local. Tais materiais encontram-se ainda na posse dos particulares que os recolheram. Numa breve nota publicada no *Boletim Informativo da Junta de Freguesia de Aqualva/Cacém*, referem-se os achados paleolíticos de Rocanes, da seguinte forma: “trata-se de uma estação típica do manto Basáltico de Lisboa, com materiais idênticos aos do chamado Paleolítico da Amadora, estudado por Jean Ollivier, com a particularidade de apresentar uma maior concentração de vestígios numa mesma jazida e de se situar justamente na orla do manto basáltico, junto dos calcários cretácicos de onde seriam extraídos os nódulos de sílex para fabricar os instrumentos.”

A importância da estação paleolítica de Rocanes deriva do elevado número e variedade de indústrias líticas onde predominam os raspadores, as facas, as pontas e outros utensílios sobre lascas e lâminas, sendo raros os bifaces, furadores e buris”, talhados em sílex, quartzo e quartzite. Na opinião do mesmo autor, “são indústrias do complexo mustiero-levallouense, deixadas por caçadores-recolectores (...), durante um período de cerca de 50 000 anos (entre 80 000 e 35 000).” Tal realidade já havia sido descrita por Carlos Ribeiro, aquando da sua abordagem acerca das estações pré-históricas da região de Lisboa, pelo que pensamos tratar-se da mesma realidade, dada a proximidade verificada entre as duas áreas referidas, ou seja, Casal de Colaride e Rocanes.

São, no entanto, os vestígios da Idade do Bronze os que fizeram desta uma estação arqueológica de referência. Entre eles está a descoberta do importantíssimo molde de foice, já mencionada anteriormente, que “l’émminent géologue Paul Choffat a trouvé en 1915, près de Cacem, le premier moule connu en Portugal (...)”, estando actualmente em depósito no Museu Nacional de Arqueologia. A identificação do molde de fundição de foices marcou o estudo das ocupações da Idade do bronze em Portugal. Não será por acaso que A.Coffyn refere, num estudo que faz acerca da Idade do Bronze no centro de Portugal, o molde de Rocanes como sendo um tipo concreto e individualizado a considerar no panorama da utensilagem da Idade do Bronze no actual território português: “ a) *le type de Rocanes*: ce sont des faucilles à boton allongé ne dépassant pas les bords de la partie proximale, talon court mais individualisé, laure à sos épais, plus au moins courbe et quelquefois renforcé de nervures.” Trata-se de um fragmento de pedra quadrangular, de grés muito fino, no qual uma das faces apresenta o molde de uma pequena foice. Esta face está bastante polida tendo em vista a firme colocação de uma cobertura para realizar o fecho do molde (mede 0,205m de comprimento, 0,155m de largura e 0,080m de espessura). Não foram, porém, recolhidos quaisquer outros tipos de materiais atribuíveis à Idade do Bronze neste local. Muito provavelmente tal facto poderá ficar a dever-se à acelerada destruição verificada nesta área pela exploração de uma pedreira desde há já várias décadas. Por outro lado, do ponto de vista do património construído, de cariz etnográfico, há que salientar a existência do moinho velho de Rocanes, muito embora, na actualidade parcialmente destruído, dadas as obras de remodelação levadas a efeito na década de 70.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 159

Código Nacional de Sítio – 3528

Designação: Sítio Arqueológico de Colaride, Gruta de Colaride

Freguesia: Freguesia Aqualva e Mira-Sintra

Protecção: Sítio Classificado. Faz parte integrante da classificação do Sítio Arqueológico de Colaride como Sítio de Interesse Público Portaria nº 187/2013 de 9 de Abril.

Descrição:

A gruta de Colaride situa-se a sensivelmente 2,1 Km a Oeste do marco geodésico do Monte Abraão, mais concretamente no limite NE da estação romana de Colaride.

Inicialmente designada pela população local como Fojo dos Mouros, Buraca dos Mouros ou Gruta dos Mouros, assumiu na actualidade a designação de Gruta de Colaride, sobretudo, no âmbito da comunidade espeleológica.

A mais antiga referência conhecida acerca desta gruta data de 1463, sob a designação de “algar” - que etimologicamente deriva da palavra árabe utilizada para poço natural. Esta gruta, após a notícia da sua redescoberta em 1898, seria também objecto de análise por Leite de Vasconcelos, que ali terá recolhido materiais em bronze e restos de argamassa (*opus signinum*) atribuídos ao período romano.

A partir de 1952, a gruta de Colaride é continuamente explorada por diversos espeleólogos nacionais e estrangeiros que registam novas áreas da cavidade, numa extensão de centenas de metros, cuja profundidade atinge cerca de 50 metros relativamente à entrada, sem saberem concretamente onde termina.

Explorada sucessivamente a gruta revelou, nos anos 70, a existência de uma cascata e de um lago, ambos com 15 metros de profundidade. Porém, o destino destas águas continua por conhecer, embora se suponha que uma das ribeiras, existente na entrada e que serve de escoamento natural às águas pluviais, vá desembocar na denominada ribeira do papel. Esta cavidade natural encontra-se aberta em calcários do período Cretácico, a uma altitude de 180 metros, desenvolvendo-se em vários andares ligados por poços, o maior dos quais atinge os 11 metros.

Saliente-se, que é nesta mesma área que se forma um sifão em épocas com grandes índices de pluviosidade. Alguns corredores e galerias atingem grandes extensões, parte delas “baptizadas” pelos espeleólogos como Sala das Lamas ou Sala do Túmulo. Não podemos, contudo, deixar de realçar o importante papel deste local no que diz respeito às tumulações em gruta ali identificadas.

Na década de 60 faz-se referência que esta gruta poderá ter albergado uma necrópole romana, entre 200 a.C. e 400 d.C.. Em simultâneo, alude a uma eventual ocupação deste mesmo espaço subterrâneo por grupos neolíticos, sem que para isso, no entanto, refira a presença de qualquer tipo de materiais arqueológicos no local, mas sim nas áreas limítrofes e superficiais da estação de Colaride. Contudo, a degradação deste espaço natural, visível já desde 1976, tem vindo a ser acelerada pela canalização para o seu interior de resíduos oleosos e tóxicos efectuados por uma fábrica de produtos farmacêuticos próxima do local.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 160

Código Nacional de Sítio – 16083

Designação: Palmeiros

Concelho: Sintra

Freguesia: Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Recolhas superficiais de época romana, nomeadamente de tijoleiras, telhas e cerâmica comum, associadas a um muro permitiram identificar uma estação romana, não longe do eixo do gasoduto.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 161**Código Nacional de Sítio – 16083****Designação:** Ponte da Várzea de Baixo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Ponte antiga, de três arcos, talvez romana, localizada no lugar da Várzea de Baixo. Actualmente destruída.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 162**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Sítio Romano de Janas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

À superfície dos terrenos, junto a um caminho liga a povoação de Janas à Ermida de São Mamede, identificou-se um pequeno conjunto de materiais arqueológicos de época romana. De tal núcleo fazem parte três fragmentos de *imbrices*, uma asa de ânfora e um fragmento de bordo de “terra sigillata” sud-gálica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 163**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Albufeira da Barragem Romana de Belas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Belas

Protecção: Sítio Inventariado. Em parte abrangido pela classificação das ruínas da Antiga Barragem Romana, Classificado como Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 735/47 de 21 de Dezembro.

Descrição:

Área de armazenamento hídrico adjacente ao amplo paredão do século III d.C., forte muralha, em parte arruinada, separada da estrada por um pequeno curso de água. Originalmente, o paredão da barragem fechava o vale da Ribeira de Carenque neste sector, tendo sido parcialmente destruída quer pela abertura da Estrada Nacional 250, quer pela passagem do Aqueduto das Águas Livres, no Século XVIII.

A albufeira, ainda bem marcada na topografia, teria capacidade para armazenar 125.000 m³ de água. Trata-se da barragem que abastecia a cidade romana de *Olisipo* (Lisboa), ao centro da qual dista 10 km em linha reta.

É possível observar uma perspectiva do monumento ainda íntegro num desenho de Francisco d'Ollanda, in *Da Fábrica que falece à cidade de Lisboa* (Holanda, 1571, fl.12v).

SIG Património Arqueológico de Sintra – 164

Código Nacional de Sítio –

Designação: Gruta da Moura

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Localizada na encosta sudeste do Monte do Musgo e acerca de 1 km a ESE do largo principal da povoação de Negrais, a Gruta da Moura foi identificada por Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente, na década de 50. Estes arqueólogos realizaram aí uma sondagem em 1960, da qual se desconhecem os materiais então recolhidos. Contudo, registam-se nas imediações da gruta a presença de artefactos pré-históricos à superfície.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 165

Código Nacional de Sítio – 19461

Designação: Aldeia Medieval da Mazanária

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP do Monumento Pré-Histórico da Praia das Maças - Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 21 de Janeiro. Integra a Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

As primeiras referências à existência de um antigo habitat medieval subjacente à entrada da actual povoação da Praia das Maças remontam a 1906 e foram referenciados sob o actual ringue de hóquei, parque infantil e “Casa das Hortenses”.

Conjugando os dados então publicados n’ *O Archeologo Português* em 1907 com testemunhos orais recolhidos entre a população mais idosa da Praia nas décadas de 1970 e 1980, verifica-se ter sido aí descoberto o pavimento de uma grande construção de planta rectangular – orientada no sentido este-oeste – associada a uma necrópole de inumação, registando-se a presença de sepulturas escavadas na rocha. Ou seja, das estruturas de uma provável igreja cristã rodeada do respectivo “campo santo”

Décadas mais tarde, já em 1985, quando foram realizadas obras de saneamento básico na estrada que liga o Banzão à Praia das Maças, foi reconhecido na vala então aberta no terreno e em plena povoação da Praia das Maças, na zona compreendida entre a referida “Casa das Hortenses” e a antiga “casinha” do terminal do eléctrico, um estrato arqueológico conservado numa extensão superior a 150m no sentido nascente poente.

A referida estratigrafia apresentava numerosos vestígios de construções – pavimentos pétreos e restos de paredes –, além de abundantes fragmentos cerâmicos e de restos malacológicos, também significativos. O conjunto de materiais arqueológicos, atribuível aos séculos XIII-XIV, é constituído por cerca de uma centena de fragmentos de cerâmica de diferentes tipologias, integrando potes, panelas, jarros, taças, alguidares e recipientes de armazenamento, com paralelos próximos em áreas urbanas medievais como Lisboa, Almada e Palmela, entre outros.

Considerando a cronologia indicada pelas cerâmicas, afigura-se pertinente relacionar este povoado com o lugar da *Mazanaria* (onde existia «uma boa granja e quatro casais») referido num documento de 1220 relacionando os bens fundiários da Ordem do Templo localizados em Sintra e seu Termo, onde também se mencionam Almoçageme e Adraga, tendo em conta o seu notável parentesco com topónimos locais mais recentes como “Foz das Maças”, “Enseada das Maças” e “Praia das Maças”.

Os materiais arqueológicos encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 166

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal da Fervença

Freguesia: São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O Casal da Fervença encerra em si um dos últimos e mais significativos testemunhos dos antigos casais agrícolas característicos da região de Sintra, albergando nas suas estruturas não só a parte habitacional, mas também as dependências imobiliárias que suportavam as tradicionais explorações agrícola e pecuária.

Actualmente, para além da actividade agrícola - através da produção de trigo, cevada e aveia - e da pecuária - existência de gado de leite -, o seu proprietário dedica-se, em simultâneo, à exploração das pedreiras que abriu

nas terras pertencentes ao Casal. Trata-se de um exemplar raríssimo - se não mesmo, actualmente e nas suas especiais características, único - das actividades tradicionais desta região que, muito embora em acompanhamento do “progresso” que o tempo lhe impôs, não deixou de preservar a originalidade e funcionalidade das suas estruturas originais.

Assinale-se, ainda, o óptimo estado de conservação de todo o conjunto.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 167

Código Nacional de Sítio – 19449

Designação: Sítio Arqueológico do Parque das Merendas

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra - Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Localizado a 260 m de altitude em pleno Parque das Merendas, o sítio pré e proto-histórico foi detetado entre os afloramentos graníticos. As prospeções aí efetuadas levam a crer tratar-se de ocupações de encosta, que ocupam abrigos naturais formados por “caos de blocos”. Os materiais recolhidos – cerâmicas com decoração incisa, impressa e com aplicações plásticas datáveis do Neolítico associados a conjuntos de cerâmicas brunidas, vasos alisados no interior, vasos de fundo plano, grandes contentores, percutores, um machado de pedra polida, lascas, lâminas e núcleos - revelam a existência de um sítio arqueológico com ocupação no Neolítico e durante Idade do Bronze Final/Ferro.

Inicialmente identificado nos anos de 1980 através de recolhas de superfície sobretudo realizadas nos caminhos do Parque, o sítio foi em 2005 objeto de acompanhamento arqueológico no âmbito da realização de uma intervenção de beneficiação do espaço. Estes trabalhos, especificamente direccionados para locais onde se procedeu à mobilização do solo, permitiram verificar sequências estratigráficas correspondentes a depósitos de vertente resultantes da erosão e transporte de sedimentos oriundos de altimetrias superiores. Em tais depósitos registam-se abundantes materiais arqueológicos pré e proto-históricos, confirmando-se a proximidade efectiva de estratos arqueológicos *in situ*, certamente relacionados com as bem conhecidas ocupações Neolíticas e do Bronze Final/Idade do Ferro que caracterizam a elevação coroada pelo Castelo dos Mouros.

Os materiais arqueológicos encontram-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 168

Código Nacional de Sítio – 19451

Designação: Sítio Romano da Vila Velha de Sintra, via e provável necrópole da Rua da Ferraria

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra - Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Os vestígios romanos detectados no aglomerado urbano sintrense são, de certo modo, escassos, se bem que inequívocos e facilmente datáveis. Resumem-se, no seu conjunto, a uma simples dezena de peças, entre artefactos de bronze, de cobre e cerâmicas, dos quais se destaca uma moeda de cobre datada do século IV d.C. proveniente dos Silos da Rua Gil Vicente; e o significativo conjunto de materiais atribuíveis aos séculos IV-V d.C. exumados no prédio n.º 14 da Rua das Padarias, os quais, pelo facto de terem sido encontrados ainda *in loco* e associados a um muro coevo, os releva para um plano de importância crucial. No próprio aro urbano e mesmo suburbano da Vila Velha de Sintra, muito poucos são os achados atribuíveis à época romana. A maior parte das descobertas pré-medievais remontam, sobretudo, ao Neolítico e ao Calcolítico, tendo-se inclusivamente chegado a duvidar durante muito tempo da existência de uma efetiva presença romana.

A hipotética via e a necrópole romanas supracitadas situam-se sob as actuais Rua da Ferraria, Calçada dos Clérigos e Calçada da Trindade, dentro da malha urbana da Vila de Sintra e do Arrabalde. A sua possível existência apenas pode deduzir-se através da referência a uma inscrição funerária provavelmente do século II d.C. patente no *C.I.L.* II 309 [*DIS MANIBUS/L.LOREI L F GAL/MAXIMINI ANN(...)*] e descoberta no século XVI incluída numa porta lateral da Igreja Matriz de Santa Maria de Sintra; bem como através de um fragmento de capeamento romano com idêntica datação e recentemente detetado (1990), o qual se encontrava reaproveitado como material de construção numa parede de um edifício sito à Rua da Ferraria, n.º 28.

Como é sabido, as necrópoles romanas estendiam-se ao longo das vias. Não interessaria muito a maior ou menor importância dessas estradas, mas, sobretudo, a sua proximidade relativamente a um habitat. A presença, durante o século XVI, de uma inscrição funerária romana reaproveitada entre os paramentos da Igreja de Santa Maria, não nos indica, por si só, qualquer necrópole romana ou via locais, porquanto poderíamos estar perante uma simples recolha efetuada algures por um clérigo erudito, facto que é extremamente comum naquela época e por todo o lado. Porém a recente descoberta, sob o tecido urbano da Vila de Sintra de alguns vestígios romanos, induz a acreditar na necessidade local de uma necrópole coeva. Esta hipótese foi aparentemente confirmada pela detecção, igualmente recente, de um capeamento de monumento funerário romano, o qual estava implantado a meio do acesso natural entre o referido *habitat* e a medievá Igreja de Santa Maria, parecendo pois apontar o traçado da via e a localização da suposta necrópole. Com base nestes dados e ainda analisando os antigos traçados de ruas e caminhos da Vila de Sintra e do Arrabalde, julgamos legítimo propor que uma via ligasse o habitat romano em questão ao território rural localizado a SE da Serra, percorrendo nomeadamente os actuais arruamentos correspondentes à Rua da Ferraria, Calçada dos Clérigos e Calçada da Trindade.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 169; 169A

Código Nacional de Sítio – 3246

Designação: Sítio Arqueológico de Santa Eufémia da Serra e Ermida

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Classificado. Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 5/2002 de 19 de Fevereiro. Abrangido pela Classificação da Paisagem Cultural de Sintra - Património Mundial e respectiva ZEP, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Conjunto monumental de origem medieval construído nas proximidades de uma nascente de águas salúferas. Para além da Ermida de Santa Eufémia, existem ruínas de parte das exíguas estruturas termais – a casa dos banhos. O Templo cristão e o respectivo adro encontram-se construídos sobre um sítio arqueológico – só muito parcialmente escavado –, com ocupação da Idade do Ferro e de época romana.

O Sítio de Santa Eufémia localiza-se no topo de uma elevação da Serra de Sintra. O cerne da área classificada define-se pelo terreiro rectangular aplanado - onde se implanta a ermida de Santa Eufémia, reconstruída em meados do século XIX -, pela fonte de águas salúferas e casa dos banhos (a Norte) e por um terreno em socacos (lado S da serra). Corresponde a esta vertente meridional a zona onde se encontra melhor documentada a existência de vestígios arqueológicos proto-históricos.

O reconhecimento do sítio arqueológico de Santa Eufémia foi efectuado por Joaquim Fontes, muito embora tenha sido Félix Alves Pereira a divulgar a sua existência em 1927, ano em que procede a algumas recolhas de superfície. O espólio então identificado é atribuído à Idade do Ferro, muito embora tenham sido recolhidos fragmentos de tijolos que datou de época romana.

O primeiro estudo aprofundado, ainda que breve, foi realizado em 1973 por Gustavo Marques, que procedeu a algumas recolhas de superfície e efectuou sondagens numa pedreira abandonada. No talude do caminho, este autor verificou a existência de um estrato conservado, depositado sobre uma bancada granítica, onde recolheu grande quantidade de materiais cerâmicos, pétreos e carvões.

O conjunto artefactual mais significativo consiste na presença de cerâmica tipo Alpiarça e cerâmica tipo Santa Olaia, associadas a uma conta de pasta vítrea proveniente do Mediterrâneo Oriental e datável do século IV a.C., no mesmo estrato arqueológico selado. Para além destes, foi recolhido um fragmento de bordo de ânfora romana datável do século II a. C, o que parece apontar para uma eventual ocupação romana republicana.

Os materiais arqueológicos encontram-se parcialmente conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Identificaram-se dois fragmentos de fuste de coluna, de cronologia aparentemente romana ou paleo-cristã, que se encontram na sacristia da ermida de Santa Eufémia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 170

Código Nacional de Sítio – 3243

Designação: Via romana São Miguel de Odrinhas - Faião

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Parcialmente visível. Entre a *villa* romana de São Miguel de Odrinhas e o Faião, dois locais com presença romana arqueologicamente atestada, existem vestígios de um antigo caminho por vezes assente sobre o leito rochoso que parece ter sido afeiçoado para o efeito.

Recorde-se a presença do micro topónimo “Corredoura” (termo geralmente associado a antigas vias) no limite do troço junto a São Miguel de Odrinhas.

Por outro lado, ladeando este troço de estrada romana encontra-se considerada a provável necrópole de São Miguel de Odrinhas, no sítio de Almarjão (ver SIG n.º 125).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 171**Código Nacional de Sítio – 19477**

Designação: Necrópole do Cerrado das Torres, Casal de Pianos

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

No decorrer de sucessivos trabalhos agrícolas no terreno do Cerrado das Torres foram identificadas, há anos atrás, três sepulturas de inumação.

Ainda que todas elas apresentem lajes de cobertura de calcário, entre as inumações individuais sem qualquer espólio e orientação a poente, distinguem-se dois grupos a nível da planta e do aparelho da caixa. Enquanto a sepultura 1 possuía planta rectangular, definida por muros de tijolos justapostos, e cobertura sustentada por barras de ferro, as sepulturas 2 e 3 apresentavam plantas trapezoidais, com paredes de tijolos argamassados com cal mas com a cabeceira limitada por um bloco de pedra.

Na mesma área onde se localizaram as sepulturas surgem por vezes, nas terras lavradas, alguns objectos, nomeadamente uma moeda de cobre do imperialato de Marco Aurélio Severo Alexandre (datada de 231 d.C.), contas discóides de pasta vítrea – com paralelos em contextos visigóticos –, além de um anel de ouro de mesa rectangular, sobre a qual se encontra engastada uma pedra verde opaca. Este anel, decorado com motivos vegetalistas e datável do período visigótico, é claramente proveniente de um contexto funerário uma vez que, quando foi descoberto se encontrava na sua posição original no interior de um torrão de terra, envolvendo uma falange humana ainda suja de cal.

Os paralelos existentes noutras necrópoles datadas permitem supor uma cronologia do século V ou inícios do século VI d. C.. Quanto às estruturas tumulares, a sepultura 1 parece apontar para o século IV d. C. e as sepulturas 2 e 3, já trapezoidais, para o século V d. C..

Parece, pois, estarmos perante uma necrópole utilizada entre os séculos IV e VI d. C..

No terreno contíguo a NW, denominado Barro das Torres, foram recolhidos à superfície materiais arqueológicos (tijolos e pesos de tear) que apontam para a existência de um habitat romano. Foram também recolhidos na área das Torres - mas sem localização concreta - alguns pesos de tear prismáticos e fragmentos de *dolia*. Provavelmente removido do seu local original foi descoberto, em 1955, um cipo de secção arciforme, actualmente anepígrafo, e datável de inícios do século I d. C. – segundo quartel do século II d. C.. Para além das evidências supramencionadas, existem referências à recolha de artefactos da Idade do Ferro no Cerrado das Torres.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 172

Código Nacional de Sítio – 19481

Designação: Vestígios romanos do Pombal – Camalhão, Casal de Pianos

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Num terreno a SSE do micro-topónimo “Torres” foram recolhidos dois girantes de mó destinados à moagem de cereais, que do ponto de vista tipológico se inserem em cronologias distintas: uma claramente romana e outra medieval, bem como vários pesos de tear prismáticos.

Recolheu-se, ainda, um fuste de coluna, idêntico a outros exemplares identificados no Funchal, Faião e Armês. O aparecimento deste monólito, que muito provavelmente faria parte de uma estrutura de peristilo, testemunha a eventual existência neste local de uma *villa* romana.

No entanto, foi recolhida oralmente a referência à descoberta, neste mesmo local, de uma sepultura rectangular, coberta por lajes e com ossos humanos no interior.

Em 1981, a realização de escavações conduzidas por José Cardim Ribeiro na área do “Pombal” revelaram a existência de camadas arqueológicas com vários materiais romanos. Contudo, no estrato mais profundo identificaram-se sedimentos com matéria orgânica, nódulos ferruginosos associados a estruturas pétreas, que continham materiais pré-históricos, nomeadamente abundantes fragmentos com decoração incisa associados a vasos lisos, um peso de tear e lascas de sílex e um vaso campaniforme com decoração impressa.

Parte dos materiais arqueológicos encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 173

Código Nacional de Sítio – 19479

Designação: Sítio Arqueológico de Parede Bem-feita, Casal de Pianos

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios soterrados da época romana.

Para além de existir uma notícia relatando a descoberta de uma sepultura de inumação, recolheram-se materiais cerâmicos à de superfície, concretamente fragmentos de cerâmica de uso comum e “terra sigillata” itálica. Esta realidade associada ao micro-topónimo do local, “Parede Bem-feita”, faz supor a presença de estruturas no subsolo.

Os materiais encontram-se depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 174

Código Nacional de Sítio – 19480

Designação: Estação Calcolítica de Outeiros, Casal de Pianos

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios soterrados.

O sítio de arqueológico de Casal de Piano/Outeiros localiza-se a cerca de 1 km a Sul de Casal de Pianos/Pombal.

Recolhas de superfície, realizadas pela equipa do antigo Museu Regional de Sintra, em 1980, e por Ângela Carneiro, dez anos depois, identificaram materiais maioritariamente cerâmicos lisos e com decoração campaniforme. Recolheu-se, ainda uma lasca de sílex.

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 175

Código Nacional de Sítio – 10658

Designação: Igreja de São Saturnino

Freguesia: Colares

Proteção: Sítio classificado. Incluído na classificação do Santuário da Peninha como Imóvel de Interesse Público. Decreto 129/77 de 29 de Setembro. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A ermida de São Saturnino integra-se na propriedade da Peninha, localizada na Serra de Sintra, entre os 300 metros e 486 metros de altitude, constituindo a expressão mais meridional do culto de São Saturnino na Europa.

Terá sido fundada no século XII, ainda durante o reinado de D. Afonso Henriques. Em 1192, D. Sancho I atribui carta de doação da Ermida de São Saturnino a Pedro de Sintra, sendo este um dos raros documentos conhecidos a favor de um eremitério para os finais do século XII.

O período compreendido entre os séculos XV e XVII foi marcado por sucessivas campanhas de melhoramento do imóvel, testemunhando o dinamismo do culto de São Saturnino nas povoações circundantes. A partir do século XVIII dá-se o decréscimo deste culto, consequência da reconstituição do templo próximo em honra de Nossa Senhora da Peninha. Após o Terramoto de 1755 assiste-se à sua progressiva degradação e abandono. Em, Portugal, a ermida existente junto à Peninha representa a expressão mais meridional do culto de São Saturnino na Europa.

Entre 1993 e 1995 foram realizados trabalhos arqueológicos no local quer para averiguar a eventual existência de estruturas medievais conservadas, quer para identificar as várias fases construtivas do templo.

Assim, procedeu-se à abertura de distintas áreas de escavação que permitiram identificar três grupos de enterramentos datáveis entre os finais do século XII e o século XVIII.

Ao grupo mais antigo – Séc. XII-XIV – correspondem as dezasseis sepulturas escavadas na rocha e duas cavidades naturais utilizadas como ossários. Dois blocos rochosos de enormes dimensões limitavam a necrópole a Leste e a Oeste, ostentando duas cruzes gravadas. No século XVI a capela-mor e a sacristia viriam a selar o espaço funerário a Norte, sendo possível existirem outras sepulturas sob estas duas construções. Estas sepulturas medievais consistem em estruturas rectangulares e sub-rectangulares escavadas na rocha, cobertas por lajes. Dada a existência de diversas deposições em ossário, a autora dos trabalhos pressupõe a reutilização das sepulturas para sucessivas inumações. As últimas utilizações desta necrópole - no seu extremo Oeste - datam do século XV, consistindo em sepulturas infantis, cujas caixas sepulcrais apresentam plantas rectangulares ou ovóides, definidas por blocos assentes no substracto rochoso.

O segundo grupo de enterramentos localizava-se no interior da ermida primitiva já em contextos quinhentistas. Era composto por cinco enterramentos em deposição simples sobre o afloramento rochoso. Os indivíduos inumados terão sido sepultados envoltos num sudário, uma vez que foram recolhidos vários alfinetes. Foi, ainda reconhecida a sepultura de um sacerdote, depositado na orientação oposta e com a respectiva batina, da qual provinham um botão de madrepérola, um botão de metal, colchetes e fragmento de tecido, entretanto, identificados.

O terceiro conjunto de enterramentos já atribuíveis ao século XVIII é composto por cinco ossadas exumadas no vestibulo da ermida, em cotas superiores às sepulturas mais antigas. Os indivíduos encontravam-se em deposições simples, em de decúbito dorsal, com as mãos em atitude de oração.

Quanto aos aspectos da arquitectura das várias estruturas identificadas em São Saturnino, verificou-se que o edifício mais antigo – correspondente, talvez, à ermida medieval – apresentava uma planta rectangular (11,6 metros de comprimento por 6,6 metros de largura), orientado Este-Oeste. Esta construção foi deliberadamente arrasada no século XVI para dar origem a um novo templo, tendo sido apenas mantida a parede norte, que ainda hoje se conserva.

Assim, a actual ermida de São Saturnino foi edificada em meados do século XVI, originando uma estrutura de planta rectangular, de nave e capela-mor orientada a ENE-OSO, com 19 metros de comprimento por 6,5 metros de largura. Foi, ainda, identificada uma pequena sacristia que estaria adossada à capela-mor. A nave seria coberta por uma abóbada de berço suportada por grossas paredes, às quais foram adossados poderosos contrafortes, mais concretamente na parede norte, muito embora se tenham registado pelo menos dois vestígios destas estruturas junto à parede sul. O pavimento de tijoleira foi colocado em espinha, ocultando uma caleira que conduzia as águas pluviais para fora do imóvel. No exterior registou-se a presença de uma cisterna escavada na rocha, de planta semicilíndrica, com cerca de 4 metros de profundidade.

No século XVII terão sido empreendidas novas campanhas de obras, fase em que foi anexado o vestíbulo, aumentando assim o comprimento da ermida para 23,5 metros. Foi nesta época que o tecto, em abóbada, terá sido transformado em caixotão, bem como aplicados os azulejos nas paredes, dos quais apenas resta a argamassa onde assentavam. Desta centúria datará, também, a construção do arco triunfal, assim como os frisos - ostentando ainda hoje os vestígios de pinturas com tons de ocre - e as mísulas de decoração simples que rematavam a abóbada. São ainda visíveis vários orifícios na parede fundeira da capela-mor, o que denuncia a existência de um retábulo em madeira. A actual sacristia é igualmente atribuível ao século XVII.

Na década de 60 do século XVIII a ermida sofreu alguns trabalhos de beneficiação, na sequência do terramoto de 1755, datando desta época os azulejos de rodapé esponjados azuis e roxo com motivos geométricos azuis, assim como a reconstrução da parede sul do vestíbulo. Em 1834 após a venda da propriedade da Peninha, onde a ermida de São Saturnino se incluía, observa-se um progressivo abandono das funções religiosas deste templo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 176

Código Nacional de Sítio –

Designação: Ermida de São Miguel de Odrinhas

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio inventariado. Abrangida pela classificação das Ruínas de São Miguel de Odrinhas - Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 42 692, DG 276 de 30 Novembro 1959

Descrição:

A ermida de São Miguel de Odrinhas, implantada sobre as ruínas da *villa* romana epónima, surge na paisagem envolvente como um edifício de volumes justapostos e equilibrados.

O templo encontra-se precedido por um alpendre que, na fachada sul se prolonga até um *arco solio* encimado por uma lápide com inscrição em caracteres góticos onde se lê: “Sepultura de Fernão Reganha, o velho e os seus herdeiros. Fernão Anes seu bisneto e pesador da cidade de Lisboa a mandou fazer”. Na fachada norte

ergue-se a torre sineira, construída em sólido aparelho de pedra calcária, aparentemente aproveitando, nos alicerces, as próprias estruturas romanas.

No século XVIII, provavelmente como consequência do Terramoto de 1755, o edifício foi inteiramente remodelado.

Em 1988, durante as obras de restauro, realizadas pela Câmara Municipal de Sintra, identificaram-se vários monólitos romanos reaproveitados nas paredes do edifício, bem como azulejos hispano-árabes reutilizados como rodapé e, ainda, uma porta lateral manuelina que permanecia entaipada.

Tais elementos atestam a existência de sucessivas campanhas de obras que foram alterando a traça original do imóvel que sabemos remontar, pelo menos, aos meados do século XIII de acordo com a “Demarcação das três paróquias de São Pedro, São Martinho, Santa Maria e São Miguel de Sintra” datada de 10 de Dezembro de 1253.

No interior da igreja, de uma só nave e com cobertura de madeira, destaca-se um modesto altar de mármore branco e rosa que alberga ao centro a imagem quinhentista de São Miguel Arcanjo.

Possui extensa necrópole medieval anexa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 177

Código Nacional de Sítio – 30049

Designação: Serra das Camelas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A primeira referência conhecida acerca do Sítio Arqueológico da Serra das Camelas deve-se a Carlos Ribeiro que nos finais do século XIX identifica fundos de cabanas rectangulares.

Já na década de 1970, com o início da lavra da pedreira de Santa Luzia detectou-se, no corte, um nível estratigráfico preservado. Este estrato caracterizava-se pela presença de sedimentos muito escuros com abundante cerâmica associada a artefactos metálicos.

A tipologia dos materiais aponta para uma ocupação datável do Bronze Final/ Idade do Ferro. Actualmente, o sítio arqueológico encontra-se totalmente destruído. Espólio em parte depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 178**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Passo com mesa de altar, Vila de Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição Localizado na Rua Consiglieri Pedroso e frente ao Museu Ferreira de Castro localiza-se uma estrutura provida de arco de volta perfeita e mesa de altar, embebida num dos muros de propriedade que confina com o passeio da via pública. Este pequeno edifício constitui uma das estações celebradas em procissão por altura da Páscoa. Do percurso existente no século XVIII, apenas subsistiu esta estrutura e um outro testemunho na Quinta da Regaleira.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 179**Código Nacional de Sítio – 19462****Designação:** Jazida Romana do Mucifal**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Objecto de um achado fortuito quando, na década de 1950, se procedia à exploração de um areal a Norte da estrada Mucifal-Nafarros, foi identificado e recolhido um conjunto de ânforas inteiras, seguramente ultrapassando os sete exemplares, para além de outros fragmentos.

Este espólio encontra-se actualmente disperso em colecções particulares, embora quatro peças tenham sido integradas em museus, concretamente no Museu Nacional de Arqueologia (2) e no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (2).

Os exemplares conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas apresentam marcas nas superfícies externas e pertencem ao tipo Dressel 14 - atribuível aos séculos I-II d. C..

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 180**Código Nacional de Sítio – 1780****Designação:** Estação Arqueológica do Funchal/Fonte Velha

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Prospecções efectuadas nesta área do lugar do Funchal permitiram recolher, à superfície, um conjunto de materiais arqueológicos, actualmente conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Registou-se, então, a presença de indústria lascada sobre sílex: lâminas, raspadeiras, núcleos, elementos de foice denticulados, e ainda cerâmicas lisas, carenadas, com pegas e mamilos, bordos denteados e cerâmica campaniforme. Destaca-se, também, a existência de artefactos cerâmicos atribuíveis ao Bronze final/Idade do Ferro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 181

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal de A-dos-Crivos

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Uma pequena ribeira separa o Casal de A-dos-Crivos dos terrenos de exploração agrícola pertencentes ao Casal de A-dos-Rolhados. É possível que a referência, nas *Memórias Paroquiais* de 1758, ao lugar de “Corigos”, então habitado por “quatro famílias com vinte e huma pessoas”, corresponda ao actual Casal de A-dos-Crivos. Actualmente, para além dos vários imóveis que compunham o agregado edificado do casal, é ainda observável o antigo caminho empedrado que acedia a este conjunto

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 182

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal do Condado

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

O Casal do Condado constitui um dos bons exemplares de arquitectura vernacular da região de Sintra.

Este conjunto de edifícios conserva grande parte das suas características originais, não só no que respeita à traça arquitectónica, como também em termos de enquadramento vivencial. Neste pequeno casal ergue-se uma casa de habitação, cujas fachadas ostentam janelas rectangulares de reduzidas dimensões rematadas por espessas cantarias.

No alçado principal rasga-se uma porta estreita dominada por um característico postigo. A tradicional telha de canudo cobre o telhado de quatro águas. Adossado ao ângulo orientado a Sudoeste foi acrescentado um anexo térreo de duas empenas, de modo a colmatar eventuais necessidades de alojamento. Perto da porta da entrada pode ver-se o poial, um dos elementos que confere à casa salaioa um cunho distintivo. A ambiência rural revela-se ainda no interior da habitação, particularmente na “casa da entrada” e na cozinha, espaços marcados por uma ocupação quotidiana constante. No pátio foram construídas dependências várias destinadas ao armazenamento de produtos agrícolas e protecção das alfaias. De notar, também, a existência de numerosos abrigos para animais construídos em pedra solta, nomeadamente uma corte e estábulos. Na adega, que actualmente serve para arrumos, podem observar-se ainda intacto o lagar e a lagareta, tendo sido já removidos o fuso e o peso, substituídos por um sistema de prensagem de origem mais recente. A Norte da zona edificada do casal encontra-se a grande eira, hoje completamente abandonada, mas em bom estado de conservação.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 183

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal do Bretão

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Nos limites meridionais da Serra da Carregueira, já próximo do extremo leste do Concelho de Sintra, entre Camarões e Belas ergue-se, numa pequena plataforma, Casal do Bretão. Este casal vivencialmente descontextualizado, e algo descaracterizado por obras de adaptação, mantém a sua estrutura planimétrica.

O acesso faz-se através de um esguio portão cujos pináculos piramidais poderão ser atribuídos à segunda metade do século XIX, bem como um edifício de cobertura de duas águas adossado ao muro, pelo lado exterior. Entrando no pátio, definido por uma série de edifícios térreos dispostos em “U” (estábulos, armazéns, celeiros), igualmente oitocentistas, deparamos, logo à direita, com a casa de habitação. Esta, de provável origem quinhentista, desenvolve-se em dois andares e apresenta planta rectangular. No alçado sul impõem-se dois possantes contrafortes para os quais encontramos, em termos regionais, paralelos no Casal de A-dos-Rolhados e em Broas.

Na fachada principal rasga-se uma escadaria de pedra exterior que conduz ao andar nobre do edifício, cuja entrada se encontra coberta por um alpendre susinado por duas altas colunas

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 184

Código Nacional de Sítio –**Designação:** Buracas de Armês**Freguesia:** União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Classificado. Sítio de Interesse Municipal – Declaração de Rectificação n.º 584/2012, DR, 2.ª série n.º 85 de 3 de Maio; Edital n.º 133/2012 da Câmara Municipal de Sintra, DR, 2.ª série, n.º 24 de 2 de Fevereiro.**Descrição:**

Estaleiro de corte e desbaste de pedra constituído por 2 edifícios de planta rectangular, com orientação N/S.

Os edifícios possuem uma morfologia semelhante, caracterizada por pequenos compartimentos autónomos, com cobertura em falsa cúpula. Uma das estruturas mantém ainda uma galilé contrafortada, cujo acesso é feito através de amplos vãos com arcos de perfil irregular.

As “Buracas de Armês” integram uma época específica, com métodos característicos de uma fase pré-industrial, sendo simultaneamente uma estrutura contemporânea do desenvolvimento das manufacturas portuguesas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 185**Código Nacional de Sítio – 4567****Designação:** Estação Arqueológica de Armês**Freguesia:** União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado. Parcialmente abrangido pela classificação da Fonte Romana de Armês - Imóvel de Interesse Público, Dec. n.º 29/90, DR 163 de 17 Julho 1990**Descrição:**

Armês, povoação de abundantes e significativas evidências arqueológicas de entre as quais se destaca a Fonte Romana, implanta-se onde, segundo a tradição oral, teria existido a antiga cidade de Aramenha (cf. Correia, 1913, 169-174).

Conhecem-se vestígios arqueológicos de época romana dispersos por um ampla área da povoação, nomeadamente nos terrenos de Eira Pedrinha, Torres, Torre, Pombal, Cerrado do Ulmeiro e Vais sobretudo recolhidos quer em prospecções superficiais, quer resultantes de obras.

Os materiais recolhidos, atestam uma significativa presença romana que se estende por uma ampla área da povoação actual. Tal amplitude de ocupação encontra-se muito provavelmente relacionada com a exploração de pedreiras de mármore existentes nas imediações e já admitida para esta época.

Do conjunto artefactual – que sobretudo se conserva no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas – merece ser destacada a abundante presença de fragmentos de “terra sigillata”, de fabricos variados, ânforas e

pesos de tear que em associação com os materiais de construção, nomeadamente *tegulae*, tijolos, tesselas e fragmentos de *opus signinum*, permitem afirmar a existência no subsolo de Armês de vestígios soterrados de um *habitat* extenso, possivelmente uma *villa* ou *vicus* (?).

A expressiva presença de monumentos funerários romanos na povoação de Armês indica, também, a existência de uma necrópole datável dos séculos I-II d.C.. Integram o conjunto duas cupas com inscrição – APRONIA. L. F. MAELA. H.S.E., cuja tradução é: “Apronia Maela, filha de Lucius, está aqui sepultada”; e M. APRONIVS. M. F. GAL. MARCIANVS AN. X. H.S.E., com a seguinte tradução: “Marcus Apronius Marcianus, filho de Marcus, inscrito na tribo Galéria, de dez anos de idade, está aqui sepultado” –, um bloco inferior de cupa, uma estela de topo arredondado com epígrafe – onde se lê [G] LICINIVS [-.F GA]L . BASS[VS] H.S E, ou seja, “Gaius Licinius Bassus, filho de..., inscrito Galéria, está aqui sepultado” –, dois elementos arquitectónicos que pertenceriam a bases de monumentos funerários, isto para além um fragmento de fuste de coluna. Foi ainda identificado um fragmento de inscrição de cariz funerário com letras de grande dimensão (ainda inédito) que terá certamente pertencido a túmulo invulgarmente grandioso.

Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 186

Código Nacional de Sítio – 6570

Designação: Casal de A-dos-Rolhados

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Muito embora em ruínas, representa no seu conjunto um dos poucos vestígios de casais tardo-medievais, provavelmente fortificado, que chegou até aos nossos dias.

O estado de ruína também não impede o reconhecimento do seu valor histórico tendo sido, já há alguns anos, efectuado o levantamento cartográfico da planimetria do conjunto dos edifícios que o compõem, dada a exemplaridade e raridade do conjunto.

Foram aqui recolhidos dois monumentos pétreos romanos, actualmente anepígrafos – nomeadamente uma cupa e uma ara, talvez funerária – que integram a exposição permanente do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 187

Código Nacional de Sítio –

Designação: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Parcialmente abrangido pela classificação das Ruínas de São Miguel de Odrinhas. Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 42 692, DG, I Série, n.º 276, de 30-11-1959

Descrição:

A concentração de lápides romanas em torno da Ermida de São Miguel, no século XVI, constitui aquilo que se pensa serem as origens do primeiro museu arqueológico em Odrinhas. De facto, deve-se à iniciativa de alguns eruditos da época, entre eles o humanista Francisco d'Ollanda, a reunião neste local de uma importante colecção de monumentos epigráficos romanos recolhidos na região de Sintra. Desde então, foram sendo depositados junto ao templo cristão, edificado provavelmente no século XII, inúmeros monumentos lapidares provenientes dos campos e aldeias circundantes. Porém, séculos mais tarde, em 1955 a Câmara Municipal de Sintra promoveu a construção de um pequeno edifício que abrigasse tão valiosa colecção. Na mesma altura fomentou a escavação arqueológica e valorização turístico-cultural das ruínas romanas e medievais adjacentes. O crescimento exponencial da colecção lapidar, que actualmente atinge mais de 400 peças, aliada à existência de largos milhares de artefactos provenientes da intensa investigação das estações arqueológicas do Concelho de Sintra (moedas, objectos cerâmicos, líticos, metálicos e osteológicos) criou a necessidade de promover a construção de um complexo museológico novo que albergasse todo este significativo conjunto de espólio arqueológico. O museu encontra-se dividido em duas secções independentes: "O Livro de Pedra" e o "Claustro do Tempo". Na primeira concentram-se os monumentos lapidares relacionados com o mundo religioso, sagrado e funerário. Isto é, todo um conjunto de espólio cuja proveniência, características morfológicas e tipológicas, bem como aspectos cronológicos e estilísticos, traduzem hábitos e práticas das várias comunidades que ao longo dos tempos habitaram a região de Sintra. Por outro lado, no "Claustro do Tempo" - ainda em fase de montagem - serão expostos todos os artefactos relacionados com o quotidiano. Ou seja, nesta secção virão a estar patentes os materiais arqueológicos que permitem caracterizar o modo de vida, a adaptação ao meio, as evoluções técnicas e, ainda, as estratégias de fixação dos grupos humanos que se implantaram no actual Concelho de Sintra, desde o século XVIII até ao Paleolítico, porque o percurso far-se-á ao contrário, "descendo" dos momentos mais recentes para os mais antigos, como se de uma escavação arqueológica se tratasse. Actualmente, a exposição permanente do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas articula-se em torno da secção designada "O Livro de Pedra". Aqui contam-se cerca de dois milénios de história a partir das inscrições e iconografia representadas nos monumentos pétreos que se distribuem por sete salas temática e cronologicamente organizadas: "Cripta Etrusca", "Basilica Romana", "Igreja Visigótica", "*Cronos Devorator*"; "Necrópole Medieval", "Gabinete Lapidar" e "*Fines*". Ao percorrer a exposição o visitante depara-se com todo um conjunto de pedras tumulares, sarcófagos, estelas, altares e lintéis, desde a época etrusca à Idade Moderna, com especial relevância para a significativa colecção de lápides romanas epigrafadas, reconhecidamente uma das mais importantes da Península Ibérica. Na área adjacente ao Museu estão implantadas as ruínas arqueológicas de São Miguel de Odrinhas, onde se pode observar uma necrópole medieval, utilizada entre meados do século XII e o século XVI, directamente relacionada com a primitiva igreja consagrada a São Miguel. Estas sepulturas foram construídas sobre parte das estruturas habitacionais da *villa* romana ali preexistente. A fundação da *villa* romana de São Miguel de Odrinhas data da segunda metade do século I a. C., muito embora a maior parte das estruturas arquitectónicas actualmente visíveis - abside, mosaico e compartimentos vários -, apontem para fases mais tardias, dos séculos III-IV d. C. O conjunto das ruínas faz parte integrante do percurso museológico do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, sendo as visitas sempre guiadas por funcionários especificamente formados para o efeito. O Complexo Museológico encontra-se, ainda, dotado de sala de exposições temporárias, biblioteca especializada, auditório, gabinetes de estudo, serviços de restauro, e variadas áreas de lazer onde destacamos o "*Otium Fecundum*" e a "Ágora".

No jardim fronteiro ao actual museu foram identificados vestígios arqueológicos romanos de muros e uma caleira de *opus signinum*, que certamente fariam parte da *pars rustica* da *villa* romana de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 188

Código Nacional de Sítio – 33897

Designação: Fonte da Sabuga

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP do Castelo dos Mouros e Igreja de Santa Maria – Portaria n.º 670/99, DR, 2.ª Série, n.º 150, de 30-06-1999; Portaria n.º 523/97, DR, I Série-B, n.º 167, de 22-07-1997; abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A Fonte da Sabuga constitui um dos mais emblemáticos fontanários históricos de Sintra, tendo os investigadores que se dedicaram ao estudo histórico da vila suposto remontar a sua origem à Idade Média (cf. Serrão, 1989, p. 84), relacionando este local com as referências existentes na documentação medieval às águas salutíferas de Sintra. Tal hipótese, no entanto, apenas poderia vir a ser confirmada perante a realização de trabalhos arqueológicos no sítio que possibilitassem verificar a existência de estruturas mais antigas, situação aliás plausível considerando que o tanque existente até aos extremos inícios do nosso século parecia assentar sobre uma sólida estrutura anterior.

Assim em 2005 e perante a projetada obra de beneficiação da Fonte da Sabuga foram efetuados trabalhos globais, que envolveram a escavação arqueológica e a realização de trabalhos de conservação e restauro.

Foi então possível verificar que o tanque em uso até então se apoiava num outro, mais antigo, integralmente construído nos denominados “Calcários de São Pedro”, matéria-prima habitualmente utilizada em toda a região de Sintra durante a Idade Média e a época Tardo-medieval. Além do tanque, identificaram-se também pavimentos antigos e canalizações de distintas tipologias datáveis de diferentes épocas, demonstrando uma utilização contínua e secular das águas da fonte, nomeadamente para abastecimento à vila e ao Paço de Real.

Os trabalhos de restauro permitiram colocar à vista e em funcionamento o tanque tardo-medieval, tendo a estrutura monumental setecentista que enquadra a fonte, ostentando inscrição, foi então objeto de restauro integral, com base nos dados iconográficos e documentais conhecidos.

A nascente assim como a área localizada imediatamente atrás da parede do século XVIII não foi alvo de intervenção arqueológica, sendo admissível que precisamente nesse espaço se possam eventualmente identificar evidências da sua mais antiga utilização medieval.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 189**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Eventual calçada romana da Quinta da Estribeira**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Caminho antigo bem conservado de eventual origem romana.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 190**Código Nacional de Sítio – 18046****Designação:** Lapiás das Lameiras**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Em Maio de 2002 foi detectada a existência de um sítio arqueológico – até então desconhecido – parcialmente destruído pela abertura de um alicerce, no âmbito da construção de uma nova igreja, em pleno tecido urbano da povoação de Lameiras.

Foram então iniciados trabalhos arqueológicos, com vista ao salvamento, através do registo, de todos os contextos ainda conservados e que iriam ser destruídos pela construção do edifício e proceder à escavação em área os pequenos espaços não destruídos pelo desaterro inicial – confinados entre o cabouco esventrado e os arruamentos da povoação – cujas sequências estratigráficas se encontravam legíveis nos cortes do desaterro. Estes dois objectivos complementares foram estabelecidos de modo a poder viabilizar uma interpretação crono-estratigráfica deste sítio arqueológico pré-histórico, que se caracteriza pela extrema pressão urbanística.

As intervenções arqueológicas realizadas no sítio Lapiás das Lameiras permitiram identificar ocupações pré-históricas de diversa cronologia.

A sequência estratigráfica detectada no sector Sul e escavada entre 2003 e 2004 permite afirmar que a presença humana mais antiga aqui registada remonta ao Paleolítico médio, materializada pela existência de depósitos arqueológicos bem conservados, onde regista abundante material lítico associado a restos faunísticos. Sobre os estratos da pré-história antiga formou-se um paleossolo, estéril do ponto de vista arqueológico. Assentam sobre este solo antigo ocupações do Neolítico antigo com abundantes materiais arqueológicos (cerâmicas decoradas, pedra lascada, pedra polida, pedra afeiçoada) associados a estruturas negativas (fossa de planta circular e um presumível buraco de poste) e pétreas de difícil interpretação. Sobrepondo-se parcialmente aos estratos e estruturas das fases mais antigas do Neolítico, regista-se a presença de uma significativa ocupação do Neolítico

final com abundantes artefactos (cerâmicas, pedra lascada, pedra polida, pedra afeiçoada) e ecofactos (sobretudo faunas). Estes estratos do Neolítico final encontram-se associados a estruturas pétreas de empedrado e a uma ampla estrutura de tipo muralha com três fiadas de pedra, que se conserva numa extensão de 16m. As evidências arqueológicas mais recentes que se encontram documentados em estratigrafia são bastante ténues e atribuíveis ao Calcolítico final.

Os restantes sectores – Norte, Nascente e Poente – foram escavados em 2002 e evidenciaram uma homogénea e significativa ocupação do Neolítico antigo. Nos sectores Norte e Nascente foram detectadas sobretudo estruturas negativas que escaparam (ainda que por vezes truncadas) ao desaterro registado no local. Tais fossas apresentavam enchimentos muito bem conservados, com abundantes artefactos tipologicamente atribuíveis ao Neolítico antigo associados a restos faunísticos e botânicos que certamente permitirão conhecer melhor a introdução das práticas agrícolas no território actualmente português. No sector poente foi, por sua vez, intervencionada uma pequena área com estruturas pétreas de planta tendencialmente circular e uma fossa que se encontrava parcialmente cortada pela abertura do alicerce.

Em todos os sectores escavados verificou-se a continuidade dos vestígios em todas as direcções, pelo que o sítio se prolonga sob o leito das ruas e casas da actual povoação das Lameiras.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 191

Código Nacional de Sítio – 16695

Designação: Estação Arqueológica de Vale de Lobos (Belas Clube de Campo)

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio arqueológico pré-histórico de Vale de Lobos foi identificado em 1920, sendo que os materiais recolhidos a esta data foram depositados no então denominado Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

Em 1978, Konrad Spindler publica o primeiro estudo relativo a este sítio arqueológico (Spindler, 1978). A sua localização precisa permaneceu muitos anos incerta, sendo apenas referida como a sudeste da aldeia de Vale do Lobos (cf. Marques Gonçalves, 1979, p. 147), até ter, por fim, sido re-identificado durante o acompanhamento arqueológico da obra de loteamento da segunda fase do Belas Clube de Campo. A área arqueológica foi limitada a apenas alguns lotes (21 a 25) e posteriormente escavada, já em 2001, por Alexandra Valente (2006, p. 13).

As alterações recentes da topografia original registadas no local no século XXI, causadas sobretudo pela modelação do terreno destinado à construção do campo de golfe do Belas Clube de Campo, fazem supor que o sítio arqueológico se encontre bastante destruído para norte da área arqueológica recentemente escavada.

A essa área setentrional, originalmente o topo de uma elevação, a autora dos mais recentes trabalhos arqueológicos faz corresponder, com algum grau de probabilidade, o núcleo central de povoamento do sítio arqueológico de Vale de Lobos (Valente, 2006).

Assim, a área escavada no ano 2001 corresponderia a uma área periférica em termos de ocupação humana, mas revelou dados fundamentais para a caracterização da jazida arqueológica em termos cronológicos e funcionais.

Vale de Lobos trata-se de um povoado Pré-histórico do Neolítico final, datado do IV Milénio AC, implantado numa vertente de substrato rochoso calcário, junto a duas linhas de água.

Durante os trabalhos arqueológicos de 2001 foi identificada a estrutura de uma cabana bem conservada, limitada por um muro de pequenos blocos de calcário, mas que aproveita parcialmente os afloramentos de lapiás existentes no local. No interior deste espaço habitacional, de planta oval com cerca de cinco metros de eixo maior, foram ainda identificados dois buracos de poste – locais onde se encontrariam fixados os prumos de madeira que sustentariam a cobertura original – e uma estrutura de combustão – lareira – destinada, provavelmente, a aquecimento e processamento de alimentos (cf. Valente, 2002 e 2006).

No interior da referida estrutura habitacional foram recolhidos abundantes materiais arqueológicos – cerâmica, pedra lascada, pedra polida e artefactos relacionados com o sagrado – associados a restos de fauna e carvões.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 192

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica de Faião - Pedregal

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Em 2005 e no âmbito de um projecto de loteamento destes terrenos foram efectuados trabalhos arqueológicos de diagnóstico que permitiram identificar uma série de estruturas soterradas, de cronologia imprecisa, muito provavelmente relacionadas com a drenagem dos terrenos.

Foram recolhidos materiais arqueológicos vítreos, cerâmicos e metálicos atribuíveis às épocas romana e moderna, isto para além de raros artefactos líticos pré-históricos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 193

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal de Rocanes

Freguesia: União das Freguesias Aqualva e Mira Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Ruínas do antigo Casal de Rocanes, estrutura vernacular que se localiza na extremidade poente do pequeno planalto de Colaride Rocanes, área onde muito provavelmente se registarão vestígios arqueológicos pré e proto-históricos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 194**Código Nacional de Sítio – 27479**

Designação: Estação Arqueológica de Alvarinhos – Marco Geodésico

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra - Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Este sítio foi identificado pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel e Odrinhas, permanecendo ainda inédito.

O sítio localiza-se num esporão pouco elevado, junto ao marco geodésico de Alvarinhos onde se encontram implantadas duas antenas de telecomunicações. A evidência material e deposicional já identificada no sítio, na sequência das prospecções superficiais entretanto realizadas, não permitem estabelecer uma caracterização precisa do sítio, podendo ser indicada uma provável cronologia entre o Neolítico e o Calcolítico.

A natureza dos vestígios parece indicar que se trata de um habitat. Note-se a abundância de povoamento contemporâneo junto deste local, uma vez que nas suas proximidades se localiza o povoado da Barreira (junto dos menires), do Funchal e em S. Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 195**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Sítio Pré-histórico do Monte dos Mouros

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Sítio com ocupação do Neolítico-Calcolítico.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 196**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Lapiás de Negrais**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pelo Sítio Classificado de Negrais – Decreto-Lei n.º 393/91 de 11 de Outubro**Descrição:**

Em sentido lato, no vasto campo de Lapiás Negrais encontram-se documentadas largas dezenas de achados arqueológicos, sobretudo decorrentes da lavra de pedreiras. Este espaço concreto – classificado como monumento natural – afigura-se como uma área de altíssima sensibilidade arqueológica. Note-se que na região de Sintra são recorrentes as ocupações antigas em áreas de Lapiás, sobretudo atribuíveis à Pré-História recente, mas também à Proto-História e, mesmo, à época romana.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 197**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Caverna Cársica do Baile da Bruxa**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Caverna cársica localizada no Campo de Lapiás de Negrais. Arqueólogos amadores recolheram no local artefactos atribuíveis ao Neolítico Final – Calcolítico.

Materiais arqueológicos conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 198**Código Nacional de Sítio – 689****Designação:** Estação Neolítica do Funchal**Freguesia:** União das Freguesias São João das Lampas Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição:

Este sítio arqueológico de época pré-histórica foi demarcado no final do século XX pela equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, pela presença de afloramentos rochosos de formas diversas, com semelhanças próximas no vizinho recinto megalítico da Barreira, que constitui forte indicador de um local utilizado e ocupado durante a Pré-História e a Proto-História.

Note-se, a propósito, que este espaço constitui a continuidade natural de uma outra estação arqueológica designada “Fonte Velha”, escassos metros a Sul do sítio arqueológico objecto do presente parecer, na qual se encontram bem documentadas ocupações da pré-história recente (3.º Milénio AC.) e da Idade do Ferro (I Milénio AC.), cujo amplo conjunto de achados de superfície se encontra em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas;

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 199**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Estação Arqueológica das Baútas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Sítio arqueológico destruído pela lavra de uma pedreira. O significativo conjunto de artefactos conservado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas documenta ocupações de época romana e proto-histórica no local.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 200**Código Nacional de Sítio – 33776**

Designação: Estação Arqueológica da Rua Gil Vicente, n.º 14, Vila de Sintra

Freguesia: São Martinho

Protecção: Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A área correspondente ao prédio com o n.º 14 da Rua da Rua Gil Vicente, Sintra foi escavada em 1990/1991 na sequência da profunda remodelação do edifício realizada no âmbito da instalação no local de um centro de dia por parte da Santa casa da Misericórdia de Sintra.

Tais trabalhos permitiram identificar evidências materiais balizadas entre a pré-história recente e o século XIX. Assim, para além da fase de ocupação oitocentista, correspondente à edificação de parte das paredes da casa (hoje de pé) e à utilização/construção de um pavimento interior de calçada, foram escavados significativos estratos de aterro datáveis do século XVIII, certamente relacionados com o Terramoto de 1755 e que cobrem parcialmente um conjunto de muros mais antigos, de época tardo-medieval, bem como uma estrutura pétrica associada a um contexto de época medieval-islâmica (século XI), para além da presença residual de materiais pré-históricos.

A intervenção arqueológica permitiu observar que as estruturas tardo-medievais correspondem ao logradouro murado, sendo que as estruturas habitacionais se prolongam sob o leito do arruamento atual. Tal situação permite concluir que, pelo menos neste espaço do velho casco urbano de Sintra existem alterações significativas na estrutura urbana – certamente relacionadas com a ampla destruição provocada pelo terramoto de Lisboa e que atingiu violentamente a Vila de Sintra – com a abertura ou alteração do traçado de novas ruas.

Os materiais arqueológicos encontram-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 201

Código Nacional de Sítio – 19478

Designação: Necrópole Romana do Fetal – Casal de Pianos

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio inventariado

Descrição:

Descoberta em 1978 quando se procedia à lavra de um terreno com meios mecânicos, a necrópole de cremação do Fetal - Casal de Pianos), foi alvo de escavação arqueológica subsequente.

A utilização funerária do sítio desenvolveu-se entre o século I d.C. e o III, tendo aí sido exclusivamente realizado o ritual da incineração. Constituída por 19 contextos sepulcrais, a sua escavação revelou a preponderância da prática da cremação no próprio local da sepultura (em *bustum*), mas também se infere a utilização de um *ustrinum*. As deposições mais recentes desta necrópole são contemporâneas das primeiras inumações do Casal do Rebolo, demonstrando-se a simultânea utilização regional destes dois diversos ritos funerários em pleno século III d.C..

Em Casal de Pianos, e para além das próprias urnas cinerárias, as sepulturas continham ainda significativo espólio, maioritariamente constituído por recipientes cerâmicos e vítreos.

O sítio foi objecto de um estudo monográfico aprofundado realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado em 2003.

Os materiais arqueológicos conservam-se no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra –202

Código Nacional de Sítio – 6739**Designação:** Forno dos Mouros, Olelas**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O designado “Forno dos Mouros” foi identificado e publicado por Vergílio Correia em 1914. Trata-se de um silo escavado na rocha, em forma de saco, com cerca de 2.5m de diâmetro, localizado junto a um curso de água e a cerca de 150m a Sudoeste da povoação de Olelas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 203**Código Nacional de Sítio – 11457****Designação:** Ermida de Santa Marta**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Casal de Cambra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Ermida construída na 2.ª metade do século XVI, de inspiração renascentista; o culto foi suspenso no final do séc. XVIII; utilizada para habitação durante este século. Foram recolhidos materiais líticos pré-históricos eventualmente em deposição secundária.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 204**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Linhó – Estabelecimento Prisional**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Em 2009 deu entrada no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas um biface de quartzito recolhido no Linhó, mais concretamente num dos terrenos que integra o Estabelecimento Prisional aí existente.

A verificação preliminar das condições do terreno não permitiu identificar outros indicadores para a eventual existência de um sítio paleolítico conservado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 205

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica de Faião – Penedo Gordo

Freguesia: União das Freguesias São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra

Descrição:

Pequena elevação coroada por afloramentos rochosos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 206

Código Nacional de Sítio – 23248

Designação: Hotel Netto

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Antiga unidade hoteleira de Sintra, construída no século XIX e atualmente ao abandono foi objeto de intervenção arqueológica preventiva em 2005, com vista à ulterior remodelação do edifício existente.

A efetiva proximidade dos muros do Palácio Nacional de Sintra e a riqueza arqueológica do solo e subsolo da Vila de Sintra justificaram a intervenção no Hotel Netto. No entanto, os estratos identificados no local consistem sobretudo em depósitos de vertente, sendo especialmente significativa a identificação de uma estrutura hidráulica – poço – atribuível à época Moderna.

O espólio recolhido, atribuível às épocas Moderna e Contemporânea, encontra-se em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 207**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Antigas Abegoarias Municipais**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A construção da via designada por «Volta do Duche» remonta aos finais do século XIX. Em 1888 aparece denominada como Estrada Nacional n.º 88, ligando a Vila de Sintra a Mafra. Mais tarde, passa a designar-se pelo seu nome actual, derivando o mesmo do estabelecimento termal próximo que funcionou entre 1848 e 1906 no vale do Rio do Porto. Os banhos deixaram de funcionar em 1906 perdurando a sua memória, no entanto, na toponímia local.

A implantação da Volta do Duche implicou grandes alterações na topografia do local o que implicou, por um lado, o afeiçoamento do substrato granítico e, por outro, a colmatação de entulhos para o nivelamento do terreno, ao qual se associou o desmantelamento de prédios mais antigos aí pré-existentes, com vista à criação de zonas de circulação mais amplas. De facto, as obras de alargamento da estrada, implicaram a realização de algumas demolições, concretamente junto à Vila Velha, e sensivelmente a meio do percurso da estrada, em frente da localização actual da Fonte Mourisca, datando deste momento a destruição do conjunto de imóveis onde até então se encontravam instaladas as abegoarias da Câmara Municipal.

O acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da renovação das condutas eléctricas por parte da EDP demonstrou a existência de estruturas soterradas que correspondem ao conjunto de imóveis demolidos em 1960 aquando das obras de alargamento da «Volta do Duche».

Os trabalhos realizados permitiram o registo de alguns muros e pavimentos relacionados com um conjunto de edifícios oitocentistas, demolidos durante as obras de construção «Volta do Duche». Quanto à estratigrafia, verificou-se a presença de 14 estruturas associadas a diferentes pavimentos, e respetivas camadas de assentamento, bem como vários estratos de entulhamento.

Os contextos identificados na zona fronteira à fonte Mourisca correspondem à localização das antigas Abegoarias Municipais e constituem apenas um brevíssimo testemunho da atividade daquelas instalações que sabemos estarem em funcionamento em pleno século XIX quando são cartografadas em planta (cf. Abreu, 1850).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 208**Código Nacional de Sítio – 5847****Designação:** Edifício das Antigas Padarias de Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Localizado em pleno centro histórico e fronteiro à torre medieval da Vila, o edifício das Antigas Padarias de Sintra – sito na Praça da República n.ºs 15-19 – foi objeto de uma intervenção arqueológica efetuada 2005, no âmbito da requalificação do edifício que, à data, se encontrava abandonado e em ruína parcial.

As zonas intervencionadas circunscreveram-se à escavação arqueológica prévia e pontual das áreas que, no contexto da nova obra, implicaram a realização alterações ao nível do solo e subsolo, mas apenas até à sua cota de afectação.

Assim, os contextos arqueológicos escavados resumem-se, a depósitos de entulhos de cronologias recentes – época moderna e contemporânea – não tendo sido registados estratos antigos conservados *in situ*.

Tal situação entra, até certo ponto, em contradição com os resultados obtidos (medievais ou anteriores) durante a escavação integral de um edifício contíguo (sito na Rua das Padarias, n.º14) e que revelaram distintas fases de ocupação bem conservadas, testemunhadas pela existência de estratos pré-históricos, romanos, islâmicos, para além dos tardo-medievais, modernos e contemporâneos.

Porém e ainda que as dinâmicas das sucessivas utilizações dos edifícios criem situações muito particulares em termos de arqueologia urbana, os resultados obtidos com a presente intervenção terão, provavelmente, origem nos próprios objetivos da escavação prévia e que, neste caso concreto, visou apenas minimizar os impactos negativos da nova construção, sem escavar os estratos conservados em toda a profundidade.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 209

Código Nacional de Sítio –

Designação: Galerias de Saibro do Arneiro, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Em 1980, no decorrer da remodelação do edifício n.º 21 da Praça da República, em plena malha urbana da Vila de Sintra, foi identificado um conjunto de minas para exploração de saibro. Algumas galerias apresentavam-se entulhadas supondo-se a sua continuidade para áreas adjacentes, nomeadamente sob as atuais escadinhas Félix Nunes.

De acordo com a documentação antiga, estas galerias poderão estar relacionadas com a exploração de saibreiras ocorrida nos séculos XIV/XV. No entanto, não foram recolhidos quaisquer vestígios materiais ou outras estruturas arqueológicas associadas à exploração das mesmas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 210**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Estação Arqueológica da Rua Gil Vicente n.ºs 4 – 6, Vila de Sintra (Tulhas Bar)**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Em 1982-1983 foi efetuada uma intervenção arqueológica de salvamento num imóvel localizado em plena malha urbana da Vila de Sintra, junto ao adro da igreja de São Martinho, na Rua Gil Vicente, n.ºs 4 a 6 (atualmente ocupada pelo “Tulhas Bar”).

Os resultados obtidos testemunham a existência de cinco silos escavados na rocha, preenchidos por sedimentos que embalavam significativos conjuntos artefactuais. Dos materiais arqueológicos salienta-se o núcleo de cerâmicas atribuível aos séculos XV – XVI, associado a materiais vítreos e a objetos metálicos, que datarão o entulhamento das estruturas negativas.

Assinale-se, ainda, a presença de artefactos pré-históricos e de uma moeda romana do século IV dC. que constituíram, à data da sua descoberta, os primeiros indícios de ocupações da área da Vila de Sintra prévias à Idade Média.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 211**Código Nacional de Sítio – 6561****Designação:** Arraçário**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:** Fruto de um achado isolado foi recolhido no Arraçário, em plena Vila Velha, um carneiro de bronze.

Trata-se de uma figura de reduzidas dimensões que representa um ovino estilizado, cujas patas dianteiras assentam numa delgada placa de forma triangular.

Apesar de ligeiramente fragmentada ao nível patas traseiras e da cauda, a peça encontra-se bem conservada, sendo observável a cabeça delgada, os cornos e orelhas esquemáticos, os olhos salientes, as narinas e boca marcadas e o corpo elegante provido de órgãos genitais bem definidos. Do ponto de vista técnico a peça foi fundida em molde e depois polida.

Tradicionalmente interpretado como um objecto votivo pré-romano (Ferreira e França, 1954) e integrado mesmo no grupo dos bronzes Ibéricos, muito bem conhecidos na Andaluzia e Meseta Espanhola, sobretudo provenientes de santuários, é datado – com base nas suas características estilísticas – dos séculos VI-IV aC. e ligado, directamente, com o culto da Deusa Atégina/Proserpina (Ponte, 1983, p. 89-93).

Mais recentemente, Cardim Ribeiro relaciona a sua existência com a ocupação de Sintra durante época romana (Ribeiro, 1996, p. 253).

Para a objectivação da sua atribuição cronológica – até agora baseada em paralelos formais com outros artefactos similares – em muito contribuirá a realização de trabalhos arqueológicos na área específica do Arraçário e que possam vir a revelar contextos conservados.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 212

Código Nacional de Sítio –

Designação: Zona da Necrópole do Túmulo dos 2 Irmãos

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O designado “Túmulo dos dois Irmãos”, monumento de Sintra envolto em tradição lendária, constitui um significativo testemunho da ocupação medieval de São Pedro de Sintra.

Efetivamente, a criação de lendas acerca do sepultamento conjunto de dois indivíduos – segundo uma das versões, dois irmãos enamorados da mesma donzela – encontra-se certamente ligada às características formais únicas do monumento, em virtude de possuir duas estelas discóides, uma em cada extremidade da tampa sepulcral. No sentido de clarificar o lendário sepultamento de dois irmãos nesta estrutura funerária, o túmulo foi aberto em 1830 por ordem expressa do Rei D. Miguel, tendo sido então apenas identificados restos osteológicos respeitantes a só um indivíduo (Castelo-Branco, 1978, p.33).

As estelas discóides – frequentes em necrópoles medievais e tardo medievais como São Miguel de Odrinhas, São João das Lampas, Santa Maria de Sintra – destinam-se a assinalar os locais de enterramento e são comumente colocadas junto à cabeceira, ainda que na vizinha necrópole de Santa Maria esteja documentada uma estela aos pés do enterramento.

Quanto à tampa da sepultura, talhada num só monólito e ostentando uma espada insculpada em relevo, possui paralelos diretos também na necrópole de Santa Maria de Sintra.

Sabemos através de documentação escrita que, em 1673, a Santa Casa da Misericórdia decide mandar «pôr hua cruz de Pedra na sepultura dos Lazaros que está na estrada de Lisboa, junto ao Ramalhão» (Castelo-Branco, 1978, p.18). Ora esta referência fornece-nos precisamente a localização do cemitério da gafaria de Sintra e que se localiza precisamente em torno do designado «Túmulo dos dois Irmãos».

A tipologia dos elementos pétreos que constituem a sepultura constitui um indicador claro para a utilização da necrópole dos gafos a partir da primeira dinastia e neste local concreto. E tal como se encontra explícito na documentação oitocentista, no ano de 1337 «já excedia a memória dos homens a fundação do Hospital da Gafaria, e Lazaros no Cabeço do Ramalhão ao nascente deste mesmo sitio (...) cujo local tem sido conhecido (...) pelo aparecimento de ossos no cume denominado da mesma sorte (...) e fica fronteiro a esta Crus (...)» (Castelo-Branco, 1978, p.34).

Durante o processo de alargamento da Avenida Conde de Sucena, na década de 1930, a sepultura foi removida do seu local original, ficando desprotegida e sem qualquer identificação. Quarenta e seis anos mais tarde, com o objetivo de conferir alguma dignidade ao monumento, este foi recolocado no espaço onde inicialmente se encontrava, tendo sido acrescentado o cruzeiro, entretanto desaparecido, reproduzindo os documentos iconográficos do século XIX.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 213

Código Nacional de Sítio –

Designação: Penedo do Lobo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Conjunto de afloramentos calcários com elevado interesse paisagístico implantado próximo do Casal do Urmal, numa área sobranceira à povoação de Morelena. As formações rochosas de lapiás possuem formas variadas e peculiares encontram-se entrecortadas pela presença de espécies botânicas autóctones.

Atendendo à recorrente presença de vestígios arqueológicos soterrados junto a afloramentos calcários semelhantes – tais como Lapiás de Negrais, da Granja dos Serrões, Pedra Furada – esta é considerada uma área de alta sensibilidade arqueológica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 214

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica das Terras do Urmal

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Sítio arqueológico detectado em prospecções arqueológicas de superfície. Os materiais indicam a presença de uma ocupação romana no local.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 215

Código Nacional de Sítio –

Designação: Pensão Bristol – mina de água

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Um conjunto patrimonial composto por um tanque e uma série de túneis foi identificado nas traseiras da Pensão Bristol, localizada na Rua Visconde Monserrate.

Os túneis registados integram uma antiga estrutura hidráulica, semelhante a outras já registadas em vários locais desta encosta da Serra. Trata-se, pois, de uma mina escavada no granito, com canal central definido por uma série de telhas de meia cana, destinada à condução das águas provenientes de uma nascente natural existente no topo da galeria e que consiste numa rocha em cuja superfície vertical escorre água.

Embora as telhas utilizadas para a condução das águas sejam claramente recentes, a origem destas captações hídricas remonta à época Islâmica de Sintra. Existem paralelos no Sul da Península Ibérica e Ilhas Baleares, que têm por base estruturas de captação e condução de água – *qanats* – efetuadas por comunidades muçulmanas ali estabelecidas durante época medieval. Tal como nessas regiões, as estruturas de Sintra continuaram, a ser utilizadas, mantidas e recuperadas ao longo dos séculos. Às realidades observadas *in loco* há a acrescentar uma informação entretanto recolhida e que afirma ter também existido um poço – entretanto oculto sob o pavimento -, o que é concordante com a morfologia de estruturas tipo *qanat*, frequentemente associados a poços e cisternas.

Realce-se, ainda, que na documentação medieval surge referido o “Poço do Romão” e de uma “pedra jorradia” nas proximidades, sendo que os topónimos em questão se encontram localizados nas proximidades da estrutura hidráulica acima descrita, cuja água que capta escorre de uma pedra.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 216

Código Nacional de Sítio –

Designação: Cruzeiro da Cruz da Pedra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

No âmbito da prevista requalificação do Cruzeiro da Cruz da Pedra foram efetuados trabalhos arqueológicos de escavação, com vista a registar eventuais utilizações anteriores, considerando quer a proximidade de caminhos antigos de acesso à Vila de Sintra, quer a presença nas suas diretas imediações da «Fonte da Sabuga».

A intervenção arqueológica realizada em 2005 permitiu concluir que o largo actual - que já se encontra registado na documentação iconográfica desde o século XIX – assenta em acumulações de espessos depósitos, ricos em materiais arqueológicos, certamente relacionados com as dinâmicas de vertente.

Assim, os conjuntos de significativos artefactos identificados no local (em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas) cobrem uma larga diacronia – desde a pré-história recente ao século XIX – demonstrando a redeposição de contextos arqueológicos conservados localizados a altitudes mais elevadas nesta vertente que culmina no Castelo dos Mouros.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 217

Código Nacional de Sítio –

Designação: Sítio medieval do Jardim da Vigia, São Pedro de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição

Na área correspondente ao jardim da Vigia foram recolhidos à superfície materiais arqueológicos tardo-medievais e modernos que indicam uma ocupação no sítio da Vigia, junto ao núcleo urbano de São Pedro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 218

Código Nacional de Sítio – Antigo Celeiro das Jugadas

Designação:

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

O edifício surge desenhado e identificado na planta da *Vila de Sintra* datada de 1850, da autoria de José Abreu. Trata-se de uma estrutura de arquitetura gótica, constituído por uma série de arcos quebrados, cuja fachada se encontra parcialmente oculta por um muro de propriedade mais recente e que confina a nascente com o Largo Latino Coelho.

As características arquitetónicas e a sua localização em pleno tecido urbano antigo da vila, não longe da Igreja Matriz de São Martinho de Sintra, e nas imediações dos sítios arqueológicos identificados na Rua Gil Vicente são indiciadores da existência de vestígios arqueológicos soterrados, cuja salvaguarda, registo e pesquisa possibilitarão um crescente conhecimento da evolução do centro-histórico de Sintra e da evolução funcional dos espaços urbanos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 219

Código Nacional de Sítio –

Designação: Estação Arqueológica do Casal da Feteira

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na área há notícia de terem sido detectadas sepulturas de tipo cista. No sítio foi recolhido um fragmento de cerâmica ática publicado por Octávio da Veiga Ferreira.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 220

Código Nacional de Sítio –

Designação: “Paço” de Janas e casas antigas anexas

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Conjunto arquitectónico tardo-medieval e moderno no qual se encontram reaproveitados elementos lapidares, um deles como lintel epigrafado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 221**Código Nacional de Sítio – 11586****Designação:** Estação Arqueológica de Casal da Quintã**Freguesia:** União das Freguesias de Queluz e Belas**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Estrutura arquitectónica vernacular que inclui elementos vários de origem medieval.

Os terrenos envolventes, com altimetrias mais baixas, correspondiam à albufeira da Barragem Romana de Belas

Na área envolvente ao Casal da Quintã ainda foi identificado um muro no limite da linha de água da Ribeira de Carenque. A tipologia da estrutura, com pedras aparelhadas, permite supor uma atribuição à época romana.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 222**Código Nacional de Sítio – 2144****Designação:** Estação Arqueológica do Casal dos Palmeiros**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Vestígios líticos de artefactos de sílex com pátinas amarelas e vermelhas atribuíveis ao Paleolítico. Recolhas de Félix Alves Pereira a cerca de 300 m do Casal dos Palmeiros, à esquerda da estrada do Sabugo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 223**Código Nacional de Sítio – 4623****Designação:** Estação arqueológica de Alveijar, Terra da Ponte**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Estação de ar-livre referida em 1916. Recolheram-se exemplares líticos na própria ribeira, no campo marginal e nos cabeços circundantes.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 224

Código Nacional de Sítio – 14821

Designação: Estação arqueológica do Casal de Vaz Meirinho

Freguesia: Rio de Mouro

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vestígios de superfície atribuíveis ao Paleolítico e à Idade do Bronze.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 225

Código Nacional de Sítio – 14823

Designação: Serra das Ligeiras 1

Freguesia: Rio de Mouro

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Encosta com pendente suave, virada a sul e dividida por diversas cercas de pedra onde se detectaram, à superfície, alguns materiais líticos pré-históricos, possivelmente paleolíticos, misturados com cerâmicas modernas/contemporâneas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 226

Código Nacional de Sítio – 14824

Designação: Serra das Ligeiras 2

Freguesia: Rio de Mouro

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição: Mancha de Ocupação do Paleolítico. Encosta com pendente média, virada a norte, onde se detectaram à superfície, durante os trabalhos de prospecção, alguns materiais líticos pré-históricos misturados

com cerâmica moderna/contemporânea e um sistema hidráulico composto por três poços e uma mina ligados entre si.

Sondagens pontuais efectuadas no local não detectaram quaisquer estruturas ou estratos de natureza arqueológica.

Materiais em depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 227

Código Nacional de Sítio – 30991

Designação: Estação Arqueológica de Valmor

Freguesia: Massamá e Monte Abraão

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Sítio implantado na vertente sul de um cabeço relativamente bem pronunciado na paisagem. Na área prevista para construção de um empreendimento em meio urbano foram identificados alguns materiais à superfície que apontam para uma cronologia de ocupação pré e proto-histórica.

Material lítico talhado, dominando o sílex como matéria-prima, cerâmica manual e a torno maioritariamente atípica apontada para uma ampla diacronia.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 228

Código Nacional de Sítio – 30050

Designação: Estação Arqueológica da Serra da Barreira

Freguesia: Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na estrada 539, sentido Albogas - Covas de Ferro, à entrada da povoação Covas de Ferro, virar para a estrada de acesso local para Este. Nesta estrada, encontra-se caminho de terra batida para Este que dá acesso ao Parque Eólico.

Numa breve prospecção do terreno, realizada no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Parque Eólico da Sardinha, foi possível efectuar o reconhecimento de um sítio arqueológico atribuível ao Neolítico / Calcolítico. A dispersão de materiais, com densidade muito baixa, observa-se por toda a encosta Sul e encosta Oeste da serra

da Barreira, encontrando-se a área com maior densidade de materiais numa plataforma do sul, com declive menos acentuado, abrigada por ventos Norte, mas em cotas mais baixas, o que sugere também uma ocupação no ponto mais alto do monte, provavelmente no mesmo período.

Os artefactos líticos, os fragmentos de cerâmica manual e os vestígios de escória de fundição recolhidos à superfície apontam para a existência naquela área de um núcleo de habitat. A cerca de 130 m a Nordeste foi identificada uma estrutura de época moderna e uma moeda de cobre (em muito mau estado) de V reais de D. Sebastião.

Indústria lítica em sílex, quartzo e quartzito: núcleos, lascas e restos de talhe; cerâmica rara e possui polimento ligeiro, 1 fragmento de cerâmica decorada com bordo denteado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 229

Código Nacional de Sítio – 30047

Designação: Cotão

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Cacém e São Marcos

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Foram identificados diversos artefactos líticos em sílex atribuíveis ao Paleolítico. Os escassos materiais identificados encontram-se dispersos por uma vasta área, existindo uma visibilidade quase nula do terreno.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 230

Código Nacional de Sítio – 30117

Designação: Estação Arqueológica do Telhal

Freguesia: Algueirão Mem-Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A existência de um sítio arqueológico romano no Telhal foi publicada por Félix Alves Pereira em 1957, que refere a existência de restos tijolos à superfície, bem como um monumento funerário pétreo anepígrafo – entretanto destruído.

Objecto de trabalhos de prospecção, sondagem (2007) e escavação arqueológica (2008), no âmbito da minimização impactes negativos pela construção da A16, o sítio do Telhal acabou por sofrer fortes impactos gerados pela construção da mencionada infraestrutura viária.

A ampla área escavada demonstrou a existência de um amplo núcleo habitacional romano, provavelmente uma *villa*, do qual se escavaram amplos compartimentos em excelente estado de conservação, todos pertencentes à *pars rustica*. O vasto conjunto de materiais arqueológicos recolhido nos estratos romanos permite estabelecer uma ocupação do local entre o século I d.C. e o século V d.C.. Saliente-se também a identificação de um enterramento infantil em contexto habitacional, com paralelos em contextos regionais também de época romana tardia (séc. IV a.C.).

Identificou-se igualmente a existência de uma significativa presença islâmica no local traduzida pela presença quer de silos de armazenamento, quer de uma necrópole de inumação.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 231

Código Nacional de Sítio – 1200

Designação: Antiga Via em Belas

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Ao longo de parte do muro que a poente limita a Quinta do Bonjardim localiza-se um troço de caminho antigo. O segmento de via existente encontra-se bem conservado, ainda que quase integralmente coberto por folhagem, e apresenta um pavimento de calçada composto pedras de média dimensão, sendo limitado por lajes maiores. As características construtivas que apresenta permitem, ainda que com reservas, admitir uma cronologia antiga – eventualmente de origem medieval –, a este troço empedrado que integraria um eixo viário de maior dimensão e que faria a ligação entre o lugar de Machados (a norte da vila de Belas) e o Suímo.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 232

Código Nacional de Sítio – 33785

Designação: Casal do Brouco 5

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O presente sítio arqueológico foi caracterizado durante a “Empreitada de Construção de Arruamentos e infraestruturas no Belas Clube de Campo (2008-2010)”, na sequência de um acompanhamento de obra que envolveu quer a desmatação de terreno, quer a realização de sondagens arqueológicas no local. Os trabalhos de campo revelaram – nas cotas mais elevadas – alinhamentos pétreos correspondentes aos limites do casal, bem como – na extremidade poente do socalco artificial que se desenvolve de Sul para Oeste – vestígios superficiais de estruturas. Trata-se de um Casal Rústico de cronologia alto medieval, ocupado entre finais do século VI e inícios do século IX d.C.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 233

Código Nacional de Sítio – 33840

Designação: Casal do Brouco 2

Freguesia: União das Freguesias de Queluz e Belas

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Localizado a NW do vértice “Penedos Pardos” localiza-se o Casal do Brouco, conjunto edificado de feição tardo-medieval, implantado na vertente SW de uma elevação pedregosa. Apesar de abandonadas e em estado de parcial ruína, as construções existentes revelam um interessantíssimo conjunto arquitectónico – que integra um pátio murado, casa de 2 pisos destinada a habitação com vestígios da antiga cozinha e arribanas – implantados junto a um freixo secular.

Do ponto de vista construtivo salienta-se o núcleo antigo torreado e as paredes de pedra solta diretamente assentes nos afloramentos calcários existentes no local, os dois portais pétreos com arco em ogiva e cantaria chanfrada, datáveis dos séculos XV-XVI, e a fresta existente numa parede exposta a poente, tipo de vão que aponta para épocas também recuadas.

Na realidade através das fontes escritas sabemos que já no século XVI este Casal integrava o Morgadio de Belas, sendo a sua origem certamente anterior. Em torno do edificado observam-se significativos aglomerados pétreos que afloram à superfície do terreno, o que indicia a presença de estruturas soterradas na área.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 234r

Código Nacional de Sítio – 6573

Designação: Necrópole Medieval da Portela dos Almornos

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vergílio Correia, arqueólogo que nos inícios do século XX dedicou à zona de Sintra os seus estudos, menciona, em artigo publicado na revista “O Archeologo Português”, a existência de vestígios arqueológicos na povoação da Portela dos Almornos (Correia, 1914, p. 14). Segundo a sua descrição, datada de 1914, naquele local teriam sido encontradas ossadas humanas no interior de sepulturas de caixa pétreas e pedras de cabeceira, as quais não hesita em atribuir à Idade Média.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 235

Código Nacional de Sítio – 33784

Designação: Sítio Pré-histórico de Casal de Cambra

Freguesia: Casal de Cambra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A NE do vértice geodésico Penedos Pardos, na vertente de uma elevação que culmina aos 271m, localiza-se um sítio de cronologia neolítica. A realização de sondagens arqueológicas realizada no âmbito da Empreitada de Construção de Arruamentos e infra-estruturas no Belas Clube de Campo (2008-2010) permitiu identificar uma ocupação pré-histórica que se limita à camada de superfície, numa área muito afetada pelo plantio de eucalipto. O espólio é fundamentalmente constituído por artefactos de sílex – restos de talhe, lascas, núcleos e um fragmento de lamela –, associados a um fragmento de cerâmica com cordão plástico, permite caracterizar o sítio enquanto oficina de talhe (cf. Monteiro, M.; Pereira, A., 2011).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 236

Código Nacional de Sítio – 33835

Designação: Penedos Pardos 2

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A SSW do vértice Penedos Pardos localiza-se uma cavidade natural. Trata-se de uma diaclase vertical no Lapiás identificada durante o Estudo de Impacte Ambiental do Belas Clube de Campo. Apenas trabalhos futuros permitirão averiguar a eventual existência de vestígios arqueológicos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 237

Código Nacional de Sítio –

Designação: Antigo marco de propriedade do Casal do Suímo

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Na via de acesso ao Casal do Suímo e junto à atual entrada da propriedade, foi identificado um marco de calcário. Trata-se de um monólito paralelepípedo com inscrição numa das faces. A epígrafe ocupa um campo retangular, demarcado por uma linha incisa, onde se lê «Ruy Galvão».

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 238

Código Nacional de Sítio –

Designação: Casal do Suímo Norte

Freguesia: União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A alguns metros a Norte dos edifícios que compõem o Casal do Suímo, junto a um caminho recentemente revolvido, foi recolhido um percutor de sílex. No solo, atualmente utilizado para a criação de porcos em regime extensivo, observam-se ainda fragmentos de sílex, alguns materiais de cerâmica, associados a significativas acumulações de pedras calcárias recentemente remobilizadas pela abertura de um caminho. Considerando a situação geográfica do local, que domina a paisagem para Sul e possui visibilidade até ao Rio Tejo, e os vestígios arqueológicos detectados, haverá que acautelar a existência de um sítio arqueológico, eventualmente afetado pelas recentes alterações topográficas registadas no local.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 239**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Logradouro fronteiro ao adro da Igreja de São Martinho de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Imediatamente a Oeste do Adro fronteiro à Igreja de São Martinho, e num terraço artificial da vertente com uma implantação mais baixa, hoje sobretudo ocupada por logradouros ainda cultivados, localiza-se um dos espaços essenciais para o conhecimento da ocupação medieval após a Conquista Cristã da Vila de Sintra.

Na realidade, a fundação da paroquial de São Martinho na Vila de Sintra, não longe do Paço Real, terá funcionado como polo agregador de povoamento para as comunidades cristãs (Ribeiro, 2012) que se instalam na vila, convivendo, ainda que em espaços distintos, com muçulmanos que habitam em torno da medina árabe – que, supõe-se, corresponderia ao Paço de Sintra – e judeus, que ocupariam áreas mais a nascente, correspondentes ao *mellah*.

Assim este espaço surge como um provável local de assentamento dos grupos cristãos, precisamente na imediata envolvência da Igreja de São Martinho, numa plataforma ensolarada e, portanto favorável à criação quer de áreas habitacionais, quer de recintos dedicados ao armazenamento

Note-se que Duarte D'Armas no seu Livro das Fortalezas de 1507 representa um conjunto de casas nesta área concreta.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 240**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Mina de Água com cúpula de tijoleira, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A Noroeste da Igreja de São Martinho localiza-se junto às Escadinhas do Briamante uma fonte com cúpula em tijoleira. As características do espaço, tanto em termos tipológicos, como técnicos e até dos materiais construtivos permitem datar a estrutura arquitetónica desta mina da época tardo-medieval.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 241**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Paço dos Ribafria**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

O Paço dos Ribafria foi erigido, não longe do Paço Real de Sintra, na primeira metade do século XVI, por iniciativa de Gaspar Gonçalves, então porteiro-mor da Câmara Real de D. Manuel. Personagem este que viria, já sob o reinado de D. João III, a obter o título de Senhor de Ribafria, acabando mesmo por receber o cargo de alcaide-mor de Sintra em 1569.

Este significativo conjunto arquitetónico, de feição manuelina e renascentista – com posteriores acrescentos setecentistas – terá sido implantado sobre limites medievais da Vila de Sintra. Note-se, também, que n.º 14 da Rua da Padarias, localizada a escassos metros a Nascente do limite do logradouro do Paço os Ribafria foi identificada um conjunto de significativas antigas ocupações, pré-históricas, tardo-romanas e medieval islâmica que importa compreender em extensão.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 242**Código Nacional de Sítio – 17103****Designação:** Paço Real de Sintra (Palácio Nacional de Sintra, ou Paço da Vila de Sintra), incluindo silos, fornos e outros vestígios arqueológicos**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição:**

Paço Real de Sintra consiste no único palácio Medieval português que chegou aos nossos dias e que após as obras de ampliação e melhoramento realizadas por iniciativa dos monarcas D. João I e D. Manuel I – respetivamente, no início do século XV e no princípio do século XVI – mantém, no essencial, o prospeto que, desde então constitui a sua fisionomia.

Na realidade a conservação excecional deste Paço deve-se à sua utilização continuada pelos monarcas portugueses como residência estival. O clima agradável, os ares e as águas salutíferas, os abundantes frutos, a

presença da Serra com caça abundante e a proximidade de Lisboa terão contribuído para essa situação de continuidade que apenas termina com a implantação da República em 1910.

Para além do peso das memórias do Paço, cenário de múltiplos acontecimentos marcantes para a História Nacional, importa aqui sobretudo aprofundar as suas características materiais que o tornam um edifício ímpar.

Este local terá sido ocupado por uma das duas fortalezas islâmicas de Sintra, referidas nas fontes da época – a outra corresponde ao Castelo dos Mouros.

Assim, logo após a Conquista Cristã, os novos trinta povoadores instalam-se no albacar de Sintra e apenas no reinado de D. Dinis são efetuadas obras no alcácer mouro, com a construção da capela do palácio consagrada ao Espírito Santo.

As primeiras grandes transformações devem-se a D. João I que, nos inícios do século XV, dota o edifício de novas dependências e reformula o interior de espaços pré-existentes.

Em continuidade, o Paço foi objeto de nova intervenção em finais do século XV – Inícios do Século XVI, por iniciativa de D. Manuel, com grandes reformas de embelezamento de vãos e janelas, de interiores com revestimentos azulejares; reorganizando espaços com a construção de pátios, sendo dada uma grande importância à presença da água em tanques, esguichos e fontes, o que acentua o mudejarismo, perpetuando as tradições artísticas islâmicas. Ergue-se então, a nova ala manuelina, um novel paço completo e autónomo que se justapõe ao conjunto existente, coroado pela sala dos brasões.

O terramoto, que causou o desaparecimento da torre militar que se sobrepunha à sala dos árabes, terá originado certamente outros danos, mas cuja reparação parece ter respeitado bastante as estruturas anteriores.

As grandes alterações ao Paço surgem já no início do século XX e traduzem-se na demolição das casas que fechavam o então largo interior, ao qual só se acedia através de um portão. Tais edificações encontram-se bem documentadas iconograficamente quer nos desenhos quincentistas de Duarte D'Armas (ver imagem acima), quer nas pinturas, plantas (Abreu, 1850) e fotografias da Vila Sintra datadas do século XIX.

Para além destes vestígios, que certamente se encontrarão conservados soterrados, acresce todo o conhecimento das sucessivas ocupações deste local privilegiado em termos geomorfológicos e que se caracteriza pela existência de uma elevação sobranceira à confluência de duas ribeiras. Trata-se de uma implantação com grande domínio de paisagem, com ocupação pré-histórica mal conhecida, possuindo condições favoráveis à implantação de um povoado proto-histórico e onde se terá erguido a vila muçulmana com seu alcácer – um dos castelos referidos por Al-Himiari no século XI (Coelho, 1989).

Com efeito na área do Paço foram já objeto de escavação arqueológica duas áreas distintas.

Na ala Joanina identificaram-se três silos medievais sob uma lixeira no interior de um compartimento entaipado, provavelmente na sequência das obras quatrocentistas. Assim, segundo o autor dos trabalhos, os silos terão sido colmatados nos finais do século XIV – inícios do século XV, sendo particularmente significativa a presença de cerâmicas de produção valenciana associadas a moedas da primeira dinastia e outros dois numismas já de D. João I, a artefactos metálicos e a escassos artefactos pré-históricos (Amaro, 1992, p.196-197).

A estas estruturas de armazenamento soma-se a descoberta, em 2002 e na sequência de realização de obras no Largo Rainha D. Amélia, de um forno destinado à produção de cerâmicas de construção e que os

responsáveis pela escavação datam do século XV, relacionando esta estrutura entretanto totalmente escavada com as campanhas de obras promovidas por D: João I (Sabrosa *et al.*, 2003, 196-197).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 243

Código Nacional de Sítio –

Designação: Porta ogival frente ao n.º 2 das Escadinhas Félix Nunes, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

No muro que atualmente limita um logradouro e frente ao n.º 2 das Escadinhas Félix Nunes, observa-se um portal entaipado de tijoleira, desenhando um arco quebrado e provido de chanfro.

A sua identificação permite apontar a existência de um edifício tardo-medieval naquela localização e cuja área coberta se desenvolveria para W, onde hoje existe precisamente uma área não construída, fazendo-se o acesso pelo caminho correspondente ao traçado atual das escadinhas acima referidas.

O seu conhecimento constitui mais um elemento que permite conhecer as dinâmicas de transformação urbana da Vila Velha ao longo do tempo e, em particular, dos tempos pós medievais.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 244

Código Nacional de Sítio –

Designação: Fonte tardo-medieval da Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A Fonte tardo-medieval da Vila de Sintra localiza-se no logradouro do prédio n.º 2 da Rua da Ferraria.

Trata-se de uma fonte de mergulho, de planta quadrangular, inserida numa estrutura de alvenaria de corpo paralelepípedo, com arco trilobado e abóboda de nervuras, possuindo paralelos morfológicos próximos na Fonte da Cabrela. São também observáveis alguns azulejos hispano-árabes que revestem parcialmente as paredes interiores.

A fonte encontra-se parcialmente soterrada, dando indicadores valiosos para a cota original do terreno em época coeva, ou seja, durante o século XV.

Assim a fonte e as áreas que lhe são adjacentes demonstram as alterações topográficas na Vila nesta área concreta durante os últimos 600 anos, ao mesmo tempo que fornecem indicadores específicos para as distintas utilizações dos espaços ao longo do tempo, uma vez que o fontanário público de origem quatrocentista se encontra hoje em domínio privado.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 245

Código Nacional de Sítio –

Designação: Igreja da Misericórdia de Sintra - nave

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010. Abrangida pela ZP do Palácio Nacional de Sintra – Monumento Nacional - Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910.

Descrição:

A Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Sintra, remonta na sua origem a 1545, quando a Rainha D. Catarina ordenou a sua construção. A sua estrutura arquitetónica foi no entanto profundamente afetada em consequência dos efeitos do Terramoto de 1755.

Alterações ao urbanismo da vila, materializadas no alargamento da via pública já durante o século XX, provocaram a demolição integral da nave da igreja, reduzindo o templo ao espaço da capela-mor e dependências anexas (pertencentes à Irmandade e ao Hospital).

A extensão da área demolida é no entanto fácil de localizar, atendendo a que os limites gerais do imóvel se encontram registados na planta de Sintra da autoria do Capitão António Abreu (1850), permanecendo quer os alicerces das estruturas demolidas, quer mesmo as sepulturas que integravam o cemitério anexo subjacentes ao pavimento do atual Largo Gregório de Almeida.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 246

Código Nacional de Sítio –

Designação: Igreja de São Lázaro

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio abrangido pela classificação como Imóvel de Interesse Público da Igreja de São Lázaro - Decreto n.º 22 617, DG, I Série, n.º 122, de 2-06-1933. Dispõe de ZEP - Portaria publicada no DG, II Série, n.º

37, de 15-02-1951. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição

A pequena e singela igreja de São Lázaro constitui um significativo testemunho do estilo manuelino chão na região de Sintra. A Capela de São Lázaro integrava a gafaria de Sintra que existiu no local, sendo admissível supor a existência de uma igreja anterior, ainda que totalmente remodelada durante o século XV.

A fisionomia da atual capela deve-se à rainha D. Leonor, a quem havia sido doado o Hospital e Gafaria da Vila de Sintra. São pois frequentes no edifício as alusões à monarca: o seu escudo sobre o portal, e a iconografia da capela-mor, onde se destacam o camaroeiro (seu emblema pessoal), o pelicano (símbolo do seu marido, El Rei D. João II) e o escudo Bipartido (utilizado durante o reinado de D. João II).

Em termos de função, merece especial destaque a existência de duas janelas gradeadas nas paredes laterais da nave, a cerca de 60 cm acima do pavimento, e que permitiriam aos leprosos assistir à missa sem entrar no templo.

Assim é de supor a existência das estruturas da gafaria construídas em torno e para lá da igreja de São Lázaro, estruturas essas que hoje permanecem desconhecidas, provavelmente conservadas no solo e subsolo, e que se articulariam com a necrópole dos gafos que sabemos ocupar uma área distinta, mais a nascente, em torno do designado “Túmulo dos dois Irmãos”.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 247

Código Nacional de Sítio –

Designação: Igreja de São Martinho de Sintra e necrópole medieval

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Monumento Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Provavelmente fundada ainda durante o século XII, a Igreja de São Martinho surge pela primeira vez referenciada em 1220, na «Inquirição Sobre Bens e Direitos das Ordens e Mosteiros em Lisboa e seu Termo» (cf. Costa, 1980, p. 60-67).

Apesar da sua origem medieval, a velha paroquial da Vila foi totalmente reconstruída após a grande destruição sofrida com o Terramoto de 1755. Assim, da primitiva construção medieval sobreviveram até hoje quer a estrutura gótica da abside, quer o arcossólio de Margarida Fernandes, provido de inscrição e datado de 1307 (Sousa, 1959, p.7), localizado na parede sul do templo. Na realidade, este sepulcro encontrar-se-ia originalmente inserido numa estrutura edificada mais ampla, um presumivelmente um pequeno claustro de cariz funerário e que integraria a necrópole medieval desta Igreja, da qual ainda hoje se observam os arranques das paredes de pedra.

Na área adjacente – e no âmbito da abertura de uma vala na Praça da República durante a década de 1970 – foram identificadas e recolhidas três estelas discóides, indicando a utilização de todo o espaço contíguo às paredes meridionais da igreja enquanto necrópole.

A observação da *Planta do Real Paço e da Villa de Sintra* (Abreu, 1850) demonstra ter existido, adossado à parede Sul da nave da Igreja de São Martinho, uma pequena capela entretanto demolida e consagrada a Nossa Senhora dos Desamparados. O pequeno templo, erigido em 1755 para que os presos da cadeia da Vila (atual edifício dos correios) pudessem assistir à missa através das janelas do presídio, manteve-se de pé até 1867, ano em que se decide – após um curto período de abandono – a demolição da denominada “capela dos presos” (Azevedo, 1982, p. 43-52).

Em 1990, a Câmara Municipal de Sintra procedeu a trabalhos de restauro a nível das paredes e coberturas da Igreja de São Martinho. As estruturas medievais postas a descoberto durante a remoção dos rebocos foram mantidas no seu lugar original. Outros elementos arquitetónicos ou decorativos, já deslocados relativamente à sua posição original, foram retirados das paredes e colocados à guarda da igreja que oportunamente os depositou no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 248

Código Nacional de Sítio –

Designação: Igreja de São Pedro de Sintra e Necrópole anexa

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A igreja de São Pedro de Penaferrim já existia neste local em inícios do século XV (Serrão, 1989, p. 36), época em que se terá abandonado definitivamente o culto na primitiva Igreja Românica de São Pedro de Canaferrim, localizada no Castelo.

Ampliada partir de 1556 por iniciativa de D. Álvaro de Castro e pouco afectada pelo terramoto de 1755 (Azevedo, 1984, p. 53), o seu exterior encontra-se contudo bastante alterado, ainda que a capela-mor revele características quatrocentistas. Recentemente e no decurso das obras de manutenção e valorização levadas a efeito pela Paróquia no ano de 2007 – e que envolveram a remoção sistemática dos rebocos exteriores – identificaram-se uma série de estruturas arquitetónicas tardo-medievais, dos quais se destacam os dois arcos quebrados ao nível do piso térreo da torre sineira.

A necrópole de São Pedro localiza-se em torno da igreja e terá sido utilizada entre o século XV e meados do século XIX altura em que, por iniciativa municipal baseada nas condições insalubres causadas pela sua continuada utilização, é definitivamente transferida para fora da área habitada (cf. Azevedo, 1998, p.198).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 249**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Antigo Alpendre do Mercado, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

O antigo alpendre do mercado, edifício do qual não subsistem testemunhos arquitetónicos visíveis na atualidade em virtude da sua demolição em 1893 (Azevedo, 1978, p. 61), encontra-se muito bem representado na antiga documentação histórica de Sintra.

Tratava-se, de um edifício de feição renascentista – ainda que com provável origem anterior – composto por um alongado pórtico, limitado por dois torreões, tudo encimado por balaustrada, no seio da qual se destacam dois medalhões centrais relevados, como tão bem o ilustram as gravuras de W Burnett (cf. Ribeiro, 1996, p. 250) e J. P. Monteiro (cf. Serrão, 1989, p. 22).

O cruzamento das fontes iconográficas com a «Planta do Real Paço e da Villa de Sintra» da autoria de José Abreu (1850) permite analisar a estrutura urbana da Vila e definir com precisão o local onde se implantava o desaparecido edifício que albergou o mercado da vila, sendo presumível que os alicerces desta estrutura arquitectónica e de outros edifícios anteriores se encontrem conservados enterrados no solo e subsolo em localização adjacente ao quarteirão onde se localiza actualmente o Hockey Clube de Sintra.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 250**Código Nacional de Sítio –**

Designação: Paredão com antigo cunhal no Beco do Briamante, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição A alguns metros a N da Igreja de São Martinho de Sintra e no imbrincado tecido urbano que caracteriza a Vila Velha, localiza-se um troço de um amplo paredão de pedra. As suas características volumétricas e a própria estereometria da construção distanciam-no tipologicamente das construções adjacentes.

Trata-se, provavelmente de um troço de uma antiga estrutura amuralhada de origem e funcionalidade não totalmente esclarecidas, mas que podemos fazer recuar à época medieval. Na realidade, Duarte d'Armas nos desenhos de Sintra que integram o Livro das Fortalezas representa diferentes muros de grandes dimensões

(Duarte d'Armas, 1507) quase todos hoje invisíveis no tecido urbano atual –, mas dos quais esta ampla estrutura conservada no Beco do Briamante poderá ser testemunho eloquente.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 251

Código Nacional de Sítio –

Designação: Antigo Sítio de São Sebastião, Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A construção no início do século XX do notável edifício neomanuelino da autoria de Adães Bermudes destinado a Paços do Concelho implicou a demolição da ermida antiga de São Sebastião que, até então, se erguia no local.

O templo de São Sebastião, com o seu singelo pórtico manuelino (Serrão, 1989, 47) e de origem tardo-medieval, tratava-se de uma singela construção de arquitetura chã, rodeada por uma presumível necrópole.

As Memórias Paroquiais de Santa Maria de Sintra referem a Ermida de São Sebastião junto à estrada que se dirige para Mafra «que dizem mandou fazer o povo no tempo da peste» e à qual acorria no dia do orago do santo uma procissão geral com o Clero e o povo, acompanhada pelo Senado da Câmara da Vila e que saía da Igreja de São Martinho. Os vestígios das estruturas da ermida de São Sebastião conservar-se-ão hoje soterrados, sendo que muitos elementos decorativos e construtivos pétreos se encontram reutilizados nas próprias paredes do edifício que alberga a Câmara Municipal, isto apesar das pedras que constituíam os pórticos principal e lateral terem sido vendidas a um particular logo em 1904 (Azevedo, 1980, p. 8).

O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas conserva, por seu turno, a lápide restaurada pertencente à base do antigo cruzeiro seiscentista de São Sebastião. Tal inscrição, originalmente publicada intacta quando ainda se encontrava na sua posição primitiva, sobre um penhasco no adro da já então arrasada igreja de São Sebastião (cf. Sousa Viterbo, 1907, p.26), permaneceu perdida desde então até finais da década de 1990, quando, no decurso de obras no Edifício dos Paços do Concelho, foi reconhecida, em fragmentos, nas paredes do Claustro neomanuelino.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 252

Código Nacional de Sítio –

Designação: Cemitério oitocentista de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Na Rua São João de Deus, no terreno onde foi construída a cadeia Comarcã localiza-se um dos cemitérios oitocentistas de Sintra.

De facto, a 23 de Março de 1859 a Câmara decide inspecionar um terreno perto da ermida de São Sebastião para aí passarem a ser sepultados os defuntos da Freguesia de São Pedro. Note-se que desde a interdição dos sepultamentos em torno da Igreja Paroquial de São Pedro, o cemitério havia sido transferido para o sítio da Charneca, mas face à deficiente qualidade do solo, não pôde ser mantido no local.

Assim desde 1859 e até 1896 – data em que foi efetuado o primeiro enterramento no cemitério de São Marçal – os fregueses de São Pedro sepultam os seus mortos no velho cemitério de São Sebastião, do qual subsistem múltiplas sepulturas. Recorde-se, aliás, o texto do Coronel Afonso Dornelas que, em 1915, descreve a situação da antiga necrópole e procede ao levantamento das inscrições tumulares existentes (cf. Azevedo, 1998, p. 210-226).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 253

Código Nacional de Sítio –

Designação: Convento da Trindade e respectiva cerca

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Em 1374 alguns anacoretas oriundos do Convento da Trindade em Lisboa instalam-se num vale isolado em plena Serra de Sintra, numa área correspondente à actual cerca do convento. Os religiosos procuravam, como consta na crónica do Convento da Trindade narrada por Frei Jeronymo de São José (1784), o ascetismo e a vida de recolhimento dos seus antecessores, passando a habitar em grutas e abrigos rochosos, por entre os penedos de granito, tendo como local de oração uma ermida dedicada a Santo Amaro.

Apenas em 1400, D. João I manda construir o primitivo cenóbio precisamente no local onde se erigia a ermida de Santo Amaro. Cerca de cem anos mais tarde – por iniciativa de D. Manuel I – realizam-se obras de reconstrução do convento, entretanto já arruinado.

Finalmente, na década de 70 do século XVI constrói-se o convento com a actual localização, sendo a aparência que hoje possui resultado das reconstruções pós-terramoto de 1755 (cf. Ribeiro ed., 1996, p. 211)

Para além das ruínas do convento do século XV e das ocupações dos anacoretas em abrigos e grutas, conservam-se neste espaço as necrópoles dos religiosos desta Casa, encontrando-se parte significativa das sepulturas do século XVII e XVIII sob o pavimento do corpo da igreja.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 254

Código Nacional de Sítio –

Designação: Criptas e Galerias Medievais, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010 Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

Em 1972, o espeleólogo Alexandre Morgado explora a galeria subterrânea subjacente ao Largo Rainha D. Amélia e que parte das caves do “Café Paris” – a 8 metros de profundidade – em direcção ao Paço Real. Segundo a planta esquemática então publicada, a passagem prolonga-se para Norte, sob a Praça da Vila, de onde bifurca duas vezes regressando ao “Hotel Central”. (cf. Costa, 1980, p.17)

Francisco Costa (1980, 18-19) propõe mesmo que tal galeria estabelecesse uma ligação oculta entre as casas na posse dos Templários desde a segunda metade do século XII, que localiza no quarteirão a Poente do Largo do Palácio, atualmente ocupado pelo “Café Paris” e pelo “Hotel Central”.

Tal inferência baseia-se na doação por parte de Afonso I de «*bonas casas in villa*» ao Mestre da ordem do Templo, Gualdim Pais, em 1157, casas essas localizadas nas proximidades do Paço. Assim sendo, tal doação aos Templários relacionar-se-ia, provavelmente, com incumbência relativa à manutenção da ordem judicial e cívica de Sintra, no período imediatamente pós-Reconquista por parte desta ordem militar (Ribeiro, 2010).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 255

Código Nacional de Sítio –

Designação: Criptas fronteiras ao edifício de Turismo, Praça da República, Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição

No logradouro fronteiro ao edifício de Turismo da Vila de Sintra – antigo Hotel Costa – sito na Praça da República n.º 23 encontra-se identificada uma cripta emparedada, para a qual – sobretudo quando articulada com a existência da necrópole medieval adjacente à Igreja de São Martinho de Sintra – se supõe uma função funerária.

Com efeito, nos anos de 1970, durante a abertura de uma vala na Praça da República, foram identificadas e recolhidas três estelas discóides, indicando claramente a presença de uma necrópole medieval.

O reconhecimento destas realidades evidencia a existência de um eventual carneiro e outras áreas funerárias da Igreja de São Martinho de Sintra, subjacentes ao logradouro do edifício de Turismo e à Praça de República.

Note-se que no século XIX a atual Rua Vicente era denominada “Rua do Carneiro”, numa alusão direta à presença de um espaço sepulcral com ossário (cf. Abreu, 1850).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 256

Código Nacional de Sítio –

Designação: Torre medieval da Vila de Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição

A Torre Medieval da Vila Velha localiza-se em pleno centro histórico de Sintra, alguns metros a nascente da Igreja de São Martinho e fronteira ao desaparecido alpendre do mercado, encontrando-se a sua existência provavelmente relacionada com um documento de D. Afonso V no qual se menciona “o serviço de temperar o relógio”.

Amplamente representada nas gravuras oitocentistas da Vila Velha, a torre do relógio que sabemos ter ruído parcialmente com o terramoto de 1755 é já uma reedificação do século XVIII.

Na realidade, a construção que hoje observamos possui características morfológicas e estilísticas que a filiam na arquitetura Pombalina, ainda que nela se conservem traços da primitiva torre medieval que se podem observar, nomeadamente, na escada helicoidal interior. A ausência da representação da torre nos desenhos da Vila de Sintra que integram o *Livro das Fortalezas* de Duarte d’Armas, datado de 1507, coloca a possibilidade do relógio – que já é mencionado num documento de D. Afonso V – se encontrar na centúria de quinhentos instalado numa estrutura mais baixa, não se destacando pois do restante conjunto urbano existente junto à igreja de São Martinho.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 257**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Vestígios da Casa pós-medieval Museu Ferreira de Castro**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Sítio abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra – Património Mundial, Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010**Descrição**

No logradouro do Museu Ferreira de Castro – também designado Casal de Santo António – observam-se paredes arruinadas de uma casa pós-medieval provida de dois pisos. Tais paredes constituem hoje, pois o próprio muro que limita a poente o logradouro.

No terreno em causa foi recolhido um conjunto de artefactos arqueológicos, sobretudo composto por cerâmicas atribuíveis aos séculos XVII-XVIII.

Os materiais encontram-se conservados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 258**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Sítio de São João das Covas**Freguesia:** União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero-Pinheiro e Montelavar do Bispo**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

No século XIX, Estácio da Veiga, relata a existência de várias antiguidades na hoje desaparecida Ermida de São João das Covas, mas que na época se erigia junto à povoação epónima.

Este autor identifica – e transcreve – uma inscrição funerária datada de 1619, menciona uma cabeceira de sepultura discóide – de tradição medieval – e descreve um menir de diorito com 1,75m de altura colocado junto à porta da sacristia da igreja, aparentemente recolhido nas proximidades da Ermida e cravado no local para fins utilitários. É feita, também, a alusão à existência de numerosos silos nas proximidades, alguns deles já à época explorados pela população local e onde teriam sido recolhidos recipientes cerâmicos.

Note-se que a ermida de São João das Covas – à semelhança das de São Miguel de Odrinhas e do Espírito Santo de Montelavar – pertencia em 1675 ao priorado de São Miguel de Sintra, tal como consta no manuscrito “Cathalogo dos Piores da Igreja de S. Miguel de Cintra em que se conthem algumas antiguidades da mesma ...”, da autoria do Padre Manuel Pereira de Sotto Mayor que se lhe refere como possuindo “uma fundação antiquíssima”.

Segundo informações orais, a Ermida de São João das Covas terá sido integralmente desmantelada nos inícios do século XX e as suas pedras reutilizadas na construção de uma eira sita no vizinho Casal de Abegoaria.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 259

Código Nacional de Sítio –

Designação: Ponte do Casal do Zambujal

Freguesia: União das Freguesias de São João das Lampas Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A Ponte do Casal do Zambujal trata-se de uma estrutura arquitectónica de cronologia incerta, construída em pedra e de um só arco de volta perfeita. Tipologicamente apresenta semelhanças com a Ponte Romana da Catribana, também ela de um só arco.

A ponte do Zambujal implanta-se na continuidade de um caminho que atravessa o vale profundo e encaixado da Ribeira do Falcão junto ao casal do Zambujal, nas proximidades de Peroleite.

A antiga via que conduz à ponte apresenta-se bastante destruída, ainda que melhor conservada na íngreme vertente SW do vale. Pelo que podemos observar do antigo caminho, o forte declive da encosta é vencido por um traçado serpenteante que conduz até à ponte.

O antigo percurso – sobretudo o da encosta SW – está bastante erodido e muito destruído, mas consiste na única extensão com vestígios de calçada ainda preservada. Assinalam-se, no entanto, marcados sulcos causados por torrentes de águas invernais e depressões de rodados de veículos motorizados.

Digamos que se trata de um conjunto paisagístico notável, ainda que da antiga presumível via antiga sejam apenas observáveis pequenos troços muito destruídos na margem SW da Ribeira do Falcão e que acede ao planalto da Assafora. Quanto ao restante percurso, para NE da ponte, que se dirige ao Casal do Zambujal, este encontra-se apenas marcado na paisagem por um pequeno traçado antigo conservado, ainda que sem quaisquer vestígios de calçada.

Relativamente à ponte, não existe qualquer vestígio de pavimento, encontrando-se a estrutura muito erodida, sendo inclusivamente visível o intradorso do arco.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 260

Código Nacional de Sítio –

Designação: Alinhamentos Pétreos de Alconchel

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio inventariado. Abrangido pela ZEP da Paisagem Cultural de Sintra - Aviso n.º 15169/2010, DR, 2.ª série, n.º 147, de 30-07-2010

Descrição:

A norte da Praia Grande, junto à arriba, localizam-se dois alinhamentos pétreos correspondentes a uma estrutura antiga, de época e função indefinidas atendendo à falta de sondagens arqueológicas no local.

Trata-se de dois alinhamentos de pedras calcárias fincadas na vertical, paralelos entre si e com orientação Este-Oeste. A existência de um monólito, também aparentemente colocado a cutelo mas perpendicular às fiadas pétreas acima descritas, levanta a hipótese de nos encontrarmos perante os vestígios de uma estrutura arquitectónica de planta rectangular.

O conjunto não tem qualquer paralelo em estruturas vernaculares de época moderna/contemporânea na região. Pode sim, integrar ainda as construções periféricas do Ribat islâmico identificado no Alto Vigia, considerando a orientação da estrutura, a técnica construtiva e o topónimo “Alconchel” que designa os vários terrenos envolventes.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 261

Código Nacional de Sítio –

Designação: Encosta SW do Outeiro dos Mós

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio inventariado. Abrangido pela ZEP do Monumento Pré-histórico da Praia das Maças - Monumento Nacional. Portaria N.º 49/2014, DR n.º 14, Série II de 2014-01-21 que engloba uma zona *non aedificandi*. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra.

Descrição:

Na encosta SW do Outeiro dos Mós, a aproximadamente uma centena de metros do Monumento Pré-histórico da Praia das Maças, foi identificado nos finais da década de 1960 um significativo conjunto de artefactos pré-históricos à superfície do terreno.

Este núcleo de objectos, atribuível ao Neolítico Final – Calcolítico e que actualmente se conserva no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, é constituído por uma dezena de fragmentos de cerâmica – dos quais dois exemplares correspondem a recipientes carenados – e quatro fragmentos de placas de xisto, três das quais ostentando decoração geométrica.

Tais placas de xisto, apenas parcialmente fragmentadas, constituem uma tipologia de objectos pouco frequente em recolhas superficiais, mas que caracterizam os espólios funerários da Pré-história recente do Centro e Sul de Portugal.

No caso vertente, a localização destes testemunhos materiais nas proximidades do Monumento Pré-histórico da Praia das Maças levanta a probabilidade de nos encontrarmos perante a existência de novo(s) sepulcro(s) de semelhante cronologia nesta outra implantação.

Na realidade, a existência de várias sepulturas agrupadas durante o Neolítico Final e o Calcolítico, formando necrópoles, encontra-se bem documentada nas designadas penínsulas de Lisboa e Setúbal, bem como no Alentejo e Algarve; existindo exemplos muito próximos na própria área de Sintra (os *tholoi* da Necrópole Pré-histórica do Vale de São Martinho) e nos actuais concelhos de Cascais (Grutas Artificiais de Alapraia e de São Pedro do Estoril) e Amadora (Grutas artificiais de Carenque).

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 262

Código Nacional de Sítio – 16958

Designação: Cacém – Escola n.º1

Freguesia: União de Freguesias de Cacém e São Marcos

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Sítio identificado por António Monge Soares. Ocorrência de vestígios arqueológicos – materiais cerâmicos e líticos – nas vertentes do morro onde se situa a escola, indiciando a existência de um possível povoado. Evidências artefactuais do Neolítico, Calcolítico e Idade do Bronze.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 263

Código Nacional de Sítio – 4876

Designação: Casal de Santo Amaro, necrópole romana

Freguesia: União de Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Félix Alves Pereira noticia a descoberta de dois monumentos funerários arciformes romanos, um dos quais com inscrição, na área habitacional do Casal de Santo Amaro, relacionando o seu achado com a existência de uma *villa* rústica no local. O túmulo epigrafado ostenta a seguinte inscrição: IVLIA . L . F [T ou F]VSCA . AN [...] [.] CASSIVS [.] F [C]ASSI[ANVS...] HSS, ou seja: “Iulia Tusca ou Fusca, filha de Lucius, de (...) anos de idade. (...) Cassius Cassianus, filho de (...). Estão aqui sepultados”.

Ambas as peças integram as colecções do Museu Nacional de Arqueologia, encontrando-se neste momento a cupa epigrafada em regime de depósito no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 264**Código Nacional de Sítio – 33885****Designação:** Colaride 2**Freguesia:** Cacém e São Marcos**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O sítio arqueológico de Colaride 2 situa-se perto da Estação Ferroviária do Cacém, na base do planalto de Colaride e Casal de Rocanes. As sondagens arqueológicas realizadas no local em 2009 revelaram, sob uma forte camada de entulhos de obras anteriores, muros de pedra seca formando dois compartimentos e uma rua lajeada. Recolheram-se abundantes cerâmicas e ossos, pertencentes à Idade do Ferro - período Orientalizante.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 265**Código Nacional de Sítio – 32775****Designação:** Colaride 3**Freguesia:** Cacém e São Marcos**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

O local situa-se na periferia do Cacém, nas proximidades imediatas do caminho-de-ferro, numa encosta relativamente acentuada, com pequenas plataformas sobranceiras à Ribeira dos Ossos.

A área encontra-se profundamente humanizada, com a paisagem parcialmente modelada por infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, entre outras. Detectam-se alguns materiais de superfície, nomeadamente elementos líticos pré-históricos e fragmentos cerâmicos da Idade do Ferro – período orientalizante.

Em 2010, a realização de sondagens revelou um sítio arqueológico de época orientalizante, com bastantes elementos cerâmicos, associados a estruturas muito derrubadas e alteradas pela própria morfologia do terreno (pendente acentuada), definindo compartimentos e espaços exteriores, num ambiente eminentemente doméstico.

Accede-se a este local pela Rua Direita de Massamá.

Foram classificados 481 elementos arqueológicos provenientes das intervenções. Predominam os materiais de período orientalizante. A cerâmica é o elemento que prevalece, registando-se ainda restos de fauna e um elemento metálico, para além dos elementos líticos de época pré-histórica.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 266**Código Nacional de Sítio – 5865****Designação:** Ermida do Espírito Santo**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Pequeno templo gótico-manuelino que remonta na sua feição actual aos finais do século XV. No entanto, existe a ideia de que o mesmo seria de fundação trecentista, tendo sofrido profundas remodelações, sobretudo ao nível da abside, durante a época manuelina (finais do século XV/ inícios do século XVI).

Apresenta uma planta simples, composta por uma nave rectangular coroada por abside semicircular contrafortada. Na capela-mor, em tempos subsistiam restos de um primitivo revestimento de azulejos hispano-árabes, dos princípios do século XVI, aplicado ao frontal do altar.

No telhado da nave, sobre a fachada principal, cujo portal principal exhibe um simples arco de volta perfeita, é possível observar uma cruz que ostenta para além da inscrição "ESPRIT SÃ/TO", a data de 1572, época em que terá ocorrido uma reforma pós-tridentina do imóvel. Existe referência à recolha de uma tampa sepulcral sem inscrição.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 267**Código Nacional de Sítio – 6186****Designação:** Quinta da Lameira, Madre de Deus**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado. Abrangido pela Zona de Transição da Paisagem Cultural de Sintra**Descrição:**

Deste local provêm significativos testemunhos de ocupação romana de índole funerária e habitacional, demonstrando a existência de um sítio romano na área da Madre de Deus.

Daqui provêm um monumento funerário romano, mais especificamente uma cupa, descoberto durante a lavoura de um terreno sito na Quinta da Lameira, no sítio da Madre de Deus. A peça encontra-se em exposição no Museu Arqueológico do Carmo e possui a seguinte inscrição: C IVLIO C F GAL MAXVMO, ou seja: "A Caio Julio

Maxumo, filho de Caio Julio da (tribo) Galeria”. No mesmo terreno foi ainda identificado um peso de tear de cerâmica, também de cronologia romana (cf. Alves-Pereira, 1975, 91-92).

Com a existência provável de um espaço de necrópole na Madre de Deus encontra-se ainda directamente relacionada uma estela de topo arredondado provida da seguinte epígrafe: L COMINIVS L F GAL.TANCINVS HSE, isto é: “Lúcio Comínio Tancino, filho de Lúcio da (tribo) Galéria, está aqui sepultado”. Um pouco acima da inscrição romana foi acrescentada uma epígrafe moderna onde se lê: PNAM P. ALLMAS, cuja tradução é “Padre Nosso, Ave Maria pelas Almas” (cf. Cardozo, 1956, 82-84): Esta última inscrição relaciona-se com a cristianização, decerto já pós-tridentina, deste monumento romano que se encontrava a servir de pedestal de cruzeiro no muro da Quinta da Madre de Deus quando foi descoberto (cf. Castelo-Branco, 1849, 294-295).

Na área da Madre de Deus foi também descoberta, durante a abertura de fundações para a construção de uma moradia, uma pequena ara (cf. Fontes e Almeida, 1979, 46), o que nos indica a existência de uma área habitacional romana. Tal ábula encontra-se dedicada a um deus local, unicamente conhecido a partir desta epígrafe, e onde se lê: CASSIA MERMANDICEO VSL, ou seja: “Cássia a Mermandiceo, o voto cumpriu de boa vontade.

A estela de topo arredondado e a ábula supramencionadas estão actualmente em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 268

Código Nacional de Sítio – 14826

Designação: Cotão – caminho antigo

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Cacém e São Marcos

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Trabalhos de prospecção na área permitiram a identificação de um caminho antigo, pavimentado com seixos de basalto, de cronologia indeterminada. A calçada existente poderá ter uma origem romana – ligando aglomerados populacionais, como São Marcos, ou mesmo grandes obras públicas, como a Barragem Romana de Belas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 269

Código Nacional de Sítio – 977

Designação: Folha das Barradas

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Monumento funerário pré-histórico escavado na rocha – provável gruta artificial – datado do Neolítico Final – Calcolítico. Explorado nos finais do século XIX pelo Geólogo Carlos Ribeiro, este sepulcro colectivo possui uma planta composta por câmara funerária e corredor, com paralelos próximos em sítios arqueológicos de idêntica cronologia localizadas nas penínsulas de Lisboa e Setúbal.

Este tipo de monumentos encontra-se, frequentemente agrupado em necrópoles, pelo que é de supor a existência de outras grutas artificiais no local.

O espólio notável então recolhido encontra-se depositado no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 270

Código Nacional de Sítio – 16079

Designação: Granja do Marquês

Concelho: Sintra

Freguesia: Algueirão Mem Martins

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

O sítio encontra-se numa várzea, a sul da linha de água subsidiária da Ribeira de Ferreiros, junto ao limite sul da base Aérea nº 1. Apresenta uma dispersão de materiais, sobretudo sílex, numa área superior a 1 hectare ocorrendo cerâmica de época romana e moderna. Encontra-se afectado pelo eixo do gasoduto, identificado no inerente Estudo de Impacte Patrimonial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 271

Código Nacional de Sítio – 32043

Designação: Monte Velho de Rocanes

Concelho: Sintra

Freguesia: Agualva Mira Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Vale localizado imediatamente abaixo do ponto de apoio de rede da REN nº 64, a nordeste da encosta do Casal de Rocanes. Na área aberta pelo curso de água, ao longo do vale, foram recolhidos durante os trabalhos de prospecção vários exemplares cerâmicos rolados e muito rolados, um deles possivelmente um fragmento de ânfora romana, bem como dois instrumentos em sílex. A julgar tanto pela orografia, como pelo rolamento dos materiais, estes são resultados de escorrências do topo do cabeço onde se implanta o sítio romano da pedreira de Colaride.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 272

Código Nacional de Sítio – 16081

Designação: Morelena

Concelho: Sintra

Freguesia: Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

A possível implantação deste povoado será no topo do cabeço designado de Alto das Falimas. Este sítio encontrar-se-á parcialmente destruído devido à construção na área e à instalação de uma empresa de exploração e corte de pedra. A dispersão de materiais ocorre nas vertentes sul e Oeste e ainda junto na várzea, a Este das estufas, ao lado esquerdo da EN 117. Cerâmicas pré-históricas e materiais líticos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 273

Código Nacional de Sítio – 11618

Designação: Olival do Santíssimo

Concelho: Sintra

Freguesia: Almargem, Pero Pinheiro e Montelavar

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Lascas de sílex branco acinzentado detectadas à superfície. Esta ocorrência está em continuidade com vestígios similares identificados durante o acompanhamento arqueológico da realizado imediatamente a leste. O topo da plataforma interfluvial tem potência arqueológico.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 274**Código Nacional de Sítio – 6598****Designação:** Ponte Antiga em Albarraque**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Rio de Mouro**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Em Albarraque encontra-se documentada a existência de uma ponte antiga em cavalete - talvez medieval – com só um arco. Em 1969 foi noticiada a sua destruição.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 275**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada da Vila Velha de Sintra**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Área com relevância decisiva para a História do Concelho de Sintra. Toda a importante dinâmica de ocupação da Vila de Sintra ao longo dos séculos, que foi muita quer durante a monarquia portuguesa quer ainda antes – em época Islâmica -, se reflete inteiramente no seu actual subsolo, denso de vestígios, geralmente bastante bem conservados e com grande quantidade de objetos em bom estado.

Assinale-se ainda que grande parte da História de Sintra e dos seus quotidianos nunca será conhecida através dos documentos escritos, mas apenas pela investigação e análise da realidade arqueológica subjacente ao atual tecido urbano.

Acresce que, no âmbito desse riquíssimo património arqueológico existirão, sem dúvida, ruínas que, oportunamente, poderão ser salvaguardadas pelo registo científico, ou mesmo valorizadas e postas em evidência perante o público, assumindo assim – para além do interesse histórico – uma nova dimensão patrimonial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 276**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada do Arrabalde/São Miguel de Sintra**Concelho:** Sintra**Freguesia:** União das Freguesias de Sintra**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

A Área do Arrabalde/São Miguel de Sintra, possuidora de uma relevância decisiva para a História do território sintrense, desenvolve-se em torno das medievais Igrejas Paroquiais de Santa Maria e de São Miguel aqui fundadas nos inícios da 1.ª Dinastia, e que terão certamente funcionado como centros agregadores de povoamento urbano da fase pós-Reconquista.

O espaço circunscrito do Arrabalde/São Miguel integra-se nas dinâmicas da ocupação polinucleada de Sintra – a par do habitat fortificado do Castelo [dos Mouros] e do aglomerado própria Vila Velha, bem ilustrada pela fundação, quase simultânea e ainda durante o século XII, de quatro sedes paroquiais: Santa Maria no Arrabalde, São Miguel nas proximidades da anterior e a par do caminho ascendente para o Castelo, São Pedro de Canaferrim adjacente à própria fortificação Medieval do castelo dos Mouros, e São Martinho na Vila nas adjacências da antiga medina moura, local onde viria a ser paulatina e progressivamente edificado e completado o Paço Real de Sintra.

Estamos pois perante um espaço urbano fundamental para o conhecimento da Idade Média em Sintra – época Islâmica e após Conquista Cristã – cuja intensidade de ocupação se encontrará inteiramente reflectida no seu actual subsolo.

Assinale-se ainda que grande parte da História de Sintra e dos seus quotidianos nunca será conhecida através dos documentos escritos, mas apenas pela investigação e análise da realidade arqueológica subjacente ao actual tecido urbano.

Acresce que, no âmbito desse riquíssimo património arqueológico existirão, sem dúvida, ruínas e estratos arqueológicos a salvaguardar pelo registo científico, ou mesmo a conservar e valorizar perante o público, assumindo assim – para além do interesse histórico – uma nova dimensão patrimonial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 277**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Área de Sensibilidade Arqueológica Moderada da Vila de Sintra - Arrabalde

Concelho: Sintra

Freguesia: União das Freguesias de Sintra

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Tratando-se de zonas periféricas e de ligação entre os antigos núcleos urbanos medievais de Sintra, Arrabalde e Vila Velha, a sua sensibilidade arqueológica é evidente, sobretudo considerando a passagem por esta zona das antigas vias de comunicação que ligavam esses núcleo e todas as infraestruturas confinantes, com as suas diferentes tipologias, geralmente associadas a tais caminhos. Salientam-se, para a época romana, as necrópoles e, para a épocas medieval e tardo-medieval, as fontes e outras estruturas hidráulicas que frequentemente pontuam o traçado das antigas vias – ambas as ocorrências já documentadas nesta área.

O grau de sensibilidade arqueológica nesta zona é menor que dos núcleos urbanos propriamente ditos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 278

Código Nacional de Sítio –

Designação: Área de Sensibilidade Arqueológica Elevada do Centro Histórico de Colares

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Área com relevância decisiva para o conhecimento da História do actual território de Sintra. Toda a significativa dinâmica de ocupação de Colares longo dos séculos, que está reconhecida desde época Islâmica e, sobretudo, durante toda a Monarquia Portuguesa, acabando por culminar na criação do próprio concelho de Colares no Século XVI, reflecte-se inteiramente no seu actual subsolo, denso de vestígios, geralmente bastante bem conservados e com grande quantidade de objetos em bom estado. Assinale-se ainda que grande parte da região de Sintra e dos seus quotidianos nunca será conhecida através dos documentos escritos, mas apenas pela investigação e análise da realidade arqueológica subjacente ao actual tecido urbano.

Acresce que, no âmbito desse riquíssimo património arqueológico existirão, sem dúvida, ruínas que, oportunamente, poderão ser salvaguardadas pelo registo científico, ou mesmo valorizadas e postas em evidência perante o público, assumindo assim – para além do interesse histórico – uma nova dimensão patrimonial.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – 279**Código Nacional de Sítio –****Designação:** Área de Sensibilidade Arqueológica Moderada de Colares**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Tratando-se de uma área periférica em relação ao núcleo histórico mais antigo de Colares, testemunhando o crescimento desta Vila já nos séculos XVI-XVIII, a sua sensibilidade arqueológica é também evidente.

Nesta zona localizam-se também as antigas vias de comunicação que ligavam o casco urbano de Colares às riquíssimas áreas rurais que se estendem para Norte e para Poente, bem como à própria Vila de Sintra, implantada mais para Leste. O grau de sensibilidade arqueológica nesta zona é menor do que a definida para o núcleo urbano propriamente dito.

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.1****Código Nacional de Sítio – 29849****Designação:** Naufrágio do navio “Cornishman” em 1886**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição: Referência a naufrágio do navio “Cornishman” no Cabo da Roca, por encalhe, no ano de 1886. A tripulação foi salva nos escaleres que acabam por ser rebocados até Cascais.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.2**Código Nacional de Sítio – 29848****Designação:** Naufrágio da escuna “Eleonor France” em 1871**Concelho:** Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Referência bibliográfica datada e 1871 sobre chegada de 8 naufragos a Cascais, a bordo do vapor inglês “Nautilus”, provenientes da escuna *Eleonor France*, que tinham abandonado a oeste do Cabo da Roca.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.3

Código Nacional de Sítio – 29853

Designação: Naufrágio do navio “Fernando” em 1890

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição: Naufrágio em 1890 do navio “Fernando”, junto ao Cabo da Roca. Existe referência bibliográfica sobre perda deste vapor de pesca que, segundo a descrição disponível, sofre rombo e afunda-se. A tripulação foi salva.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.4

Código Nacional de Sítio – 29854

Designação: Naufrágio do navio “Florence Richards” em 1890

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição: Naufrágio em 1890 e junto ao Cabo da Roca, por encalhe num escolho, do navio *Florence Richards*. Segundo a descrição disponível terão morrido dois dos tripulantes.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.5

Código Nacional de Sítio – 29856

Designação: Naufrágio do navio “Loire” em 1892

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição: Referência bibliográfica sobre o naufrágio do navio *Loire*, no ano de 1892, ocorrido na sequência de um temporal ao largo do Cabo da Roca. Chega a Cascais um escalor com 8 náufragos.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.6

Código Nacional de Sítio – 29851

Designação: Naufrágio do navio “Lunefield” em 1871

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição: Referência bibliográfica sobre naufrágio do vapor de 956 toneladas de nome *Lunefield*, no ano de 1871, junto ao Cabo da Roca. Alguns tripulantes chegam a Cascais.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.7

Código Nacional de Sítio – 29855

Designação: Naufrágio do navio “Minna Helen” em 1898

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Referência bibliográfica sobre naufrágio ocorrido nas imediações do Cabo da Roca, do qual sobreviveram 4 náufragos desembarcados em Cascais pela barca francesa “Amérique”. Desconhecido o paradeiro dos restantes 4 tripulantes.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.8**Código Nacional de Sítio – 30797****Designação:** Naufrágio do navio “Nossa Senhora da Conceição” em 1637**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição: Referência bibliográfica ao naufrágio no Rio das Maças do navio “Nossa Senhora da Conceição”, no ano de 1637. O afundamento surgiu na sequência de um incêndio a bordo, resultado de um combate com navios oriundos do norte de África.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra –Sa.9**Código Nacional de Sítio – 29204****Designação:** Naufrágio do navio “Nossa Senhora do Carmo, São José e Almas” em 1786**Concelho:** Sintra**Freguesia:** São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição: Naufrágio na Praia da Samarra em 1786. Referência bibliográfica sobre perda do navio português “Nossa Senhora do Carmo, São José e Almas”, proveniente do Brasil. Encontra-se registada a morte de 20 homens que faziam parte da tripulação. As pessoas salvas dão entrada no hospital de Sintra.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.10**Código Nacional de Sítio – 29252****Designação:** Naufrágio do navio “Nossa Senhora de la Encarnación” em 1611**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado

Descrição: Referência bibliográfica sobre perda de navio espanhol na costa de Colares. Partira de Puerto Rico em 26 de Outubro de 1610. Tentativas para salvar a carga e o dinheiro. Salvam-se alguns fardos de coiros.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.11**Código Nacional de Sítio – 29850****Designação:** Naufrágio do navio “Rydal” em 1883**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Referência bibliográfica sobre encalhe, em 1883, do navio “Rydal” no Cabo da Roca motivada por nevoeiro denso. Tripulação salva e conduzida a Cascais.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.12****Código Nacional de Sítio – 22575****Designação:** Naufrágio do navio “Santa Catarina de Ribamar” em 1636**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Naufrágio costeiro. Tentando aproximar-se da Barra do Tejo, e tendo o vento mudado de direcção, o “Santa Catarina de Ribamar” fundeou. Com temporal, quebraram-se as amarras e o navio deu à costa. Das 470 pessoas que estavam a bordo, apenas se salvaram 18 brancos e 13 escravos, bem como “muito pouca fazenda”. Existe processo verbal do naufrágio da autoria de um sobrevivente. Encontram-se identificados canhões de bronze.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.13**Código Nacional de Sítio – 24327****Designação:** Aguda 1**Concelho:** Sintra**Freguesia:** São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Encontra-se registado o avistamento de um núcleo de bocas-de-fogo (canhões) em meio aquático.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.14**Código Nacional de Sítio – 24111****Designação:** Naufrágio nas Azenhas do Mar - Caldeira**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Avistamento de uma caldeira de navio indeterminado de época contemporânea em meio aquático.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.15****Código Nacional de Sítio – 24020****Designação:** Naufrágio na Azóia – Cabo da Roca**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Avistamento de artilharia, 13 canhões (bronze), presumivelmente relacionável com nau "Nossa Sra. da Conceição" (1621). Um canhão foi furtado em 1997.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.16****Código Nacional de Sítio – 21929****Designação:** Cabo da Roca 1**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Núcleo de canhões de bronze relacionável com o caso de naufrágio nº 486 do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.17**Código Nacional de Sítio – 23459****Designação:** Cabo da Roca 4**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Canhão de bronze. Comprado em leilão pela firma J. B. Fernandes e exposto na sede, no Largo do Município.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.18****Código Nacional de Sítio – 25402****Designação:** Cabo da Roca 5**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Núcleo de 5 ou 6 canhões de ferro, equidistantes cerca de 8 metros. Informação pessoal do achador, em 29 de Novembro de 2006. Interpretado como presumível sítio de naufrágio.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.19****Código Nacional de Sítio – 23459****Designação:** Cabo da Roca 6**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Achado de núcleo de oito canhões.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.20**Código Nacional de Sítio – 24286****Designação:** Mar do Cabo da Roca**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Achado isolado de ânfora romana (ânfora Haltern 70), recuperação por rede de um navio de pesca de arrasto.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.21****Código Nacional de Sítio – 32258****Designação:** Naufrágio no Cabo da Roca em 1677**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:** Referência bibliográfica sobre perda, causada por temporal, de um navio da frota de Hamburgo no Cabo da Roca em 1677, na época em poder da Suécia.**Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.22****Código Nacional de Sítio – 29846****Designação:** Naufrágio no Cabo da Roca em 1761**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Referência bibliográfica sobre naufrágio de batel de pesca, no ano de 1761. Um assento de óbito de 15 de Abril de 1768 declara que em 1761 faleceu, afogado no mar no Cabo da Roca, Domingos Gonçalves. O registo foi feito a pedido da viúva, por desejar casar em segundas núpcias.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.23**Código Nacional de Sítio – 29852****Designação:** Naufrágio no Cabo da Roca em 1884**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Referência bibliográfica sobre explosão e naufrágio de navio ao largo do Cabo da Roca, no ano de 1884. Tripulação salva.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.24**Código Nacional de Sítio – 29245****Designação:** Naufrágio no Cabo da Roca, sem data**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Informação sobre tradição oral relativa a naufrágio ocorrido numa baixa, localizada nas imediações do Cabo da Roca. No mesmo local e nas décadas de 1960-1970 foram identificados fortuitamente 2 ou 3 canhões de bronze. Um dos canhões foi recuperado ilegalmente e cortado para fundir o metal. Para o local regista-se também a referência oral ao naufrágio de uma urca portuguesa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.25**Código Nacional de Sítio – 29857****Designação:** Naufrágio do Séc. XIX no Magoito**Concelho:** Sintra**Freguesia:** São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Informação oral sobre naufrágio de vapor com carga de carvão, a Norte do Forte de Magoito. Eventualmente relacionado com sítio Praia de Magoito 1.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.26

Código Nacional de Sítio – 22201

Designação: Praia do Magoito 1

Concelho: Sintra

Freguesia: São João das Lampas e Terrugem

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Núcleo de achados que sugerem sítio de naufrágio: canhões, âncoras, cobre, moedas. Informação oral sobre bocas-de-fogo; 1 âncora; moedas de cobre.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.27

Código Nacional de Sítio – 22950

Designação: Casco no Rio das Maças

Concelho: Sintra

Freguesia: Colares

Protecção: Sítio Inventariado

Descrição:

Referência bibliográfica sobre navio sem ninguém a bordo e com pesos, como que colocados com intenção de afundá-lo. Tal ocorrência datará, presumivelmente, de 1705, ano da respectiva notícia. Pelo casco, o navio foi reconhecida como francesa.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.28**Código Nacional de Sítio – 22200****Designação:** Samarra 1**Concelho:** Sintra**Freguesia:** São João das Lampas e Terrugem**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Despojos submersos de navio a vapor (com caldeira) na Samarra. Foi identificado diverso espólio: um tijolo refractário com a inscrição "Cowen", canhões de ferro, tubos de cobre; cerâmicas; vestígios de uma caldeira; uma âncora; cerâmicas.

Nº SIG Património Arqueológico de Sintra – Sa.29**Código Nacional de Sítio – 22952****Designação:** Samarra 2**Concelho:** Sintra**Freguesia:** Colares**Protecção:** Sítio Inventariado**Descrição:**

Achado fortuito de âncoras de grandes dimensões.